UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA CULTURA E PODER

PAOLA LILI LUCENA

"NENHUM LAR SEM O *LAR CATÓLICO*!":
Discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal *Lar Católico* (1954- 1986)

Juiz de Fora
2011

Paola Lili Lucena

"NENHUM LAR SEM O *LAR CATÓLICO*!":
Discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal *Lar Católico* (1954-1986)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Marques Lobo

Juiz de Fora
2011

Lucena, Paola Lili.

"Nenhum lar sem o lar católico!": discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico (1954- 1986) / Paola Lili Lucena. – 2011.
355 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Igreja Católica – História. 2. Imprensa. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5. Família. I. Título.

CDU 282(091)

Paola Lili Lucena

"Nenhum lar sem o Lar Católico!": discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico. (1954- 1986)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História

Juiz de Fora, 6 de julho de 2011

Banca Examinadora

Profa. Dra. Valéria Marques Lobo - Orientadora

Profa. Dra. Célia A. Resende Maia Borges - Presidente

Profa. Dra. Mabel Salgado Pereira - Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Devo demonstrar a minha enorme gratidão aos seguintes mencionados, que de uma forma ou de outra, colaboraram para execução e finalização deste trabalho:

Ao Programa de Pós Graduação em História pela infinita paciência.

Aos queridos professores, que ao longo de tantos anos de trabalho, contribuem para a formação humana e profissional de tantos historiadores. Em especial, agradeço à professora Valéria, que se prontificou a orientar esse trabalho ainda que tal tema se distanciasse do seu campo de estudos.

Às competentes professoras Mabel e Célia, que tão prontamente se dispuseram a analisar este trabalho.

Aos sempre disponíveis e solícitos funcionários do Seminário Santo Antônio, que com o seu trabalho tornaram possível a realização desta pesquisa.

À minha amada irmã Marina, que com o seu constante companheirismo me tem dado provas de seu amor infinito. Ao meu querido Gustavo, devo agradecer por seu apoio, amor e compreensão.

Às minhas tias Denise e Leny e prima Anna Carolina, sempre tão preocupadas com o andamento desta dissertação.

À minha amada mãe Dulce, eterna incentivadora, admiradora profunda do meu trabalho. Talvez a maior responsável por esta Vitória.

RESUMO

Este texto dissertativo consiste em uma tentativa de resgatar os discursos sobre família e sexualidade presentes em um dos mais influentes jornais católicos do Brasil, o *Lar Católico*. Tal jornal, publicado pelos missionários do Verbo Divino, circulou por praticamente todo o século XX, principalmente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O recorte temporal estabelecido por esta pesquisa, que compreende os anos de 1954 a 1986, não foi estipulado aleatoriamente. Na verdade esse período histórico comporta alterações no âmbito das relações familiares e sexuais, com a aprovação da lei que permitia o divórcio no país e com o advento e popularização dos meios anticoncepcionais. No campo da cristandade, a realização do Concílio Vaticano II trouxe novos horizontes para o catolicismo, pois tinha por objetivo aproximar a Igreja Católica do mundo contemporâneo. Cabe a esta pesquisa analisar como essas alterações foram percebidas pelos editores do *Lar Católico* e como elas foram mobilizadas para se adequarem ao projeto do jornal, que consistia na ordenação social através da construção de relações familiares. Assim, interessa observar o modo como o periódico conduziu a discussão sobre a família, evidenciando o seu posicionamento sobre o divórcio, o número de filhos e maternidade e como ele pretendeu controlar os corpos, enfatizando temas como virgindade, aborto e sexualidade feminina. Além disso, esta dissertação também se ocupa em perceber como os discursos elaborados pelo jornal, que possibilitaram a construção de diversas representações sobre gênero, família e sexualidade, foram apropriados pelos leitores e embasaram as suas práticas. Para alcançar esse objetivo, empreendeu-se a discussão a respeito do conteúdo de uma coluna específica, denominada *Intercâmbio com os Leitores*. Tal coluna consistia em um espaço no qual os mesmos poderiam desenvolver laços de sociabilidade, relatar seus descontentamentos em relação os seus cônjuges, revelar seus conflitos e harmonias familiares e ainda buscar novas alternativas de relacionamentos afetivos.

Palavras-chave: Lar Católico. Imprensa. Igreja Católica. Gênero, sexualidade e família.

ABSTRACT

This dissertative text is an attempt to recover the speeches about family and sexuality presented in one of the most influential Catholic newspapers in Brazil, the *Lar Católico*. This newspaper, published by the Verbo Divino missionaries, circulated by virtually the entire twentieth century, especially in the states of Minas Gerais, Rio de Janeiro and São Paulo. The time frame established by this research that covers the years 1954 to 1986, was not set at random. In fact, this historical period contains modifications in the context of familiar and sexual relationships, with the approval of the law that allowed divorce in the country and with the advent and popularization of contraceptive methods. In the field of Christianity occurs The Second Vatican Council, which was intended to approach the Catholic Church with the contemporary world. The intention of this research is to analyze how these changes were perceived by the editors of *Lar Católico* and how they were mobilized to suit the design of the newspaper, which consisted of the social order by building family relationships. Thus, it is interesting to observe how the newspaper conducted the discussion about family, showing its position on divorce, the number of children and motherhood and how it intended to control the bodies, emphasizing issues such as virginity, abortion and female sexuality. Furthermore, this dissertation also try to perceive how the speeches elaborated by the newspaper, which allowed the construction of different representations of gender, family and sexuality, were appropriated by readers and had based their practices. To achieve this goal, the discussion was undertaken regarding the content of a particular column, named *Intercâmbio com os Leitores*, which consisted of a space in which they could develop bonds of sociability, report their discontentment about their spouses, reveal their conflicts and familiar union and even find new relationships.

Keywords: Lar Católico. Press. Catholic Church. Gender, sexuality and family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. O Concílio virou notícia no *Lar Católico* 48

Figura 2. Apologia à "boa imprensa" 65

Figura 3. Alterações do logotipo o *Lar Católico*, de 1954 aos anos 80 82

Figura 4. Publicidades veiculadas no *Lar Católico* – 1964 e 1986 84

Figura 5. Notícias sobre as funções dos irmãos representantes do *Lar Católico* 86

Figura 6. Classificação de filmes elaborada pelo *Lar Católico*, para melhor advertir as famílias a respeito do conteúdo da produção 95

Figura 7. Espaço reservado para recomendações de livros e filmes 95

Figura 8. Apelo aos altos poderes civis e eclesiásticos em prol da família brasileira 127

Figura 9. Decálogo da esposa 230

Figura 10. Alterações na *Página Feminina* 255

Figura 11. Teste para a discussão sobre o comportamento do rapaz cristão 266

Figura 12. Lista de Livros apropriados para os jovens em vias de se casarem 276

Figura 13. A *Orientação Familiar* e *Intercâmbio com os Leitores* 338

Figura 14. A *Página Feminina* e o *Intercâmbio com as Leitoras* 339

Figura 15. *Página Feminina* e *Intercâmbio com as Leitoras* 339

Figura 16. *Página Feminina*: referências sobre a denominação das bodas 340

Figura 17. *Orientação Familiar* e *Intercâmbio com as Leitoras* 340

Figura 18. *Orientação Familiar* e *Intercâmbio com os Leitores* 341

Figura 19. *Orientação Familiar* e *Intercâmbio com os Leitores* 341

Figura 20. *Intercâmbio com os Leitores* 342

Figura 21. *Intercâmbio* 342

Figura 22. Primeira página do *Lar Católico* 343

Figura 23. Primeira página do *Lar Católico* 344

Figura 24. Oficinas da Editora Lar Católico, onde o jornal era editado 344

Figura 25. Primeira página do *Lar Católico*: A mulher na Igreja 345

Figura 26. Primeira página do *Lar Católico*: Referências à Imprensa Católica 345

Figura 27. *Lar Católico*: Edição comemorativa dos 70 anos do jornal 346

Figura 28. Alteração dos preços da assinatura 346

Figura 29. Primeira página do *Lar Católico*: Seminário sobre o aborto 347

Figura 30. Primeira página do *Lar Católico*: Referência à CNBB 347

Figura 31. Publicidade veiculada no *Lar Católico* 348

Figura 32. Publicidade 348

Figura 33. Primeira página do *Lar Católico*: A questão das drogas 349

Figura 34. Primeira página do *Lar Católico*: A paternidade responsável e o planejamento familiar 349

Figura 35. Primeira página do *Lar Católico*: As eleições para a Constituinte 350

Figura 36. Primeira página do *Lar Católico*: A família nos dias atuais 350

Figura 37. Primeira página do *Lar Católico*: A inserção da Igreja na sociedade 351

Figura 38. Primeira página do *Lar Católico*: edição dedicada à questão dos jovens na Igreja 351

Figura 39. Primeira página do *Lar Católico*: comemorando o Dia Internacional da Mulher 352

Figura 40. Campanha para atrair assinaturas 353

Figura 41. Logotipo do jornal 353

Figura 42. Campanha para assinantes 353

Figura 43. Campanha para angariar assinantes 354

Figura 44. Campanha em favor de assinaturas 354

Figura 45. Campanha para angariar novos assinantes 354

Figura 46. Campanha para atrair assinantes 355

Figura 47. Campanha para angariar assinantes 355

Figura 48. Campanha para angariar assinantes 355

Figura 49. Campanha de promoção do *Lar Católico* 355

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 A IGREJA CATÓLICA E A SUA RELAÇÃO COM O MUNDO 33

2.1 O Concílio Vaticano II e o *Lar Católico* 42

2.2 A Igreja Católica no Brasil e os reflexos do Concílio 51

3 A IGREJA CATÓLICA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO *LAR CATÓLICO* 61

3.1 A Igreja e a comunicação: modos de evangelizar desde a "boa imprensa" até a adoção dos meios de comunicação audiovisuais 62

3.2 O *Lar Católico*: um empreendimento dos missionários do Verbo Divino 71

3.3 A estrutura do jornal: editoriais, temáticas, colunistas e representações gráficas 74

3.4 *Lar Católico*: mecanismos de divulgação e circulação 85

3.5 O *Lar Católico* e os outros meios de comunicação: televisão e cinema 90

4 REPRESENTAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA E A FECUNDIDADE NAS PÁGINAS DO *LAR CATÓLICO* 100

4.1 A família 100

4.2 Matrimônio e amor conjugal 111

4.3 A luta contra a instituição legal do divórcio no Brasil 123

4.4 A fecundidade: discursos sobre o controle de natalidade e as tecnologias reprodutivas 141

5 O CONTROLE DO CORPO: DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE, A BOA APARÊNCIA E O ABORTO 167

5.1 O corpo e o sexo: a ascese sexual cristã nos discursos do *Lar Católico* 171

5.2 O discurso sobre o aborto 192

5.3 Carnaval 211

5.4 Beleza Feminina 214

6 REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NAS PÁGINAS DO *LAR CATÓLICO* 223

6.1 A Igreja e as relações de gênero no jornal *Lar Católico* 223

6.2 A mulher na estrutura eclesiástica e na opinião dos papas 239

6.3 A mulher e a maternidade 243

7 O ESPAÇO DOS LEITORES NO JORNAL *LAR CATÓLICO* 254

7.1 O consultório sentimental: a conselheira e os leitores do jornal *Lar Católico* 257
7.2 Interiorizando hábitos de leitura: as práticas da leitura e a defesa de uma prática adequada para os leitores 269
7.3 Os discursos, as práticas e a sociabilidade dos leitores do *Lar Católico*: um universo dos afetos e conflitos..... 278
7.3.1 O casamento e seus conflitos..... 279
7.3.2 Amores e desamores dos leitores..... 293
7.3.3 A sociabilidade 299
7.3.4 O trabalho..... 302
7.3.5 A aparência física 306
7.3.6 Maternidade..... 309
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 316
REFERÊNCIAS 320
ANEXOS 337

1 INTRODUÇÃO

> Formador da opinião pública do Brasil e em perfeita consonância com a doutrina católica, atuante, moderno e profundo no noticiário.[1]

Assim se definiu o semanário religioso *Lar Católico*, na sua primeira edição do ano de 1967. As palavras acima transcritas permitem compreender qual seria a tendência a ser seguida pelo jornal, ao longo de sua trajetória: modernizar seus aspectos gráficos e incluir temas de interesse para toda sociedade, procurando redefinir sua relação com o seu público leitor a cada momento de sua história. Tudo isso deveria ser feito sem que o jornal perdesse a sua essência principal: a defesa de uma visão de mundo ancorada em uma doutrina cristã.

Em princípios do século XX, a imprensa se tornava cada vez mais diversificada, expandindo temas de matrizes políticas e ideologias diferenciadas, para assim atender a um público oriundo de um espaço urbanizado (ELEUTÉRIO, 2008). Assim, os órgãos dedicados à imprensa se multiplicam no Brasil, surgindo as grandes empresas jornalísticas (NASCIMENTO, 2006), que impulsionaram o desenvolvimento de uma opinião pública brasileira. Diante do crescimento de uma imprensa de orientação laica, com suas próprias percepções sobre o social, há um incentivo para o fortalecimento da "boa imprensa".

O posicionamento dos jornais laicos fazia com que os clérigos denunciassem a falta de cuidado que aqueles tinham em relação à religião. Acreditava-se, portanto, que deveria ser oferecida aos católicos a possibilidade de manter contato com uma imprensa que colocasse as questões religiosas em destaque. Assim, segundo Riolando Azzi, o movimento da "boa imprensa" tinha a proposta de fazer frente aos desequilíbrios proporcionados por uma imprensa de cunho liberal e maçônica e pelas demais publicações acusadas de impiedade e imoralidade (AZZI, 2000).

Em meio a esse processo, na cidade de Juiz de Fora, os padres da congregação do Verbo Divino colocaram em prática o seu projeto educacional através da criação de um jornal católico voltado para o consumo da família: o *Lar Católico*. O jornal, publicado semanalmente, se consolidou, chegando aos anos 50, já respaldado por alguma tradição e contando com um fiel público leitor, que tenderia a crescer nas décadas seguintes.

---

[1] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.1, 15 jan. 1967.

Em meados da década de 50, o semanário católico se encontrou imerso em um país mais urbanizado, cujos meios de comunicação se tornavam mais diversificados e atrativos (o cinema, o rádio e posteriormente a televisão). A própria imprensa escrita se modernizava em termos gráficos (CAPELATO, 1994), com a intenção de se tornar mais atrativa para o grande público e novas revistas de cultura geral destinadas para o público feminino tomavam conta do mercado. Todos esses meios de comunicação emitiam seus discursos, construindo representações sociais sobre os diversos segmentos da vivência humana, dentre eles a família, as relações de gênero e a sexualidade. Assim, cabia ao *Lar Católico* competir, conviver ou referendar tais representações, articulando práticas discursivas, pautadas em uma doutrina e em um discurso religioso.

Assim, é preciso definir que esta dissertação tem por objetivo examinar o modo como a Igreja Católica, por meio do projeto de mídia impressa idealizado pela Congregação do Verbo Divino, difundiu discursos que visavam a construir ou fortalecer representações sobre a família e a sexualidade. Inicialmente, havia a intenção de trabalhar com o *Lar Católico* observando principalmente a coluna *Intercâmbio com os Leitores*, na qual estes participavam efetivamente, emitindo suas opiniões e pedindo conselhos. A intenção seria traçar quais foram as transformações e as permanências no posicionamento das mulheres católicas em relação à sexualidade e à família, no período demarcado entre os anos 50 e 80 do século XX.

No entanto, com a leitura mais apurada das fontes, foi possível perceber que não se poderia fazer uma análise do pensamento feminino sem levar em conta todo o processo pelo qual tal pensamento estava sendo construído. Em contato com os textos divulgados pelo *Lar Católico*, os leitores se deparavam com uma série de temáticas que envolviam o catolicismo da época.

O jornal não servia apenas para informar aos católicos as deliberações do Vaticano. Além disso, ele funcionava como um dispositivo educativo e normatizador, que visava a formar o bom católico, sugerindo modelos de comportamento que interferiam em diversos aspectos da vida do sujeito. Entendendo o jornal como um veículo de difusão de representações, que repercutiria de alguma forma na prática cotidiana de seus leitores, tornou-se necessário se dedicar a investigá-lo como um todo. Desse modo, ele deixou de ser apenas uma fonte privilegiada para atingir os objetivos estabelecidos, transformando-se no objeto de pesquisa. Assim, é possível concordar com Luca e Martins (2008), quando essas afirmam que os jornais funcionam tanto como sujeitos da História (no sentido de que participam

ativamente da construção do social), quanto como objeto da História (no caso, objeto da pesquisa histórica).

O estudo dos discursos do periódico em questão busca entender como este se sintonizava com os movimentos da Igreja Católica nacional e internacional. Movimentos esses que objetivavam compreender e ao mesmo tempo ordenar a sociedade em um momento de grandes transformações sócio-culturais. Tal ordenamento, como reflete o jornal, tinha como principais estratégias construir representações sobre a família e a sexualidade que fossem condizentes com os anseios do catolicismo. Não se pode perder de vista, nas primeiras décadas enfocadas nesta pesquisa, mais especificamente nos anos 60, a instituição Igreja Católica passou por uma de tentativa renovação do diálogo com a sociedade através da realização do Concílio Vaticano II (SANTOS A. L, 2006), que abriu uma nova fase na História da Igreja, repercutindo na elaboração discursiva do jornal.

Portanto, as reflexões que originaram este texto dissertativo procuraram se pautar na questão da construção, empreendida pelo semanário *Lar Católico*, das representações sobre a família, diferenças de gênero e sexualidade. Assim, foi necessário fazer uma alusão breve sobre aspectos como produção e circulação desses periódicos, para enfatizar melhor os discursos produzidos e as possíveis práticas efetivadas pelos leitores, resultantes do modo como esses se apropriavam do que liam nas páginas da "boa imprensa".

Entendendo os meios de comunicação de massa como um espaço privilegiado para difundir ideologias, discursos e representações, a Igreja Católica buscou legitimar suas posições frente ao laicato, utilizando-se desses meios. De acordo com Zaira Ary (2000):

> A Igreja Católica foi por mim encarada como uma instituição produtora de símbolos, de valores e de normatizações estritas, visando a assujeitar a consciência e a ação de seus adeptos aos limites morais impostos por sua doutrina, apesar também de levar em conta as possíveis adaptações espaciais e temporais e as transgressões das suas normas prescritas, reavaliadas e perdoadas, [...] Essa Igreja pode ainda ser sociologicamente compreendida como um sistema de reprodução ideológica responsável, entre outros, pela difusão de doutrinas, de concepções, de representações coletivas, de valores e de normas contraditórias, mas fundamentalmente justificadoras das desigualdades sociais, aí compreendidas as desigualdades sexuais. (ARY, 2000, p.18,38).

Nesse sentido, tal periódico funcionava como uma tentativa, por parte do clero, de difundir sua doutrina elaborando discursos que visassem a construir representações sobre os comportamentos sociais, normatizando os costumes vigentes na sociedade e formando a consciência dos sujeitos.

É preciso esclarecer que o semanário enfocado neste trabalho circulou durante muitos anos em Juiz de Fora. Teve uma história de vida longeva, pois seus primeiros números foram publicados no ano de 1919, continuando a circular até meados da década de 80. Durante esse período, oscilou entre momentos de crise e crescimento, mas sempre buscou ser acessível ao maior número de leitores possível. Entre as décadas de 60 e 70 alcançou projeção nacional, se tornando um dos periódicos católicos mais consumidos do Brasil.

Mesmo tendo sido extenso o período de vida desse jornal, compreendendo muitas décadas do século XX, esta pesquisa procurou realizar um recorte temporal, enfatizando o período histórico que estende dos anos 50 até meados da década de 80, mais precisamente entre os anos de 1954-1986. Essas datas circundam acontecimentos importantes para a história do jornal: a criação da coluna *Intercâmbio com os Leitores* e a passagem do editorial para o controle da CNBB[2]. Esse recorte também comporta diversos acontecimentos nacionais e internacionais que, de certa forma, repercutiram no modo de entender e vivenciar a sexualidade e as relações de gênero. A liberação sexual, a massificação dos métodos anticoncepcionais, a aprovação do divórcio, o reforço do movimento feminista e no plano religioso, a introdução da teologia da libertação e a realização do Concílio Vaticano II compõem o contexto histórico que contribuirá para as transformações dessas representações e práticas estudadas.

É possível perceber que os diversos segmentos da sociedade, dentre eles a imprensa leiga, buscaram também construir representações sobre essas temáticas, principalmente no que diz respeito ao posicionamento da mulher em suas relações sexuais e familiares antes e depois da chamada Revolução Sexual, proporcionada pelo aparecimento dos métodos anticoncepcionais. Sendo esse um período fértil na consolidação e depois na reelaboração de discursos sobre a sexualidade e a família.

Observando a vocação desse periódico para a construção de discursos normatizadores, que buscavam enquadrar as relações entre aos gêneros, a formação das famílias e as vivências sexuais, em modelos pretendidos pelo catolicismo, esta dissertação procurou perceber como esses discursos foram estruturados, alcançando o status de verdades absolutas e incontestáveis, dentro desse periódico. Uma vez que funcionando como os porta-vozes da Igreja Católica, instituição que apregoa ser a mensageira e a representante da palavra

[2] Efetivamente, a coluna começa os seus trabalhos no ano de 1954 e a transferência de editorial se deu no ano de 1984. Procurei estender o estudo por mais dois anos, no intuito de verificar como o jornal se comportou sob a influência da CNBB.

Deus, as opiniões emitidas em suas páginas poderiam ser entendidas pelos leitores como transcendentais.

Pretendia-se transmitir a ideia de que a moral familiar e sexual defendida pelos católicos era o caminho natural a ser seguido, desconsiderando práticas alternativas. Naturaliza-se assim a estrutura familiar e sexual idealizada pela religião. Essas verdades produzidas resultavam em possíveis representações, que tinham por objetivo influenciar no processo de construção que os sujeitos realizavam de suas percepções sobre as relações sociais e de gênero. Eni Orlandi interpreta o discurso religioso como autoritário: aquele em que "[...] a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, qualquer representante seu – é a voz de Deus." (ORLANDI, 1995, p.13). Desse modo, há uma hierarquia que separa o locutor do interlocutor, privilegiando o primeiro. Isso irá dificultar a contestação desse discurso religioso.

Os discursos religiosos se revestem de um caráter sagrado e tendem a assegurar sacralidade também a aqueles que os proferem. O jornal fragmenta e seleciona os discursos que advêm da Bíblia, que são frutos dos concílios e das elaborações papais, e com isso, herdam uma parcela de sacralidade. Segundo Luiz Roberto Benedetti, para conseguir estruturar uma verdade, a Igreja Católica enquanto uma instituição que se encontra no mundo profano, deve ancorar-se em algo “intemporal, eterno, transcendente, imune às oscilações históricas” (BENEDETTI, 2009, p.22). Talvez por isso, na atualidade, ela ainda encontre dificuldades para ela se desvincular de determinadas questões éticas como aborto, dissolução dos matrimônios, mesmo diante de um contexto histórico que desprivilegia tais posições.

A falta de percepção a respeito das necessidades contemporâneas é o motivo pelo qual a sociedade, em um movimento inverso ao verificado em momentos anteriores, tende a deslegitimar esse discurso. O recorte histórico escolhido para esta pesquisa ajuda a evidenciar essas possíveis descontinuidades entre a realidade social e os valores defendidos. Ao longo dos mais de trinta anos estudados, o contexto histórico se modificou, sendo possível verificar que em alguns momentos o discurso católico teve mais penetração na sociedade.

No entanto, mesmo que tendendo para a atemporalidade, os discursos não permanecem integralmente os mesmos, até porque as entidades que os produzem são diferentes e sofrem com a ação do tempo. Entendendo tais discursos como instâncias históricas, é necessário verificar quais foram as permanências e as transformações ocorridas ao longo dessas três décadas dentro desse corpo discursivo católico presente nos jornais. Mesmo percebendo que existe a continuidade, que a reafirma alguns preceitos, dos quais a

Igreja Católica não deseja se desvencilhar para manter a sua identidade e a coerência em seu pensamento, pode-se verificar uma mudança de abordagem em relação a algumas temáticas.

Além disso, é possível perceber que as preocupações que o catolicismo vivenciava variavam com o tempo e com os acontecimentos que eram experimentados pela sociedade. Como exemplo pontual nesse sentido pode-se citar a votação da lei que colocou o divórcio em vigor no Brasil na década de 70, que suscitou um debate muito intenso sobre esse mérito nas páginas dos jornais católicos, fazendo-os reafirmarem a indissolubilidade do matrimônio. Logo, é interessante observar como a Igreja Católica tenta se articular para dar uma resposta aos anseios de uma determinada época, através das páginas dos seus jornais.

É notável o fato de que em diversos momentos da História, a Igreja Católica se sentiu responsável por regular condutas, no que se refere à sexualidade, conjugalidade e família (RANKE-HEINEMANN, 1996), para assim conquistar o seu projeto de ordenamento social (BERGER, 1985). Em outras palavras, essa instituição acreditava que a ordem social deveria ser mantida frente aos desequilíbrios da sociedade contemporânea. Essa manutenção só seria possível se a família, entendida como célula da comunidade, fosse preservada. Como estratégia para alcançar tal objetivo se torna necessário doutrinar as mulheres, de modo a fazer delas um instrumento para educar toda a família dentro dos moldes cristãos, uma vez que recaía, naquela época, sobre o sexo feminino a responsabilidade sobre a condução da educação dos filhos (AZZI, 1993).

Assim, a imprensa católica de Juiz de Fora, criou mecanismos para atrair o público feminino. Em meados da década de cinquenta, o jornal *Lar Católico* abriu um espaço inteiramente dedicado às mulheres, a *Página Feminina*. Funcionando como um instrumento de controle e coerção das mulheres, através do reforço de um discurso[3] de feminilidade, ancorado em questões referentes à conjugalidade e à maternidade, a *Página Feminina* se constituiu em espaço privilegiado dentro do jornal. Embora essa seção tenha se modificado com o tempo, perdendo visualmente em termos de conteúdo, parcela da sua feminilidade, ela ainda manteve alguma ingerência sobre as práticas femininas.

Como já foi citado anteriormente, uma das principais funções as quais se destinava o periódico era justamente defender e legitimar um comportamento cristão, que estava diretamente relacionado ao estabelecimento e manutenção de um modelo familiar que previa o casamento baseado na necessidade de ter e educar filhos. Para tal empreendimento, a

[3] Nesse caso, entendendo a produção do discurso aos moldes de Michel Foucault, quando afirma que: "em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada, temível materialidade." (FOUCAULT, 1996, p.9).

mulher seria uma peça essencial, pois, se comportando como boa mãe e esposa, ela estaria disseminando por toda a família, através de sua ação educativa, os valores previstos pelo cristianismo. Esse sentido de proteção da família através da instrução da mulher ainda é bastante evidente nas décadas que se seguiram.

Na verdade, como demonstra a historiadora Cláudia Maia, muitas outras instituições e grupos sociais, além da Igreja Católica, estabeleceram, a partir da modernidade, práticas discursivas que visavam a colocar a família como centro da vida social e a conjugalidade como uma necessidade, principalmente para as mulheres, estabelecendo assim formas de poder dentro das relações de gênero. Nesse sentido, para a autora a modernidade "fez funcionar minuciosas engrenagens e micro-poderes que passaram a agir sobre os sujeitos, assujeitando-os, segundo modelo socialmente definido e aceito, a partir de várias instituições, mas principalmente da família conjugal e nuclear" (MAIA, 2007, p.43).

Essas práticas discursivas, as quais também podem ser encontradas nas diferentes obras católicas do período estudado, que visavam a demonstrar a necessidade do matrimônio e da educação sexual cristã para a sociedade, exercem um papel fundamental na formação e na construção do sujeito. Uma construção, no entanto, que é perpassada por poderes: o poder que o discurso exerce na construção do sujeito e o poder que esse sujeito possui de assumir esse discurso enquanto seu.

Nessa perspectiva, além do trabalho realizado com os diversos artigos presentes no jornal, esta pesquisa entende a coluna *Intercâmbio com as Leitoras* (que sempre esteve presente no jornal *Lar Católico*, durante o período estudado) como sendo uma fonte interessante de análise, pois através dela se pode sentir o poder que as práticas discursivas do jornal exerciam sobre as leitoras e o modo como estas as ressignificavam e tentavam responder a essas representações.

Assinada por Maria Madalena Ribeiro de Oliveira, tal coluna consistia em um espaço no qual as leitoras poderiam emitir opiniões a respeito do conteúdo da *Página Feminina* e principalmente, relatar os seus problemas pessoais e afetivos, pedindo auxílio para solucioná-los de modo eficaz. Assim, é possível também ter acesso ao discurso, ainda que fragmentado e editado por Maria Madalena, das jovens leitoras. A partir dos depoimentos ali presentes, é possível encontrar indícios sobre o comportamento e o pensamento da época estudada (1954-1986), observando as expressões individuais e os ideais de moral, família, casamento e sexualidade que as leitoras compartilhavam. Em contrapartida, os conselhos oferecidos por Maria Madalena Ribeiro de Oliveira refletiam os principais anseios do catolicismo em relação à família e o comportamento feminino.

As cartas publicadas permitem pensar que podemos encontrar práticas desviantes do ideal de boa mulher defendido pelo jornal. Assim, nem sempre as representações elaboradas pelo discurso do jornal se convertiam em práticas diretas, pois estas variam de acordo com o contexto no qual o sujeito estava inserido.

Utilizar jornais católicos como fontes históricas, como esclareceu Ana Cláudia Ribas (2009)[4], é uma iniciativa relativamente nova, pois durante muito tempo a historiografia desvalorizou esse tipo de fonte, duvidando de sua imparcialidade. A nova historiografia, em particular a História Cultural, forneceu as bases para se pensar na fonte jornalística como um espaço de cultura, assim como um produto das inquietações de uma determinada época e sociedade. A imprensa pode intervir na vida social, construindo vários tipos de representações. Maria Helena Capelato (1994) considera o jornal como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Assim, os jornais devem ser interpretados como agentes da História. A imprensa, ao invés de ser percebida enquanto mero espelho da realidade social, passou a ser concebida como espaço de representação do real. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época (CAPELATO, 1994).

Ela não pode ser vista como um reflexo completo da realidade, mas sim como espaço de representação de realidade (CAPELATO, 1994). Portanto, ao analisar o que é publicado, deve-se entender que a Imprensa não é uma fonte que irá veicular a neutralidade. Na verdade, é preciso percebê-la "como uma prática social produtora de sentidos" (MARIANI, 1993, p.38), que devem ser múltiplos, pois cada leitor se apropria do texto de uma maneira particular, de acordo com a sua identidade sócio-histórica (CHARTIER, 2001), produzindo suas subjetividades.

Com base nos estudos de Maria Helena Capelato (1994) e Tânia de Luca (2008), pode-se perceber que a imprensa não é despojada de sua intencionalidade, já que veicula discursos que pretendem referendar determinadas representações sobre as realidades sociais. Neste caso em particular, o jornal estudado tem justamente a finalidade de produzir e reproduzir determinadas representações com base em um discurso pautado na tradição cristã acerca do sexo e da família, evidenciando as relações de poder que se instauram nessas dimensões da vivência humana. Desse modo, os periódicos não são imparciais, pois estão a serviço de algum grupo, para atender as suas demandas e interesses (NICHNIG, 2008).

Nos últimos tempos tem crescido o interesse pelo periodismo católico. Verifica-se a existência de estudos que se utilizam dos jornais católicos como fontes para se descobrir

[4] Assim o fez em uma dissertação que tinha objetivos em muitos sentidos semelhantes aos colocados neste trabalho, porém para um recorte temporal diferenciado (RIBAS, 2009).

projetos educacionais para a juventude, infância e para as mulheres. Essas investigações são realizadas, principalmente, nas áreas da educação. No campo da História, é mais comum a leitura dos jornais católicos como um meio de formar cultura e ordenar a sociedade. No entanto, ainda não consiste em um campo de estudos consolidado, pois carece de uma quantidade maior de trabalhos que objetivem sanar as lacunas que ainda persistem sobre o assunto.

Dito isso, é preciso esclarecer que esta pesquisa está ancorada na utilização de duas fontes primárias principais. A mais importante consiste nos volumes do jornal *Lar Católico*, entre os anos de 1954 e 1986. Também possuem alguma relevância para o âmbito desta pesquisa alguns dos documentos emitidos pelo Papa, que teriam por finalidade discorrer sobre a família, a fecundidade, o matrimônio e também os meios de comunicação, a saber: as encíclicas *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), *Casti Connubii* (PIO XI, 1930), *Vigilanti Cura* (PIO XI, 1936), *Mater Magistra* (JOÃO XXIII, 1961), e *Miranda Prorsus* (PIO XII, 1957); as pastorais *Gaudium et Spes* (VATICANO, 1965) e *Communio Progressio* (PAULO VI, 1971); o documento *Familiaris Consortio* (JOÃO PAULO II, 1981b); o decreto *Inter Mirifica* (PAULO VI, 1966) e os excertos do Papa Leão XIII *Sobre a Imprensa* (datam do final do século XIX).

Os textos do *Lar Católico* estão baseados nesses discursos emitidos pelas autoridades religiosas, emprestando às palavras do periódico um sentido de sacralidade. Nesse ponto, deve-se concordar com Foucault, quando este afirma que os discursos estão na origem "de um certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer" (FOUCAULT, 1996, p.22).

Ao trabalhar com os discursos que a Igreja produz sobre a sexualidade, fica aparente o que Foucault buscou descrever no primeiro volume da *História da sexualidade*. Segundo ele, não é possível acreditar que a partir do século XVII, o sexo teria sido calado, negado, reduzido ao silêncio. Na verdade o que aconteceu foi uma tentativa de se buscar o saber e a verdade sobre o sexo, o que provocou uma incitação a colocá-lo nos discursos (FOUCAULT, 1998a). Assim, as condutas sexuais pessoais não serão somente gerenciadas na esfera particular, mas também serão alvos de disputa pública. Esse aparato discursivo exerce um tipo de poder sobre o sexo, buscando regulá-lo.

Nesse aspecto, todos esses documentos pontifícios mencionados colocam o sexo em debate, para exercer um poder sobre ele, objetivando enquadrá-lo nos padrões católicos. Para Foucault, o desenvolvimento de um estudo que defende que a sexualidade deve considerar a

análise dos discursos que a envolvem, discursos esses que produzem relações de poder e saber. Assim, deve-se ter em mente quem são os produtores desses discursos e quais os objetivos que nortearam a sua produção. Quanto à sexualidade, ela não se desarma no âmbito do discurso. Longe disso, o discurso é o lugar mais privilegiado para ela exercer seus poderes. O discurso não vale simplesmente por aquilo que ele evidencia ou oculta, mas ele é o próprio objeto do desejo, é aquilo pelo que se luta, o poder do qual se quer apoderar (FOUCAULT, 1996).

Outra estratégia discursiva sobre a sexualidade que é mais popularizada, e que também se enquadra no que foi teorizado por Foucault, diz respeito à educação sexual. Diversos segmentos da sociedade brasileira, desde o início do século XX, buscaram empreender um gerenciamento da sexualidade, através dos manuais de educação sexual. A Igreja católica não se furtou a essa prática e também estruturou um conhecimento sobre o sexo para seus fiéis, já que não considerava apropriada a educação sexual realizada pelos leigos. Os livros de educação sexual cristã, de um modo geral, tratam questões como o noivado, o casamento e o comportamento feminino sob a ótica da moral católica. Esse trabalho está enfatizando o caderno de preparação para o casamento e iniciação dos filhos aos mistérios da vida, escrito por Maria Magdalena Ribeiro de Oliveira.[5] Nesse caderno, como já foi exposto anteriormente, a conselheira da coluna *Intercâmbio com as Leitoras* faz uma série de considerações sobre como os jovens devem ser instruídos para viver os aspectos do casamento (leia-se sexualidade e convívio familiar) em conformidade com os preceitos católicos.

Para entender como se estruturavam os discursos sobre família e sexualidade, tanto no âmbito católico quanto no das demais instituições presentes na sociedades (escolas, associações e imprensa leiga, por exemplo) é preciso utilizar o conceito de gênero. Tal conceito consiste em uma ferramenta para se vislumbrar como os segmentos sociais e os grupos religiosos católicos se posicionavam diante dos papéis conferidos a cada sexo no período histórico trabalhado, para assim construir as suas representações.[6]

A pertinência do conceito de gênero será evidenciada, para que se possam entender as relações sexuais e sociais efetivadas pelos sujeitos. As questões relativas às representações

[5] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular.

[6] Em relação a esse conceito de representação, procuro pensá-lo de uma maneira similar à exposta por Roger Chartier, quando ele define que as representações estão inscritas em "em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação" (CHARTIER, 1990, p.17).

sobre sexualidade e família na Imprensa feminina leiga serão debatidas nesse espaço, enfatizando suas permanências e mudanças nos discursos que as originaram.

A partir do suporte teórico proporcionado pelo conceito de gênero, é possível estudar as produções discursivas católicas sobre as mulheres e as relações que elas estabeleceram a partir de suas leituras. Ao veicularem modelos ideais de estruturação familiar e de vivências da sexualidade, os jornais católicos construíram representações sobre os gêneros, indicando as práticas e os comportamentos ideais para homens e mulheres. Essa questão é ainda mais perceptível no que tange à mulher, pois há uma preocupação maior em regular o seu corpo, restringir suas atividades e estabelecer um lócus privilegiado para a sua atuação.

O conceito de gênero, de acordo com Cláudia Maia, é fruto de uma elaboração feminista que o utiliza enquanto uma categoria analítica, essencial para se questionar a produção das diferenças sexuais, baseadas no determinismo biológico do sexo e, por isso mesmo, naturalizada e tornada a-históricas (MAIA, 2007). Logo, o gênero pode variar de acordo com as experiências sociais e culturais do indivíduo, não sendo necessariamente, determinado pela configuração biológica sexual que este possa apresentar. Percebendo o gênero como um instrumento de combate contra o determinismo biológico, alguns historiadores pensaram na viabilidade de trazê-lo para o campo histórico. Nesse particular, destaca-se a atuação das historiadoras feministas norte-americanas, pioneiras na utilização e conceituação do gênero.

Durante a década de 80, de acordo com Joan Scott, a categoria gênero ganha força, se distanciando um pouco da política, no sentido da ideologia feminista (SCOTT, 1992). Scott entende o gênero enquanto uma categoria de análise útil ao conhecimento histórico. Para essa historiadora norte-americana o gênero aplicado à disciplina histórica significaria o saber a respeito das diferenças sexuais. Tal saber é produzido pelas culturas e sociedades e se desenvolve a partir das relações humanas, mais especificamente as relações entre homens e mulheres. Para ela, os usos e significados desse saber são fruto de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas.

Assim, o gênero deve contribuir para uma visão mais completa da história, pois consiste em um instrumento analítico para os historiadores, na medida em que "é capaz de gerar um saber novo sobre as mulheres e sobre a diferença sexual e inspirar desafios críticos às políticas da história ou, também, de qualquer outra disciplina" (SCOTT, 1994, p.25).

Joan Scott afirma que a opção pela palavra gênero (*gender*, em inglês) indica a rejeição ao determinismo biológico e aponta para o caráter fundamentalmente social das

distinções fundadas sobre o sexo (SCOTT, 1990 apud (ARCHANJO, 1997). Mais especificamente, a introdução do gênero na história promoveu uma nova concepção a respeito das categorias de homem e mulher, estabelecendo o que Lia Zanotta Machado chamou de "desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher, para implantar uma radicalização da construção "simbólica" (entendendo-se aqui a natureza da dimensão social e cultural) das noções de feminino e masculino" (MACHADO, 1998, p.107, grifo do autor). Em outras palavras, essa categoria analítica é capaz de perceber que as diferenças sexuais e sociais se estruturam a partir das significações históricas e socialmente construídas por mulheres e homens.

O estudo do gênero, em termos históricos, evoca as relações entre os sexos, revelando a existência de uma hierarquização entre o feminino e o masculino, imbuída de um jogo de poder (BIDEGAN, 1996). Joan Scott pondera que as diferenças sociais são marcadas também pela questão do sexo, sendo o gênero uma das primeiras instâncias que daria sentido às relações de poder. Assim, ela propõe que as relações de gênero são constituídas e perpassadas pelos símbolos, os conceitos normativos, a relatividade da fixidez dos padrões normativos e a identidade subjetiva (SCOTT, 1990).

De certa forma, quando se trabalha com o discurso de um jornal católico, deve-se enfatizar o papel dos conceitos normativos na formulação dessas diferenças sexuais. Mas também não se deve negligenciar a questão da identidade subjetiva, que se refere mais propriamente à formação da identidade dos leitores, percebendo o modo como eles incorporam ou não os conceitos normativos. Sabe-se que dificilmente os leitores não adotaram passivamente as representações católicas referendadas pelo jornal, pois existem variadas possibilidades de apropriação.

Logo, as diferenciações e os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos "não são discursos neutros, mas representações construídas repletas de significados e de relações de poder" (POSSAS, 2004, p.265). Sendo assim, esses papéis sociais confiados aos homens e às mulheres não se constituem em meros desdobramentos de suas respectivas condições biológicas, pois feminino e masculino não são noções naturais, universais e abstratas que designam os sexos. Na verdade, nem mesmo o sexo deve ser naturalizado, sendo também algo historicamente construído (BUTLER, 2003), pois como enfatiza Foucault, o corpo também é alvo de regulação por parte dos discursos.

Em suma, a incorporação do gênero, como categoria de análise na historiografia, tem o interesse de destacar as diferenças sexuais, a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída (MATOS, 1998). O gênero permitiu sexualizar

as experiências humanas, esclareceu pontos da dimensão sexual que constitui a subjetividade e interfere nas práticas cotidianas. Além disso, ele trouxe para a história à possibilidade de se perceber o quanto as diferenças sexuais são construções históricas e culturalmente determinadas, o que possibilitou a desnaturalização de representações e conceitos.

A naturalização das diferenças sexuais foi tão intensa que impossibilitou, segundo Bourdieu, que os sujeitos envolvidos tomassem consciência da historicidade dessa dominação. Assim, Bourdieu definiu que a dominação estaria incorporada no *habitus* do dominador (masculino) e do dominado (feminino). Ao dissertar sobre a dominação simbólica, percebe-se que o poder está por toda a parte. O poder mais invisível, aquele que é mais ignorado, que não é dado a perceber pelas forças que o disputam, este é o poder simbólico (BOURDIEU, 2004). É essa modalidade de poder que as relações de gênero naturalizadas escamoteiam. A hierarquização de gênero, oriunda a partir desse poder simbólico, está inscrita também no campo religioso, uma vez que este também produz discursos e representações sobre as funções e os comportamentos dos gêneros.

Aproveitando o ensejo, Pierre Bourdieu fez considerações sobre o campo religioso e como esse campo pode criar percepções sobre o mundo. Bourdieu afirma que o sistema de crenças e práticas religiosas representaria estratégias dos grupos de especialistas para gerir os bens de salvação e os grupos interessados em segui-los (BOURDIEU, 2001). A religião para o autor contribuiria para impor uma determinada percepção e pensamento sobre o mundo, pois também impõe um sistema de prática e representações que se constituem a partir de uma estrutura que se apresenta natural-sobrenatural do cosmos (BOURDIEU, 2001).

A Igreja consiste em uma instituição pertencente ao mundo social, que se constitui sobre um alicerce de práticas e representações, que teriam por função organizar a estrutura social compartilhada pelos fiéis. Os estudos de Pierre Bourdieu sobre o campo religioso são muito importantes para o andamento desta pesquisa, na medida em que nos conduzem a entender que os discursos, as práticas e as representações emanados da Igreja teriam por objetivo organizar as ações dos indivíduos no intuito de ordenar a estrutura social. Enquanto instituição, a Igreja está gerida e estruturada por um corpo de profissionais, que dominam seus dogmas, continuamente reproduzidos para a sociedade, através de rituais. A existência desse corpo de profissionais evidencia a hierarquia de poder presente na instituição, na qual os leigos estariam em uma situação inferiorizada.

Para Bourdieu, a religião é um sistema simbólico que determina o que pode e o que não pode ser discutido. As pessoas buscam na religião uma justificativa para existir em determinada posição social. Assim, as religiões oferecem às sociedades algumas respostas,

por exemplo, do por que as relações de gênero se configuram desta forma e não de outra (BOURDIEU, 2001). Assim, as religiões constroem e legitimam as posições socialmente conferidas aos gêneros. Nessa percepção, a religião produz sentidos e confia significados aos sujeitos. O processo de significação do sujeito se reveste de sacralidade, que favorece o poder simbólico que um sujeito pode vir a exercer sobre o outro. Logo, os discursos religiosos têm alguma implicação sobre as atitudes dos seres humanos no que concerne às relações de gênero.

Na contemporaneidade, o impacto do discurso religioso repercute de forma mais branda na prática dos fiéis, que encontram "em outros sistemas de sentido e significação de seu sexo e de seus relacionamentos" (LEMOS; SOUZA, 2009, p.8). Apesar de a Igreja ter perdido muito do seu poder sobre os corpos e as mentes, ela compartilha de muitas das representações de gênero presentes na sociedade, tendo o poder de sacralizá-las (LEMOS; SOUZA, 2009).

Esta dissertação trabalha com as representações veiculadas pelo jornal e com as práticas que elas pretendem ou não engendrar sobre o grupo de leigos aos quais os textos jornalísticos se destinavam. Assim, seria pertinente entender como os bens simbólicos de salvação circulam entre os especialistas que produziram o jornal e os leigos. O jornal funcionava como um meio de circulação desses bens, um elo entre os especialistas e os leigos, tornando mais acessíveis os discursos presentes nas encíclicas e demais documentos eclesiásticos, que visavam a regular as condutas, principalmente as que concerniam aos gêneros.

No âmbito desta pesquisa, seria interessante fazer como as historiadoras Vera Puga e Dulcina Bonati sugeriram e unir as relações de gênero e História Cultural (PUGA; BONATI, 2006). Isso porque, na verdade, em toda fonte histórica que enuncia discursos é possível vislumbrar o aparato cultural dos produtores desses discursos. Assim, tal como elas enfatizam, é preciso prestar atenção no que diz Roger Chartier sobre a História Cultural:

> [...] pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. (CHARTIER, 1990 apud PUGA; BONATTI, 2006, p.128).[7]

Dessa forma, essas historiadoras buscam demonstrar a importância de se perceber nas fontes a presença de símbolos e representações, "que levaram homens e mulheres a agirem e perceberem o mundo segundo suas óticas particulares, herdadas ou impostas socialmente, através da cultura e das relações de gênero" (PUGA; BONATTI, 2006, p.128). Consequentemente, os historiadores deverão aprender a ver que toda relação de poder (incluindo as relações de gênero) é uma construção social.

Dito isso, é preciso esclarecer que várias pesquisas históricas que utilizam o conceito de gênero estão preocupadas em entender como as identidades de gênero são construídas historicamente e exercem o poder de constituir o sujeito através das práticas discursivas (NAVARRO-SWAIN, 2000). Nesse quesito, percebe-se que o *Lar Católico* consistiu em um lócus de formação de representações sobre os gêneros, pois os discursos neles veiculados estão interessados em demarcar as posições sociais de homens e mulheres, indicando as práticas mais adequadas a serem seguidas. Tais discursos entram em conflito ou em diálogo com práticas discursivas provenientes de outras instituições e segmentos sociais, ajudando a compor o repertório cultural dos leitores dos periódicos estudados.

Cada leitor, enquanto sujeito histórico irá dar seus próprios significados a esses discursos, incorporando ou não os seus elementos em suas práticas cotidianas. Pode-se perceber, no âmbito da pesquisa, que as cartas enviadas pelas leitoras nos revelam um universo repleto de conflitos, desarmonias conjugais e familiares, que não estão previstos do ideal de vida familiar traçado pelo catolicismo. Mesmo assim, em algumas delas transparece a intenção de buscar tal ideal. Isso demonstra que os sujeitos (no caso os leitores) não estão alheios às representações oferecidas pelo jornal, mas as incorporaram e constroem suas identidades dentro das possibilidades culturais que possuem. Portanto, os discursos que

[7] CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo.Lisboa: Difel, 1990.

originam as representações sociais são elementos que constituem o sujeito, mas não são os únicos fatores que influenciam as suas práticas.

Ao propor a derrocada de um sujeito universalizante e a-histórico, Foucault contribuiu demasiadamente para as pesquisas de gênero, que buscam reconstruir as relações e constituições dos sujeitos nelas envolvidos, em toda a sua historicidade. Para Foucault, o sujeito é possuidor de identidades variantes e múltiplas, que estão sempre em processo de construção, justamente quando entram em cena as práticas discursivas, imersas em um jogo de poder e saber. Entrando em contato com as representações sociais que o mundo tem a lhe oferecer, de acordo com Teresa Lauretis, o sujeito as absorve e as reproduz (LAURETIS, 1994). Como sugere Cláudia Maia, o sujeito recorta as representações que irá utilizar, respondendo à interpelação do social. Mas isso não ocorrerá de maneira passiva, pois nesse momento, o sujeito pode revelar elementos de resistência (MAIA, 2007).

Os leitores estão em contato com as representações sobre os modelos de família e sexualidade veiculados pelo jornal. De um modo geral, eles não as desconsideram, e alguns as consideram perfeitamente legítimas e naturais. Porém, algumas cartas analisadas revelam que os leitores possuíam desejos íntimos que entravam em conflito com a situação familiar na qual viviam e, por vezes aderiam à práticas sexuais desaconselháveis pelo jornal *Lar Católico*. Muitas vezes, tais leitores cultuavam valores como a vaidade e o individualismo, que não se coadunam com o modelo de mulher, e mãe de família, defendido pelo jornal. Assim, percebe-se que as relações entre os sujeitos e as representações produzidas pelos discursos são complexas e dependem de diversas variáveis socioculturais.

Nesse sentido, o historiador Roger Chartier propõe o uso da noção de apropriação. De acordo com Chartier, as formas de apropriações não são universais (CHARTIER, 1996.). Na verdade, os leitores se apropriam dos impressos de formas distintas. Assim, pode-se concluir que nem sempre os enunciados chegam até os leitores de acordo com os desejos e as vontades de seus produtores. No entanto, as diferentes apropriações irão depender, sobretudo, das competências e práticas de leituras próprias da comunidade leitora, na qual o leitor está inserido. A apreensão de sentido depende também das histórias de vida e das realidades sociais de cada indivíduo.

Buscando compreender melhor as significações que o clero produziu e difundiu sobre a família e a sexualidade, é preciso utilizar o conceito de representação. Roger Chartier trabalha com a ideia do "mundo como representação", que é construído através de uma série de discursos (CHARTIER, 1990, p.23). Segundo Chartier, a percepção e a apreensão do real variam de acordo com o meio social nos quais são produzidas e compartilhadas determinadas

disposições que pertencem e fazem sentido exclusivamente àquele grupo. “São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17). Ele define as representações coletivas como instâncias capazes de incorporar nos indivíduos as divisões do mundo social, organizando os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem (CHARTIER, 2002). Assim, fica impossível pensar nas representações coletivas dissociadas das práticas, uma vez que tais representações não possuem existência, senão quando comandam os atos (CHARTIER, 2002).

As representações que os diferentes grupos sociais buscam construir acerca do mundo social aspiram à universalidade do fenômeno apreciado, mas “[...] são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p.17). Além dos interesses, podem-se citar também os valores, que são determinantes na elaboração dos enunciados que originam as representações. Portanto, para Chartier é preciso levar em consideração quem pronuncia esses discursos, pretendendo especificar quais são os interesses e os valores compartilhados por esses grupos, para que se possa entender melhor o processo de construção dessas representações. Nesse sentido, Chartier especifica que:

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p.17).

Percebe-se que os segmentos da Igreja Católica que estavam por trás da publicação do jornal *Lar Católico* foram os responsáveis pela difusão de diversas representações sobre a sexualidade e família, entre os anos 50 e 80 do século XX. Considerando que a difusão de representações não é um processo neutro, é primordial perceber quais eram os interesses e valores que estruturaram a construção e dos sentidos atribuídos à família e sexualidade no período.

Esta pesquisa está inserida em um campo de investigação da História Cultural, uma vez que alguns conceitos pertencentes a esta linha, como por exemplo, as noções de práticas, representação e apropriação, discutidas por Roger Chartier foram aqui utilizadas para melhor entender o objeto de estudo e o modo como ele se relaciona com a sociedade: o jornal *Lar Católico*. No entanto, a análise das representações do mundo social forjadas pela Igreja e das práticas que as mesmas engendraram não devem esquivar-se do entendimento de que essas representações necessitam de certa legitimidade para se estabelecer enquanto verdades e

valores a serem seguidos. Para garantir a existência de tal legitimidade, seria imprescindível que a Igreja buscasse elaborar estratégias (CERTEAU, 2006). Nesse sentido, entrariam as contribuições de Michel de Certeau.

Segundo Certeau, as estratégias seriam ações perpetradas a partir de um lugar privilegiado de poder, que seria a própria Igreja Católica, elaborando discursos totalizantes, que visariam a incidir sobre um lugar, a sociedade, em meio a todo um processo de transformação das relações sociais, característicos de meados do século XX (CERTEAU, 2006). Esse posicionamento auxiliará no entendimento acerca de como uma imprensa pode servir de estratégia para manter a identidade e o comportamento dos fiéis. A utilização desse meio de comunicação (mídia impressa) está ligada ao uso de uma linguagem autorizada pelo corpo de representantes da instituição, uma autoridade simbólica que é capaz de forjar alguma visão de mundo.

As teorias de Certeau e Bourdieu ajudam a entender o jornal *Lar Católico* como o porta-voz de um segmento da instituição, pois contém uma linguagem autorizada, que profere um discurso defendido por esse segmento de profissionais ligados à Igreja.

> A especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão, etc.) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. (BOURDIEU, 1996, p.91).

Outra problemática que envolve esta pesquisa se refere à questão do discurso. Desse modo, esta dissertação resgata os estudos de Foucault sobre o discurso, em uma tentativa de trabalhar com os discursos que a “boa imprensa” tentou transmitir entre as décadas de 50 e 80. Como não é o objetivo fazer uma reflexão mais apurada das teorias foucaultianas sobre esse tema, buscarei destacar brevemente, alguns pontos dessa teoria, que se relacionam com o conceito de discurso utilizado por este trabalho.

Os pesquisadores que analisam os discursos devem levar em consideração que os dados linguísticos presentes nas falas discursivas não podem ser entendidos enquanto um reflexo das opiniões das pessoas, ainda que toda fala pressuponha interesses e intencionalidades. Nesse sentido, Foucault aponta para o fato de que as relações históricas, de práticas muito concretas, estão "vivas" nos discursos. O analista de um discurso deve fugir de um exercício de interpretação que busca aquilo que está subentendido ou “por trás" dos documentos. Ao contrário, ele deve perceber que esses materiais são uma produção histórica. Assim, o discurso deve ser pensado em conjunto com as suas condições de produção e sua

análise deve buscar inseri-lo na circunstância em que emergem os seus enunciados (FOUCAULT, 1986)[8]. A proposta de Foucault seria atentar para as singularidades históricas de um enunciado, observando como são formadas determinadas unidades discursivas, através das relações que um enunciado mantém com outros e com as práticas não discursivas.

O interessante seria saber por que aquele enunciado específico emergiu naquele momento histórico preciso e por que outro enunciado não poderia tomar o seu lugar. Fica claro, então, que existem condições de aparecimento histórico de um determinado discurso, relativas às formações não discursivas (instituições, processos sociais e econômicos). No que tange esta pesquisa, é pertinente notar, por exemplo, por que o discurso religioso católico sobre a indissolubilidade do casamento aparece com tamanha força nas páginas da "boa imprensa" de Juiz de Fora na década de 70, quando as modificações para a aprovação do divórcio no Brasil estão sendo discutidas pela sociedade e pelo congresso brasileiro.

Logo, um determinado discurso é provido de historicidade e não se deve esquecer-se de vislumbrar as possíveis rupturas que ele venha a sofrer com o passar do tempo. A proposta de Foucault era realizar uma análise arqueológica, que observasse as condições de emergência e de produção de um determinado discurso. Assim, nesse momento, a arqueologia deveria englobar a presença das práticas não discursivas (as instituições, os acontecimentos políticos, os processos econômicos e culturais), as quais os enunciados remetem e nas quais eles sobrevivem. Tais práticas não são a expressão de um discurso, mas fazem parte de suas condições de emergência, relacionando-se intensamente com as práticas discursivas.

As rupturas que Foucault enfatiza nos discursos, que promovem a sua historicidade, podem ser provocadas pelas relações que as práticas discursivas mantêm com as práticas não discursivas. Isso é possível, pois as relações sociais, em que estão investidos os enunciados, constituem-se e modificam-se exatamente através da ação desses mesmos enunciados. Além disso, o discurso, ele mesmo, está em constante transformação por estar presente nesses espaços não discursivos, que também se renovam com o tempo.

Assim, voltando para a questão da produção e emergência de um discurso, devem-se considerar algumas questões. Uma delas diz respeito à memória funcionando como um interdiscurso. Em outras palavras, aquilo que foi produzido antes e em lugares diversos pode se acoplar ao discurso sem que, necessariamente, o sujeito que o profere se conscientize disso. O sujeito que profere o discurso está atravessado por uma história, por uma série de discursos

[8] Para Foucault, o enunciado seria a unidade do discurso, pois ele define o discurso como sendo: "um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva". (FOUCAULT, 1986, p.135). Nesse sentido o enunciado seria um acontecimento caracterizado por quatro elementos básicos: um referente, um sujeito e uma materialidade específica (FOUCAULT, 1986).

que existiam anteriormente a ele. O seu discurso somente pode fazer sentido mediante a linguagem e a História que esse sujeito compartilha com os outros. No entanto, nem sempre é possível que o sujeito discursivo tenha o controle dos sentidos que ele produz.

Ainda de acordo com Foucault, esse sujeito discursivo também representaria uma posição, um "lugar de fala" que produziria efeitos. Seria justamente esse "lugar", essa "posição", que lhe conferiria ao sujeito que fala autoridade e respeitabilidade que ele necessitaria para que o seu discurso fosse considerado como válido e legítimo. Nesse sentido, podemos utilizar essa proposição de lugar de fala no âmbito desta pesquisa, ao considerar que Maria Madalena Ribeiro de Oliveira, a conselheira que responde às missivas dos leitores do *Lar Católico*, representaria aquilo que Foucault coloca como sendo o sujeito discursivo. A posição que essa mulher ocupava dentro do jornal enquanto colaboradora de redação, sua atuação dentro do movimento da Ação Católica desde a sua juventude, sua condição de escritora, tudo isso a gabaritaria para realizar a função que desempenhava, garantindo a confiabilidade daquilo que ela dizia para os leitores.

Assim, os historiadores que trabalham com a produção de discursos devem estar atentos a algumas questões pertinentes em relação ao que é dito, como por exemplo, quem fala, o que fala e para quem fala. Nesse sentido, faz-se necessário mobilizar o conceito de enunciado, tratado por Foucault como uma frase, proposição ou ato de linguagem que é proveniente de um sujeito. O fato de esse ato de linguagem ser oriundo de um lugar de fala, faz com que ele se torne um enunciado. O enunciado é produzido por um autor, que nada mais é que uma função do sujeito. É o autor quem dá coerência ao discurso e diminui a possibilidade de acaso. A exemplo do que fez a historiadora Cláudia Maia (2007) em seu trabalho, estou considerando como enunciados os textos presentes nos jornais estudados, pois são provenientes de um lugar de fala e se destinam a um público leitor.

Ainda sobre essa questão dos discursos, pode-se buscar em Foucault a categorização de sua produção, quando ele diz que:

> [...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada, temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p.9).

Dentro dessa perspectiva de controle do que é falado e ministrado para a sociedade é que se pode entender a atuação do jornal *Lar Católico* ao recortar e selecionar passagens das cartas de seus leitores. Na verdade, nem tudo o que estava contido em tais cartas interessava

ser publicado. Isso pode ser dito principalmente em relação às passagens nas quais os leitores relatavam suas transgressões sexuais. Nesses momentos, a conselheira Maria Madalena Ribeiro de Oliveira apenas indicava o nome ou o pseudônimo do leitor, para em seguida apresentar seu conselho, sua opinião. Os leitores estavam cientes dessa prática seletiva, que pretendia direcionar os conteúdos das cartas para os temas que o jornal pretendia abordar. Assim, os leitores que enviavam cartas não possuíam o poder sobre esse processo de seleção e não poderiam ter a certeza que as suas cartas seriam realmente publicadas (MAINGUENEAU, 1997). Por outro lado, a conselheira busca destacar as cartas que elogiam o seu posicionamento e fazem apologia ao catolicismo e aos seus preceitos sobre família e sexualidade.

Como já foi dito anteriormente, os jornais não são fontes neutras, pois estão sempre tentando difundir as suas ideologias para o seu público leitor. No caso do periódico analisado no contexto desta pesquisa, percebe-se a elaboração de discursos que visavam a posicionar as mulheres e os homens dentro de padrões de conjugalidade que garantissem a reprodução de relações familiares pautadas nos ideais cristãos. Para realizar tal empreendimento, era preciso regular os corpos e restringir as práticas sexuais ao universo matrimonial, através de uma educação sexual, preferencialmente cristã.

Isso posto, é preciso enfatizar que esta dissertação está articulada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, a história da Igreja Internacional será brevemente resgatada, com enfoque nas transformações vivenciadas pela Igreja Católica dentro do recorte temporal estabelecido, destacando principalmente a realização do Concílio Vaticano II, que representou um marco no diálogo entre Igreja Católica e sociedade. A repercussão do Concílio no âmbito da Igreja nacional e da América Latina também será analisada, na medida em que é possível constatar que o *Lar Católico* produziu representação a esse respeito.

O segundo capítulo terá como principal enfoque a relação da Igreja Católica com os meios de comunicação, demarcando o fato de que essa instituição percebe os meios de comunicação como um instrumento para a transmissão de suas mensagens. Também destacará os principais pontos da trajetória do o jornal estudado, tratando de aspectos como o seu surgimento, seus modos de circulação e sua estrutura gráfica.

Nos três próximos capítulos, esta dissertação busca elucidar alguns aspectos que caracterizam a relação da Igreja Católica com as diferenciações de gênero, no sentido de entender como essa instituição percebe as questões relativas ao feminino e ao masculino dentro da sociedade. Assim, na medida do possível, a intenção é elucidar os processos que levaram a Igreja Católica a estabelecer um ideal de família, conjugalidade e sexualidade.

Também serão discutidos os aspectos de educação sexual cristã, que visaram a demonstrar os limites entre o sagrado e o profano, demarcando e regulando os usos e os entendimentos a respeito dos corpos. Para finalizar este capítulo, a questão da unidade familiar será apresentada como estratégia católica para a manutenção da organização social. Para tal empreendimento, a instituição buscou defender a indissolubilidade do casamento, ameaçada nas décadas de 60 e 70, fortalecendo a ideia da necessidade da presença feminina dentro do lar. Dessa forma, os próximos capítulos se dedicarão a entender como os discursos católicos, sobre sexualidade e gênero, foram construídos e apresentados nos jornais, destacando a historicidade dos mesmos.

Assim, alguns temas que aparecem com muita frequência nos jornais serão abordados. A luta contra o divórcio empreendida na década de 70 pela "boa imprensa" é um exemplo satisfatório para se entender os mecanismos que esta mobiliza para defender um dos preceitos mais importante para o catolicismo: a indissolubilidade do casamento. Outro ponto crucial concerne ao controle dos corpos femininos. A virgindade, em muitos momentos, aparece como um bem que deve ser cultivado por homens e mulheres, uma vez que o corpo deve ser entendido como algo dotado de sacralidade. O sexo é entendido não só como o único meio de realizar a reprodução humana, mas também como uma estratégia que estabelecer uma relação de cumplicidade e companheirismo entre os esposos. Por conta disso, sua prática deve ser restrita ao espaço da conjugalidade.

Outro mecanismo de controle do corpo da mulher e de questionamento de técnicas de contenção de natalidade seria o aborto. Amplamente condenado pela "boa imprensa", ao longo das décadas estudadas, ele passa a ser discutido com mais frequência e apresentado como uma prática desumana e fora dos padrões estabelecidos pela Igreja. Outro tema perceptível e que com o tempo, principalmente a partir da década de 70, passa a desfrutar de mais espaço nas páginas dos jornais estudados é o da juventude. Esse grupo social que desponta como transgressor no final da década de 60, também se reveste de importância para a construção do ideário familiar católico, já que o conflito de gerações entre pais e filhos pode causar desarmonia familiar. Nesse sentido, se torna necessário normatizar também a conduta dos jovens.

Por fim, no último capítulo, será inserida a análise do consultório sentimental, enquanto um espaço no qual se encontram diferentes sujeitos (a conselheira e as leitoras), sendo revelador de discursos e de variadas práticas cotidianas. Descrevendo a conduta da conselheira perante suas leitoras, é possível perceber que essa personagem incorpora o ideal de mulher pretendido pelo jornal *Lar Católico*. Percebe-se, porém, que o seu discurso apregoa

o desenvolvimento de uma mulher cristã, mas informada, educada e atuante na sociedade. Quanto às leitoras e leitores (pois também é possível encontrar homens escrevendo para o consultório sentimental), percebe-se que criam entre si um círculo de sociabilidade e solidariedade, realizando orações e dando conselhos aos indivíduos que descrevem um sofrimento maior. Além disso, a coluna servia como um meio de se buscar um parceiro ou parceira ideal, para formar um lar cristão. Perceber-se em alguns depoimentos uma conduta desviante das representações veiculadas pelo jornal.

2 A IGREJA CATÓLICA E A SUA RELAÇÃO COM O MUNDO

A eleição do cardeal Josef Ratzinger para o Papado corroborou uma tendência que já estava configurada desde o pontificado do carismático João Paulo II: um reforço ao tradicionalismo. Questões consideradas por alguns segmentos sociais como conservadoras, tais como a moral familiar, o combate aos métodos anticoncepcionais artificiais e a luta para a preservação da vida foram defendidas por João Paulo II e tudo leva a crer que não foram abandonadas por Bento XVI. O mundo moderno parecia escutar com atenção as palavras do papa pop, mas não se esforçava para segui-las, principalmente no tocante à virgindade pré-marital e ao uso dos métodos anticoncepcionais. Nesse sentido, a doutrina da Igreja se afastava das necessidades e dos interesses de muitos fiéis. Algo semelhante se passa também durante o pontificado de Josef Ratzinger, o Bento XVI.

No entanto, o Papa Bento XVI surpreendeu o mundo nas últimas semanas, e após uma série de declarações desfavoráveis em relação ao uso de métodos artificiais que impedem a concepção, se posicionou a favor do emprego da camisinha em determinadas situações, como nos casos em que a proteção contra o HIV se faz necessária. Esse fenômeno demonstra que o discurso religioso, tal como as demais modalidades discursivas, é passível de uma reelaboração. Tal fenômeno ocorre somente devido à influência das transformações sociais na construção dessas práticas. Em outras palavras, a realidade da disseminação do vírus no continente africano fez o papa relativizar a proibição do preservativo.

A palavra do papa não é oficial, pois não foi sacramentada em nenhum documento emitido pela Santa Sé, estando somente presente em um livro que contém entrevistas com o papa e que foi elaborado por Peter Seewald (PELA..., 2010). Porém, seu pronunciamento pode vir a ser considerado, no futuro, como uma ruptura significativa com o discurso estabelecido pela Igreja Católica, sobre os métodos anticoncepcionais, que vigora desde a publicação da encíclica *Humanae Vitae*, de Paulo VI (1968).

Bento XVI abre uma possibilidade para a utilização do preservativo, especificamente no caso de combate à AIDS, determinando que a Igreja não a entenda como uma solução real e moral. Porém, "Em certos casos, quando a intenção é reduzir o risco de infecção, pode ser, no entanto, um primeiro passo para abrir o caminho a uma sexualidade mais humana."(PELA..., 2010). Ainda segundo Bento XVI, “se basear só” no preservativo significa banalizar a sexualidade, e isso faz com que muitas pessoas não vejam na sexualidade a

expressão do amor, "mas apenas uma espécie de droga, que fornecem a si mesmos." (PELA..., 2010).

Percebe-se que apesar dessa aparente aceitação, Bento XVI reafirma o conceito de sexualidade pautada no conhecimento e no amor mútuo. Na acepção do papa, a prevenção contra esse vírus não deveria ser restrita à utilização do preservativo, pois o foco do problema permanecia sendo a prática de atos sexuais de forma leviana, que não levavam em consideração a finalidade que Deus confiou à sexualidade, que passaria pelo engrandecimento da pessoa humana. Assim, consiste em um posicionamento pautado por rupturas e permanências.

É importante reforçar que isso não significa que o papa esteja liberando para todos os católicos a utilização desse artifício, mas somente o faz em casos específicos, nos quais a vida humana corre um perigo imediato. Ele pensou principalmente naqueles que são obrigados a adotar uma prática sexual desumana, tentando buscar na utilização desse preservativo um ato de moralidade em uma situação que lhe parece completamente imoral.

> Podem ter alguns casos em que se justifique o uso do preservativo, quando, por exemplo, uma prostituta utiliza um profilático. Isso pode ser o primeiro passo em direção a uma moralização, um primeiro ato de responsabilidade, consciente que nem tudo está permitido e não se pode fazer tudo o que um quer. (PELA..., 2010).

Percebe-se, portanto, que o ideal de sexualidade apregoado pela doutrina cristã não se modificou. Ao contrário disso, ele se manteve, porém revestido de uma roupagem que lhe confere um tom modernizante e mais sensível à realidade humana. Enfim, trata-se de um tradicionalismo interligado a um dado de modernidade. Possivelmente, a atitude do papa virá a provocar uma simpatia por parte dos seus fiéis, que interpretarão esse fato como uma nova aproximação da Igreja em relação ao mundo contemporâneo e às questões de cunho social. Isso poderia trazer algum benefício para a instituição em relação ao seu público. Mas se a questão da modernização aparece na ordem do dia para a Igreja Católica, é preciso se perguntar sobre os motivos pelos quais ela ainda mantém uma forte relação com o tradicionalismo.

De acordo com Ana Ribas, o apelo ao tradicionalismo parece uma estratégia um tanto quanto paradoxal, caso se considere a situação da sociedade ocidental nos tempos atuais (RIBAS, 2009): secularizada (afastada de muitos dos ditames da Igreja) e, por que não dizer também, sexualizada. Mas essa estratégia não padece de falta de sentido, se for interpretada de acordo com a mentalidade católica e a sua tentativa de se aproximar do sagrado, fazendo

parecer que o seu discurso é atemporal, pois não é fruto da ação humana e sim da divina. O tempo presente apresenta a efemeridade e a Igreja tende para a eternidade.

O jornal *Lar Católico*[9] destaca que ao longo da sua história, a Igreja Católica vivenciou momentos de crises graves, das quais conseguiu salvar-se graças à relação de fidelidade que mantém com Cristo. Sua situação oscilava entre a temporalidade e transcendência, entre o sagrado e o profano. A Igreja aparece no contexto enquanto uma instituição histórica que vivencia as vicissitudes do mundo mundano que a cerca. No entanto, ela é percebida como superior a esse mundo, pois a sua relação com Cristo a preenche de sacralidade, estando assim resguardada do desaparecimento, que pode afetar todas as instituições históricas, menos a Igreja. Percebe-se nesse discurso uma tentativa de demarcar a Igreja como uma instituição divina, afetada pelo homem (pois não deixa de vivenciar os processos históricos), mas nunca aniquilada por ele. Nessa acepção, a Igreja não seria uma criação humana, mas sim divina.

A busca pela historicidade da Igreja evidencia um grande paradoxo que envolve essa instituição: a sua pretensão de estar vinculada ao sagrado, mas ao mesmo tempo possuindo a necessidade de interferir no mundo profano. De certa forma, a Igreja percebeu a necessidade de resolver esse impasse sem negligenciar algumas ideologias, que dariam unidade e identidade para a instituição, aspectos essenciais para que a Igreja possa manter o poder pastoral[10] sob seus fiéis.

Essa dupla acepção que se confere à Igreja, considerando-a uma instituição com dogmas e doutrinas sagradas, pois foi escolhida para representar o divino no mundo, e a sua inconteste condição de estrutura histórica, abalada pelo contexto social, é evidenciada em alguns momentos pelo *Lar Católico*.

No ano de 1968, o *Lar Católico* divulgou uma exortação do Papa Paulo VI, ocorrida no dia 25 de abril do mesmo ano. Tal exortação tem como tema a questão das mudanças vivenciadas pela Igreja Católica. Nela, o papa afirma que muitas questões podem ser modificadas na Igreja, como por exemplo, tornar as doutrinas mais aprofundadas, ao mesmo tempo em que outras poderiam ser expostas em termos mais acessíveis. Algumas normas também poderiam ser simplificadas, dialogando mais com o mundo moderno. Porém a Igreja não poderia admitir que fossem alvo de questionamentos as verdades da fé, sancionadas pela

[9] IGREJA numa hora realmente difícil. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 29 dez. 1968.
[10] Na concepção de Michel Foucault, o poder pastoral constitui uma modalidade de poder que visaria assegurar a salvação dos indivíduos no outro mundo, que ordena, que tende ao sacrifício em prol do rebanho, que se preocupa com a salvação de cada indivíduo em particular. Este poder jamais seria exercido se a instituição não tomasse conhecimento do que se passa na consciência dos indivíduos.

tradição e pelo magistério eclesiástico, e as leis constitutivas da Igreja. Assim, ele admite que mudanças sejam realizadas, mas desprestigia modificações arbitrárias: "história sempre viva e nova da Igreja sim: historicismo demolidor do compromisso dogmático tradicional, não."[11].

A Igreja, portanto, parece assumir que os acontecimentos históricos interferem no modo como ela se relaciona com a sociedade, estando consciente de que ela se insere na passagem do tempo. Porém, ela se esforça em demonstrar que a essência do seu discurso não pode ser historicizado, tornando-se profano ao perder "a verdade da fé".

Mas mesmo sendo emissora de um discurso religioso e sacralizado, ela consiste em uma construção humana, o que demonstra o seu caráter histórico. Nesse sentido, resgata-se a percepção de Peter Berger desenvolvida em *O Dossel Sagrado* (BERGER, 1985), que evidencia uma dialética entre a religião e a construção do mundo pelos homens. Para Berger, a relação entre a sociedade e o homem seria irremediavelmente dialética, uma vez que a sociedade é fruto da construção que o homem realiza sobre o mundo. Porém, esse homem também não estaria imune à atuação da sociedade, que o transformaria. Berger afirma que o processo de construção da sociedade ocorreria em três etapas: exteriorização, objetivação e interiorização. A exteriorização compreenderia a ação do homem sobre o mundo, quando ele ofereceria a sua contribuição para a elaboração do mesmo. O homem também empreenderia a exteriorização através da sua religiosidade, que representaria uma tentativa efetiva de conhecimento a respeito do universo, dando a ele um sentido.

Após a exteriorização das ideias e das práticas, se seguiria o que Berger chama de objetivação, momento no qual o mundo criado pelo homem através da exteriorização adquiriria um caráter objetivo a um grau tão elevado que o homem nem mesmo reconheceria a sua própria criação. Assim, todas as instituições criadas pela ação humana (família, escola, Estado e religião, por exemplo), por meio da objetivação, tenderiam a regular a conduta dos indivíduos, podendo até mesmo aniquilá-los.

Uma vez objetivadas as instituições, nasce a necessidade de os indivíduos a reconhecerem enquanto tal, interiorizando e naturalizando as posições e ações das mesmas. Portanto, o terceiro passo seria o que se refere à interiorização, que só pode acontecer de modo eficaz através da socialização, ou seja, das relações sociais que de alguma maneira visariam transmitir a ideia de que as instituições seriam naturais, insubstituíveis, inevitáveis. Ir de encontro a essa estruturação do social, que definiria as instituições como naturais, causaria o desordenamento, levando o indivíduo a uma situação caótica.

---

[11] PAULO VI. Renovação sim, mudanças arbitrárias não! **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 19 maio 1968.

A Igreja, como todo projeto humano, é um projeto que se constrói e se reconstrói a partir da ação dos homens. Uma das formas pelas quais ocorre essa construção é através da prática discursiva. Também essa prática é a responsável pela manutenção da própria instituição, que através do discurso, é capaz de produzir um sujeito.

> [...] o homem precisa ocultar a si mesmo o caráter construído da ordem social para que ela possa se reproduzir como ordem, evitando assim a anomia e o caos. Surge a religião como força poderosa que torna plausíveis e duradouras as construções sociais da realidade, eliminando a precariedade intrínseca destas ordens construídas. A religião inclui o construído num mundo mais abrangente – sagrado – que legitima, justifica e explica as mazelas do cosmos construído. (BERGER, 1985, p.7).

O catolicismo se pauta em uma eficiente objetivação, na qual os indivíduos identificam as posições das estruturas e instituições sociais como naturais e intrínsecas, portanto inabaláveis. A consolidação da objetivação reforçaria o ideal de sacralidade, no qual se apega toda a tradição católica, transmitindo por muitas gerações determinados valores entendidos como naturais imanentes ao homem, porque foram transmitidos a ele por alguma divindade. O catolicismo estabelece profundas relações sociais para manter essa objetivação como algo natural, garantindo a interiorização dos seus preceitos pelos indivíduos. Assim, se utiliza de diversas estratégias: associações leigas fundadas em bases cristãs, escolas veiculadas à tradição católica e a "boa imprensa".

A teoria de Berger permite, assim, levantar algumas questões acerca da Igreja Católica enquanto instituição social, evidenciando a sua atuação no sentido de interiorizar determinadas atitudes e ideologias nos indivíduos. Mas antes de influir nas percepções humanas, ela se constituiu em uma criação humana e, nesse sentido, é passível de mudanças. Portanto, justifica-se o fato da mesma ter vivenciado múltiplos processos de transformação na segunda metade do século XX. Influenciada por uma sociedade que se transforma de um modo acelerado, composta por homens que seriam os responsáveis pela sua criação, a Igreja Católica passa por abalos entre as décadas de 60 e 70.

Esses abalos fazem com que a Igreja enquanto instituição oscile entre a modernização e o tradicionalismo, que estão sendo discutidos e interpretados pelos indivíduos que a compõem. Nos tempos pós-conciliares, percebe-se que a Igreja se abriu para novas perspectivas, como o diálogo com o mundo e outras religiosidades, a valorização do laicato e a predileção pelos pobres, que se desenhou em algumas regiões do planeta. Mas ainda se deve concordar com o que aponta Ribas, em relação às atuações dos últimos dois pontífices. De acordo com essa historiadora, tanto João Paulo II quanto Bento XVI demonstraram a intenção

de dar uma direção normatizante para a sociedade. Nesse sentido, buscaram na tradição uma estratégia de reforço de suas convicções. Essa tendência de normatização moral, tão forte antes do Concílio Vaticano II, permaneceu em muitos pontos após a sua realização. Tal projeto não foi abandonado pela Igreja, mas de fato, com o desenrolar do concílio, novas questões como a pobreza, o diálogo religioso e as desigualdades sociais dominaram o discurso acerca da relação da Igreja Católica com o social.

Mas o processo de normatização encontra, na atualidade, uma situação marcada pelo urbanismo, introdução de novas tecnologias e mídias, que influenciam a construção da visão de mundo do homem. Dentro da sociologia da religião, alguns entendem que esse contexto teria provocado certo distanciamento entre as religiões e o laicato, o que configuraria no fenômeno da secularização. Por outro lado, este não seria um consenso entre os especialistas, uma vez que alguns ponderam que a instâncias religiosas ainda imprimem suas experiências na população, haja vista a proliferação de religiões. No entanto, a tendência mais moderna seria considerar que na conjuntura atual, há uma confluência entre fatores secularizantes e contra-secularizantes (CAMURÇA, 2001).

Não cabe colocar os termos desse debate, mas apenas constatar o fato de que algo novo vem afetando a relação que as religiões tradicionais, dente elas o catolicismo, mantêm como o mundo moderno. Nas últimas décadas, o catolicismo foi abalado pelo desenvolvimento do pluralismo religioso, ainda que tenha mantido certa força. Sua força reside na eficiência que obteve, durante séculos de trabalho, com relação à criação de representações que incidiram sobre a cultura ocidental. Este é um fato que não deve ser negligenciado. No entanto, a modernidade possibilitou o advento da discussão e da crítica aos preceitos católicos, o que afetou a Igreja em termos de seguidores (PEIXOTO, 2006). Essa situação impingiu às instituições tradicionais novos desafios para manter seus fiéis e ao mesmo tempo garantir a integridade de seus dogmas.

Assim, na atualidade, parece inegável que a Igreja Católica vem perdendo monopólio de orientação da sociedade, dividindo essa tarefa com outras instituições. Ocorre que durante o século XX pôde-se identificar, em certa medida, a perda de parte da eficiência que a Igreja Católica dispunha, no sentido de oferecer valores de orientação que realmente fossem seguidos e admitidos pela comunidade católica. Essas mudanças, em termos de função do campo religioso, estariam relacionadas com uma série de transformações que a sociedade moderna vivenciava (PRANDI, 1975).

Diante desse contexto, alguns especialistas desenvolveram o conceito de secularização, em geral relacionado ao embate entre a modernidade e a religião. Peter Berger

foi um dos responsáveis pela discussão acerca do tema, destacando a dificuldade de manter as tradições religiosas como verdades sagradas e imutáveis em meio a um ambiente, no qual novas demandas são continuamente desenvolvidas. Berger definiu a secularização como o "processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos" (BERGER, 1985, p.119). Ainda sobre esse tema, ele fez as seguintes considerações:

> [...] o termo 'secularização', e mais ainda seu derivado 'secularismo', tem sido empregado como um conceito ideológico altamente carregado de conotações valorativas, algumas vezes positivas, outras negativas. Em círculos anticlericais e 'progressistas', tem significado a libertação do homem moderno da tutela da religião, ao passo que, em círculos ligados às Igrejas tradicionais, tem sido combatido como 'descristianização', 'paganização' e equivalentes. (BRGER, 1985, p.118).

A Igreja Católica, mesmo tendo passado por um processo de discussão interna na tentativa de se aproximar da sociedade moderna, já não consegue ver o seu discurso se fazer presente com tanta ênfase na vida dos brasileiros. Em depoimento colhido na coluna *Intercâmbio com os Leitores*, é possível verificar o quanto os fiéis estavam se distanciando do cotidiano da Igreja. "Meus filhos dizem que esse negócio de preceito está ultrapassado, que cristão só deve ir à missa quando está com vontade [...] nos meus tempos de mocidade, ninguém contestava os mandamentos de Deus e da Igreja."[12].

Mas o próprio Berger (2001) buscou relativizar essa posição a respeito da secularização, evocando a complexidade da relação entre a modernidade e a religião. Assim ele acredita que ao mesmo tempo em que a modernidade colocou problemas para a religião, ela engendrou a criação de movimentos contrários ao processo de secularização. Ainda segundo Berger as religiões tradicionais, mesmo rejeitando alguns aspectos da modernidade, seguem em crescimento. Por outro lado, aquelas que tendem a se adaptarem à modernidade, estariam em declínio. Nesse sentido talvez, o problema da diminuição de fiéis do catolicismo não se deva diretamente à secularização, mas sim ao pluralismo religioso que a modernidade proporcionou e que derrubou o monopólio religioso. Concluindo, para Berger a interação de forças secularizantes e contra-secularizantes é um dos temas que devem ser observados pela sociologia da religião.

Diante disso, resta questionar se a Igreja Católica será capaz de sobreviver a todo esse processo, que tende a questionar as suas bases. Caso decida-se por encontrar uma

[12] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 9 maio1982.

resposta olhando para o seu passado, a Igreja tem para apresentar uma história milenar de abalos e continuidades, de reconstruções, ameaças, cismas, mas também de alguma eficiência na condução do seu laicato. Sobre o futuro, pouco se pode determinar, mas até o presente momento a Igreja tem conseguido traçar estratégias para garantir a sua sobrevivência. Portanto, não é possível negligenciar o seu poder de construir representações e influenciar o modo de vida das pessoas.

Em sua dissertação de Mestrado, Maristela Moreira de Carvalho trabalhou com as concepções de Thomas Bruneau para melhor compreender como e porque acontecem os processos de transformação no seio da Igreja. Para Bruneau, em toda a sua história a Igreja sempre identificou a necessidade de empreender reformulações internas, utilizando isso como estratégia para garantir seus poderes e influências dentro do grupo social. Como a sociedade está em constante transformação, a Igreja teria que, de certa forma, adotar mecanismos para manter o seu controle sob essa sociedade e na medida do possível, reformular as suas atitudes. A Igreja definiria as suas práticas a partir da análise feita sob a sociedade. Bruneau define a Igreja como uma instituição complexa, cuja grande força reside na sua capacidade de se adaptar ao meio, em traçar estratégias para sobreviver (CARVALHO, 2003).

A sua garantia de sobrevivência reside no poder que ainda exerce em parte do seu laicato e também nas possibilidades de empreender novos poderes. Nesse sentido, talvez Bento XVI tenha desejado dar alguns passos, como o seu novo posicionamento em relação ao uso do preservativo. Mudar e ao mesmo tempo manter a doutrina sobre o laicato, de modo a atraí-lo, talvez configure como uma estratégia.

Observando a questão da Igreja sobre um outro aspecto, também muito importante no tocante desta pesquisa, constata-se que a Igreja consiste em um todo complexo, formado tanto pelo clero quanto pelo laicato. Segundo Bourdieu, o conjunto de transformações tecnológicas, econômicas e sociais, que se coadunaram com o desenvolvimento das cidades constituiu a condição para a constituição de um campo religioso autônomo e a necessidade de moralização e sistematização das crenças e práticas religiosas (BORDIEU, 2001). Mas essa moralização somente se torna possível a partir do momento em que a religião favoreceu ao desenvolvimento de um corpo de especialistas que teriam por função gerir os bens de salvação (BORDIEU, 2001). Constitui-se uma instância organizada que visa produzir, reproduzir e difundir os bens religiosos. Enquanto os especialistas monopolizam a gestão dos bens de salvação, esse movimento exclui e desapropria todo o restante, que se constitui no laicato, que segundo Bourdieu, não ficam completamente pauperizados no plano religioso. Mas o laicato se torna ignorante da religião e estranho ao sagrado (BORDIEU, 2001).

> Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, incultando-lhes um *habitus* religioso, principio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social. (BORDIEU, 2001, p.57).

Assim, a definição do leigo ocorre a partir do momento em que se determinam quem é e qual a função do clérigo. A dicotomia entre clero e laicato é revelada a partir do entendimento de que aos leigos caberia ministrar as questões do mundo profano e temporal, enquanto ficaria a cargo do clero deliberar sobre o sagrado. Durante muito tempo, a Igreja se esforçou em demarcar e separar os espaços destinados aos leigos e aos pastores no processo de evangelização. Os pastores devem formar os leigos, pois têm autoridade para isso, e os leigos devem ajudar uns aos outros a superarem os desafios temporais.

Durante o século XX, percebe-se uma tentativa de amenizar essa dicotomia, proporcionando uma participação maior do leigo dentro da instituição eclesiástica. A arregimentação do leigo, desde princípios do século XX, seja por meio da Ação Católica ou de outras associações pias, consistiu em uma estratégia por parte da Igreja para realizar sua evangelização de um modo mais eficaz. No entanto, esses leigos sempre estiveram submetidos à hierarquia, principalmente enquanto o movimento ultramontano ainda mantinha força.

Foi a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) que essa tentativa de reposicionamento dos leigos atingiu o seu auge, conferindo a este grupo uma maior participação (AGUIAR, 1996). Sobre essa questão, em entrevista para a jornalista Desirèe Rabelo, o Padre Jaime Machado demarca que, apesar dos apelos do Vaticano II, na realidade o clero ainda não abre tanto espaço para o leigo, dividindo com ele os seus poderes. Ao final da entrevista, afirma que o leigo brasileiro ainda trabalha de forma mais consciente que o de outros países[13].

Tendo sido feitas essas primeiras considerações sobre a secularização, que revelam a complexa relação entre o clero e o laicato, tem início este capítulo, cuja principal temática incide sobre a instituição católica e o seu relacionamento para com o seu povo. Assim, antes de desenvolver uma análise do objeto de pesquisa em si, que consiste no jornal *Lar Católico*, evidenciando as suas estratégias no tocante a um ordenamento social através da valorização

[13] RABELO, D. O novo papel dos Leigos. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 3 mar. 1986.

da família, é preciso ter um panorama geral sobre a instituição que o produziu, a Igreja Católica, resgatando um pouco de sua trajetória durante o recorte temporal estipulado (1954-1986).

Este resgate permitirá entender como a instituição foi se organizando discursivamente, no sentido de orientar seus fiéis, de fazer com que a sua presença fosse sentida na sociedade e que o seu projeto fosse implantado. Todas as etapas vivenciadas pela Igreja encontraram seus reflexos nas páginas do jornal *Lar Católico*. A partir dos anos 60, a Igreja entrou em uma fase de reformulação com a realização do Concílio Vaticano II, porém o que se percebe é uma segmentação dentro da instituição, uma luta de representações entre facções mais modernizantes e outras tidas como mais conservadores. Mas mesmo diante desse conflito, o fato é que o Concílio Vaticano II e os encontros realizados na América Latina representaram uma força transformadora na Igreja brasileira e latino-americana. Todos esses aspectos serão discutidos neste capítulo, pois influenciaram bastante o discurso e a estrutura do *Lar Católico*.

2.1 O Concílio Vaticano II e o *Lar Católico*

O período histórico desta pesquisa inicia-se a partir de meados do século XX, momento caracterizado por significativas transformações, tanto na Igreja Católica quanto na sociedade. Percebe-se que as mudanças ocorridas no campo social repercutiram no trabalho dessa Igreja. Destaca-se nesse processo o crescimento populacional das cidades. No meio rural as relações de sociabilidade estão mais consolidadas e a Igreja conseguia ter um controle maior sobre as famílias. No espaço das cidades, o poder dessa Igreja se diluía, se amenizava diante da aceleração do cotidiano e dos novos hábitos. A vida urbana proporcionava novas modalidades de trabalho, produção, econômica dinamizada e divulgação de informações. A população das cidades se tornava mais preparada e alguns setores populacionais tinham cada vez mais acesso às instituições escolares.

No plano da cultura e dos comportamentos, alguns movimentos como o feminismo, por exemplo, alteraram os padrões sociais vigentes até então. Dessa forma, a Igreja começou a conviver em um mundo cada vez mais propenso a mudanças, e, portanto, seria necessário traçar estratégias para garantir a sobrevivência de parte dos seus poderes. Sobre esse quesito,

Michel de Certeau considerou que o Cristianismo sofreu “uma ruptura instauradora” (CERTEAU, 2006).

Com o tempo, a tendência tridentina (Concílio de Trento) que dominava a Igreja até então vai se tornando minoritária, pois os processos históricos foram assentando os pilares para o estabelecimento de um futuro diálogo com a humanidade (SOUZA N., 2004). Diante desse contexto, o Papa João XXIII (1958-1963), logo após assumir seu pontificado, ressuscita a ideia de convocar um concílio que de fato pudesse inserir a Igreja na modernidade. Possivelmente, esse pontífice não poderia precisar a dimensão histórica de sua resolução.

João XXIII acreditou que estava na hora do catolicismo entrar em uma nova etapa, um momento no qual pudesse estabelecer um pleno diálogo com a sociedade que se transformava e com as demais igrejas cristãs e não cristãs (SOUZA N., 2004). O papa demonstrava ter a consciência de que a Igreja necessitava conhecer o conteúdo dessas transformações para acolher e orientar os fiéis acerca de suas demandas. A Igreja também deveria provar que era capaz de promover um melhoramento nesse mundo, que parece absorvido em uma infinidade de dificuldades e violências (SANTOS A. L, 2006). O homem, portanto, não deveria se opor ao ritmo das mudanças, mas sim deveria ser orientado pela Igreja para melhor lidar com elas. A Igreja, assim, deveria se aproximar da sociedade e se inserir no processo histórico.

Imersa em uma sociedade cada vez mais secular e, portanto, cada vez mais apartada dos ditames oriundos do catolicismo, uma parcela da hierarquia eclesiástica percebeu na realização desse concílio a oportunidade de resgatar a sua legitimidade perante o homem moderno.

Com o objetivo de não perder completamente a injunção sobre o mundo profano, o Papa João XXIII inverteu a postura anteriormente adotada de condenação a esse mundo e as práticas e ideologias mundanas, pretendendo entrar em contato com essa realidade secularizada através da abertura do diálogo (CALIMAN, 2004). Assim, a Igreja se inscreveu como participante desse mundo profano, na medida em que tentou compreendê-lo enquanto uma realidade em transformação, que poderia trazer tanto benefícios quanto malefícios ao homem. Para combater o crescente distanciamento entre a Igreja e o homem, ela não poderia apenas condenar a conduta humana (SOUZA N., 2004), mas também se mostrar preparada para ajudar a sociedade a lidar com os novos problemas que se apresentavam com o mundo moderno.

Assim, João XXIII idealiza e inicia o concílio que será terminado por seu sucessor, Paulo VI (1963-1978). O Concílio Vaticano II, maior evento da história da Igreja no século

XX, começou no dia 11 de outubro de 1962 e terminou formalmente em 8 de dezembro de 1965. Este seria o vigésimo primeiro Concílio Ecumênico realizado pela Igreja, ao longo dos seus dois milênios de história (SANTOS A. L, 2006). O seu idealizador, o Papa João XXIII, passou para a História como o papa do século (SOUZA N., 2004) e em algumas oportunidades foi apresentado pelo *Lar Católico* como um verdadeiro santo da contemporaneidade. O fato é que João XXIII foi o idealizador de um dos concílios mais inovadores já realizados, uma vez que os antecessores visavam a discutir questões doutrinárias, enquanto que este teria por principal objetivo abrir o diálogo entre a Igreja e modernidade. Portanto, apresentava um conceito mais amplo a respeito das responsabilidades da Igreja em relação ao mundo.

O início dos trabalhos conciliares foi marcado pelo discurso do Papa João XXIII, no qual afirmava ser sua intenção "tornar a Igreja presente no mundo e sua mensagem sensível à razão e ao coração do homem engajado na revolução técnica do século XX." (KRETZER, 2005, p.13). Com essas palavras, delineia-se aquilo que ficou conhecido como *aggiornamento*, ou seja, a tentativa de renovar a instituição para que ela pudesse sobreviver ao mundo moderno.

Isso posto, verifica-se que o Concílio Vaticano II representou uma ruptura com relação ao Concílio de Trento, que iniciou todo um processo de condenação do mundo, reprovando a ascensão dos ideais renascentistas e o cisma cristão que proporcionou o surgimento das Igrejas cristãs protestantes ao catolicismo. O Vaticano II, como já foi mencionado, não combate o mundo contemporâneo e sim se propõe a compreendê-lo melhor para evangelizar de modo mais eficaz. Portanto, teve a pretensão de abrir a Igreja ao diálogo não somente com o universo no qual essa Igreja estava inserida, mas também com culturas e religiosidades diversas (SOUZA N., 2004). Assim, convida as Igrejas do catolicismo ortodoxo e as Igrejas orientais não para participar ativamente, mas para acompanhar as discussões conciliares. Adotando a mesma linha, também convida as Igrejas protestantes, criando o Secretariado para União dos Cristãos, não mais com a intenção de converter os demais cristãos ao catolicismo.

Quando da abertura da segunda fase conciliar, em 1963, o Papa Paulo VI, substituto de João XXIII, expôs os objetivos do concílio, assim definidos: "a exposição da doutrina da natureza da Igreja; a reforma interna da Igreja; a importância da unidade dos cristãos; o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo." (SANTOS A. L, 2006, p.79).

Além disso, o concílio também reformulou aspectos relacionados às estruturas internas da Igreja, alterando o enlace que a Igreja mantinha com a língua latina, não sendo

mais utilizada durante os rituais litúrgicos. Outra mudança com relação à celebração da missa foi a retirada do enfoque no sacerdote, para valorizar uma maior participação dos fiéis durante o ato (BEOZZO, 2001).

Essa ideia também influenciou nas decisões do concílio, que objetivava reformular as relações entre clero e laicato. Nasce também a noção de que clero e laicato se engrandecem mutuamente, um aprendendo com o outro. Algumas determinações do concílio foram bastante claras acerca da valorização do laicato, observando as suas necessidades em meio aos rituais litúrgicos. Foi dispensada a obrigatoriedade das missas aos domingos, podendo o fiel optar por acompanhá-las em outros dias da semana. Também a comunhão poderia ser agora ministrada pelos leigos, aumentando assim participação dos mesmos nos rituais. As missas deixaram de ser realizadas em língua latina, passando a ser utilizados os idiomas adotados em cada país, o que permitia também uma comunicação melhor com o fiel.

A participação dos leigos na construção da Igreja se torna cada vez mais intensa ao longo do século XX, devido a esse status que o laicato adquiriu a partir do que foi exposto no Concílio. Através de uma matéria assinada por Desirèe Cipriano Rabelo, o *Lar Católico* buscou traçar um novo posicionamento do laicato na década de 80. Segundo a jornalista,

> [...] eles estão em toda parte: [...] distribuindo comunhão e conforto para os enfermos; preparando as crianças para a primeira eucaristia e os noivos para o matrimonio; estudando filosofia ou teologia ou mesmo dando aula nesses cursos. Mais que isso, um enorme contingente formado por homens e mulheres, jovens e adultos discute e reivindica o seu lugar na Igreja e quer seu testemunho profético no mundo.[14]

O artigo ponderou que por muito tempo era vetada ao leigo uma participação mais efetiva na construção da Igreja e na manipulação do sagrado, cabendo a ele apenas ser doutrinado por um corpo de sacerdotes, que muitas vezes estavam distanciados das necessidades dos leigos. A situação do leigo começou a mudar começo do século XX e sofreu uma grande transformação a partir do Concílio Vaticano II. De acordo com o texto, a constituição dogmática *Lumen Gentium*, produzida por tal concílio, esclarecia que a missão de salvar o mundo não caberia somente aos pastores, mas também aos leigos, que deveriam dar testemunho de fé em suas funções temporais. A partir de então, vários encontros seriam realizados para discutir a relação do laicato com a Igreja.

[14] RABELO, D. Leigos debatem o seu papel na Igreja e no mundo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.12, 1 a 7 dez. 1986.

O texto desenvolve uma discussão a respeito da história do laicato no Brasil. Tal história remonta a organização da Ação Católica na década de 30, principalmente com a atuação de D. Sebastião Leme, que no Rio de Janeiro convocou o laicato a participar do processo de evangelização da sociedade. Tal organização chegou ao Brasil em 1935 e foi implantada em Juiz de Fora, no sentido de convocar o laicato a participar do processo de recristianização ou restauração católica vigente no país, naquele momento. Em principio, o movimento se caracterizou por uma atuação prioritariamente masculina, porém não tardaria para que as condições para a participação feminina fossem criadas (AZZI; PEREIRA, 2003).

A jovem participante do movimento teria que assumir o compromisso de exercer em sua família o exemplo da boa conduta. As atividades mais corriqueiras da ala feminina da Ação Católica se resumiam "aos círculos de estudos, aos retiros de carnaval, às orientações sobre o casamento e problemas familiares." (AZZI; PEREIRA, 2003, p.270). É justamente dentro dessa associação que irá se desenvolver o espírito de apostolado de Maria Madalena Ribeiro de Oliveira e suas irmãs, que participaram ativamente da Ação Católica Feminina, tendo as suas trajetórias de vida influenciadas por essas experiências.

Nas décadas de 50 e 60, a Ação Católica se especializou, mas passou a sofrer duras perseguições a partir do golpe de 1964. Assim, o seu projeto começou a enfraquecer, o que para alguns demonstrava a incapacidade e a falta de amadurecimento da Igreja para lidar com projetos políticos naquele momento. Mas em meio a um contexto repressor, a Igreja abre espaço para cultivar a liberdade de expressão dos leigos, através da criação das comunidades eclesiais de base, que representam a Igreja do povo, desempenhando os leigos um verdadeiro trabalho de evangelização no seio da sociedade. Assim, a participação do laicato se torna muito diversificada na década de 80, podendo ser desempenhada nas diferentes esferas: nas CEBS, nas pastorais especificas (da família e da terra) e nos movimentos apostólicos. Percebe-se que o laicato brasileiro se engajou na questão social, também desenvolvida pelo Concílio.

Desde o princípio, Paulo VI já se mostrava preocupado para com o crescimento das desigualdades sociais em nível nacional e mundial. Juliana Carvalhal aponta a ênfase que a questão social alcançou, principalmente, a partir do Concílio Vaticano II com a criação do conceito de Igreja dos pobres, analisando o quanto essa postura contribuiu para a defesa de uma justiça social e dos direitos humanos (CARVALHAL, 2007). Apesar dessa preocupação já estar presente antes mesmo do concílio, com a colaboração do laicato para evangelizar, Carvalhal acredita que de fato a realização do concílio representou um divisor de águas nesse sentido.

A preocupação com os pobres já havia aparecido em documentos oficiais emitidos pelo papa. Na *Mater et Magistra*, João XXIII (1961) identifica como complexa as relações entre países desenvolvidos e países em processo de desenvolvimento. Os habitantes do mundo desenvolvido deveriam estar mais atentos à degradação humana a qual estavam sujeitos os cidadãos dos países menos desfavorecidos. A Igreja deveria também centrar o seu processo de evangelização na tentativa de conscientizar e orientar o mundo no sentido de promover a redução dessas desigualdades e a paz social (GUARIZA, 2009).

Em documentos prévios ao Concílio, o Papa João XXIII elencou que os temas a serem mais trabalhados seriam a abertura ao mundo moderno, a unidade dos cristãos e a Igreja dos pobres (GUTIÉRREZ, 1985). O primeiro ponto recebeu mais atenção, mas a questão do diálogo ecumênico também sobressaiu. Apesar de o terceiro tema ter contado com a simpatia do papa, que como foi evidenciado, já fazia apontamentos acerca das desigualdades sociais, tal tema não se constituiu em uma unanimidade entre os conciliares, sendo o menos consensual. Mas ainda que nem todos compactuassem da necessidade de se fazer da Igreja a "Igreja dos pobres", não há como negar que o concílio abriu as possibilidades para reflexões nesse sentido.

Sabe-se que antes do período conciliar a Igreja já vislumbrava adotar alguma postura mais voltada para a questão social. Alguns segmentos do episcopado brasileiro já haviam atentado para a necessidade de se pensar sobre o crescimento da pobreza e das desigualdades sociais. Por isso alguns demonstraram certo descontentamento quando do final do concílio, pois acreditaram que esse ainda não teria alcançado as soluções necessárias para resolver essas questões (SANTOS A. L, 2006). De certa forma, porém, foi a partir desse evento que puderam germinar ideologias que iriam marcar a história da Igreja em algumas regiões do planeta, como foi o caso da América Latina, que vivenciou a emergência da Teologia da Libertação.

A ocorrência do concílio se deu em meio a uma sociedade já midiática, que estava atenta ao que se debatia nas sessões conciliares (Figura 1). Assim, o concílio consistiu em si mesmo, uma notícia, algo a ser discutido e comunicado aos católicos. Sem dúvida, tratou-se de um acontecimento de repercussão mundial, coberto tanto pela imprensa leiga quanto pela católica. Um exemplo clássico da inserção da Igreja Católica na mídia, se tornando um produto de consumo de massa (MONTEIRO, 1991a).

LAR CATÓLICO

BALANÇO DE TODO O PERÍODO CONCILIAR

A FORTALEZA DA FAMILIA

CAPIVAROL
O FORTIFICANTE
IDEAL PARA TODAS AS IDADES

Figura 1. **O Concílio virou notícia no *Lar Católico***
Fonte: Lar Católico[15]

As representações que o concílio gerou no *Lar Católico* foram muito favoráveis, pois obviamente não poderia ser de outra maneira. Em 1964, foi feito um balanço a respeito dos trabalhos conciliares, destacando que naquela semana havia sido votado o esquema sobre os meios de comunicação. O texto passou por reformulações para ser votado (de 39 páginas ficou reduzido a 9 e de 34 artigos, restaram 24). Porém, mesmo com essas modificações, ele não atendeu a todas as expectativas. O texto conseguiu ser aprovado, apesar o alto índice de votos contrários (505 votos contrários).

No tocante ao diálogo com as outras igrejas cristãs, percebe-se que é um tema que mobilizou os participantes do concílio, interessados em aprofundar as discussões sobre o relacionamento entre toda a cristandade e desta com demais religiões que não compartem a fé no Cristo. A notícia alega que o pleno exercício do diálogo, na prática, depende do contexto sociocultural e da realidade de cada país. Conclui-se que nos países onde a maioria da população é católica, este acontece de forma satisfatória, com os católicos respeitando e tolerando a realização de outras seitas. Assim, "embora haja uma grande variedade de opiniões, unânime é a convicção da necessidade de um colóquio com os irmãos separados e

[15] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.1, 26 jan. 1964.

grande a exigência de se travar relações com eles num espírito de caridade, de confiança no espírito da unidade" (BALANÇO, 1964, p.1). Segundo o jornal, essa unidade deveria ser estabelecida para que assim a cristandade pudesse fazer frente ao crescimento do ateísmo.

O jornal ponderou que as sessões já realizadas demonstraram que o concílio vinha desempenhando um bom trabalho. Seu texto enfatizava a importância à Reforma Litúrgica. Tal reforma teria por finalidade obter uma participação mais ampla e consciente dos fiéis na vida litúrgica e na própria vida da Igreja. Analisa-se que os trabalhos do concílio visavam a assegurar uma unidade, tornando a Igreja mais universal. Assim, tornava-se possível acreditar que "o encontro tem aumentado os contatos e o intercâmbio de idéias." (BALANÇO, 1964, p.1).

O jornal advertiu que a segunda sessão, que tratava do diálogo entre as igrejas cristãs, foi uma das mais abertas, no sentido de que foram divulgadas mais informações para o grande público a respeito dos trabalhos conciliares. Houve também uma atenção voltada para o fato de que o concílio estava proporcionando uma abertura maior para a participação do leigo nas questões referentes à Igreja. Assim, declara-se que "acabou, pois um período na Igreja, durante o qual o povo fiel havia permanecido passivo tanto na oração como no plano pastoral, partindo para uma etapa de maior atividade."[16].

O concílio proporcionou que a Igreja realizasse uma revisão sobre o seu próprio relacionamento com o mundo composto por seus fiéis. A partir de então, a Igreja esclarecia a sua intenção de se abrir ao mundo e discutir os seus problemas. Nesse sentido, é promulgada a constituição pastoral *Gaudium et Spes* (VATICANO, 1965), que visava a identificar os sinais dos tempos e responder as novas demandas do mundo contemporâneo.

Mas o concílio se desenvolveu em meio a discussões e diferentes posicionamentos entre os membros da instituição. De caráter universal, a Igreja poderia desejar a unanimidade e a homogeneidade, mas abriga diferentes concepções acerca de qual é a função da Igreja no mundo moderno. No período pós-conciliar verificou-se que alguns segmentos se mantiveram cautelosos, pensando que tal evento poderia acarretar uma crise dentro do catolicismo. O cardeal Josef Ratzinger, em uma determinada oportunidade, vinte anos após o concílio, fez um balanço desfavorável dos anos pós-conciliares para a Igreja, afirmando que a unidade esperada para o catolicismo foi completamente subvertida, estando a Igreja caminhando dispersa na década de 80. O que ocorreu, em realidade, é que o concílio foi apropriado de diferentes maneiras pelos vários segmentos do clero (SANTOS A. L, 2006).

[16] O CONCÍLIO Ecumênico Vaticano II. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 8 dez. 1974.

Em meio à realização de tal concílio e, principalmente, após o seu fechamento, a instituição mergulha em uma profunda crise, evidenciada por um forte debate interno: de um lado estavam aqueles que desejavam referendar as determinações conciliares e proporcionar modificações mais profundas e de outro aqueles de orientação mais conservadora, que se demonstravam mais descrentes em relação às potencialidades de mudanças. Essas discussões se consubstanciaram na Conferência de Medellín e, principalmente, na ideologia teológica que tomou conta das regiões mais empobrecidas da América, a Teologia da Libertação (KRETZER, 2005).

O Concílio Vaticano II havia redefinido os conceitos de Igreja e sociedade, não restringindo o seu pensamento a aspectos apenas espirituais. A Igreja, portanto, se encontrava em um processo de transformação, no que se referia à percepção de si mesma, enxergando-se agora como um "povo de Deus peregrino, uma comunidade viva e mutável de fiéis, abrindo caminho através da História." (PUNTEL, 1994, p.74).

No contexto da América Latina e do Brasil, percebe-se uma grande influência das propostas do concílio nas práticas do clero e de parte do laicato mais envolvido no cotidiano do catolicismo. Foram ouvidos ecos do Concílio nas conferências episcopais ocorridas nessa região (Medellín em 1968 e Puebla em 1979). Uma nova identidade católica começa então a ser forjada com o conceito de "Igreja Povo de Deus" (KRETZER, 2005, p.13).

Enrique Dussel (1981) identificou que a conferência realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, teve alguma repercussão em encontros posteriores em diversas partes do planeta. Mas, aos poucos, os trabalhos que começaram a se desenvolver nesses encontros a respeito da justiça social começaram a sofrer algumas restrições por parte das alas mais conservadoras (KRETZER, 2005).

É inteligível que a crescente preocupação da Igreja para com o fenômeno do social tenha repercutido fortemente na América Latina, onde seriam pertinentes questionamentos acerca de como transmitir o evangelho que proclama a justiça ao mais pobre que é vítima de opressão. Além disso, os teólogos latino-americanos perceberam que a subordinação dessa região não se dava somente em termos econômicos e culturais, mas também em aspectos teológicos (DUSSEL, 1981), pois a América Latina incorporava teologias que não cabiam perfeitamente à realidade do seu povo.

> Certamente, há tempos a Igreja dedicava considerável atenção aos pobres. No entanto, em termos sociais, essa atenção manifestava-se apenas em programas de bem-estar, ou de ajuda aos necessitados. A pobreza era vista como resultante de fracassos individuais, incentivando-se, portanto, a caridade e o treinamento profissional. Com a nova orientação de Medellín, a pobreza pode ser vista de outra perspectiva, como um problema estrutural e não individual: as estruturas que ocasionavam a pobreza deveriam então ser mudadas. (PUNTEL, 1994, p.80).

Assim explica-se o surgimento na América Latina, ainda na década 60, da Teologia da Libertação. O Concílio Vaticano II redefiniu os conceitos de Igreja e sociedade, não restringindo o seu pensamento a aspectos apenas espirituais. A Igreja estava em processo de transformação da percepção de si mesma, pois alguns segmentos clericais a enxergavam a partir do conceito de "Igreja dos pobres".

A Teologia da Libertação, imersa em um contexto de dificuldades socioeconômicas próprias da América Latina (SANTOS I. M. F., 2006), nasceu a partir de uma situação de crise da Igreja Católica. Consiste em uma tentativa dos países que compõem essa região em formularem para si uma teologia específica, "uma prática de justiça, que completa a prática espiritual." (BUCKER, 1995).

Assim, sua emergência se deu a partir da percepção de alguns de que a Igreja deveria pautar suas práticas na defesa das camadas mais pobres da sociedade, para que estas pudessem ser salvas da opressão a qual estavam submetidas. Assim, os teólogos afirmavam que o trabalho da Igreja só seria bem realizado se ela ajudasse os pobres a conquistarem a sua libertação. A Igreja deveria, portanto, estar presente e conhecer a realidade dos pobres, convivendo com eles, identificando suas demandas e problemas para desenvolver práticas que pudessem saná-los. Seria nesse contexto que se daria a evangelização desses pobres, por meio deste conhecimento a respeito da realidade social na qual o evangelizado estaria inserido (SANTOS I. M. F., 2006). Essa preocupação para com a realidade social, no contexto da Igreja Católica no Brasil, florescerá com a atuação da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil.

2.2 A Igreja Católica no Brasil e os reflexos do Concílio

Com o objetivo de entender melhor como o Concílio repercutiu na Igreja do Brasil, é necessário reporta-se até o ano de 1952, quando ocorreu a criação da Conferência Nacional

dos Bispos do Brasil (CNBB), evidenciando o contexto histórico vivenciado pela Igreja brasileira nesse momento.

D. Leme teria, segundo Pierucci, centralizado a organização da Igreja brasileira, tanto no que diz respeito ao clero quanto no que se refere ao laicato (PIERUCCI, 1984). A morte do Cardeal Leme, na década de 40, deixou esses setores órfãos e representou um momento de inflexão da Igreja, pois a partir disso surgem novas lideranças, associações e posicionamentos acerca do que é ser Igreja. Foi criado o Secretariado Nacional de Ação Católica, que tinha por objetivo coordenar os vários segmentos da Ação Católica espalhados por todo o país.

Pe. Hélder Câmara, então colaborador de Jaime Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro (1943-1971), foi nomeado Assistente Geral da Ação Católica, sendo desafiado a estruturar o secretariado, para que assim depois de seis meses os bispos se comprometessem a mantê-lo. Dessa forma, estavam dados os primeiros passos para a criação da CNBB, que aconteceu no ano de 1952. A sociedade na qual se contextualizou o seu aparecimento já se encontrava em pleno processo de transformação com o crescimento da classe média urbana, o que ocasionou a emergência de uma demanda por novas estratégias de evangelização (PIERUCCI, 1984).

A leitura da obra de Oscar Lustosa, A presença da Igreja no Brasil, permite detectar a existência de três fases na história da CNBB, que se desenvolvem entre a sua criação até a década de 80, quando essa organização passa a dominar o editorial do jornal *Lar Católico*, iniciativa que se coaduna com a sua política de comunicação social (LUSTOSA, 1977). Nos primeiros anos de vida, entre sua criação no ano de 1952 até a eclosão do golpe militar em 1964, a política da CNBB recebia o apoio da Santa Sé e do governo brasileiro. Suas iniciativas se davam no sentido de se aproximar e conhecer as necessidades da população economicamente mais desfavorecidas e, portanto, impedir um possível avanço das ideias comunistas nesses segmentos sociais. Percebe-se assim uma tendência de mudança dentro da Igreja brasileira, com a adoção da predileção aos pobres, mas que conservava algumas posturas ainda tradicionalistas, como o medo em relação à disseminação do comunismo.

O começo de uma ditadura militar e a alteração nos postos de direção da CNBB permitiram algumas mudanças de conduta e da imagem da organização perante os seus antigos aliados. A situação histórica não comportava mais um apoio irrestrito por parte do governo brasileiro e do Vaticano ao discurso defendido pelo episcopado brasileiro. Somente com a perda de força do regime militar e a decretação do final deste período da história política brasileira, na década de 80, a CNBB volta a ter uma voz ativa no cenário do

catolicismo. A insatisfação crescente da sociedade para com os conflitos gerados por esse regime redefine o papel da Igreja na sociedade, consolidando assim para essa Igreja uma conduta em relação ao social, aos moldes do que vinha sendo pregado pela CNBB antes do inicio do regime militar.

Assim, com a criação da CNBB na década de 50, começou a se configurar no cenário da Igreja brasileira o desenvolvimento de grupos distintos. Havia um grupo mais conservador, herdeiro do Cardeal Leme e liderado por Alceu Amoroso Lima que articulou a criação do Partido Democrático Cristão. Quando da convocação do Concílio Vaticano II, esse setor se demonstra apreensivo com a possibilidade de mudança. De certa forma, poderiam até mesmo desejar que o concílio referendasse o modelo ultramontano, esboçado no século XIX.

Mas, mesmo diante dessa aparente conformidade do clero e da sociedade em relação à manutenção do modelo de restauração, existia alguma insatisfação com relação à rígida hierarquização entre o clero e os fiéis, o que parecia não se coadunar com o ideal de liberdade burguesa e valorização do indivíduo. Os questionamentos também passavam pelo aspecto masculinizado do sacerdócio, que não era aberto às mulheres, o que diferencia cada vez mais do cotidiano, no qual as mulheres estavam conquistando mais espaço. A visão clerical da sexualidade como um pecado também se distanciava das relações adotadas por homens e mulheres (GUARIZA, 2009).

Na década de 50, a realidade brasileira se alterou em função do desenvolvimento urbano, com mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e às possibilidades de estudo. No plano das relações familiares, no entanto, ainda permanecia o tradicionalismo moral e a assimetria dos papéis, ainda que a promoção das mulheres já se constituísse em um projeto vislumbrado por alguns segmentos sociais.

Em meio a essa realidade é que ocorre uma revitalização da Ação Católica, com o incremento dos movimentos religiosos voltados para os casais, com destaque para o movimento familiar cristão (OLIVEIRA SILVA, 2001). O objetivo desse tipo de associação seria introduzir na vida do casal aspectos da espiritualidade cristã, conduzindo e orientando as famílias na direção do processo de modernização da sociedade. Nesse sentido, em sua coluna D. Madalena sempre indicou para os casais desorientados e com problemas a participação no movimento familiar cristão.

Esses movimentos reforçavam o modelo de família tradicional, ainda que amenizassem a distribuição de tarefas entre o homem e a mulher. O homem ainda era percebido como o chefe do grupo familiar, mas a sua autoridade não poderia ser despótica,

uma vez que ele deveria valorizar o papel da mulher. Esse modelo de família condizia com o que determinava a parcela mais conservadora do clero.

Mas como já foi dito anteriormente, este não consistia no único grupo clerical do período. Maria José Rosado Nunes identificou que nessa década, o clero brasileiro estava dividido em três grupos diferenciados, que se uniam por nutrirem uma verdadeira aversão ao comunismo. Havia um grupo que desejava manter a estratégia exercida durante o período de restauração, com ênfase na defesa do afastamento da Igreja em relação ao mundo secular. Um segundo grupo, conhecido como modernistas conservadores, que se preocupavam com o avanço do secularismo e das novas ideologias, incentivavam a participação dos leigos, embora defendessem a conservação da hierarquia. Por último, identifica o grupo dos reformistas, que acreditavam que o laicato deveria participar das ações da Igreja e percebiam a necessidade de mudança social (GUARIZA, 2009).

Carvalhal aponta que a abertura do clero brasileiro para o envolvimento com a questão social ocorreu, principalmente, entre as décadas de 50 e 60, quando esse se tornou mais preocupado com o destino das camadas populares. Para essa pesquisadora, a Ação Católica, por exemplo, desempenhou um papel importante nesse sentido, pois mesmo sendo criado com um objetivo reformador de espalhar os valores cristãos pela sociedade, foi capaz de mobilizar os leigos na questão da transformação social (CARVALHAL, 2007).

Nessa mesma perspectiva, Rosado afirma que o processo de mudança de concepção do clero brasileiro aconteceu antes mesmo da realização do Concílio Vaticano II. O marco dessa mudança seria a criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1952. Uma parcela do clero brasileiro, então, recebe bem os ditames do concílio, desenvolvendo estratégias pastorais, como as Comunidades Eclesiais de Base. Além disso, abriu-se a possibilidade para o desenvolvimento da Teologia da Libertação.

A CNBB, de certa forma, capitaneou os desejos de mudanças que uniam as parcelas mais progressistas, no que se referia a uma reformulação da relação entre laicato e clero. Assim, a CNBB seguiu as resoluções do Concílio em sua pastoral, pois foi o próprio D. Hélder quem trabalhou nas sessões em prol da discussão das desigualdades sociais.

A questão pastoral que foi enfocada no Concílio permitiu que as Igrejas latino-americanas participassem das discussões perpetradas durante esse evento (BEOZZO, 1985). Os bispos do Brasil já se encontravam articulados, exercendo responsabilidades em comum através da CNBB. Eles então levaram para o Concílio um Plano Pastoral Conjunto para todo o país, o que permitiu a sua colocação em prática as decisões conciliares. Também a Ação Católica nos anos 60, já havia se conscientizado das graves questões econômicas que

assolavam grande parte da população brasileira. Essas experiências levaram a Igreja brasileira a enfocar a pobreza como um grande desafio a ser vencido com a sua ajuda.

De acordo com Oscar Beozzo, o Vaticano II significou o início de uma nova etapa também para a Igreja brasileira, uma vez que ela adquiriu uma nova posição na configuração da Igreja Universal. Antes com uma posição marginal, passou então a ocupar um espaço de destaque, pois continha o terceiro maior episcopado mundial (207 bispos). Beozzo identifica que o concílio proporcionou outro benefício ao episcopado brasileiro, fazendo-o reunir-se, e com isso os bispos puderem desenvolver entre si uma maior unidade (BEOZZO, 2001).

É interessante perceber, porém, que ao retornaram com as novas demandas, discursos e determinações pensados pelo concílio, os bispos brasileiros se depararam com um clero afastado de todo o processo conciliar e por isso ainda relacionado a uma postura conservadora e tradicional. Esse clero foi convocado a colocar em prática as reformas conciliares e isso fez com que a Igreja brasileira se encontrasse dividida, com relação as suas eclesiologias, apesar da doutrina católica continuar sendo válida para todos e inquestionável.

Estava ainda presente uma concepção de Igreja que começou a ser implantada no século XVI e tinha como pilar o conceito de "sociedade sacral". A ideia de uma sociedade perfeita, forjada no Concílio de Trento e que versava sobre a salvação eterna, se afastando do catolicismo popular, em parte fazia a cabeça da hierarquia eclesial no período do golpe militar (CARVALHAL, 2007). Nesse sentido, a Igreja se responsabilizava pelo plano espiritual, enquanto o Estado se encarrega de cuidar dos aspectos temporais. Isso quer dizer que a Igreja não teria necessariamente que discutir questões relacionadas aos problemas políticos e sociais, pois tal função não competia a ela, que se preocupava mais com o desenvolvimento espiritual. Durante os anos 60 e início dos 70, esta foi a postura adotada pelo editorial do *Lar Católico*. Mesmo diante desse quadro, a Igreja se posicionava em conjunto com o poder estabelecido, o que lhe conferia alguma vantagem.

A existência dessas correntes de pensamento evidencia que a Igreja consiste em uma estrutura heterogênea, podendo congregar diferentes concepções de mundo e de religião. Um exemplo específico com relação a essa questão de divergências de posições se refere à querela entre D. Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, e D. Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Ao retornar do Concílio Vaticano II, D. Jaime anuncia para D. Hélder que já havia pedido a sua transferência, junto a Santa Sé, para outra arquidiocese, devido às divergências pastorais.

Com o decorrer dos acontecimentos, D. Hélder foi transferido para Olinda e ali passa a conhecer a realidade do povo nordestino. Essa experiência fez com que D. Hélder Câmara

se consolidasse como um dos membros da Igreja que pretenderam romper com o conservadorismo que mantinha uma aliança firme entre Igreja Católica e poder instituído, para assim viabilizar estratégias que de fato fizessem a diferença na sociedade. De certa forma, ele começa um processo no sentido de aproximar essa instituição com os pobres. O censo de salvação individual e de desenvolvimento espiritual não deveria prescindir de uma preocupação com o próximo e com o engrandecimento do social.

Assim, D. Jaime articulou a vinda do americano Patrick Peyton. Padre Peyton tinha uma preocupação fundamental com manutenção da família e instituiu a Cruzada pelo Rosário em Família. Também atuou nas décadas de 60 e 70 como colaborador do *Lar Católico*, assinando a coluna Fortaleza da Família, na qual denunciava os problemas da moderna família: a falta de união, as divergências de gerações, a pouca presença da fé e a introdução do divórcio (KRETZER, 2005).

Em meados da década de 60, o Brasil entra em um processo político conturbado, com o qual os segmentos mais conservadores da instituição irão se identificar, ainda que por um intervalo de tempo não muito longo. É nessa década que, a partir da sociabilidade gerada pelo Vaticano II, os bispos irão conquistar uma união mais profunda, o que contribuirá para o fortalecimento da CNBB. A partir da criação e consolidação da CNBB sob comando de D. Hélder Câmara e depois, de D. Aloísio Lorscheider, a Igreja brasileira assume um protagonismo no contexto da Igreja da América Latina. O modelo então defendido tinha como ideal a aproximação da Igreja para com os pobres, buscando colocar em prática o conceito da Igreja do Povo de Deus, desenvolvido durante o Concílio Vaticano II.

Retornando ao plano político nacional, em 1964 ocorreu a emergência de um governo ditatorial, capitaneado por militares, que teria sido a consequência de uma disputa entre dois grupos que teriam projetos diversos para a sociedade brasileira. Um desses grupos não desejava que fossem realizadas as reformas propostas pelo então presidente João Goulart, enquanto que os setores denominados mais progressistas mantinham contato com uma visão mais esquerdista e defendiam transformações socioeconômicas profundas.

A realização do Concílio, segundo Altamiro Kretzer, mergulhou a Igreja brasileira em uma profunda contradição, uma vez que este pregava o diálogo e a democratização, aspectos que foram desvalorizados pelo regime político que nasce em 1964 no país (KRETZER, 2005).

Mesmo diante de todo um discurso que visava à renovação do catolicismo e a adoção de medidas por parte do episcopado brasileiro, que tinham por objetivo melhorar as condições sociais do povo, uma determinada parcela desse episcopado se associou ao projeto do regime

militar. Essa opção demonstrava o quanto a Igreja ainda temia o avanço da ideologia comunista.

Com o passar do tempo, o segmento mais progressista da Igreja começa a criticar as posturas do regime, desempenhando assim um papel mais efetivo na discussão das questões referentes à construção de uma sociedade mais harmônica, menos autoritária e com menor desigualdade social. Essas lideranças tinham por objetivo proteger os mais pobres e promover um retorno do regime democrático. Dentre essas lideranças destacaram-se os nomes de Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldágila, Dom Ivo Lorscheiter (CARVALHAL, 2007). Na década de 70, uma parcela mais significativa da Igreja brasileira começa a evidenciar ideias oposicionistas ao autoritarismo e violência que caracterizavam o regime militar. Assim, na década de 70, D. Hélder Câmara, representante da corrente progressista, assinalou as agruras de um regime pautado pela violência contra os civis oposicionistas (SANTOS A. L, 2006).

No limiar da década de 80, há uma tentativa de demonstrar que a CNBB não fizera parte dos segmentos clericais que apoiaram a ascensão do regime ditatorial. Dessa forma, em uma entrevista concedida ao *Lar Católico*, D. Serafim, presidente do Regional Leste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fez suas considerações sobre o tema:

> A Igreja que apoiou a revolução de 1964 não era tão consistente como a Igreja que hoje apóia as mudanças. Não me lembro da CNBB, enquanto CNBB, e dos Bispos, enquanto os bispos terem apoiado a revolução. [...] Agora, os fatos mudaram, principalmente mudou o lugar social da própria Igreja e os problemas do Brasil. E mais do que isso, providencialmente, a Igreja foi colocada como o único canal de comunicação com o governo, a única voz que fazia chegar às autoridades os anseios do povo. Cresceu depois de 1964 a afinidade da Igreja com os problemas vitais do país e hoje há essa posição que eu, da minha parte não chamaria de progressistas.[17]

Na década de 80, o Brasil entra em um processo de redemocratização, do qual a CNBB participou ativamente. Nesse período, a organização dominou o processo editorial do *Lar Católico*, fazendo do semanário um veículo de informação sobre a Igreja, mais politizado, preocupado com as desigualdades sociais e com a conscientização política dos seus leitores. Assim, foram articuladas, a partir de então, representações muito positivas sobre a atuação da CNBB.

Em 1986, os bispos brasileiros se reúnem na cidade de Itaici e, inspirados nas determinações tanto do Concílio Vaticano II quanto das conferências de Medellín e Puebla,

[17] A IGREJA deve caminhar com todos juntos. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.2, 3 ago. 1986.

apontaram perspectivas para a ação pastoral. O jornal abordou essa reunião em algumas oportunidades. Em determinada matéria o jornalista Tilden Santiago apontou para os benefícios que essas ideias trariam para o conjunto da sociedade. Pode-se citar, então, um trecho do seu texto que expressa a postura adotada pelos bispos:

> Hoje os bispos convidam os cristãos a uma busca de fidelidade aos apelos de Deus que vem da realidade, a ouvir o "grito de um povo que sofre e reclama justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais dos homens e dos povos. [...] Essa expressão pelos pobres *opção preferencial pelos pobres*, à primeira vista, captada superficialmente, dá a impressão de parcialidade, de unilateralismo. Mas na verdade é só uma impressão. Essa opção é o caminho correto para se chegar a todos e o documento o explicita: *Longe de ser exclusiva e excludente, ela expressa a opção pela dignidade de todos os seres humanos*. Nada mais normal do que privilegiar aqueles, cuja imagem do filho de Deus *aparece mais desfigurada por serem vitimas de modelos econômicos marginalizados pelo poder político e oprimidos pela injustiça*. [...] Só as camadas oprimidas tem o dom de mudar o mundo e mudá-lo para todos. O universalismo, a totalidade é privilégio dos pobres e dos despojados que a eles se solidarizam, não de mentira, mas num plano de verdade e de eficácia na busca da erradicação da miséria no mundo.[18]

Na verdade, além de fazer uma propaganda positiva dos ideais da CNBB, a presença de Tilden Santiago enfatizava a preocupação da CNBB em preparar o povo para viver em Democracia. Em 1986, o *Lar Católico* inaugurou uma coluna que recebe o nome de Falando de Constituinte, assinada por tal jornalista político. Nessa coluna destaca-se o debate político estimulado pela CNBB, no sentido de informar e fazer o leitor refletir sobre a necessidade de articular a esfera política com a social. Depois de mais de vinte anos convivendo com um regime ditatorial, a população deveria se acostumar com a realidade democrática e todas as responsabilidades que advém juntamente com as liberdades do regime que estava sendo implantado em meados da década de 80.

A coluna de Tilden Santiago tinha por objetivo orientar o leitor nesse sentido, fazendo-o entender a importância de sua participação no processo de escolha dos deputados que iriam elaborar a nova constituição brasileira, inserindo esse leitor no processo político, fazendo-o refletir "Qual a sua contribuição, leitor do *Lar Católico*, para que se de uma mobilização da nação inteira em função da constituinte?"[19]. Assim ele adverte que "Neste processo de crescimento de consciência política da população, sobretudo em tempos de

[18] SANTIAGO, T. S. A opção preferencial pelos pobres. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 8 set. 1986.
[19] SANTIAGO, T. S. Falando de Constituinte. Saudade da mobilização. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 29 nov./5 dez. 1986.

constituinte, o cidadão brasileiro começa a valorizar mais o seu voto considerando-o uma verdadeira arma a ser utilizada na transformação do Brasil."[20].

Em reportagem intitulada *Plano Cruzado, Eleições, Constituinte: o que a Igreja tem a ver com isso*[21] fica claro que a Igreja do Brasil, através da CNBB, está cada vez mais preocupada com diversos aspectos da realidade política, social e econômica do país. Assim, os bispos demonstram interesse sobre os mais variados assuntos, para poder orientar melhor as comunidades, procurando ajuda de especialistas como o ministro Dilson Funaro para esclarecer pontos sobre o plano econômico que estava sendo implantado no Brasil naquele momento.

Mais uma vez o Concílio Vaticano II é evocado como um divisor de águas na postura da Igreja em relação ao mundo. De acordo com esse texto, o concílio possibilitou a abertura da Igreja para a discussão dos problemas do mundo. A partir de então, essa postura foi ratificada em outros encontros internacionais, principalmente no âmbito da América Latina, com as conferências realizadas em Medellín e Puebla. Os documentos emitidos por esses deixam evidentes a preferência da Igreja pela defesa dos pobres e oprimidos, para assim fazer nascer uma sociedade mais justa e fraterna.

O texto enfatiza que a Igreja do Brasil teve um papel decisivo na passagem de um regime arbitrário para uma situação democrática, através de um trabalho de conscientização popular realizado por meio das CEBs e das pastorais. Já durante o exercício do regime ditatorial, o episcopado brasileiro procurava esclarecer, por meio de documentos emitidos pela CNBB, que os direitos e a liberdade do cidadão deveriam ser valorizados. A Igreja acreditava ser uma instituição que poderia analisar, à luz da fé, a ordem política, pois estava vinculada à ordem moral, da qual a Igreja se sentia responsável pela elaboração.

A realidade brasileira, assim como a dos demais países da América Latina, era caracterizada por índices de desenvolvimento social alarmantes, com questões urgentes a serem resolvidas, como o analfabetismo, a pobreza, a violência e a distribuição de renda e de terra. Com o tempo, a Igreja entendeu que não poderia mais se furtar a discutir e interferir sobre essa realidade.

Segundo Rabelo, essa transformação na postura ficava clara quando se observava a evolução dos temas da Campanha da Fraternidade, patrocinada pela CNBB, que na década de 70 focalizava questões espirituais. Alteração significativa somente ocorreu no final desta

---

[20] SANTIAGO, T. S. Falando de Constituinte. Para votar bem. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 6 a 12 out. 1986.
[21] RABELO, D. Plano Cruzado, Eleições, Constituinte: o que a Igreja tem a ver com isso*?* **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.12, 15 a 21 dez. 1986.

década, quando a Campanha da Fraternidade passou a se debruçar sobre temas que enfocavam o cotidiano e as mazelas da população.

Na verdade, a opção pelo pobre visava a construir uma sociedade mais justa e fraterna, que tencionava resguardar valores que eram essenciais para a Igreja, como a família, os direitos humanos e a justiça social. A Igreja aparece na década de 80 como uma instituição que reage aos estímulos do mundo em constante transformação, podendo exercer o seu papel de agente histórico, na medida em que decide fazer os seus fiéis refletirem sobre a participação que desempenham na construção da sociedade.

3 A IGREJA CATÓLICA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO *LAR CATÓLICO*

A Igreja Católica caminhou por todo o século XX em uma direção de modo a reverter parte do processo de secularização, tentando suprir algumas das demandas sociais e econômicas mais importantes emanadas do mundo dos homens. No primeiro capítulo foi possível perceber como se deram essas tentativas de reversão no plano nacional e internacional, traçando estratégias de manutenção do poder pastoral sobre o seu rebanho, seja utilizando de uma conduta mais conservadora, como ocorreu no período pré-conciliar, seja adotando uma visão mais modernizante, voltada para a discussão da sociedade.

Percebendo a Igreja Católica enquanto uma instituição empenhada na produção e veiculação de ideologias (PIERUCCI, 1978), pode-se concluir que ela procurou manipular símbolos, na tentativa de inserir normas e valores no imaginário de seus seguidores. Em meio à necessidade de concretizar os seus projetos, a Igreja identificou nos meios de comunicação um canal para manter contato com o seu povo de modo a evangelizá-lo. Em uma acepção mais ampla, na atualidade interessa para a Igreja comunicar-se com o mundo, para assim propagar as suas ideias.

Porém, a sua preocupação tanto com o controle de ideias quanto com a propagação das mesmas não é algo recente. Segundo Paula Monteiro, desde o momento em que a instituição teve que lidar com a concorrência das crenças heréticas estimuladas pela Reforma, foi necessário investir cada vez mais na divulgação de informações. Portanto, desde muitos séculos a Igreja descobriu que quem tem o controle da informação, tem uma forma de poder sobre a sociedade (MOTEIRO, 1991b).

Desde então, a Igreja oscilou entre a condenação e a utilização desses meios, caminhando por todo o século XX em meio a um processo maior de entendimento a respeito dos benefícios que as tecnologias comunicativas poderiam alcançar, seja no que dizia respeito ao seu trabalho pastoral, seja na melhoria de vida dos homens. Assim, a partir de então será feito um breve panorama acerca das concepções da Igreja sobre o tema, para que em seguida se possa inserir o *Lar Católico* dentro do projeto de promoção de uma imprensa voltada para as necessidades do catolicismo, promovendo suas doutrinas e condenando aspectos morais que lhe parecem indevidos para a sociedade.

3.1 A Igreja e a comunicação: modos de evangelizar desde a "boa imprensa" até a adoção dos meios de comunicação audiovisuais

A imprensa possui uma capacidade de interferir na estruturação e no imaginário da sociedade. É justamente por conta desse poder que ela possui que instituições como a Igreja Católica buscaram controlá-la, se apoderando da mesma e criticando seus inimigos quando dela fizeram uso. Assim, no século XIX, surge um movimento por parte da Igreja que atentou para a importância dos órgãos de imprensa, no sentido de transmitir sua mensagem, evangelizar e realizar um trabalho de normatização da conduta dos seus leitores. É nisso que consiste o principal objetivo do periodismo católico (LUSTOSA, 1983) e o seu diferencial em relação a outras modalidades de periódicos.

A Igreja se encontra em um contexto social e político conturbado na Europa do século XIX. Esse período foi marcado pela emergência de novas correntes de pensamento e pelo relativo aumento na facilidade de propagar essas ideias entre a sociedade. O capitalismo de fato se consolidava no cenário europeu, fazendo nascer uma ideologia que vislumbrava suas contradições e a sua evolução histórica: o socialismo desenvolvido por Marx e Engels. O anarquismo e o movimento maçônico ganhavam cada vez mais adeptos, dispunham de espaço na imprensa para divulgar seus ideais e se posicionavam claramente contra o clericalismo. Todo esse contexto desagradava o clero, que acreditava não ter as suas ideologias tão bem representadas na imprensa laica, que ao contrário disso, dava voz aos seus inimigos (socialistas, anarquistas e maçônicos).

É durante o pontificado de Leão XIII (1878-1903) que essa oposição se reflete na produção de documentos. O discurso articulado por Sua Santidade tinha por objetivo interferir nos hábitos sociais, impedindo que os católicos tomassem contato com esse tipo de texto, já que a Igreja não encontrava mais meios de impedir a sua publicação. Assim, fica claro que se tratava de um discurso pautado pelo controle e condenação do teor da imprensa laica, identificando-a como má e impura. Percebe-se, portanto, que há uma tendência crescente de condenações a essa imprensa sobre a qual a Igreja não exercia controle.

O pontificado de Leão XIII não se reduziu somente a empreender práticas discursivas. Na realidade, seu discurso terá uma repercussão prática, que seria a criação por todo o mundo de uma imprensa que pudesse fazer oposição à imprensa laica: a imprensa católica, ou melhor, a "boa imprensa".

Um dos principais pontos do discurso de Leão XIII seria o questionamento a respeito do direito de publicar e falar o que pensa. Em outras palavras, colocava em dúvida a eficiência e a universalidade da liberdade de imprensa. Caso essa liberdade seja exercida de modo abusivo, ela deixa de ser um direito. Portanto, ela não pode ser um direito oferecido a qualquer um, pois somente os mais esclarecidos e os moralmente corretos saberiam como e o que expressar publicamente.

Para Leão XIII, no contexto daquele momento havia uma proliferação inadequada de textos e opiniões, pois esses não passam por nenhuma clivagem prévia que pudesse estabelecer o que era propício ou não para o público. A Igreja, como uma instituição milenar e designada por Deus para representar a sua vontade na terra, seria a detentora natural da moral e dos conhecimentos necessários para proceder a essa clivagem, garantindo assim a preservação da ordem social. Assim, todas aquelas publicações que foram consideradas aos olhos da Igreja como heréticas e impuras foram assim classificadas por transgredirem os valores mais essenciais da vida e as verdades absolutas da Igreja.

Em certo sentido, a Igreja temia que os seus inimigos (comunistas, socialistas, anarquistas, maçônicos, liberais) se utilizassem da imprensa para atacá-la diretamente, fazendo críticas a sua hierarquização e a sua atuação junto à sociedade e indiretamente, defendendo princípios com as quais ela não comungava. Nesse ponto, afirmou o papa sobre as finalidades da imprensa laica: “Solapar, por todos os meios, o clericalismo (ou catolicismo) em todos os seus fundamentos e mesmo nas fontes da vida, isto é, na escola e na família', eis a palavra de ordem dos franco-maçons” (LEÃO XIII, 1947, p.5). O discurso do papa indicou que os inimigos da Igreja visavam a destruir tudo o que era mais caro para o homem, a família, e para tal, encetava os princípios hereges no seu da própria família, através de seus textos.

Segundo Leão, o clero deveria se organizar e contrapor os “escritos aos escritos”. Não bastava somente condenar, apontar os erros e os enganos dos textos profanos, pois aquelas palavras já se espalhavam pela sociedade. Para realmente conter o avanço do mal, o papa desejava aparelhar o seu clero com as mesmas armas dos seus inimigos. Assim, para remediar os males causados por uma imprensa herética, somente a criação de uma nova imprensa seria a solução. Apoiando o clero nessa tão necessária tarefa, estaria uma legião de pessoas cristãs e preparadas, que pudessem colocar em ação o projeto da “boa imprensa”, espalhando por toda a sociedade a fé que levaria o homem a sua salvação (LEÃO XIII, 1947).

A imprensa católica poderia ser empreendida por associações leigas de orientação cristã, sendo os conteúdos controlados por algum membro do clero. Os custos das publicações

seriam arcados por essas associações. De um modo geral, concentrando-se no cenário brasileiro, é possível perceber que essas publicações contavam com pouco apoio financeiro, sobrevivendo com poucos recursos.

Aos olhos do papa, os órgãos da imprensa católica deveriam se basear na pregação da religião, na defesa de uma sociedade harmônica, na valorização da família, na obediência à Santa Sé, na união a outros órgãos de igual identidade para promover o engrandecimento de tal imprensa e na defesa da caridade e da dignidade. Esse movimento capitaneado pela Igreja Católica, no sentido de se firmar como grande influência em um mundo já movimento por diferentes ideologias, como ocorria no contexto do século XIX, encontrou na criação de uma imprensa católica uma estratégia para alcançar esses objetivos.

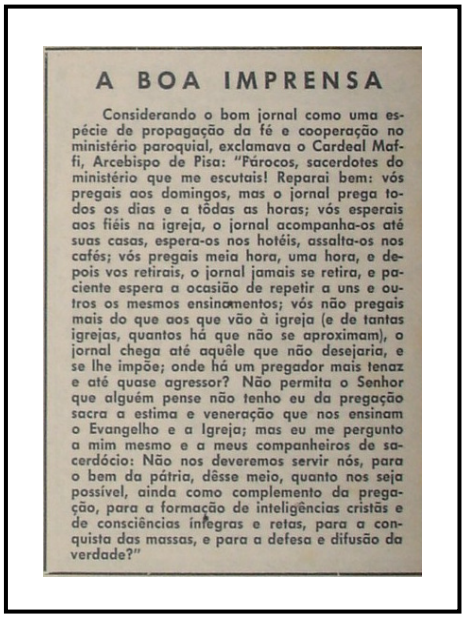
Organizando a ação em prol da imprensa, o clero percebeu a importância do laicato no empreendimento, tanto no que concernia à participação na estruturação dos órgãos de imprensa quanto no fato de serem os leigos os alvos e o motivo para a criação desses órgãos. Havia a ideia de que o clero estava preparado para enfrentar os malefícios da imprensa laica, mas por outro lado, os leigos se encontravam desamparados diante das palavras impuras proferidas pelos inimigos da Igreja, sendo necessário contrapor a essas palavras àquelas mais santificadas.

Observa-se neste contexto que a Igreja convocou os leigos a participarem do processo, desempenhando funções que pudessem ajudar a engrandecer a "boa imprensa". Assim, aqueles que tinham, principalmente, o talento para a escrita poderiam se utilizar do poder da palavra escrita para disseminar os princípios católicos. Essas pessoas (escritores e jornalistas leigos) tiveram um papel importante na condução do reordenamento social, através da promoção da família.

O *Lar Católico* de certa forma atendia às exigências ministradas pelos idealizadores da "boa imprensa", contando com um corpo redacional formado por leigos e clérigos instruídos para desempenharem suas funções. Os assuntos tratados pelo jornal não eram somente vinculados a temas religiosos, abordando também questões que poderiam auxiliar homens e mulheres na condução de suas ações no plano individual e social.

O laicato foi de suma importância para a construção do discurso do *Lar Católico*, sendo decisivos para a boa formação desse jornal. Tanto é assim que um dos mais famosos nomes da redação do jornal, permanecendo ali por mais tempo e conquistando uma legião de fãs, foi uma leiga que tinha uma relação muito forte com o catolicismo: D. Maria Madalena Ribeiro de Oliveira. Apesar da importância que adquiriram os leigos nesse projeto, eles ainda deveriam estar submetidos à hierarquia eclesiástica (Figura 2). Klauck identificou que a

valorização do escritor e do jornalista leigo faria com que se criasse uma base católica entre a população, exercendo alguma liderança necessária para o combate ao pensamento moderno (KLAUCK, 2009).



A BOA IMPRENSA

Considerando o bom jornal como uma espécie de propagação da fé e cooperação no ministério paroquial, exclamava o Cardeal Maffi, Arcebispo de Pisa: "Párocos, sacerdotes do ministério que me escutais! Reparai bem: vós pregais aos domingos, mas o jornal prega todos os dias e a tôdas as horas; vós esperais aos fiéis na igreja, o jornal acompanha-os até suas casas, espera-os nos hotéis, assalta-os nos cafés; vós pregais meia hora, uma hora, e depois vos retirais, o jornal jamais se retira, e paciente espera a ocasião de repetir a uns e outros os mesmos ensinamentos; vós não pregais mais do que aos que vão à igreja (e de tantas igrejas, quantos há que não se aproximam), o jornal chega até aquêle que não desejaria, e se lhe impõe; onde há um pregador mais tenaz e até quase agressor? Não permita o Senhor que alguém pense não tenho eu da pregação sacra a estima e veneração que nos ensinam o Evangelho e a Igreja; mas eu me pergunto a mim mesmo e a meus companheiros de sacerdócio: Não nos deveremos servir nós, para o bem da pátria, dêsse meio, quanto nos seja possível, ainda como complemento da pregação, para a formação de inteligências cristãs e de consciências íntegras e retas, para a conquista das massas, e para a defesa e difusão da verdade?"

Figura 2. Apologia à "boa imprensa"
Fonte: Lar Católico[22]

As orientações de Leão XIII chegam até a América Latina e se consolidaram no Brasil, onde vários órgãos de imprensa católica foram criados entre fins do século XIX e início do XX, em diferentes regiões, dentre eles o *Lar Católico*. Nesse país, as primeiras iniciativas do clero nesse sentido ocorreram em um momento no qual ele ainda se encontrava submetido às políticas de Estado, através do padroado (KLAUCK, 2009). Destaca-se a iniciativa do Bispo de Mariana, D. Antônio Viçoso, que no século XIX já fazia uso da imprensa para propagar os bons costumes (SANTOS A. L, 2006).

Oscar Lustosa, em seus estudos sobre a imprensa católica no Brasil, identificou que a história desse tipo de imprensa foi marcada pela existência de quatro fases (LUSTOSA, 1983). A primeira fase estaria compreendida entre os anos de 1830 e 1860 e corresponderia ao momento de introdução da imprensa católica, cuja principal característica seria a ligação da Igreja com o Estado. O período que se estendeu de 1870 até 1900 corresponderia à fase de sua

[22] LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, p.1, 6 fev. 1964.

consolidação. No plano do catolicismo brasileiro, vivenciava-se a questão religiosa, a introdução de ideologias europeias contrárias às determinações da Igreja, bem como a laicização do Estado. Para Lustosa, entre os anos de 1900 e 1945 a imprensa católica pôde se organizar melhor. Foi justamente nesse período que nasceu o *Lar Católico*. Por último, a partir dos anos 40, a imprensa católica viveria uma nova fase, com a adoção de inovações tecnológicas no feitio e distribuição da informação, inclusive com a introdução de novas mídias, como, por exemplo, a televisão.

Segundo Paula Monteiro, em 1900 realizou-se o 1º Congresso Católico Brasileiro na cidade de Salvador, no qual a questão da imprensa tomou relevo. Ficou acordado naquele momento que a imprensa católica "é um meio eficacíssimo para propagar e difundir a "verdade e para combater o erro, em oposição a mitos jornais ímpios, que sistematicamente combatem a religião" (CONGRESSO CATHOLICO BRASILEIRO, 1900 apud MONTEIRO, 1991a, p.206).[23] Desde então, o tema passou a ser indicado em documentos produzidos pelo clero brasileiro.

As questões normalmente enfocadas nos encontros clericais diziam respeito ao comportamento insatisfatório dos leigos, que continuavam a consumir os escritos impuros e laicos, condenados pela Igreja (OLIVEIRA, 2000). O alto custo das produções impressas também causavam preocupação e diminuíam as possibilidades de disseminação das publicações católicas. Em muitos casos, a falta de anunciantes colocava os jornais e revistas católicos em uma situação economicamente desfavorável, o que tornava sempre necessária a campanha para angariar mais assinantes (SANTOS A. L, 2006). Em certa medida, percebe-se que essa situação, em determinados momentos, constitui-se em um problema para o *Lar Católico*.

Quando nasceu, o jornal *Lar Católico* esteve atrelado ao projeto de "boa imprensa" idealizado por Leão XIII. Durante a sua longa jornada, novos apontamentos e orientações foram sendo desenvolvidos por parte da Igreja a respeito desse tema. Comprovando que a relação entre Igreja Católica e os meios de comunicação de massa também é uma relação histórica, nos anos 80 (período no qual finda o recorte estabelecido por essa pesquisa) verifica-se uma atenção diferenciada para essa questão. No entanto, a ideia de utilizar os meios de comunicação no processo evangelizador permaneceu.

Uma mudança interessante na relação entre Igreja e meios de comunicação ocorreu a partir da década de 40, quando a instituição se especializou sobre a utilização desses meios,

---

[23] CONGRESSO CATHOLICO BRASILEIRO, 1, 1990, São Paulo. **Actas e documentos**. São Paulo: Typographia A Vapor - Paupério,1900.

começando a investir em diferentes modalidades de mídias, aumentando até mesmo o seu domínio sob algumas editoras. No entanto, Soares adverte que ainda persistia um discurso autoritário, conservador e moralizante, que estava pautado na defesa de uma espiritualidade. Esses veículos teriam por objetivo completar o trabalho de catequese, evangelizando os leitores. Também passavam a imagem de uma Igreja que se caracterizava pela unidade (SOARES, 1989).

Percebe-se que com o caminhar o século XX, a Igreja teve que se preparar para discutir não somente a sua ingerência sobre os meios inscritos, mas também teve que traçar estratégias de atuação sobre os meios audiovisuais. A encíclica *Miranda Prorsus*, de 8 de setembro de 1957 (PIO XII, 1957) apareceu e falava sobre o cinema, o rádio e a televisão. A Igreja reconheceu os avanços tecnológicos que envolviam esses meios e, portanto, a importância dos mesmos. Mas para Pio XII, os organismos nacionais deveriam contribuir com a obra da Igreja, educando as pessoas quanto aos filmes e preparando listas para "indicar quais produções estão de acordo com os juízos morais católicos (PUNTEL, 1994).

Mesmo preocupado com os novos meios de comunicação, Pio XII ainda fez referências aos escritos, identificando a imprensa católica como a "arma da verdade". No seu discurso pode-se vislumbrar a influência do projeto da "boa imprensa", pois ele trabalhou com a concepção de veicular ideias boas em oposição às más. Assim, ele descreve a atuação do jornalista católico:

> A vossa pena e a vossa máquina de escrever são os vossos instrumentos de combate, de defesa e de ofensivas: armas tão terríveis quando falam como quando se calam, porque há um silencio de cobardia e de assentimento, como o há de caridade e de sacrifício [...] apostolo é o jornalista católico porque, como João Evangelista, tem muitas coisas a escrever contra os inimigos da fé. (ANUÁRIO DA IMPRENSA CATÓLICA, 1939, p.106).

De acordo com Puntel, foi a partir da atuação desse papa que a Igreja começou a se conscientizar acerca do crescimento da opinião pública em um contexto de sociedade democrática (PUNTEL, 1994). A Igreja então começou a se abrir, vislumbrando a possibilidade de se utilizar do cinema, rádio e televisão. No entanto, jamais abandonou a crítica ao que considerava como utilização errônea desses meios audiovisuais. Não há dúvidas a respeito do receio que a Igreja mantinha, principalmente, em relação ao cinema e à televisão no tocante à receptividade dos filmes e das novelas.

Durante o Concílio Vaticano II, foi elaborado um novo documento, cuja temática estaria vinculada aos meios de comunicação. Datada de 1963, a *Inter Mirifica* (PAULO VI,

1966) demonstrava uma maior aceitação às diferentes modalidades de meios de comunicação. Puntel adverte que a importância desse documento não estava propriamente em seu conteúdo, mas sim no fato de a Igreja, no decorrer de um concílio, ter colocado o assunto em enfoque (PUNTEL, 1994, p.59).

Tal documento prevê a obrigação e o direito da Igreja de utilizar os meios de comunicação na sua atividade pastoral. É justamente mencionando esse direito que o texto se inicia. Puntel identifica que ele não pode confundido com posse, mas "como parte da missão da Igreja de educar e contribuir para o desenvolvimento da humanidade" (PUNTEL, 1994, p.59). Assim, o documento enfatiza a necessidade de a Igreja continuar fomentando a disseminação de uma imprensa católica:

> Há que fomentar, antes de mais, a boa imprensa. Porém, para imbuir plenamente de espírito cristão os leitores, deve criar-se e difundir-se uma imprensa genuinamente católica que – sob o estímulo e a dependência directa quer da autoridade eclesiástica quer de homens católicos – editada com a intenção de formar, afirmar e promover uma opinião pública em consonância com o direito natural e com a doutrina e princípios católicos, ao mesmo tempo que divulga e desenvolve adequadamente os acontecimentos relacionados com a vida da Igreja. Devem advertir-se os fiéis da necessidade de ler e difundir a imprensa católica para conseguir um critério cristão sobre todos os acontecimentos. (PUNTEL, 1994, p.55).

Sabe-se que esse foi um dos primeiros documentos a ser debatido em âmbito conciliar, sendo o segundo dos dezesseis documentos aprovados por esse concílio, e também um dos que causaram mais controvérsias entre os bispos, tendo sido o documento aprovado com o maior número de votos contrários. Na apuração, registrou 1598 votos favoráveis e 503 contrários. Talvez, um dos motivos para essa grande oposição tenham sido as críticas que o documento estava recebendo por parte dos jornais europeus e americanos, que percebiam no texto uma tentativa de censura e regulamentação dos meios de comunicação (PUNTEL, 1994).

Talvez a rapidez com que o documento foi colocado em discussão, evidencie que houve um restrito desenvolvimento de consciência durante o concilio no tocante aos meios de comunicação. No documento ainda há reminiscência de um discurso regulador dos meios de comunicação e o reforço ao emprego desses meios no trabalho de evangelização. Mas também já faz referências a pontos considerados inovadores, como o direito do homem à informação. A *Inter Mirifica* (PAULO VI, 1966) também estipulou uma data na qual se comemoraria o "Dia Mundial da Comunicação", demonstrando a importância que tal aspecto adquiria no mundo moderno. Há uma concepção entre os estudiosos do documento que, caso

ele tivesse sido discutido nos momentos finais do concílio, teria adquirido um aspecto mais enriquecido.

Anos depois, já na década de 70, um novo documento enfocando a questão foi publicado, recebendo a denominação de *Communio et Progressio* (PAULO VI, 1971). O texto foi veiculado durante o papado de Paulo VI, constituindo-se em um dos mais avançados documentos elaborados pela Igreja sobre o tema. Verifica-se uma preocupação com o direito que o público tem à informação. Também o texto esclarece a necessidade de a Igreja manter um diálogo aberto com o mundo. O documento representava mais um passo da Igreja na direção do bom entendimento a respeito dos meios de comunicação. A mídia não é mais entendida como um perigo, mas como algo positivo. Porém, Puntel adverte que o documento não enfoca como se deve a questão das tensões sociais, pois desenvolve uma ideia de mídia inserida em uma sociedade onde não há conflito interno (PUNTEL, 1994).

Na década de 80, a discussão sobre os meios de comunicação passou a tomar uma dimensão política nas páginas do *Lar Católico*. O dia comemorativo para os meios de comunicação social, instituído pelo Concílio Vaticano II, foi lembrado pelo *Lar Católico* em sua edição de 31 de maio de 1981. Nesta oportunidade ocorreu uma discussão a respeito do conceito de comunicação e da sua importância para a resolução dos conflitos entre as pessoas, instituições e países. Também se desenvolveu uma discussão sobre a relação estabelecida entre a comunicação e liberdade. Nesse pequeno texto transparece a preocupação com a criação de leitores críticos (logicamente que esta crítica deveria estar baseada em critérios oriundos do catolicismo) que sejam capazes de discernir entre as mensagens positivas e as negativas veiculadas por esses meios.

Nesse sentido, a Igreja poderia desempenhar um trabalho necessário. Alega-se que naqueles momentos, falava-se muito em liberdade, sem, contudo, atentar para uma acepção mais ampla desse conceito. Assim, o texto questionou a respeito de qual liberdade poderia possuir uma sociedade que vivia às voltas com a questão da miséria. No plano da política, que liberdade poderia desfrutar uma sociedade que convivia com ditaduras que manipulam o poder, sem considerar a opinião de outras camadas sociais (aqui não se pode vislumbrar se o texto se referia às ditaduras comunistas ou ao regime implantado no Brasil em 1964, ainda em vigor no início da década de 80).

A palavra "diálogo" ganhou força expressiva após o Concílio Vaticano II. O diálogo passa a ser interpretado como a única forma de se realizar a paz social, de conciliar o diferente. Sabe-se que um dos pontos no qual se pautaram os trabalhos conciliares foi a percepção de que era necessário incentivar um diálogo entre todos os cristãos. Aproximar as

diferentes Igrejas que se construíram a partir da palavra de Cristo. A tentativa não era mais de aniquilar essas experiências fora do catolicismo, visando a trazer para o seio da Igreja Católica aqueles filhos que partiram para outras igrejas cristãs. Nesse momento, a Igreja não tinha a pretensão de passar para o mundo que era ela a detentora da verdadeira e única Palavra de Cristo, apenas gostaria de abrir espaço para o diálogo com as igrejas irmãs.

Mas outras modalidades de diálogo também seriam valorizadas, como por exemplo, o diálogo entre os homens e entre o homem e a sua Igreja. Para intermediar as relações entre grupos humanos e a Instituição Católica, o instrumentos mais eficazes seriam os meios de comunicação de massa. Na década de 80, em comemoração a mais um "Dia Internacional dos Meios de Comunicação Social", o *Lar Católico* elaborou uma reportagem de duas páginas sobre o tema, afirmando que os meios de comunicação podem ao mesmo tempo gerar o conflito e promover a paz. De acordo com o texto, os meios de comunicação devem ser mobilizados para contornar as desavenças do mundo, impedir a ocorrência das guerras, criar uma consciência para paz e para a concórdia.

> [...] dado que a vivência dos valores religiosos não é acidental, é indispensável que os operadores do mass media saibam tratar a temática religiosa com delicadeza, certos de que no coração da religiosidade do homem se encontra a raiz de uma paz duradoura e definitiva. Daí também a necessidade de que se dê um tratamento respeitoso e objetivo ao temas referente à Igreja e suas instituições. [...] Nos últimos anos a Pontifícia Comissão para Comunicações Sociais levou a bom termo um trabalho de enorme sensibilização, começando pela própria hierarquia eclesiástica. Em pouco mais de 10 anos, em praticamente todas as conferencias episcopais foi criada uma comissão episcopal, ou pelo menos designado um bispo responsável pelas comunicações sociais e pelos números problemas relacionados com o apostolado católico nesse setor. [...] Para completar um quadro de realizações muito amplo e que é impossível referir em sua totalidade, seria injusto deixar de citar a organização anual do Dia das Comunicações Sociais.[24]

Pode-se concluir que a Igreja foi, ao longo do século XX, concedendo um espaço maior para a discussão a respeito da importância dos meios de comunicação para a sociedade, nos seus encontros e conferências. No princípio, a Igreja criticava e até mesmo censurava a utilização desses meios, depois percebeu que ela não deveria se abster de participar desse processo, criando assim o movimento da "boa imprensa", do qual o *Lar Católico* é representante. Ao longo do século XX, a Igreja tomou consciência da importância desses meios não somente para o seu projeto de evangelização, mas para informar e formar uma sociedade que pudesse enfrentar, seguindo a orientação católica, os problemas próprios de seu tempo.

[24] XVI DIA Mundial das Comunicações Sociais. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.9, 15 maio 1983.

3.2 O *Lar Católico*: um empreendimento dos missionários do Verbo Divino

O *Lar Católico* nasceu em 1919. Era ainda o princípio da trajetória republicana brasileira, momento no qual a Igreja Católica tentava reorganizar suas forças em vista do poder perdido com o advento do Estado leigo (DALE; LUSTOSA, 1979). A imprensa católica, portanto, fará parte desse projeto, viabilizando a influência desta instituição sobre a sociedade brasileira. O contexto eclesiástico brasileiro já respirava os ares da restauração católica, que viria a se consubstanciar na década de 20, sob a liderança do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Esse processo se caracterizou pela valorização da família, pelos discursos restritivos em relação a determinadas condutas femininas para arregimentá-las, conquistando a família (BUARQUE, 2002). De uma maneira geral, percebe-se no *Lar Católico* reminiscências desse discurso vigente no período de sua fundação, até meados da década de 60, que constitui em um momento inserido dentro do recorte estipulado por essa pesquisa.

A história do *Lar Católico* remonta à chegada dos padres alemães da Congregação do Verbo Divino à cidade de Juiz de Fora, no final do século XIX. Segundo Mabel Salgado, a saída do vigário da Igreja Matriz, Pe. Hipólito de Oliveira Campos, foi praticamente simultâneo ao pedido que D. Silvério, bispo de Mariana, fez ao Pe. Arnaldo Janssen para que representantes da sua congregação viessem se instalar na cidade de Juiz de Fora (PEREIRA, 2002). Assim, D. Silvério entrou em conversações com o Pe. Frederico Hellenbrock, verbita que já se encontrava no Brasil, porém em Petrópolis, para que pudesse designar alguns representantes. Mabel Salgado inscreve a presença dos verbitas em Juiz de Fora dentro do processo de Romanização e Reforma Católica Ultramontana ocorrida tardiamente nessa cidade. Uma vez em Juiz de Fora, a congregação assume a responsabilidade sob a Igreja Matriz, desempenhando essas funções por 25 anos (1900-1925).

Os verbitas também se dedicaram às funções educacionais, exercendo um trabalho em duas frentes: através do ensino regular e superior ministrado na Academia de Comércio e através da criação da Editora Lar Católico, que publicou livros de orientação religiosa, além é claro, do semanário *Lar Católico* (LAR CATÓLICO, 1945).

A Academia de Comércio, uma das primeiras instituições encarregadas do ensino superior no país, começou a ser idealizada a partir do ano de 1891, como um projeto de Francisco Baptista de Oliveira. Os problemas financeiros fizeram com que os acionistas pensassem em entregar a instituição para o comando de uma congregação religiosa. Em um

primeiro momento, a congregação escolhida foi a dos salesianos. Porém, pouco tempo depois de realizada a doação, os salesianos a transferiram para as mãos dos verbitas.

Em 1901, a Congregação tomou posse do prédio onde residia a Academia de Comércio. Segundo Mabel, os verbitas asseguraram que iriam dar andamento às obras e assumiram o compromisso de abrir um curso ginasial, mantendo o curso de comércio. Os verbitas conduziram esse projeto, revelando certa competência com relação ao ensino que ministravam, pois contrataram professores leigos e ainda enviaram sacerdotes para a Europa, a fim de se especializarem melhor (PEREIRA, 2002).

Os verbitas se esforçaram para se adequar ao ideal de oferecer uma educação de qualidade para a mocidade. A Academia de Comércio se tornou uma referência na educação católica, tendo como público alvo os filhos de proprietários rurais e da burguesia urbana. Mabel adverte que para muitos estudiosos, a fundação de um colégio católico do porte da Academia talvez tenha se dado em resposta à fundação do Instituto Metodista Granbery (PEREIRA, 2002). Ambos estavam em busca de inserir, com um respaldo religioso, a juventude no projeto de modernização, vivenciado pela cidade naqueles tempos.

O projeto educacional no qual estavam envolvidos os verbitas contava com a Academia de Comércio, mas também abrangia a Escola Parochial Menino Jesus, idealizada em 1903, por Pe. Frederico Hellembrock, um dos primeiros verbitas a tomar posse do comando da Igreja Matriz. A escola atendia a um público de ambos os sexos, com idades entre 5 e 14 anos. Em 1912, foi construído um prédio anexo para abrigar a escola paroquial.

O outro projeto educacional ministrado pela Congregação do Verbo Divino estava atrelado à criação da tipografia e da Editora Lar Católico. Seguindo as determinações do seu fundador, o Pe. Arnaldo Janssen, que identificava a necessidade de se ter uma tipografia própria para vincular as suas ideias, fazendo frente àqueles que se utilizavam dessa tecnologia para pregar o mal, os verbitas decidiram instalar em Juiz de Fora uma tipografia no ano de 1912 (MISSIONÁRIOS DA CONGREGAÇÃO VERBO DIVINO, 2002).

No mesmo ano, em 1912, os verbitas desenvolveram um primeiro projeto de um jornal católico, *A Bússola*, considerado como o primórdio do *Lar Católico*, ou a sua primeira fase. O lançamento do jornal ocorreu após três anos da conclamação de Frei Pedro Sing, um dos maiores apóstolos da imprensa católica no Brasil e redator da *Revista Vozes* e idealizador da editora que levava o mesmo nome, no sentido de se fundar um centro da "boa imprensa" no país (SOARES, 1989). Esse centro foi criado no Rio de Janeiro e se apoiou na "Liga da Boa Imprensa", que angariava recursos e articulava os jornalistas católicos do país.

Segundo o *Lar Católico*, o nome *A Bússola* foi cunhado já que o jornal pretendia servir de guia para a sociedade que se desenvolvia no principio do século XX, adotando uma postura de normatização social e defesa da família. Tal jornal possuía quatro páginas e segundo o *Lar Católico*, contava com uma publicidade considerável para a época[25]. De fato, enquanto as duas primeiras páginas eram destinadas à dissertação dos conteúdos, as duas últimas eram compostas unicamente por anúncios publicitários, o que garantia a circulação do periódico (TOSTA, 2006).

A Bússola procurava advertir seus leitores sobre o perigo de uma leitura ímpia de livros e jornais laicos. O jornal preocupava-se em cobrir os acontecimentos políticos internacionais, porém a mensagem religiosa sempre se caracterizou como sendo sua prioridade. Em geral, também existiam matérias sobre etiqueta e curiosidades, com pouca relação com o cotidiano dos leitores. Quando eclodiu o conflito mundial, *A Bússola* procurou informar os leitores acerca dos acontecimentos da guerra.

No ano de 1917, *A Bússola* teve as suas atividades suspensas por conta da Primeira Guerra, como uma medida protetora, já que era editado por uma congregação alemã. Em 1919, as atividades de imprensa foram novamente retomadas, mas o jornal passou a ser conhecido pelo nome de *Sacrário do Amor* (MISSIONÁRIOS DA CONGREGAÇÃO VERBO DIVINO, 2002). De um modo geral, o Sacrário do Amor manteve as mesmas intenções de *A Bússola*, no plano da religiosidade, porém sua estrutura era mais instável, não contando com colunas fixas, por exemplo.

Meses mais tarde, esse nome é substituído, para ser adotado o título de *Lar Católico*, mantido até a sua transferência para a cidade de Belo Horizonte, que ocorre no ano de 1986, quando passa a ser denominado *Jornal de Opinião*. A partir disso, a redação e a coordenação do jornal ficaram a cargo do Pe. Luiz Koster, que foi seguido nessas funções por João Batista Lehmann, permanecendo por um ano à frente desses trabalhos. No ano de 1924, começou a ser vinculada junto ao jornal a revista *Estrela das Missões*, que tinha por objetivo evidenciar a atuação missionária da congregação junto aos povos (MISSIONÁRIOS DA CONGREGAÇÃO VERBO DIVINO, 2002). No período que compreende a sua criação até meados dos anos 50 (período não enfocado por esta pesquisa), o jornal se caracterizou pela preocupação com a família, os aspectos religiosos, as normas sobre moda e apontamentos sobre bens de consumo, como o cinema, no caso. Muitos desses temas se fizeram presentes nas páginas do periódico nas décadas seguintes.

---

[25] 63 ANOS de lar católico. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 5 jan. 1975.

3.3 A estrutura do jornal: editoriais, temáticas, colunistas e representações gráficas

Nos primeiros anos estudados, o *Lar Católico* enfatizava o desenvolvimento da espiritualidade. Procurava enaltecer valores espirituais em detrimento dos materiais, sempre visando à salvação das almas. Azzi classificou essa fase da Igreja no Brasil através do conceito de "Restauração Católica" (AZZI, 1974). No caso, o termo restauração advinha do próprio vocabulário dos bispos da época, significando restaurar todas as esferas da vida pública e privada em Cristo. Vivenciando essa fase, o catolicismo no Brasil tinha por finalidade fazer do país uma nação construída e orientada a partir de valores cristãos. A ideia era estabelecer com o Estado uma relação harmônica, garantindo para Igreja a ingerência dos valores espirituais do povo. Também havia a iniciativa de envolver o laicato nesse projeto, através dos movimentos leigos e da participação dos mesmos na imprensa, fazendo-os obedecer à hierarquia eclesiástica.

Em depoimento colido na seção carta aos leitores no ano de 1968, um leitor expressa a sua impressão a respeito dessa postura que o *Lar Católico* adotava, que neste momento, parecia não mais agradar ao grande público. O leitor em questão, Pe. José Meireles, afirma que a redação do semanário não tem preocupação essencialmente comercial, sendo que enquanto outros meios de comunicação se ocupam de questões demasiadamente sociais, o *Lar Católico* ainda está focalizado no evangelho, ou seja, na palavra de Deus[26]. É possível também, que provavelmente para demonstrar estar acima dessas querelas puramente terrestres e humanas, estando unicamente preocupado com ocupações de ordem espiritual, o *Lar Católico* talvez tenha feito questão de divulgar declarações como estas, para legitimar sua condição de órgão voltado para a difusão da espiritualidade.

Assim, o objetivo do jornal, até meados da década de 70 era cultivar a espiritualidade de cada indivíduo, seus deveres enquanto católicos na construção de um mundo cristão. A mulher foi considerada a maior aliada da Igreja nesse quesito, pois era sobre ela que recaía a educação dos filhos e, portanto, ela se constituía na principal mentora da educação religiosa das crianças. Assim, ela precisava ser moralizada e imbuída de espiritualidade, para que o restante da sua família também o fosse.

É por isso, que muitas das temáticas apresentadas pelo *Lar Católico*, nessa fase do jornal, enfocavam a situação na mulher no âmbito da sociedade e da família. Houve uma

[26] CARTA DOS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 10 nov. 1968.

ênfase na atuação da mulher como esposa e mãe e em contrapartida, algumas matérias desqualificavam os movimentos feministas. A partir dos anos 70, e sob a influência da discussão sobre o papel feminino no trabalho da Igreja, a temática da mulher voltou-se para a sua promoção e defesa da sua dignidade, contra o uso do seu corpo nos meios de comunicação social. A partir da década de 80, o termo "dignidade" foi suplantado, sendo substituído pela expressão "igualdade", pois se defendeu a paridade entre homens e mulheres no âmbito da família e revelou-se a presença da mulher no mercado de trabalho. A questão da maternidade, por todos os anos estudados, foi valorizada no discurso do jornal.

A temática do divórcio começou a ganhar seus contornos na década de 60, quando no plano internacional essa prática já se encontrava em vigor. Verificou-se nesse momento uma condenação profunda, denunciando os problemas gerados pela desestruturação familiar, como o suicídio, a instabilidade emocional e a segregação social. De certo modo, havia um incitamento do preconceito contra a mulher separada. As proposições sobre o divórcio crescem ao longo da década de 70, com a possibilidade de a lei ser sancionada naqueles anos. A partir da década de 80, com a prática já consolidada, o *Lar Católico* ainda mantém a posição contrária, mas demonstrou aceitar e tentar agregar os separados à comunidade católica.

Entre os anos 50 e 60, o jornal dedicou um espaço privilegiado para a discussão a respeito do comunismo. Nesse período, a Igreja identificou como já foi mencionado, no comunismo um perigo para o Brasil. Em geral, as matérias procuraram evidenciar o aspecto ateísta e, portanto, contrário por natureza ao catolicismo. Havia um ressentimento em relação ao que os católicos definiram como repressão as suas ações, com o fechamento de suas igrejas e a perseguição de seus membros. A Igreja se sentia aviltada em relação ao tratamento que lhe era oferecido nos países onde vigoravam o regime comunista.

A análise dos meios de comunicação também era de interesse do jornal. É possível verificar que algumas matérias se dedicavam a fazer a defesa de um jornalismo impresso de cunho religioso, no qual o próprio semanário fazia parte. O *Lar Católico* se dedicou a fazer apreciações sobre o conteúdo moral dos meios de comunicação audiovisuais. A partir dos anos 80, a preocupação se voltou para discutir a importância desses meios para a educação e formação do indivíduo, além, é claro, de debater sobre o modo como a Igreja estava usando esses meios para realizar seus trabalhos de pastoral.

A questão da fecundidade foi largamente enfocada nas páginas da "boa imprensa". Porém a abordagem conferida ao tema variou ao longo do tempo, tentando acompanhar as mudanças sociais que indicavam a necessidade de restringir o número da prole, dentro dos

limites impostos pela doutrina católica. Nos anos 50 e início dos anos 60, era possível encontrar textos que valorizavam a prole extensa, indicando que a família numerosa recebia o apoio de Deus. Com a publicação da *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), encíclica que versa sobre a utilização dos métodos para coibir a concepção, o discurso do jornal se articulou de modo conferir autoridade à palavra papal. Na década de 80, o apoio às determinações papais se manteve e as reportagens buscavam debater em profundidade o conceito de "paternidade responsável".

Os textos que enfatizavam a juventude foram também encontrados em grande número ao longo das décadas estudadas. Nos anos 60, o jornal abordava esse tema, verificando a necessidade de evitar o confronto de gerações. Padre Zezinho, colaborador do jornal entre os anos 60 e 70, foi o maior responsável pela elaboração de discursos sobre a juventude, sugerindo que aos pais que não se deixassem levar pelos excessos dos jovens. O sacerdote também dissertava sobre a fé na adolescência e o modo como estes se relacionavam com a Igreja.

A partir dos anos 80, principalmente após o domínio da CNBB sobre o editorial do semanário, a questão do uso de drogas e entorpecentes conquistou espaço nas suas páginas. Para debater sobre o tema, o *Lar Católico* entrevistou continuamente o médico especialista Dr. Murad. Este fornecia recomendações para as famílias dos usuários, no sentido de identificar e tratar essa modalidade de dependência.

Em muitas matérias, a questão da sexualidade apareceu imiscuída em textos, cujas temáticas eram a família e o casamento. A partir da década de 70, com a proliferação da propaganda e do uso dos anticoncepcionais, o *Lar Católico* buscou reforçar o discurso sobre a castidade e a necessidade de se exercitar a sexualidade somente no âmbito do casamento. Havia também uma condenação ao adultério. O jornal desenvolveu a percepção de que a moral sexual cristã deveria ser empregada tanto por homens quanto por mulheres.

Logicamente, o jornal dispunha de uma temática religiosa, descrevendo aspectos da doutrina católica, trazendo notícias sobre os acontecimentos do Vaticano e da Igreja do Brasil. Em algumas oportunidades, os pronunciamentos do papa eram transcritos. É possível constatar um interesse por parte do jornal em tratar de definir em que modalidades ocorriam as relações da Igreja com o laicato.

Por algum tempo, perdurou no discurso do jornal um teor espiritualista, o que impossibilitava que fossem abordadas, em profundidade, questões sobre a política nacional e aspectos socioeconômicos do Brasil. As desigualdades sociais eram retratadas baseadas na doutrina social de Leão XIII, acreditando que a evangelização seria o único caminho para se

promover a paz social[27] (GRINGS, 1975). A inflexão nesse quesito ocorreu a partir do ano de 1984, quando a CNBB passou a cuidar do editorial do jornal. Assim, verificou-se um comprometimento do jornal em relação ao processo de redemocratização, que estava em andamento no país. A primazia versava sobre a necessidade de conscientização política no país, para que de fato se realizasse a mudança desejada, amenizando as desigualdades do país.

Em 1986, o *Lar Católico* inaugurou uma coluna que recebe o nome de *Falando de Constituinte*, assinada pelo jornalista político Tilden Santiago. A coluna priorizava o debate político, entendendo a necessidade de aprimorar a consciência cidadã do brasileiro, no sentido de modificar a realidade social. Partia-se do pressuposto de que era preciso conferir ao povo os instrumentos necessários para manejar a democracia de modo a garantir a sua permanência. O leitor, portanto, deveria estar preparado para as práticas democráticas e isso somente se daria se ele fosse orientado a respeito da importância de sua participação nos pleitos eleitorais.

O *Lar Católico* se caracterizou pela longevidade de suas colunas. Como exemplo, pode ser citada a coluna *Intercâmbio*, localizada na terceira página que será enfocada com mais detalhes no capítulo 4. O mesmo ocorreu com as colunas *Do Cotidiano* (terceira página, na seção *Orientação Familiar*) e *Gotas Esparsas* (quarta, quinta ou sétima páginas), respectivamente assinadas por Maria da Conceição e Beatriz Horta. Enquanto *Do Cotidiano* oferecia ao leitor crônicas com alguma moral religiosa e análises da posição da Igreja frente a questões próprias da esfera humana, *Gotas Esparsas* trazia mensagens de fé e religiosidade. O *Lar Católico* sempre contou com algum tipo de coluna que descrevesse receitas para a dona de casa. Nos anos 70, era a coluna *Meu Lar, Meu Tudo* (*Orientação Familiar*) que desempenhava essa função, além de dar dicas práticas a respeito dos móveis e da arrumação da casa. A partir da década de 80, foi a coluna assinada por D. Juracy, *Dicas Caseiras* (sétima página) que passou a ensinar receitas para as leitoras. Entre os anos 50 e 60, o jornal cultivou espaços para analisar as produções cinematográficas e algumas obras literárias.

Nos anos 80, surgiu a *Tribuna do Leitor*, espaço onde este poderia veicular suas opiniões sobre as matérias e os assuntos abordados no jornal. Além dessas colunas citadas, outras também fizeram parte da história do jornal, na quarta ou quinta página do jornal, até o ano de 1984. São elas: *Efemérides*, *Minha Pátria* e *Pelo Brasil*. Entre as décadas de 60 e 70, o *Lar Católico* reservou uma página para jogos (palavras cruzadas), desenhos e quadrinhos.

As características do jornal assim como o seu discurso se relacionam com o trabalho do redator e de seus colaboradores. O jornal, ao longo de sua trajetória, contou com o trabalho

[27] GRINGS, T. Problemas Sociais. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 2 mar. 1975.

de alguns padres verbitas a frente da redação. Podem-se citar os nomes de João Batista Lehmann, verbita dedicado à música sacra; Artur Schawd, Álvaro Regazzi e Newton Pimenta. No período enfocado (1954-1986), percebe-se os seguintes verbitas como os responsáveis pela direção e redação do jornal foram, na década de 50, Pe. Arthur Schawb e na década de 60, Pe. Edmundo Leschnhak, que permaneceu nessas funções até meados da década de 80, quando a CNBB assumiu a editoração do jornal[28].

O jornal costumava ser composto por textos tanto de colaboradores ocasionais quanto de colabores fixos. Nos anos 60 não há um esclarecimento por parte do jornal acerca do seu conselho de redação. A partir da década de 70, há uma definição melhor dessa questão, com a divulgação dos nomes de D. Maria Madalena Ribeiro de Oliveira e Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira como componentes desse conselho. Percebe-se que se constituíram em colaboradores fixos do jornal os seguintes nomes: D. Maria Madalena Ribeiro de Oliveira, D. Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira, Raya Júnior, Pe. Zezinho, scj Peregrino, Antonio Carlos de Assis Moreira, Pe. Tadeu Grings, Pe. Sisnando Barnabita e Beatriz Horta Barbosa.

No ano de 1984, ocorreu uma associação que proporcionou uma alteração significativa na estrutura na linguagem e na editoração do *Lar Católico*. A partir desse ano, a parte editorial do jornal foi colocada sob a responsabilidade do Regional Leste II da CNBB, devido a um acordo firmado entre os bispos de Minas Gerais e do Espírito Santo com a Congregação do Verbo Divino, que como se sabe era a proprietária do jornal. Mesmo seguindo uma nova linha estrutural, os leitores sempre foram advertidos de que a essencial do *Lar Católico* continuaria inalterada, a saber, funcionar como um veículo a favor da Igreja na evangelização das comunidades, sempre abordando temas que se relacionam ao interesse social, como a família e a juventude.

Assumindo a linha editorial, os bispos da CNBB inauguram uma nova fase do periódico. O jornalista Pedro Ernani Goulart assume o cargo de editor-chefe, à frente do qual por muitos anos esteve o padre verbita Edmundo Leschnhack. Maria Madalena Ribeiro de Oliveira e sua irmã Maria da Conceição não aparecem mais relacionadas no conselho editorial, que passou a ser composto por Dom Serafim Fernandes Araújo, Eutímio Falquetto, Maria Alba Veja, Hélio Jardim Faria e Nereu de Castro Teixeira.

Notícias e temáticas diretamente relacionadas à Congregação do Verbo Divino perdem espaço, pois esta já não tem os mesmo domínio e poder sobre os textos publicados. Assim, o semanário passa a divulgar uma série de reportagens, entrevistas e matérias que

[28] 70 ANOS anunciando Jesus Cristo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 3 fev. 1982.

dizem respeito a atuação mais efetiva da Igreja junto a sociedade, o que de uma forma geral, é uma preocupação da CNBB. O público começa a tomar contato com as ações das pastorais ligadas à Igreja Católica e com os documentos e práticas que os bispos do Brasil desenvolveram no momento. Nascia assim, um periódico mais atento à realidade social e política do país, que pretendia discutir com a sociedade uma série de fatores que contribuíam para o seu desequilíbrio: falta de consciência cidadã, necessidade de maior participação política, famílias desestruturadas, pobreza, exploração, mundo do trabalho, violência e drogas.

Ocorre um processo de modernização na parte estrutural, que acompanha as modernas tendências do jornalismo e o dinamismo e a conjuntura sócio-cultural dos anos 80. A intenção era conseguir ampliar o público leitor, sem, contudo, desagradar àqueles leitores que mantinham uma fidelidade há anos com o jornal. Para tal, o corpo editorial conjugou as mudanças introduzidas, com permanências. Um exemplo foi a manutenção da coluna de D. Madalena, cujo nome foi abreviado para *Intercâmbio*. Assim, os editores demarcaram que pretendiam manter o mesmo objetivo que movia o jornal no momento de sua criação. Assim, continua se definindo como "ser um veículo a serviço da Igreja, para evangelizar os povos, comunicando-lhes a Boa Nova. Para isso, o jornal aborda principalmente temas relacionados com missões, família, vocações, catequeses, juventude, etc."[29].

A partir de então, verificou a criação de novos espaços e colunas no jornal. Na segunda página, encontrava-se a seção *Opinião*, na qual eminentes clérigos expunham suas percepções e ideias sobre temas de interesse social e da Igreja. Também havia um editorial, no qual Pedro Ernani fazia um balanço sobre os assuntos a seres tratados na edição. Destaca-se a já mencionada coluna assinada por Tilden Santiago, que debatia temas como política, economia e conscientização do povo. Destinou-se um espaço para tratar dos assuntos referentes à Igreja, contando com notícias da CNBB e com matérias de interesse da instituição. Na coluna *Idéias e debates*, eram abordados assuntos diversos, que estavam sendo debatidos pela sociedade (alcoolismo e AIDS, por exemplo). Também se pode verificar a existência de uma seção onde eram publicadas entrevistas com autoridades eclesiásticas e lideranças políticas. Na coluna *Atualidade*, foram abordados temas diversos do cotidiano pelas jornalistas Desirèe Cipriano, Vânia Queiróz. É interessante notar que após a CNBB ter assumido o controle do editorial do *Lar Católico*, este passou a contar com mais profissionais leigos da área do jornalismo.

[29] LAR Católico realiza campanha junto com paróquias do Leste II. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 24 mar. 1986.

No ato de análise de um objeto como, por exemplo, um periódico, deve-se levar em consideração dois aspectos que são fundamentais: o conteúdo e a materialidade do objeto. Este estudo está centrado na discussão a respeito do conteúdo, ou seja, dos discursos presentes no periódico, que foram elaborados com a finalidade de normatizar as práticas, construindo determinadas representações sociais sobre as diferenças de gênero, a família e a sexualidade. Porém não se pode descuidar das questões que envolvem a materialidade do jornal.

Todo o conjunto que compõe o que se chama de materialidade (a folha de papel, os desenhos gráficos, a forma do jornal, a posição das notícias, os títulos, as manchetes, as letras e o próprio tamanho do jornal, campanhas publicitárias) diz muito a respeito do tipo de leitura que o periódico deseja construir, da sua situação econômica, do desejo e necessidade de angariar novos leitores. Como afirma Chartier, o suporte do impresso jamais é neutro, podendo revelar vários aspectos acerca da leitura a ser realizada (CHARTIER, 1996).

O tamanho do jornal variou com o tempo. Nos primeiros anos de estudo, o jornal contava com 12 páginas, com uma dimensão menor que nos anos anteriores. Os textos eram mais espaçados e menores. No final da década de 50, o número de páginas é reduzido, oscilando entre 6 e 7 páginas, mas cada página ainda não congrega uma variedade de temas, como começaria a acontecer na década posterior, quando o número de páginas se manteve. Essa mudança alterou a forma de leitura, que provavelmente pode ter se tornado mais dinâmica, com a contração de informações em um mesmo espaço.

No ano de 1968, o jornal *Lar Católico* vivencia dificuldades para dar conta dos processos de impressão[30]. Em nota divulgada pela redação no último número produzido desse ano, percebe-se a impossibilidade de oferecer ao leitor um produto mais elaborado para homenagear as festas de fim de ano, pois a redação tinha por costume confeccionar uma edição especial comemorativa nessa época do ano. Nesta oportunidade, nem mesmo as oito páginas habituais foram mantidas, restringindo a apenas quatro. A redação justifica esse fato alegando que as suas oficinas estavam passando por uma reforma completa, principalmente nas instalações elétricas, impossibilitando a redação de trabalhar por dois dias na semana.

Comemorando 70 anos, o jornal passa por mais uma reformulação, nas palavras do próprio editor. O jornal continua em formato tablóide, mas agora oscilará entre 12 e 16 páginas. Adverte que a proposta jornalística não mudou, pois continuam os mesmos colaboradores, o mesmo tipo de artigos, as mesmas secções. Publicado nas primeiras décadas

[30] NOTA da Redação. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 29 dez. 1968.

pela Editora Lar Católico, no final da década de 60, essa função passou a ser desempenhada pela Gráfica Esdeva.

Enquanto que nos anos 50, a primeira página do jornal contava com poucos textos, adquirindo um aspecto mais leve, essa questão se reverte nos anos 60, quando um maior número de pequenos textos completava a primeira página. A partir de 1985, a primeira página já não conta mais com textos extensos, sendo marcada pela fotografia; nesse momento, o jornal possuía de 12 a 16 páginas. A organização se torna mais precisa, contando com dois assuntos em uma mesma página.

No início da década de 80, adotou-se como norma publicar um índice na primeira página indicando os assuntos abordados naquela edição e em quais páginas poderiam ser encontrados. Essa prática interferia na leitura, pois poderia direcioná-la, fazendo com que o leitor conheça, sem ter que folhear o jornal, quais são os conteúdos por ele trabalhados. Isso poderia facilitar o acesso do leitor ao assunto pretendido por ele, porém, em contrapartida, tornaria a leitura mais objetiva. Essa prática foi abandonada pouco tempo depois, sendo retomada a partir do momento em que a CNBB esteve à frente da editoração.

O logotipo do jornal também se alterou (Figura 3) com o tempo, sendo que a grande transformação ocorrida aconteceu a partir da década de 60. O título do jornal deixou de ser grafado com a forma clássica do escrito em itálico, ou acompanhado de um símbolo cristão, para adotar uma letra mais imponente e moderna.

Figura 3. Alterações do logotipo o *Lar Católico*, de 1954 aos anos 80
Fonte: Lar Católico[31]

Quanto à questão da imagem, percebe-se que ao longo de sua história, o jornal sempre contou com esse dispositivo para transmitir as suas mensagens. Havia dois tipos de imagens que conviveram durante muito tempo nas páginas da "boa imprensa": o desenho e a fotografia. Ambas costumavam estar presentes tanto na primeira página quanto na terceira (onde estava a *Página Feminina*, que em 59 foi substituída pela *Orientação Familiar*). Há que se ressalvar que até os anos 60 predominaram os desenhos, ainda que a fotografia já fosse utilizada.

À medida que os anos foram decorrendo, a fotografia foi deixando de desempenhar uma função meramente ilustrativa, passando a acompanhar a matéria divulgada. Era comum que uma fotografia adquirisse um aspecto atemporal, sendo utilizada mais de uma vez, em situações diferentes. Também não era possível identificar quem era o fotógrafo, e em alguns casos, não havia referência sobre os personagens retratados. Na década de 80, a fotografia passa a ser solicitada com mais frequência, buscando sempre um diálogo seja com as matérias ou com as entrevistas. Ao seu lado, encontra-se uma legenda, onde são divulgados os nomes dos fotógrafos e as pessoas ou as situações fotografadas. Um maior número de entrevistas

[31] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora: Lar Católico, 1954-1986.

começa a ser realizado a partir da transferência de editoração do jornal, sendo comum vir acompanhada de uma imagem fotográfica do entrevistado.

Na seção onde se localizava a coluna de D. Madalena, em geral, foi possível encontrar uma ou mais imagens. Nos anos 50, elas eram predominantemente femininas e desenhadas. Entre os anos 60 e 70, o recurso da fotografia foi mobilizado com mais frequência, que embora ainda guardasse reminiscências de uma característica feminilizada e pouco sedutora, as imagens introduziram também a figura masculina, demonstrando que o espaço estava buscando se tornar mais atraente para ambos os sexos. No início da década de 80, a página em que Maria Madalena oferecia seus conselhos passou a não contar com tantas imagens. Porém, essa situação se reverteu a partir de 1985, quando foram mobilizadas imagens na forma de desenho para retratar os assuntos debatidos com os leitores.

Na década 80, aparece uma preocupação para com uma prática muito disseminada: a publicidade de produtos em suas páginas. O jornal sempre contou com anunciantes, porém durante as décadas de 60 e 70, não se pode verificar uma abundância de anúncios. Na edição comemorativa dos 70 anos do *Lar Católico*, o editor-chefe, Pe. Edmundo Leschnhak, adverte que o semanário depende muito dos assinantes, já que não podem contar com publicidade. Segundo ele, "é a publicidade que sustenta os meios de comunicação social. Com ela, não sabemos por que não podemos contar."[32].

Um ano depois, a preocupação continuou a assolar o editor, que mais uma vez se pronunciou a esse respeito: "aumentamos a falta de publicidade. Será nossa incúria ou será a filosofia que adotam as agencias de publicidade? É nossa pretensão olhar mais este lado da publicidade, que garantiria um preço melhor na assinatura e daria segurança ao *Lar Católico*."[33]. De fato, nesse ano o jornal iniciou uma campanha forte em busca de novos anunciantes (Figura 4). Assim, fica evidente que o jornal desejava atrair publicidade para manter a sua trajetória.

[32] 70 ANOS anunciando Jesus Cristo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 3 fev. 1982.
[33] HÁ 71 ANOS SOMOS MENSAGEIROS DO EVANGELHO. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 2 jan. 1983

Figura 4. Publicidades veiculadas no *Lar Católico* – 1964 e 1986
Fonte: Lar Católico[34]

Em 1982, o jornal divulga um comunicado requerendo anunciantes, ou seja, abrindo espaço para a publicidade. O interessante é que os redatores revelam que o jornal possui mais de 160 mil leitores no Brasil. O número de leitores não corresponde ao número de assinantes, pois se sabe que apenas uma assinatura pode gerar mais de um leitor. Esse anúncio a respeito da quantidade de leitores se revelou em uma estratégia para atrair novos anunciantes.[35] A partir de 1984, os editores não divulgaram novos comunicados a fim de angariar novos anunciantes. Verifica-se que estes se tornam mais diversificados, porém não estavam presentes em grande quantidade.

[34] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora: Lar Católico, 1954-1986.
[35] LAR CATÓLICO**.** Juiz de Fora, 20 jun. 1982.

3.4 *Lar Católico*: mecanismos de divulgação e circulação

O *Lar Católico* partia da premissa de que "uma família alheia a boa leitura, dificilmente se manterá fiel as práticas religiosas."[36] Assim, o jornal delineou estratégias para que o público tomasse consciência da sua existência, o consumisse e, portanto, entrasse em contato com o discurso religioso por ele proferido, através das suas colunas, artigos, mensagens de fé e notícias da Igreja.

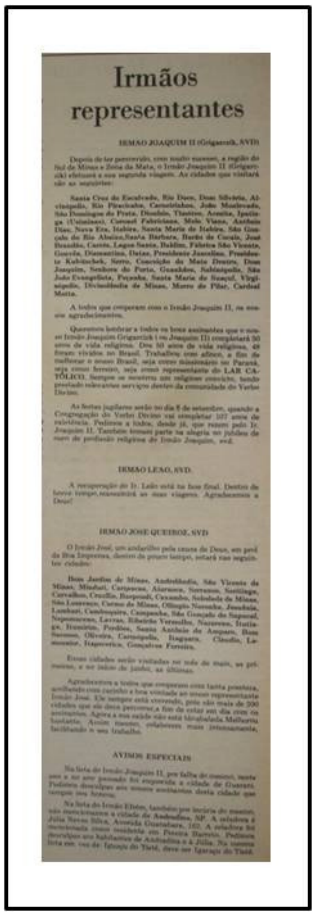
Para atrair o público, o jornal procurou, ao longo das décadas estudadas, modernizar a edição, a estrutura e tratar de temas que seduzissem toda a família. Mas isso não seria suficiente se um plano que visasse a propagandear o jornal não fosse executado. Um método de divulgação adotado durante todo o período estudado foi a atuação dos padres viajantes, que consistiam em membros da Congregação do Verbo Divino que passavam de cidade em cidade renovando ou buscando novas assinaturas. Esse tipo de prestação de serviços ainda se encontra efetivo nos anos 60, pois os padres viajantes ainda desempenhavam esse papel, fazendo parte do cotidiano dos leitores, devido à periodicidade de suas visitas. Sobre isso, o depoimento de uma leitora e antiga assinante do jornal pode dar alguma indicação, quando ela afirma que "quando o irmão (o padre representante) passou aqui eu estava adoentada e meu marido na fazenda, e tive que mandar dizer ao irmão que não iria reformar a assinatura."[37].

Com o passar do tempo, a expansão do jornal para outros estados do Brasil e a falta de membros para realizar a função talvez tenham contribuído para o enfraquecimento do método de divulgação, embora nunca tenha desaparecido. Em meados da década de 70, as visitas dos padres aos lares para divulgar o *Lar Católico* se tornam cada vez mais escassas. Isso fica claro a partir da resposta que D. Madalena, conselheira do *Intercâmbio com os Leitores*, confere a algum dos seus interlocutores da coluna. Segundo ela, "os leitores reclamam muito a falta de visitas dos irmãos [...] infelizmente por falta de vocações, há dificuldades para a continuação dessas visitas das quais nós também sentimos falta."[38].

Porém, mesmo se tornando esporádicas, as visitas dos chamados irmãos ainda prosseguem até a década de 80. Pode-se concluir isso a partir do relato de um desse irmão que não participa mais da visitas, quando o mesmo fez a seguinte afirmação: "eu já saí do time dos representantes do *Lar Católico*. Outros ainda estão viajando com muita disposição

[36] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.15, 18 abr. 1982.
[37] INTERCÂMBIO COM AS LEITORAS. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.3, 9 out. 1966.
[38] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico,** p.3, 10 nov. 1974.

procurando que o nosso semanário penetre cada vez mais nas famílias."[39] A atuação dos irmãos viajantes (ou representantes) sempre foi muito valorizada pelo jornal (Figura 5), que em muitas vezes publicou seus nomes, lhes rendendo homenagens ou noticiando os seus atos.



Irmãos representantes

IRMÃO JOAQUIM II (Grigorcvik, SVD)

IRMÃO LEÃO, SVD

IRMÃO JOSÉ QUEIROZ, SVD

AVISOS ESPECIAIS

Figura 5. **Notícias sobre as funções dos irmãos representantes do *Lar Católico***
Fonte: Lar Católico[40]

Enquanto sua publicação ocorria na cidade de Juiz de Fora, o *Lar Católico* não teve a sua circulação restrita a essa cidade, sendo necessário que os irmãos representantes visitassem muitas outras cidades. O jornal vendia assinaturas em diversos estados do Brasil, o que pode ser comprovado pela participação de leitores de diferentes regiões do Brasil na coluna *Intercâmbio com os Leitores*. Isso também foi revelado no anúncio comemorativo dos 63 anos

[39] MÃE! O Lar Católico chegou! **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 14 fev. 1982.
[40] LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, p.3, 25 abr. 1982

de existência do jornal, que indicou a presença do *Lar Católico* nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, e Rio Grande do Norte.[41] Um depoimento deixado pelo vigário geral de Brasília em um espaço reservado aos leitores, a *Tribuna dos Leitores*, cujas funções começaram a ser exercidas no ano de 1968, elucidou que o *Lar Católico* encontrava-se difundido entre várias regiões do Brasil. Segundo ele, "tem sido inúmeras cartas que temos recebido, em que o nome do *Lar Católico* sai citado como órgão informador."[42].

Havia a percepção, por parte dos redatores, a respeito da impopularidade e da repercussão negativa que o um aumento no preço tanto da assinatura quanto dos números avulsos teria nas vendas do periódico. Em geral, os reajustes eram anunciados no final do ano, já preparando os leitores para as despesas futuras. Além disso, percebia-se uma necessidade de justificar esse aumento para que os leitores não o considerassem arbitrário. A argumentação era articulada de modo que o leitor refletisse a respeito da compensação adquirida através da manutenção da assinatura. Um exemplo pode ser verificado em um anúncio publicado no ano de 1974, que advertia a respeito da crise que assolava todos os setores da economia, tornado impossível para o jornal contornar a situação e conservar o preço antigo. O redator Pe. Edmundo Leschnhak então afirmou que "o preço do papel subiu no decorrer de 1974. O correio subiu. Os salários dos funcionários também subiram [...] Agora o preço das assinaturas do LC serão de Cr$ 45,00. É muito? Para alguns sim. Para outros será menos do que se gasta num mês com cigarros, cinemas, etc."[43] .

Desde então, novos aumentos foram sendo efetivados, embasados na situação econômica desfavorável do país. Assim, um novo aumento é justificado em 1985, pela inflação galopante que imperava no Brasil naquele momento.[44] Segundo o que informa a edição do jornal do dia 30 de junho de 1985, o número avulso deverá custar Cr$ 978,00, enquanto para adquirir assinatura por um ano, o leitor deveria desembolsar Cr$ 50 mil. O jornal pondera que o aumento de preços é necessário e que o leitor deve ter a consciência de que o *Lar Católico* tenta se renovar, oferecendo um produto diferenciado para o seu público. Parecia ao jornal ser necessário que o leitor ponderasse e descobrisse que o jornal "custa pouco pelo beneficio que produz a coletividade"[45].

---

[41] 63 ANOS do Lar Católico. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 5 jan. 1975.
[42] CARTA DOS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 10 nov. 1968.
[43] NOVO preço da assinatura. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 19 jan. 1975.
[44] ASSINATURA do Lar Católico com novo preço. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.13, 30 jun. 1985.
[45] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 3 mar.1985.

No limiar da década de 80, as questões como a inflação, a falta de "irmãos viajantes" representantes e o surgimento de novas publicações são apresentados como problemas aos quais o jornal deveria enfrentar durante essa década para se manter vivo. Esses fatores foram demonstrando o desgaste do jornal, frente a uma comunidade cada vez menos interessada em consumir o que o jornal oferecia.

Diante das questões do aumento e da manutenção do preço, é preciso verificar a questão da circulação e da tiragem do jornal. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a maior parte das vendas realizadas se dava através das assinaturas, mas números avulsos também estavam disponíveis. Existem alguns dados, de fontes diversas, a respeito do número de exemplares vendidos. Não se constituem em números precisos, porém isso não inviabiliza a realização de algumas reflexões.

Em sua obra sobre os meios de comunicação católicos Ralph Della Cava e Paula Monteiro apresentam dados a sobre a tiragem desse periódico, afirmando ser de 35.000 exemplares (DELLA CAVA; MONTEIRO, 1991). Como eles não informam a qual período esses números se referem, pode-se chegar à conclusão de que se trata de uma média para os vários anos em que esse jornal circulou. Em outra fonte, dessa vez proporcionada pela pesquisa de José Reginaldo Prandi, é possível encontrar novos dados que remetem a uma tiragem de 48.000 exemplares (PRANDI, 1975). De qualquer forma, comparando os números de outros jornais católicos que foram publicados no Brasil, o *Lar Católico* é um dos que possui a tiragem mais alta, o que faz concluir que se tratava de um periódico católico com bastante penetração na sociedade brasileira.

Como foram várias décadas de existência, é natural que esse número tenha oscilado bastante, portanto, pode ser possível que na década de 70, a tipografia Lar Católico tenha emitido uma média de 65.000 mil exemplares, tal como consta em outra fonte (MISSIONÁRIOS DO VERBO DIVINO, 2002). Esse dado está em consonância com o que diz Paulino de Oliveira, intelectual de Juiz de Fora, que se dedica a descrever as efemérides da cidade, quando este afirma que o jornal em questão era o de maior circulação do estado de Minas Gerais na década de 60 (OLIVEIRA, 1966).

Baseando-se nos dados divulgados pelo próprio jornal, na década de 50 as assinaturas estavam em torno de 32 mil exemplares[46]. Na década de 60, o próprio semanário anuncia ter 47 mil assinantes[47]. Em meados da década de 80, quando o jornal já está quase iniciando o processo de transferência para a capital de Minas Gerais, os seus editores revelam

[46] PÁGINA FEMININA. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 18 abr. 1954.
[47] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.1, 14 ago. 1966.

que o semanário contava com aproximadamente 30 mil assinaturas e 100 mil leitores[48]. No entanto, esses dados, apesar de bastante elucidativo, pois o contingente de assinaturas sempre foi muito significativo para a manutenção do jornal, não desvenda sua tiragem efetiva, uma vez que não foi relacionada a quantidade de exemplares avulsos vendidos na época.

Mas também não se pode considerar que o número de leitores se restringe ao número de exemplares que são produzidos. Um único exemplar pode ser manuseado por diversos membros de uma mesma família, por exemplo. Além disso, como afirma Chartier, a posse do periódico não constitui o único acesso possível à leitura (CHARTIER, 1996). Não foram raros os casos em que um leitor relatou ter emprestado o jornal a outro que não tinha condições de adquiri-lo. Nesse caso, verifica-se que o jornal também funcionava como um elo de sociabilidade entre os seus leitores.

O jornal sempre procurou incentivar seus leitores no sentido de que difundissem para familiares e conhecidos. Essas campanhas ganhariam mais força na década de 80, quando o jornal verificou que estava perdendo assinantes. Isso ficou claro a partir da seguinte afirmação: "Já tivemos 52 mil assinantes. Depois do Concílio Vaticano II, o número decresceu. Em BH já tivemos 5 mil assinantes. Perdemos muitos. Esperamos chegar novamente aos 50 mil assinantes".[49] Assim, o discurso do jornal no início dos anos 80 (antes da CNBB dominar o corpo redacional) deixa entrever a possibilidade de descrença e instabilidade geradas a partir dos debates e divergências de opinião que marcaram a história da Igreja após a realização do concílio. No entanto, isso pode ser também interpretado como um indício acerca do afastamento dos fiéis em relação aos ditames da Igreja, principalmente no plano da família e da sexualidade. Os antigos assinantes do jornal, que muitas vezes o acompanhavam há décadas, estavam envelhecendo na década de 80, possivelmente não sendo substituídos por novos leitores.

Diante desse processo, os redatores intensificaram as campanhas por novas assinaturas. Entre 1985 e 1986, verifica-se um empenho por parte do *Lar Católico* em angariar assinaturas. Para alcançar tal propósito, algumas campanhas são realizadas nas paróquias nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Nesse sentido, foram enviados muitos materiais de divulgação para que os párocos pudessem disseminá-los entre a comunidade[50].

---

[48] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.1, 14 ago. 1966.
[49] HÁ 71 anos somos mensageiros do evangelho. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 2 jan. 1983.
[50] LAR Católico realiza campanha junto com paróquias do Leste II. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 24 mar. 1986.

Na década de 80, o jornal diagnosticou que o futuro da imprensa católica seria incerto, e por esse motivo, deveria ser mais bem planejado[51]. O jornais católicos vivenciavam momentos de crise, sendo que a maioria dos semanários estava desaparecendo, justamente por falta de público leitor, pois de acordo com o jornal, o povo estava se afastando cada vez mais da Palavra de Deus. Detectou-se que as instituições que até pouco tempo atrás dispunham do monopólio de produção de sentido e cultura, como a escola, a família e a Igreja, naquele momento, estavam perdendo espaço com o aparecimento de outros mecanismos formadores de cultura, como a televisão, por exemplo.

O texto prossegue indicando que se a imprensa católica quisesse continuar realizando seu trabalho, em um mundo no qual a primazia do jovem levava necessariamente à desqualificação da experiência e do tradicional, deveria reforçar a sua defesa aos oprimidos e enfatizar a passagem de uma mensagem positiva para o mundo, ou seja, acompanhar as demandas sociais. Messias Teixeira, o autor do artigo, afirma que as demais empresas de orientação católica poderiam destinar uma quantia para ajudar na reestruturação dos periódicos católicos, que poderiam desenvolver uma função de importante no desenvolvimento educacional da população.

3.5 O *Lar Católico* e os outros meios de comunicação: televisão e cinema

No início do século XX, a opinião pública tinha acesso a informações através do meio de comunicação impresso: o jornal (PROST, 2009). Com o passar das décadas, a tecnologia possibilitou a popularização dos meios audiovisuais como o cinema, o rádio e a televisão. A Igreja tratou de legislar sobre essas novas mídias, demarcando os seus benefícios e também os seus malefícios. Nesse sentido, o jornal *Lar Católico*, funcionando como porta-voz da Igreja Católica, construiu algumas representações acerca dos conteúdos veiculados tanto pelo cinema quanto pela televisão.

O discurso emanado pelo jornal justificava a viabilidade de uma prática censora, efetuada com o objetivo de evitar que a sociedade se desestruturasse diante do contexto da modernidade. Era preciso orientar os fiéis no sentido de moldarem suas ações a partir de uma perspectiva cristã, construindo a civilização pretendida pela Igreja. Assim, a Igreja

[51] TEIXEIRA, M. Imprensa Católica. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.9, 17 abr. 1983.

empreendia certa censura, voltando suas forças contra o cinema principalmente, pois entendia que esse meio de comunicação poderia deseducar aos jovens. Mais tarde, a partir das décadas de 70 e 80, a televisão também se constituiu em um alvo de interdição.

Desde a sua invenção, passando pela popularização da arte cinematográfica, a Igreja identificou nas suas produções um discurso que poderia contrariar o seu projeto de família e sexualidade feminina. Os seus poderes eram temidos devido à sedução que exerciam nos espectadores, veiculando imagens, ideais e histórias que entravam facilmente no imaginário do público.

Assim, o clero brasileiro começou a dispensar maiores atenções às produções cinematográficas, que no início do século XX já eram em sua maioria importadas dos Estados Unidos, país que começou a se destacar nesse setor já no período mencionado (RIBAS, 2009).

Nas primeiras décadas do século XX, o cinema significava um divertimento e o oferecimento de histórias e narrativas para o público espectador. Mais do que isso, ele oferecia representações da modernidade, instaurando novos hábitos e comportamentos para homens e mulheres, demarcando os seus corpos e instaurando modelos de beleza (RIBAS, 2009).

Dispondo de um caráter eminentemente pedagógico, e, portanto, de forte apelo entre o público, o cinema era temido pelo clero, pois parecia construir as suas próprias representações sobre o comportamento feminino. As mulheres, principais alvos do projeto católico para se inserir na família, deveriam ser advertidas pelo catolicismo acerca dos perigos das películas, principalmente quando eram colocadas em uma situação ambígua em relação ao homem.

Assim, a presença da mulher nos filmes aparece como uma inquietação para a "boa imprensa". Um artigo sobre o tema tem início se perguntando: "a mulher, coração da família, lâmpada viva do lar, como é tratada pelo cinema?". Em seguida constata que o tratamento que é dado às mulheres não corresponde a suas vocações divinas, uma vez que a o sentimento maternal é pouco valorizado nessas obras e tampouco a atuação essencial da mulher no âmbito do lar não é enaltecida pela sétima arte.

> A mulher raramente aparece como senhora rodeadas por aqueles dons interiores concedidos pela natureza, fazendo-a dona do coração do homem. Pelo contrário, a mulher é avaliada em razão dos seus dotes exteriores, de seus atrativos físicos, de sua capacidade de satisfazer a cobiça do sexo oposto.[52]

[52] NO MUNDO do cinema. A mulher na tela. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.4, 11 maio 1958.

Portanto, o jornal não se satisfazia com os modelos femininos apresentados, que segundo ele colocavam a mulher em um papel desprivilegiado, como um objeto de consumo do homem. Existe uma condenação em relação à representação de uma mulher sexualizada, já que para o catolicismo essa dimensão não deve ser estimulada e valorizada no indivíduo, principalmente no gênero feminino. A representação das mulheres não se coadunava com aquela pretendida pela Igreja, a de esposa e mãe.

Na concepção do jornal, a sociedade deveria ser alertada a respeito da desestruturação que ocorreria caso algo não fosse feito algo para recuperar a imagem feminina ministrada pelo cinema e distribuída para o grande público. Assim, o jornal utiliza-se de um discurso pedagógico[53], narrando situações que poderiam acontecer no cotidiano, de modo a se aproximar do leitor, garantindo que a mensagem fosse bem interpretada e interiorizada pelos leitores.

Como exemplo, pode ser citada uma história que tem como contexto a sala de aula, onde um professor indagou quais eram as impressões dos seus alunos sobre o cinema. Assim, um deles definiu o que aprendeu com os filmes que assistiu: "eu no cinema aprendi uma verdade importante, que ninguém nunca havia me ensinado: aprendi que Deus criou a mulher para o prazer do homem e, portanto, eu amando, não creio estar fazendo nenhum mal."[54].

Através dessa história, o jornal pretendia demonstrar que o cinema pode ser prejudicial para crianças e adolescentes, ensinado aquilo que as famílias cristãs não desejavam: o desenvolvimento de uma sexualidade sem entraves. O problema aqui identificado, como já foi dito, não é somente a questão da inferioridade da mulher, pois nas próprias representações femininas desenvolvidas pelo catolicismo ela ocupa esse espaço. Na verdade, a grande inconveniência que aparece no discurso do aluno fictício é o fato da subordinação feminina se desenvolver no campo sexual e não no familiar, apresentando a mulher enquanto um indivíduo que tem a intenção de ser sexualizado para atrair a atenção masculina. O homem estaria no seu direito de se sentir atraído, a mulher é que não deveria seduzir.

Outro aspecto que pode ser abordado através da mencionada história refere-se à função educacional que o cinema exerce para a juventude. O *Lar Católico* demonstrou uma preocupação com esse fato, pois os filmes que veiculavam representações sociais duvidosas e valores com os quais a doutrina cristã não concordava poderiam ser consumidos pelos mais

[53] O discurso pedagógico é aquele no qual o emissor do discurso tem por finalidade ensinar, orientar, sem ensejar o questionamento. No caso do Lar Católico,percebe-se a estruturação desta modalidade de discurso, com o religioso, de modo a normatizar as condutas de gênero, estabelecidas pela natureza. (ORLANDI, 1987).
[54] NO MUNDO do cinema. A mulher na tela. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.4, 11 maio 1958.

jovens, alterando a sua formação. Por isso, nos anos 50 alguns colaborados do jornal defendem que seja implantado um sistema de classificação, para que os pais pudessem controlar aqui que os filhos estavam assistindo. Parecia evidente para eles que

> [...] um povo que tolera, impassível e sonolento, semelhante erosão, que não encara de frente a educação da criança e do moço, um povo que suporta sem reação o domínio de tantas agencias de dissolução, como o mau cinema [...] a Censura oficial sobre os nossos filmes é fraca. (CARVALHO, 1954)[55].

Esse discurso pode ter sido apropriado de diversas maneiras. No entanto, foi possível encontrar indicativos de que alguns pais se sentiram na obrigação de instrumentalizar melhor os seus filhos para que eles fizessem melhores escolhas acerca dos filmes. A preocupação da relação entre cinema e jovens pode ser identificada a partir de alguns relatos encontrados na coluna *Intercâmbio com os Leitores.* Assim, um pai pretende se orientar sobre esse tema: "tenho uma filha solteira que se interessa demais pelo cinema. Sabe de algum livro que a orientasse cristamente para saber discernir melhor os valores."[56]

A ideia de que o jovem deve fazer bom uso do cinema, selecionando os filmes, permanece na década de 70. Sobre esse tema, o colaborador frequente do jornal Pe. Zezinho (que se dedicava especialmente a tratar da juventude, dando conselhos para melhorar a relação entre as gerações) emitiu a sua opinião. Pe. Zezinho considerou que o cinema era uma arte extraordinária, podendo funcionar como um veículo de educação e uma forma de diversão honrada. No entanto, percebe-se que ela ainda mantinha um discurso de condenação sobre a utilização desse meio de comunicação, que na sua concepção, nunca valorizava o aprimoramento dos jovens, transmitindo para eles um mundo arraigado de ódio e maus costumes: "O cinema, não tenham dúvidas, poderia ser uma escola eficiente. Mas ultimamente as aulas de ódio, sexo sujo e vingança tomaram conta dele."[57].

Um dos primeiros pronunciamentos oficiais emitidos pela Santa Sé remonta ao ano de 1936, quando o Papa Pio XI elaborou a encíclica *Vigilanti Cura* (PIO XI, 1936). Tal encíclica se destinava a fornecer instrumentos para os bispos orientarem e vigiarem seus fiéis no sentido da inconveniência de determinados filmes. A questão principal a ser verificada seria referente à moral embutida nos filmes. Na encíclica, o papa reconheceu que o cinema

---

[55] CARVALHO, A. B. O povo está provocando sua auto-destruição! **Lar Católico**, p.4, Juiz de Fora, 14 fev. 1954.
[56] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 1 out. 1967.
[57] ZEZINHO, Pe. Será mesmo que o cinema é uma escola? **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.7, 11 maio 1975.

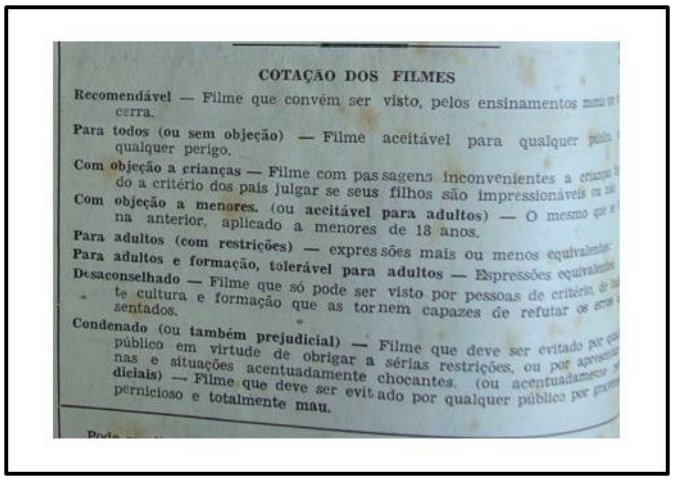
tinha um poder incrível na modernidade, sendo uma forma de divertimento muito aceita pela população:

> Por outro lado, não se encontra hoje meio mais potente do que o cinema para exercer influencia sobre as multidões [...]. O poder do filme está no fato de que ele fala por meio da imagem viva em concreta. Esta é recebida com gosto e sem fadiga pela alma, mesmo que seja rude e primitiva [...] O cinema é na realidade uma lição direta que, para o bem e para o mal, ensina a maioria das pessoas por razões mais concretas que abstratas. (Pio XI apud PUNTEL, 1994, p.37).

Segundo Joana Puntel, o documento termina com o apelo do papa para que os bispos recomendem ao seu povo que evitem ver filmes que ofendam a fé cristã e ainda aconselha sobre a necessidade de se estabelecer parâmetros de classificação para os filmes.

Anos depois dessa encíclica, foi promulgado um novo documento que emitia a opinião da Igreja Católica sobre os meios de comunicação. A *Miranda Prorsus* de Pio XII (1957) falava sobre o cinema, o rádio e a televisão. Nessa encíclica, o papa atentou para a grandeza dos avanços tecnológicos que envolviam esses meios. Advertiu, porém que os organismos nacionais deveriam trabalhar em consonância com o catolicismo, de modo a orientar o público que acompanhava as obras cinematográficas. O *Lar Católico* atendeu aos pedidos dos papas e procurou, ao longo da sua existência, criar colunas específicas para classificar, comentar e se preciso condenar a moralidade dos filmes, tentando influir de alguma forma na escolha dos fiéis a esse respeito.

Na década de 50, o jornal tinha uma coluna específica para tratar do cinema, denominada No mundo do Cinema, na qual se questionava os padrões morais das películas produzidas, se descrevia o enredo e se indicavam os melhores filmes, tanto no padrão técnico quanto no moral. Na década de 60, essa coluna específica desapareceu, mas ainda persistiu a preocupação de regular os filmes mais indicados para cada idade, em um espaço dedicado a se discutir os bens de consumo (Figura 6 e Figura 7).



COTAÇÃO DOS FILMES

Recomendável — Filme que convém ser visto, pelos ensinamentos
cerra.

Para todos (ou sem objeção) — Filme aceitável para qualquer
qualquer perigo.

Com objeção a crianças — Filme com passagens inconvenientes a
do a critério dos pais julgar se seus filhos são impressionáveis

Com objeção a menores. (ou **aceitável para adultos**) — O mesmo
na anterior, aplicado a menores de 18 anos.

Para adultos (com restrições) — expressões mais ou menos equivalentes

Para adultos e formação, tolerável para adultos — Espressões equivalentes

Desaconselhado — Filme que só pode ser visto por pessoas de critério,
te cultura e formação que as tornem capazes de refutar os
sentados.

Condenado (ou **também prejudicial**) — Filme que deve ser evitado por
público em virtude de obrigar a sérias restrições, ou por
nas e situações acentuadamente chocantes. (ou acentuadamente
diciais) — Filme que deve ser evitado por qualquer público por
pernicioso e totalmente mau.

Figura 6. Classificação de filmes elaborada pelo *Lar Católico*, para melhor advertir as famílias a respeito do conteúdo da produção
Fonte: Lar Católico[58]

"AMIGAS INTIMAS" — Comédia dramática francesa. "Amigas Intimas" ("Le quatrième sexe") apresenta aos grandes pais Brigitte Joulin, Richard Winckler, Nicole Bacquet e Philippe Leroy, sob a direção de Michel Winckler. Acima, uma cena com Brigitte Joulin e Richard Winckler.

AMIGAS INTIMAS

GÊNERO: Drama.

ENREDO: Em Paris, uma jovem rica vive cercada de amigos que mentem. Apaixona-se por um rapaz e chega à conclusão de que, se não for correspondida, chegará de fato ao homossexualismo de que é suspeita.

APRECIAÇÃO ARTISTICA: O filme é feito de episódios que se recortam exporão momentos de drama; nada profundo o estudo dos personagens. Razoável, como cinema, embora por vêzes se decepcionou deixou a desejar.

APRECIAÇÃO MORAL: O filme não trata afinal do homossexualismo como promete no título; aliás, de nada trata objetivamente, usando a intriga como pretexto para uma mostra de imagens de chocante mau gosto, nos limites do absurdo. A evidente intenção de explorar o escândalo junto às plateias e a absoluta falta de qualquer valor positivo na história e nos personagens entorpecem a cotação máxima.

COTAÇÃO MORAL: 4 — CONDENADO.

DIÁRIO DE UM LOUCO

GÊNERO: Horror.

ENREDO: Após a estranha morte de um famoso magistrado, seu diário é revelado a um grupo de amigos; nêle descreve a existência de um poder maligno denominado "a baeta", que o dominava em seus últimos dias e causa das últimas atitudes que tomara quando em vida.

APRECIAÇÃO ARTISTICA: Apesar de a fonte ser Maupassant, cujo conteúdo horrorífico equivale em muitos momentos ao elaborado Poe, a realização cinematográfica despreza completamente o que de criativo poderia existir na obra original, transformando-a numa história quase sempre idiota e estúpidante.

APRECIAÇÃO MORAL: A natureza sobrenatural da "baeta" não fica definitivamente esclarecida. Força satânica ou simples alucinação do seu dono? De resto, o filme não se preocupa em entrar em discussões sob êste ângulo, e isso pode trazer confusão de valores a espíritos menos advertidos.

COTAÇÃO MORAL: 3 E — ADULTOS, COM RESERVAS.

Figura 7. Espaço reservado para recomendações de livros e filmes
Fonte: Lar Católico[59], 12 jan. 1964

[58] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.5, 10 jan. 1954.
[59] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.4, 12 jan. 1964.

Com o passar do tempo, o jornal perdeu o hábito de classificar e indicar filmes de acordo com a sua moral, passando somente a comentar sobre o enredo dos filmes. Porém, seus colaboradores nunca deixaram de se pronunciar acerca da sétima arte, mencionando sobre a moral sexual contida nas películas, mas também tratando de outros temas. Verifica-se que nos anos 80, com a emergência de ideais dentro da teologia que defendiam a conscientização a respeito das desigualdades sociais como um modo mais eficaz de superá-las (Teologia da Libertação), o *Lar Católico* abriu espaço para opiniões mais politizadas sobre os filmes.

Assim, no ano de 1982 e com o editorial ainda controlado pelo Verbo Divino, emergiu a ponderação sobre um filme baseado na peça teatral de Geanfrancesco Guarnieri, *Eles não usam Black Tie*. A partir do texto, pode-se verificar que uma parcela da Igreja já se encontrava comprometida com a conscientização do oprimido. O enredo do filme retratava os embates entre os sindicalistas e seus patrões, enfatizando os conflitos que os trabalhadores teriam que enfrentar para manter vivas as suas ideologias. As posições ideológicas, longe de serem criticadas no jornal, foram elogiadas.

> O que chama a atenção neste filme de Leon Hirszman é o espírito de luta de seus personagens. É a consciência que eles tem dos seus passos. É o fato de errarem e acertarem . De serem homens lutando por seu próprio destino e liberdade. Embora divergentes em seus pontos de vista, cada um a seu modo, buscavam os caminhos da transformação social, das mudanças necessárias para que todos gozem dos mesmos direitos. [60]

A partir dos anos 70, emergiu outro foco de preocupação para a Igreja brasileira no plano dos meios de comunicação: a televisão. A chegada desse meio de comunicação ao Brasil ocorreu cerca de 20 anos antes de o *Lar Católico* identificá-lo enquanto um problema para o seu projeto de defesa da família e dos bons costumes. Agora não somente o cinema seria um veículo de condução de imagens que poderiam corromper os jovens e família, através dos apelos eróticos, mas também a televisão, no entendimento dos colaboradores e redatores, poderia desempenhar um forte papel nesse sentido.

Em 1950 a televisão foi implantada no Brasil, devido à ação do jornalista e empresário Assis Chateaubriand. De início, o acesso a esse meio de comunicação era dificultado por conta dos elevados preços dos aparelhos transmissores. Mas estratégias foram empreendidas pelo público para facilitar o seu acesso ao aparelho, como por exemplo, assistir

[60]ANÁLISE filmes e novelas. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.15, 17 jan. 1982.

aos programas na casa de vizinhos e amigos. Com o tempo, o televisor se torna um artigo cada vez mais popular, devido ao seu barateamento. Entre as décadas de 60 e 70, a presença da televisão nas casas da classe média cresceu gradualmente (HAMBURGER, 1997), sendo possível até mesmo para os grupos menos favorecidos adquirirem tal produto. Em geral, a televisão é colocada na sala de estar e, entorno dela, a família se reúne para dispor de momentos de lazer e informação.

A partir da década de 70, a indústria de comunicação voltada para a produção televisiva se consolida com o surgimento de novas emissoras e passa a ser uma presença marcante no cotidiano das famílias. Durante a década de 80, o número de aparelhos por domicílio saltou em várias regiões do país, com a permissão de que as redes emitissem sinais abertos para serem captados por antenas parabólicas e satélites (HAMBURGER, 1997).

O *Lar Católico*, através de um artigo assinado por Aldo Colombo, indicou que a disseminação do aparelho televisivo pela sociedade brasileiro possibilitou que na década de 80 a sua utilização estivesse em pleno vigor. Segundo o colaborador, o dado que mais lhe causava preocupação se referia ao número de horas que o brasileiro dedicava à televisão: a dona de casa gastava 6,7 horas diárias e as crianças em torno de 4 horas. O autor compara esse índice com a quantidade de horas em que o adulto passava nas missas e em convívio com a família, respectivamente uma hora por semana e 15 minutos por semana. Assim, na sua acepção, a televisão roubava o tempo do convívio familiar e religioso para oferecer um divertimento que em nada acrescentaria à formação do telespectador.

A questão da formação do telespectador foi continuamente retomada, sempre desvalorizando a atuação da televisão nesse sentido. Havia um consenso acerca da capacidade de entretimento desse meio de comunicação e do pouco que ela fazia no sentido de promover a cultura e os valores espirituais[61].

Na década de 80, os questionamentos sobre os benefícios da televisão recrudescem, pois se acreditava que as mensagens que ela transmitia incitavam ao consumismo, desestimulando a criação de um censo crítico que levaria a uma maior reflexão sobre os verdadeiros valores (os valores cristãos). Os valores cristãos seriam subvertidos pela televisão, quando esta colocava em risco a moral e a representação feminina ideal. A veiculação de imagens dos corpos sexualizados das mulheres em programas de televisão, segundo os colaboradores, colocavam essa mulher enquanto um objeto de consumo[62].

---

[61] SCHNEIDER, R. Gosto de Sonhar. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.9, 10 abr. 1983.
[62] BARROS, N. Consciência Crítica. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.8, 1 maio1983.

A televisão se transformou, tal como afirmavam os colaboradores, em uma grande propagadora de informações que se tornaram acessíveis, gradativamente, a uma porcentagem maior da população. Assim, ela adquiriu status de instância educadora, já que mobilizava assuntos antes ministrados pela escola, família e Igreja. O produto que ela ofereceu de maior consumo foi a telenovela (HAMBURGER, 1997). A telenovela consiste em uma narrativa pautada em aventuras e histórias românticas, que buscam representar o cotidiano das classes médias urbanas das cidades mais desenvolvidas do país. A novela evidenciou os padrões vigentes de sexualidade, interação entre os gêneros e organização familiar, que em dados momentos desagradou alguns segmentos da Igreja.

> A televisão, principalmente por meio das novelas, capta, expressa e alimenta as angústias e as ambivalências que caracterizaram essas mudanças, se constituindo em um veículo privilegiado da imaginação nacional, capaz de propiciar a expressão de dramas privados em termos públicos e dramas públicos em termos privados. (HAMBURGER, 1997, p.458).

Até a década de 70, o beijo representou a sexualidade máxima veiculada nas novelas (HAMBURGER, 1997). A partir disso, ocorreram transformações significativas na maneira como as novelas passaram a representar as mulheres, as relações sexuais e familiares.

> Flertando com o universo proibido do incesto, do prazer, do sexo antes do casamento, livre de filhos e obrigações legais, da separação como saída para casamentos infelizes, com a legitimidade de segundas uniões, com vida profissional e independência financeira para a mulher, com tecnologias reprodutivas, as novelas foram sucessivamente atualizando representações da mulher, das relações amorosas e da família. (HAMBURGER, 1997, p.472).

Os elementos que caracterizam os folhetins forjaram nossas representações sobre a sexualidade, família e gênero, que demarcavam uma contradição muito evidente em relação ao que determinava a doutrina católica para esses temas. Assim, o *Lar Católico*, com o apoio dos seus colaboradores, se esmerou em criticar esse tipo de produção televisiva e os discursos que dela emanavam.

> A televisão é grande educadora, ou melhor, deseducadora dos nossos tempos [...] Os valores que ela prega não são nada educativos. É a violência, é o erotismo é o consumismo. Nas novelas, praticamente todos os tipos são desajustados. O padre da novela é uma caricatura do verdadeiro padre e a esposa é leviana, infiel. Os adolescentes são revoltados. O casamento dura menos que um vestido, a fidelidade é considerada superada e assim por diante.[63] (grifo nosso).

[63] SEIS horas diante da TV. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 7 jun. 1981.

Esse discurso evidenciou o descontentamento da Igreja em relação ao modo como foi representada nas telenovelas, estando presente em um enredo fictício através de um padre caricaturado. A novela foi interpretada como o grande vilão presente nesse meio de comunicação, pois na concepção do jornal, os seus enredos confundiam os valores das pessoas. Existia também uma tentativa de interdição moral sobre o discurso da novela, que apresentava uma mulher contrária ao ideal de feminilidade defendido e mantido pelo catolicismo ainda na década de 80.

Percebe-se a manutenção de um vocabulário típico dos anos 50, "a mulher leviana", para designar e julgar as condutas femininas. Também transparece uma preocupação com a educação dos jovens, uma vez que a novela foi interpretada como um veículo que divulgava modelos pouco favoráveis para a juventude. A questão das relações matrimoniais é abordada nas novelas de uma maneira diferente da desejada por católicos mais fervorosos, pois os casamentos são desfeitos facilmente na ficção, o que para o autor do artigo, poderia dar uma falsa impressão para a sociedade.

> Lamentavelmente na televisão aparece mais aquilo que prejudica do que aquilo que favorece os lares. Os maus exemplos das novelas, dos filmes eróticos, dos programas sensuais e das piadas com duplo sentido, entram pelos olhos, pelos ouvidos e coração. Nunca se apresenta uma família modelar, que, graças a Deus existem em bom número. O enredo das telenovelas aborda sempre as infidelidades matrimoniais, as paixões e amores proibidos. De tanto ver e ouvir, chega-se à convicção de que o certo da vida é isso mesmo.[64]

Percebe-se que tanto a Igreja quanto os produtores das telenovelas possuíam suas próprias percepções sobre o social. Dessa forma, ambos teriam que produzir estratégias e práticas, de modo a impor a autoridade do seu discurso, menosprezando os demais, para assim legitimar e justificar para os indivíduos as suas próprias condutas. Portanto, a Igreja e as telenovelas produziram representações concorrentes, que tiveram que competir de modo a engendrar as práticas dos indivíduos. Logo, é possível detectar uma luta de representações (CHARTIER, 1990) para determinar qual desses dois projetos de família e sexualidade será mais bem aceito pela sociedade.

[64] LORENZATTO, A. Família e televisão. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 23 jun. 1983.

4 REPRESENTAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA E A FECUNDIDADE NAS PÁGINAS DO *LAR CATÓLICO*

4.1 A família

A Igreja Católica sempre desejou manter algum controle ideológico sob a família. Desde a Idade Média, ela recrudesceu a sua vigilância sobre a vida doméstica, entendendo que os laços familiares ajudavam a Igreja a cumprir a sua função de fiscalizar as condutas e educar o povo. A família era entendida como uma instituição necessária ao homem, pois fazia parte da sua natureza estabelecer esse tipo de relação. Devido a esse caráter natural que lhe imputaram, consequentemente, família foi considerada pela Igreja como uma instituição divina. Existiam dois caminhos para o indivíduo obter a sua salvação: aderir à Igreja, fazendo parte do seu corpo clerical, ou estabelecendo um vinculo conjugal, que possibilitaria a criação de uma família e a reprodução da espécie (FLANDRIN, 1986).

Para alcançar seus objetivos no que concernia à normatização da organização e do comportamento familiar, a Igreja teve que alternar as suas estratégias de atuação nesse assunto, ao longo dos séculos (PIERUCCI, 1978). Nesse sentido, é possível detectar que os seus representantes produziram uma vasta literatura sobre a mesma, incluindo livros, jornais, revistas, folhetos e manuais (PIERUCCI, 1978). Todo esse material seria mobilizado para que representações positivas da família fossem veiculadas para toda sociedade, com o intuito de garantir a preservação de ambas (família e sociedade). O catolicismo identificou a família como a célula orgânica que dá sustentação à sociedade, sem a qual a última se esfacelaria. Entendida como a Igreja doméstica, a família deveria reproduzir os valores cristãos, construindo cidadãos cônscios de suas responsabilidades e de sua fé.[65] Assim, mesmo se deparando com uma família que se modifica historicamente, a percepção sobre a sua importância na estruturação da sociedade não se modificou no discurso religioso. A comunidade familiar continuava sendo a superior a qualquer outra comunidade terrestre, pois era a única sancionada por um sacramento.[66]

Como um representante das aspirações do catolicismo, o *Lar Católico* divulgou suas impressões sobre a família, sempre se baseando nas representações milenares que a Igreja

[65] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.12, 24 mar. 1986.
[66] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 17 fev.1986.

Católica produziu. Em um primeiro momento, seria interessante observar como o jornal trabalhou com a analogia entre a família humana e a divina, buscando interpretar quais seriam as interferências dessa comparação na estruturação de gênero presente no contexto familiar.

É importante entender que a família divina funcionava como uma metáfora para a família humana, idealizada pelo cristianismo. A partir dessa aproximação, esta última passou a adquirir status de instituição sacralizada. Na família divina, há a figura do pai, todo-poderoso, a quem se deve obediência, com pena de sofrer alguma espécie de castigo. Em contrapartida, a figura da mãe, nesse caso, Maria, representaria a obediência e a resignação (BIDEGAIN, 1996). A Igreja se identifica com a mulher no geral, e com Maria em particular, cuidando dos seus filhos na terra e desempenhando o papel de esposa de cristo, intercessora dos filhos junto ao pai (AZPITARTE, 2001).

Era comum aos primeiros cristãos estarem subordinados a uma figura masculina, seja do pai, do marido e do patrão. Assim, para implantação eficaz da ideia de um Deus único, foi necessário mobilizar a ideia de um pai protetor, que encarnasse essa figura masculina tão familiar para os cristãos primitivos. Portanto, pode-se concluir que a "mulher, por mais que se diga o contrário, nunca foi considerada na prática imagem deste Deus criador." (MILEN, 1995, p.28).

É no interior da família que se forjam e reforçam as diferenciações de gênero. Estas são essenciais para que se possa entender como se constroem as relações familiares, uma vez que cada um dos gêneros parece adquirir uma função dentro da família ideal projetada pelo catolicismo. Como toda relação de gênero envolve necessariamente um jogo, uma disputa de poderes, também a família se transforma em um centro de poderes possíveis, pois se estabelece uma hierarquia, onde um manda e outro obedece ou um manda e outro transgride. Essa identificação da família divina com a humana projetava um poder mais efetivo para os homens, relegando às mulheres uma função mais direcionada para contenção dos conflitos no ambiente familiar.

A família ideal para o cristianismo estaria baseada no poder patriarcal, através do qual o homem tinha o controle da esposa e dos filhos. Dessa forma, a família real deveria refletir a família divina, composta pelo pai, pela mãe e pelo filho e enquadrada no modelo de *pater famílias* (BIDEGAIN, 1996). A família divina estava conformada de forma nuclear, com Maria desempenhando o papel de mãe resignada e sacrificada, que faz a mediação entre o pai (Deus) e os filhos. O pai, onipresente, dono das vidas e justo por natureza, que por sua própria posição, exigiria obediência dos seus dependentes.

Assim, até o princípio da década de 20, a Igreja desejava impor à mulher uma ação restrita ao espaço da casa e ao ambiente familiar. Segundo Azzi, na década de 20, a Igreja se posicionava ainda fervorosamente contra as transformações sociais que estavam em andamento, principalmente, no tocante às mulheres e à instituição familiar (AZZI, 1987). A ideia era proteger a família contra o avanço de ideologias como o comunismo e o processo de urbanização.

As mudanças de valores que incidiam sobre a família eram dignas de preocupação, pois repercutiriam na sociedade. Assim, durante as primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica tentou preservar os valores familiares e estipulou isso como prioridade, "propugnando por uma ordem social conservadora que impedisse o quanto possível as transformações sociais e culturais em marcha no país." (AZZI, 1987, p.95).

No entanto, a Igreja não foi capaz de impedir que maiores transformações viessem a afetar a estrutura familiar por ela desejada, cabendo-lhe apenas criar estratégias para amenizar os impactos das mesmas. A partir da década de 60, a instituição familiar começou a vivenciar alguns processos que a levariam a alterar determinados comportamentos no âmbito das relações de gênero. Foi justamente nessa década que a mulher buscou empreender um controle melhor do seu corpo, através da adoção dos métodos anticoncepcionais. As discussões sobre o aborto e o divórcio também trouxeram perceptivas libertadoras para as mulheres, que passaram a vivenciar de fato a sua autonomia através das conquistas no mercado de trabalho.

Essas mudanças provocaram uma alteração discursiva por parte da Igreja, no sentido de reafirmar o valor da família, reforçando a condenação dos seus fatores desestruturantes (divórcio, aborto e anticoncepcionais). Por outro lado, ela foi obrigada a aceitar melhor (com algumas ressalvas) a promoção feminina e a redefinição da hierarquia de poder dentro da família, podendo a mulher dispor dos mesmos poderem que o marido, na condução dos assuntos relativos ao cotidiano familiar.

No entanto, a Igreja persistiu em apontar que o lugar privilegiado da mulher era o espaço familiar. Destituída de sua ação neste sentido, a mulher se sentiria confusa, pois perderia o seu papel principal. Utilizando-se de linguagem eminentemente pedagógica, o *Lar Católico* transcreveu uma carta de autoria de uma mulher transgressora, para servir de reforço negativo para as leitoras que estivessem pretendendo exercer práticas semelhantes as que foram narradas na missiva. A autora se apresentou como uma mulher infeliz, que ao priorizar a sua própria beleza e os prazeres furtivos que dela advinham, decidiu deixar o seu marido legítimo para vivenciar outra paixão. Arrependida, anos depois percebeu o que tinha deixado

para trás: a tranqüilidade do lar e o prazer de ser mãe. Enfim, abdicou do modelo de mulher ideal e por isso passou a viver uma vida infeliz, por não estar mais inserida no contexto familiar[67].

Assim, é possível perceber a permanência de alguns valores e padrões que diferenciam os gêneros, estabelecendo práticas e costumes próprios para cada um dos sexos na configuração familiar, mesmo diante de uma possibilidade de inserção feminina no mercado de trabalho. Nesse sentido, o jornalista expõe as suas impressões sobre o cotidiano de um casal comum de classe média, ao afirmar que

> O homem moderno, envolvido com suas reuniões, almoços fora, viagens, seminários, congressos, decisões importantes, sempre carregando a sua pasta de executivo está tendo cada vez menos oportunidade de conviver com os filhos. [...] A mãe se trabalha fora, já não terá o mesmo tempo. Mas se não trabalha, ela está absorvida por múltiplas ocupações: a ginástica, a mercearia, o açougue, a costureira, os parentes, a correria o dia todo pelos afazeres de dona de casa. E, à noite, haverá inevitáveis compromissos de uma vida social.[68]

O *Lar Católico* considerou que famílias modernas, a autoridade marital já não era tão exercitada como outrora, sendo substituída pela parental, na qual a mulher também dispunha de algum espaço. Porém, o jornal ponderou que essa modalidade de autoridade era problemática, pois contava como duas fontes de poder, que poderiam diferir entre si. Assim, assinalou que como homem e mulher seriam diferentes por natureza, também teriam campos de atuação diferentes. Portanto, considerou mais sensato que em determinadas ocasiões a autoridade feminina deveria preponderar, sendo o contrário também válido. A partir disso, deve-se concluir que por mais que o jornal compreendesse que o momento histórico não era o mais favorável para a disseminação das famílias patriarcais, continua a considerar e defender a atuação dos gêneros em esferas separadas e demarcadas não por convenções sociais, mas sim por questões de naturalidade[69].

Mesmo não conseguindo se desvencilhar das diferenciações de gênero cristalizadas que ela própria ajudou a criar para estruturar o seu projeto de família, a Igreja caminhou tentando interpretar o posicionamento dos gêneros dentro das relações familiares. Nos anos 80, a proteção à família não desapareceu, mantendo-se a analogia entre a família humana e a família sagrada (formada por Maria, José e Jesus). Porém, o jornal desenvolveu a plena consciência de que a sociedade atual não poderia mais abarcar a família patriarcal, da qual se

---

[67] CARTA-TESTEMUNHO de uma esposa infeliz. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 14 jul. 1974.
[68] FRAGA, H. A família, último lugar. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 19 maio 1985.
[69] GRINGS, T. Deveres do amor conjugal. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 6 ago. 1974.

referem os evangelhos e as exortações de São Paulo[70]. Portanto, o poder exorbitante do pai já não consiste em uma realidade largamente aceita nesse período, pois a emancipação feminina já permitia às mulheres equilibrar melhor o jogo de poder no âmbito familiar.

Mas, apesar de apontarem para a historicidade da família, o jornal afirmou que existem alguns valores atrelados à família que seriam essenciais, pois deles os homens não poderiam prescindir. Esses valores estariam correlacionados com a necessidade de manter a família fundamentada no casamento estável, na responsabilidade na educação dos filhos e na obediência filial. A família também deveria valorizar o trabalho, não somente como fonte de sustento material, mas também enquanto campo para o desenvolvimento da inteligência e da realização pessoal.

O jornal ainda ponderou que em outros tempos a família era uma instituição que não sofria com determinadas formas de conflito, pois os jovens eram influenciados unicamente pelos pais. Contrariamente a essa realidade, nos anos 80, a presença dos meios de comunicação oferecia novas fontes de formação para os jovens. A televisão, principalmente as suas novelas, foi percebida pelo jornal como as grandes transmissoras de preceitos para os jovens, que acabam por tomar contato com assuntos não apropriados para a sua faixa etária. Esse fenômeno tornaria o trabalho dos pais mais árduo e necessário.

Para as famílias humanas, o *Lar Católico* apresentou como modelo perfeito a família sagrada[71], da qual fariam parte Maria, José e o menino Jesus. Este último foi reconhecido como iluminado, pois era filho do próprio Deus. Maria foi esboçada pelo jornal como sendo uma mãe diferente, pois teve o "privilégio" de conceber sem ferir a sua virgindade. No próximo capítulo essa ideologia que envolve a maternidade mariana será mais bem examinada, já que reflete a acepção que a Igreja articulou acerca da função social da mulher. O pai foi representado pela figura exemplar de José, homem justo, humilde e capaz de tomar as decisões certas como qualquer chefe de família.

De fato, as mudanças ocorridas a partir da década de 60 tiveram uma determinada repercussão na organização familiar. Nesse sentido, proliferaram no jornal matérias que visavam a discutir a respeito dos vários fatores que interferiam na união familiar, buscando protegê-la contra os perigos da desestruturação.

Em certa oportunidade, o *Lar Católico* fez uma analogia entre o corpo e a sociedade. Assim como o corpo precisaria manter a integridade de todos os seus órgãos para continuar funcionando, a sociedade necessita fazer o mesmo, preservando a família (que constitui seus

[70] COSTA, D. João Resende. Uma família diferente. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.10, 15 dez.1986.
[71] COSTA, D. João Resende. Uma família diferente. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.10, 15 dez.1986.

órgãos)[72] . Dessa forma, o periódico diagnostica que naquele contexto histórico (anos 60) a família não estava sendo devidamente observada e defendida. A união foi apresentada como um fator estruturante da família, que, na falta, acarreta na sua destruição.

O texto enfatizou que a vida econômica trouxe a necessidade de um trabalho árduo, que roubava os pais e mães da família. Com relação à mulher, foi identificada a dupla jornada de trabalho a qual estava submetida. Esse sistema debilitava o seu corpo e fazia com que ela tivesse pouca disponibilidade para as demandas dos filhos. Com o afastamento dos adultos da casa, as crianças se desenvolvem sem uma formação intelectual e moral adequada. Quando se trata dos filhos adolescentes, estes se apartavam por conta própria da presença dos pais, imersos em seus próprios programas e divertimentos. O jornal adverte que seriam raríssimos os momentos em que a maioria das famílias encontrava um tempo para reunir seus membros para orar, conversar, divertir-se. São esses momentos que mediriam a união familiar, pois cada integrante da família se sentiria apoiado em uma estrutura séria, segura e divina.

Diante de todos os problemas e transformações que cercavam a família, o ano de 1974 foi o escolhido pela Igreja para homenageá-la. Coincidentemente, aquele também havia sido ano estipulado pela ONU para trabalhar com a questão da população. A congregação desses dois fatores era de suma importância para que a Igreja pudesse construir um determinado discurso a respeito das relações sociais. Ainda que a defesa categórica em relação à família numerosa tenha decrescido nas páginas do *Lar Católico* durante os anos estudados, essa questão nunca deixou de povoar inteiramente o imaginário católico. Assim, a questão da limitação do crescimento populacional sempre foi tratada com extrema cautela e em muitas oportunidades, expressivamente criticada no que concernia ao seu teor moral.

Portanto, não desapareceram completamente as referências positivas a uma família com muitos filhos. Recorreu-se novamente a um discurso pedagógico, que teria por base a narrativa de uma história que serviria de modelo de conduta para os leitores. Em tempos de apologia a uma contenção do número de filhos, o *Lar Católico* apresentou a história de uma família numerosa bem sucedida, demonstrando a possibilidade concreta de um empreendimento como esse ser tornar viável, de acordo com a fé e a confiança dos envolvidos. Um casal da cidade de Curitiba, comemorando suas bodas de ouro, reuniu seus mais de doze filhos crescidos e bem formados: alguns se tornaram religiosos outros advogados e professores[73]. O *Lar Católico* considerou o exemplo dessa família como valoroso, em termos de união, estruturação e educação formal.

---

[72] RUÍNA da família é origem de muitos males**. Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 7 jan 1968.
[73] BERRI, C. Famílias abençoadas. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 15 dez. 1974.

O ano seguinte foi escolhido pelos bispos do Brasil como sendo dedicado à família. Havia a concepção de que naquele mesmo ano, essa instituição estava sofrendo um terrível ataque, com a tentativa de legalização do divórcio. Esse ataque era reforçado pelo exemplo apresentado em determinadas novelas, nas quais as práticas divorcistas apareciam como a resolução para os problemas do matrimônio. Assim, a Igreja procurava responder a esse ataque, protegendo a família e a união dos esposos e apresentando como modelo a família sagrada: Jesus, Maria e José.

Para superar a crise experimentada pelas relações familiares, o *Lar Católico* propôs que se fortificassem no ano da família (1974) as interações entre os grupos familiares. Na concepção do jornal, caberia à Igreja desenvolver métodos que visassem a ajudar as famílias a criarem um ambiente mais feliz e propício para a educação dos jovens. Para alcançar tais objetivos, não seria suficiente para a Igreja realizar a evangelização através dos meios de comunicação social. Era necessário que esse processo de evangelização se efetivasse por meio de uma interação mais pessoal, que seria fornecida através do intercâmbio de valores humanos, sociais e religiosos entre as famílias[74]. Nesse sentido, o Movimento Familiar Cristão proporcionaria esse espaço de encontro e interação entre as famílias, para que as mesmas pudessem discutir os seus problemas e encontrar possíveis soluções.

O Jornal ainda declarou que movimentos como esses desejavam reviver a autoridade paterna e as tradições familiares. Também esses movimentos desempenhariam uma função primordial no âmbito da preparação efetiva e formal dos jovens para o casamento, não somente através de cursos elaborados para essa finalidade, mas valorizando a família original do jovem. Caso o indivíduo conhecesse uma família segura, indissolúvel, tenderia a reproduzi-la em suas futuras experiências. Assim, o ideal de família se disseminaria por toda a sociedade, cumprindo o projeto tão almejado pela Igreja Católica.

A crise da família começou a ser mencionada e discutida com mais veemência a partir da década de 70 nas páginas do *Lar Católico*. Em certas oportunidades, a crise nas relações familiares foi creditada à queda de valores mais tradicionais e à ascensão de uma tendência que enaltecia e dava visibilidade a um apelo sensual. O jornal *Lar Católico* demonstrou uma preocupação em reverter essa tendência, articulando um discurso de condenação à onda de erotismo, afirmando que este seria um elemento que desestruturaria a família brasileira. Esse erotismo pressupunha o desenvolvimento de um amor descompromissado, não endossado pela convivência diária.

---

[74] LEONEL. Vida de família. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 25 ago. 1974.

De acordo com o *Lar Católico*, um dos fatores que teriam contribuído para o afastamento de determinados grupos sociais em relação aos valores que apregoavam a família tradicional e a sexualidade regulada se referia ao relaxamento do homem em relação ao catolicismo. Percebe-se que o jornal não identificava que o processo de secularização tenha se iniciado devido a uma incompatibilidade dos valores do homem moderno para com aqueles estabelecidos pela doutrina católica. Na verdade, o periódico observou o fenômeno sob uma ótica inversa, acreditando que teria sido a separação do homem em relação à religião, que teria gerado o enfraquecimento dos valores que regiam a família e a sexualidade[75].

O jornal ponderou que naquele momento (anos 70) a sociedade estava em pleno processo de transformação, reformulando mentalidades, questionando valores antes considerados inquestionáveis e refutando antigos tabus, principalmente aqueles referentes à sexualidade. Os motivos para essa mudança de percepção seriam encontrados nos conteúdos veiculados por determinadas publicidades, que segundo o jornal seriam agressivas e onipresentes, apelando para os instintos mais primitivos do homem, com o intuito de fazê-lo consumir o produto vendido. Nas palavras do jornal, o cinema também apareceu como portador de um novo comportamento, mais sexualizado:

> Se os comportamentos sexuais divergem tanto da norma desejável, é porque sob o efeito de uma indústria, por vezes mais ou menos clandestina, como a pornografia, freqüentemente aberta como certo gênero de cinema, que explora a sexualidade por fins comerciais; ou ainda sob o efeito de teorias pseudocientíficas ou de fácil psicologia, sustentadas por interesses financeiros que parecem coincidir com a pseudolibertação sexual da clientela.[76]

No entanto, essa questão da liberação sexual não seria para o jornal o único fator que teria contribuído para a degradação da unidade familiar. Na verdade, havia uma percepção segundo a qual, outros elementos de cunho sócio-político estavam agindo de modo articulado, causando situações desfavoráveis para a família. As dificuldades financeiras foram evidenciadas enquanto causa para a queda da natalidade[77]. A pressões trabalhistas e o alto custo de vida foram apresentados enquanto elementos desafiadores da estabilidade dos lares.

Essas questões referentes à desestruturação familiar preocupavam o alto clero e por conta disso foram analisadas na década de 80, através da encíclica *Famdaris Consortio*. Nesse documento, o Papa João Paulo II fez um diagnóstico da situação da família, advertindo que

---

[75] FAMÍLIA em crise. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 20 jul. 1975.
[76] FAMÍLIA em crise. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 20 jul. 1975.
[77] FAMÍLIA em crise. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 20 jul. 1975.

ela se encontrava inserida em um contexto caracterizado por transformações sociais, que poderiam corromper a sua essência. A desestruturação da família lhe parecia evidente, haja vista o grande número de divórcios e abortos cometidos e o uso indiscriminado de métodos artificiais para coibir a concepção:

> A família nos tempos de hoje, tanto e talvez mais que outras instituições, tem sido posta em questão pelas amplas, profundas e rápidas transformações da sociedade e da cultura. Muitas famílias vivem esta situação na fidelidade àqueles valores que constituem o fundamento do instituto familiar. Outras tornaram-se incertas e perdidas frente a seus deveres, ou ainda mais, duvidosas e quase esquecidas do significado último e da verdade da vida conjugal e familiar. Outras, por fim, estão impedidas por variadas situações de injustiça de realizarem os seus direitos fundamenta. (JOÃO PAULO II, 1981b).

Assim, João Paulo II (1981b) lembrou àqueles que estavam envolvidos na prática pastoral, a respeito da necessidade de reiterar para os cônjuges sobre os aspectos que compunham a lei moral e a importância do grupo familiar na construção da sociedade desejada. Nesse sentido, o texto do Pe. Antonio Gonçalves, tendo o elucidativo título de *Um lar católico*, buscou incentivar um resgate daquilo que se acreditava estar se perdendo: uma família realmente estruturada, na qual a paz fosse estabelecida e transmitida para o restante da sociedade.

> O que adianta é a volta urgente de todos os interessados, principalmente dos educadores para os nossos lares. Estou mesmo impressionado com tantos problemas que existem dentro das casas. Para dizer verdade, até nos lares católicos não mais existe paz. [...] Os pais estão com a cabeça cheia só com a escola e lazer para os filhos. [...] Marido e mulher vivem em atritos. Brigam a toda hora na frente dos filhos. Qualquer briguinha serve para prometer desquite ou divórcio. A vida sexual desregrada é um bom prato para todas as conversas. O machismo reina ainda. A violência contra a mulher é um fato em quase todas as casas. O Lar para ser católico tem que mudar muito. A paz tem que voltar a reinar nas casas. O amor deverá ser cultivado. [...] A família toda precisa viver mais a sua fé. A leitura bíblica é um meio de se encontrar a paz dentro da casa. [...] as reuniões em família com a presença de pais e filhos devem ser constantes. O amor ao Brasil e a participação na solução dos problemas brasileiros como a reforma agrária, devem ser questão de honra de todos. Um lar católico é construído dia a dia, com fé amor e esperança. Um lar tem que vigiar os programas de rádio e televisão. Um lar católico tem que se preocupar com as leituras dos jovens e das crianças. Liberdade não é libertinagem. Um lar católico tem que acabar com a violência dentro de casa. Um lar católico tem que despertar em todos um sentido da participação na comunidade. Um lar católico tem que cultivar virtudes. Um lar católico tem que promover a cultura. Um lar católico tem que ajudar a construir a paz no mundo.[78]

[78] GONÇALVES, A. Um lar católico. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 21 jul. 1986.

Quando a CNBB adquiriu o controle da editoração do jornal, o discurso sobre a família tendeu a se alterar. A discussão deixou de ser realizada somente por padres, que como a própria população advertia, não conheciam os reais interesses e demandas das famílias, e passou a ser conduzida por jornalistas e especialistas nos relacionamentos interpessoais. O momento se caracterizava pela consolidação da lei divorcista e essa prática já parecia estar disseminada. Portanto, não caberia agora apenas condenar o divórcio, mas buscar novos caminhos para evitá-lo, o que passa pela necessidade de se analisar profundamente o problema da família naquele momento. Uma vez reconhecidas as verdadeiras necessidades dos casais, o enfrentamento do problema se daria também, através da ação da Pastoral da Família.

Nos anos 80, o *Lar Católico* veicula uma reportagem sobre a questão da desestruturação familiar e a ação pastoral no sentido de minimizar os efeitos desse processo. Assim, mobilizou o discurso de uma psicanalista para que ela pudesse dar o seu parecer acerca dos motivos que estariam contribuindo para a realização deste fenômeno.

Dentre os problemas elencados, estariam a desarticulação dos valores e dos limites tradicionais, que teriam sido subvertidos, principalmente com a introdução de novos meios de comunicação social. Esses meios disseminariam as informações com rapidez, mas não proporcionavam a formação necessária para espectadores e leitores. Outro fator que contribuía para o desligamento dos membros familiares era o forte consumismo, a qual a sociedade estava submetida. Urbanização e violência também seriam decisivos para a desarticulação entre casais e o diálogo ficaria assim comprometido[79].

A Igreja se sentiu convocada a participar do processo de interrupção do desmantelamento familiar, através dos movimentos familiares que envolviam os casais. A Pastoral da Família era composta, na década de 80 pelo ECC e o Movimento Familiar Cristão. O grande objetivo da Pastoral seria

> [...] promover a família cristã para que ela possa viver e crescer na fé e contribuir para a criação de uma sociedade nova, onde sejam realidades concretas a justiça e a fraternidade sinais da presença do Senhor Ressuscitado. [...] o trabalho da pastoral com as famílias deve desenvolver-se também na área das questões sociais e econômicas, onde tem origem muitos dos fatores que contribuem para sua desagregação e alimentação. É preciso ter a coragem de assumir essa pastoral, alerta a CNBB, pois não é a Igreja, é a sociedade inteira, em sua vitalidade de interior, que está em jogo quando se está em perigo a família.[80]

[79] QUEIROZ, V. F. Os desafios que a família enfrenta na busca da harmonia. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.12, 24 nov. 1986.
[80] QUEIROZ, V. F. Os desafios que a família enfrenta na busca da harmonia. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.12, 24 nov. 1986.

Percebe-se que na concepção da CNBB, a família não seria uma instituição universal, mas sim perpassada por uma série de fatores culturais e econômicos, que fariam com que ela adquirisse uma configuração diferente. Os problemas que afetariam uma família de classe média não seriam necessariamente os mesmo que afetariam uma família economicamente desfavorecida. Por outro lado, encontramos uma permanência bastante significativa no discurso: a noção de que a desestruturação das famílias seria decisiva para a derrocada da sociedade como um todo.

Em meados da década de 80, o jornal evidenciou uma preocupação para com os problemas financeiros vivenciados pelo país, uma vez que eles afetavam a estabilidades dos lares e das famílias. A família foi percebida como uma miniatura da estrutura social, sendo por isso um reflexo da mesma[81]. Segundo o jornal, a crise financeira e social que assolavam o Brasil naquele momento, favoreceriam também à crise familiar, com a introdução da violência e do desequilíbrio econômico. Havia uma preocupação muito grande para que o lar não se tornasse apenas um espaço no qual as pessoas habitavam, sem envolver qualquer contato sentimental. Para que tal fenômeno não ocorresse, seria preciso manter a tranquilidade, mesmo em meio a um contexto econômico desfavorável. Para superar as dificuldades, seria necessário que a família trabalhasse em regime de comunidade, exercendo a oração e o diálogo.

Na década de 80, a estrutura econômica exigia que os adultos se esforçassem em busca de melhores colocações no mercado de trabalho. O *Lar Católico* reconhecia essas reais necessidades, mas criticava os que faziam disso um valor absoluto, aceitando exercer atividades trabalhistas com o intuito de conseguir mais poder e status, deixando a família em segundo plano. Foram comuns os artigos, a partir dos anos 70, que se dedicavam a fazer um diagnóstico a respeito da desunião familiar, afirmando que na sociedade moderna, cada membro da família dispõe de uma vivência em separado, desfrutando de poucos momentos de convívio em comum. Considerava-se que as maiores vítimas desse tipo de organização familiar eram os filhos, que não tinham acesso a uma formação afetiva e moral adequada, que só pode ser ministrada pelos pais.

A possibilidade inaugurada pela modernidade de desaparecimento da família causou preocupação e foi alvo de críticas veiculadas pelo *Lar Católico*. O jornal mencionou superficialmente teorias oriundas da psicologia e da sociologia que denunciavam a desestruturação dos laços familiares e a inutilidade das mesmas[82]. Um sociólogo mencionado

[81] SCHNEIDER, R. Família Hoje. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 3 mar. 1986.
[82] IRÁ desaparecer a família também. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 15 dez. 1974.

no texto havia afirmado na década de 30 que a família guardava funções relacionadas à economia, sociabilidade, educação, religiosidade, recreação, proteção e afetividade. O jornal considerou que as seis primeiras características estavam reduzidas ao mínimo e que somente a última se conservava de maneira satisfatória, ficando a cargo da família a função somente de socializar as crianças e apoiar emocionalmente aos adultos.

No entanto, mesmo que a família estivesse em processo de reformulação, tornando-se mais especialista em alguns aspectos da vida humana, o jornal se recusou a decretar a crise da família enquanto uma instituição. O fato de a família ter entrado em um processo de transformação acelerado a partir dos anos 70 não significava que ela estivesse propensa ao desaparecimento ou mesmo à decadência (GOLDANI, 1993).

Seria preciso entender que a vida moderna ainda necessitava da família para programar o indivíduo, oferecendo a ele todas as condições necessárias para a sua formação moral, afetiva, educacional e econômica. Prever o fim da família significaria questionar o próprio projeto da Igreja em relação à sociedade na qual está inserida, relegando o poder de estruturação social através da família.

4.2 Matrimônio e amor conjugal

Foi ao longo da Idade Média que a Igreja empreendeu o processo de apropriação da família, através do controle dos seus rituais. Nesse sentido, ela se tornou a responsável pela realização dos casamentos a partir do século XII. A cerimônia que antes acontecia no espaço doméstico, passou a se realizar na porta da Igreja, para enfim ocorrer no interior da mesma (ARIÈS 1987a). A presença do padre se tornou cada vez mais necessária, demarcando o caráter sagrado da cerimônia (BOSSY, 1985). O fato é que a partir do século IX, o casamento foi tomando a forma de uma cerimônia religiosa, que representava a união do Cristo com a sua Igreja (AZPITARTE, 2001).

O casamento deixava de ser uma cerimônia restrita e privada, para ganhar publicidade, principalmente após o Concílio de Trento. O seu registro agora era feito pelo pároco. Assim deixava de ser apenas um contrato firmado entre as famílias, algo eminentemente humano, adquirindo um status de sacramento (ainda que a Igreja se esforce em afirmar que o casamento sempre teve esse caráter sagrado). A Igreja se tornou a responsabilidade pela publicidade, que legitimava a união.

Gradualmente, a corrente iniciada por São Paulo e concretizada com Santo Agostinho, que considerava o casamento como um remédio para determinados males (ARIÈS 1987a)[83], foi se tornando preponderante em relação à outra que defendia o celibato. No período medieval, a doutrina católica estava perpassada por pensamentos antagônicos, que discutiam se a castidade era inferior ou superior ao casamento. No século XII, o casamento havia se firmado não como superior à castidade, mas como um sacramento de importância legítima para a sociedade e para a pastoral da Igreja. A família começa a ser percebida como uma instituição natural, que foi concedida por Deus aos homens.

O matrimônio passou a ser percebido como um grande sacramento, condição natural para os homens que não dispunham de vocação religiosa e, portanto, instituída por Deus. Assim, a sua realização foi considerada por Cristo como de responsabilidade da Igreja. A Igreja não poderia prescindir desse dever (PIERUCCI, 1978).

Mas o fato é que a Igreja demorou alguns séculos para definir e impor o seu modelo de casamento. Entre os séculos XI e XIII, a Igreja começou a intervir nos casamentos, ameaçando excomungar aqueles que atentassem contra indissolubilidade matrimonial (ARIÈS 1987a). Ariès adverte que antes mesmo do surgimento do cristianismo, a ideia de indissolubilidade já tinha aparecido em Roma, mais como uma tendência do que propriamente uma vontade de subverter os costumes. Depois, essa tendência se transformaria na moral cristã. Assim, percebe-se que o cristianismo adota para si uma moral oriunda do paganismo (ARIÈS 1987a).

Assim, no século XIII, o IV Concílio de Latrão consolidou o casamento monogâmico e indissolúvel (LIMA, 1986). Desde a Idade Média, a Igreja entrou em um diálogo com a monogamia, acompanhando determinados costumes populares (HOORNAERT, 1967). A fim de garantir que a monogamia e a indissolubilidade fossem observadas, o casamento foi alçado à categoria de sacramento no século XII (HOORNAERT, 1967). A partir de então, a indissolubilidade do casamento passou a consistir no princípio fundamental do cristianismo. Em certo sentido, essa eternidade da união compôs o *ethos* familiar. Devido a essa tendência para a indissolubilidade é que a "boa imprensa" sempre considerou que "tudo se pode experimentar na vida, menos o casamento."[84]

O *Lar Católico* tratou de enaltecer o matrimônio enquanto um sacramento. Por estar inserido em tal condição, o matrimônio faria parte da ordem divina, sendo protegido e vigiado por Deus, como uma das instituições mais importantes para a vida do ser humano. O

[83] O casamento seria o "remédio" utilizado contra a masturbação, a homossexualidade e a fornicação.
[84] INTERCÂMBIO COM AS LEITORAS. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 10 jan. 1954.

casamento seria um sinal de graça, um momento de comunicação entre o homem, a mulher e a divindade, proporcionando "a santificação dos cônjuges."[85] No entanto, o casamento teria uma faceta também humana, sendo impossível apenas vivenciá-lo no plano da espiritualidade. Os atos de carinho dentro do casamento trariam prazer humano, mas também seriam essenciais para o engrandecimento do amor conjugal e da santificação dos esposos.

O jornal apontou o matrimônio como o sétimo sacramento, mas procurou questionar sobre a sua origem para melhor informar os seus leitores a respeito de como os cristãos primitivos o trataram e interpretaram a sua relação com Cristo. Para o catolicismo, foi extremamente significativo que Jesus tenha realizado seu primeiro milagre em meio a uma boda na região de Canaã. Assim, na percepção dos segmentos católicos, Jesus indicou para a humanidade a importância o ato matrimonial, conferindo a ele uma excepcionalidade, ao demonstrar a sua preocupação com a sua plena realização. A Igreja se esforçou para evidenciar que o entendimento do matrimônio enquanto um sacramento, evocando para isso a tradição. Nesse sentido, a Igreja tratou de legislar sobre as questões referentes à conjugalidade desde os primeiros tempos da Era Cristã. A legalidade desse sacramento se fundamentava no princípio do consentimento, através do qual homem e mulher demonstravam a sua disponibilidade para cumprir com todos os dispositivos e responsabilidades oriundos do ato matrimonial.

Também a legislação envolvia a indissolubilidade da relação, promulgada pelo próprio Cristo ao afirmar que em nenhum caso é lícito repudiar ou rejeitar a mulher, rompendo assim o laço que atava aos cônjuges. Segundo o jornal, a indissolubilidade proposta por Cristo trouxe um diferencial para as relações matrimoniais, que consistiria na graça do matrimônio. Em termos de direcionamento, o matrimônio havia sido discutido e apresentado como um sacramento, em meio aos concílios desde o século XIII, tendo sua afirmação decisiva enquanto tal, no Concílio de Trento[86].

A tradição cristã tem enfatizado duas finalidades para a execução do casamento. Ao longo do tempo, verifica-se que a escala de prioridade entre essas duas finalidades tem se alterado. Durante muito tempo, o discurso da Igreja privilegiava a finalidade procriadora, deixando a relação de mutualidade e companheirismo entre os dois cônjuges em segundo plano. Foucault adverte essa dualidade de objetivos do casamento pode ser verificada mesmo antes do advento do cristianismo. Ao estudar a emergência da problematização da nova forma de conduzir as relações com o prazer, no período helenístico, combinando as finalidades de

[85] SANTIN, L. É um sacramento. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.8, 16 maio 1982.
[86] GRINGS, T. O sacramento do Matrimônio. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 18 ago. 1974.

procriação com os valores que concernem ao amor, à afeição e à simpatia mútua, Foucault aponta para o desenvolvimento desta dualidade: “um descendência a obter, uma vida a compartilhar” (FOUCAULT, 1985, p.153). Os filósofos do período debateram a respeito da importância dessas duas finalidades na execução do casamento. De certa maneira, ambas foram consideradas primordiais.

Além disso, os filósofos gregos consideraram que o casamento estava fundamentado em uma natureza binária do homem, sendo este um animal essencialmente conjugal. Em outras palavras, a natureza impulsiona o homem a contrair o matrimônio, pois através deste o ser humano pode se inserir no contexto social, vivendo também na multiplicidade.

Sabe-se que a perspectiva agostiniana não previa grande valorização ao amor entre os cônjuges. Suas ideias ainda permaneceram vivas no início do século XX, através da *Casti Connubii* (PIO XI, 1930). Publicada na década por Pio XI na década de 30, a encíclica tratou de detalhar as ideias do catolicismo sobre o casamento, enfatizando a sua origem divina e fazendo críticas ao casamento civil e ao concubinato (uniões que não foram formalizadas pela Igreja). Além disso, apontou o divórcio e o adultério como os fatores que poderiam corromper a família. Advertiu que o dever para com a família deveria ser prioridade, deixando para segundo plano os interesses e prazeres individuais. Pio XI advertia ser imprescindível para a manutenção do casamento, que os cônjuges sacrificassem algumas de suas vontades particulares para garantir o melhor para a família com um todo. Para ele, o casamento não se resumiria ao amor carnal e a efemeridade das paixões; era preciso existir um compromisso maior que significasse uma junção de espíritos.

A *Casti Connubii* (PIO XI, 1930) estabeleceu e referendou uma hierarquia entre as finalidades do casamento, proposta agostiniana, considerando como prioridade a procriação em detrimento do apoio mútuo entre os cônjuges e alívio da concupiscência. Esse ordenamento de finalidades foi apresentado pela Igreja como natural, portanto a instituição se exime dessa elaboração. Além disso, o casamento possuiria outros bens, dos quais não poderia prescindir, com pena de se desvirtuar: descendência, fidelidade e indissolubilidade (PIERUCCI, 1978).

A teologia matrimonial foi estabelecida a partir da valorização da fecundidade, legitimando as relações sexuais empreendidas com o objetivo de procriar. Até o século XX, a Igreja manteve uma doutrina em relação ao casamento que subjugava os atos sexuais, pois temia-se o desejo exacerbado até mesmo no âmbito do casamento. Assim, valorizava mais o espírito em detrimento dos apelos corporais (DEL PRIORE, 1993). O sexo parece ser somente perdoado quando a finalidade é gerar filhos. São os filhos também que estimulam os

indivíduos a estabelecerem entre si relações familiares, pois a família sempre foi entendida como a melhor instituição para iniciar a educação dos filhos. Os filhos devem ser concebidos como legítimos e somente teriam esse status se nascessem dentro de um casamento legítimo.

A forma como o catolicismo tendia a perceber as questões que envolviam o casamento tendeu a mudar somente em 1951, quando Pio XII publicou Sobre o Apostolado das Parteiras (RIBEIRO, 1989). A utilização da continência periódica como método de espaçar os nascimentos foi aceita, desde que fosse empregada diante de razões realmente graves (MOSER, 1977). Nesse documento, o papa reconheceu a possibilidade da ocorrência de relações sexuais dentro do casamento que não tivessem como finalidade a geração de filhos. Esse fato abriu espaço para que a questão do relacionamento homem e mulher fosse de fato valorizado pela Igreja, no âmbito do casamento, abrindo espaço para a discussão a respeito do amor conjugal. Porém, esse documento não foi capaz de ultrapassar a hierarquização dos fins matrimoniais.

Até o século XIX, o amor e o casamento no ocidente viviam em esferas separadas. Houve uma aparente mudança no século XVIII, que levou a considerar o amor como um dos aspectos a serem levados em conta para se contrair o matrimônio. Começava a nascer a ideia de amor romântico. O ideal de amor nesse momento caracterizava-se pela separação dos corpos que se amam (D' INCAO, 2004). Em outras palavras, a sexualidade consistia em uma alternativa fora dos padrões de um amor romântico que poderia transcorrer apenas na dimensão platônica. Somente na medida em que o século XX avançou, a sexualidade passou a ser considerada como um aspecto importante na definição do amor. Assim, pode-se perceber também que, historicamente, a união entre o amor e as atividades sexuais seria algo recente.

Mary Del Priore, em seus estudos sobre o corpo e o amor no período colonial brasileiro, destacou que a Igreja, já nesse momento, desenvolveu um modelo de amor e de sexualidade ideal e útil para os cônjuges (DEL PRIORE. 1989). Naquele contexto social, o amor conjugal não era sinônimo de amor carnal. Mesmo o amor conjugal ainda não consistia em um valor para doutrina cristã. Na verdade, o catolicismo se preocupava como outras questões que envolviam o matrimônio, enfatizando aqueles que diziam respeito à procriação.

Foi somente no século XX que a procriação deixou de ser a finalidade matrimonial preponderante. Com a *Gaudium et Spes* (VATICANO, 1965), a prerrogativa da hierarquização dos fins matrimoniais, possivelmente idealizada pelo pensamento agostiniano, foi negligenciada (RIBEIRO, 1989). Com isso, a doutrina passou a considerar o casamento enquanto um pacto de amor entre os esposos. Segue-se um trecho do referido documento, que esclarece como a oficialidade católica passou a tratar o amor entre os esposos:

> O próprio Deus é o autor do matrimónio, o qual possui diversos bens e fins, (1) todos eles da máxima importância, quer para a propagação do género humano, quer para o proveito pessoal e sorte eterna de cada um dos membros da família, quer mesmo, finalmente, para a dignidade, estabilidade, paz e prosperidade de toda a família humana. Por sua própria índole, a instituição matrimonial e o amor conjugal estão ordenados para a procriação e educação da prole, que constituem como que a sua coroa. O homem e a mulher, que, pela aliança conjugal «já não são dois, mas uma só carne» (Mt. 19, 6), prestam-se recíproca ajuda e serviço com a íntima união das suas pessoas e actividades, tomam consciência da própria unidade e cada vez mais a realizam. Esta união íntima, já que é o dom recíproco de duas pessoas, exige, do mesmo modo que o bem dos filhos, a inteira fidelidade dos cônjuges e a indissolubilidade da sua união. (VATICANO, 1965).

Então, é possível perceber que ao longo do século XX, a doutrina matrimonial se alterou, passando a dar maior visibilidade para a questão do amor no âmbito do casamento (RIBEIRO, 1989). Aos poucos, foi sendo estruturada a percepção segundo a qual o amor entre os cônjuges é construído através da convivência que a sociedade casamento proporciona. A partir disso, pode-se identificar que a "boa imprensa" concedeu um honroso tratamento ao amor conjugal, vinculando-o a uma sexualidade sadia, principalmente a partir dos anos 60, acompanhando o discurso teológico oficial.

O jornal especificou que foi a partir do Concílio Vaticano II, com a constituição pastoral *Gaudium et Spes* (VATICANO, 1965), que haviam sido traçadas as linhas conjugais a partir das quais o discurso do jornal foi elaborado nesse sentido. Nesse pastoral, o amor conjugal apareceu como um sentimento humano, que envolveria corpo e alma, sendo este elevado a uma condição sobrenatural, através do sacramento, um "amor que transcende toda inclinação erótica." [87]. As características de fidelidade e indissolubilidade foram reafirmadas como bens essenciais para o casamento cristão.

O *Lar Católico* definiu o amor de modo a circunscrever esse sentimento dentro das relações matrimoniais. Germinando fora dessas condições, nem mesmo poderiam ser considerados enquanto uma modalidade amorosa. Dessa forma, o jornal assim especificou o amor conjugal:

> O amor não é algo que se tem ou não se tem, mas aparece como continua conquista. É preciso crescer no amor, ou por outra aprender a amar. Isto significa abrir-se ao cônjuge, descobrir sua riqueza, compreendê-lo, aceitá-lo como é. Amante deve ser aquele com o qual se assumiu o compromisso de amor matrimonial. E o que se chama de "amante" realmente são "desamantes".[88]

[87] GRINGS, T. Amor Conjugal. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 21 jul. 1974.
[88] GRINGS, T. Amor Conjugal. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 21 jul. 1974.

Mas, ainda que o amor conjugal prescrito pela Igreja seja seguidor de uma de uma representação de amor nascida em fins do século XX (TRIGO , 1989), não se pode dizer que o discurso religioso camuflou a sexualidade conjugal. Mencionada não somente como meio de reprodução humana, a sexualidade conjugal apareceu no discurso a partir da segunda metade do século XX como uma forma de fortalecer o amor e os laços matrimoniais. Porém sua situação permaneceu ainda secundária dentro das exigências de um matrimônio cristão pleno.

Dessa forma, não haveria mais motivos para se desconsiderar a sexualidade enquanto um aspecto relevante para a construção desse amor. Percebe-se que ocorre uma valorização das condutas sexuais, algo que não era encontrado no discurso religioso, anteriormente. Porém ela permanece encerrada dentro dos laços matrimoniais.

> De fato, a partir do século XX muda a posição da Igreja, pois muda o foca da discussão. Até o nosso século, a questão do sexo e do casamento sempre foi tratada pela Igreja a partir de duas oposições fundamentais: prazer/dever, prazer/ procriação. O amor sempre esteve ausente. Agora é ele o centro da formulação. Até o século XX, a Igreja tratou o amor sob dois ângulos: como amor profano a ser afastado, e como amor divino; o amor sempre foi emasculado ou transformado em caridade. Agora, o amor profano recupera dignidade. (CHAUÍ, 1984, p.100).

No entanto, o amor na sua acepção mais erótica, continuou sendo problemático, pois sua durabilidade seria incompatível com a indissolubilidade do matrimônio. Essa característica, que pressupõe a eternidade dos laços conjugais, há séculos faz parte do entendimento que os homens ocidentais fazem do casamento (ARIÈS, 1987a).

O discurso religioso estabeleceu que a sexualidade que compõe o amor conjugal deveria ser interpretada de uma forma mais ampla, além do aspecto erótico. Assim, o discurso oficial considerou que

> [...] o amor conjugal comporta uma totalidade na qual entram todos os componentes da pessoa - chamada do corpo e do instinto, força do sentimento e da afectividade, aspiração do espírito e da vontade - ; o amor conjugal dirige-se a uma unidade profundamente pessoal, aquela que, para além da união numa só carne, não conduz senão a um só coração e a uma só alma; ele exige a indissolubilidade e a fidelidade da doação recíproca definitiva e abre-se à fecundidade (cfr. Encíclica *Humanae Vitae*, n. 9). Numa palavra, trata-se de características normais do amor conjugal natural, mas com um significado novo que não só as purifica e as consolida, mas eleva-as a ponto de as tornar a expressão dos valores propriamente cristãos. (JOÃO PAULO II, 1981b).

O *Lar Católico* se apropriou dos discursos oficiais, estabelecendo uma retórica sobre o amor conjugal. Nesse sentido, considerou que a falta de amor não seria uma motivo suficiente para romper com os laços matrimoniais, pois o amor lhe parecia fruto de um esforço pessoal, construído no cotidiano[89]. Assim, o jornal apresentou o amor em uma dimensão menos efêmera. Esse amor conjugal previa uma dedicação espiritual e carnal tanto do homem quanto da mulher, o que necessitaria de um ideal de complementaridade. Cada indivíduo traria para o casamento as suas características e as suas histórias particulares, o que demandaria compreensão e tolerância.

Como o amor conjugal foi interpretado como tendendo para a durabilidade, a fidelidade significaria o compromisso perpétuo para com esse amor. A fidelidade também representava o engrandecimento pessoal, já que ela envolvia noções como a de doação em prol de um bem maior e a contenção dos impulsos sexuais.

Para o *Lar Católico*, o amor espontâneo que levaria os indivíduos até o casamento, deveria ser regido por um código de leis que lhe confeririam estabilidade e representatividade junto à sociedade. Em suas palavras:

> Temos assim de um lado, na parte institucional, a fecundidade, indissolubilidade unidade; e de outro lado, na parte pessoal lhe correspondem os graus psicológicos da generosidade, constância e fidelidade. A instituição interpreta, pois os anseios do amor e lhes oferece garantias de exercício. Os esposos generosos são levados à geração de filhos; o casal constante conquista a indissolubilidade e o casal fiel mantém a unidade. Negar o valor institucional do matrimônio para apelar para a espontaneidade do amor é desconhecer as dimensões do amor humano, concebendo-o de modo puramente espiritual. O próprio ato sexual, visto em sua raiz antropológica, antes de ser desejo de posse sexual é profunda amizade, que se apresenta com caráter de totalidade e exclusividade.[90]

Percebe-se então o desenvolvimento de um discurso que visava a domesticar a espontaneidade do amor, gerindo-a através de uma série de costumes, hábitos e legislações. A indissolubilidade e a fidelidade pareciam como elementos que comporiam o repertório necessário para a longevidade e a satisfação do casamento. Dentro do discurso construído pelo jornal, essas duas instâncias eram explicáveis e perpassadas pelo amor.

Logicamente, esse amor deveria ser desprovido de passionalidade, tornando-se após o casamento um sentimento eminentemente cristão. Seria também o amor o pano de fundo para a própria efetivação do ato sexual, percebido pelo jornal como uma atividade humana, consequentemente, impossível de ser negligenciada. Mas o jornal desqualificou esse ato como

[89] GRINGS, T. Deveres do amor conjugal. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 6 ago. 1974.
[90] GRINGS, T. Amor e leis matrimoniais. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 28 jul. 1974.

fruto do mero desejo e posse sexual. Conclui-se então, que nem todo sexo seria permitido, mas sim apenas aqueles que atendessem aos padrões estabelecidos pelo cristianismo. Esses padrões estavam definidos através da conjugalidade, que previa para os casais aquilo que o *Lar Católico* definiu como caráter de totalidade e exclusividade. Em outras palavras, o sexo consentido seria aquele que envolvesse o amor conjugal e que excluísse qualquer possibilidade de troca ou permuta de parceiros.

O amor conjugal apareceu nas palavras do *Lar Católico* como uma decorrência do próprio casamento. Para o jornal, o casamento que é engendrado a partir do sentimento amoroso concorre com uma possibilidade muito maior insucesso.91 Uma vez tendo terminado o sentimento, não haveria mais motivos para manter uma união, sendo o divórcio uma solução eminente. No entanto, para o *Lar Católico*, o amor não poderia ser concebido como um sentimento desprovido de compromisso. Na verdade, o amor não deveria perecer e sim ser reavivado a cada momento, para assim garantir a durabilidade da união sacramentada pela divindade. Esse seria o esboço de um amor desejado pelo cristianismo: aquele que se engrandeceria a partir do sacramento matrimonial e desprovido de efemeridade. Além disso, esse amor também deveria estar voltado para a criação e educação da prole.

Outras questões que envolviam as práticas matrimoniais foram enfatizadas pelo *Lar Católico*. Dentre elas é possível destacar as uniões não legitimadas pelo catolicismo e a necessidade de preparação dos futuros cônjuges, no sentido de evitar os conflitos conjugais.

O discurso do *Lar Católico* se caracterizou pela condenação que efetuou em relação às uniões não sacramentadas pela Igreja. Aqueles que se uniam somente através do matrimônio civil eram alvo de questionamento por parte do catolicismo. No entanto, existiam aquelas uniões que não haviam sido referendadas nem sequer pelo Estado. Estas, segundo o jornal, estariam em uma situação mais precária diante de Deus e dos homens.

Desde o início do século XX, uma parcela significativa da população brasileira vivenciava relacionamentos informais (AREND, 2001). O jornal constatou que a mancebia era uma prática que estava se disseminando, para a infelicidade dos cônjuges da década de 70[92], Creditava-se a isso a possibilidade de desquite, pois um indivíduo que se encontrava nessa situação não poderia casar-se novamente e por isso não encontrava alternativa a não ser manter relações fora do sacramento.

O ideal de casamento passou a ser perseguido por conta do fortalecimento das representações que o colocava enquanto imprescindível para as mulheres (BASSANEZI,

[91] GRINGS, T. Amor Conjugal. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 21 jul. 1974.
[92] REIS, B. Casados ou acasalados? **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 1, 18 ago. 1974.

1996a). Para impedir o avanço dessa prática, principalmente entre os jovens, o jornal se dirigiu às moças, afirmando que elas não teriam nenhuma garantia de felicidade caso se permitissem conviver com essa situação. O jornal procurou deixar claro que o peso da mancebia recaía mais sobre as mulheres, que deveriam defender-se. O casamento para ser valorizado deveria ser entendido não como um mero legitimador das uniões sexuais, mas também como um sacramento que privilegiasse sentimentos mais nobres, como a amizade, o respeito e a admiração mútuos.

Sendo identificado como um laço instável, o concubinato preocupava ao jornal devido aos problemas que este poderia acarretar para mulheres e crianças. No ano de 1966, um colaborador do jornal, Theobaldo Frantz, se manifestou sobre essa questão, enfatizando o desamparo de mulheres e crianças e até mesmo a baixa estima dos homens, quando não lhes resta alternativa a não ser viver no concubinato. Segundo ele, o concubinato configuraria uma verdadeira calamidade social, e possivelmente não daria origem a uma família bem construída, "pois essas famílias de ajuntados não são verdadeiras famílias, mas lares desintegrados ou fruto de famílias desesperadas"[93].

O autor fez uso do recurso do discurso pedagógico[94] narrando, através de histórias cotidianas, a situação de penúria na qual uma mulher poderia se encontrar, juntamente com os seus filhos, tendo sido abandonada pelo companheiro. A falta de um vínculo matrimonial reconhecido por toda a sociedade, pela religião e pelo Estado, facilitaria o desenlace. Essa opinião é reforçada pela possível fala de uma mulher que é mencionada na história contada pelo colaborador: "ele saiu de briga comigo. Não sei o que vai ser de nós. É que ele e eu não somos casados por nada e por ninguém. Somos ajuntados."[95].

Assim, percebe-se que o *Lar Católico* identificou como um dos principais problemas enfrentados pela família brasileira estava relacionado com o grande número de uniões consensuais sem apoio religioso e civil, realizados ao sabor dos instintos.[96] Essas uniões, segundo o jornal, originariam uma legião de filhos ilegítimos e criados de modo irresponsável. Tais filhos, oriundos de lares instáveis de desorganizados, trariam consigo os estigmas de suas origens, desenvolvendo problemas psíquicos e dificuldades de ajustamento social. Nesse sentido também, a falta de vínculo matrimonial dos pais poderia afetar o futuro social dos filhos:

---

[93] FRANTZ, T. Onde estão os nossos pais? **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 20 mar. 1966.
[94] Sobre o discurso pedagógico Cf. Orlandi (1987).
[95] FRANTZ, T. Onde estão os nossos pais? **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 20 mar. 1966.
[96] NEVES, D. L. M.. Problemas de Família no Brasil. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 25 ago. 1974.

> A insegurança ronda tais casais bem como os filhos de tais uniões de aventura. Que situação difícil para os filhos mais tarde. Talvez um dia queiram dar um passinho à frente na sociedade, na escala da pirâmide social. E ai vem o ferrete do ilegítimo de não tem pai.[97]

O *Lar Católico* definiu as uniões que não foram consentidas pelo Estado e pela religião católica como irregularidades matrimoniais[98]. Segundo o Pe. Tadeu Grings, na sociedade moderna a classe média seguia tendência de retardamento do casamento, enquanto nas classes populares este tendia a acontecer cada vez mais cedo, o que não conferia aos cônjuges a preparação adequada. Constatou que naquelas condições, muitos indivíduos optaram por não formalizar a união, o que proporcionava um crescimento indesejado dessas uniões não regularizadas. Defendeu, assim, a ideia segundo a qual o amor não deveria florescer nessas condições, já que não haveria as condições legais para garantir a longevidade deste amor.

A partir das palavras do referido padre, o *Lar Católico* demonstrou o seu ressentimento em relação à aceitação que essa modalidade de relação vinha adquirindo em termos sociais nos últimos tempos. Seguindo essa aceitação social, a própria legislação parecia reconhecer alguns direitos para os companheiros de longa data, o que provocava certo descontentamento entre os católicos mais conservadores. Essas uniões pareciam alheias ao projeto de família pregado pela Igreja Católica, fato que para o Pe. Grings seria elucidativo a respeito da dificuldade que em muitos casos essa Igreja enfrentava para conseguir adeptos entre as classes urbanas menos favorecidas economicamente. Para o Pe. Grings, nenhuma outra Igreja se assentava de maneira tão forte sobre o ideal de família como a católica e por conta disso, tal Igreja arregimentava as suas forças em torno de valores centrados, específicos e tradicionais, no que tangia às relações familiares.

Nos anos 70, o jornal divulgou algumas considerações feitas por D. Lucas Moreira Neves. Segundo ele, a origem de muitos dos problemas que assolavam a sociedade brasileira estava no excessivo número de uniões consensuais, que eram amparadas nem pelo registro civil nem pelo religioso. Determinou que devido a sua condição instável, essas uniões produziriam filhos mais inseguros e psicologicamente abalados[99].

D. Lucas assegurou que o comportamento dos jovens e das mulheres fornecia indícios acerca da pouca valorização concedida ao casamento. Tanto a ascensão e o fortalecimento da defesa dos interesses da juventude quanto a condição emancipada da

---

[97] FRANTZ, T. Onde estão os nossos pais? **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 20 mar. 1966.
[98] GRINGS, T. Irregularidades do casamento. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 09 jun. 1974.
[99] NEVES, L. M. Entrevista. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 25 ago. 1974.

mulheres estariam contribuindo para que os indivíduos optassem por estabelecer relacionamentos informais[100].

Outro fator que estaria contribuindo para a instabilidade familiar se referia ao despreparo dos jovens ao aderirem ao casamento. Porém, para D. Lucas, o autor do texto, ainda enumerou outros elementos que concorriam para a criação de problemas no âmbito familiar. Esses elementos, classificados por D. Lucas como próprios da modernidade, tais como o hedonismo, a nova condição da mulher e a insatisfação dos jovens, afetariam fortemente a coesão da família. Logicamente, essas questões deveriam ser identificadas, discutidas e em alguns sentidos, superadas. D. Lucas enfatizou a dificuldade que os grupos jovens estariam vivenciando para interpretar os reais benefícios do casamento, dificuldade essa oriunda do descompromisso dos jovens para com a durabilidade e fidelidade de determinados laços[101].

O *Lar Católico* enfatizou, por meio de vários textos, a necessidade do casal se preparar para viver em matrimônio. Na sua concepção, o namoro seria exatamente a fase na qual ocorreria essa formação, que teria como essência o conhecimento do outro e de si mesmo. Esse conhecimento deveria ser profundo, embora nunca pudesse ser completo, já que como o próprio jornal advertiu, existiriam questões que somente se revelavam na vida a dois. A profundidade a respeito da sabedoria em relação ao outro conferiria ao casamento relativo sucesso, diminuindo a possibilidade de atritos, decepções, amarguras e divórcios.

Porém, o jornal ressaltou que na busca do conhecimento na fase pré-marital não era necessário nem aconselhável recorrer ao encontro sexual. De acordo com o que foi evidenciado pelo discurso, a experiência sexual significaria posse e entrega, características que não seriam apropriadas para os não casados. Ela não precisaria ser testada previamente, não sendo considerada uma condição primária para revelar a harmonia do casal, ainda que fizesse parte da vida conjugal, representando uma dimensão importante no tocante à construção amorosa e familiar.

O *Lar Católico*, nesse sentido, declarou que

[100] NEVES, L. M. Entrevista. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 25 ago. 1974.
[101] NEVES, L. M. Problemas de Família no Brasil. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 25 ago. 1974.

> Este ato (sexual) realizado antes de casamento mais atrapalha que ajuda. De fato, a harmonia sexual não se consegue por um que outro ato isolado. Requer um longo esforço de adaptação, que concresce com a medida em que o casal se entrosa. [...] A S. Escritura liga conhecer ao ato sexual, para o casal. É um eufemismo. Não admite, porém, que este conhecimento se faça impunemente antes do compromisso matrimonial, realizado legalmente. É que ele não altera o compromisso. Seria ridículo pensar numa condição para o casamento que se relacionasse com alguma característica sexual, fora da impotência.[102]

4.3 A luta contra a instituição legal do divórcio no Brasil

> Nesta hora em que o Concílio Ecumênico exige renovação do cristianismo e dos costumes e no Brasil se reclama reconstrução de valores e instituições, o divórcio não representa amadurecimento. Portanto, não pode ser idéia em marcha irreversível. E apenas não é verdade que a sua legalização seja retardada [...] no Brasil e no estrangeiro, que o divórcio foi, é e será sempre uma marcha-a-ré para o abismo. Pois traz o endeusamento das paixões, o desprezo do amor conjugal, o abandono e infelicidade dos filhos, a degradação da mulher, o desrespeito à família e a dissolução e desfibramento da sociedade.[103]

A opinião acima citada pertence a uma educadora que teve a sua entrevista publicada pelo *Lar Católico* nos anos 60. Naquela época, a Igreja recém saída do concílio, buscava estabelecer um diálogo para com a modernidade. No entanto, essa modernidade não poderia ameaçar a tradição e as bases sob as quais se assentavam a doutrina matrimonial e sexual da Igreja Católica. De certa forma, os ideais que versavam sobre o sexo e o matrimônio ofereciam ao catolicismo uma identidade perante aos seus fiéis. Logo, uma ruptura definitiva para com esses ideais poderia afetar a visão que os fiéis desenvolveram a respeito da Igreja enquanto instituição transcendental, que desempenha a função de guardiã das normas sagradas.

Nas últimas décadas do século XX, estabeleceu-se diante dos fiéis um impasse entre a efemeridade das relações contemporâneas e a ideia de indissolubilidade defendida pelo catolicismo. Foi nesse sentido que a Igreja verificou a necessidade de demonstrar, através das práticas discursivas, a sua inquietação com relação à possibilidade da instauração da indissolubilidade matrimonial na legislação brasileira. A Igreja, durante muitos séculos, construiu representações positivas sobre a indissolubilidade do vínculo matrimonial. Desfazer esse laço significaria um pecado imperdoável, na sua concepção (FAVERI, 2007).

---

[102] GRINGS, T. Casal que se conhece. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 31 mar. 1974.
[103] DIVÓRCIO é marcha-a-ré para o abismo da dissolução moral da sociedade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 22 maio1966.

De sua parte, a Igreja parecia disposta a manter o seu ideal de indissolubilidade matrimonial, pois segundo Jaime Snoek este não poderia ser contestado, pois já constava nos relatos bíblicos (SNOEK, 1976). Por mais que o discurso sobre o casamento tivesse mudado no que se referia às suas finalidades, uma questão permaneceu ainda muito cara para o catolicismo: o caráter divino e natural do matrimônio (NEGROMONTE, 1958). Sendo ele, uma instituição divina, em teoria, não deveria ser questionado ou rompido de acordo com a vontade humana.

Trabalhando enquanto porta-voz dos interesses do catolicismo, *o Lar Católico* tratou de divulgar as suas impressões sobre a implantação da dissolubilidade na legislação brasileira. Nesse sentido, durante as três décadas estudadas, traçou estratégias para demonstrar o potencial do amor conjugal e da família em detrimento dos males provocados pelo divórcio.

Já foi evidenciado que entre os anos 60 e 70, o jornal havia se esmerado em produzir representações positivas sobre o amor conjugal e a família, com a finalidade de contornar uma eventual crise que poderia afetá-los. Mas também, nesse período, foi possível constatar uma explosão discursiva que teve por objetivo apontar para as incoerências e para as consequências nefastas que o divórcio produziria na sociedade ao desestabilizar a família, atestando sempre para a sacralidade a indissolubilidade.

Mas essa explosão discursiva se deveu ao fato de o *Lar Católico* ter desenvolvido uma percepção segundo a qual a instituição casamento estaria ameaçada naquele momento pela eminência de uma legislação divorcista. Isso seria suficiente para desarticular seu projeto de ordenação social através da estruturação familiar.

Visto como uma prática desagregadora da família e adversária das leis divinas e da essência do amor conjugal, o divórcio foi alvo de disputa e de controvérsias nas diversas arenas sociais. A discussão sobre a lei que tornaria o divórcio uma realidade legalizada encontrou terreno fértil nas páginas do *Lar Católico*, que obviamente veiculou matérias de todas as formas e procedências que demonstram a ilegalidade divina da prática.

Ainda que nos anos 70 os apontamentos sobre o divórcio tenham se tornado mais comuns, devido à discussão parlamentar que se alastrou pela sociedade, o tema foi exposto nas duas décadas anteriores. No final da década de 50, o divórcio ainda não era uma realidade efetiva no Brasil, ainda que separações pudessem ocorrer por meio do expediente do desquite. Porém, a prática divorcista já se encontrava em vigor em alguns países (VINCENT, 2009), o que gerava certo receio, por parte da Igreja, de as autoridades brasileiras começarem a pensar em instituir essa prática no território brasileiro.

Na década de 50, as referências ao divórcio ainda eram esporádicas nas páginas da "boa imprensa". Obviamente, ressaltavam os aspectos negativos dessa prática, na tentativa de convencer os leitores que o divórcio não traria felicidade. Em um pequeno texto veiculado no ano de 1959, momento no qual o divórcio ainda não era uma realidade no Brasil, um argumento contrário ao divórcio foi elaborado, apelando para o sentimento de felicidade. A defesa da lei divorcista sempre se pautou na ideia de que os cônjuges infelizes poderiam ter uma oportunidade de encontrar em outra relação, a felicidade. O *Lar Católico* interpretou essa ideia como um verdadeiro engano, tentando refutá-la.

Segundo o jornal, os divorcistas sempre citavam o exemplo dos Estados Unidos, país desenvolvido, no qual o divórcio já havia sido implantado. No entanto, as próprias produções cinematográficas norte-americanas desvalorizavam as relações rompidas, assinalando que essas separações causariam frustrações e infelicidades. O cinema formulava uma representação favorável ao final feliz dos personagens, que só seria realizado através do amor pleno dos protagonistas e não da separação dos mesmos. "Se os americanos achassem o divórcio a solução ideal, o final feliz dos problemas conjugais, eles como tudo o que fazem, propagariam o divórcio, aconselhariam o divórcio. No entanto, evitam-no. Escondem-no. Temem-no"[104]. Assim, o jornal buscava provar a fragilidade das representações positivas a favor do divórcio, ao demarcar as ambiguidades entre o que era proposto pelos divorcistas e os verdadeiros interesses da sociedade.

Não somente o cinema americano foi mobilizado para comprovar a ineficiência do divórcio ao divulgar representações que atrelavam à felicidade ao casamento perfeito. Anos mais tarde, o *Lar Católico* também buscou se beneficiar da proliferação dos discursos sobre o divórcio nos meios de comunicação brasileiros. Segundo o jornal, determinadas telenovelas trabalharam em prol da construção de uma representação desfavorável ao divórcio ao demonstrar a incapacidade do mesmo de proporcionar felicidade ao homem:

> Haja vista o caso há pouco apresentado aos telespectadores da novela Escalada, em que tantos divórcios sucessivos e simultâneos de pares que permutam esposas não os deixaram satisfeitos. Se aquele programa no princípio deu a impressão de ser uma franca propaganda do divórcio, no fim mostrou a inviabilidade das pretensões dos homens e mulheres envolvidos no caso, querendo todos voltar dos erros cometidos.[105]

[104] HAPPY end. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 05 jul. 1959.
[105] LIMA, J. B. Divórcio... outra vez ...? **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 12 out. 1975.

Assim, antes mesmo que a legislação permitisse o divórcio, a "boa imprensa" já organizava um discurso contrário a aprovação dessa lei. Na década de 50, o jornal emitiu a opinião do Cardeal D. Jaime Câmara a esse respeito, enfatizando o pronunciamento do mesmo em relação à atuação da "Liga pró-divórcio". Segundo ele, a tal liga não o havia procurado para expor as suas opiniões e argumentos, como declarou que faria para toda a imprensa. A partir disso, afirmou que assim teria sido melhor, pois nada do que os representantes da liga alegassem em sua presença o faria mudar de ideia a respeito da moralidade da mesma.

D. Jaime manifestou que essa campanha era "imoral e inaceitável, mas detestável e repudiada pelos católicos que sentem com a Santa Igreja."[106] Assim, esclareceu o posicionamento inflexível da Igreja Católica no tocante ao divórcio. E ainda deixou claro que a Igreja não poderia mudar de opinião nesse ponto, pois a indissolubilidade do casamento era percebida como uma lei divina e não humana. Então "toda essa tradição doutrinária provinda de Jesus Cristo, fundador da Igreja Católica, se modificaria por acordos, combinações e concordatas."[107].

Uma possível decretação da legalização do divórcio não alteraria a essência natural do matrimônio, que para o cristianismo seria a indissolubilidade. No entanto, os colaboradores do jornal acreditavam que seria um dever do cristão lutar para que o estado não adotasse semelhante legislação. Havia a percepção de que a sociedade brasileira como um todo se desorganizaria com a adoção da prática divorcista[108].

Portanto, já na década de 60, o *Lar Católico* considerou que "o divórcio não é o remédio: é veneno, é dissolução, é porta aberta para toda espécie de desmandos, é violação da lei natural e divina."[109]. Defendia que a sua permissão ensejaria a dissolução do vínculo por qualquer motivo torpe, o que desvalorizaria o casamento e esvaziaria o seu sentindo cristão.

Foi ainda nesse contexto histórico que a Igreja utilizou-se de estratégias como o envio de cartas para os parlamentares, com o intuito de convencê-los a respeito da não aceitação social de semelhante lei (FAVERI, 2007). Além disso, organizou passeatas e abaixo-assinados com a mesma finalidade (FAVERI, 2007). Essa mobilização ficou patente nas páginas do *Lar Católico*, que temeroso que o novo código civil de 1967 optasse pela aceitação da dissolução matrimonial, resolveu envolver os seus leitores em uma campanha contrária à introdução do divórcio, através do código civil (Figura 8). Não se pode afirmar até

[106] D. JAIME repudia a liga pró-divórcio. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 1 dez. 1955.
[107] D. JAIME repudia a liga pró-divórcio. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 1 dez. 1955.
[108] SALES, E. A. O Divórcio. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 3 nov. 1974.
[109] NÃO há tréguas na guerra contra a estabilidade dos lares. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 8 jan. 1967.

que o ponto a pressão católica influenciou na manutenção da indissolubilidade matrimonial na constituição de 1967 (NICHNIG, 2008).

> O *Lar Católico*, como o nome já o indica, esteve sempre pronto e preparado para atuar na defesa da família cristã, segundo o pensamento do criador. Neste momento reúne-se ao movimento de repúdio ao Projeto do Novo Código Civil. Pede a todos os leitores que enviem o seu protesto aos deputados, enviem telegramas de protesto ao Presidente da República e assinem as listas, caso estas lhes forem apresentados. Sigam o exemplo de Edson Arantes do Nascimento, o famoso Pelé, que neste momento está defendendo o bem do Brasil, apontando a sua assinatura pela retirada do Projeto do Novo Código Civil.[110]

APELO AOS ALTOS PODERES CIVIS E ECLESIASTICOS EM PROL DA FAMILIA BRASILEIRA

Os abaixo-assinados se dirigem ao Exmo. Sr. Presidente da República, Marechal Castello Branco, aos DD. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e ao Venerando Episcopado Nacional, sôbre um assunto que vem causando crescente preocupação em todo o Brasil.

Foi remetido ao Congresso Nacional, e já está tramitando na Câmara dos Deputados, o projeto de nôvo Código Civil.

Êsse projeto, elaborado por uma Comissão instituída em 1963, traz em si os estigmas do ambiente ideológico que o janguismo visava perpetuar, e que a Revolução de 31 de março baniu do País.

Característica do cunho esquerdista do projeto é a parte referente à família (Livro II, arts. 119, 122, 131, § único, 132, 139, 160, 169, 216, 221 e 229, Livro IV, arts. 668 e 693).

Aprovados os dispositivos que essa parte contém, da família brasileira sobrarão sòmente restos informes. A união entre os cônjuges ficará abalada a fundo pela introdução virtual do divórcio. Será ela minada também pela grave mutilação da autoridade marital, e por um favorecimento tal da concubinato e da prole ilegítima, que com isto ficarão prejudicados, em não pequena medida, os sagrados direitos da espôsa e da prole legítimas.

Consideramos inexplicável que, depois da Revolução de 31 de março, uma tal propositura tenha sido apresentada ao Congresso, e possa, pois, ser transformada em lei. Êsse projeto fere a fundo a tradição cristã da família brasileira. Ademais, dêle não teve conhecimento a opinião pública, nem sôbre êle se puderam pronunciar com tempo suficiente os Tribunais, as associações de advogados, os corpos docentes das Faculdades de Direito e as organizações representativas das famílias, do ensino, etc. Ora, no regime vigente, não se compreende que uma reforma de tão transcendente gravidade seja assim ditatorialmente feita pelo Legislativo, sem auscultar com a maior atenção, detidamente e a fundo, o que pensa e sente o povo brasileiro.

Pedimos, pois, aos Exmos. Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que se promova a retirada do atual projeto de Código Civil. E rogamos ao Exmo. Sr. Presidente da República haja por bem designar uma Comissão que elabore um projeto concebido em espírito diametralmente oposto. Tal Comissão submeteria seu trabalho à apreciação de todos os órgãos competentes, oficiais e privados, e a tôda a opinião pública, para, acolhidas as eventuais modificações, ser por fim encaminhado o nôvo projeto ao Congresso Nacional.

x x x

Com filial respeito, suplicamos igualmente ao Venerando Episcopado Nacional — neste momento de aflição e de perigo como outro não houve para a instituição da família nos quatro séculos de nossa história — que faça ouvir sua grande e poderosa voz, alertando para a luta contra o atual projeto de Código Civil, o povo tão profundamente cristão de nosso amado País.

Figura 8. **Apelo aos altos poderes civis e eclesiásticos em prol da família brasileira**
Fonte: Lar Católico[111]

O telegrama acima reproduzido, dirigido aos parlamentares e ao presidente Castelo Branco, apresentou duas modalidades de argumentos contrários ao divórcio. A primeira delas se referia à preocupação para com a decadência da família que se sucederia à aprovação do divórcio, ao promover a instabilidade do sacramento e da condição de mulheres e crianças. A

[110] LUTEMOS contra o novo Código Civil. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 26 jun. 1966.
[111] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.5, 26 jun. 1966.

outra modalidade de argumentação se pautava na ideia de que a proposta divorcista estaria vinculada a uma ideologia esquerdista, herança do governo de João Goulart. Dessa forma, o jornal buscou impingir aos esquerdistas ligados ao comunismo uma tentativa de desarticular a organização social, atacando a família, através da instituição do divórcio.

A alusão a essa possibilidade de dissolução do vínculo fez com que alguns setores da sociedade temessem que fosse realizada uma ruptura para com algumas representações cristalizadas sobre o casamento. Até os anos 60 e 70, as relações familiares brasileiras eram reguladas pelo código civil que datava de 1916. Tal código estipulava elementos que conferiam ao homem uma autoridade social e doméstica sobre a mulher e os filhos. Essa estrutura de poder familiar foi percebida como essencial para a manutenção da ordem, da moral e dos bons costumes (FAVERI, 2007). Caberia à mulher evitar os conflitos e garantir a plena e harmônica manutenção do vínculo (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Logo, a indissolubilidade do matrimônio estava presente na primeira constituição republicana e não foi alterada nas constituições posteriores (1937, 1946, 1967). Foi o senador Nelson Carneiro, "figura emblemática no processo de aprovação das leis para as mudanças das relações matrimoniai" (FAVERI, 2007, p.336) quem capitaneou o projeto que culminaria com a aprovação da lei divorcista no ano de 1977.[112] Sabe-se que o debate em torno dessa lei foi fervoroso, já que os seus opositores articularam resistências através de movimentações sociais e práticas discursivas. A Igreja, principalmente, idealizou uma representação de família baseada no casamento enquanto um sacramento indissolúvel e intocável. Uma vez questionada essa condição, na concepção da Igreja, a família estaria em perigo.

Em maio de 1975, Nelson Carneiro havia proposto uma emenda que teria por objetivo legalizar a dissolução matrimonial. O jornal noticiou que em setembro do ano de 1975, o Congresso Nacional havia voltado a debater a questão do divórcio, expondo a existência das diferentes opiniões sobre esse tema entre os parlamentares brasileiros. Assim, o texto deixou claro que os católicos consideravam necessário se posicionar dentro desse debate e que para isso contavam com o apoio de vários parlamentares, que defendendo os valores cristãos, tornariam mais árdua a tarefa dos divorcistas. O jornal ainda demonstrou a esperança de que essa iniciativa em prol do divórcio estaria fadada ao fracasso, pois muitos parlamentares não alterariam os seus valores e defenderiam os preceitos familiares.

Ainda nessa mesma matéria, foi possível perceber que o catolicismo nutria certo otimismo em relação a não aprovação da legislação divorcista. Acreditavam que não somente

[112] A Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977, instituiu o divórcio e a dissolubilidade do vínculo matrimonial, possibilitando novas uniões (BRASIL, 1977).

teriam uma forte influência sobre as determinações do congresso, mas contariam com o apoio do povo mais simples, a quem não interessava que o divórcio fosse implantado. O jornal defendia uma percepção segundo a qual o divórcio somente interessaria aos mais ricos (DIGIOVANNI, 2003). O semanário ponderou que o povo não estava disposto a entrar nesse debate, pois este estaria em desacordo com um ideal de família intocável. Assim, esse mesmo povo, segundo a percepção do jornal, não considerava que o Estado tivesse poder e legitimidade suficientes para legislar contra os interesses das famílias.

> E não podemos julgar que os ferrenhos adeptos do divórcio pensem que todos os brasileiros são como os aventureiros mal casados, os desajustados que querem viver trocando de mulher como se muda de camisa, degradando a instituição da família, reduzindo a esposa a um simples objeto de gozo vil e passageiro. E quanto aos filhos, por que não se cogita no descalabro social da multidão de crianças vitimas de toda essa irresponsabilidade de cônjuges desavindos e mudando de esposas ou de marido?[113]

Portanto, para o jornal, somente aqueles que se encontravam em situação de desajuste social é que poderiam concordar com o divórcio para suprir seus interesses. A partir disso, o *Lar Católico* buscou transmitir a ideia de que as pessoas de fé deveriam ter em conta que a solução para sanar as dificuldades matrimoniais, estaria relacionada ao perdão mútuo e ao pleno arrependimento dos cônjuges em relação aos seus erros. Assim, enquanto a presença do sentimento religioso foi interpretada como sendo essencial para o engrandecimento da união entre os casados, o desaparecimento do mesmo representaria a desestruturação da base familiar. A reaproximação do casal através da fé, do perdão e do diálogo, seria o caminho mais indicado, já que a separação do casal acarretaria em um desequilíbrio familiar que afetaria às crianças.

Na década de 70, o jornal constatou que havia uma ameaça extrema contra a indissolubilidade matrimonial, encabeçada por alguns que por dever do ofício deveriam defendê-la (deputados)[114]. Interpretou a tentativa de colocar fim a indissolubilidade como uma afronta em relação à Igreja e a condição sacramental do matrimônio. Assim, o *Lar Católico* acreditou que esses indivíduos, para além do seu aparente desejo em proporcionar aos cidadãos uma possibilidade de refazer a sua vida afetiva, estavam na verdade empenhados em destruir a Igreja, atacando severamente a base na qual ela se assentava: as relações familiares.

---

[113] LIMA, J. B. Divórcio... outra vez ...? **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 12 out. 1975.
[114] BARNABITA, J. M. Divórcio e amor livre. **Lar Católico***,* Juiz de Fora, p.1, 27 abr. 1975.

O jornal se baseou no discurso da *Casti Connubii*, para reafirmar a validade da defesa da indissolubilidade, transcrevendo o trecho no qual o Papa Pio XI (1930) afirmou que essa lei deveria reger tanto os católicos quanto os não católicos:

> Mesmo no estado de natureza, e, em todo o caso, muito antes de ser elevado à dignidade de sacramento propriamente dito, o casamento foi divinamente instituído, de maneira a implicar um vínculo perpétuo e indissolúvel, que mais tarde nenhuma lei humana pode mais denunciar.[115]

Outros discursos foram mobilizados de modo que o jornal pudesse embasar a sua posição contrária ao divórcio. Dentre estes, foram citados o livro do Gênesis e as considerações paulinas, que segundo a "boa imprensa", já prenunciavam a sacramentalidade e a indissolubilidade matrimonial, sendo esta legitima para todos os homens, independente da profissão de fé.

Assim, em 1975, o semanário fez seus leitores conhecerem a crescente mobilização em torno da defesa da aprovação da lei divorcista. Segundo o texto publicado, em outros tempos, já haviam aparecido algumas tentativas nesse sentido, que se depararam com a oposição veemente da Igreja Católica. Para o *Lar Católico*, se a legislação que permitisse o divórcio fosse realmente aprovada, seria para benefício de poucos que desejavam adotar um amor livre. Porém a maioria da população, ou seja, a maior parte das famílias brasileiras não encontraria benefício algum com essa lei, que na verdade provocaria a instabilidade dos lares. A possibilidade de desfazer o vínculo o tornaria mais fraco perante os cônjuges, que diante de qualquer dificuldade, optariam por rompê-la. Se o fizessem, as maiores vítimas seriam as crianças, que não cresceriam em lares saudáveis, e sim em famílias fragmentadas.

A primeira fase desse processo que resultou na aprovação da emenda constitucional divorcista não foi bem sucedida para Nelson Carneiro. Em votação no congresso brasileiro, a sua proposta havia sido reprovada (FAVERI, 2007). Ainda no ano de 1975, o jornal tratou de informar aos seus leitores que a tal emenda que propunha o divórcio não havia sido aprovada em Brasília. Logicamente que diante deste, o *Lar Católico* empreendeu uma ampla comemoração.[116] No entanto, o jornal não considerava a batalha ganha, pois na sua concepção, havia muito a ser feito para manter a ordem familiar no país. Ainda segundo o jornal, a discussão sobre a lei teria proporcionado a oportunidade para se analisar mais profundamente os problemas que assolavam os cônjuges. De acordo com a opinião do jornal,

---

[115] BARNABITA, J. M. Divórcio e amor livre. **Lar Católico***,* Juiz de Fora, p.1, 27 abr. 1975.
[116] VENCEU o bom censo no Congresso. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 6 jul. 1975.

todos esses problemas seriam sanados com o sucesso da preparação dos jovens para o amor conjugal.

Mesmo com essa derrota, os divorcistas continuaram estimulando o debate, não permitindo que a discussão arrefecesse. A partir de então, emergiu na "boa imprensa" uma densidade de discursos que visavam a desqualificar o divórcio, enaltecendo o amor conjugal e apresentando soluções para contornar os problemas conjugais.

O semanário buscou desqualificar aqueles meios de comunicação que possuíam uma opinião diferente da sua. Representando uma oposição veemente a implantação do divórcio no Brasil, o *Lar Católico* acusou os meios de comunicação de massa leigos de serem coniventes com essa prática. Em uma matéria específica, o *Lar Católico* acusou uma grande empresa de telecomunicações brasileiras de ser uma defensora do divórcio, valendo-se da grande entrada que possuía nos lares brasileiros, para veicular longas matérias em prol da votação favorável a lei divorcista. Segundo o jornal, interesses pessoais estariam por trás da campanha proporcionada pela rede de televisão, uma vez que o presidente do conglomerado desejava, ele mesmo, poder se divorciar para se casar com outra mulher, com quem vivia há anos[117].

Com isso, os representantes do catolicismo esclareciam para a população que não estavam dispostos a aceitar que o Estado tomasse qualquer resolução a respeito da quebra da indissolubilidade matrimonial. Por mais que a alteração da legislação estatal não acarretasse em uma mudança na doutrina que o catolicismo estabeleceu para o casamento, ela não poderia encontrar apoio entre o clero. Assim, ele se articulou de modo a convocar o laicato para que este pudesse demonstrar o seu descontentamento em relação à possibilidade de o Estado instituir o divórcio. Havia uma percepção, por parte da Igreja, de que o Estado deveria promover a paz social e não corrompê-la através da aceitação de uma medida que questionaria a validade das relações familiares.

> Uma possível decretação da legalização do divórcio não alteraria a essência natural do matrimonio, que para o cristianismo seria a indissolubilidade. Mas seria dever do cristão lutar para que o estado não adotasse semelhante legislação, que poderia levar a sociedade brasileira à derrocada e não ao progresso, como objetivava os divorcistas.[118]

Uma das formas que a Igreja encontrou para proceder a essa luta foi justamente articular discursos que pudessem convencer os indivíduos acerca da legitimidade da

[117] REDE Globo: divórcio, caso pessoal. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 22 jun. 1975.
[118] SALES, E. A. O Divórcio. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 3 nov. 1974.

indissolubilidade, demonstrando os males que a quebra da mesma traria para o grupo social. Nesse sentido, um mecanismo mobilizado para convencer os leitores a respeito da inviabilidade do divórcio se referiu à tentativa de se aproximar do cotidiano deles. Para realizar tal intento, o semanário buscou utilizar-se de uma linguagem mais didática, a qual pode-se denominar de discurso pedagógico. Nesse caso específico, o jornal publicou uma conversa de amigos para transmitir a mensagem desejada. A conversa girou em torno da iniciativa dos deputados de discutirem leis que viabilizassem o divórcio no Brasil.

Depois de uma breve explicação, em linguagem acessível a todo o público sobre o que representava o divórcio, os personagens um demonstraram descontentamento com relação a essa questão. Assim, um deles ponderou que os deputados, ao refletirem sobre o divórcio, queriam "legislar contra a lei de Deus"[119]. Percebe-se, portanto, que por meio dessa história, o semanário desejou reforçar no imaginário dos seus leitores a representação segundo a qual o matrimônio seria uma instituição intocável, pois estaria protegido por Deus.

O jornal se preocupou em refutar possíveis argumentos que identificaram o casamento enquanto um mero contrato. Interpretando esse enlace como apenas um pacto firmado entre indivíduos, sem anuência divina, seria mais fácil introduzir a ideia de rompimento do mesmo, uma vez que as posições e as condutas dos homens são passíveis de falha. Observando esse mecanismo que visava a tornar o divórcio mais aceitável para o maior grupo possível de pessoas, o catolicismo e o seu porta-voz, o jornal *Lar Católico*, refizeram suas forças no sentido de demonstrar a dimensão divina que envolvia tal contrato.

O discurso do jornal objetivou apresentar o divórcio enquanto um ato jurídico (dimensão humana) e religioso (dimensão divina), que não poderia ser equiparado a nenhum contrato. Nesse sentido, o jornal mencionou a opinião do jurista Clóvis Beviláqua, que considerava o contrato de casamento especial, pois sua natureza seria tanto pessoal quanto social. Portanto, na sua concepção seria perfeitamente compreensível que gozasse de leis específicas, sendo que deveria constar dentre elas, aquela que garantisse a indissolubilidade[120].

O *Lar Católico* procurou alertar seus leitores a respeito da impossibilidade de dissolução terrena do casamento por vias religiosas[121]. Dessa forma, o divórcio civil não seria a solução mais acertada para enfrentar a crise pelas quais muitos casamentos vivenciavam. No entanto, um dos fatores que estariam contribuindo densamente para a desestabilização dos

[119] DIVÓRCIO ainda é notícia. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 18 maio 1975.
[120] OBJEÇÕES divorcistas. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 12 out. 1975.
[121] TEIXEIRA, M. Para que de certo o casamento. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 7 jun. 1981.

matrimônios seria a falta que preparação que os jovens dispunham para lidar com a vida conjugal. Também os apaixonados deveriam desenvolver entre si um conhecimento a respeito do outro, verificando suas atitudes, defeitos e qualidades e acima de tudo, prestando atenção nos costumes e hábitos familiares que circundam o indivíduo escolhido para contrair matrimônio.

Segundo o jornal, o bom andamento do casamento estaria fundamentado em dois princípios: compreensão e estímulo. A compreensão para com as faltas e aflições do outro manteriam as boas relações e a harmonia conjugal. O estímulo e o elogio às boas condutas do cônjuge fariam com que esse se sentisse mais confiante e valorizado no contexto da relação. O exercício desses dois princípios, aliados ao respeito em relação aos mandamentos e sacramentos católicos, fariam com que o casal conseguisse sobreviver às crises do mundo moderno, que facilmente levavam os casais a adotarem soluções desaconselháveis como o divórcio.

A preparação sempre foi enfatizada pelo jornal como sendo uma fase essencial para o desenvolvimento perfeito do pós-matrimônio. Sua função seria fazer diminuir os atritos oriundos de uma falta de conhecimento sobre os aspectos que envolvem tal sacramento e das características pessoais do cônjuge escolhido[122]. Nesse sentido é que Frei Ambrósio, um dos colaboradores do jornal, em certa oportunidade escreveu:

> Os candidatos ao casamento devem conhecer os gênios, os sentimentos, as qualidades, os defeitos um do outro. Essa é a finalidade séria e nobre do namoro. Intercâmbio de ideias, modos de ver, planos para o futuro, etc. Com cautelas, precauções, dignidade, prudência e oração. Uma das primeiras e principais qualidades a serem examinadas, é a religião [...]. Se "discordarem quanto à religião, já terão o gérmen da desunião e da separação que fatalmente, infelicitará o lar.[123]

Verifica-se, portanto, que o discurso do jornal se articulou em torno da necessidade de se precaver contra todos os males que poderiam impedir ao livre desenvolvimento das relações matrimoniais. Para atingir tal objetivo, era preciso alertar aos leitores sobre a importância de preparem em todos os sentidos para assim caminharem rumo ao casamento. Esse seria o primeiro e decisivo passo em direção a uma vida familiar satisfatória.

Caso essa preparação não ocorresse, o casal não estaria munido de forças suficientes para enfrentar as adversidades do mundo moderno, dentre elas as atrativas manifestações

[122] AMBRÓSIO. Religião e Namoro. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 8 fev. 1959.
[123] AMBRÓSIO. Religião e Namoro. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 8 fev. 1959.

sexuais, que afetariam os corpos e incomodariam a paz familiar e social. Especificando os termos dessa formação para o casamento, o jornal enfocou a necessidade de se ministrar os ensinamentos religiosos. Como apontou o autor do texto acima citado, compartilhar de uma religião significaria também compartilhar de costumes e visões sobre a vida semelhantes. A doutrina religiosa forneceria aos indivíduos o cerne de uma formação ilibada, somente ela cumpriria com afinco esse papel. Faltando a religião, para o jornal, também faltaria a formação necessária ao casamento.

Para aqueles cuja convivência se tornou insuportável, Pe. Grings considerou que poderia haver uma separação parcial, em termos de leito e mesa. Em outras palavras, os cônjuges poderiam optar por dormirem e realizarem as suas refeições de modo separado, pois essas questões pertencem ao foro íntimo, não cabendo nem à Igreja nem à sociedade o direito de legislar sobre a mesma. No entanto, ele considerou que não seria legítimo que a separação de corpos se efetivasse através da separação habitacional, pois essa seria evidenciada publicamente, demonstrando para a sociedade a intenção de desfazer os laços matrimoniais.

A presença das testemunhas, por exemplo, passou a designar a publicidade do ato. Este seria um dos atributos mais importantes que envolvem o matrimônio, pois segundo o jornal o evento matrimonial interessaria a toda a humanidade e não somente aos cônjuges[124]. Assim, os cristãos historicamente foram retirando o casamento de sua característica primitiva. No entanto, o jornal procurou transmitir a ideia de que o cristianismo nunca conviveu com o casamento de características privativas, negligenciando a historicidade que marcou a passagem de um casamento realizado em âmbito privado, para aquele marcado pelas festividades públicas.

O *Lar Católico* assinalou os motivos que poderiam fazer do divórcio uma realidade palpável, condenando aqueles aos quais considerava mais levianos. As bases sobre as quais se assentava o casamento haviam se modificado ao longo do século XX. De fato, uma inversão foi realizada nas últimas décadas no que concernia à relação entre sexualidade e casamento. Se em tempos anteriores era a instituição matrimonial que concedia o acesso à atividade sexual, nas últimas décadas do século XX, o intercâmbio sexual é que passou a ser o motor da conjugalidade (BOZON, 2003). Logicamente, o jornal interpretou que esse fenômeno traria uma maior instabilidade para as relações conjugais, já que elas poderiam ser rompidas sob alegação da falta de compatibilidade sexual. Portanto, a importância atribuída ao sexo no

[124] GRINGS, T. Testemunhas do casamento. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 28 abr. 1974.

contexto do casamento poderia facilitar a dissolução do mesmo. Nesse sentido, a vida moderna parecia não estar mais em consonância com a eternidade de um vínculo conjugal.

Neste contexto, cabia ao jornal fazer a devida apologia ao amor conjugal espiritual, tentando demonstrar que a relação matrimonial não deveria se apoiar unicamente na atividade sexual. Dentre as representações que o jornal buscou construir sobre o divórcio, evidenciou-se aquela cujo teor era extremamente negativo: o divórcio como uma doença, uma chaga que contaminava toda a sociedade. Idealizado para conter as frustrações oriundas das relações afetivas, para o jornal, seria impossível para a lei divorcista sanar esse problema. Contrariamente ao pretendido por seus defensores, o divórcio, na concepção do *Lar Católico*, espalharia a libertinagem e o sofrimento.

Nesse sentido, o jornal culpou o excessivo culto às paixões carnais pelo rompimento de determinados relacionamentos (BOZON, 2003). A sexualidade adentrou ao discurso como um elemento desestabilizador das relações sociais, se tornando um entrave para a manutenção da família e do casamento. Deveria, portanto, ficar em segundo plano, funcionando como um aporte a uma união legalizada. Caso contrário, não seria uma sexualidade legítima, sendo passível de condenação e regulação através do discurso.

Segundo anunciou o jornal, os divorcistas alegavam que o divórcio não se tornaria uma prática generalizada, pois algumas normas restritivas acompanhariam a lei divorcista. Dentre tais regras, estariam a permissão concedida para que os consortes efetivassem o divórcio tendo cumprido cinco anos de separação e cada cidadão teria o direito de se divorciar por três vezes apenas. Com o objetivo de minimizar o impacto positivo que essas restrições trariam, o jornal alegou que uma vez rompida a lei de indissolubilidade, as outras leis menores seriam rapidamente diminuídas de acordo com a vontade e volúpia dos homens.

O discurso sobre o divórcio também buscou estabelecer representações sobre os amores nutridos pelas pessoas que adotavam esse caminho. Para esses indivíduos que não puderam suportar a infelicidade de uma vida compartilhada com alguém com quem já não se poderia conviver maritalmente, o jornal reservou uma consideração pouco favorável à qualidade do seu amor. O amor verdadeiro foi interpretado como sendo um sentimento que se fortalecia após o casamento e era regido pela abnegação, renúncia, sacrifício e compreensão e perdão dos deslizes do outro[125]. Aquele ou aquela que optava pelo divórcio não haveria conhecido, portanto, o amor cristão verdadeiro. Desejava desfrutar de um amor sem limites, sem entraves, um amor liberado, segundo as palavras do jornal. Logo, percebe-se que há uma

[125] VITOR, M. Por quê o divórcio? **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 22 jun. 1975.

tentativa de desqualificar o amor sentido e almejado por aqueles que defendiam a aplicação do divórcio como solução para a resolução dos problemas sentimentais e familiares.

Além de desqualificar o amor dos divorciados, o jornal articulou outros argumentos para comprovar a ineficiência social do divórcio. Dentre esses argumentos, destacam-se as consequências que o divórcio traria, na percepção do jornal, para as mulheres e crianças. As mulheres e as crianças apareceram no discurso da "boa imprensa", como as maiores vítimas produzidas pelo divórcio. Dialogando com uma representação de sociedade ainda baseada na valorização da força e da atuação masculina no espaço público, o jornal enunciava o possível desamparo ao qual estariam sujeitos esses personagens desprovidos da presença masculina. O trecho a seguir indica como o jornal interpretou a situação das crianças após a separação dos pais:

> Os pais com a procriação dos filhos assumem a obrigação imperiosa de educá-los, consagrar-lhes suas energias afetivas, guiá-los e prepará-los para a vida social. Não tem o direito de sacrificá-los ao seu egoísmo. Mas se os cônjuges se divorciam e contraem novos casamentos, os filhos perdem o contato continuo de um de seus genitores e são levados a lares estranhos, numa atmosfera deprimente de ódio da madrasta ou indiferença do padrasto, que lhes dificulta, se não impede, a expansão dos bons sentimentos.[126]

A leitura desse trecho permite identificar que o *Lar Católico* ajudou a consolidar representações negativas sobre os divorciados e as situações subsequentes à ruptura matrimonial. Ao classificar os indivíduos que aderiram ao divórcio como egoístas, afirmando que estes estariam desconsiderando o bem estar dos filhos e descumprindo as suas obrigações com a prole, o jornal buscou coibir o desejo divorcista que por ventura poderia aflorar nos indivíduos.

Além disso, ao semanário não lhe pareceu interessante defender as novas relações familiares que se articularam após um divórcio. No discurso, essas novas famílias foram consideradas como incapazes de atender às necessidades dos filhos. Outra característica evidente nesse discurso foi a representação altamente negativa que foi construída a partir da figura do padrasto e madrasta. Essas personagens, consideradas como intrusas à organização familiar original, foram destituídas de suas individualidades e abarcadas dentro de uma representação que lhes imputava um caráter demasiadamente pejorativo.

Considerando o divórcio como um fator de risco para os filhos, o jornal convocou um especialista em psicanálise para dar o seu parecer a respeito dos traumas que uma situação

[126] ALONSO, M. A. Retorno ao Divórcio. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 16 mar. 1975.

como esta poderia causar às crianças. Conceder a fala a um especialista sobre o tema concernia em mais uma estratégia que o *Lar Católico* empreendia para legitimar as suas posições frente ao seu público leitor.

Na entrevista, o psicanalista Romaiu Libermam ponderou que seria perfeitamente possível que o divórcio dos pais desencadeasse algum tipo de trauma nos filhos, mas que isso dependeria do modo como cada indivíduo supera os seus obstáculos, processando as suas dificuldades de modo satisfatório ou não. Ainda analisou que a primeira infância e a adolescência seriam momentos cruciais na formação da identidade individual, e por isso, seriam as fases nas quais os filhos sofreriam mais com o processo de separação. O neuropsicanalista advertiu que em muitas situações, as crianças e os adolescentes poderiam reagir melhor à morte de um dos pais que a uma eventual situação de afastamento, proporcionado por uma separação. Isso aconteceria, "pois no divórcio, a situação é muito diferente. Ambos os pais estão vivos; porém a imagem do que se afasta é desvalorizada pelo que fica. A criança terá muita dificuldade em se reconstruir, inspirando-se num modelo desacreditado."[127]. Logo, o parecer do especialista foi amplamente desfavorável ao divórcio.

Com o intuito de evidenciar para as mulheres os perigos da "intoxicação pelo veneno do divórcio", o jornal publicou um texto assinado por Frei Idelfonso Silveira, intitulado *A mulher divorciada*[128]. Utilizando-se do discurso pedagógico, o referido frei narrou a história de uma divorciada americana que sofreu preconceito em seu meio social por conta de sua condição. O autor prosseguiu com a sua argumentação, afirmando que sendo a mulher a autora ou a vitima do processo divorcista, ela nunca sairia ganhando com essa situação. Para a Igreja, a instabilidade do matrimônio representaria a derrocada do poder feminino, ao questionar a legitimidade das funções femininas no âmbito da família. Por conta disso, a posição social da mulher sairia mais afetada que a do homem (FAVERI, 2007).

Segundo o colaborador, sempre que uma lei que permitia a dissolubilidade matrimonial entrava em vigor, o fantasma do abandono pairava sobre a cabeça da mulher, pois ela teria que lidar com a constante incerteza a respeito do amor do marido. O perigo cresceria à medida que a idade avançasse e a mulher perdesse a mocidade, que há anos havia encantado o marido.

Caso a mulher tivesse, ela própria, requerido a separação, também não colheria resultados positivos. De acordo com o frei, em um casamento a mulher entraria com a sua juventude, beleza, virgindade e fecundidade, o que perderia com a dissolução do vínculo

[127] O DIVÓRCIO, fator de risco para os filhos. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 3 maio 1981.
[128] SILVEIRA, I. A mulher divorciada. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 17 ago. 1958.

matrimonial. Advertiu que muitas mulheres que recorreram ao divórcio se tornaram meretrizes ou se suicidaram. Para ele, portanto, a mulher que pretendia se emancipar seria extremamente sexualizada ou não estava preparada psicologicamente para enfrentar uma vida sem a tutela masculina. Em outras palavras, a mulher não teria a capacidade de coordenar as suas ações, seria um ser inferiorizado e frágil, que somente garantiria a sua sobrevivência ao lado de um homem

O frei ainda afirmou que homens e mulheres não eram iguais, sendo que o homem sairia do casamento com a sua autoridade mantida e a mulher não conseguiria resguardar a sua dignidade. Para ele, as diferenciações entre os dois sexos eram oriundas da natureza, portanto imutáveis e inquestionáveis: "o homem sempre será homem, com suas virtualidades típicas e a mulher será sempre mulher com seu coração para dedicar-se como esposa e amar como mãe."[129].

Nos anos 70, o jornal noticiou a realização de um congresso na França, cuja finalidade seria discutir a situação da mulher separada naquela sociedade. Ficou evidenciado no congresso que um dos maiores problemas da mulher divorciada seria a solidão moral e física. As discussões ocorreram a partir de três pontos: o apoio moral e espiritual que a Igreja estaria oferecendo a essas mulheres; o exemplo de vida que essas mulheres proporcionavam para os jovens, no sentido de alertá-los para a necessidade de uma preparação matrimonial efetiva e a necessidade de a Igreja não rejeitá-las. O texto esclareceu que a Igreja, naquele momento, se encontrava aberta para atender às demandas das mulheres divorciadas, sem, contudo, deixar de defender a indissolubilidade do matrimônio[130].

Ainda na década de 70, foi noticiado que a CNBB estava estudando as providências em favor da defesa da família, articulando-se em torno da reafirmação da indissolubilidade do matrimônio. Com isso, o jornal demonstrou que a Igreja não se encontrava paralisada diante das investidas dos políticos no sentido da aprovação de uma lei divorcista no país. Segundo o que foi evidenciado, os bispos pretendiam fazer com que alguns representantes viajassem para Brasília, de modo a encontrar com o presidente Geisel e defender perante ele a posição da Igreja Católica do Brasil. Nesse sentido, também haveria uma mobilização junto à opinião pública para alertá-la sobre os malefícios do divórcio.

A Igreja estava ciente do apelo político e do jogo de poder que tal questão ensejava, e por isso sabia das dificuldades que iria enfrentar nessa luta. No entanto, a Igreja não poderia se furtar da responsabilidade em torno da família. O trecho citado a seguir evidencia a força

[129] SILVEIRA, I. A mulher divorciada. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 17 ago. 1958.
[130] CONGRESSO reúne mulheres separadas na França. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.8, 4 ago. 1974.

que o projeto de proteção à família adquiriu dentro da Igreja, representando o eixo em torno do qual se articularam todos os discursos que foram emitidos e reformulados nas páginas do *Lar Católico*.

> A responsabilidade da Igreja Católica na promoção e defesa da família é missão evangélica e, por isso mesmo, a causa não é encarada segundo perspectivas menores e susceptíveis de ajustes e compromissos sobre uma instituição sagrada. Diante de eventual iniciativa no congresso brasileiro, a Igreja irá ao combate do projeto com base em fundamentos conhecidos e sólidos. E no centro de suas preocupações, e já no plano temporal, está a convicção de que a família enfraquecida pelo divórcio, não preencherá melhor o seu papel singular e agente de transmissão de códigos de convivência social. É através da ponte da família que o homem ingressa na sociedade, como parte de um todo psicossocial, com sua maracá de personalidade própria individual. Sem dúvida a crise da família é sinal grave da crise social que assola a sociedade ocidental, hoje cobrindo a extensão do mundo. É sinal, causa e efeito, da crise maior de valores que já não encontra no matrimônio indissolúvel o escrínio de preservação e transmissão. A dissolução do matrimônio seria indício de que a crise de valores teria também nos alcançado fundamente, pois o divórcio só iria acelerar uma evolução que cumpre estacar. Seguramente a família não sairá engrandecida e honrada com a aceitação, como inevitável, da dissolução do matrimônio. Esta legalizaria o erro e o estimularia.[131]

Apesar da oposição ferrenha da Igreja Católica, a emenda à Constituição de 1967 que permitia a dissolução do matrimônio foi aprovada em 1977 pelo Congresso Nacional. Mesmo diante desse fato, o *Lar Católico* não cessou de produzir discursos sobre os males sociais do divórcio, a fim de convencer os seus leitores a não aderirem a essa prática.

Em 1986, uma nova polêmica sobre o divórcio tomou conta das páginas da "boa imprensa". Assinada pelo jornalista Francisco Assis, a reportagem buscou informar aos leitores acerca de uma possível alteração na lei que permitia o divórcio no Brasil[132]. A proposta do senador Nelson Carneio previa a possibilidade de indivíduo divorciar-se por mais de uma vez, algo que até então não era permitido. O discurso do senador, mais uma vez, mobilizava a ideia de preservação da família, já que para Carneiro essa resolução diminuiria as uniões ilegítimas, assim como os filhos oriundos destas.

Tal como sucedeu nos debates dos anos 70, a Igreja pronunciou a sua oposição a respeito do tema, indicando que uma legislação como essa feria a sacralidade da união matrimonial. Consultado por Francisco Assis, o assessor da Pastoral Familiar da CNBB enfatizou que o divórcio não seria a solução para os problemas que envolviam os cônjuges. Para ele, as famílias deveriam se preparar, mantendo-se unidas, para superar todas as dificuldades impostas pelo contexto histórico vivenciado naquele momento. A preparação

[131] DEFESA da família. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 16 mar. 1975.
[132] ASSIS, F. O Matrimônio: Convivência a luz do Evangelho. **Lar Católico**. Juiz de Fora, p.12, 13 jan. 1986.

deveria começar no seio da família, ainda na primeira infância, e continuar na escola, espaço no qual há uma boa integração entre os sexos. Quando se aproximasse do momento de execução do sacramento, a preparação deve ser ainda mais vigorosa, contando com a participação da Igreja. Tal preparação forneceria ao casal a consciência necessária para a vida adulta a dois, abrangendo informações intelectuais sobre os aspectos básicos da doutrina católica, os aspectos biológicos e higiênicos, o compromisso sócio-político, a vida cristã, entre outros. O texto ainda evidenciou uma determinada misericórdia para com os divorciados que constituíram segunda família, contudo, sem dispensar o ideal de indissolubilidade[133].

Observando os textos publicados nos anos 80, é possível identificar certa complacência em relação aos divorciados. Nesse sentido, uma matéria publicada pelo *Lar Católico* esclareceu que o Papa João Paulo II não fazia objeção à participação dos divorciados no cotidiano da Igreja[134]. Ao considerar que o divorciado deveria ser perdoado, a Igreja o percebia enquanto um pecador, alguém que havia se desviado do caminho correto. Portanto, não há a condenação do pecador, mas sim do pecado, já que na mesma matéria pode-se encontrar a reafirmação do vínculo absoluto. Isso ocorre através da alegação de que todos os problemas conjugais deveriam ser resolvidos por meio do dialogo e do conhecimento mútuo, sendo a alternativa do divórcio, impensável.

Na década de 80, o divórcio já era uma realidade para muitos homens e mulheres. Observando essa tendência, o semanário esboçou um diagnóstico a respeito do modo como a sociedade receberia a mulher separada. Abandonadas por seus maridos ou pleiteantes do divórcio, as mulheres ainda eram vistas pelo jornal como as principais vítimas dessa prática. Caso fossem abandonadas, poderiam ser qualificadas como negligentes e incompreensivas. Caso fossem as pleiteantes, o jornal ponderou que a sociedade não teria dúvidas acerca da sua culpabilidade. Nota-se que o discurso do jornal, no tocante ao divórcio, se caracterizou por uma discriminação sexual, ao apontar a mulher como a vítima, a marginalizada e a possível pecadora. Havia a larga percepção de que os homens se reinseriam novamente na sociedade, muitos deles buscando por novas uniões, enquanto as mulheres ainda permaneceriam marginalizadas.

Porém, o *Lar Católico* tratou de esclarecer para o seu público leitor que se posicionava contra essa marginalização. Assim, aconselhou-os a não se afastarem das mulheres separadas, pois muitas delas ainda faziam parte da Igreja[135]. A Igreja deveria

---

[133] ASSIS, F. O Matrimônio: Convivência a luz do Evangelho. **Lar Católico**. Juiz de Fora, p.12, 13 jan. 1986.
[134] QUEIROZ, V. Casamento: questão de convivência. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.9, 19 maio 1985.
[135] UM MOVIMENTO cristão das mulheres separadas. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 15 nov. 1981.

também zelar por elas, assim como procedia em relação aos pobres, ambos considerados incapazes e desprotegidos, com poucas chances de subverterem a sua situação se a presença da Igreja. Uma vez inseridas na Igreja, a mulher separada teria uma possibilidade maior de recuperar a sua dignidade e se fazer presente novamente na sociedade.

Portanto, a Igreja procurou não fechar a porta para os divorciados. Ao contrário disso, seu objetivo era acolhê-los, porém sempre demarcando que haviam se desviado do caminho rumo à verdadeira felicidade, proporcionada pela família idealizada pelo catolicismo. Uma família nuclear, na qual o diálogo entre os dois gêneros fosse extremamente estabelecido para melhor gerenciar a prole. Tal família, sendo o discurso do jornal, estaria propensa a sucumbir diante da possibilidade divorcista.

4.4 A fecundidade: discursos sobre o controle de natalidade e as tecnologias reprodutivas

No que concerne ao tema da fecundação, esta dissertação está pautada na análise de duas questões, a saber: a introdução social dos métodos contraceptivos em meados do século XX e os discursos elaborados pela Igreja para normatizar a procriação humana e interditar o uso desses métodos. É preciso esclarecer que o recorte temporal estipulado compreende tanto o aparecimento da pílula anticoncepcional quanto a elaboração da encíclica *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), que se destinou especificamente a regular as questões referente à geração da vida humana. Nesse sentido, esses pontos devem ser percorridos com a finalidade de enfocar como o *Lar Católico* discorreu sobre a utilização de métodos anticoncepcionais e o controle de natalidade, evidenciando como a apropriação do discurso religioso oficial foi essencial para a formulação de suas apreciações sobre o tema.

De um modo geral, as instituições buscaram construir discursos que pudessem delinear e estabelecer o modo como a sociedade se relacionaria com os métodos que inibem temporariamente a concepção. Dentre tais instituições, destaca-se a Igreja Católica, historicamente produtora de um trabalho significativo a esse respeito, uma vez que se caracterizou por estipular verdades sobre a procriação que de alguma forma estiveram presentes no imaginário social.

De acordo com Pierucci, ao dispor de uma doutrina sobre a legitimidade dos meios anticoncepcionais, a Igreja Católica se comportava como uma instituição que se interpunha

entre os indivíduos e a sua prática sexual e reprodutiva (PIERUCCI, 1978). Assim, mesmo imersa em um contexto que demandava uma baixa fecundidade, a Igreja se manteve reticente em relação aos mecanismos que estavam disponíveis para reduzir os índices de natalidade. Em outras palavras, não houve, por parte do clero, a articulação de um discurso favorável ao uso dos métodos contraceptivos propostos pela ciência, ainda que essa instituição tivesse relativizado sua defesa à família numerosa.

Portanto, sua doutrina sobre a reprodução humana resultava na construção de discursos de orientação normativa, que visavam estipular um determinado comportamento em relação aos meios anticoncepcionais para os sujeitos. Ainda segundo esse pesquisador, a ritualização que revestiria esses discursos funcionava como uma estratégia de controle dos leigos, conquistando corações e mentes. Em meio a esse processo, era enfatizado que a transgressão ou a aceitação dessa doutrina acarretariam em recompensas ou punições. Logo, a história da reprodução humana também pode ser escrita através dos discursos clericais e do poder da Igreja Católica exerce ou exerceu nesse campo.

Historicamente, a contracepção sempre foi praticada como forma de regular os nascimentos considerados desnecessários. Pode-se concluir então que não se trata de uma iniciativa inaugurada pela modernidade. Sendo assim, o fato de a Igreja ter identificado a necessidade de mobilizar discursos para controlá-la e até mesmo extingui-la, também não é recente. Sabe-se que já na Idade Moderna a Igreja condenava o coito interrompido, prática que se tornou recorrente entre a população europeia e que engendrou uma profusão de discursos que visavam a controlá-la (LEERS, 1987).

De acordo com Flandrin, no século XVIII havia uma demanda por práticas contraceptivas. Assim, a Igreja orientava os padres a inquirirem seus fiéis, no momento da confissão, com o intuito de descobrir se eles empregavam tais práticas (FLANDRIN, 1986). Mas mesmo diante da pressão realizada pelos clérigos, novos métodos contraceptivos foram desenvolvidos ao longo da história. Nas primeiras décadas do século XX, já estava disseminada a prática das “tabelinhas”, que regulavam o período de fertilidade feminina. Logicamente, as possibilidades de contracepção se tornaram mais efetivas e bem sucessivas com a introdução da pílula anticoncepcional na segunda metade do século XX. A intervenção na reprodução utilizando métodos científicos começou a se tornar uma realidade para as mulheres a partir dos anos 60 e 70, representando mais uma etapa do processo histórico de regulação da prole (NUNES, 1994).

A introdução da pílula incidiu no discurso religioso e de certa forma pode se perceber que a encíclica *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) consistiu em uma reação à

disseminação desse método entre as mulheres. Um dos motivos que poderiam explicar a necessidade de utilizar essa tecnologia reprodutiva, mesmo diante das dúvidas que ela instigava sobre os efeitos causados na saúde feminina, seria o fato de o contexto histórico dos anos 50 e 60 não ser favorável ao crescimento da natalidade.

Tal contexto, indiretamente, questionava as bases da teoria católica sobre a sexualidade humana, pautada em uma relação entre o sexo e a reprodução. O discurso religioso, ao longo dos séculos, criou mecanismos para conferir naturalidade ao histórico vínculo que envolvia estes dois aspectos. Utilizando-se desse argumento, a Igreja acreditava dirimir as possibilidades de contestação a sua doutrina sexual, uma vez que algo que pertence à natureza não pode ser transformado pela ação humana. Assim, apresentando-se enquanto portadora das vontades divinas, que se evidenciavam para o mundo na forma de uma natureza imutável, a Igreja permanecia reticente em conceder sua permissão para a manipulação da mesma. É possível encontrar na encíclica *Humanae Vitae*, uma passagem na qual a referência a essa questão é muito clara:

> Nenhum fiel quererá negar que compete ao Magistério da Igreja interpretar também a lei moral natural. [...] os constituía guardas e intérpretes autênticos de toda a lei moral, ou seja, não só da lei evangélica, como também da natural, dado que ela é igualmente expressão da vontade divina e que a sua observância é do mesmo modo necessária para a salvação. (PAULO VI, 1968).

Foi no século XX que as descobertas científicas contribuíram para desarticular essa integração entre sexo e reprodução, questionando sua naturalidade. A princípio, observou-se que nem todo o ato sexual teria como consequência a fecundação. Em seguida, a ciência desenvolveu tecnologias capazes de regular o ciclo menstrual das mulheres, impedindo que a fecundação fosse realizada sem o consentimento feminino (a pílula).

Diante dessa situação, a Igreja se viu desafiada, tendo que realizar adaptações na sua doutrina, sem que essas denunciassem uma mudança muito radical em relação ao que anteriormente era proposto. Era necessário que o fiel apropriasse seu discurso, identificando que a manutenção da essência da doutrina cristã sobre o sexo estava associada à introdução de novos apontamentos sobre o encontro sexual dos casados. Assim, paulatinamente, novidades foram sendo arroladas nos discursos papais sobre o tema, dentre elas, aquela que admitiu a abstinência periódica para controlar a natalidade (OLIVEIRA SILVA, 2001). Em 1951, na alocução *Cartas às parteiras*, o Papa Pio XII admitiu os direitos dos casais católicos em espaçar o nascimento dos filhos, beneficiando-se do ciclo fértil natural feminino. Pela

primeira vez, abriu-se um precedente para o planejamento familiar, estabelecendo certa ambiguidade dentro da doutrina, já que a *Casti Connubii* (PIO XI, 1930) não havia caducado.

Anos mais tarde, a *Humanae Vitae* de Paulo VI (1968) referendou o que Pio XII já havia determinado em relação à separação entre o sexo e a reprodução, mas verificou a impossibilidade de que a regulação da prole fosse realizada através da utilização de tecnologias reprodutivas. Assim estava determinado por meio de documentos oficiais, que a Igreja enquanto instituição aceitava a existência de um prazer romântico entre os cônjuges que não acarretasse em geração de uma nova vida. Porém, estava sacramentada a oposição clerical ao uso de tecnologias que interferissem no que era descrito como natureza corporal feminina.

Retomando a questão do contexto histórico no qual a *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) estava inserida, antes de analisar mais propriamente a sua produção, observa-se que o mundo estava mergulhado em um questionamento fervoroso em relação à família numerosa. Assim, na década de 50, a teoria de Malthus foi resgatada, diante do medo das consequências de uma explosão demográfica. O temor gerado pela possibilidade de que um aumento populacional destoasse do desenvolvimento econômico e produtivo, fez com que muitos grupos defendessem a necessidade imediata de se separar a reprodução do sexo, desvinculando essas questões do discurso religioso. Para esses grupos, a abstinência sexual pregada por Pio XII parecia uma saída precária, sendo preciso mobilizar artifícios científicos mais seguros, dentre eles a pílula e o dispositivo intra-uterino. Nesse ponto, desagradaram profundamente à Igreja Católica.

A questão demográfica tomou conta entre os anos 50 e 60 em várias partes do mundo. A demanda por uma diminuição populacional emergiu naquele momento, pois, segundo Bernardino Leers, os índices de mortalidade infantil estavam em processo de queda desde o princípio do século XX. Este fator teria sido decisivo para que se verificasse uma eminente possibilidade de crescimento populacional. Com o aumento do número filhos vivos, as famílias tiveram que buscar alternativas para conter os nascimentos (LEERS, 1987). A nova realidade exigia um cuidado maior com o orçamento, já que a vida tornava-se cada vez mais cara no contexto das cidades. Cresciam também as necessidades da classe média, que precisava amparar em filhos no âmbito da educação e da saúde. Com o tempo, foi disseminada a representação segundo a qual somente os mais pobres teriam pouca consciência e insistiriam em manter famílias numerosas. Isso contribuiu para que a classe média optasse por gerar um número mais reduzido de filhos. Logo, a partir dos anos 60, muitos casais buscaram na ciência o apoio necessário para controlar a natalidade, para assim se

enquadrarem na situação econômica moderna que demandava uma redução de gastos com a prole (NUNES, 1994).

Porém, a necessidade de se conter um possível avanço populacional parecia mais evidente para os países que estavam em processo de desenvolvimento. Os países desenvolvidos alardearam uma explosão demográfica, que culminaria com a escassez de recursos naturais. Assim, suas instituições elaboraram projetos de controle de natalidade, tencionando conscientizar os mais pobres a respeito da necessidade de se limitar o contingente populacional para o bem do próprio planeta.

Havia uma pressão internacional para que as regiões mais pobres, dentre elas o Brasil, adotassem políticas de controle de natalidade. Diante desse contexto, os grupos se formaram em torna dessa discussão: os antinatalistas e os anticontrolistas (SOUZA JÚNIOR, 2006). Os antinatalistas propunham um programa de desenvolvimento para o país, que passaria pelo controle de natalidade. O outro grupo acreditava que o Brasil progrediria quando ocupasse todo o seu vasto território. A Igreja era partidária dessa concepção.

Embora a Igreja demonstrasse uma preocupação para com as questões sociais que afligiam a população, ela não poderia concordar com medidas tão radicais como aquelas propostas pelas agências internacionais que pretendiam trabalhar nos países pobres no sentido de controlar a natalidade. As alternativas pensadas por essas agências pareciam equivocadas na visão da Igreja, justamente porque envolviam a mobilização da fecundidade feminina, através de tecnologias reprodutivas.

Assim, Paulo VI fez sua ponderação sobre essa questão na encíclica *Humanae Vitae*:

> As mudanças que se verificaram foram efetivamente notáveis e de vários gêneros. Trata-se, antes de mais, do rápido desenvolvimento demográfico. Muitos são os que manifestam o receio de que a população mundial cresça mais rapidamente do que os recursos à sua disposição, com crescente angústia de tantas famílias e de povos em vias de desenvolvimento. De tal modo que é grande a tentação das Autoridades de contrapor a este perigo medidas radicais. Depois, as condições de trabalho e de habitação, do mesmo modo que as novas exigências, tanto no campo econômico como no da educação, não raro tornam hoje difícil manter convenientemente um número elevado de filhos. (PAULO VI, 1968).

Segundo Lucia Ribeiro, o episcopado brasileiro verificou a necessidade de se pronunciar sobre o tema da natalidade, a partir do momento em que houve a tentativa de organismos internacionais de implantarem no Brasil um programa em prol da redução das

taxas de natalidade (RIBEIRO, 1994). A Igreja se colocou contra essa iniciativa internacional de intervir na questão populacional brasileira, criticando as posições neomalthusianas[136].

Seguindo a mesma linha, diante da ameaça em relação à atuação dos organismos internacionais, o *Lar Católico* reiterou o seu discurso contrário à imposição dos métodos artificiais aos mais pobres. Nas suas páginas foi possível detectar a preocupação para com a possibilidade de que essas agências conseguissem de fato interferir na escolha do casal em relação ao número de filhos.

Em 1966, o jornal publicou um texto de autoria do colaborador Djalma Mariano, no qual ele noticiou que o governo brasileiro estava com a intenção de convidar técnicos norte-americanos para encabeçar uma campanha de controle de natalidade[137]. Advertiu que trabalhos nesse sentido estavam sendo realizados desde o final da Segunda Guerra Mundial em território americano, mobilizando milhares de dólares para "mostrar que é mais fácil diminuir a população mundial do que unir os homens para alimentar os povos subdesenvolvidos."[138].

O texto veiculado no jornal buscou argumentar que essa campanha seria desnecessária no contexto brasileiro, uma vez que o país contava com um grande território ainda não ocupado pela população brasileira. Além disso, o Brasil ainda poderia progredir muito em termos agrícolas, tendo a potencialidade de sustentar uma população numerosa. Portanto, o controle oficial da natalidade não precisaria ser empregado, caso o país aprendesse a distribuir suas riquezas entre o povo, com certa equidade. Além disso, na acepção do colaborador, tais campanhas funcionariam como estratégia dos governos mais abastados para se eximirem das responsabilidades para com os mais pobres.

Tal política contrária à natalidade pareceu uma afronta para o autor do artigo, uma vez que o Brasil disporia de recursos naturais, espaço e de um potencial de geração de riquezas, que não justificam semelhante postura. Percebe-se a articulação de uma argumentação para refutar os motivos apresentados em prol da instalação de um antinatalista no Brasil. Nesse caso, as condições em termos de natureza, territorialidade e riqueza foram mobilizadas para justificar a existência de possibilidades palpáveis para que o país pudesse abrigar qualquer contingente demográfico.

---

[136] Para Thomas Malthus, a população crescia em ritmo geométrico, enquanto que a produção de alimentos crescia em ritmo aritmético. No fim do século XVIII, ele advertiu que a falta de controle da natalidade era oriunda da falta de moral da população pobre. Baseado nesse discurso, um movimento neomalthusiano se organizou no pós Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de pressionar o Estado e a classe médica, no sentido de incentivaram políticas antinatalistas (SOUZA JÚNIOR, 2006).

[137] MARIANO, D. É impossível controlar a natalidade no Brasil. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 28 ago. 1966.

[138] MARIANO, D. É impossível controlar a natalidade no Brasil. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 28 ago. 1966.

Segundo ele, a Igreja havia relativizado a sua antiga doutrina em relação à prole, após o concílio Vaticano II, passando aceitar métodos naturais para o controle de natalidade. No entanto, isso não fez dela uma plena defensora desse controle, nem sequer favorável à adoção de uma política de Estado que se destine a tal finalidade.

Em certa oportunidade, o jornal classificou a busca pela limitação de filhos na qual a sociedade moderna havia mergulhado em diabólica[139]. Tal busca não estaria em consonância com o que determinaria a Igreja. Porém, isso não impedia que as famílias cristãs estivessem sendo contaminadas por esse pensamento em relação aos filhos. O jornal detectou que já nos cursos preparatórios para os noivos, estes eram alertados a respeito da existência de métodos que teriam por objetivo controlar os nascimentos. Houve uma condenação em relação ao modo de vida moderno, que privilegiaria a obtenção de determinado conforto material, que envolvia o desejo pelo consumo de determinados aparelhos eletrônicos, em detrimento da educação e manutenção de um número extensivo de filhos. Além desses fenômenos que corroíam a família, a utilização da pílula também já consistia em uma realidade para os solteiros, o que denunciava uma vida sexual pré-marital, contrária à doutrina cristã.

Quanto à questão do crescimento populacional, o jornal verificou que de fato as estatísticas demonstraram que a população mundial se expandia em um índice mais elevado que a produção de alimentos. Nesse sentido, essa se tornava uma questão a ser pensada em mais profundidade pela Igreja. Porém, mesmo preocupada com o destino da humanidade, ela alegava que não poderia concordar com as políticas adotadas por alguns países, que legislam sobre o número de filhos de um casal. Sobre esse assunto, na década de 60, o Papa Paulo VI ponderou que essa é uma decisão que caberia a cada casal em particular[140].

Foi seguindo a mesma linha argumentativa que D. Lucas abordou a questão da natalidade, tão cara à doutrina familiar católica. Considerou o crescimento demográfico bastante benéfico, mas ponderou que muitos nascimentos ocorriam em um contexto no qual não se levava em conta o conceito de paternidade responsável. A partir disso, se posicionou contrariamente àquelas instituições norte-americanas que prestavam serviços no sentido de distribuir métodos anticoncepcionais entre a população mais pobre. Por fim, concluiu que a Igreja considerava que as soluções propostas por essas agências "eram simplistas e unilaterais e pouco respeitosas das pessoas e pouco educativas em seus métodos."[141].

---

[139] CARVALHO, H. As tais pílulas. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 1, 27 mar. 1966.
[140] BOÉR, N. O Papa e o controle da natalidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 4, 21 maio 1967.
[141] NEVES, L. M. Problemas de Família no Brasil. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 25 ago. 1974.

Também houve uma veemente condenação em relação aos países desenvolvidos, que promoviam e divulgavam o uso dos anticoncepcionais em uma tentativa de se impedir o avanço da população e conter os conflitos sociais que, segundo eles, era oriundo de uma defasagem entre população e recurso. Entendeu-se que esses países estavam se eximindo de suas responsabilidades na área social das regiões menos desenvolvidas. Além disso, para o discurso religioso, os problemas econômicos nos países mais pobres não estavam atrelados ao tamanho de sua população, e sim na ganância, na injustiça e na ambição que se encontravam disseminadas pelo mundo[142].

Quando da publicação de encíclica *Mater et Magistra* (JOÃO XXIII, 1961), o mundo já se encontrava pressionado pela ideia da explosão demográfica. Mesmo diante desse contexto, o Papa João XXIII defendeu que o controle de natalidade não era a solução para os problemas da humanidade, apontando que a saída estava no desenvolvimento e na paz social (SOUZA JÚNIOR, 2006). Percebe-se que o discurso religioso, portanto, interpretou que a solução para os problemas sociais não residia no controle populacional, mas sim na disposição e capacidade de cada país de desenvolver os seus potenciais econômicos, distribuindo a riqueza equitativamente. Completando essa argumentação, os colaboradores do jornal ainda ponderaram um país como o Brasil não poderia restringir a sua população e sim fazer uso dela no trabalho produtivo[143].

Assim, de acordo com o que pode ser apurado através dos textos colhidos no jornal, a Igreja manteve um posicionamento crítico em relação ao controle de natalidade promovido pelo Estado com a ajuda de organismos internacionais. Na verdade, na década de 60, a Igreja continuou a valorizar o aspecto da fecundidade no âmbito do casamento. Isso fica evidente através da leitura da *Humanae Vitae*, na qual o Papa Paulo VI (1968) expôs toda a responsabilidade que envolvia a procriação e a educação dos filhos. Na mesma encíclica, ficou claro que o discurso clerical não mais enfatizava a necessidade de uma família numerosa, mas sim da família considerada possível pelos cônjuges. Nesse aspecto, o documento refletia uma tendência social a respeito da questão da fecundidade: a perda de valor da família numerosa (SOUZA JÚNIOR, 2006).

A partir dessa contextualização, fortaleceu-se na encíclica o conceito de paternidade responsável, que previa a autonomia do casal quanto à possibilidade de ministrar o nascimento dos filhos. Tal conceito, aliado ao ideal de amor conjugal, seria imprescindível para a manutenção da estabilização afetiva familiar. O amor conjugal seria essencial para que

[142] DUTRA, P. Pílula – 1. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 4, 29 set. 1968.
[143] QUITTY, D. Explosão Demográfica: Psicose! **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 20 out. 1974.

o casal unisse esforços na geração e educação de seus filhos. A paternidade responsável envolvia a utilização da razão, pois somente por razões graves seria permitido controlar os nascimentos, temporariamente, e sempre utilizando os métodos considerados naturais. Logo, os cônjuges deveriam em conjunto ponderar sobre o melhor momento de ter os filhos.

A vivência do amor conjugal acarretaria na procriação e educação dos filhos. Assim, ele seria o caminho para que os seres humanos pudessem realizar uma função que o discurso religioso acreditava ser primordial: a irradiação da vida. Assim, tanto o homem quanto a mulher deveriam estar conscientes dessa responsabilidade, reservando aos seus filhos todo acolhimento e condições necessários para uma vida plena.

Observando essa acepção que se formou em torno do amor conjugal, percebe-se que foi considerada na encíclica a dimensão carnal desse sentimento. Nesse sentido, a continência periódica não é apenas tolerável pela encíclica, mas também desfruta de algum respeito, na medida em que ajuda engrandecer o amor conjugal e a paternidade responsável. Este seria o único recurso não pecaminoso para colocar em prática o ideal de paternidade responsável. Nesse caso, não há a negação e a proibição de uma prática, mas a valorização e a positivação da mesma na relação sexual dos cônjuges (SOUZA JÚNIOR, 2006).

O jornal considerou que os pilares da vida matrimonial seriam o amor conjugal e a paternidade responsável[144]. Tais conceitos haviam sido trabalhados pela encíclica *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), que segundo o *Lar Católico* realçou uma visão global do homem no que se referia à sexualidade. A questão da natalidade se revelou enquanto um problema da vida humana, que envolvia não somente aspectos da biologia, mas também da psicologia, demografia e sociologia. Todos esses aspectos da vivência humana haviam sido levados em consideração pelo Papa Paulo VI ao elaborar a encíclica e determinar através da mesma que os aspectos da natureza humana que haviam sido legados por Deus não poderiam ser negligenciados.

Essa discussão sobre a paternidade responsável encontrou espaço no *Lar Católico* na década de 80. Sobre esse tema, pode-se destacar a reportagem assinada pela jornalista Desirèe Rabelo e cujo título era, justamente, *A Paternidade Responsável*. A matéria teve como foco uma entrevista realizada com o Dr. Evaldo D'Assumpção, médico e ex- coordenador do curso para noivos da arquidiocese de Belo Horizonte. O assunto principal que mobilizou o texto foi a estruturação da família no século XX, diante da ressignificação de antigos valores. Em meio a esse contexto, ele desenvolveu a sua percepção a respeito do conceito de paternidade

[144] GRINGS, T. Castidade Conjugal. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 1 dez. 1974.

responsável desenvolvido pela *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), ao discorrer sobre a questão da natalidade entre os casais mais jovens. Assim, ele definiu da seguinte maneira o conceito: "Paternidade responsável é a atitude assumida e mantida por um casal que se dispõe a ter filhos, respeitando suas próprias limitações organo-psíquico-sócio-econômicas, porém inseridos num profundo amor e grande milagre que é a vida"[145].

Assim, o que determina a essência desse conceito seria o fato de a procriação ter se transformado em uma questão que deveria ser discutida entre o casal. O que o conceito trouxe de novo foi justamente essa conjugação entre o número de filhos e a situação econômica e psicológica do casal. A preparação nesses dois setores, antes não discutida e valorizada, agora era entendida como primordial para se realizar a procriação.

A procriação pode ser interpretada como uma atividade histórica do homem, já que a percepção humana sobre ela se modifica ao longo do tempo e de acordo com o contexto. A situação da década de 80, e mesmo das décadas anteriores, em termos sociais e econômicos, não parecia mais favorável à família numerosa e a Igreja já tomava uma maior consciência a esse respeito. O conceito de paternidade responsável apareceu a partir do momento em que a instituição verificou a necessidade de relativizar o seu apego à família numerosa, pois ele já parecia não fazer mais sentido para muitos fiéis.

O artigo se esforçou para demonstrar que o casal deve, desde o princípio do relacionamento, colocar essa questão em discussão da procriação, definindo, segundo um consenso, o número de filhos. Tempos atrás, esse ponto jamais seria passível de discussão, na acepção do catolicismo, pois a regulação da prole não lhe parecia necessária, adquirindo até mesmo um aspecto de prática antinatural. O jovem casal deveria se preparar, como o faz em todos os âmbitos da sua vida, para ter e educar os filhos.

O entrevistado afirmou que ser perfeitamente compreensível que, diante da conjuntura econômica inflacionária vivenciada naqueles anos, existisse uma apreensão em relação os meios materiais que devem ser reunidos para a concepção de um filho[146]. No entanto, ele ponderou que muitos casais estão levando a atitude de controle de natalidade ao extremo, no que concerne a esse motivo, pretendendo ter mais recursos financeiros além que dos necessários para a geração e manutenção de uma nova vida. As atrocidades do mundo moderno, segundo ele, também serviriam de pretexto para a redução do número de filhos, o

[145] RABELO, D. Paternidade responsável: necessidade de uma família cristã. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 12, 30 dez. 1986.
[146] RABELO, D. Paternidade responsável: necessidade de uma família cristã. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 12, 30 dez. 1986.

que é um cuidado desnecessário, pois em épocas de maior violência, a humanidade não deixou de procriar.

Portanto, o médico ouvido pelo *Lar Católico* considerou excessivos os cuidados que os jovens casais tomavam naquele momento histórico, para regular o número de filhos. Para ele, a paternidade responsável não deveria tender para o radicalismo que residia na recusa de ter filhos. A fecundidade continua a ser um bem a ser defendido e valorizado, não podendo consistir em uma dimensão negligenciada pelo casal, ainda que ela não fosse exercida do mesmo modo que nos tempos anteriores.

De acordo com a opinião do médico entrevistado, os métodos contraceptivos "pílula, camisa de Venus, coito interrompido, DIU, o aborto, a ligadura das trompas, enfrentam cada uma a sua maneira limitações" e não são completamente seguros sendo mais eficazes os métodos contraceptivos naturais, que eram aprovados pela Igreja. Dentre tais métodos, destaca-se o da ovulação, que trabalha com baixa margem de erro. Percebe-se, portanto, como o jornal buscou apoiar o seu discurso deslegitimador dos métodos científicos, buscando amparo na autoridade científica do médico entrevistado. Dessa forma, o jornal optou por uma apreciação dos métodos naturais (continência periódica) em detrimento da utilização dos meios propostos pela ciência.

Essa valorização da continência periódica, tão evidenciada nas páginas do semanário, foi resultado de um processo histórico, que teve início com o Papa Pio XII, em 1954. Anteriormente, a doutrina católica se caracterizou por uma postura natalista. A encíclica *Casti Connubbi* (Pio XI, 1930), responsável por normatizar a conduta dos casados, manteve a postura desfavorável à anticoncepção (PIERUCCI, 1978). Definiu que a contracepção e a esterilização eram pecados contra a natureza e o aborto, um pecado contra a vida (SOUZA JÚNIOR, 2006). Em outras palavras, mantinha uma vinculação extrema entre a reprodução e sexualidade.

Quando D. Madalena publicou seus cadernos de aconselhamento aos noivos, cujo título era *Amor e Paz*, ainda não havia sido elaborada a encíclica *Humanae Vitae* (PAULOVI, 1968). Logo, seu discurso estava apoiado na encíclica anterior, a *Casti Connubii*, de Pio XI (1930). Segundo ela, tal encíclica

> [...] proclamou de novo solenemente a lei fundamental do ato e das relações conjugais, a saber que todo atentado dos esposos no cumprimento do ato conjugal ou no desenvolvimento de suas conseqüências naturais, tendo por objetivo privá-lo da energia que lhe é inerente e de impedir a procriação de uma nova existência _ é imoral, e que nenhuma indicação ou necessidade pode transformar uma ação intrinsecamente imoral em ato moral e lícito. Esta prescrição está em pleno vigor, hoje como ontem, e ainda o estará amanhã e sempre, porque não é um simples preceito do direito humano, mas expressão de uma lei natural e divina.[147]

Assim, Maria Madalena assume uma postura contrária a uma restrição sem motivos da procriação, tratando esse ato como imoral, longe das determinações divinas. Por atentar contra o princípio maior, que é o da criação e manutenção da vida, este ato sempre será considerado um crime, independente do contexto histórico. Mais uma vez, percebe-se que o discurso do papa se reveste de uma verdade sagrada e atemporal, nunca passível de contestação humana.

No entanto, em outro trecho do seu texto, Maria Madalena admite que existem momentos nos quais a lei e a providência podem consentir que determinados métodos sejam empregados para retardar a procriação. Nesse sentido, antecipou alguns dos pressupostos que estavam presentes na *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), uma vez que essa encíclica estipulou a validade dos métodos naturais para controlar a concepção. Ela enumera os dois motivos que poderiam justificar tal controle: dificuldades financeiras severas que impeçam aos os pais a concessão de condições minimamente razoáveis e vida para o filho e enfermidade grave que possa ser transmitida ao filho ou que inviabiliza a gravidez. Dona Madalena ainda ponderou que no primeiro caso, as dificuldades econômicas deveriam ser realmente graves, defendendo que "não é necessário que todos os nossos filhos sejam doutores. Se os pais conseguem fazer dos filhos bons cristãos, cidadãos úteis a coletividade, é o quanto basta."[148].

Para Maria Madalena, os métodos que impedem a concepção, considerado natural e aceito por Deus seria a Abstinência total ou periódica, de acordo com o motivo e a necessidade dos cônjuges. Para ela, uma forma de os cônjuges adotarem uma abstinência periódica eficaz é saber quando a mulher está em estado fértil. Para isso, ela cita estudos que demonstram que quando ocorre a liberação do óvulo, a temperatura da mulher tende a aumentar. Se os esposos medissem a temperatura regularmente, perceberiam as alterações e

---

[147] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.265.

[148] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.49.

assim poderiam decidir pelo melhor momento de manter relações. Isso valeria tanto para os casais que desejavam evitar quanto para aqueles que desejavam procriar.

O momento histórico já não parecia tão propício para um número ilimitado de filhos. A manutenção de uma família numerosa já parecia algo distante da realidade de muitos brasileiros que, inseridos em um modo de vida urbano e cada vez mais dinâmico e competitivo, não mais reuniam as devidas condições para realizar o projeto da Igreja. Como se comportariam então os casais que ainda ligados à palavra e à santidade do papa, não dispunham de uma condição econômica favorável; eis uma questão a ser resolvida.

Os novos tempos traziam com eles a consciência e a necessidade de pensar no futuro. Os mais esclarecidos buscavam, antes de criar uma nova vida, averiguar se tinham condições para tal. Se há a necessidade de controlar a natalidade, os casais que ainda estão filiados à Igreja, optam por utilizar os métodos que são permitidos por ela. Essa seria a melhor opção, já que o número elevado de filhos causaria muitas dificuldades. Foi o que aconteceu com um casal que escreveu para o *Intercâmbio com os Leitores*, no ano de 1968. A seguir, segue-se um trecho do que foi escrito por tal casal:

> Bom, até que a Igreja nos de a sua posição oficial sobre o assunto, nos decidimos pelo método da curva da temperatura, tão bem ensinado no livro Amor e Paz, pois foi esse o método que nos pareceu menos inofensivo na determinação do número e do ritmo de nascimentos no nosso lar.[149]

A partir disso, fica claro que foi a descoberta da infertilidade periódica (método Ogino e Knauss), o fator que fez renascer as discussões acerca da vinculação entre procriação e sexualidade. Como esse método encontrou aceitação em alguns grupos, o Papa Pio XII achou por bem regulá-lo por meio de uma alocução, mantendo a legitimidade da doutrina matrimonial e sexual especificada na encíclica de Pio XI (OLIVEIRA SILVA, 2001). Por esse motivo, D. Madalena o considerou como legítimo e o aconselhou para suas leitoras e seguidoras.

Portanto, foi dado o primeiro passo para que a Igreja considerasse definitivamente que o sexo e a reprodução faziam parte de esferas separadas. De alguma forma, a Igreja estava oferecendo a sua contribuição para que as novas representações sobre o sexo e a reprodução fossem desenvolvidas separadamente. O que contribuiu para que ao longo das décadas pesquisadas, a sexualidade tenha ganhado um valor por ela mesma, tornando a reprodução uma opção mais livre (RIBEIRO, 1994). Porém, como será evidenciada no próximo capítulo,

[149] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 3, 28 jul. 1968.

para o discurso católico, a única modalidade de sexualidade válida é aquela que se desenvolve no espaço do casamento. Quanto a isso, não será possível detectar mudanças significativas no discurso do jornal.

Assim, percebe-se que a desvinculação entre a procriação e o sexo não o libertou completamente das amarras discursivas que o haviam envolvido. A Igreja, por meio das diferenciações entre o método natural e as tecnologias reprodutivas, manteve sua tendência histórica de normatizar as condutas sexuais. No entanto, ela não esteve alheia à discussão que abarcava a introdução de métodos anticoncepcionais, assim como não se eximiu de dar o seu parecer sobre a questão da natalidade.

Nos anos 60, a discussão sobre as novas tecnologias reprodutivas tomaram conta da sociedade. Isso fez com que as últimas décadas do século XX se caracterizassem pela crescente medicalização no ramo da fecundidade (SOUZA JÚNIOR, 2006). No campo da disseminação desse método, ao observar o caso brasileiro, percebe-se a existência de algumas políticas populacionais dirigidas a camadas mais pobres da população já na década de 60. Mas não somente as mulheres desse segmento entraram em contato com os métodos anticoncepcionais, pois este também foi o caso de algumas mulheres da classe média (ROSA, 2009). Isso se deve à facilidade da entrada desses medicamentos no Brasil (SOUZA JÚNIOR, 2006). Nesse país, a pílula entrou em comercialização de forma legal nos anos 60, sendo distribuída gratuitamente para alguns setores populares.

Houve uma redução na taxa de natalidade entre as mulheres da classe média, mesmo não sendo elas o alvo das políticas governamentais e estrangeiras. O acesso dessas mulheres a esse método se deveu a uma questão de percepção da realidade social desfavorável a um número excessivo de filhos, relacionada à questão da cidadania (PEDRO, 2003a).

Mas naquele momento histórico, a pílula ainda não era uma unanimidade entre os especialistas, pois ainda não se poderia vislumbrar quais eram os perigos e os reais benefícios provocados por esses medicamentos na saúde da mulher. A imprensa leiga desse período oscilava entre a indicação e a contra-indicação do uso (SOUZA JÚNIOR, 2006). Esse fato pode ter provocado um sentimento de confusão nas mulheres. A falta de precisão com relação aos efeitos do método fizeram com que qualquer alteração desfavorável no organismo feminino fosse creditada ao uso da pílula.

O *Lar Católico* se aproveitou dessa indefinição a respeito dos efeitos causados pela utilização desse método contraceptivo para tecer as suas críticas em relação ao mesmo. As pílulas foram condenadas por alguns colaboradores como sendo elementos contrários à natureza, pois interromperiam o ciclo natural da fertilidade feminina. A sua utilização,

segundo o jornal, poderia trazer muitos malefícios para a saúde da mulher, o que consistiria em um castigo por essa mulher ter desafiado as leis divinas:

> Não se interrompe seu curso e não se ofendem seus direitos impunemente. Pílulas, ou injeções, ou quaisquer outros medicamentos usados para afrontar as sagradas leis da natureza, instrumento do poder de Deus, cedo ou tarde terão como castigo o cortejo de doenças incuráveis, agora, em parte, imprevisíveis, em parte já produzindo efeitos terríveis. A própria medicina está ainda tateando neste terreno duvidoso, e não garante as conseqüências de suas tremendas descobertas.[150]

Mesmo diante dessa indecisão a respeito da eficiência da pílula, muitos grupos de orientação feminista não concordavam com o descarte do seu uso. O que a segunda onda do movimento reivindicava era que a medicina realizasse pesquisas que pudessem culminar na comprovação da eficiência da pílula, ou do contrário, na descoberta de um método que garantisse a esterilização temporária.

Assim, a partir da segunda metade da década de 60, a pílula se torna um símbolo da emancipação feminina, com a possibilidade de uma liberação sexual. As possibilidades de mudança nesse aspecto se tornaram tão preocupantes para a Igreja. Isso por que muitos católicos não mais seguiam seus ditames a esse respeito e já faziam uso de tecnologias reprodutivas antes de a Igreja articular o seu posicionamento sobre o tema.

A Igreja Católica percebeu que sua influência sob o comportamento e as práticas cotidianas dos indivíduos vinha diminuindo sensivelmente nos últimos tempos. Esse fenômeno se devia possivelmente ao acelerado processo de modernização que tomava conta da sociedade, tornando-a cada vez mais secular. Nesse ponto, de certa forma, percebe-se a eficiência do fenômeno da secularização que teria "redimensionado o lugar da religião na contemporaneidade, que vai perdendo seu lugar de matriz significante das relações sociais, para assumir um status menos nobre, dividindo a produção de significado com outras instâncias." (SOUZA, 2006, p.37).

Porém, a Igreja não se deteve diante desse processo, pretendendo organizar-se para conceder uma resposta eficaz para a sociedade, no sentido de normatizar a questão do uso das tecnologias reprodutivas. Ela precisa reagir de alguma forma diante das mudanças nos padrões de reprodução humana, que naquele momento já envolviam as tecnologias reprodutivas.

---

[150] CARVALHO, H. As tais pílulas. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 1, 27 mar. 1966.

De acordo com Pierruci, durante séculos se manteve inalterada a doutrina do casamento, cuja principal finalidade seria a procriação. Tal questão só iria se modificar na década de 50, quando o Papa Pio XII admite a continência periódica como forma de espaçar os nascimentos. Logo, antes que essa doutrina viesse a sofrer tal alteração, a população convivia bem com ela, pois havia um comportamento reprodutivo fecundo, atrelado ao elevado índice de mortalidade infantil (PIERUCCI, 1978). Com a consolidação das relações capitalistas, principalmente no século XX, a população verificou uma contradição entre a doutrina católica e as práticas que a nova realidade lhe imputava. A mudança nos padrões de reprodução humana levou a população a pressionar o clero no sentido de legitimar as suas demandas.

Como consequência dessas reivindicações oriundas da modernidade, a Igreja legitimou a separação entre o sexo e a reprodução nos anos 50. No entanto, anos mais tarde, com o aparecimento das tecnologias reprodutivas, a continência periódica se tornou insuficiente para alguns, gerando novos debates e desafios para a oficialidade católica. De certo modo, a população começava a pressionar o clero, para que esse legitimasse as suas demandas reprodutivas, assim como o uso de determinados mecanismos anticoncepcionais. Tais demandas se orientavam no sentido do controle de natalidade, justificável a partir das dificuldades do homem moderno (PIERUCCI, 1978).

Assim a espera do mundo católico em relação ao posicionamento do papa sobre a pílula foi evidenciado pelo *Lar Católico*. Segundo o jornal, o fato de Paulo VI não ter se pronunciado a respeito do tema não significava que os católicos não teriam uma diretiva seguir. Na verdade, a comunidade católica deveria continuar se baseando no que foi determinado pelas encíclicas anteriores. Tais encíclicas, segundo o jornal ainda representavam aquilo que o discurso religioso classificaria como vontade divina. Assim, o texto procurou esclarecer que enquanto o papa não evidenciasse o posicionamento oficial da Igreja nesse sentido, nenhum padre teria a licença de permitir que os seus fiéis fizessem uso de tais medicamentos.

Antes da publicação da *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), o *Lar Católico* constatou a preocupação do mundo católico em relação à emissão da opinião papal sobre a utilização dos métodos anticoncepcionais com a finalidade de se diminuir a natalidade. Nesse sentido, o jornal divulgou que o Papa Paulo VI, ao participar do congresso do Centro Feminino Italiano, reafirmou os ensinamentos de Pio XII sobre essa questão[151]. No entanto,

[151] MARIANO D. Em que ponto estão os estudos sobre o controle da natalidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 17 abr. 1966.

admitiu que já haviam teólogos estudando um ponto específico sobre o sacramento matrimonial, que seria a vinculação entre a procriação e o amor dos cônjuges. Em outras palavras, a Igreja ainda seguia discutindo a respeito da articulação entre as duas funções da sexualidade, a reprodutiva e a afetiva. Assim, segundo o jornal, os católicos esperavam um posicionamento efetivo do papa, que se consubstanciara após o término de tais estudos teológicos, já que como o próprio jornal advertia, o método para o controle de natalidade aceito por Pio XII, não tinha seguridade garantida.

A matéria ainda considerou que nos primeiros anos, a pílula incitou controvérsias dentro do meio científico, pois ainda não era possível especificar com clareza os efeitos que a mesma causaria na saúde feminina[152]. Assim, a Igreja também se baseava nessa indecisão científica para embasar a sua condenação em relação à pílula, além de classificá-la como antinatural. No entanto, com o advento de novas pesquisas, os cientistas passaram a relativizar a ideia de que a pílula traria a esterilidade, por exemplo. No entanto, a Igreja continuou a considerá-la enquanto um medicamento perigoso, que interferia na naturalidade do corpo feminino, ainda que tenha se proposto a discuti-la mais profundamente.

Com o início do período conciliar, a doutrina matrimonial e reprodutiva começam a ser questionadas no seio da própria Igreja, assim como no conjunto da sociedade. Na Holanda, alguns bispos começam a se pronunciar a favor de que a utilização dos novos métodos anticoncepcionais fosse uma questão a ser discutida em âmbito particular e não pela Igreja (PIERUCCI, 1978). Em meio a esse debate sobre a postura da Igreja diante dessas inovações, o Papa João XXIII criou uma comissão para o estudo dos problemas da população, da família e da natalidade. Para compor essa comissão, designou três teólogos. Assim, alguns bispos holandeses demonstraram a sua preocupação no sentido de que essa comissão pudesse debater efetivamente essa questão.

Sabe-se que essa comissão havia sido articulada para oferecer para a Igreja um aprofundamento maior sobre o tema, que poderia ser apresentado após o final dos trabalhos conciliares para toda a sociedade. Porém, diante das divergências que o tema da natalidade ensejou dentro do clero, o Papa Paulo VI retirou essa discussão do concílio, alegando que aquele não era o espaço adequado para se tratar de uma questão tão polêmica. No entendimento de Paulo VI, a questão requeria de mais tempo para ser analisada mais detalhadamente. A atitude autoritária do papa fez com que o conflito de ideias permanecesse, revelando a incapacidade da Igreja de dar uma resposta direta e unânime naquele momento.

---

[152] MARIANO D. Em que ponto estão os estudos sobre o controle da natalidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 17 abr. 1966.

A fim de prosseguir com tal estudo fora do âmbito conciliar, Paulo VI aumentou o número de membros da comissão criada por João XIII, de 6 para 60. Assim, foram vários os especialistas escolhidos para compor essa comissão: teólogos, juristas, sociólogos, economistas, antropólogos, médicos, psicólogos, bispos e pais de família. Cada um desses especialistas ofereceria os seus apontamentos para contribuir para o andamento da discussão. A comissão ofereceria subsídios ao papa para que ele tomasse a sua decisão, deixando claro que este poderia acatar ou não as suas determinações. Paulo VI ainda advertiu a população que apesar de a Igreja estar discutindo o tema, isso não queria dizer que as resoluções dos papas anteriores deveriam ser esquecidas.

Assim, a mesma matéria anteriormente mencionada tratou de informar também sobre a criação dessa comissão a mando do Papa João XXIII, antes mesmo da realização do Concílio Vaticano II[153]. Segundo o texto, a princípio a comissão era composta por seis membros (três clérigos e três leigos). Com o passar do tempo, e com a atuação do novo Papa Paulo VI, a comissão foi abarcando um número cada vez maior de membros, chegando a comportar 75 no ano de 1966. Com o acréscimo de participantes, o jornal buscou esclarecer que a comissão se tornaria mais complexa, contando com a contribuição de cardeais, bispos, teólogos, médicos, psicólogos e sociólogos. Segundo o colaborador, tal comissão sempre manteve o papa informado a respeito das conclusões obtidas.

Porém, o papa parece não ter se afetado, mesmo quando as posições apresentadas pela comissão eram favoráveis à recomendação da utilização da pílula[154]. O *Lar Católico* especificou que para a presidência da tal comissão foi escolhido o cardeal Ottaviani, reconhecido pelo seu tradicionalismo e pelas suas concepções conservadoras acerca do tema. Entretanto, o jornal considerou que a parcialidade do referido cardeal não alteraria drasticamente as resoluções obtidas pela comissão, já que a comissão contava com a participação de integrantes adeptos à liberação da utilização da pílula. Através dessa afirmação, pode-se concluir que o tema não instigava o consenso entre o clero. O jornal advertiu que mesmo que a comissão obtivesse uma conclusão favorável em relação a esses métodos anticoncepcional, a última palavra seria do papa.

Em seu discurso, o papa teria considerado que após o Concílio Vaticano II, a doutrina católica matrimonial teria se alterado, pois a questão da procriação já não consistia no fim essencial do casamento, que agora também era analisado pelo catolicismo sob o prisma

[153] MARIANO D. Em que ponto estão os estudos sobre o controle da natalidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 17 abr. 1966.
[154] MARIANO D. Em que ponto estão os estudos sobre o controle da natalidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 17 abr. 1966.

do amor conjugal e da educação da prole[155]. O papa referendou a indissolubilidade matrimonial e a responsabilidade dos cristãos em relação à paternidade. Segundo ele, as condições sociais e econômicas do mundo moderno não justificariam o egoísmo e a preocupação excessiva em relação ao número de filhos. Porém, as novas condições demandavam uma maior consciência no tocante à transmissão da vida, principalmente em termos educativos[156].

A matéria terminou advertindo aos leitores que o fato de a Igreja estar estudando e examinando os problemas científicos e morais do problema da natalidade não significaria que os casais católicos deveriam rever totalmente as suas posições e aceitar como válidas as campanhas que visavam a diminuir a natalidade. O catolicismo acreditava que havia um jogo de interesse e um egoísmo por trás dessas campanhas, que se instalaram tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos desenvolvidos. A Igreja se posicionava contrariamente à atuação dos órgãos que encabeçavam essas campanhas de controle de natalidade, pois defendia que a decisão do número de filhos pertencia ao casal e não ao Estado. Sobre essa questão, assim definiu o semanário:

> Se a Igreja não insiste em que os cônjuges católicos sejam obrigados a ter quantos filhos possam ter, lembra, contudo, a responsabilidade que lhes incumbe em saber quantos e quando os possam ter. Enquanto a ciência não se pronunciar definitivamente sobre as últimas descobertas para a limitação de filhos, dando aos teólogos uma base para afirmar até que ponto podem elas atingir a moralidade de seu uso, continuam válidos os métodos que, desde Pio XII, foram permitidos aos católicos usarem moralmente, isto é, os chamados de continência periódica.[157]

Sabe-se que algum tempo depois da publicação dessa matéria no semanário, tal comissão organizada no sentido de estudar as questões que circundavam a reprodução humana havia chegado a uma resolução. Em 1966, o relatório da comissão aprovado pela maioria foi entregue a Paulo VI. Segundo constava no texto, a comissão havia chegado à conclusão de que caberia à Igreja apenas orientar os seus fiéis sobre o sentido do amor conjugal. O casal teria a responsabilidade de escolher o número de filhos que desejaria ter, planejando a família e elegendo o melhor método anticoncepcional a ser utilizado para o casal (PAULO VI, 1968).

---

[155] MARIANO D. Em que ponto estão os estudos sobre o controle da natalidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 17 abr. 1966.
[156] MARIANO D. Em que ponto estão os estudos sobre o controle da natalidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 17 abr. 1966.
[157] MARIANO D. Em que ponto estão os estudos sobre o controle da natalidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 17 abr. 1966.

Percebe-se que parte do clero estaria disposto a aceitar o uso de determinados meios anticoncepcionais em nome das novas demandas criadas pela sociedade moderna. Porém, outra parcela desejava manter a doutrina tradicional. Nesse sentido, a encíclica *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) pode ser considerada como a materialização de um discurso que visava a reforçar a doutrina mais tradicionalista. Tratava-se de um texto autoritário, afinal Paulo VI parece não ter ouvido a conclusão da comissão por ele designada, e também conservador, na medida em que se mantém a condenação a todo método anticoncepcional que não estive de acordo com a natureza. Assim, o documento se demonstrava contrário ao que ansiava o laicato e por vezes até mesmo clero dos países mais desenvolvidos.

Publicada no ano de 1968, a *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), encíclica que se dedicou a tratar da transmissão da vida humana e do amor conjugal que envolveria esse ato, consistiu em um produto o Concílio Vaticano II. Suas discussões se iniciaram no período conciliar e se estenderam por alguns anos dentro da referida comissão especializada. A demora para a tomada de decisão pode ser explicada pela dificuldade intrínseca ao tema. A comissão, assim como o clero, precisaria lidar com interesses e visões de mundo diversas. Se por um lado havia uma parcela da população ansiosa por ouvir uma palavra positiva do papa sobre a utilização das tecnologias reprodutivas, por outro a Igreja ainda contava com um público tradicional no tocante a esse aspecto. Contribuindo para que o tradicionalismo preponderasse estava a dificuldade em rever completamente a doutrina anterior e instaurar uma nova, que permitisse ao homem interferir na natureza, transformando o comportamento do corpo feminino.

Assim, o conteúdo da encíclica revelaria a tomada de posição do papa no que diz respeito à pílula anticoncepcional. A questão da explosão demográfica aliada às dificuldades econômicas da vida moderna e urbanizada fizeram com que muitos setores laicos percebessem esse medicamento como a solução para esses problemas. A solução que a Igreja apresentou para essa questão passou longe da defesa dos anticoncepcionais. Segundo a *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) era preciso que a ciência se empenhasse em tornar o método do ritmo, mais seguro, especificando melhor quais são os períodos de fertilidade da mulher. Fora disso, todos os outros meios de se evitar os nascimentos são considerados artificiais, portanto contrários às leis divinas.

A encíclica, portanto, manteve a postura tradicional da Igreja nesse sentido, mobilizando o conceito de natureza, que segundo o discurso religioso, seria uma dádiva divina. Como a natureza advém da divindade, a subversão da natureza empreendida pelos homens é altamente condenável. É nesse sentido que o papa dividiu os métodos artificiais

(criados em laboratório pelo homem) e os métodos naturais (a observância dos ciclos de fertilidade feminina, que são oriundos da movimentação corpórea desse sexo, no qual não se pode intervir). Como é justamente essa preservação da natureza corpórea do sexo feminino que a Igreja queria defender, ela apenas admitiu os métodos naturais fossem mobilizados para se espaçar os nascimentos.

A *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) tolhia a utilização dos métodos artificiais por considerar que engendrariam consequências no plano da sexualidade. A Igreja temia que se consentisse o uso desses métodos para os seus fiéis, estaria também negligenciando a sua doutrina sexual e acreditava que se permitisse a ruptura completa entre o sexo e a reprodução, através das tecnologias reprodutivas, não haveria mais como resguardar o sexo saudável, protegendo-o das tentações. Desse modo, não há como duvidar que a *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) consiste em uma tentativa de reforçar a ideia de que a atividade sexual deveria ocorrer dentro do casamento. Nesse sentido, "o respeito pela integridade do ato sexual (que não impede o seu exercício nos períodos naturalmente infecundos) fez com que o papa mantivesse a Encíclica a doutrina tradicional, embora enfatizando também mais do que antes, outros aspectos do matrimonio, como o próprio amor."[158].

Portanto, retorna-se ao pressuposto de que todas as tentativas da Igreja de normatizar as práticas humanas fazem parte de um projeto que visaria a ordenar a sociedade através da proteção da unidade familiar. A possibilidade de que formas de sexualidade fossem realizadas fora do sacramento matrimonial representaria uma ameaça para a organização social desejada pela Igreja. É nesse sentido que Paulo VI considerou que os métodos anticoncepcionais seriam o caminho mais fácil para a infidelidade conjugal e degradação da moralidade (PAULO VI, 1968).

O próprio *Lar Católico* reconheceu que o Concílio Vaticano II assim como a *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) eram sensíveis às dificuldades da vida moderna, o que de certa forma justificaria a regulação dos nascimentos provisoriamente. Porém, a introdução de métodos anticoncepcionais poderia acarretar em uma sexualização exacerbada, que levaria o homem (naturalmente propenso a excitações sexuais) a cometer infidelidades e a desvirtuar a vida familiar e dos filhos[159]. Para o jornal, a introdução dos métodos anticoncepcionais havia sido decisiva para a desvinculação entre o casamento e a sexualidade na sociedade secular, corrompendo a idealização católica. Antes de serem desenvolvidas tais tecnologias, o medo de uma gravidez indesejada contribuía para que os indivíduos domassem os seus impulsos

[158] BARBOSA, M. O papa e a pílula. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 1 dez. 1968.
[159] DUTRA, P. Pílulas II. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 3, 6 out. 1968.

sexuais antes do casamento[160]. O jornal entendeu que a pílula era um elemento facilitador dos encontros sexuais alheios ao casamento, representando uma ameaça para o mesmo.

Para o *Lar Católico*, a encíclica havia corroborado com o que já havia sido definido pelo Vaticano II no plano do matrimônio. Tal concílio havia considerado que o instinto do matrimônio, alimentado pelo amor entre os cônjuges, estava ordenado por sua índole natural, à procriação e educação dos filhos. Percebe-se que o discurso religioso procurou sempre reforçar a ideia de que existia uma natureza que conduzia as atitudes humanas, da qual o homem não poderia prescindir, muito menos se rebelar. Considerando que haveria finalidades mais elevadas para o matrimônio, como a afetividade conjugal e os filhos, o amor entre os esposos deveria superar a inclinação erótica, que revelava um egoísmo individual[161]. Verifica-se que o concílio foi mobilizado como um acontecimento exemplar na história da Igreja, funcionando como um legitimador dos discursos sobre procriação, matrimônio e sexualidade, que foram pronunciados e elaborados durante o seu acontecimento.

Além disso, no texto transparecia o receio de que o homem, ao habituar-se ao uso das práticas anticoncepcionais, pudesse por perder o respeito pela mulher. Acreditava-se que, caso o homem obrigasse a mulher a fazer uso dos métodos anticoncepcionais propostos pela ciência, ele poderia colocar em risco o equilíbrio físico e psicológico da mesma, sem se importar com as consequências. Seguindo essa linha de raciocínio, rapidamente a mulher passaria a ser considerada como instrumento de um prazer egoísta, perdendo a sua dignidade enquanto companheira respeitada e amada (PAULO VI, 1968). A *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), portanto, ainda preservava um ideal de dignidade feminina atrelada ao consentimento e percepção que o homem desenvolveria sobre ela.

A encíclica *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) provocou longas discussões nas páginas do *Lar Católico*, ao longo dos anos 60. Segundo o jornal, não houve uma encíclica que tenha sido tão debatida, sofrendo aprovações e condenações. Imersa em um mundo já midiático, a Igreja viu os seus documentos serem interpretados por várias agências jornalísticas do mundo, não tendo controle sobre os diferentes discursos que ressignificavam o seu próprio discurso. Nesse sentido, os vários segmentos (clérigos e leigos ligados aos movimentos da Igreja) não encontraram alternativa a não ser reiterar as ponderações papais acerca do uso dos anticoncepcionais, por meio de sua própria imprensa. Para essa tarefa, ela contou com a cooperação do *Lar Católico.*

[160] GRINGS, T. Experiências pré-nupciais. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 24 mar. 1974.
[161] DUTRA, P. Pílulas II. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 3, 6 out. 1968.

O jornal constatou que essa encíclica havia causado uma grande consternação entre a população mundial, já que o papa frustrou muitas expectativas, quando depois de quatro anos de estudos da comissão, decidiu manter a postura tradicional da Igreja. A sua publicação, contextualizada em um mundo que permite a liberdade de expressão, causou polêmicas, sendo alvo de condenações e aprovações.162 Assim, cita-se que no seio da própria Igreja houve quem se pronunciasse contrariamente às resoluções papais.

Percebe-se através dos textos publicados pelo jornal, que a Igreja Católica no Brasil, logicamente, se colocou ao lado do papa. Isso porque um dos seus órgãos mais representativos, a CNBB fez uma campanha a favor da encíclica, atentando para observância da autoridade papal. Havia uma preocupação para com a manutenção de uma teologia do matrimônio, com o controle de políticas que pregavam a restrição de natalidade a qualquer custo no país e com a valorização de uma civilização que não se pautasse em valores hedonistas e eróticos (CARVALHO, 2003).

A *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) apareceu nas páginas do jornal, através das palavras dos seus eventuais colaboradores, que de um modo geral, procederam a uma defesa do que foi estipulado por Paulo VI. A intenção era dirimir os conflitos que sobrevieram após a publicação dessa encíclica. O jornal divulgou uma notícia segundo a qual determinada pesquisa foi realizada em farmácias, com o intuito de verificar a repercussão da divulgação da *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968). Tal pesquisa chegou à conclusão de que não houve nenhuma alteração na porcentagem de vendas da pílula. Isso demonstrou que, para o desagrado de D. Marcus Barbosa, autor do artigo, uma parte significativa da população não obedecia mais ao papa quando o assunto se referia à concepção, já que seguiam fazendo uso da pílula. Isso de algum modo demonstrou que muitas vezes a moral católica clerical não corresponderia à leiga (PIERUCCI, 1978).

Mesmo diante desse fenômeno, D. Marcus ponderou que a discussão em torno da divulgação da encíclica tomou conta da imprensa mundial, que cuidava de demonstrar o quanto o papa e a Igreja Católica continuavam conservadores no âmbito da sexualidade humana. D. Marcus afirmou que mesmo que a Igreja tenha se aberto no sentido de tentar entender as necessidades econômicas e sociais dos homens e dialogar com as demais religiões cristãs, isso não queria dizer que essa instituição iria abandonar a sua doutrina, deixando-se levar unicamente pelo desejo dos homens. Assim, o papa tomou a resolução que o elaborador do artigo considerou como a mais adequada: negligenciou o parecer da comissão organizada

[162] DUTRA, P. Pílulas II. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 3, 6 out. 1968

por ele para debater o tema e se opôs ao desejo dos que queriam facilidades. Assim, "declara o papa que não é lícito separar, de modo artificial, o que Deus uniu: a manifestação do amor e a transmissão da vida."[163].

O artigo ainda defendeu a infalibilidade papal, advertindo que os que não coadunassem com as suas resoluções, contestando a autoridade que lhe foi outorgada pela própria divindade, que deixassem de ser fiéis. O papa deveria demonstrar, como o fez Paulo VI (1968), quando da publicação da *Humanae Vitae*, que ele é um autêntico descendente de Pedro, a Pedra fundamental da Igreja.

Em "Controle da natalidade no contexto da vida", outro artigo publicado sobre o tema, Pe. Tadeu Grings, colaborador do *Lar Católico*, também apontou para o fato de muitos católicos não estarem levando em consideração o que o discurso da *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) havia estipulado como verdade. Segundo ele, esses fiéis, apesar de estarem dispostos a seguir as determinações do papa acerca do controle de natalidade, não conseguirem implantar essas práticas, devido às circunstâncias econômicas, sociais e emocionais[164].

Há uma unanimidade nas matérias publicadas de que a *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968) consistiu em uma encíclica bastante impopular. Porém, enquanto alguns textos exigiam a sua aplicação efetiva, não atentando para as demandas dos casais envolvidos, outros demonstram um pouco mais de sensibilidade em relação à adoção da palavra papal.

É justamente nesse campo que se incluiu o texto de Tadeu Grings. Ele valorizou a coragem e a atitude de Paulo VI de se pronunciar a respeito de um assunto tão controverso, e ao mesmo tempo, essencial para a vida cristã. No entanto, advertiu que a época vivenciada trazia muitas dificuldades de ordem econômica para as famílias, o que limitava o projeto de uma família numerosa. Nesse sentido, seria bastante compreensível que um casal despossuído optasse esperar por dias melhores, antes de colocar no mundo uma vida, da qual não poderia zelar.

Como já foi dito, a encíclica admitia o controle dos nascimentos, desde que fossem mobilizados para isso recursos naturais. Mas Tadeu Grings considerou que os métodos naturais eram imprecisos. Por isso ele assinalou para a necessidade de que a ciência realizasse mais pesquisas, com a finalidade de precisar melhor o período infértil da mulher, para que assim o casal se sentisse mais seguro[165]. A pílula, o método artificial que engendrou o

[163] BARBOSA, M. O papa e a pílula. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 1 dez. 1968
[164] GRINGS, T. O controle de natalidade no contexto da vida. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 15 set. 1968.
[165] GRINGS, T. O controle de natalidade no contexto da vida. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 15 set. 1968.

pronunciamento de Paulo VI, também foi vista com muitas ressalvas por Grings, que considerou a incapacidade da ciência em esclarecer os reais efeitos que medicamento produzia no organismo feminino.

Segundo Grings, o discurso da encíclica defendia um ideal de comportamento para os cristãos, que a partir da emissão do documento, saberiam o que Deus considerava como certo e errado. Mas o homem, envolvido em suas necessidades profanas, por mais que buscasse e quisesse a perfeição, acabava por pecar. Assim, ele compreendeu que os casais queriam ouvir as palavras do papa, porém nem todos disporiam da força necessária para seguir o caminho certo. Estes deveriam ser perdoados dos pecados e perseverar, continuando na busca da perfeição indicada por Paulo VI. Dessa forma, ele evidenciou suas conclusões sobre as funções da Igreja e do papa naqueles tempos:

> A Igreja de Hoje, diante dos múltiplos problemas da humanidade que atingem profundamente as almas, sente-se na necessidade de tomar posições, definir conceitos, assumir atitudes. A sua missão de orientadora, educadora torna-se nos nossos tempos, uma missão difícil, mas urgente. Compete a Paulo VI esta tarefa em si nobre, mas não tão popular, pois vai contrariar muitas mentalidades às vezes deturpadas pelas circunstâncias e muitas consciências desorientadas diante da evolução e revolução da ciência.[166]

Percebe-se que o Padre Tadeu Grings, apesar de concordar com Paulo VI, verificou a necessidade de perdoar e compreender aqueles que utilizavam dos métodos artificiais para conter a concepção. Sua postura mais maleável pouco contribuiria para uma interiorização eficaz da obrigação de se combater a utilização desses meios. Posturas como essa foram raras nas páginas do semanário, que se caracterizou por fazer forte oposição aos métodos anticoncepcionais.

Para o *Lar Católico* nenhum argumento em favor da utilização de qualquer meio anticoncepcional poderia ser considerado legítimo. Nesse sentido, seria injustificável que para debelar as práticas abortivas, por exemplo, as tecnologias reprodutivas fossem apontadas como um caminho viável. Logo, de acordo com um texto publicado no *Lar Católico*, existiria uma profunda ambiguidade entre ser contrário ao aborto e ser favorável a métodos anticoncepcionais. Ambos seriam contrários à natureza e impediriam a vinda de um novo ser ao mundo.

Além da pílula, o dispositivo intra-uterino (DIU) foi condenado pelo *Lar Católico*, principalmente devido ao seu princípio ativo, que seria o de expulsar o óvulo fecundado do

---

[166] DUTRA, P. Pílulas II. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 3, 6 out. 1968.

útero. Para o jornal, esse método era essencialmente abortivo e não deveria ser utilizado pelos fiéis. Para corroborar sua postura, o jornal mobilizou opiniões médicas que comprovavam a qualidade abortiva do DIU[167].

A partir disso, pode-se concluir que o jornal adotou uma postura favorável à *Humanae Vitae*, seguindo o exemplo de condenação aos métodos artificiais, a exemplo de Paulo VI (1968). Mas a família que se moldava nos anos 60 já vinha marcada pela influência das tendências antinatalistas, que colocavam os métodos anticoncepcionais como um caminho viável para a redução da natalidade. Não havia mais contexto social favorável para a proliferação da família numerosa, que anteriormente era defendida e a partir daquele período foi relativizada pelo jornal. Quanto a esse fato, o jornal não verificou nenhuma necessidade de articular um discurso que tivesse por objetivos ensejar uma reversão na conduta dos seus leitores.

Esse fenômeno não pode ser constatado no que concernia ao tema que envolvia os anticoncepcionais. A utilização dos mesmos, na concepção do jornal, deveria ser normatizada, uma vez que os problemas advindos da separação entre sexualidade e procriação e sexualidade e casamento poderiam afetar as relações e a organização familiar.

[167] QUITTY, D. Explosão Demográfica: Psicose! **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 20 out. 1974.

5 O CONTROLE DO CORPO: DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE, A BOA APARÊNCIA E O ABORTO

Na atualidade, percebe-se uma tentativa de se desvencilhar de um dualismo hierárquico que valorizava a mente e o espírito em detrimento do corpo. Além disso, a percepção do corpo como um campo de disputa de controle e poder conferiu a ele uma importância social considerável. Essa mudança de perspectiva foi incitada pelas últimas gerações acadêmicas que, após os movimentos da contracultura dos anos 60 e do feminismo nos anos 70, começaram a voltar as suas atenções para a questão do corpo (POTER, 1992). Os novos estudos sobre essa temática tiveram por objetivo não somente entender aspectos acerca das relações de gênero, mas também como o corpo interfere no mundo do trabalho, nas questões religiosas, na economia, dentre outras dimensões da vivência humana.

O corpo não deve ser entendido com uma entidade que permanece inalterada ao longo dos tempos e em todas as culturais. Tampouco deve ser percebido como uma instância inscrita apenas em seu aspecto biológico como referência natural oferecida ao homem. Antes de tudo problematizar a naturalidade do corpo, inserindo-o dentro de uma historicidade, permitiria entendê-lo como uma categoria que não está imune à cultura humana. Assim, o corpo é desenhado e construído através de discursos que são alterados pelo decorrer dos acontecimentos e das vivências humanas. Portanto, o estudo do corpo não comporta somente a análise das condições físicas por ele apresentadas, mas também os discursos que ele suscita e que acabam por construir diferentes representações sobre o mesmo (POTER, 1992).

Durante algum tempo, a tradição católica considerou o corpo como inferior às faculdades mentais, qualidade da qual derivaria sua fraqueza. Logo, seus delitos e transgressões poderiam ser mais facilmente perdoados que as transgressões da mente. No entanto, também as transgressões corpóreas deveriam ser verificadas e controladas pela religião, uma vez que os seus excessos poderiam se converter em pecados (POTER, 1992) (comida, bebida, sexo e violência demasiados não deixariam somente suas marcas no corpo, mas também afetariam a alma e a integridade humana).

Assim, proliferam desde a Idade Moderna os manuais de comportamento elaborados por segmentos católicos, que teriam por finalidade submeter os corpos à decência estipulada por esses grupos. Esses manuais de certa forma resistiram ao tempo e produziram seus herdeiros no século XX, como foi o caso do livro escrito por Maria Madalena Ribeiro de

Oliveira[168]. Nesse livro, destinado aos seus leitores e alunos, a conselheira especificava os comportamentos e posições sexuais dos casados, descrevendo ainda os corpos e suas sensações.

Assim, no final da década de 50, Maria Madalena Ribeiro de Oliveira compilou uma relação de textos de sua autoria que eram discutidos nos círculos de formação familiar da Ação Católica de Juiz de Fora. Dessa reunião surgiu o livro *Amor e Paz*, que desde então foi lido e comentado no *Intercâmbio com os Leitores.*

Dona Madalena informou que o seu livro foi idealizado com o objetivo de suprir as lacunas que foram deixadas em termos de educação sexual e matrimonial, na infância e adolescência de seus leitores. O primeiro volume é destinado a instrumentalizar os pais, orientando-os no sentido de ministrarem os conhecimentos necessários que seus filhos devem adquirir em cada idade específica acerca do comportamento sexual, no que se refere a sua relação com o próprio corpo, ou mesmo a relação com o sexo oposto. O segundo volume visava a regular diretamente a vida sexual e matrimonial dos leitores, com Dona Madalena se dedicando a destrinchar as anatomias feminina e masculina, especificando quais eram as práticas adotadas durante o ato sexual mais recomendadas pela religião. Tal como determina Foucault, D. Madalena falou sobre o sexo, propôs um discurso sexual baseado na doutrina cristã, que visava a estabelecer um padrão das condutas sexuais de suas leitoras.

De acordo com ela, os órgãos sexuais deveriam ser conservados, com os pais tomando cuidado para que as crianças não entrassem em contato com seus órgãos sexuais[169]. A mãe deveria proceder aos primeiros ensinamentos sobre o corpo e a sexualidade, incentivando o pudor e o colocando enquanto sagrado. Dentro da perspectiva do controle dos corpos, ela aconselhava que entre "os meios naturais que favorecem a pureza, ao lado da boa informação sobre as coisas relativas ao sexo, está a vida higiênica, de ar livre, esportes"[170]. Dona Madalena propõe a divisão de gêneros na hora de se proceder à educação sexual, ficando a cargo da mãe orientar as filhas e do pai da função de orientar os filhos. Se o pai não se sentir à vontade, a mãe pode assumir a responsabilidade. De certa maneira, a mulher nunca

---

[168] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular.

[169]RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular.

[170] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.15

poderia se eximir dessa função, mesmo que ela não se sentisse preparada para isso, pois esse tipo de orientação fazia parte da educação dos filhos, que recaía sobre os ombros femininos.

Assim, ela profere as seguintes palavras, escritas em negrito:

> Carece dizer ao menino e à menina que não se brinca, nem com o amor, nem com os órgãos de transmissão de vida que, de certo modo, vão contribuir para o exercício do Matrimonio. Convém mostrar-lhes que os órgãos que vão realizar a união íntima dos esposos são nobres e santos.[171]

Dona Madalena articulou um discurso favorável à moralização do sexo através do casamento. Fora dessa condição, ela recomendou aos seus leitores que restringissem as práticas sexuais:

> Também a pessoa que realizasse a união do casamento sem ter recebido uma especial permissão, uma espécie de consagração para isso, estaria cometendo uma horrível profanação. E enquanto a pessoa não estiver na idade e com preparo suficiente para o matrimonio, não deve nem pensar em namorar, pois o namoro já deve ser como um caminhar para o casamento e não um passatempo. [...] As impressões carnais têm sede nos órgãos propriamente sexuais e são diretamente ordenados à procriação do gênero humano. [...] Consciente e livremente procuradas e consentidas, fora do casamento religioso, constituem falta grave contra a castidade. Consciente e livremente consentidas entre esposos casados religiosamente não constituem falta contra a castidade se os cônjuges não põem voluntariamente nenhum obstáculo às conseqüências naturais do ato fisiológico.[172]

Sobre as atitudes femininas durante o ato sexual, D. Madalena pondera:

> A atitude da mulher deve ser de plena confiança, de perfeita disponibilidade, de completa entrega, dentro de um doce acolhimento, onde há lugar para delicada reserva que exclui iniciativas inoportunas, pois, no domínio sexual, talvez mais ainda do que noutros domínios, é o homem que deve dirigir o barco, o homem é a cabeça do casal, como diz São Paulo.[173]

Assim, na atividade sexual, ela referenda uma divisão de poderes entre os sexos, que na sua concepção não pode ser subvertida. Em outros âmbitos da vida, mulher pode tomar a

---

[171] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.17.

[172] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.37-43.

[173] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.119.

iniciativa, demonstrando contra-poderes a fim de amenizar o poder natural masculino, mas no domínio da sexualidade, deve ela conservar-se submissa para o pleno desenvolvimento do ato.

O discurso transmitido por D. Madalena aos seus leitores estava em perfeita consonância com os temas que a doutrina católica enfatizava. Ele fez parte de um conjunto de outros fenômenos discursivos, através dos quais foi possível inferir a respeito do desejo que o catolicismo tinha de possuir um poder sobre os discursos que versavam sobre o sexo (FOUCAULT, 1998a). Logo, os discursos estabelecidos pelo catolicismo sobre a sexualidade e o corpo ajudaram a construir representações que influenciam nas impressões que os indivíduos desenvolveram sobre essas temas.

Os discursos constroem os corpos também em um sentido de diferenciá-los de acordo com o gênero. As diferenças que comportam os corpos femininos e masculinos não são em si somente biológicas, mas também foram e estão inscritas em aspectos sociais. Tiveram elas algum papel na hierarquização dos sexos, e também através delas essa hierarquização pode ser legitimada e mantida. O patriarcalismo que submeteu as mulheres em vários aspectos teria como estratégia para garantia de sua eficiência, o controle, a fiscalização, regulamentação e normatização do corpo feminino. Somente foi possível uma emancipação mais completa do sexo feminino na medida em que a mulher pode controlar a sua fertilidade, colocando sob o seu domínio a utilização de métodos anticoncepcionais e, em alguns países, podendo optar pelo aborto.

Dentre os campos de estudo que trabalham com as relações de poder que envolvem os corpos está a história da sexualidade. De acordo com a historiadora Magali Engel, a questão da sexualidade pode ser estudada a partir da história dos discursos (ENGEL, 1997). Provavelmente sua afirmativa deriva daquilo que foi elaborado por Foucault, que considerou que "a história da sexualidade [...] deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma história dos discursos." (FOUCAULT, 1998a, p.67). Esse trabalho adotou essa perspectiva defendida por Foucault ao examinar o discurso normatizador articulado pela Igreja Católica e divulgado para o público através do *Lar Católico*.

Isso posto, a função deste capítulo é discorrer sobre todos os aspectos que envolveram a menção aos corpos nas páginas do *Lar Católico*. Nesse sentido, apareceram referências ao corpo sexualizado (o dos casados) e ao corpo celibatário (o dos solteiros). O celibato assim como a virgindade foram recomendados para ambos os sexos, ainda que a ênfase tenha recaído sobre o corpo feminino. As oportunidades de sexualizar os corpos também foram descritas e, nesse quesito, destacou-se o discurso sobre o Carnaval. Outro âmbito enfocado pelo jornal no que tange aos corpos se referia ao cuidado desempenhado

sobre os mesmos, que se refletia na importância atribuída pelas mulheres à beleza. O uso que essas mulheres faziam de sua beleza preocupava o jornal, uma vez que isso poderia incidir em um aumento do sexualismo e das transgressões à moralidade católica.

5.1 O corpo e o sexo: a ascese sexual cristã nos discursos do *Lar Católico*

A doutrina católica articulou discursos de modo a conquistar corpos obedientes e acessíveis a suas intervenções normativas. Para perceber como a Igreja se mobilizou discursivamente para alcançar tais objetivos, é preciso recorrer à definição de Pierre Bourdieu desenvolveu sobre o corpo. Esse sociólogo francês considerou o corpo como socializado e, portanto, passível de responder a um processo de ordenação e normatização dos atos e posturas (BOURDIEU, 2007). Assim, o indivíduo dispõe de um corpo que é construído pela interface de vários discursos, dentre eles o católico. Essa concepção faz com que a ciência possa perceber o corpo não somente em uma acepção biológica e natural, mas também enquanto uma construção histórica, mobilizada por interesses e valores oriundos de diversas vertentes sociais.

O *Lar Católico* estabeleceu um discurso sobre o corpo, que tinha por intenção influir na percepção que as pessoas construiriam a respeito do mesmo. O corpo humano foi classificado pelo jornal como uma realidade concreta, com a qual o homem se deparava a todo instante e, portanto, não poderia ser negligenciado[174]. Defendeu que este corpo seria ao mesmo tempo fonte de alegria e de dor, instrumento de santidade e perversão. Assim, oscilava entre o sagrado e o profano, pois tudo dependeria da capacidade humana de autocontrole no tocante à sexualidade.

O corpo não consistiria na única dimensão do ser humano, que também seria dotado de espírito. Nesse caso, o espírito é que animaria o corpo. Mas o corpo, tal como o espírito, corresponderia a uma construção divina, devendo ser respeitado enquanto tal. Nesse quesito, o jornal já demonstrava estar em conformidade com aquilo que fora estipulado no Concílio Vaticano II, ao romper com a dicotomia corpo e alma. Tal dicotomia estabelecia uma inferioridade natural do corpo em relação à alma. Sendo essa visão superada, é possível

[174] O SENTIDO CRISTÃO DO CORPO. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 21 set. 1975.

vislumbrar uma união mais profícua entre as duas dimensões do indivíduo, o que proporciona uma maior dignidade para o corpo (DOMEZI, 1963).

Por outro lado, o jornal recomendou que o homem não o valorizasse demasiadamente, vivendo para se enfeitar e se envaidecer do corpo. Tampouco, a negligência seria o caminho mais adequado no que concernia ao tratamento para com o corpo. Havia a necessidade de se relacionar com o corpo de forma sadia e harmônica, uma vez que o corpo pode ser interpretado como o canal de contato do homem em relação ao mundo. O jornal inferiu que o homem estaria inclinado a responder os apelos corporais, podendo estes inclusive exercer uma tirania sobre o homem. Nesse ponto, incidiriam sobre o corpo os pecados como o da preguiça e da sensualidade, que poderiam conduzir à animalização do homem. Cabe ao homem lutar para minimizar a tirania do corpo, dignificando-o e tratando-o como a morada do espírito, a exemplo do que Jesus Cristo quando adotou a corporeidade humana. Ou seja, caberia ao homem empreender um controle de si, através do controle do seu corpo.

Nesse ponto, é possível mobilizar a teoria foucaultiana. Foucault prevê no reforço da austeridade sexual a necessidade de oferecer aos indivíduos um maior controle sobre o seu corpo e seus atos, realizando um cuidado efetivo de si. Para Foucault, a crescente preocupação consigo e o cuidado de si envolviam uma atenção para com o corpo, sua saúde, beleza e atos sexuais. Nas palavras de Foucault: “essa majoração da austeridade sexual na reflexão moral não toma a forma de um estreitamento do código que define os atos proibidos, mas a de uma intensificação da relação consigo pela qual o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos.” (FOUCAULT, 1985, p.47). Logo, é o controle de si que está em jogo na construção do sujeito. Todos os mecanismos de repressão não teriam outra função a não ser aquela que se referia à constituição de um sujeito que fosse perfeitamente capaz de cuidar de si e regular as suas ações. Nesse caso, interessava para o catolicismo construir um sujeito austero, domesticado e comprometido com determinados valores. O caminho para se alcançar tal objetivo passaria pelo cuidado e normatização do corpo.

Para Michel Foucault, os mecanismos de repressão e de normatização sexual não foram inventados pelo cristianismo, não sendo possível impor a essa religiosidade toda a responsabilidade sobre a formulação de uma moral ascética (FOUCALT, 2004). Assim, Foucault especificou que o mundo romano já conhecia determinados mecanismos de controle sexual e moral, que foram aprimorados pelo cristianismo, no sentido da formulação de estratégias e técnicas para naturalizar essa moral e imputá-la à população:

> Desconfiança face aos prazeres, insistência sobre os efeitos de seu abuso para o corpo e a alma, valorização do casamento e das obrigações conjugais, desafeição com relação às significações espirituais atribuídas ao amor pelos rapazes: existe no pensamento dos filósofos e dos médicos, no decorrer dos dois primeiros séculos, toda uma severidade [...]. Aliás, constitui um fato os autores cristãos tomarem, dessa moral, empréstimos maciços – explícitos ou não; e a maior parte dos historiadores atuais concordam em reconhecer a existência, o rigor e o reforço desses temas de austeridade sexual numa sociedade na qual os contemporâneos descreviam, freqüentemente para reprová-los, a imoralidade e os costumes dissolutos. (FOUCAULT, 1985.p.45).

O cristianismo não inventou a moral sobre a qual se assentou a ascese e o controle sexual que se instaurou no Ocidente, mas para Foucault, foi ele o responsável pelo aprimoramento dos métodos que legitimariam essa moral. A partir do seu advento, o cristianismo foi desenvolvendo mecanismos que determinaram uma relação particular com o sexo e o matrimônio, criando representações positivas e negativas acerca dos mesmos, que teriam por objetivo organizar as condutas sociais. Assim, a monogamia e a sexualidade reprodutiva apareceram no discurso religioso como determinações divinas, já presentes nas palavras de Cristo.

Houve, nos primeiros tempos, uma desqualificação do prazer sexual e uma tentativa de reduzi-lo ao mínimo tolerado para a reprodução. Nos tempos atuais, o discurso religioso já relativizou essa condenação do prazer, ainda que algumas restrições lhe sejam colocadas: a busca do prazer com o parceiro inadequado e a busca do prazer desvinculado de um sentimento maior. A questão da monogamia sexual e afetiva ainda se apresenta como uma realidade para esse discurso, repercutindo mais fortemente no cotidiano das relações amorosas que a ascese sexual.

Essas questões revelam o quanto a assimilação que o cristianismo realizou sobre a sexualidade foi difícil. O modelo monástico e celibatário foi construído historicamente pela Igreja, pois de certa forma o desejo de Deus e a fé pareciam incoerentes com o desejo vinculado ao corpo e a sexualidade (AZPITARTE, 2001). O ocultamento do sexo em muito se deve à sacralidade relativa que ele adquiriu dentro do discurso religioso, somente sendo executado sob condições e com finalidades especificas.

De certa forma, a sexualidade apareceu em alguns discursos religiosos, atrelada a uma ideia de sacralidade. O teólogo Azpitarte fez referências nesse sentido, especificando que desde a Antiguidade o homem percebia a sexualidade como sagrada. Algumas tribos politeístas que precederam ou conviveram com os hebreus, por exemplo, tomavam a vida dos seus deuses como protótipo de conduta ideal. Dentre as ações realizadas por esses deuses destacava-se o contato sexual, que para tais povos, refletia as relações entre homens e

mulheres. Logo, a união sexual apareceu como santificada, uma vez que reproduzia uma ação divina (AZPITARTE, 2001).

O discurso evidenciado no texto bíblico é alheio a esse ambiente, já que os cristãos, seguindo a tradição hebraica, compartilhavam a crença no Deus único, que não se caracterizava pela experiência sexual. Portanto, o cristianismo, em certo sentido, rompeu com a essa noção de semelhança entre o mundo divino e o mundo humano. O sexo perdeu a ritualização sagrada que o envolvia, sendo aventado até mesmo como um pecado, posteriormente. No entanto, é através do sexo que a vida humana se perpetua, o que lhe confere novamente alguma sacralidade, por representar o ato da criação (AZPITARTE, 2001).

Mas por estar relacionado com a criação, o sexo não poderia ser mobilizado por qualquer indivíduo e em qualquer momento. Era preciso que ele fosse realizado somente com o intuito de dar continuidade à espécie humana. De outra maneira, o sexo seria considerado profano, adquirindo uma representação bastante negativa.

A atividade sexual humana, segundo a tradição cristã, havia começado a partir do pecado original. Algumas interpretações bíblicas costumaram associá-lo à ideia de queda, que representaria uma separação em relação à imortalidade e à divindade. Ao fazer dessa separação uma realidade, o homem se tornou finito e adquiriu a consciência da sua corporeidade, através do sexo. É também através do sexo que se reproduz a finitude humana, com a geração de uma nova vida. Assim, Marilena Chauí adverte que

> [...] a vinculação do sexo com a morte e, consequentemente, do sexo com a procriação, faz com que na religião cristã a sexualidade se restringia à função reprodutora. Embora o sexo esteja essencialmente atado ao pecado, todas as atividades sexuais que não tenham finalidade procriadora são consideradas ainda mais pecaminosas. (CHAUÍ, 1984, p.87).

Assim, nascia a ideologia do sexo pecaminoso. A partir disso, foi necessário incrementar os mecanismos discursivos que pregavam a moderação e a abstinência das atividades sexuais como as únicas alternativas de se livrar dos pecados, disciplinando o corpo e valorizando o espírito.

A Igreja se autoproclamou tutora do sexo ao afirmar que tal poder havia sido concedido a ela pelo próprio Deus. Dessa forma, a Igreja legitimou o controle sobre os discursos referentes ao sexo. Essa instituição se julgou no direito de falar e fazer falar sobre o sexo, para assim coibir e descobrir as práticas transgressoras.

Para Foucault, "o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo. Tampouco seria simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar." (FOUCAULT , 1996, p.10). Assim, ele nós dá a entender que através dos discursos elaborados e manipulados pelas instituições e grupos humanos, pode-se vislumbrar as características dos seus criadores, os seus mecanismos para adquirir o poder ou manter a sua dominação sobre o objeto ou o indivíduo desejado. Mas, além disso, o próprio discurso é alvo das lutas e conflitos, pois interessa o poder que ele exerce sobre as mentes. Quem controla a fala e o que é falado, detém um poder.

Nesse sentido, durante muito tempo a Igreja desejou, disputou e arrogou para si o monopólio sobre o discurso sexual. Ela esteve comprometida em normatizar as condutas no âmbito da sexualidade, da contracepção e do aborto (RANKE-HEINEMANN, 1996). Assim, ela ajudou a estabelecer os parâmetros que regulam as relações afetivas e sexuais no ocidente: a monogamia, o matrimonio e a naturalidade da heterossexualidade. Na atualidade, é bem verdade, a Igreja tem encontrado adversários cada vez mais articulados que falam sobre o sexo, o que não quer dizer que ela cessou de produzir seus discursos. Esses outros agentes produtores de verdade sobre o sexo (ciência médica, ciências humanas, mídias, agencias educacionais, justiça, dentre outros), ora referendam ora subvertem os parâmetros propostos pelo catolicismo. O fato é que para gerir a sexualidade, cada sociedade desenvolve um sistema de normas, regras leis e valores, que são estabelecidos pela religião, pela moral, pelo direito e pela ciência (CHAUÍ, 1984).

Nos anos 60, a Igreja parecia ainda não estar conformada com a possibilidade de compartilhar com outras instituições o poder sobre os discursos referentes ao sexo. Um exemplo disso pode ser encontrado em uma reportagem no ano de 1967, os bispos da CNBB se colocaram contra as publicações de determinados manuais de educação sexual que eram ministrados para a juventude, usurpando a função da família nessa modalidade de orientação. Percebe-se que nesse caso, a Igreja quer reservar o poder do discurso sobre o sexo para si própria, tentando impedir que outras entidades competissem com ela no sentido de regular e controlar a sexualidade. O que parece ter agravado ainda mais a situação foi a menção realizada em algum desses manuais acerca da situação da mãe solteira, uma condição indesejável para a Igreja, ainda que ela percebesse a necessidade de perdoar tal pecadora[175].

[175] BISPOS E AS PUBLICAÇÕES SOBRE SEXO EXALTANDO A MÃE SOLTEIRA. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 19 fev. 1967.

Assim, a preocupação para com uma educação sexual ministrada por outras entidades não ligadas a Igreja pode ser evidenciada nas páginas do periódico[176]. Nesse sentido, um dos textos publicados sobre o tema buscou enfatizar que uma boa educação não deveria estar vinculada a uma quebra de tabus moralistas em relação à sexualidade humana, tal como a juventude estava pretendendo nos anos 80. Seria necessário que ela fosse mais abrangente, fazendo com que os educandos entendessem de fato o que seria o amor em termos cristãos, apreendendo as necessidades de se empreender uma ascese sexual. Essa visão de mundo que propunha a contenção dos impulsos sexuais, não deveria ser analisada sob a égide do tabu e da mera proibição. Logo, a restrição das atividades sexuais seguia como um pilar imprescindível para a doutrina cristã sobre o tema.

Assim, o jornal citou os problemas referentes à introdução da educação sexual na grade escolar. Dentre esses problemas, estaria a própria estrutura de ensino considerada por demais instrumentalista para tratar de um assunto tão amplo. Também o professor deveria receber uma preparação mais específica para interpretar a sexualidade como algo para além da biologia e da sociologia (leia-se o aspecto religioso). Dificilmente os professores se encontrariam amparados nesse sentido, pois as suas agências formadoras já haviam relegado a moral religiosa para outro plano. Nesse sentido, o *Lar Católico* se conscientizou da dificuldade que o catolicismo encontrava nos anos 80 para tornar a sua moral sexual legitima em meio a uma sociedade já em processo de sexualização.

Antes desse período, a Igreja procurou produzir um discurso oficial sobre o sexo, que foram amplamente reproduzidos e discutidos nos meios de comunicação de massa. Assim, dentre os documentos mais recentes que a oficialidade católica produziu e dos quais podem-se retirar algumas impressões sobre a doutrina cristã em relação ao sexo, destaca-se a *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968). Em capítulos anteriores, foi possível perceber o contexto histórico no qual foi produzido esse documento e qual a acepção que ele deixou entrever sobre a família e a reprodução humana e a sexualidade. Também sobre esse último aspecto, pode-se concluir que a Igreja manteve algumas reticências em relação à atividade sexual, estabelecendo um único padrão para a sexualidade humana: heterossexual e sacramentalizada pelo casamento. As condutas que desviavam desses requisitos não eram consideradas cristãs (SOUZA JÚNIOR, 2006). A sexualidade deveria, para ter reduzido os seus pecados, ser encerrada dentro de um sacramento[177], tendo uma finalidade precisa que contribuísse para a

[176] MALTÉS, A. Educação sexual: uma questão de moral. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 23 maio 1982.
[177] O Matrimônio foi alçado à condição de sacramento. Tal condição foi continuamente referendada pela tradição e pelos documentos proferidos pelo clero católico.

criação de um novo ser, um novo espírito. Assim, foi desenhada necessidade do sacramento matrimonial (FLANDRIN, 1986).

Esse fenômeno discursivo que culmina no regime sexual advém de uma tradição católica suspeitosa em relação ao corpo. O corpo não deveria ser negligenciado, já que a sua preservação garantiria a continuidade da vida, mas a atenção exacerbada à carne poderia gerar alguma atividade pecaminosa (PROST, 2009). Reflexionando sobre esse tema o filósofo Foucault ponderou que tanto a fornicação quanto a gula são considerados vícios inatos e naturais, dos quais o homem não consegue se desfazer, pois incidem sobre o corpo (FOUCAULT, 1987).

Apesar de terem essa semelhança, os dois pecados receberiam um tratamento diferenciado. Enquanto a gula não pode ser combatida em sua totalidade, pois nenhum ser humano poderia prescindir do alimento (do contrário ele perece completamente), não haveria limites para a abstinência com relação à fornicação. Nas palavras de Foucault, "fornicação dentre os oito vícios, é o único ao mesmo tempo inato, natural, corporal em sua origem, e que é preciso destruir inteiramente." (FOUCAULT, 1987, p.28). A doutrina cristã reconheceu que também não seria possível aniquilar as atividades sexuais para todos os indivíduos, uma vez que é necessário assegurar a reprodutividade. Assim, o celibato seria recomendado para alguns: solteiros, crianças, sacerdotes e religiosas. Para os outros, o regime sexual seria mais indicado e não a abstinência completa.

São Paulo ainda estabeleceu que os pecados sexuais estariam abaixo dos homicídios e antes dos pecados da propriedade. O casamento, embora São Paulo preferisse a abstinência, se constituiria para ele no único meio legítimo para satisfazer a concupiscência. Com o tempo, uma proposição mais forte foi se mesclando com as determinações paulinas para assim configurar quais seriam as finalidades do casamento, a saber, a procriação (ARIÈS, 1987b).

O semanário buscou respaldar o seu discurso em discursos consagrados pela tradição católica, no tocante à virgindade. Segundo o *Lar Católico*, a exaltação da virgindade no cristianismo remontaria aos escritos de São Lucas e São Mateus, que já advertiam para essa condição em Maria. Ainda de acordo com o jornal, foi Jesus quem indicou que nem todos os homens e mulheres teriam um talento natural para o casamento, sendo que estes deveriam então guardar celibato. Nos ensinamentos de São Paulo é possível encontrar uma apreciação ao casamento monogâmico. No entanto, percebe-se que ele definiu um destino muito claro para aqueles que não decidiram adotar essa forma de união: a castidade. Ele pregaria com muita clareza a necessidade do celibato, ainda que também se constituiu em um grande defensor do casamento, quando afirma que "quem está sem mulher cuida das coisas do

senhor, como há de agradar a Deus [...] E a mulher solteira e as solteiras cuidam das coisas do senhor a fim de ser santa em corpo e em espírito. (I Cor 7, 32-34).” (ARIÈS, 1987b, p.53).

Através das informações divulgadas pelo jornal, foi possível vislumbrar como a Igreja Católica articulou o seu pensamento acerca da necessidade da virgindade para determinados indivíduos. Baseados nos textos paulinos, Santo Agostinho e outros teóricos da doutrina cristã buscaram estimar a virgindade e a ascese, enquanto uma condição de vida suprema. Assim, no Concílio de Trento foi proclamada a superioridade do estado virginal, determinando que quem considerasse o estado conjugal como superior poderia ser excomungado. Logo, o jornal defende que

> [...] nenhum católico verdadeiro pode afastar-se da doutrina tradicional e exata da Igreja. O casamento é certamente respeitável, visto ser uma instituição divina. Mas, nenhum fiel desprezará a virgindade abraçada por Cristo, pela Virgem Maria e por multidão de santos. (ARIÈS, 1987b, p.53).

Porém, com o passar dos séculos e a elevação do matrim ônio à condição de sacramento, a doutrina cristã passou a considerar a validade tanto do estado virginal quanto do matrimonial. Nesse quesito, o *Lar Católico* traçou um paralelo entre o casamento e a virgindade, especificando que quando uma dessas duas condições entra em crise, acaba por acarretar na desestabilização da outra[178]. Ambos representariam e simbolizariam, segundo o jornal, a união de Cristo com a sua Igreja. São Paulo identificou a mulher com a Igreja e o marido com Cristo, de forma que quando a mulher prestar uma dedicação para com o seu marido, metaforicamente estaria prestando um serviço para com o próprio cristo. Nessa acepção, portanto, a Igreja e a mulher aparecem enquanto servidoras.

Porém, não somente a mulher casada consistiria em uma servidora de Cristo. Esse papel também caberia à mulher virgem. Esta, ao preservar o seu corpo intacto, também estaria consagrando sua vida a Cristo. O jornal concluiu a sua análise a esse respeito, especificando que a teologia do matrimônio, assim como a da virgindade, se baseia em uma essência fundamental, que se referia à relação e a integração entre o cristo e a sua Igreja.

Portanto, nessa matéria, o jornal não buscou enaltecer o valor da virgindade sobre o casamento, mas sim equipará-los enquanto métodos de serviço a Cristo. A ideia de virgindade apareceu nesse discurso como um mecanismo garantidor do casamento, uma vez que ela diferencia os casados dos não casados, oferecendo uma ascese sexual não perturbadora do

[178] GRINGS, T. Casamento e Virgindade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 26 nov. 1974.

casamento e, por conseguinte, da conduta dos casados. Assim, defender ambas as condições pareceu o caminho mais apropriado para a doutrina cristã, representada por seu porta-voz, o jornal *Lar Católico*, no sentido de manter intato o seu projeto de valorização do agrupamento familiar, enaltecendo os valores que estruturariam essas relações.

Retomando aos interditos de São Paulo, é possível perceber que eles apontavam para os pecados da carne masculinos, dando a entender que são eles os mais suscetíveis a cometer pecados, pois seriam os que dispunham de mais poder. Ainda sobre o pensamento paulino, é possível inferir que ele fez referências também à mulher pecadora, afirmando que foi ela quem introduziu o pecado no mundo (ARIÈS, 1987b), percebendo como a maior incentivadora dos pecados masculinos.

Quanto à sexualidade feminina, há por parte da doutrina católica um desejo ainda mais veemente de controlá-la. A força da representação criada em torno de Eva, introdutora e instigadora do pecado sexual, impingiu às mulheres um mecanismo de controle e regulação de suas práticas sexuais (BRION, 2009), silenciando o seu próprio corpo. Tudo isso contribuiu para que a mulher ocidental fosse, durante muito tempo, destituída do poder discursivo sobre a sexualidade, uma vez que "as mulheres não falam, não devem falar dele (o sexo). O pudor que encobre seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca feminilidade." (PERROT, 2003, p.13).

Há referências que apontam para um comportamento hostil da Igreja Católica em relação ao corpo feminino, desde a Idade Média. Este era identificado a um prazer funesto, que foi introduzido no mundo, causando a morte e a debilidade. Seu corpo, portanto, se tornaria não somente uma verdadeira incógnita e um grande perigo, mas também, uma constituição física decaída e inferior (DEL PRIORE, 1999).

Como uma configuração física decaída e capaz de suscitar atividades pecaminosas, o corpo feminino deveria ser escondido. A partir de meados do século XX, a preocupação dos clérigos para com o corpo feminino se tornou cada vez mais acentuada, devido justamente às novas representações que as próprias mulheres foram desenvolvendo sobre os corpos. O uso de novas vestimentas, como por exemplo, a mini-saia significava colocar o corpo feminino em evidência. Por esse motivo, no ano de 1968, o *Lar Católico* demonstrou o quanto a disseminação da mini-saia causou assombro entre os conservadores. A utilização da mini-saia, para as mulheres, representava um ideal de liberdade, de possibilidade de controle do seu próprio corpo. No entanto, essa vestimenta também representava um instrumento de sedução para a mulher comum, que não pode ser negligenciado.

A discussão sobre essa questão apareceu no *Lar Católico* por meio de um artigo assinado por um leitor inconformado com a proliferação de tal vestimenta entre a juventude. Segundo o leitor, a mini-saia seria fruto de uma moda sem pudor, que contribuía para que o respeito que o homem conferia à mulher diminuísse. Esse depoimento demonstra a dificuldade que o discurso normalizador e tradicional encontrava naquele momento, para enquadrar as práticas sociais femininas. O uso da mini-saia se tornava algo constante, à revelia das propostas mais tradicionais, que acirraram o discurso de condenação, como uma estratégia de reverter um comportamento mais liberal em relação ao corpo. A liberalização do corpo feminino, auxiliada pela possibilidade de evidenciá-lo, não agradava ao jornal, pois este temia que a visualização do corpo engendrasse e estimulasse os apetites sexuais.

Foi justamente devido a esse temor de que o corpo feminino se converte em uma fonte de desejo e prazeres (AFONSO; VON SMIGAY, 1989), que nos séculos anteriores fez com que o catolicismo desenhasse um padrão ascético para as mulheres. Tal padrão estava baseado na virgindade de Maria. Idealizada por São Tomás de Aquino, foi uma alternativa para livrar sua figura da natureza pecaminosa que era conferida às mulheres (LEMOS, 2009). A dessexualização do corpo feminino, através da afirmação de um modelo virginal, buscou imputar às mulheres um comportamento caracterizado pela docilidade e fragilidade.

Mas uma vez não podendo contar com o aspecto marginal, o corpo feminino que havia passado por uma experiência sexual só poderia ser reabilitado através da maternidade. Somente assim o sexo seria mobilizado por uma finalidade mais santificada. A partir disso, o corpo estaria normatizado e nascia a oposição clássica entre as duas figuras mais proeminentes do cristianismo: Eva e Maria. Essa questão será revisitada no próximo capítulo.

A ideologia marianista representou um corpo feminino perfeito, maternal e intacto. A sua condição virginal a livrava do pecado lhe conferiria certa dignidade, uma vez que ela renunciou a sua condição de mulher para servir a Deus. A inviolabilidade sexual de Maria faz parte do discurso católico sobre a sexualidade feminina sendo, portanto, uma construção histórica. No entanto, percebe-se nas páginas do *Lar Católico* a preocupação em demonstrar que desde o cristianismo primitivo, acreditava-se e defendia-se a condição virginal de Maria.

Segundo o texto assinado por D. Quirino, os primeiros cristãos já tinham certeza que Maria, por vontade divina, se conservou virgem depois do nascimento de Jesus. Para comprovar a existência dessa crença, ele mencionou as referências feitas à virgindade de Maria nos Livros Sagrados, através das palavras de Tiago e Isaías. Também os concílios de Constantinopla, Calcedônia e Latrão defenderam a integridade corpórea de Maria. Para D. Quirino, parecia lamentável que determinados indivíduos levantassem falsas acusações contra

Maria, afirmando que Jesus seria filho do adultério de Maria ou fruto do encontro da mesma com São José[179]. Nos dois casos, Jesus seria resultado da conjunção carnal, o que seria inaceitável para a doutrina católica.

Assim, o jornal admitiu a existência da controvérsia em relação à virgindade mariana, porém não a considerou legítima, já que a integridade corporal de Maria não deveria ser passível de questionamento. Somente os descrentes, os apegados aos valores mundanos seriam incapazes de perceber na inviolabilidade um milagre operado pelo criador. Dessa forma, para comprovar a condição virginal da mãe de Jesus, o jornal recuperou o livro de Ezequiel, profeta que viveu antes de Cristo e que prenunciou a existência de um templo de porta fechada, onde somente Deus poderia entrar. Esse templo metaforicamente representava o corpo de Maria, fechado à entrada dos demais, no qual somente Deus poderia exercer algum poder. A reportagem ainda mencionou as referências à virgindade de Maria em outros textos bíblicos, assim como em escritos utilizados como base para os cristãos não católicos[180].

> A virgindade não é nada mais que um dom de Deus que transforma a vida amorosa comum na qual se relacionam homem e mulher, pois o amor deixa de ser o comércio de um homem e de uma mulher, para se tornar o amor de uma mulher por toda uma humanidade. Assim foi com Maria, assim continuará a ser através dos tempos com todas as mulheres a quem foi dado o dom.[181]

O discurso religioso estabeleceu um ideal de virgindade não somente para as mulheres solteiras, consideradas filhas de Maria, mas para os homens que se encontravam em igual condição. Nesse sentido, o *Lar Católico* se esmerou em construir representações positivas para a virgindade, no sentido de demonstrar o quanto ela seria benéfica se empregada por aqueles que não poderiam realizar o sexo legítimo, definido pelo casamento.

O *Lar Católico* defendeu que a virgindade representava uma vitória sobre a morte. Porém, estava consciente da dificuldade que muitos tinham para mantê-la, devido aos apelos sexuais que incidiam sobre os corpos, principalmente durante o período histórico estudado. Nesse sentido, ela foi enfocada como uma conquista, já que não consistia em um fator natural, concedido por Deus ao ser humano. A virgindade, segundo a percepção do jornal, seria uma luta contra a natureza humana, uma questão da cultura que previa a necessidade do controle e do cuidado de si. Este último fator sim faria parte da natureza humana e seria mobilizado também com relação à ascese sexual. Acima de tudo, a virgindade seria a expressão maior ao

[179] CARTA de D. Quirino a Matusalém: a virgindade de Maria. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 11, 20 dez. 1986.
[180] JUNIOR, R. A virgindade de Maria. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 3 maio 1981.
[181] JUNIOR, R. A virgindade de Maria. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 3 maio 1981.

apego do amor divino, que exigia renúncia, abstenções e espiritualidade. Nesse sentido, ela seria inversa ao amor profano, hierarquicamente inferior ao divino (CHAUÍ, 1984).

O jornal demonstrou uma preocupação em articular, um discurso favorável em relação à preservação da condição virginal. Assim, buscou comprovar que o cuidado de si, através da virgindade, seria algo natural ao ser humano, resgatando as experiências atreladas a essa questão em civilizações anteriores e diversas ao cristianismo[182]. Assim, a doutrina cristã não estava criando algo novo, mas sim enaltecendo um aspecto que já fazia parte da condição humana: a valorização do celibato em prol do cuidado com o corpo.

Como forma de legitimar a sua concepção em prol da virgindade na juventude, o semanário utilizou o caso de Aída Curi. Em 1964, o *Lar Católico* fez uma análise do evento que envolveu Aída Curi, uma jovem carioca que foi arremessada do décimo segundo andar de um edifício por um grupo de jovens. O crime foi cometido porque a moça desejava manter dignidade sexual, que estava sendo ameaçada por esse grupo que se encontrava no mesmo apartamento que Aída.

O jornal apresentou Aída como uma moça responsável, moderna e sadia, um verdadeiro contraponto para muitas garotas "imaturas e desajustadas."[183]. Ela gostava de cinema, de se vestir bem, porém de maneira simples. Não era afeita a conversas levianas, obedecia à mãe e sonhava em dedicar seu amor a um homem de boa índole. Aída já havia deixado claro para sua mãe que não permitiria que nenhum homem lhe encostasse o dedo, pois sabia que isso envergonharia a sua família. Demonstrou a disposição de defender com a própria vida a sua honra. Assim, o *Lar Católico* entendeu que Aída buscou se livrar das investidas dos rapazes para defender a sua honra e a sua pureza. Essa conduta em favor da sua honra, fez com que o jornal a considerasse uma verdadeira heroína e um exemplo de boa moça. Enfim, a imagem de Aída construída pelo jornal, visava a atender a um modelo de moça ideal para o catolicismo.

Segundo Bassanezi e Ursini (1995), a cobertura que a imprensa realizou acerca da tragédia que acometeu a jovem Aída Curi, utilizou-se pejorativamente do conceito de juventude e transviada. Esse grupo de jovens assim denominados se caracterizava pelo uso de drogas, pelas más companhias e descomprometimento para com a família e os bons costumes (BASSANEZI; URSINI, 1995). Foi disseminada a ideia de que foram os maus costumes compartilhados por esses jovens que mataram a boa juventude, representada por Aída.

---

[182] BARNABITA, J. M. A virgindade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.11, 24 jul. 1983.
[183] AÍDA Curi, uma moça moderna. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 6, 31 maio 1964.

Além disso, Bassanezi e Ursini (1995) assinalaram que outros aspectos envolveriam a análise do modo como os periódicos se dedicaram a narrar o caso. Para ela, os textos que revelaram a priorização de determinados valores que versavam sobre a garantia da pureza e da honra das jovens meninas. Aída Curi foi representada pela imprensa, como assinalam Bassanezi e Ursini (1995), enquanto baluarte da defesa da honra feminina, já que esteve tão empenhada em mantê-la. Caso fosse preciso, segundo a imprensa, a menina demonstrou a intenção de entregar a sua própria vida para garantir esse ideal. Assim, os jornais justificaram a sua queda como uma tentativa desesperada de livrar o seu corpo da maculação. Nesse caso, valeria mais um corpo morto, que um violado.

Enquanto guardadora de sua pureza, Aída mereceria consideração e justiça por parte da sociedade, funcionando como um elemento que desarticularia e se defrontaria para com a juventude transviada. Para a Igreja Católica e os segmentos mais conservadores da sociedade, essa juventude consistia em um perigo para o equilíbrio familiar. Ainda de acordo com Bassanezi e Ursini (1995), dar visibilidade a uma história trágica como essa significaria reforçar um discurso disciplinador, o que garantiria um maior alcance sobre o imaginário social.

As estratégias traçadas pelo jornal de modo a defender a contenção dos prazeres e das atividades sexuais, principalmente entre a juventude também se articularam no sentido de denunciar a proliferação dos discursos sexuais. Essa campanha começou ainda na década de 60, continuando constante até os anos 80. Em 1964, o jornal diagnosticou, ressentidamente, que o mundo no qual a doutrina cristã desejava fazer prevalecer o ideal de dominação dos impulsos sexuais se tornava cada vez mais sexualizado. A presença do sexo em todas as instâncias da vida humana incomodou o jornal, que classificou essa ênfase demasiada na sexualidade como doentia e anormal. O periódico procurou utilizar a estratégia do exagero para alarmar os seus leitores a respeito da proliferação do erotismo. Segundo sua percepção, como tantas pessoas, instituições, mídias e situações estavam falando sobre o sexo, isso o havia banalizado.

Como de fato, nessa época, percebe-se que as necessidades de consumo apelaram para as imagens e textos eróticos vinculadas pelos meios de comunicação leigos (ROSA, 2009). Essas imagens transmitiam a ideia para os leitores de que a sociedade se tornava cada vez mais erotizada. Tudo isso contribuiu para que o semanário constatasse que a Igreja havia perdido monopólio sobre as práticas discursivas sexuais. Isso fazia com que ela considerasse todos os discursos sexuais não elaborados por ela como ilegítimos e profanos.

> Há sexo demais. Há sexo onde não deve haver. Alastraram o sexo pelo mundo. Atapetaram os muros de sexo. Cobriram as telhas de sexo. Saturaram os microfones de sexo. Entulharam as revistas de sexo. O sexo se propaga em manchetes garrafais. O sexo põe mascara nos personagens do teatro. O sexo fica sentado nos bancas das praças... O sexo passa de cadilac e de lambreta porfiando com o vento. O sexo invade as câmeras de televisão. O sexo dança nos clubes, sabotando a pura alegria. O sexo planta-se nas esquinas concorridas, salpicando lama em quem passa. O sexo vai à praia por amor ao mar. O sexo atualmente está tentando até frequentar as Igrejas. Intoxicaram o ar de sexualidade anormal. O que se vê, o que se respira é sexualidade morbosa, doentia [...] Jovem! Evita tudo o que provoca a violenta fermentação sexual. Procura ambientes sadios, elevados e normais. Onde o sexo não endoideceu. Onde o sexo se conserva normal, sadio, regular e em ordem, conforme os planos de Deus.[184]

Para armar a sociedade contra a expansão do erotismo, o *Lar Católico* defendeu desde os anos 60, o que classificou como sendo um namoro sadio. Buscou então articular um discurso especificando as peculiaridades desse tipo de relação, que previa um autocontrole para que não ele não adquirisse formas "condenáveis de uma lua-de-mel antecipada"[185]. Com isso, o semanário teve a intenção de regular as condutas sexuais dos seus leitores, reduzindo ou até eliminando essas práticas antes do casamento. Assim, considerou o namoro enquanto uma etapa de preparação para o casamento, diferindo em termos de forma e conteúdo do casamento, no qual a sexualidade é consentida.

Um dos recursos utilizados em vários momentos pelo jornal, como já foi mencionado, foi o discurso pedagógico, que se consubstanciava na narração de uma história modelo, com a qual o leitor pudesse se identificar e assimilar melhor a mensagem. Através desses mecanismos, nos anos 60, o *Lar Católico* buscou construir representações acerca de um namoro conveniente e ascético no que concernia às práticas sexuais.

Circundando tais representações, se estruturam outras que versavam sobre o gênero e o comportamento afetivo. Tais representações de gênero teriam por finalidade incitar práticas que envolviam a conscientização dos pais a respeito da necessidade de retardar o namoro, para que este não interferisse nos estudos dos jovens, da necessidade de vigilância dos horários, locais e condutas sexuais dos filhos. O jornal elencou, em certa oportunidade uma sucessão de comportamentos que conduziriam a moça a uma situação social e moralmente indesejadas: a gravidez fora do casamento.

De acordo com o *Lar Católico*, o primeiro indício negativo sobre um comportamento reprovável para moça, estaria relacionado ao tempo que a mesma permaneceria ao lado do seu namorado em bailes e festas. Tampouco seria indicado que a moça adentrasse até a

---

[184] AMBRÓSIO. Sexualismo Doentio. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 25 dez. 1964.
[185] O NAMORO saudável. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 5, 29 mar. 1964.

madrugada, frequentando ambientes festivos sem a companhia dos pais. Parecia pouco aconselhável que a moça tivesse o costume de deter-se por muito tempo no interior do automóvel do rapaz, dirigindo-se com ele a lugares onde os pais perderiam o controle e a vigilância. A partir desses descuidos, o contato sexual se tornaria uma realidade bastante palpável, já que as possibilidades de encontro e a falta de fiscalização facilitariam a sua efetivação.

Uma vez tendo se desenvolvido os enlaces sexuais, estes teriam consequências mais pesadas para as moças, que se deparavam com um risco eminente de uma gravidez indesejada. Também recairia sobre a mulher uma represália social reforçada. Nesse sentido, o jornal, ao continuar recorrendo ao discurso pedagógico, divulgou o que seriam depoimentos de rapazes que se posicionavam contrariamente ao comportamento moderno e liberado de determinadas moças:

> Ela tem um grande defeito. É boa para se brincar com ela, para ser a bonequinha da gente. Mas para casar... vamos e venhamos... para casar para ser a mãe dos meus filhos, só quero uma moça que sabe seu valor e dignidade e não me permite concessões ousadas e *otras cositas más*. Depois que dancei com ela daquele jeito, bonequinhas a gente atira para o canto. Para casar só mesmo moça de linha, que me saiba dizer um não na hora certa.[186]

Assim, percebe-se que o discurso sobre a contenção dos corpos seria mais incisivo sobre as mulheres. Ainda que a doutrina cristã pregasse a virgindade e o controle dos impulsos sexuais para ambos os sexos, para proveito das relações familiares, no contexto dos anos 50 e início dos anos 60, esse discurso parecia fazer mais sentido para as mulheres. Não há dúvida que o *Lar Católico* tenha se caracterizado por articular um discurso nesse sentido, pregando um domínio mais profundo sobre os movimentos corporais das mulheres. As atitudes das mulheres é que deveriam ser reguladas, para que indiretamente, os homens não exagerassem em suas condutas.

Nos anos 70, o comportamento sexual da juventude se tornou ainda mais preocupante para os colaboradores da "boa imprensa". Na percepção do *Lar Católico*, a partir da década de 70, houve uma alteração significativa no comportamento sexual da juventude. Isso engendrou uma perspectiva discursiva voltada para o esclarecimento da necessidade da castidade pré-marital. No ano de 1974, o Pe. Tadeu Grings deixou o seu parecer nas páginas do jornal a respeito das relações pré-nupciais[187]. Segundo ele, o contexto histórico daquele

[186] O NAMORO saudável. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 5, 29 mar. 1964.
[187] GRINGS, T. Experiências pré-nupciais. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 24 mar. 1974.

momento privilegiava à realização de experiências sexuais anteriores ao casamento. Principalmente entre os mais jovens, essa prática estava se tornando cada vez mais comum. Essa parcela da população começava a anunciar o fim da castidade, denominando aqueles que não comungavam dessa ideia de retrógrados.

Houve a constatação de que os jovens proclamavam o imperativo de manter um relacionamento pré-marital para assim proceder a um conhecimento mútuo, verificando se havia uma empatia sexual entre os parceiros. Esse argumento foi rebatido pelo colaborador do jornal, que o classificou de desagradável e alheio à dignidade humana. Para ele, também não era válido o argumento segundo o qual somente o amor justificaria a ocorrência do ato sexual. Em sua opinião, não seria qualquer amor que pudesse amparar essa decisão, somente o amor conjugal estaria apto para receber esse tipo de entrega corporal. Assim, a moralização do sexo seria feita através das relações familiares obtidas pelo casamento (CHAUÍ, 1984). O período anterior ao casamento estaria reservado para o conhecimento mútuo e a preparação para a vida conjugal, no qual não caberia, para a doutrina católica, esse tipo de relação.

Segundo Grings, a utilização dos métodos anticoncepcionais liberou a experiência pré-conjugal, pois com eles não se correriam maiores riscos de gravidez. Assim, constatou que cada vez mais pessoas chegavam ao casamento já tendo conhecido o prazer mútuo. Como consequência, destacou que se a barreira moral não foi suficiente para garantir a honestidade do solteiro, também não o seria para assegurar a fidelidade matrimonial. A liberação sexual que caracterizaria a vida de solteiro engendraria comportamentos desviantes da ética sexual cristã também no âmbito do casamento. Isso ocorreria pois os indivíduos prescindiriam do autocontrole sexual no período anterior ao casamento teriam dificuldades em mantê-lo na vida conjugal. A liberação sexual em determinadas circunstâncias desencadearia uma liberação completa, que romperia com todos os pressupostos estipulados pela tradição cristã, como o casamento e a família.

Nos anos 80, os colaboradores do *Lar Católico* diagnosticaram a mudança de comportamento da sociedade ocidental em relação ao sexo seguia em andamento. Havia a percepção de que a sociedade estava em constante mudança. Também a sexualidade havia sido afetada por essas transformações. Se antes os aspectos referentes ao sexo eram taxados de imorais ou morais, associando o tema ao pecado, na década de 80, toda a sociedade discursava intensamente sobre o sexo, através dos meios de comunicação. Esse fato parecia desagradar a Igreja, pois ela gostaria de ser a única detentora das práticas discursivas que versavam sobre o sexo.

Desse modo, o *Lar Católico* anunciou que a Igreja mundial estava empreendendo iniciativas para interpretar a inserção dos novos comportamentos sexuais no mundo, para assim articular o seu discurso sobre o tema. Nesse sentido, buscou descrever a iniciativa do episcopado francês em formar uma comissão para debater a sexualidade humana. Dessa comissão teria resultado um livro que abordou a questão da sexualidade sob o prisma cristão. O texto em questão refletiu sobre os aspectos afetivos da sexualidade humana, mas também tratou de analisar condutas sexuais como a masturbação e a homossexualidade, prescritas enquanto desvios. Os intelectuais escutados para montar esse estudo fizeram pareceres favoráveis ao que havia sido estipulado por Paulo VI (1968), em sua encíclica *Humanae Vitae*[188]. Assim, percebe-se que a Igreja estava disposta a discutir sobre o tema, mas não desejava abandonar a sua doutrina, que havia sido traçada a partir dos elementos presentes no documento citado, dentre eles o amor conjugal.

O amor conjugal continua na década de 80 a ser tratado como algo espiritual. No entanto, a sociedade se tornava cada vez mais sexualizada, o que obrigou o discurso católico a acompanhar esse movimento. A reação católica se revestiu no ataque ao excesso de valorização do sexo e do corpo dentro das relações entre homens e mulheres. Assim, a partir dos anos 80, constata-se a proliferação nos textos de uma veemente afirmação de que o namoro e o casamento não consistem somente na prática sexual. Tampouco os indivíduos deveriam pautar a escolha de seus parceiros na aparência física, pois o amor conjugal mobilizava fatores mais profundos: "Amar apenas o sexo é animalizar-se. Afeiçoar-se somente a beleza é arriscar-se a terrível desilusão."[189].

Na década de 80, o jornal parece estar cada vez mais ciente das transformações que afetaram o contexto sociocultural nos últimos anos, influenciando as práticas das mulheres e dos jovens. Essas alterações, segundo o jornal, deixavam a população de orientação católica cada vez mais perdida. Segundo D. José Gonçalves da Costa, se antes o assunto sexo sofria uma censura forte, sendo pouco discutido, nos dias atuais[190], esse tema estava ganhando tanta relevância, atingindo os extremos da pornografia. Conclui-se, portanto, que quando outras agências formadoras de opinião quebraram o monopólio da Igreja em relação ao discurso sobre o sexo, produzindo novas modalidades discursivas, estas foram desqualificadas pelos porta-vozes da Igreja.

---

[188] COSTA, J. G. Sexualidade e vida cristão. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 07 fev. 1982.
[189] MERIRELES, J. Amor Cristão. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p. 9, 13 jun. 1982.
[190] COSTA, J. G. Sexualidade e vida cristão. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 7 fev. 1982.

O sexo foi apresentado pelo jornal como uma dimensão que envolvia todo o ser humano e não somente determinadas partes do seu corpo. Na sua concepção, as ondas de sexualidade e de exploração sexual que estavam em evidência na década de 80, estavam causando diversas confusões nos indivíduos. Segundo o *Lar Católico*, o sexo teria duas dimensões, uma anatômica e outra psicológica, social e afetiva. Esta segunda diferenciaria a atividade sexual humana da animal. Assim, a sexualidade humana só poderá se desenvolver caso essas duas dimensões estiverem presentes. Portanto, o jornal considera que o amor livre não seria legítimo. Por outro lado, observando essa argumentação, pode-se perceber o desenho de uma representação do sexo mais condizente com que o clero oficial já defendia: a importância do sexo na construção do amor conjugal, funcionando como elo que fortaleceria o amor entre os cônjuges. Nesse sentido, "o sexo responde a necessidade de relacionar com o outro para completar-se."[191].

Se por um lado, verifica-se que nesse discurso houve alguma inovação, ao trazer uma visão mais positiva sobre o sexo, por outro é possível detectar a manutenção de um ideal de comportamento sexual vinculado ao casamento. Toda modalidade de ato sexual que diferisse disso, seria desvalorizado.

Além disso, não há como negligenciar o fato de que o jornal resgatou a ideia segundo a qual o sexo é válido na medida em que ele proporciona a continuidade da vida: "o sexo responde a uma necessidade humana de sair de si para perpetuar-se."[192]. Assim, ele representaria a oportunidade que o homem tem de se manter vivo, através dos filhos. Percebe-se então a manutenção da procriação como uma das finalidades do sexo.

De alguma forma, a desconfiança em relação aos comportamentos e discursos que envolviam o sexo persistia. O *Lar Católico* buscou esclarecer que a palavra erotismo, tão pronunciada no início dos anos 80, não significava um amor construtivo entre duas pessoas[193]. Considerou que a libido e a atração física faziam parte de uma relação sadia entre os parceiros. Sendo essas dimensões criadas por Deus, não representariam nenhum perigo ao homem. Portanto, o prazer sexual em si não deveria ser considerado como sujo ou pecaminoso. Porém, na sua concepção o erotismo estaria desvirtuando esse prazer ao colocá-lo enquanto um valor absoluto, sem relacioná-lo com outros valores. Assim o sexo deixaria de ser um pleno diálogo entre os corpos para se tornar algo meramente casual e descompromissado.

---

[191] MALTES, A. O sentido do sexo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 13 jun. 1982.
[192] MALTES, A. O sentido do sexo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 13 jun. 1982.
[193] OLIVEIRA, J. F. A sociedade de consumo sujou também o sexo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 22 fev.1981.

O jornal identificou que o fator responsável por essa promoção do erotismo foi o dinheiro, já que na sua concepção, a sociedade moderna de consumo percebeu que o sexo vendia bem. O sexo havia sido mercantilizado, retirando as casas de tolerância, onde rendia para pouca gente e foi transmitido para todas as instâncias da vida, através dos meios de comunicação de massa: moda, trajes, cinema, teatro, televisão, boates revistas, jornais, disco, tudo passou a receber o selo do erotismo aberto ou disfarçado. O jornal buscou enfatizar o quanto essa promoção do sexo era prejudicial, fazendo suas vítimas entre todas as idades.

Assim, esse discurso identificou o desenvolvimento de um amor menos responsável, que foi impulsionado pela criação e disseminação da pílula que "tirou o medo das universitárias ou colegiais".194 O texto ainda apontou para a facilidade dos encontros sexuais, já que os locais apropriados para isso se proliferaram pelas cidades. Todos esses fatores estariam confluindo para a criação de uma nova mentalidade mais favorável em favor do sexo, fazendo com que até os mais conservadores se sentissem constrangidos em tornar pública a sua posição mais reservada em relação ao sexo. No cerne desse discurso, estava a preocupação para com o acesso ilimitado que todos estavam tendo às práticas sexuais. O sexo havia fugido da censura e a ideia de pecado havia sido superada. Assim, parecia não haver mais freios para o emprego dos atos sexuais. A necessidade de virgindade estava sendo subvertida, relativizada, posta em questionamento. Esse processo, segundo o jornal, já estava tão consolidado que na década de 80, a virgindade passou a ser uma vergonha para as meninas que ainda a mantinham.

Em uma tentativa de reverter a situação contrária a doutrina sexual católica, o jornal indicou quais seriam os prejuízos oriundos da liberalização sexual. O erotismo estava liberando as pessoas, naquele momento, dos tabus em relação ao sexo. Por outro lado, porém, deixava essas mesmas pessoas instáveis emocionalmente, o que teria acarretado no aumento dos divórcios, dos abortos, dos índices de mães solteiras e de uniões ilícitas. Isso aconteceria pois quanto mais livre o sexo, mais exigentes sexualmente se tornavam os indivíduos, exigindo mais dos seus parceiros e, consequentemente, ficando cada vez mais insatisfeitos.

---

[194] OLIVEIRA, J. F. A sociedade de consumo sujou também o sexo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 22 fev.1981.

> O aumento de separações, desquites, traições conjugais, é proporcional ao aumento do erotismo na sociedade. Se um dos parceiros não satisfaz o exigente apetite do outro, é quase certo que o outro jamais moderará seu apetite por prazer. Irá tentá-lo fora do casamento ou num outro casamento. Quem despertou a libido e exacerbou o sexo sabia muito bem que este era um dos perigos de tal promoção. Mas o dinheiro falou mais alto.[195]

Pe. Zezinho constatou que nos anos 80, a opinião dos jovens em matéria de sexualidade estava distanciada do que a Igreja ensinava e desejava. Aqueles que porventura não frequentavam à Igreja, de antemão já percebiam o quão a doutrina cristã estava distanciada do mundo vivido. Por outro lado, o próprio Pe. Zezinho identificou que nem todos os que participavam das celebrações eclesiásticas e se auto-intitulavam católicos, concordavam completamente com as ideias cristãs a respeito da sexualidade[196]. Assim, este texto de Pe. Zezinho retratou a preocupação da Igreja para com a evolução dos comportamentos sexuais no mundo moderno, que não precisavam mais da anuência clerical para ser colocados em prática pelos jovens.

A sociedade dos anos 80 parecia desenvolver uma opinião própria no que concernia à moral sexual e questionava a sabedoria eclesial sobre esse tema. Segundo Pe. Zezinho, o argumento segundo o qual os religiosos não conheciam os aspectos mais próprios da convivência sexual se tornava corriqueiro. Esses grupos sociais também apontaram que alguns padres não seguiam piamente a doutrina ascética por eles pregada, o que começava a acarretar um descrédito em relação à conduta dos clérigos.

Enfatizando essas características secularizadas dessa sociedade, Pe. Zezinho buscou criticar as posturas que defendiam a beleza do sexo livre, praticado por amor e com a concordância de ambos. Para o referido padre, esses fatores não deveriam ser suficientes para legitimar o sexo pré-marital. Segundo ele, essa ideologia sexual estava evoluindo nos últimos anos e engendrando um comportamento cada vez mais descompromissado em relação ao sexo. A busca pelo amor na prática sexual estava sendo gradativamente substituída pela busca estrita do prazer. A união sexual com o intuito de encontrar o prazer contribuía para a disseminação do divórcio e das uniões conjugais não legitimadas pelos órgãos civis e religiosos, elementos que conferiam à família certa instabilidade, na acepção do catolicismo. Pe. Zezinho considerou que as facilidades da vida moderna em encontrar o sexo desestimulavam ao jovens a aderirem ao casamento.

---

[195] OLIVEIRA, J. F. A sociedade de consumo sujou também o sexo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 22 fev.1981.
[196] ZEZINHO. A nova moral sexual da juventude. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 4, 27 jan. 1985.

Pe. Zezinho constatou que naquele momento o sexo constituía-se em tema aberto para a juventude, que o praticava livre dos impedimentos referentes ao pecado. A moral sexual da juventude tornava, portanto, mais fluida, sendo o sexo permitido em todas as oportunidades, desde que envolvesse consentimento mútuo, respeito pelo outro e não fosse permeado por trocas econômicas. Os ensinamentos bíblicos já não cabiam dentro dessa moral sexual. Dessa forma, Pe. Zezinho identificou que o maior desafio para as Igrejas de orientação cristã seria justamente demonstrar para essa juventude que no campo da sexualidade, ainda existia o certo e o errado. No entanto, a Igreja não deveria mais seguir o modelo proibitivo, que parecia incomodar a sociedade, e sim apontar para os motivos emocionais e sociais que desaconselhavam à prática de um sexo descompromissado.

Nos anos 80, o *Lar Católico* publicou um texto que foi por ele intitulado *Carta aberta a alguns jovens sobre a virgindade*[197]. Tal texto se caracterizou por uma crítica efusiva ao meios de comunicação social que defendiam a libertação do sexo de um moralismo exacerbado. O jornal estava denunciando, portanto, uma postura moderna em relação ao sexo, que questionava a vigilância familiar em relação a essa questão, classificando-a como uma pressão familiar. Em detrimento dessa postura, o jornal se utilizou da ideia de orientação familiar, segundo a qual a família forneceria os elementos necessário para que o jovem pudesse decidir entre o bem e o mal do sexo. Enquanto o bem sexual se referiria a um sexo legalizado e transcorrido dentro da relação matrimonial, o mau sexo era aquele praticado fora dessas condições.

O jornal considerava que naquele momento, determinados segmentos sociais começaram a nutrir uma espécie de desprezo para com a castidade, ainda que ela tenha sido prevista pelos evangelhos e ensinamentos de Cristo. O contexto social e a ideologia sexual que vigoravam naquele período desagradavam ao jornal, pois se caracterizavam por uma permissividade que envolvia a desvalorização da virgindade e do corpo, acarretando em uma série de problemas que afetariam a organização familiar e social: utilização em larga escala das pílulas, aborto e divórcio; todos esses fatores estariam interligados e seriam as consequências de uma vida sexual desregrada.

[197] CARTA aberta a alguns jovens sobre a virgindade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.10, 24 jul. 1983.

5.2 O discurso sobre o aborto

O Pe. Jaime Snoek advertiu que no começo da década de 70 o mundo estava vivenciando uma revolução no tratamento das práticas abortivas (SNOEK, 1971). Isso ficaria evidente quando, em 1971, um manifesto assinado por mais de 343 mulheres famosas, foi entregue às autoridades francesas. Tal documento tinha por objetivo declarar que as assinantes haviam recorrido ao aborto por motivos sociais, psicológicos e pessoais. Essa ação fez parte de um movimento que visava a apoiar um projeto de lei que amenizaria a proibição da prática abortiva na França.

Mas esse movimento não estava restrito à França, pois segundo o referido padre, outros países europeus já haviam manifestado a ideia de que o aborto se tratava de uma opção íntima, a qual não cabia ao estado regular. Nos anos 80, ao discutir exatamente essa questão, o *Lar Católico* publicou um artigo no qual informava com pesar que alguns países já estavam adotando uma legislação pró-abortiva. Essa possibilidade de a lei humana ir de encontro ao que a Igreja estabelecia discursivamente como lei divina, amedrontava o mundo católico. Logo, para o jornal, os países que optaram por seguir tal legislação, estariam colaborando para o massacre proporcionado pelo aborto, que ceifava milhões de vidas por todo o planeta[198].

Ainda sobre o tema, Sisnando Barnabita acrescentou que o Brasil não deveria legalizar o aborto, com base no argumento de que outros países mais evoluídos o fizeram. Considerou que os países que assim procederam, mesmo contando com uma maioria numérica de católicos, não poderiam ser descritos enquanto países católicos, pois o catolicismo é completamente antagônico em relação ao abortamento, considerando essa prática abominável.199

No entanto, a própria Igreja constava que tudo estava se encaminhando para tornar a prática legalizada (SNOEK, 1971). Assim, se tornava cada vez mais consciente a respeito da necessidade reforçar as representações negativas referentes ao aborto. Tais representações avigoradas pelo discurso religioso deveriam ser postas em combate, envolvidas em um campo de luta contra aquelas mais favoráveis ao aborto, que estavam sendo articuladas por alguns grupos sociais entre os anos 70 e 80. Nesse sentido, o *Lar Católico*, assim como outros representantes da "boa imprensa" foram mobilizados para construírem representações normativas, que apelariam para a sensibilidade e a humanidade do leitor.

---

[198] A MAIOR violência! O aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 12, 3 abr. 1983.
[199] BARNABITA, J. M. S. Aspectos do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 6 dez. 1981.

De fato, a Igreja teria que se utilizar de todo o seu aparato discursivo para fazer frente a outras representações que estavam sendo reformuladas no tocante ao aborto. Afinal, se tornava cada vez mais perceptível que algo estava acontecendo no cenário mundial que havia proporcionado a incitação dos discursos e debates sobre o aborto. Mais propriamente, entre as décadas de 60 e 70, o mundo conheceu a emergência de uma nova etapa do movimento feminista, orientada pelas mudanças sociais, culturais e políticas que varreram a Europa e os Estados Unidos naquele momento (TAMIÃO, 2009). A influência que esse movimento ensejou no que concernia às percepções sobre o aborto poderiam afetar a visão que o catolicismo tratou de alimentar sobre o mesmo, ao longo de alguns séculos.

A historiografia que se dedica ao estudo do movimento feminista classificou essa etapa que se iniciou no final dos anos 60 como segunda onda do feminismo, devido à perspectiva e demandas diferenciadas daquelas defendidas pelas feministas no inicio do século XX. A primeira etapa desse movimento se caracterizou pela busca da emancipação feminina através da demarcação da presença e atuação da mulher em instâncias públicas, com a reivindicação do voto feminino e da igualdade de oportunidades educacionais entre os gêneros (TAMIÃO, 2009).

Com o passar do tempo e a conquista de algumas dessas exigências, as feministas formularam novas demandas, mais correlacionadas com as necessidades que despontaram a partir dos anos 60. Assim, a nova etapa do feminismo se caracterizou pela discussão a respeito da estrutura social, dos regimes econômicos, costumes e relações familiares. O olhar voltou-se gradativamente para o cotidiano e as experiências mais simples entre homens e mulheres. Consequentemente, o movimento ensejou uma série de estudos que visavam a buscar as origens da dominação e subordinação do sexo feminino, observando a ocorrência desses fenômenos não somente no espaço público, mas também no privado, ao analisar as relações familiares e sexuais.200

Logo, a segunda onda do feminismo foi marcada por uma tentativa, por parte das mulheres, de se rebelarem contra a sociedade patriarcal que incorporava a subordinação de

---

[200] Principalmente a partir da década de 80, um novo campo científico se abriu dando ênfase para os estudos que teriam a mulher como objeto, retirando-a do silêncio e da exclusão, nos quais havia sido relegada pelo conhecimento histórico. Sobre a questão dessa exclusão, ver: Perrot (1988). Fruto do desenvolvimento das demandas feministas, dentro da historiografia emergia a chamada "História das Mulheres", que teria como uma das finalidades evidenciar as relações entre homens e mulheres, observando como essa interação ocorreria no espaço da família e no desenvolvimento da sexualidade. Não parecia legitimo discorrer sobre as mulheres sem inseri-las na sociedade que as circunda, funcionando em certa medida, também como a história dos homens. Nesse âmbito, consultar: Duby e Perrot (1990). A partir da História das Mulheres, a categoria gênero foi mobilizada no sentido de questionar os papéis desempenhados por homens e mulheres tanto no setor público, quanto no privado.

um sexo pelo outro, através do poder simbólico.201 Revelar os meandros desse poder, com vias a combatê-lo nas situações corriqueiras, consistia naquele momento em uma das bandeiras do movimento.

Dentro dessa nova perspectiva, as mulheres foram gradativamente buscando a oportunidade de controlar os seus corpos, conhecendo os lugares de prazer para melhor empreender a sua sexualidade (PEDRO, 2005). Assim, é possível afirmar que o feminismo internacional que marcou os anos 60 e 70 foi caracterizado pela defesa dos direitos femininos no que concernia ao acesso às tecnologias reprodutivas. Tais tecnologias, de acordo com a percepção das feministas, fariam com que as mulheres retomassem o controle dos seus corpos, podendo desvincular o prazer sexual da procriação.

Ainda no que se refere a essa questão do corpo, as feministas colocaram em destaque a discussão a respeito do aborto em uma tentativa de angariar para as mulheres o direito de gerir o seu próprio corpo. Segmentos do feminismo desejavam libertar o corpo feminino do discurso normativo estatal e religioso, que visavam a impingi-lo a uma gravidez indesejada. O fato de carregar um filho indesejado lhes parecia um ato imoral, uma violência contra o corpo feminino, que não se constituía em uma mera máquina reprodutiva. O sentimento de maternidade, para essas mulheres, estava desvinculado ao desejo de ter aquele filho específico, que o Estado lhe imputava (VINCENT, 2009).

Assim, o movimento feminista dos anos 70 colocou em discussão a questão do aborto, destacando-a como decisiva para que as mulheres pudessem, enfim, controlar as políticas em relação ao seu próprio corpo. Logo, a prática feminista lutou em prol da difusão da contracepção e da necessidade de se dialogar a respeito da legalização do aborto e de outros pontos da saúde reprodutiva feminina (SCAVONE, 1998). Ao requerem o domínio sobre o corpo, as mulheres desejavam intervir no processo reprodutivo e sexual (procriação, prazer e aborto), retirando essa discussão da esfera íntima ao transpô-la para o espaço público.

O fato de o feminismo ter trazido o aborto para o debate social entre os anos 70 e 60, fez com que o *Lar Católico* concedesse mais espaço para a discussão do assunto. Com o intuito de construir uma determinada representação sobre o aborto, o jornal organizou-se de modo a formular uma linguagem visual e escrita que pudesse revelar os aspectos os seus pejorativos, negligenciados pelo feminismo. Dessa forma, tratou de publicar junto aos textos, fotografias e imagens de forte apelo sensitivo. Em geral, foram publicados fotos que

[201] Bourdieu definiu o poder simbólico como aquele que pode confirmar ou transformar a visão de mundo. Ele se caracteriza por ser um poder quase mágico "que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário". *(*BOURDIEU, 2004, p.14).

retratavam partes do corpo de fetos abortados, ou mesmo de fetos já plenamente formados, com o objetivo de demonstrar que o aborto se tratava de um crime praticado contra um indivíduo indefeso. A argumentação central que será esboçada pelo jornal ao veicular imagens e textos refere-se à valorização da vida e do direito que o feto possui em relação à preservação da mesma.

Partindo dessa premissa, o aborto foi apresentado como um problema de ordem legal, definido pela lei dos homens como crime. Esse fato fez o jornal se mobilizar, exigindo o fim da impunidade para aqueles que cometem tal crime. Por outro lado, o *Lar Católico* articulou um discurso de proteção a vida do feto e de desapropriação do corpo materno, para apresentar o aborto enquanto uma prática moralmente condenável. Logo, o discurso do jornal estava embasado em outros, de ordem legal e religiosa, aos quais o movimento feminista visava a desarticular para alcançar a libertação do corpo feminino.

Ao questionarem a legislação vigente sobre o aborto, as feministas sabiam que esta se constituía em uma forma legal de o Estado ingerir sobre o corpo e a vida sexual das mulheres. A tradição cristã, aliada ao poder estatal, incutiu no corpo feminino um ideal de moralidade, que pretendia prescrever a sexualidade das mulheres em restrições matrimoniais e reprodutivas. Assim, é possível afirmar que a Igreja tem legislado e fiscalizado o corpo feminino, a ponto de aliená-lo da própria mulher. Ela é depositária de um corpo que procria, o que restringe o seu livre arbítrio sobre ele. Assim, a Igreja se posiciona contrariamente ao aborto, pois ele significa um rompimento da concepção de que o corpo feminino foi construído para o outro e não para a própria mulher. Nesse sentido, o corpo deve ser entendido como um lócus no qual se inscrevem os conflitos entre o indivíduo, detentor do mesmo, e a sociedade (suas instâncias que objetivam governá-lo, dentre elas o Estado e a Igreja) (FOUCAULT, 1998b).

Em sua dissertação sobre a legislação feminista, Cláudia Nichnig especificou que a proibição da prática abortiva no Brasil consistia em uma técnica de poder, que visava manipular a população (NICHNIG, 2008). Nesse sentido pode ser mobilizada a análise foucaultiana, segundo a qual o Estado fazia uso do seu poder, controlando também a atividade corporal do sujeito, que incidia sobre a sexualidade e a natalidade (FOUCAULT, 1999). O poder exercido pelo Estado é satisfatório no sentido de que consegue estabelecer uma norma e convencer de que se trata de algo munido de naturalidade (FOUCAULT, 1999). A proibição do aborto deveria ser interpretada como uma atitude que teria por objetivo de preservar a natureza humana, que versava sobre a manutenção da vida. Assim, através da coibição das práticas abortivas, o Estado controlava a sexualidade e a fecundidade feminina, estendendo o

seu comando sob a sociedade. Essa prerrogativa que versava sobre a interiorização de um ideal de naturalidade, também valeria para a Igreja Católica, que desejava transmitir a ideia de o exercício da maternidade é uma condição natural para mulher, independentemente das condições que a envolvem.

Sobre essa questão, os colaboradores do *Lar Católico* assinalaram as suas posições. Para eles, a revolta materna diante de uma gestação indesejada seria inexplicável e contraditória em relação à natureza feminina, sendo necessário que ela fosse superada através do controle. Em outras palavras, sugeriram que a mulher se civilizasse, se adequasse às representações a ela impostas, para que assim pudesse aceitar e exercitar o amor materno.[202] Esse autocontrole seria essencial, pois segundo o colaborador, a ciência ainda não havia sido capaz de decifrar quais seriam os prejuízos para o feto caso sua mãe não o aceitasse.

A partir disso, é possível concluir que o jornal compartilhava de sua ideia segundo a qual o aborto representaria como uma negação completa da natureza feminina, atrelada à maternidade. A falta da aceitação da condição maternal intrínseca seria capaz de destituir a condição de mulher de sua praticante. Percebe-se assim uma relação direta entre a condição de mulher e o exercício maternidade.

As representações sobre o aborto buscaram difundir a ideia segundo a qual, ao lutar contra a naturalidade de sua condição, a mulher estaria exposta a traumas psíquicos. Esses transtornos psicológicos também poderiam ser produzidos devido ao sentimento de culpa que tanto a sociedade quanto elas mesmas se imputavam, por infringir a uma determinação divina (CUNHA, 2001).

O *Lar Católico*, neste sentido, indicou que o aborto seria um crime contra as leis divinas, cuja punição era prevista no código canônico e consistia na excomunhão do pecador.[203] O jornal alegou que por mais que se fizesse pouco caso do fato de não poder mais se utilizar dos sacramentos, o indivíduo não poderia fugir ao remorso provocado por um ato tão horrendo. Assim, o jornal mobilizou a hipotética opinião de especialistas no assunto, que consideraram o remorso oriundo do aborto poderia acarretar em problemas psíquicos, como a depressão, o suicídio, a frigidez e os desajustamentos conjugais. Porém, uma vez tendo se arrependido do ato, o pecador deveria esperar pela misericórdia divina, caso este adotasse uma vida mais santificada.

Além de apelar para o sentimento de culpa, o *Lar Católico* ainda apontou para os problemas que a interrupção da gravidez poderia acarretar para o corpo feminino. Segundo o

[202] BARNABITA, J. M. S. Objeções em favor do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 15 nov. 1981.
[203] BARNABITA, J. M. S. Aspectos do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 6 dez. 1981.

jornal, a deteriorização da saúde da mulher seria uma possibilidade eminente, já que o aborto consiste em uma intervenção muito arriscada no corpo feminino, podendo ser fatal para a gestante. Esse perigo ainda se agravava, segundo o médico especialista citado pelo jornal, pela atuação de pessoas não profissionalizadas, que davam prosseguimento à interrupção da gestação sem ter uma especialização em ginecologia[204]. Com relação a esse argumento, de fato sabe-se que quando mal executado, o aborto poderia levar a mulher ao óbito. Assim, a solução para esse problema não passaria pela legalização e sim pela anulação completa da prática.

Ainda segundo o jornal, com a liberalização e a descriminalização do aborto, os problemas com o abortamento clandestino não seriam sanados, pois os sentimentos de vergonha e medo ainda mobilizariam as mulheres. Assim, concluíram, mais uma vez pautando o seu discurso na defesa pela à vida, que a legalização, ao invés de trazer soluções, seria a responsável pela morte de milhões de inocentes, desnecessariamente[205].

A questão da defesa do corpo feminino, como já foi mencionado, também havia sido mobilizada pelo feminismo, porém sob uma perspectiva diversa desta apresentada pelo *Lar Católico*. Assim, ao questionarem o aborto, não estava em jogo para as mulheres somente o desejo de controlar o número de filhos por uma questão meramente econômica, mas na verdade, o que elas reivindicam é o desejo de possuir uma melhor qualidade de vida e um controle sobre o próprio corpo. De uma maneira ou de outra, a busca pelos direitos reprodutivos evidenciava um questionamento profundo a respeito da maternidade enquanto uma finalidade irremediável para o sexo feminino. Também o feminismo se mostrava compadecido para com as mulheres que sofriam com os riscos sociais e físicos que envolviam a realização do ato abortivo (COSTA, 2002).

A culpa diante daquilo que a sociedade iria pensar se constitui em mais uma faceta da publicidade do sexo. Sem dúvida é também através da legislação estatal que o sexo se torna algo público, que interessa a todo o grupo social. Também o prazer, teoricamente de foro íntimo, seria alvo de interdição do discurso legal e do católico. Ao restringir o aborto, o Estado buscava circunscrever a sexualidade feminina dentro de determinados parâmetros, demonstrando à mulher quão limitada seria sua atuação sobre seu corpo e sobre sua condição procriadora.

Segundo Nichnig a regulação do aborto se revestia de uma tentativa de demonstrar que somente o prazer sexual dentro do casamento seria legítimo. Considerando que o aborto

---

[204] BARNABITA, J. M. S. Aspectos do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 6 dez. 1981.
[205] A PESTE do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 29 nov. 1981.

seria a alternativa encontrada por algumas mulheres casadas para ocultarem os seus desvios sexuais, não poderia ser ele permitido pelo Estado. Este não poderia compactuar com semelhante comportamento feminino, verificando a necessidade de castigá-lo, através da imposição de um filho indesejado (NICHNIG, 2008).

O feminismo sabia que a condenação ao aborto estava enraizada no pensamento jurídico brasileiro. O Estado brasileiro, desde a construção da sua faceta republicana, apesar da separação que formalizada entre a política e a religião na constituição de 1891, adotou alguns dos pontos definidos pela doutrina sexual católica. A defesa que esta empreendeu em favor da família, interessava ao Estado, que estava influenciado por um ideal de ordem e progresso. Assim, não é difícil imaginar que os preceitos morais do cristianismo influenciaram na criação da legislação que visava a limitar as práticas sexuais ao âmbito do casamento (NICHNIG, 2008). Em meio às regras restritivas, deve-se destacar a que desconsiderava o aborto enquanto uma prática legítima.

Incorporada pela legislação brasileira desde o século XIX, a condenação ao aborto apareceu mais veementemente no código penal de 1940, que regulamenta os crimes até a atualidade (BARSTED, 1997). Através desse código, o Estado controlou a sexualidade estabelecendo penalidades para aqueles que contribuíssem de alguma forma para a interrupção da gravidez. Tal código previa a punição tanto da mulher que praticou o aborto, quanto daqueles que a auxiliaram (médicos, enfermeiros e parteiras) (NICHNIG, 2008). No entanto, há que se fazer ressalvas, já que nem todos os casos o aborto seria proibido: quando a gravidez resultasse de um estupro ou quando envolvia risco para a gestante (VENTURA, 2001).

Mesmo sendo ilegal, o aborto foi uma prática executada por aquelas que não desejavam seguir com uma gravidez indesejada. Sobre essa questão, a historiadora Joana Maria Pedro desenvolveu uma pesquisa reveladora na cidade de Florianópolis, através da qual constatou que tanto o infanticídio quanto o aborto se constituíram em realidades presentes no cotidiano das mulheres, ao longo de toda a história do Brasil (PEDRO, 2003b).

O catolicismo teria permanecido indiferente aos entraves que não tornavam a maternidade uma possibilidade para todas as mulheres. No entanto, ele reconhecia o fato de que essa prática consistia em uma realidade, do contrário não verificaria a necessidade de se mobilizar discursivamente para combatê-la. Isso só compra que no campo dos direitos reprodutivos e da concepção, historicamente, as mulheres e os homens demonstram um comportamento transgressor com relação às normas estabelecidas pela Igreja Católica.

Porém, de acordo com o que Nunes Rosado afirma, embora essa prática transgressora fosse uma realidade para as gerações passadas, nas últimas décadas, ela adquiriu novos contornos, talvez mais explícitos, pois outros discursos são evocados pelas mulheres para explicar as suas práticas (NUNES, 1996). Essa assertiva valeria mais para os anticoncepcionais que para o próprio aborto, que não desfrutou de uma aceitação social considerável. Afinal, não se pode negligenciar o fato de que, segundo Pierruci, a moral católica se fez incidir mais bravamente na questão do abortamento, que propriamente no que se referia à adoção dos métodos anticoncepcionais. A máxima do aborto como um grave pecado contra a vida humana influenciou na opinião que a população emitia acerca dessa prática (PIERUCCI, 1978).

Mas essa representação negativa que se construiu em torno do aborto não foi suficiente para erradicá-lo. Ele continuaria a ser uma realidade enquanto houvesse impossibilidade da constituição do sujeito mãe, devido à falta de condições de sobrevivência econômica e social da mulher com um filho (PEDRO, 2003c). Nesse sentido, o estudo de Soihet indica quais seriam aquelas mulheres que estariam propensas a praticarem semelhante ato, o que se coaduna com os casos de leitoras que recorreram ao aborto, ou receberam de suas famílias o conselho de interromper a gestação. Essa questão poderá ser observada no último capítulo. Assim, segundo Soihet:

> A partir dos exames dos processos criminais sobre aborto e infanticídio, verificamos que as hipóteses médicas apresentadas sobre razões do infanticídio não correspondem à realidade. A grande maioria das mulheres que recorriam a este expediente eram mulheres pobres, empregadas domésticas, em sua maioria recém-vindas da área rural, analfabetas, sem maiores esclarecimentos, o que deve de certa forma explicar tal decisão, pois suas condições de vida lhes vedavam maiores informações até mesmo quanto às práticas abortivas. (SOIHET, 1986, p.191).

Mas para o *Lar Católico* o contexto que circundava a mulher não deveria ser mobilizado para justificar as práticas abortivas. Foi nesse sentido que nos anos 80, o jornal reforçou o discurso oposicionista em relação ao aborto, apresentando-o como um assassinato, cuja vítima não teria possibilidades de defesa. Em sua concepção, esta consistia em uma prática injustificável, mesmo diante de uma possibilidade eminente de uma perda de honra por parte de moça jovem que havia engravidado por conta de um mero acidente. O aborto foi apresentado como um ato cruel, contra os desígnios de Deus. Assim, se tornariam equivocadas todas as desculpas, referentes à quantidade excessiva de filhos e a dificuldade de alimentá-los, que podem ser mobilizadas para contornar os estragos provocados por esse tipo

de prática. Em outras palavras, o jornal considerava com ilegítimos os fatores que circundavam as mulheres e tornavam a prática da maternidade possível. As questões econômicas não seriam resolvidas com a adoção desse expediente[206].

Assim, com o intuito de sensibilizar seus leitores, o jornal utilizou-se de uma linguagem articulada em torno da idéia de castigo, apelando para os problemas de consciência que essa prática poderia engendrar nas pessoas envolvidas:

> Você, médico que ganha dinheiro com o aborto. Você, mãe que obriga sua filha a praticar aborto. Você, homem que obriga a sua esposa ou namorada a praticar o aborto. Você, moça que aborta para salvar a sua honra. Você ainda terá coragem de olhar para os olhos alegres de uma criança inocente? Terá coragem de abraçar e beijar uma criança feliz?[207]

A possibilidade de uma mulher não conseguir organizar as condições necessárias para se tornar um sujeito mãe, fez com que a Igreja tivesse que traçar estratégias para combater o aborto. Assim, percebeu que uma das estratégias mais eficazes seria fornecer os elementos necessários para que os seus seguidores interiorizassem a representação da naturalidade do sentimento maternal, acima de todas as vicissitudes das condições materiais. Logo aquelas que optassem pela interrupção da gestação, teriam que aprender a conviver com o sentimento de culpa e com a rejeição social, pregados pelo jornal.

Diante do fato de que muitas mulheres recorriam ao aborto, mesmo sabendo da sua ilegalidade e imoralidade, o *Lar Católico* buscou no cumprimento das leis estatais a garantia para que o índice de abortos diminuísse no Brasil. Por isso, parecia-lhe perturbadora a impunidade que reinava no campo de combate a essa prática. A falta de repressão à criminalidade incomodava, principalmente no tocante aos crimes que feriam a vida, destes destacava-se o aborto, pois seria essa a razão da proliferação do crime.

Nesse sentido, era preciso que o jornal demarcasse os motivos pelos quais o aborto teria sido considerado um crime, uma afronta às leis humanas e divinas. Assim, apelou para a desumanidade subjacente ao ato, classificando-o como pernicioso, pois se tratava da manipulação da vida do outro. Este outro sempre estava em situação desfavorável, caracterizada pela impossibilidade de defesa. Portanto, na sua acepção, estava configurado o crime cujas leis deveriam cuidar de punir. O jornal também buscou enfocar o que considerava ser um grande paradoxo: os profissionais que teriam por missão cuidar e preservar o direito à

[206] A MAIOR violência! O aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 12, 3 abr. 1983.
[207] A MAIOR violência! O aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 12, 3 abr. 1983.

vida estavam envolvidos neste triste crime, que não era devidamente combatido pelo Estado. Assim, não somente as mulheres deveriam sofrer as penalidades devidas, mas também aqueles que de alguma forma a auxiliaram no processo, pois

> [...] tal impunidade deforma a consciência profissional de muitos e consciência dessas pobres meninas e mulheres que se lançam na mais cruel frustração ao extirpar a vida nova que nasce dentro delas, porque, aliás, fizeram por isso. Essa vida nova destinada ao pleno desabrochar de ser humano, imagem e criação de Deus, não lhes pertence mais desde que concebida e não podendo pois, positiva e diretamente eliminada.[208]

Essa mesma questão foi mencionada em outra oportunidade, quando o jornal novamente enfatizou que não somente a mãe deveria ser responsabilizada pelo abortamento, mas também todos aqueles profissionais que participaram da ação[209]. Logo, o crime de aborto não era somente feminino, mas também social. Por conta disso, o jornal considerou um acinte às leis divinas que determinados países considerassem em suas legislações esse ato enquanto legitimo. Mas caso a criminalização não ocorresse no espaço terrestre, o pecador encontraria o seu castigo na dimensão sagrada, quando do seu encontro com o criador. Percebe-se então o reforço de um discurso amparado na noção de castigo divino para o pecador não arrependido, com a intenção de limitar as ações humanas.

A partir de tudo isso, pode-se concluir que o catolicismo se empenhou em coordenar os corpos e a sexualidade dos indivíduos, através da condenação ao aborto. Essa questão se constituiria em uma parte integrante do seu projeto de ordenação social e proteção a família. Ao analisar as questões referentes ao aborto, a especialista Danda Prado se concentrou em elucidar as representações que buscavam desqualificá-lo. Assim, seu estudo perpassou pelo posicionamento que Igreja articulou sobre o tema, afirmando que ela tendia a considerar as práticas abortivas como pecaminosas. Porém, mais que isso, o aborto apareceu no discurso religioso como desumano e contrário à vida, portanto, consistiria em um dos piores pecados.

Logicamente, a Igreja se posicionou contrária ao aborto, condenado inclusive quando era praticado em nos casos permitidos pela lei dos homens e continua a defender essa postura nos tempos atuais (NICHNIG, 2008). O *Lar Católico* afirmou que a Igreja somente consideraria lícito o aborto não desejado, quando for necessário à mulher utilizar-se desse mecanismo para salvar a sua própria vida. Em caso de estupro, a licenciosidade não estaria tão comprovada. As reticências em relação à necessidade da prática abortiva nesse caso estariam

---

[208] CRIMES impunes e atentados contra o amor. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.15, 21 fev. 1892.
[209] A PESTE do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 29 nov. 1981.

amparadas, segundo texto, na opinião de alguns autores, que consideraram que a concepção somente ocorreria 48 horas após o ato sexual. Desse modo, seria possível para a vítima da violência sexual expelir o esperma masculino, a partir da orientação médica[210].

Percebe-se que esse discurso foi pouco complacente para com aquelas que haviam sido submetidas a essa modalidade de violência, exigindo dessas mulheres uma racionalidade praticamente imediata. É possível inferir que o jornal considerou que o corpo da gestante não pertencia mais a ela, pois indiretamente defendia que ela teria que conviver com o símbolo da violência sexual. Sobressaía a função de um corpo procriador, alheio aos conflitos e ansiedades da mulher[211]. Então, pensar no corpo feminino sob esse prisma da autonomia no controle da concepção sempre consistiu em uma subversão dos valores (ARDAILLON, 1998), inaceitável para o catolicismo representado pelo *Lar Católico*.

No ano de 1981, foi publicada uma matéria cujo título elucidativo era *A Peste do Aborto*[212]. Seu conteúdo versava justamente sobre a validade de as mulheres prescindirem do seu corpo da maneira como lhes convier. Assim, o jornal defendeu a ideia de que as mulheres não são as donas dos seus corpos e, portanto, não têm o poder de escolher se devem ou não seguir com a gravidez. A vida era entendida como um presente de Deus, portanto o homem não poderia gerir sobre a mesma, determinando quem deveria ser salvo e quem deveria perecer. O feto foi apresentado como uma propriedade divina e não materna, já que a mãe não deveria ter controle de vida e morte sobre o mesmo. A vida do feto era um fator a ser mais valorizado que a autonomia do corpo feminino.

Como o aborto apareceu no discurso religioso como eminentemente antagônico à vida, justificando o seu combate é necessário perguntar-se qual seria a origem dessa visão negativa que o catolicismo desenhou a respeito do aborto. Como estratégia para tornar legítima a sua doutrina sobre a interrupção da gravidez, o discurso católico se esmerou em demonstrar que o aborto foi considerado nocivo desde tempos imemoriais. A imutabilidade dessa condenação indicaria que se trata de uma proposição divina. Segundo Snoek, a condenação da morte de inocentes já encontrava sua raiz no cristianismo primitivo (SNOEK, 1976). O discurso católico mobilizou as palavras do livro Didaché de Atenágoras e Tertuliano, para demonstrar a longevidade da execração do aborto.

No entanto, é preciso atentar que essa atitude contrária ao aborto tem a sua historicidade escamoteada pelo discurso de sacralidade que o circundava. De fato, sua

---

[210] BARNABITA, J. M. S. Aspectos do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 6 dez. 1981.
[211] BARNABITA, J. M. S. Aspectos do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 6 dez. 1981.
[212] A PESTE do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 7, 29 nov. 1981.

execração pela hierarquia eclesial se tornou oficial em meados do século XIX, através da atuação do Papa Pio IX (HURST, 2000). Nos últimos tempos, os discursos dos pontífices abordaram com mais afinco o tema, sempre ponderando sobre a sacralidade da vida, devido ao fortalecimento das discussões sobre os direitos reprodutivos femininos. O próprio Concílio Vaticano II condenou severamente o aborto, apelando para a imutabilidade dessa condenação (HURST, 2000).

Assim, Rosado Nunes ponderou que as considerações católicas sobre o aborto se modificaram ao longo da história milenar do cristianismo. A princípio, a reprovação para com o aborto residia no fato de este significar um mecanismo de ocultamento de possíveis traições e transgressões sexuais. Portanto, o aborto estava atrelado ao mau uso do corpo, sendo percebido pela Igreja como um caminho para os pecadores encobrirem seus pecados. A interrupção da gravidez era passível de condenação quando esta já se encontrava em estágio avançado, no qual o feto estava formado. Portanto, ainda não havia uma ideia bem definida acerca do começo da vida.

Por volta dos séculos XVI e XVII, o aborto indireto passou a ser tolerado quando era necessário salvar a vida da gestante. Mais tarde, entre os séculos XVII e XIX, a discussão a respeito da infusão da alma se tornou mais constante, com a preponderância da corrente que acreditava que a alma já estaria presente desde a concepção. No ano de 1869, Pio IX definiu que no momento da concepção a alma já se estaria acoplada ao corpo, sendo por esse fato inaceitável que o aborto fosse praticado em qualquer estágio da gravidez. A mulher que o praticasse e os seus auxiliares receberiam a pena da excomunhão. Essa posição ainda é defendida pela oficialidade católica (TALIB, 2008).

A ideia de que o momento da concepção já inaugura a vida, sendo o fruto desta um sujeito de direito, cuja existência deveria ser preservada, influenciou os juristas e demarcou a posição da Igreja Católica sobre o início da vida. Essa percepção foi suficiente para definir o aborto como um crime abominável e um pecado em qualquer momento da gestação. Assim, para o jornal, aquelas que praticavam o aborto poderiam ser consideradas seres abaixo de qualquer animal, pois até mesmo estes seriam capazes de defender as suas crias. Portanto, a anuência para com o aborto rebaixaria toda a humanidade, ferindo a dignidade humana. O jornal ainda argumentou que uma vez sendo decretada a legalidade do aborto, este se proliferaria, fazendo também aumentar a prostituição e o sexualismo exacerbado. Assim, o

discurso articulou a ideia de licenciosidade sexual com o aborto, fazendo de sua condenação um caminho para regular o corpo feminino[213].

Logo, elementos que congregam aspectos religiosos, morais e biológicos convergem para montar os argumentos necessários para apoiar a condenação católica do aborto. O catolicismo tem destacado na sua prática discursiva o interesse de defender e respeitar a vida, conferindo a essa uma determinada sacralidade. Se a vida humana é considerada sagrada devido ao seu dom divino, ela deveria ter essa característica desde o momento da fecundação. Assim, a questão da defesa da vida se tornou primordial nesse debate, legitimando o posicionamento contrário ao aborto (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, 1974).

Essa percepção sobre a valorização da vida atrelada ao combate ao aborto foi desenvolvida em vários textos publicados pelo *Lar Católico*. Em um suplemento elaborado pela pastoral ligada à CNBB e divulgado pelo semanário, por exemplo, o tema do aborto foi mencionado sutilmente. Esse debate se articulou em meio à exposição das temáticas que a Igreja brasileira acreditava que deveriam estar presentes na discussão da constituinte. Depois de viver algumas décadas sob o signo da ditadura militar, novas possibilidades se desenhavam para o povo brasileiro, dentre elas a elaboração de uma constituição que garantisse os direitos de todos os cidadãos. Empenhada em esclarecer para os seus leitores quais seriam as pautas mais interessantes que deveriam constar nesse documento, a CNBB começou através do *Lar Católico* uma campanha de conscientização.

Dentre os direitos que a CNBB argumentou que deveriam ser salvaguardados pela Lei Maior, estava aquele que dizia respeito à preservação da vida. A partir disso, o aborto foi considerado como antagônico a esse direito essencial, sendo inaceitável que essa prática fosse legalizada, ou mesmo descriminalizada, tal como as feministas desejavam. O texto desenvolveu a ideia de que a vida humana deveria ser preservada desde o primeiro instante, evidenciando a sua existência já no momento da concepção. Isso posto, a CNBB considerou que as autoridades não deveriam ser condescendentes com o crescimento dos índices de abortamento no Brasil[214].

Essa mobilização discursiva da CNBB, apelando para que a criminalização do aborto permanecesse na constituição de 1988, consistia em uma tentativa de fazer frente às discussões que as feministas desejavam trazer para a pauta da constituinte. Isso porque, a partir dos anos 80 no Brasil, os grupos feministas buscaram conquistar para as mulheres o

[213] A PESTE do aborto. **Lar Católico**, p.7, Juiz de Fora, p.7, 29 nov. 1981.
[214] DECLARAÇÃO pastoral. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.7, 5 maio 1986. Suplemento.

direito legal de dominarem os seus corpos. Nesse sentido, nasceu o diálogo a respeito da legalização do aborto, que se fez presente no contexto da Constituinte, em fins dessa década.

As divergências entre as feministas se concentraram a respeito da descriminação do aborto. Enquanto que alguns grupos lutavam para que não houvesse um retrocesso significativo em relação ao tema, que aumentasse as penalidades e restringisse as condições para que o aborto fosse realizado dentro dos ditames da lei, outros reivindicavam pela legalização completa do aborto. O tema era delicado e não encontrava unanimidade entre o grupo feminista. Elas tinham a consciência de que estavam lutando contra uma tradição considerada moral e legal, o que tornava mais difícil construir novas representações sobre o aborto.

No início da década de 80, a mera possibilidade de se legalizar o aborto amedrontava aos colaboradores do jornal. Por esse motivo, a oposição prosseguiu nas páginas da "boa imprensa", refutando opiniões comumente apresentadas em prol do aborto. Assinada por José Meireles Sisnando Barnabita, uma reportagem publicada no ano de 1981, afirmou que a estimativa para o número de abortamentos no Brasil foi de 3.400.000 casos[215]. Diante desse índice, um advogado mencionado pelo colaborador declarou ser necessário legalizar essa prática, já que ela era executada e tolerada por muitos. Assim, Sisnando Barnabita contra-argumentou que uma vez estipulada essa lei, o número de abortamentos cresceria sensivelmente. Para ele, a lei antiabortiva serviria como um freio contra a imoralidade, protegendo os fetos contra a barbaridade. Logo, concluiu que o número elevado de crimes cometidos não deveria levar à legalização do mesmo, pois assim não se procedia com os homicídios e os furtos e não deveria ser diferente com o aborto.

Como não poderia ser de outra forma, as matérias publicadas pelo *Lar Católico* sobre o aborto apresentaram argumentações contrárias à legalização do mesmo, muitas vezes correlacionando-o com os métodos anticoncepcionais. Em outro texto assinado pelo colaborador Sisnando Barnabita, foi possível encontrar ponderações sobre a utilização da pílula como um estratagema para impedir que o aborto fosse cometido. De acordo com o autor, ao comparar os dois métodos, a pílula consistiria em um mal menor diante de um assassinato[216]. Porém segundo o colaborador, algumas mulheres preferiam utilizar o aborto enquanto um método anticoncepcional, pautando-se em afirmações errôneas sobre a pílula, ao acusá-la de causar mal-estar contínuo na mulher. Percebe-se neste texto, datado da década de

[215] BARNABITA, J. M. S. Objeções em favor do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 15 nov. 1981.
[216] BARNABITA, J. M. S. Aspectos do aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 5, 6 dez. 1981.

80, uma relativização a respeito da condenação do uso dos anticoncepcionais, que caracterizou o posicionamento do jornal nas décadas anteriores.

Ainda segundo Barnabita, uma jornalista havia levantado um argumento equivocado em favor do aborto. Essa jornalista citada teria defendido o aborto enquanto um método eficaz para se diminuir a delinquência juvenil, pois segundo a percepção dela, os delitos seriam cometidos pelos filhos dos pobres. A partir disso, Sisnando Barnabita ponderou que não somente os pobres cometeriam crimes, os ricos também o faziam, porém com mais habilidade. Para ele não seria suprimindo vidas que se encontrariam as soluções necessárias para resolver os problemas sociais, mas sim através da promoção de uma melhor justiça social. A questão da superpopulação também não seria um argumento plausível em favor ao aborto, pois no mundo seria possível encontrar exemplos de países, cuja população era enorme, mas que ao mesmo tempo eram bem desenvolvidos economicamente.

Em outra matéria, o colaborador não se mostrou tão condescendente com o uso dos anticoncepcionais, como o foi Sisnando Barnabita. Assim, buscou refutar a ideia segundo a qual a utilização em larga escala dos anticoncepcionais evitaria o aborto. Para realizar tal intento, publicou a opinião de um especialista, o médico francês Dr. Tremblay. Tal médico esclareceu que nos países onde as campanhas a favor da contracepção foram bastante efetivas (nos casos da Suécia e da Holanda, por exemplo) o índices de práticas abortivas não recuou. Ao contrário disso, verificou-se uma taxa elevada de praticantes de aborto entre as mulheres que faziam uso regular de contraceptivos. Quando esses meios não funcionavam devidamente, tais mulheres recorriam ao aborto para evitar a gravidez. Assim, o texto defendeu que tanto o aborto quanto os métodos anticoncepcionais comungavam com a rejeição da criança e produziam uma maior liberdade sexual.

Os movimentos neomalthusianos foram apontados como os responsáveis pela promoção desses dois mecanismos contrários aos nascimentos. Em um primeiro momento reivindicavam a legalização dos anticoncepcionais, mas como esses não garantiam segurança total, a concepção poderia ocorrer. Assim, para evitar o nascimento, era necessário recorrer ao aborto, o que acarretou na luta para a legitimação legal do mesmo. Dessa forma, solicitar a legalização da larga utilização dos meios anticoncepcionais como estratégia para se coibir o aborto seria, para o jornal, uma verdadeira falácia[217].

Outro mecanismo utilizado pelo *Lar Católico* para convencer o leitor sobre a crueldade que envolvia as práticas abortivas se referia à utilização do discurso pedagógico

[217] ANTICONCEPCIONAIS levam ao aborto. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.1, 8 mar. 1981.

(ORLANDI, 1987) para apoiar o discurso religioso. Como já foi mencionado, tal discurso seria empregado na tentativa de influenciar condutas através da narração de histórias que serviriam de exemplo para leitores. Essas histórias, portanto, construíram representações normatizantes em consonância com os ditames da Igreja em todas as suas instâncias.

Assim, verifica-se a presença dessa tendência pedagógica na matéria publicada em 1983, que analisava a mudança de posição de um médico americano sobre o aborto[218]. Assim, percebe-se que o jornal se utilizou do discurso pedagógico, descrevendo histórias de vida para demonstrar através da narração de experiências humanas os caminhos corretos a serem seguidos pelos leitores. O referido médico, após ter realizado mais de 5 mil abortos nos Estados Unidos e de ter participado ativamente da luta em prol da legalização do mesmo neste país, se converteu após ter conhecido melhor os comportamentos do feto.

O texto publicado consistiu em uma tradução do depoimento do médico, que contou como foram os seus primeiros contatos com a prática abortiva e como ele foi capaz de rever as suas posições a respeito dessa questão. Segundo ele, quando ainda cursava Medicina, se compadeceu da sorte de uma colega de classe que havia engravidado, tendo que recorrer a um charlatão para retirar o filho. Como isso quase custou a vida da moça, o médico resolveu ajudar àquelas mulheres que se encontravam em situação semelhante e que não desejavam levar adiante uma gravidez. Assim, ele começou a ser especializar nas práticas abortivas e se reuniu a outros na tentativa de sensibilizar as autoridades e a população a respeito da necessidade de legalizar o aborto. Para realizar tal empreendimento, utilizou-se de táticas por ele condenáveis. Uma dessas táticas consistiu em divulgar para o público americano que em torno de 10 a 15 mil mulheres morriam devido a abortos clandestinos, quando na verdade esse número era bem inferior.

Ele também apoiou a sua campanha em conceitos de grande persuasão, que versavam sobre a liberdade de escolha e da necessidade da mulher controlar o seu próprio corpo. Conseguindo o seu intuito, pois a legislação de Nova Iorque acabou liberando o aborto, o médico pôde realizar o seu trabalho livremente. No entanto, começou a mudar de opinião quando passou a estudar a vida intra-uterina do feto. Segundo ele, quando estava na universidade, pouco se sabia e se discutia sobre o que ocorria no interior do útero. Com o avanço da tecnologia e da ciência médica, foi possível detectar aspectos da vida intra-uterina. O médico então se conscientizou a respeito da sensibilidade e das reações fetais, percebendo-o enquanto um indivíduo, que também teria direito à vida. A partir disso, ele percebeu que os

[218] O REI do aborto se retrata. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.8, 16 jan. 1983.

conceitos de direito à liberdade de escolha e de controle do corpo esbarravam em questões éticas. Para ele, estava comprovado que o corpo do feto era completamente separado do materno, portanto, a mãe não teria o direito de gerir esse outro corpo, ainda que ele se encontrasse no interior do seu.

Assim, dando publicidade a esse depoimento, marcado pela redenção de um pecador, o jornal esperava sensibilizar os seus leitores no sentido de ter respeito à vida do feto. O aborto consistia na interrupção de uma vida em andamento, já que aquele ser era capaz de se movimentar e reagir aos estímulos externos. Além disso, o arrependimento do médico por ter sido o responsável pelo assassinato de milhares de crianças indefesas, demonstrava para esses leitores que essa prática não era compensadora e pesava na consciência daqueles que foram cúmplices a ela.

Em meados da década de 80, já sob a influência da CNBB, uma perspectiva mais voltada para a orientação que para a normatização se desenvolveu no jornal sobre o aborto. Foi nesse sentido que em 1985, o *Lar Católico* noticiou sobre a realização de um seminário intitulado *Direito à maternidade e ao aborto: reflexões e alternativas*. Nesse encontro, participaram a representante do departamento feminino da OAB, outras advogadas, enfermeiras e professoras. A matéria assinada por Nair Moreira diferiu dos outros textos, pois a jornalista apresentou opiniões contrárias e favoráveis à prática abortiva, ainda que tenha dado mais ênfase às ponderações antiabortivas.

O texto começou expondo uma questão clássica para aqueles que condenam o aborto, que consistia no direito que o ser humano tinha de ter sua vida preservada desde o início. O segundo passo foi elencar quais os problemas e questões de ordem religiosa que surgiriam para a sociedade com a liberação legal dessa prática. O intuito seria o de estimular a reflexão dos leitores: "e nós como católicos, como nos comportaremos diante do aborto? Se o aborto for legalizado, quem irá custeá-lo? Será que as mulheres vão deixar de abortar quando o aborto for legalizado?"[219].

A matéria prossegue com a apresentação de sugestões, como políticas de saúde para a gestante, educação e conscientização do seu estado e criação de uma legislação que protegeria a mulher grávida. Na concepção da representante da OAB, essas medidas poderiam prevenir o aborto. Nota-se que pela primeira vez o jornal considerou como importantes as questões que circundam a gestante, conferindo a ela a possibilidade de se constituir enquanto sujeito materno.

---

[219] QUESTÃO legal debatida no seminário sobre maternidade e aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.9, 23 jun. 1985.

Logo em seguida, a posição das feministas é revelada. As feministas argumentavam que apesar da legislação que visava a coibir a prática, ela sempre foi utilizada pelas mulheres em todos os tempos. Também afirmavam que a maternidade consistia em uma violência simbólica contra a mulher, na medida em que ela não poderia controlar o seu próprio corpo e decidir em prol da gestão ou não. Por fim, o texto se encaminha para a conclusão com a seguinte afirmativa, que evidencia a tomada de posição do jornal: "cada aborto é como quem afirmasse ter se acovardado diante da responsabilidade de colocar um filho neste mundo caótico". Percebe-se, portanto, que já há uma abertura incipiente no jornal para o dialogo, mas o discurso contrário a interrupção da gestão permanece ativo.

Mesmo assim, a discussão a respeito do aborto ganhou contornos mais complexos, tornando a discussão sobre a situação da mulher e a sua relação com a maternidade mais aprofundada. O jornal noticiou a criação do Instituto Grávida na cidade de Belo Horizonte e as discussões que ele engendrou tomaram conta das páginas do *Lar Católico*, quando o tema se referia ao aborto[220]. A reportagem de Nair Moreira trouxe a entrevista com o psicólogo e responsável pelo instituto, Marcus Vinícius, que concedeu o seu parecer sobre os motivos que levariam a mulher a adotar essa prática.

Segundo esse psicólogo, a função do instituto seria auxiliar as mulheres no sentido de minimizar os fatores que impediam a mulher de exercer em plenitude a sua maternidade. Assim, ele acreditava que muitos abortos aconteciam porque muitas mulheres não tinham direito efetivo à maternidade. Percebe-se a consciência de que a maternidade envolvia uma série de dificuldades as quais teriam que ser enfrentadas pela mulher, pois as condições financeiras, as necessidades de satisfação pessoal no âmbito do trabalho e do tratamento com o corpo influíam nesse processo.

A reportagem trouxe para o conhecimento dos leitores as conclusões obtidas pelos estudos acerca do abortamento. Estimou-se que naqueles anos, de 3 a 4 mil abortos foram realizados no Brasil e maior parte das praticantes eram oriundas de segmentos mais empobrecidos. Isso revelava a relação de ambiguidade que o brasileiro mantinha com o aborto, pois sendo essa uma prática proibida legalmente e mal vista pela sociedade, era tolerada e realizada quando surgisse a necessidade.

O psicólogo ainda ponderou que dificilmente uma mulher fazia aborto por prazer, mas sim por falta de maturidade e amparo. Assim, o instituto se propunha a realizar atividades de assistência, conscientizando as mulheres a respeito da sua atuação como mãe, mas também

[220] MOREIRA, N. P. Em defesa da vida. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 16, 1 mar. 1985.

realizando ações mais práticas. Havia a intenção de realizar oficinas de profissionalização para essas mulheres, criação de creches e de banco de empregos, com o intuito de fornecer à mulher condições necessárias para exercer a maternidade. Logo, é possível apreender a inflexão realizada no discurso, que deixou de ser meramente condenatório e punitivo, para adotar uma abordagem mais comprometida com o entendimento global da situação que envolvia a mulher praticante do aborto.

A matéria também incluiu o parecer da Igreja sobre o tema, que envolvia a discussão a respeito da família. Segundo o jornal, o Instituto Grávida se debruçava sobre uma proposta que se coadunava com os projetos da Igreja Católica. No caso do Brasil, destacava-se naquele momento a atuação da CNBB, que havia emitido um documento Em prol da família e em defesa da vida. Nesse documento, os bispos demonstravam uma preocupação para com o que eles denominaram de avassaladora corrente de permissivismo moral, que desagregava as pessoas e desfaziam os lares.

Esse parecer dos bispos revela a transformação social ocorrida nas últimas décadas, cujo discurso da Igreja reconhecia e teria por objetivo refrear. A família já não consistia na mesma unidade encontrada nos anos 50, assim como as relações sexuais, em muitos casos, já não eram empreendidas de acordo com o desejo do catolicismo. Esse fenômeno era muito mal visto pelas autoridades eclesiásticas, pois estas acreditavam que o ser humano havia perdido o verdadeiro sentido cristão da sexualidade, do amor, do casamento e da família. Entendiam que isso se refletia na defesa de legislações favoráveis à permissão do aborto, o constituía em uma deformidade da ética humana para os bispos. Analisaram que o comportamento sexual dos adultos se transformou a partir da utilização generalizada das pílulas e de outros métodos anticoncepcionais.

O episcopado brasileiro defendeu que tanto o aborto quanto a esterilização seriam um genocídio preventivo, que incidia principalmente sobre os mais pobres. Demarcou que não haveria motivos para o Brasil adotar o aborto enquanto legal, pois mesmo em países onde ele era permitido não houve uma diminuição efetiva da clandestinidade dessa prática. Percebe-se que os bispos retomaram argumentos que já eram utilizados nas décadas anteriores, para demonstrar a inviabilidade dessa legalização. Além disso, buscaram defender a família contra as questões que visavam a desafiá-la em sua integridade. Para eles, não cabia ao governo ou a qualquer outra entidade, gerir o número de filhos que um casal poderia ter, através da promoção de um acesso mais direto aos meios anticoncepcionais. Assim, a Igreja ainda mantinha o seu discurso de valorização da família, condenação dos métodos anticoncepcionais, do aborto e da consequente liberalização sexual.

No entanto, o contexto histórico dos anos 80 colocava para a Igreja mais desafios para conservar o seu projeto de estruturação familiar, o que a levava a constatar com muito ressentimento,que se tratava de um momento muito desfavorável para a família.

Diante da emancipação feminina, da liberalização sexual e das novas necessidades econômicas que proporcionavam uma vida mais agitada e dinâmica, a Igreja buscou reforçar o seu discurso a respeito da necessidade da família e do controle do comportamento sexual, através da regulação do aborto. Essa postura que teria por finalidade sustentar a identidade da Igreja enquanto uma instituição sagrada e transcendental pode ter sido considerada pela população em geral como um tradicionalismo, que retirava a Igreja do compasso da história. Ao contrário disso, essa instituição, imersa no processo histórico como qualquer outra produção humana, era perfeitamente capaz de reconhecer as mudanças sociais e reagir a elas, por vezes acrescentando sutis transformações no seu discurso, que muitas vezes eram sublimadas pelas permanências.

5.3 Carnaval

Em sua obra *A Cristandade do Ocidente*, John Bossy (1985) adverte que por volta do século XVI, mas com origens em séculos anteriores, o período em que a população passava "do estado carnal para a penitência" (p.59), foi caracterizado pelos rituais de dissolução que ficaram conhecidos pelo termo "carnaval". O objetivo das festividades seria libertar-se do pecado antes do tempo sagrado da quaresma.

Mesmo tendo uma origem pretensamente ligada ao sagrado, o carnaval, em muitos momentos, foi representado como uma festa profana, que feria a moral católica, prejudicando o comportamento das famílias. Rachel Soihet afirma que esse entendimento a respeito de tal festa remontava ao início do século XX. A festa era percebida pela população como um momento da supressão de valores e perda do recato, que caracterizava o comportamento de algumas mulheres durante todo o ano. Segundo Soihet, o carnaval seria "sinônimo de liberação e abolição de hierarquias, privilégios, regras e tabus em que a comida, a bebida e a sexualidade assumem enorme importância, o Carnaval era de todas as festas aquela que mais inquietações provocava." (SOIHET, 2003, p.177).

Existem interpretações que colocam o carnaval enquanto uma festa transgressora, que contestava os códigos e as normas que durante o ano todo são observados, acentuando as

relações afetivas e aproximando os indivíduos (XAVIER, 2010). Era justamente essa falta de regras, principalmente no plano sexual, que aterrorizavam os colaboradores do *Lar Católico*, que de uma forma geral, construíram as mais pejorativas representações sobre a folia.

> O sexo no carnaval, é livre. Todos os motéis, pensões e casas de tolerância são alugados com muita freqüência. O nudismo é cantado e decantado. O corpo da mulher é mostrado dos pés a cabeça. Homem e mulher vivem os dias de carnaval nus e semi-nus. As revistas, exploram os míninos detalhes dos corpos daqueles que desfilam nas ruas e nos clubes. Nas escolas de samba, o artístico se confunde com o nudismo. [...] No carnaval, marido sai para o lado e mulher para outro. [...] pratica-se com isso, sexo à vontade. A conseqüência é o número de abortos, que são feitos por causa do carnaval, e os adultérios cometidos.221

Os quatro dias de festa, marcados pelas transgressões sexuais, possivelmente exageradas nas páginas da "boa imprensa", traziam consequências desastrosas quando a folia acabava. Esse interregno que se desenvolveu no seio de uma vida normal e monótona poderia destruir as bases de uma família e ferir os mandamentos divinos através das práticas do adultério e do aborto.

Regular e tentar coibir o carnaval significaria preservar o corpo de todo um sortilégio de pecados que o envolviam, evidenciando-o para estranhos e fazendo dele a fonte para a geração dos prazeres. Assim, o discurso descortinava o carnaval, objetivando um maior conhecimento sobre ele.

Por ocasião das festividades no mês de março ou de fevereiro, era comum que algumas matérias fossem veiculadas pelo jornal, algumas em tom de condenação dos comportamentos, outras na tentativa de elucidar do que se tratava o carnaval. É na segunda alternativa que se enquadra a matéria Carnaval – alegria, cor e folia[222], na qual o colaborador Carlos Alberto Oliveira traça com panorama da evolução da festividade no Brasil. Analisou que o carnaval brasileiro é fruto de uma confluência de práticas culturais européias, africanas e indígenas. Elencou ainda, as influências francesas, através da utilização das máscaras nos bailes carnavalescos, que segundo ele apareceram no século XIX. Também enfatiza o surgimento de músicas e ritmos próprios que embalavam a festa e das escolas de samba, que hoje já fazem parte da tradição da folia em várias partes do Brasil.

Porém, nem sempre o discurso era articulado de modo tão benevolente, evidenciando o aspecto cultural da festa. Na verdade, o que mais parecia incomodar o *Lar Católico* seria o fato de a festa angariar tantos adeptos em países cujo catolicismo era preponderante, o que

---

[221] GONÇALVES, A. Exageros no carnaval. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 27 jan. 1986.
[222] OLIVEIRA, C. A. Carnaval – alegria, cor e folia. **Lar Católico**, juiz de Fora, p.10, 6 fev. 1983.

conferia uma afronta à Igreja Católica. Assim, o carnaval foi representado como "costume dos mais deploráveis, o carnaval vai resistindo aos tempos, espalhando-se por variadas regiões, constituindo um obscuro contraste nos países considerados católicos, como o nosso, triste exemplo."[223]. Mas não era o sexo o único delito cometido contra o corpo, que era castigado pelo consumo de bebidas, que retiravam a consciência das pessoas: "Os exageros a que se entregam os ranchos e cordões, os crimes que se consumam mercê das bebedeiras, transformam o que deveria ser jovial recreação e útil libertação do espírito num sério problema social."[224].

Outras matérias evocaram as transformações sofridas pelo carnaval ao longo do tempo, acompanhado a evolução dos valores éticos e econômicos, que metamorfosearam a sociedade dos anos 60, "como simples fenômeno, o carnaval acompanhou as mutações havidas no meio em que se produz"[225]. No entanto, essas transformações, nas opiniões divulgadas pelo *Lar Católico*, não modificaram a sociedade para melhor, e consequentemente, também o carnaval se deteriorou em muitos aspectos: Em primeiro lugar, "o carnaval é uma festa erótica."[226].

> O ritmo do carnaval deixou de ser cadenciado pelo Zé-Pereira, é delirante e perturbador; os trajes não poderiam permanecer os mesmos, e preocupação de despir-se sucedeu a de se apresentar fantasiado comedidamente; as canções carnavalescas tem letra solta, cheia de subentendidos excitantes, em vez das pudicas referencias e delicadas charges de três décadas atrás. A própria dança acabou cedendo lugar a um agarramento atrevido e ao contato livre e libidinoso dos foliões. O carnaval de hoje é realmente a festa da carne, não mais do namoro; do instinto desenfreado, não mais do amor, da promiscuidade sem seleções; do vício, não do divertimento. Sim mudou o carnaval. Mudou com o povo: era uma alegre festa de confraternização popular: hoje é um melancólico cortejo de insatisfação.[227].

Diante dos problemas que o catolicismo identificava no carnaval, seria compreensível que a Igreja desejasse que a sua duração fosse a mínima possível. Assim, há uma condenação veemente a um projeto de lei do governo da Guanabara, que pretendia estender os festejos carnavalescos por 15 dias[228]. O texto fez uma analogia as práticas desenvolvidas durante o Império Romano, que visavam a conter as rebeliões populares, oferecendo pão (alimento) e circo (entretenimento) às massas, com uma grande diferença:

---

[223] CARNAVAL. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 5 fev. 1967.
[224] CARNAVAL. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 5 fev. 1967.
[225] RIBEIRO, F. L. O fenômeno social do carnaval. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 25 fev. 1968.
[226] RIBEIRO, F. L. O fenômeno social do carnaval. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 25 fev. 1968.
[227] RIBEIRO, F. L. O fenômeno social do carnaval. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 25 fev. 1968.
[228] INDECENTE e impatriótico o plano do carnaval durar 15 dias. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 3 nov. 1961.

naquele momento, o pão não era ofertado ao povo. Assim, o texto aproveitou o ensejo para criticar as estruturas corruptas da sociedade naquele período, alegando que o único caminho para resolver os problemas do Brasil era uma reformulação nas pessoas, que somente ocorreria se os indivíduos aceitassem os princípios cristãos. Além de ser uma válvula de escape para os problemas, o carnaval no Brasil estava se tornando uma festa carregada de sensualismo.

Na década de 80, a condenação moral do carnaval se amenizou. Nas décadas anteriores, em momentos que se aproximavam a eclosão da folia, esta era sempre alvo de algum tipo de questionamento nas páginas do jornal, que condenavam os excessos do corpo (bebidas e sexualismo exacerbados). Uma vez não podendo mais proibir ou influenciar os costumes, de modo que a folia se tornasse mais ascética, o jornal procurou orientar seus leitores para prevenir os males que os excessos podem causar ao corpo. Desse modo, na matéria Carnaval: cuidados com bebidas e comidas tratou de aconselhar os leitores a tomarem bastante líquido, não misturarem bebidas alcoólicas e a verificarem o que seria consumido em termos de comida nas ruas. Tomando essas medidas, as pessoas poderiam participar com mais segurança da folia[229].

5.4 Beleza Feminina

> "Anel de ouro no focinho de porco, tal é a mulher formosa mas insensata".[230]

O provérbio mencionado acima indica o tom das representações que o jornal buscou construir a respeito da beleza feminina. Entendida enquanto um adereço perigoso e muitas vezes desnecessário, o conceito de beleza envolvia o culto ao corpo, aspecto em nada favorável ao catolicismo. Para essa doutrina, o corpo consistia em algo importante, porém sempre inferior à alma. Assim, a mulher poderia ser formosa, dispondo de corpo e aparência perfeitos, mas esses aspectos não mudariam em nada a sua sorte, se ela em nome dessa beleza cometesse atitudes insensatas, sublimando a vaidade.

O contexto histórico no qual se desenvolve esta pesquisa (anos 50 até os anos 80) se caracterizou por uma modificação na percepção do corpo, valorizando o cuidado com a boa

[229] CARNAVAL: cuidados com comidas e bebidas. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.9, 17 fev. 1985.
[230] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, 19 jun. 1966.

aparência para garantir que o mesmo pudesse ser exposto. A imprensa laica e feminina teve um papel importante nesse processo, construindo representações sobre o ideal de um corpo diferenciado por gênero e que poderia ser transformado com a ajuda dos bens de consumo (OLIVEIRA, 2005).

Para homens e mulheres, o corpo e a sua função sexual estariam atrelados ao conceito de beleza. Porém, para as mulheres, a beleza adquiriu contornos diferenciados, pois as representações que foram conferidas a sua corporeidade, fizeram com que ela percebesse seu corpo de modo diferente do homem. A sociedade parece atribuir ao corpo feminino certo sentido de sexualidade e de prazer visual, do qual o corpo masculino não dispõe (RIBEIRO, 1998). Seu corpo funciona como um modelo do qual ela facilmente pode perder o controle e ser expropriada. A exaltação da beleza feminina é uma forma de expropriação muito sutil a qual a Igreja condena, não por ser uma plena defensora da valorização da mulher, mas porque essa modalidade de expropriação escapa ao seu controle e remete a um sexualismo, que e é oposta a sua doutrina moral.

Vinculada ao conceito de beleza, a mulher se submete a uma dominação simbólica, mas ao mesmo tempo, ela consegue através desse conceito exercer algum poder sobre o outro lado da dominação: o homem. Sobre essa questão, a análise de Chartier pode oferecer algumas contribuições:

> Para as mulheres se conformarem com os cânones corporais (móveis e variáveis inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação. (CHARTIER, 1995, p.41).

Esse pretenso jogo de poder baseado no conceito de beleza envolvendo homens e mulheres em nada agradava o *Lar Católico*. A beleza feminina e o fascínio que ela exercia no imaginário masculino consistiam em aspectos favoráveis para o desenvolvimento de um sexualismo exacerbado, que poderia gerar conflitos familiares, como o adultério e o descontentamento entre pais e filhos. Na coluna *Intercâmbio com os Leitores*, essa questão do encantamento pela beleza feminina e os conflitos gerados por ela ficam evidenciados através das palavras de uma leitora:

> Sou mineira de Manhuaçu. Tenho 13 anos, sou tipo mignon, olhos verdes e cabelos pretos como a asa da graúna. Sou muito bonitinha e por isso não sei se me devo alegrar ou não, pois os meninos do ginásio não me dão tranqüilidade. Meu papai já disse que, um dia acabará perdendo a calma e lascando um murro em cada um."[231]

Ao aconselhar a leitora, D. Madalena não condena efetivamente a beleza, já que ela consistia em um algo natural, oferecido por Deus. Portanto, contra esse efeito não se poderia lutar. A beleza não se constituiria em um fardo para a mulher, caso ela a utilizasse de acordo com a dignidade estipulada por Deus. No entanto, para D. Madalena, no confronto entre o corpo e a alma, a beleza espiritual sairia vencedora. Assim, a conselheira ponderou:

> Você deve procurar ser ainda mais bonita na alma, procurando cumprir seus deveres com capricho, procurando ser atenciosa para com todos que a cercam e portando-se de maneira que a sua simplicidade e discrição inspirem respeito. [...] E procure também, compreender que, se Deus lhe deu beleza, deve agradecer a Ele, consciente de que carrega um reflexo da beleza da própria face divina. Só há motivo para alegrar-se, desde que esse dom a faça mais consciente de sua dignidade de filha de Deus.[232]

Em artigo publicado no ano de 1964, a beleza feminina foi enfocada pelo jornal não em tom de condenação, mas sim buscando valorizar a beleza individual de cada mulher. A reportagem advertiu que a época vivenciada se caracterizava por uma valorização excessiva da beleza física feminina, com o desenvolvimento de toda uma indústria especializada, obviamente acompanhada por um crescimento do consumo de produtos relacionados com a manutenção da boa aparência. Ainda segundo a matéria jornalística, todo esse contexto contribuiu para o acirramento da infelicidade feminina, já que as mulheres normais não conseguiriam acompanhar os padrões de beleza expostos pelas atrizes de cinema. No entanto, essa infelicidade não teria sentido algum, pois seria necessário que essas mulheres compreendessem "que a maioria das mulheres sãs e bem constituídas, são susceptíveis de apresentar uma beleza que é a sua, feita de sua própria personalidade e que deve permitir-lhes um maior entusiasmo na vida."[233]. Percebe-se, portanto, um reforço do ideal de beleza, vinculado ao estado de espírito e a personalidade, não sendo restrito unicamente, à aparência física.

A beleza aparece novamente no *Lar Católico* através de uma crônica publicada nos anos, de autoria de Carlos Andrade. O tema desse texto estava relacionado à possibilidade de

---

[231] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 16 fev. 1964.
[232] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 16 fev. 1964.
[233] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 16 fev. 1964.

mudança física feminina através da utilização da maquiagem e de outros cosméticos, a ponto de o autor não mais reconhecer a sua própria tia. Tal texto classificou as mulheres como seres insatisfeitos, sentimentos que não atingem aos homens, pois não compartilham dessa psicologia feminina. Percebe-se aqui um padrão de diferenciação de gênero, que torna as mulheres mais suscetíveis ao culto ao corpo. Assim, o autor do texto se referiu à mulher como uma "eterna insatisfeita a mulher. Insatisfeita consigo mesma. Para dar um passeio de dez minutos, não perde ela hora e meia em pintura e trejeitos diante do espelho"[234].

Esse anseio feminino de se transformar, alterando sua aparência, atraía a atenção de diversas empresas e indústrias que se destinavam a produção e venda de produtos relacionados à promoção da beleza feminina. Portanto, as mulheres se tornariam grandes consumidoras, com o intuito de se tornarem mais atrativas e sedutoras. Assim: "a mulher de nossos dias se tornou a incansável consumidora de produtos de beleza. Estou que a população flutuante nas lojas é oitenta por cento feminina. Por sua vez, os anúncios sabem explorar-lhe a vaidade."[235].

Percebe-se nessa reportagem que a utilização da maquiagem deveria ser empreendida com devida moderação, pois esta seria entendida enquanto um artifício que se contrapunha ao aspecto natural da mulher. A maquiagem atraía o homem, mas não revelava a beleza espiritual e natural da mulher, defendida como verdadeira. Assim, a Igreja não condenava a sua utilização, mas aconselhava determinado controle:

> A maquiagem é, em última análise, uma espécie de máscara. Encobre a realidade. Disfarça, esconde. Há homens que se casaram sem conhecer a face da bem-amada. Certamente que houve muitas decepções. [...] O consumo de produtos de beleza é grande leitor. Maior do que se pensa. [...] de maneira alguma se condena que a mulher use produtos de beleza. A própria Igreja compreende muito bem a psicologia feminina e a evolução social. [...]. Os tempos, porém, mudaram. Hoje a mulher desempenha papel importante na sociedade. Mas não se esqueça leitora. Também no uso de produtos de beleza, a virtude possui meio termo.[236]

No ano de 1964, a atriz francesa Brigette Bardot visitou o Brasil e sua presença foi notada também pelos colaboradores do *Lar Católico*, que não deixaram de tecer comentários sobre o comportamento da mencionada atriz. O texto de P. Martineschen apresentou a atriz como excessivamente bela, argumentado que tal beleza foi um dos fatores que a levaram ao estrelato. Porém, considerou que Bardot seguia em busca de felicidade, sentimento que não

[234] ANDRADE, C. A beleza da mulher: uma espécie de máscara. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 20 mar. 1966.
[235] ANDRADE, C. A beleza da mulher: uma espécie de máscara. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 20 mar. 1966.
[236] ANDRADE, C. A beleza da mulher: uma espécie de máscara. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 20 mar. 1966.

poderia encontrar se continuasse a cultuar sua beleza e através dela, as relações carnais, que marcaram a trajetória de sua vida. Caso Bardot desejasse realmente encontrar a felicidade, deveria abandonar esses valores e se apegar a outros mais nobres[237]. Assim, a atriz é apresentada como um modelo de contentamento superficial, não podendo se constituir em um exemplo para as mulheres católicas, que deveriam cultuar menos a beleza para assim despertar menos desejos sexuais.

Nos anos 80, apareceu uma reportagem, cujo teor envolvia uma crítica ao apego exacerbado que a sociedade moderna havia desenvolvido em relação à beleza feminina[238]. O texto se inicia com a afirmação da feminista norte-america Betty Friedan, segundo a qual, "a mulher é um objeto sexual." Por ter chegado a tal conclusão, a escritora havia sido desqualificada em todos os âmbitos, sendo apontada pela sociedade enquanto uma mulher feia. O texto constata que para os padrões de beleza ocidental, a referida escritora era realmente desprovida de adjetivos físicos. Mas esse fato não poderia inviabilizar o seu pensamento. Nesse sentido, há uma conscientização de que a sociedade cobrava demasiadamente a boa aparência para as mulheres, relacionando esse fator ao seu sucesso profissional e pessoal.

Esse fenômeno converteria a mulher em um objeto sexual, que viveria em função do sexualismo masculino. Assim, o texto prosseguiu afirmando que o movimento feminista estava correto ao desejar retirar esse estigma do sexo feminino e resgatar o corpo da tragédia do consumismo. As mulheres foram apontadas como uma das responsáveis pela deteriorização da sua imagem, que acarretava em um erotismo indesejado, pois elas próprias se submetiam a essa dominação, participando de filmes, posando em capas de revistas e em campanhas publicitárias.

A obrigatoriedade da beleza, a sublimação do corpo e a sexualização do mesmo foram identificados pelo texto como uma escravidão a qual as mulheres estariam submetidas. Não conscientes dessa modalidade de violência, elas compactuavam com a mesma. Observa-se que este texto, apesar de tentar desvendar as amarras que envolviam a dominação masculina no campo da sexualidade, há nesse discurso uma relação muito profícua para com a doutrina cristã, que previa a necessidade de regular o corpo feminino, minimizando a sexualidade causada por ele.

Uma questão que era destacada nas páginas da "boa imprensa" idealizada pelos verbitas se referia ao tratamento dado aos concursos que tinham por finalidade exaltar a

[237] MARTINESCHEN, P. B. B. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.1, 23 fev. 1964.
[238] JUNIOR, R. A mulher e a campanha da fraternidade. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.13, 4 abr. 1982.

beleza feminina. Muito comum entre os anos 50 e 60, esse tipo de disputa entre as mulheres era vista com certa desconfiança pelos grupos católicos, o que se refletia no discurso do jornal.

O concurso de Miss Brasil que, para o *Lar Católico*, acontecia infelizmente todos os anos, era patrocinado pelos Diários Associados, apelidado pelo jornal de "Diabos Associados". O jornal entendia a realização desse tipo de evento como algo demasiadamente perigoso, uma afronta contra a Igreja Católica e a família brasileira. Por trás desses concursos, o jornal identificava que haveria uma campanha deliberada por parte de associações como a maçonaria e outros grupos religiosos, como os judaicos, para desestruturar os alicerces do cristianismo[239].

Portanto, esses concursos concorreriam para a corrupção do mundo feminino, tentando abalar a fé das comunidades, contaminando a moral das mulheres e, consequentemente, dos homens. Eles estariam de acordo com os planos maçônicos de amenizar a influência do cristianismo sob os povos. Esse projeto também tinha por objetivo

> [...] incrementar o nudismo das praias, os concursos de misses e os modos imorais. Assim jornais e revistas, televisão e cinema anunciam o advento do monoquíni. Anunciam também o advento de trajes femininos de festas e bailes com busto descoberto, dizendo ser um modo chic das elites. A imprensa prepara o ambiente. O ambiente naturalista e despudorado preparam o desmantelamento da família, da religião, da Igreja.[240]

Assim, verifica-se que o jornal traçou representações negativas em relação aos concursos de misses, interpretando-os como contrários à moral feminina. Entendiam que esses concursos se constituiriam em um lócus de exposição do corpo feminino, que culminaria em uma promoção equivocada da mulher, apresentando-a como um objeto de cobiça masculina. Os concursos apareceram como contrários ao ideal de família estruturada, pois através deles a dimensão da sexualidade humana era evidenciada, conferindo poderes indesejados às mulheres, provocando o adultério e as atividades sexuais fora do casamento. Essas práticas sexuais alternativas se contrapunham à doutrina cristã, que defendia o casamento como o lugar lícito para os prazeres do sexo (FOUCAULT, 1985).

A moral sexual cristã percebia os concursos de beleza como verdadeiros inimigos, pois neles o mal, o escândalo e o pecado se manifestavam, constituindo-se como um produto

---

[239] OS CONCURSOS de beleza são subprodutos da sociedade depravada. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 19 jun. 1966.
[240] OS CONCURSOS de beleza são subprodutos da sociedade depravada. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 19 jun. 1966.

da sociedade depravada. O processo seletivo das candidatas era apontado como vergonhoso, pois depreciava o sexo feminino fazendo as mulheres utilizarem trajes reduzidos e de tecido sutil, que demarcava o corpo, "até mesmo as partes íntimas."[241]. Esse corpo era avaliado, minuciosamente analisado e portanto desejado por todos aqueles que assistiam ao desfile. O jornal percebia nesse acontecimento, o apogeu do pecado e da cobiça em torno do corpo feminino, que assim exposto, suscitaria ao pecado da concupiscência. Para o jornal, a situação de pecado ainda era agravada pela atuação dos meios de comunicação, como os jornais, as revistas e a televisão, que veiculavam para um público maior, a imagem dos corpos.

A posição contrária da Igreja a esse tipo de disputa fez com que alguns clérigos e párocos iniciassem uma campanha junto às suas fiéis, para que estas não participassem e mesmo abandonassem esses concursos. Fazia parte do papel do jornal anunciar essas desistências, que nem sempre aconteciam com total convicção das moças, sendo fruto de uma pressão realizada através de ameaças espirituais. Nesse quesito, deve-se citar o exemplo anunciado pelo *Lar Católico* da Miss Novo México, que se retirou do concurso obedecendo a uma recomendação de seu bispo.

> Católica praticante e miss Ingersoll tinha sido advertida pelo bispo de Albuquerque, no seu Estado, de que lhe recusaria os santos sacramentos se ela continuasse a apresentar-se ao público em maillot de banho. Miss Novo México relutara e já tinha mesmo resolvido continuar no concurso, mas por fim, cedendo à ameaça acompanhada de conselhos do seu prelado, anunciou que se retirava da prova.[242]

No ano de 1959, esse descontentamento de alguns dirigentes eclesiásticos ficou patente através da reportagem, Mineiras se recusam a participar dos concursos de beleza, publicada pelo *Lar Católico*. O texto esclareceu que não houve clima para ser realizado o concurso Miss Brasil, pois o número de candidatas ficou sensivelmente reduzido, devido à oposição empreendida pela Igreja Católica. As mobilizações católicas contra os concursos de beleza teriam começado no ano de 1958, quando o Padre João Botelho organizou o "Movimento Por Um Mundo Melhor". Os ataques ao concurso de Miss Brasil, que segundo o referido padre, depunham contra a dignidade da mulher, lhe renderam um afastamento do programa de televisão no qual participava, discutindo os assuntos da vida moderna, na rede Itacolomi. Diante da represália contra o Padre João Botelho, o movimento idealizado por ele teria se fortificado. Segundo o jornal,

---

[241] A MORAL e os concursos de beleza. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 1, 19 jun. 1966.
[242] ORIENTAÇÃO FAMILIAR. Abandonou o concurso de Miss Universo atendendo ao conselho de seu Bispo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 9 ago. 1959.

> [...] a orientação do Padre João Botelho teve grande repercussão entre as famílias mineiras, de tradição cristã, pois estas proibiram que suas filhas participassem dos concursos, desfilando de maiô. O resultado está aí: nem cinco moças de Belo Horizonte concordaram em participar nos desfiles de Beleza.[243]

O jornal avaliou que o concurso não pode ser realizado na capital mineira, por conta da perseguição católica, sendo transferido para a cidade de Poços de Caldas, onde também não logrou sucesso, para a satisfação desses grupos católicos. Demonstrando seu contentamento, o Pe. Botelho afirmou que "a família de Belo Horizonte já repudiou totalmente esses certames de beleza, que tiveram que deslocar-se para o sul de Minas"[244].

Além de divulgar as condenações proferidas pelo clero, o jornal cuidou de construir representações sobre as misses que interessavam ao seu ideal de mulher familiar. Assim, foram descritas duas histórias de vida de misses que seguiram caminhos diferentes, pois uma delas decidiu seguir o modelo de vida católico, enquanto a outra preferiu recusar esse modelo. Essas duas misses citadas tiveram as suas fotos publicadas, mas não de corpo inteiro, evidenciando apenas o rosto. Isso demonstra a reticência que o jornal mantinha em relação ao corpo feminino, já que era extremamente comum que essas mulheres tivessem seus corpos expostos na imprensa laica (ROSA, 2009). Mas ao jornal não interessava veicular esses corpos, mas tão somente a conduta dessas mulheres, evidenciando a vida pessoal das mesmas (CUNHA, 2001).

Na década de 50, em meio à *Página Feminina*, o *Lar Católico* deu publicidade a uma matéria, escrita pelo Pe. Godofredo Schmieder, na qual o tema envolvia a história de uma Miss Brasil eleita e seu noivo. A dita Miss Brasil, Teresa Morango, eleita pelo estado do Amazonas, não contou com o apoio de seu então noivo para candidatar-se. Este tentou utilizar de argumentos para dissuadir a noiva de tal opinião, afirmando que a participação nesses concursos não convém aos ideais cristãos de caridade. Tendo ela persistido em participar do referido concurso, ele resolveu romper o noivado e ainda que sofresse e continuasse a amando, manteve a sua palavra. A Miss, ao contrário, preferiu usufruir dos benefícios do concurso como viagens gratuitas, roupas e compensações financeiras e ainda alegou não se incomodar nenhum pouco com a separação.

Assim percebe-se que o jornal se esmerou em construir uma representação negativa para a moça, atribuindo a ela uma imagem de frivolidade, diante da recusa da mesma em abandonar o seu projeto pessoal em nome de um amor e de uma futura família sacramentada

---

[243] MINEIRAS se recusam a participar dos concursos de beleza. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 5 jul. 1959.
[244] MINEIRAS se recusam a participar dos concursos de beleza. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 5 jul. 1959.

pela religião. O noivo, ao contrário, foi revestido de uma imagem positiva e classificado como herói brasileiro, pois não compactuou com a imoralidade que envolvia a realização desse tipo de concurso.

O contraponto a esse modelo de Miss, frívola e interesseira, foi exposto na década de 60 nas páginas do *Lar Católico*. O jornal narrou a história de Armi Kuusela, finlandesa que conquistou o título de Miss Universo no ano de 1952. Estimulada pelos colegas de escola, a jovem Armi entrou no competitivo mundo dos concursos de beleza. Sem muitas pretensões, chegou até o concurso de Miss Finlândia, e através deste pôde finalmente concorrer ao concurso de Miss Universo. Suas ambições não eram altas em relação à disputa, pois apenas desejava ganhar algum dinheiro e arrumar um emprego que lhe garantisse algum futuro, pensando em realizar o seu sonho de se tornar açafata (comissária de bordo). Não tinha nenhum interesse em se tornar uma estrela de cinema, ainda que muitos avaliassem que sua beleza a levaria a isso.

Chegando à Califórnia, onde o Miss Universo seria realizado, Armi conheceu o filipino de nome Gil, que mais tarde viria a ser seu marido. Segundo Armi, Gil a fez refletir sobre sua orientação religiosa, pois ele era um católico fervoroso e ela uma protestante pouco praticante. Assim, se encantou pelo comprometimento do rapaz e pelos valores que representava. Quando ele falou em casamento, ela não excitou em se converter ao catolicismo. Assim, ela fala sobre a sua vida como esposa e mãe, assinalando que agora se sente plenamente realizada: "Agora sou uma mãe imensamente feliz, de uma felicidade com a qual nem de longe se pode compara que senti com as glórias mundanas de Miss Universo. E foi ao ser mãe que eu compreendi pela primeira vez o que significa possuir o universo"[245].

Logo, a referida Miss serviria como um exemplo positivo para as leitoras, no sentido de que havia usado a sua beleza para um fim positivo: casar-se e ter filhos. Ela havia renegado o seu passado, relacionado ao culto desfavorável da beleza, que somente lhe rendia valores mundanos, nas suas próprias palavras. Concluiu-se que o jornal procurou produzir um discurso sobre a beleza feminina, tentando regular as práticas das mulheres nesse sentido, para que elas não se convertessem em objetos sexuais masculinos, estimulando assim a sexualização dos corpos. As mulheres demasiadamente bonitas e que não sabiam como controlar e trabalhar essa beleza de maneira eficaz assemelhavam-se à "Eva, a primeira mulher cuja beleza rivalizaria com a pureza e a integridade."[246].

---

[245] UMA RAINHA da beleza que se converteu ao catolicismo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 1 dez. 1955.
[246] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. C. Do cotidiano, **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 10 fev. 1966.

6 REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NAS PÁGINAS DO *LAR CATÓLICO*

6.1 A Igreja e as relações de gênero no jornal *Lar Católico*

Ao enfocar as questões referentes à família e à sexualidade, necessariamente, o jornal produziu e reafirmou discursos já tradicionais, a respeito das diferenciações entre homens e mulheres. Segundo Chartier, a diferença sexual revelada nas práticas cotidianas é um dos preceitos sobre os quais a sociedade se organiza, determinando a sujeição de um sexo e a dominação do outro. É preciso ressaltar também que, para este historiador francês, tal distinção sexual se construiu e foi legitimada através de discursos que são elaborados no decorrer da história (CHARTIER, 1995). A partir disso, pode-se concluir que os discursos articulados nas páginas do *Lar Católico* também devem ter alguma responsabilidade pela manutenção das diferenças sexuais, já que este fez algumas considerações a respeito das funções e comportamentos feminino e masculino.

Portanto, para avaliar como o jornal construiu uma representação da mulher ideal como algo imanente à natureza feminina, muitas vezes se posicionando contrariamente às condutas das mulheres reais, é preciso mobilizar o conceito de gênero. Pensado como forma de esclarecer experiências e ideias que emanam das relações entre homens e mulheres, o conceito de gênero nasceu com a intenção de dar visibilidade aos atores sociais, conjugando as suas práticas nos âmbitos público e privado. Ele nos legou a possibilidade de perceber as relações entre os sexos como inscritas no social, que de certa forma produzem um código de regulação da vida coletiva (COSTA, 2003).

É necessário então buscar na análise de Joan Scott a definição mais estrita do conceito de gênero, evidenciando a necessidade de articular tal conceito com vários aspectos do social. Sobre a primordialidade da análise sob a perspectiva da categoria gênero, Scott (1990) afirma que

> [...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. [...] fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica em quatro elementos: primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolo da mulher, [...] em segundo lugar, os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos [...] uma noção de política, bem como uma referência às instituições e à organização social – este é o terceiro aspecto [...] o quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva [...] os historiadores devem antes de tudo, examinar as maneiras pelas quais as identidades são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas. (SCOTT, 1990, p.14).

O gênero aparece como uma forma de dar significados às práticas, conferindo certa identidade aos indivíduos, fazendo com que esses conseguissem elaborar o seu posicionamento no grupo social. Atentar para o aspecto do gênero, portanto, é crucial para que se possa entender as representações que regem os comportamentos dos sexos. Logicamente, as questões de gênero incidem sobre o social, demarcando as experiências, os valores e as crenças dos indivíduos.

Sobretudo, estudar o gênero significa entender como as relações de poder são constituídas no social, envolvendo homens e mulheres. Nesse sentido a categoria gênero, aliada às analises realizadas dentro da História Social da Cultura, baseada principalmente na observação das práticas e das representações sociais, contribuem para o questionamento da naturalização dos sistemas de poder, que envolvem a dominação (COSTA, 2003), os consentimentos, a subordinação e a resistência. Em outras palavras, um estudo sob a perspectiva do gênero faz com que o historiador possa demonstrar que as representações sociais a respeito das diferenciações sexuais, assim como as práticas que essas engendram, são fruto de um desenvolvimento histórico, caracterizado pelas vivencias dos sujeitos.

Esse fenômeno ajudaria a explicar como determinados sujeitos foram conquistando, ao longo do tempo, uma posição mais privilegiada no jogo de poder. Por outro lado, a historicidade verificada nas relações de poder entre os sexos, também evidenciam os motivos pelos quais os dominados consentiram e aceitaram sua condição. Dentre esses motivos, pode-se destacar as conveniências, os interesses, os valores sociais e culturais compartilhados, a forte legitimação de determinada representação, que aparece aos olhos dos sujeitos enquanto naturais.

Observando a relação de poder estabelecida entre os sexos, é possível notar que por muito tempo as mulheres não dominaram o discurso, tendo pouco acesso e poder sobre a sua construção. Este fato foi decisivo para que o discurso masculino fosse preponderante,

instituindo normas e percepções sobre o mundo feminino. Destituídas do direito sobre o discurso por longo período, possivelmente as mulheres acreditaram na naturalidade de sua condição marginal. Portanto, consentiram mais facilmente na efetivação da violência simbólica que sofreram, através da criação de discursos e representações que versavam sobre a sua inferioridade intelectual, social e econômica. Por esse motivo, aqueles pesquisadores que se dedicam a observar as experiências oriundas das relações entre homens e mulheres (sexuais, familiares, sociais, políticas, etc.) devem observar os discursos que foram articulados para legitimar a diferenciação e a assimetria de poderes que envolvem os sexos, fazendo com que os sujeitos interiorizem seus papéis enquanto naturais. A repetição das representações da inferioridade e das condições femininas estão presentes no pensamento e nos corpos dos sexos (CHARTIER, 1995).

Logo, a opção pela utilização deste conceito faz com que os historiadores percebam que as representações com as quais eles trabalham não são dados naturais, mas sim construções que se efetivaram ao longo da experiência histórica dos seres humanos. Entender os aspectos de gênero conduz também a uma compreensão mais aprofundada sobre as relações de poder que elaboram valores, crenças, percepções, comportamentos, instituições, padrões sexuais e corpos. O gênero seria, então, produto e produtor das relações de poder.

No âmbito desta pesquisa, observa-se a Igreja Católica como uma agência de poder produtora de sentidos[247], perfeitamente capaz de elaborar significações sobre os gêneros. Tais significações produziram determinados efeitos sobre a sociedade, que legitimaram comportamentos e poderes assimétricos para os gêneros. Essa situação possibilita uma hierarquização de gênero, que é sacralizada e naturalizada pelo discurso religioso. Assim, a religião católica tem construído representações a respeito do homem e da mulher e, nesse sentido, contribuiu para a assimetria de poderes entre homens e mulheres, na medida em que o seu discurso é visto por alguns como sagrado. Nesse ponto, deve-se concordar com Sandra Duarte, quando esta pondera que:

> Os sistemas simbólicos religiosos se constituem em importantes mecanismos de construção da subjetividade humana, atuando de maneira estruturada e estruturante. Apesar da perda do poder regulador da religião nas sociedades secularizadas o que se verifica é ainda um forte religious appeal na maneira como os sexos se reconhecem socialmente. (SOUZA S. D., 2004, p.123).

[247] Entende-se, tal como Peter Berger, que a religião, no caso o cristianismo representado pela Igreja Católica, é uma profunda fornecedora de sentido para a realidade. Sobre o tema da construção de sentido na teoria de Berger ver: Berger e Luckmann (1985).

Como na atualidade a religião não é a única produtora de sentido, as mulheres possuem maior margem de manobra, para subverter essa relação que dominação, caso achem necessário. Tudo dependerá do modo como essa dominação for caracterizada e legitimada. Mas, mesmo diante da secularização e da perda de certa ingerência da Igreja sobre o seu público no quesito das práticas sexuais, alguns pontos do seu discurso sobre os gêneros, ainda continuam fazendo sentido para alguns e engendrando percepções e condutas.

Sobre essa questão, o discurso religioso que durante muito tempo construiu representações acerca do ser "mãe e esposa", é continuamente reaproriado pelas mulheres, que em algumas oportunidades, o consideram como legítimo. Um exemplo evidente é a defesa da mãe abnegada e da mulher que está presente, acima de tudo para servir aos demais. Essa representação, construída pelo discurso religioso, aparece constantemente referendada pelo círculo familiar, consistindo em um forte poder simbólico que incide sobre as mulheres. Ainda que elas não consigam responder satisfatoriamente às demandas conferidas a elas, o amor materno natural constitui para algumas mulheres um ideal a ser perseguido. O mesmo se pode dizer em relação ao papel de esposa, pois mesmo diante de toda sorte de sortilégios, muitas mulheres optaram por manter o casamento na tentativa de construir uma família estruturada.

Nesse sentido, a relação que a Igreja estabelece com os gêneros se reveste de uma complexidade, que oscila entre a apropriação de determinados mecanismos do discurso religioso e um questionamento de alguns paradigmas desse mesmo discurso. O processo de secularização possibilitou o aparecimento desses questionamentos, porém não foi capaz de eliminar reminiscências de representações acerca do papel das mulheres na sociedade.

> É verdade que, numa sociedade como a nossa em que existem mecanismos plurais de construção da subjetividade humana, presenciamos uma relativização do poder significante da religião. Porém, se o processo de secularização tem contribuído para a "periferização" da religião em relação ao "núcleo forte" da sociedade, isto é, se a religião já não ocupa mais o lugar de matriz cultural totalizante, deixando de ser o centro organizador das relações sociais, ela ainda exerce influência significativa no cotidiano das pessoas. Se, por um lado, experimentamos a crise das instituições tradicionais produtoras de sentido, por outro verificamos o esforço de "recuperação das tradições perdidas" por parte de indivíduos, grupos e principalmente das instituições religiosas. Não se trata, portanto, de um processo linear que, paulatina e progressivamente excluirá a religião do campo das instituições produtoras de sentido [e, por conseguinte, não teria que ser estudado]. Se essa influência não fosse significativa, por que toda a movimentação feminista em favor da laicização do Estado? O que dizer das recorrentes decisões cotidianas tomadas sob a pressão da confissão religiosa como, por exemplo, manter um casamento cuja história mais freqüente é a da violência doméstica? É possível simplesmente fechar os olhos à ingerência religiosa sobre a sexualidade humana? (SOUZA, 2003, p.6).

Considerando que o discurso religioso ainda possui poder sobre as práticas, comportamentos e diferenciações de gênero, mesmo que na atualidade esse poder tenha sido questionado, analisado e evidenciado por algumas parcelas da sociedade, é preciso verificar como ele se articulou, para entender os motivos da sua eficiência. O catolicismo estruturou as diferenciações de gênero, de modo que entre as décadas 50 e 80 essa tenha sido uma questão crucial dentro do seu projeto de ordenação familiar e regulação sexual.

A relação entre Igreja e mulheres remonta aos acontecimentos narrados no Gênesis, cujo palco foi o paraíso. Eva, criada por Deus para fazer companhia a Adão, fugiu às normas estabelecidas pelo paraíso, o que acarretou em sua punição (CARVALHO, 2008). Seu modelo de insubordinação aos ditames do masculino não poderiam se configurar em um exemplo a ser seguido pelas mulheres. A rebelde Eva teria que ser colocada no seu devido lugar, apontada como a responsável pela grande queda (CHAUÍ, 1984) e separação do homem em relação a Deus, introduzindo a dor e a carência no mundo. Devido à desobediência de Eva, o gênero feminino deveria sofrer com as dores do parto e aceitar a sua condição natural de subordinação ao homem (ARY, 2000). O mito de Eva engendrou dois pilares da acepção do catolicismo em relação à mulher: a insubordinação feminina causa a desordem da estrutura conhecida e a sua sexualidade deve ser observada para que não haja instabilidades.

A culpabilização da mulher pelo pecado original acompanhou o discurso católico acerca da posição da mulher no grupo social. Tanto é assim, que Agostinho negou a semelhança da mulher com a divindade e Tomás de Aquino define que as mulheres possuem uma natureza inferior à masculina. Azpitarte afirma que a mulher carrega desde o seu nascimento uma imperfeição, cabendo a ela uma posição inferior e subordinada. Assim, Santo Tomás a definiu como um ser incompleto, que somente pode se livrar dessa condição através da procriação. Ainda segundo Azpitarte, a leitura do Gênesis suscitou em Santo Agostinho a ideia de que a mulher estava presente na terra para ajudar o homem (AZPITARTE, 2001). Isso fomentou a ideia de que a mulher é mera colaboradora do homem, refletindo nas representações que foram criadas acerca do trabalho feminino na década de 60, por exemplo (NICHNIG, 2008). Assim, os mitos de criação, que surgiram a partir de interpretações das escrituras sagradas, inseriram a mulher em uma categoria secundária, pois sua criação se deu após a criação do homem e para o benefício. No mito de criação do cristianismo, o aparecimento da mulher engendrou o profano, a finitude do homem e introduziu o mal no mundo (SCHMITT-PANTEL, 2003).

As interpretações desse mito geraram representações no *Lar Católico*, que justificavam a dominação simbólica dos homens sobre as mulheres. Em suplemento especial

dedicado à família, o jornalista Almir de Oliveira faz o seu parecer a respeito do posicionamento do homem e da mulher no âmbito das relações familiares[248]. Segundo ele, no livro do Genesis, Eva foi punida por Deus após ter cometido o pecador original, ficando sob dominação de seu marido Adão. A mulher é apresentada como um ser humano diferente do homem, porém que não estranha a ele. Sua sujeição estaria ligada a sua origem e não ao fato de ela não ser um ser humano feito a imagem de Deus. Por esse motivo, São Paulo teria determinado a sujeição da mulher ao marido, pois foi criada como uma auxiliar do homem. Assim, na sociedade atual, caberia o governo do casal ao marido, com pena de a família mergulhar em uma profunda desordem.

Em oposição a Eva, a doutrina católica desenvolveu-se a imagem de Maria, reabilitadora de todas as mulheres, livrando-as do estigma de Eva, através do exercício maternidade, da virgindade e abnegação. Se Maria é a salvadora do gênero feminino, então o seu culto deveria ser propagado: nasceu o marianismo. Esse conceito de Marianismo, utilizado para definir a valorizar as qualidades de Maria, pode ser mobilizado para que se possa entender os processos que levaram muitas mulheres a se apropriar de seu modelo, considerando-o como legítimo. Seria necessário que as mulheres internalizaram a percepção de que deveriam viver em função do bem estar dos outros, acreditando que a natureza lhes conferiu esta função (NUNES, 1996). Como Maria, elas se sacrificam, muitas vezes deixando em segundo plano os seus desejos e interesses, para cuidar do bem estar dos outros.

A Igreja de fins do século XIX acreditava ser necessário vigiar, principalmente as condutas femininas, pois ainda se cultivava uma percepção que considerava a mulher como uma possível introdutora dos males, já que a humanidade havia saído do paraíso, devido a fraqueza feminina. O discurso tridentino estabelecia características para o sexo feminino, definido a mulher como incapaz de sobreviver sem o homem, fraca na fé, infiel, fútil e namoradeira. Era preciso adestrar a mulher, para que ela não inserisse uma sexualidade indesejada nas relações sócias. Diante dessa fraqueza feminina em relação ao pecado, era preciso reforçar o mito da maternidade feminina, a exemplo de Maria, caracterizado por sua eternidade e virgindade. Imbuída desse modelo, a mulher se tornaria a principal aliada da Igreja no processo de resgate de sua credibilidade, posta em discussão pelas ideologias liberais e socialistas. Essa demanda gerada pela Igreja Católica encontrou no surgimento da família burguesa, uma aliada para os seus projetos de enquadramento das mulheres.

---

[248] OLIVEIRA, A. A posição da mulher faze ao marido segundo São Paulo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 15 set. 1968.

Entendendo a família como uma construção social e histórica, pode-se perceber que a partir do final do século XIX ela ganha uma nova configuração e isso acaba se refletindo na produção dos discursos que a envolvem. Essa nova família estava baseada na ideia de amor romântico, segundo a qual os indivíduos teriam a liberdade de escolher seus cônjuges, estabelecendo critérios românticos para exercer tal escolha. O amor romântico que as mulheres cultivam está alicerçado nessa diferenciação de gênero, pois a mulher se entrega ao homem e a partir disso se articula a noção de posse (SOUZA, 2009). De acordo com Maria Lúcia Rocha Coutinho, foi durante a ascensão da burguesia que a mulher foi submetida a um confinamento doméstico que a colocava na posição de mãe e esposa (ROCHA-COUTINHO, 1994), ou seja, ela estaria no cerne da convivência familiar.

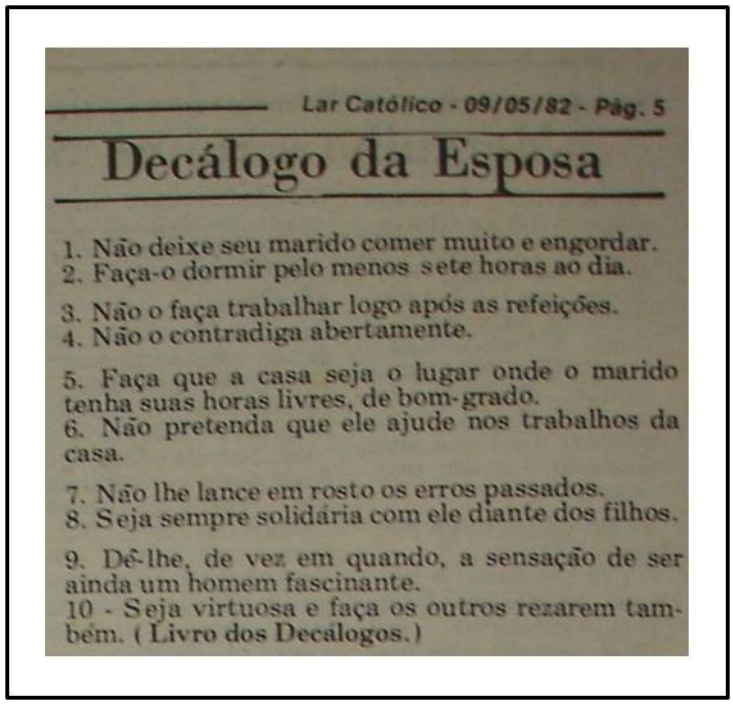
A família moderna, então, irá se centralizar em torno da figura da mãe de uma maneira jamais vista anteriormente. Sobre essa questão da maternidade, todo um aparato discursivo, jurídico e médico buscará correlacionar a questão da maternidade com o espírito feminino. Nascia assim uma percepção de que para ser aceita enquanto mulher, o indivíduo do sexo feminino deveria cumprir com os seus deveres próprios do seu sexo e isso incluía o exercício dedicado da maternidade. O modelo materno defendido exigia que a mulher fosse abnegada às necessidades dos filhos, colocando-as acima dos seus interesses pessoais. A atuação da mulher em relação aos filhos refletia na formação da sociedade, sendo sempre ela a responsável pelos erros e acertos dos filhos (MESTRE, 2004).

Ao menos no campo da idealização, começava-se a difundir por toda a sociedade burguesa a concepção de que homens e mulheres viveriam em mundos distintos, realizando funções complementares. Enquanto o homem se realizava no mundo do trabalho (esfera pública), a mulher desempenharia seus poderes no contexto familiar, principalmente sobre os filhos (esfera privada). Essa diferenciação entre os dois setores (público e privado) fez com que os discursos sociais articulassem definições para os gêneros, que foram interpretadas como sendo naturalmente intrínsecas a cada um dos sexos. Nesse sentido foram forjadas algumas impressões sobre os gêneros, argumentando que “a masculinidade está associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força; já a feminilidade, ao fato de ser possuída, dócil, passiva, submissa e fiel.” (MATOS; FARIA, 1996, p.143).

Diante dessa diferenciação de características construídas historicamente para os gêneros, o Papa XII valorizou o trabalho do homem na esfera pública, em detrimento do feminino, que poderia expor a mulher a uma corrupção moral (GUARIZA, 2009). Essa visão de Pio XII poderia ser considerada conservadora, pois estava pautada em uma ideia

ultramontana sobre a mulher, baseada na tríade (pureza, obediência e penitência) (BRION, 2009). Para Pio XII, a mulher deveria desempenhar um papel de colaboradora do homem no seio familiar.

Dentro dessa concepção, o verdadeiro trabalho da mulher se desenvolveria no âmbito do lar (Figura 9), desenvolvendo com destreza as atividades que estariam vinculadas às suas aptidões naturais. Percebe-se, através do decálogo da esposa, que o jornal ainda matinha, na década de 80, uma identificação com o que foi determinado por Pio XII, na década de 50. Tal texto imputava à mulher a responsabilidade de gerir cuidados físicos em relação ao marido, exercendo com ele o seu espírito maternal. Evidencia-se também o reforço de uma diferenciação de gênero, que previa maiores poderes para o homem, quando aconselha a mulher a não contradizê-lo publicamente, mantendo as aparências em relação ao seu poder sobre a família. Assim, determina-se uma característica de dominação de um sexo sobre o outro, demarcando uma espécie de submissão que é imputada às mulheres, como uma forma de violência simbólica, que é histórica e culturalmente definida, mas sempre aparentando ser proveniente de uma ordem natural e universal (CHARTIER, 1995).



Lar Católico - 09/05/82 - Pág. 5

Decálogo da Esposa

1. Não deixe seu marido comer muito e engordar.
2. Faça-o dormir pelo menos sete horas ao dia.
3. Não o faça trabalhar logo após as refeições.
4. Não o contradiga abertamente.
5. Faça que a casa seja o lugar onde o marido tenha suas horas livres, de bom-grado.
6. Não pretenda que ele ajude nos trabalhos da casa.
7. Não lhe lance em rosto os erros passados.
8. Seja sempre solidária com ele diante dos filhos.
9. Dê-lhe, de vez em quando, a sensação de ser ainda um homem fascinante.
10 - Seja virtuosa e faça os outros rezarem também. (Livro dos Decálogos.)

Figura 9. Decálogo da esposa
Fonte: Lar Católico[249]

[249] LIVRO dos decálogos apud LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, p.5, 9 maio 1982.

Dentro dessa perspectiva, havia a percepção na década de 60, de que as funções femininas e masculinas deferiam ser bem definidas, para que o casamento se realizasse com um efetivo sucesso. Nesse sentido, o *Lar Católico* procurou evidenciar quais seriam as responsabilidades de cada sexo na vida familiar. Em outras palavras, definiu qual seria a divisão sexual do trabalho adequada. Havia, portanto, naquele momento histórico, a reafirmação de que a responsabilidade da mulher para com os serviços domésticos levaria a uma harmonia conjugal (BASSANEZI, 1996a).

> Até parece supérfluo comentar, tão evidente é. Ao marido compete a manutenção do lar, prover as necessidades materiais da família, o que hoje em dia é tarefa bastante árdua, na conjuntura econômica-financeira em que vivemos. O marido tem que ser trabalhador honesto, que não poupe esforços por dar um mínimo de bem-estar à família, sem o que não é possível a harmonia conjugal. Pobreza é uma coisa, miséria é outra. Uma é carência do supérfluo, outra é carência do necessário. Há maridos que se casam com a riqueza da esposa e nela se instalam, como párias. Há esposas que mais parecem bibelôs de vitrina. Esposas que não tenham prendas domésticas, que não saibam, com eficiência suprir a falta de empregada, serão pesos mortos para seu pobre marido.[250]

É possível encontrar em outros textos um discurso que transparece essa diferenciação bem demarcada de funções entre os sexos, considerando anormais as sociais que fogem a esse padrão. Em 1966, foi publicado um texto de autoria do Pe. Pleyton, dentro de uma coluna que aparecia com determinada frequência e que se intitulava a *Fortaleza da Família*, no qual o referido padre faz um diagnóstico a respeito do fracasso da família norte-americana. O individualismo, que segundo ele, imperava nesta sociedade, segregava a família, na qual seus membros já não possuem mais funções definidas. As mulheres trabalham fora de casa e são consideradas iguais aos maridos no tocante da condução da resolução dos problemas da família[251]. O que o depoimento de Pe. Peyton demonstrava era que a ausência de uma demarcação de funções ligadas ao sexo provocaria a desordem.

Mesmo que esses discursos visassem a elaborar uma imagem positiva da mulher, enquanto formadora da sociedade, em geral estiveram sempre pautados na naturalização dos papéis conferidos a homens e mulheres. Assim, foi possível encontrar textos que assim definiam os gêneros a partir de condições biológicas: “Apesar de sua condição biológica ser diferente e da sua natureza humana se apresentar de uma outra maneira que o homem, isso

[250] DECÁLOGO dos namorados. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 12 de Junho de 1966.
[251] PLEYTON. A Fortaleza da Família. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 2 out. 1966.

não significa uma minoria das suas qualidades humanas[...] Nela o emocional supera o racional, o coração prevalece ao intelecto."[252].

Todos aqueles grupos que questionaram as diferenciações de gênero, interpretando-as como desvantajosas para as mulheres, foram alvos de interdição e ironia. Nos anos 50, o *Lar Católico* veiculou um texto que anteriormente havia sido publicado por outro periódico, no sentido de refutar as opiniões nele contidas. Tratava-se de um desabafo de uma feminista cujo nome não havia sido mencionado, que expressou da seguinte forma a sua indignação em relação ao modo como as mesmas atitudes são interpretadas de modo diferente de acordo com o sexo:

> Um homem que não casa é um celibatário, palavra cheia de sedução, encanto e distinção. A mulher que não casa é maldosamente qualificada de solteirona. De um rapaz que vive fazendo farra diz-se, com um sorriso indulgente: os homens são assim. De uma moça que não faz nem a metade do que faz o companheiro masculino, comenta-se: é uma moça perdida. Quando um homem quer se casar é porque é direito e sério. Quando uma moça faz o mesmo acusam-na de caçar um marido, de correr atrás de homens. Quando um homem passa três horas a meter o pau nas mulheres e no governo, diz-se: em conferência. Quando uma moça passa uma pena parte da tarde a conversas com as amigas, diz-se: é uma comadre. No dia das núpcias, diz-se da noiva: a felizarda encontrou um bobo. Do noivo: o pobre infeliz acaba de por a corda no pescoço. Se o senhor se ocupa de obras humanitárias é chamado de bem-feitor. Se a senhora faz caridade, diz-se com um sorriso acre: senhora é patronesse.[253]

Pe. Desmarais, quem se ocupou de transcrever essas palavras, denominou esse posicionamento pejorativamente de "ataques" e acusa a autora do texto de estar descontente com a sua situação de mulher. Segundo o referido padre, essa mulher deveria "pensar na grandiosidade e nas alegrias da missão apontada às mulheres pela Providência Divina. Quanto às desvantagens, ela deve resignar-se cristãmente a carregá-las como Jesus carregou a sua cruz."[254]. A partir dessa fala, pode-se apreender que as diferenças do sexo foram estipuladas por Deus, portanto, faziam parte de algo sagrado ao qual o homem não poderia manipular.

Em outra oportunidade, percebe-se mais uma mulher inconformada com a discrepância de tratamento que era oferecido para homens e mulheres na sociedade. Em uma matéria veiculada no jornal sobre a situação do pai solteiro, um depoimento de uma jovem que ligou para o jornal foi divulgado. Segundo ela, a imprensa e a sociedade em geral tratavam de fazer uma campanha contra mãe solteira, esquecendo-se da situação do rapaz que

---

[252] WILD, A. Mulher antiga, filha moderna. Virgem e mãe gloriosa: modelo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 18 ago. 1968.
[253] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.2, ago. 1957.
[254] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.2, ago. 1957.

engravidou a moça. Sentindo na pele a discriminação, ela expressou a seguinte opinião sobre o tema:

> Reconheço que a culpa foi também minha, pois eu fui fraca e ingênua, mas o peso do erro está sendo muito mais forte para mim. Não posso mais sair a um clube, me sinto frustrada na escola, todos me olham de mal jeito... enquanto ele está por ai belo e formoso freqüentando bailes, namorando... ninguém fala nada dele.[255]

Em uma tentativa de minimizar a revolta da jovem, o jornal afirma que também o pai solteiro deve compartilhar da responsabilidade do ato, o que muitas vezes não ocorre, pois o homem não sofre a mesma sorte de represálias e de pressões sociais. O jornal alerta que uma gravidez antes do matrimônio somente ocorre, pois os jovens começam a vida sexual despreparados e no momento equivocado. No entanto, uma vez tendo gerado frutos como um filho, cada parte tem que assumir sua responsabilidade sem esquivar-se.

Em fins da década de 60, o movimento feminista vivenciava um período efervescente, no qual começou o questionamento a respeito da historicidade da desigualdade sexual, no qual as mulheres buscaram se inserir na história (COSTA, 2009). Nesse momento começou a emergir a mulher moderna, cada vez mais preocupada com o mercado de trabalho e em gerir o seu próprio corpo (COSTA, 2009).

É nesse contexto histórico que surgem algumas representações negativas sobre essa mulher moderna, que dispõe do seu corpo e da sua beleza com liberdade. Logo, percebe-se que o discurso articulado pelo jornal, nesse sentido, tende a condenar práticas vigentes (ou que estão em desenvolvimento no contexto social), incitando nos seus leitores práticas mais condizentes com a sua filosofia. Um exemplo a esse respeito foi a colocação que D. Maria da Conceição (irmã de Dona Maria Madalena e religiosa) fez em sua coluna, *Do Cotidiano*, ao se referir a atriz francesa Catherine Deneuve. Segundo a colunista, a referida atriz, que consistia no arquétipo da mulher moderna, independente econômica e afetivamente, dificilmente alcançaria a felicidade por ela almejada, pois havia se desviado do caminho correto e se constituído em um objeto de prazer para os homens[256]. Assim, para aquelas mulheres que haveriam optado por uma conduta mais liberada sexualmente, na acepção do jornal, estariam condenadas a uma insegurança e a uma insatisfação eternas, já que suas ações não se enquadrariam no modelo desejado socialmente, principalmente pelos homens.

---

[255] DEPOIMENTO de uma mãe solteira. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 20 abr. 1975.
[256] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. C. Do Cotidiano. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 14 jul. 1974.

Seguindo essa linha de argumentação, segundo a qual a mulher estaria atada a determinados comportamentos, ações e espaços, D. Madalena constatou, com algumas ressalvas, que naquele momento (anos 70) a mulher estava em processo de emancipação, buscando também se colocar no mercado de trabalho. Para ela, haveria a necessidade de se coadunar o trabalho com a vida em família, pois essa seria a dimensão na qual a mulher se realizaria mais plenamente. Afirma, ainda, que muitas mulheres, mesmo diante de todas as pressões da mídia, continuam se realizando plenamente em seus lares, ou seja, sendo apenas mulheres. Reafirmou, portanto, a noção da domesticidade feminina, segundo a qual a verdadeira natureza feminina estaria centrada no trabalho privado (CARVALHO, 2008). Nesse texto, há ainda uma noção de que o trabalho feminino deve ser somente realizado por conta de necessidades financeiras, sem considerar o prazer das mulheres em realizar determinadas funções. Permaneceu nesse discurso uma desvalorização da profissionalização e do trabalho feminino, pois se tivesse que ser realizado fora do lar, o trabalho feminino deveria enfatizar o cuidado e o bem estar dos outros. Assim ela ponderou:

> [...] algumas, ao enviar os filhos ao colégio, retomam o trabalho, a profissão. Outras, optando por um standard de vida mais modesto, e, às vezes renunciando a mais bem-estar e conforto, em vista de um bem estar maior, de maior possibilidade de se darem à família, num ambiente de equilíbrio, e confiança mútua, que dilate o coração.[257]

Percebe-se que a representação da mulher moderna, trabalhadora, sexualizada e defensora da boa aparência, que paulatinamente começava a ser difundida pelas revistas femininas e por outras mídias, como o cinema e a televisão, foi contestada pelo jornal, que desejava oferecer às mulheres uma representação oposta. Isso se explica pelo fato de o jornal ainda estar bastante vinculado a uma percepção segundo a qual a mulher teria a sua identidade atrelada à maternidade, à esfera privada e ao casamento indissolúvel (RAGO, 2004). No final dos anos 60, foi publicado um texto que exemplifica essa postura adota em relação ao jornal sobre o comportamento feminino que começou a se desenhar nesse contexto histórico. Segue-se um trecho do texto acima referido:

---

[257] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. C. Apenas mulher... e será pouco? **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 14 jul. 1974.

> A sociedade Hodierna não é, como no passado, composta de estruturas e mentalidades masculinizantes. A mulher — fala-se até na promoção desta — ascendeu a lugares noutras eras não se lhes ajustavam. E esta a fazê-lo com garbo e, não raro, desmedidamente e a tal ponto que algumas, sob o pretexto de fazer prevalecer os seus direitos, mais se masculinizam do que se afirmam na força e encanto de sua feminilidade. Apesar de tudo e até por isso, a mulher está em perigo na sociedade moderna. Esta sociedade é demasiado tecnicista e visa demasiadamente o sucesso econômico, reconhecendo apenas como valores o cálculo, os números, a eficiência que arrastam para um materialismo político que penetra na vida [...]. Isto choca com a intuição, a fineza de sentimentos e o gosto pelos pormenores que são, entre outros, os traços característicos da psicologia feminina. Deus colocou a mulher no pedestal, quer na criação, dando-a a Adão como companheira, enchendo-lhe o vazio da solidão que a companhia e domínio sobre as criaturas não resolviam, quer na Encarnação Redentora, associando ao seu filho a virgem Maria, protótipo da mulher e mulher como as outras. O homem, porém, apeou a mulher do pedestal em que Deus a colocara e reduziu-a linha do sexo. Tanto assim que a mulher ideal não é para essa mentalidade freudiana, a mulher forte de bíblia, nem Maria, mas sim a moça viçosa e bonita, boneca mascarada, cabelos ou peruca oxigenados, ou sarapintados de maneira esquisita, impecável e na sua linha, alardeando frivolidade e que aparece nas capas das revistas. E que aparece nas capas das revistas, no cinema, na televisão, a servir de isca ao comércio e ao sensualismo. Não foi sem razão que o Cardeal Jaeger afirmou em certa ocasião: A mulher ideal, hoje em dia, para humanidade não é a Virgem ou a Mãe, ou as santa, mas a prostituta. Palavras duras, reconhecemos, mas pronunciadas em uma conferência pública e estampadas em todas as revistas e jornais católicos da Alemanha. Comercializaram-se a imagem e a mulher. É duro dizê-lo! Para muitos, a mulher moderna é a deformada, exigida para satisfação de paixões indomadas e toleradas por razões de necessidade social, falsamente aduzidas. Esta não foi apenas apeada, mas espezinhada em sua dignidade. O homem tem culpa, a mulher também, assim como a sociedade. O homem porque se porta como um animal que só vê na mulher, a fêmea. A mulher, porque é propensa ao esnobismo, à moda que arrasta à frivolidade. Tem culpa ainda, quando por falta de pudor e farta em dengosidades, provoca a sedução. A sociedade porque não tem, como ponto de honra levar a cabo a necessária terapia dos ambientes e não passa esponjas por cima das revistas, jornalecos, filmes, teatro e publicidade, cuja pornografia é dominante e onde mais se vê a mulher reduzida as suas carnes roliças e bambas,vomitando e provocando descaradamente sensacionalismo e sensualismo. A autonomia da mulher é erro, quando cifrada apenas na masculinização, que o profissionalismo, incompatível com a sua psicologia, gera. Desta pretensão, colhe-se uma visão unilateral da mulher, que na ânsia de satisfazer as suas paixões e pretensões e no desejo de fazer prevalecer os seus direitos, os concretiza tão somente no ganha- pão e na disposição a seu talante do próprio dinheiro, ganho pessoalmente, resultando daí, em vez da igualdade desejada , uma uniformização desoladora. [...] Até sabemos que há profissões que se quadram na sua psicologia. Aqui, porém, limitamo-nos a verberar os excessos, convencidos de que a mulher tanto mais se realiza e afirma quanto mais mulher for e escapar a essa onda de pansexualismo, quando o homem a olhar como Deus a olha. Tendo como protótipo Maria, a mulher deve ser vista como virgem, consagrada ou não, como noiva ou esposa casta e fiel, como irmã amiga, como mãe bondosa e delicada.[258]

A partir desse texto, conclui-se que a mulher moderna, no discurso desenvolvido pelo jornal nos anos 60, estava adotando todas as posturas que a tradição cristã abominava. Ela, na tentativa de se inserir na esfera pública, espaço dominado pelos homens, buscou se adaptar, incorporando características que feriam a feminilidade. Enfim, a mulher moderna

[258] OSÓRIO, R. A imagem deturpada e deformada da mulher. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 1, 19 jun. 1966.

subvertia as categorias de gênero, questionando a naturalidade das mesmas, exercitando práticas e desenvolvendo comportamentos que estavam inscritos no gênero masculino.

A configuração corporal adotada pela mulher moderna apelava para uma maior expressão da feminilidade. No entanto, essa característica não era bem apreciada pelo jornal, pois ao seguir a moda e enfeitar o seu corpo, a mulher mobilizava os seus elementos mais atrativos, exercendo sobre ele um determinado poder. Segundo Chartier, ao adotar os cânones instituídos pela sociedade, no tocante à boa aparência, a mulher é capaz de construir um recurso que permite deslocar a relação de dominação (CHARTIER, 1995). Ao subverter a relação de poder nesses termos, a mulher se submeteria a uma sexualização condenável aos olhos da "boa imprensa". De um modo geral, o cristianismo desenvolveu uma percepção da mulher enquanto um sexo perigoso, daí a necessidade de regular o seu corpo, valorizando para ela a virgindade e controlando a sexualidade masculina a partir da ascese da feminina. A assexualização das mulheres tornaria os homens menos sexualizados.

Segundo Zaira Ary, as teologias, influenciadas por aspectos históricos, culturais e ideológicos, sempre pensaram na mulher enquanto um sexo-objeto (sedutora, serva e salvadora), mobilizada pelo sexo-sujeito masculino (ARY, 2000). A tradição cristã elaborou uma natureza masculina superior, porém maligna, devido a sua sexualidade, enquanto a mulher possuiria uma natureza inferior, porém benigna, pois se caracterizava pela assexualidade. Assim, dentro dessa perspectiva da diferenciação com relação ao sexo, D. Madalena explicitou o que para ela demarcaria a diferenciação entre os gêneros: "Como a natureza masculina é mais fogosa do que a feminina, devem as moças, em relação aos rapazes, ter muita prudência e caridade, mantendo-se sempre numa atitude de delicada reserva."[259].

Na década de 70, é publicada uma matéria favorável à participação da mulher na esfera pública, evidenciando que o machismo na América Latina ainda era um dos fatores que impediam a plena promoção feminina[260]. No entanto, o texto entendeu que a mulher teria a sua parcela de culpa, mantendo certa passividade, não se interessando pela política e não frequentando na universidade cursos que a levariam a ter uma posição melhor no mercado de trabalho. Há que se concordar com Chartier (1995), quando ele afirma que a mulher também participa do processo de subordinação, aceitando e interiorizando os poderes masculinos, no entanto, existiam representações, muitas delas cunhas pela própria Igreja, com a ajuda de

[259] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.47.
[260] O PAPEL da mulher na sociedade e na igreja. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 2 jun. 1974.

periódicos como o *Lar Católico*, que determinava ser natural a diferença sexual, o que fez com que a mulher demorasse por mais tempo a desvendar todos os meandros que envolviam o seu processo de dominação. Portanto, não somente a mulher pode ser considerada culpada por sua passividade, nem tampouco vitimizada ao extremo.

A mesma reportagem procurava fazer referências à nova atuação da mulher no contexto da Igreja, defendendo que foi nesse espaço que a mulher desenvolveu grande emancipação. Desde a Conferência de Medellín, na qual houve um comprometimento com a libertação integral, a mulher começou ocupar mais espaço nas atividades pastorais e havia um grande incentivo no sentido de que ela desenvolvesse mais conhecimentos teológicos.

Foram poucas as oportunidades nas quais a mulher foi enfocada pelo *Lar Católico* fora do âmbito familiar e das relações entre gêneros. A novidade de tratar da presença feminina em outras esferas, ou seja, na esfera pública, data da década de 80[261]. Em uma reportagem específica, o tema a ser discutido foi a participação da mulher na esfera política, enfatizando que no Brasil daquele momento ainda era razoavelmente pequena a inserção feminina em movimentos políticos, como sindicatos e associações, fenômeno que não se repete nos movimentos de base popular, nos quais a mulher dispunha de um bom espaço.

Mencionou-se o fato de o presidente, José Sarney, ter convocado as mulheres para fiscalizarem os aumentos dos preços, atrelando a esse fato o crescimento da consciência das mulheres em relação a aspectos da economia e da política brasileiras. As mulheres também aparecem como tendo uma atuação privilegiada nas comunidades eclesiais de base e nas associações de bairro. Porém, ela ainda teria que enfrentar muito preconceito, nos momentos em que desejava entrar em determinados sindicatos e subir aos postos mais altos de comando.

Em outra reportagem, datada do ano de 1985, evidencia-se a discussão da violência de gênero e dos efeitos produzidos pela introdução da delegacia especial para as mulheres em determinadas regiões do Brasil.[262] Segundo o texto, essa novidade poderia ajudar as mulheres a conhecerem melhor os seus direitos de cidadã, enfrentando o problema tão grave que é a violência doméstica, oriunda de uma falsa concepção masculina a respeito do poder e da posse, que ele acredita ter direito, sobre a pessoa física e psicológica da mulher. A delegacia especializada seria uma forma de a mulher se sentir mais segura para relatar seus problemas, uma vez que ela não estaria inserida em um espaço opressor, como é o de uma delegacia comum. Assim, a reportagem descarta qualquer caráter discriminatório na existência desse

---

[261] A MULHER luta para conquistar seu espaço. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 21 abr. 1986.

[262] QUEIROZ, V. F. Delegacia de defesa da mulher: mudando comportamentos. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 14 abr. 1986.

espaço diferenciado. Afirma também que a delegacia instalada em Belo Horizonte apresentou índices alarmantes de violência contra mulher, que engloba desde casos como os de estupro, até mesmo violência de cunho doméstico. Além disso, constata-se que não somente as mulheres das classes mais pobres sofrem com esse tipo de problema, mas também aquelas inseridas nas camadas médias da sociedade não estariam isentas de vivenciarem essa experiência negativa. Assim, começava o processo de tornar público esse crime que antes ficava silenciado nos lares.

A questão da emancipação feminina e sua inserção no mercado de trabalho foi discutida em uma reportagem assinada por Francisco de Assis.[263] Esse texto afirmou que antes a condição da mulher estava vinculada ao lar e atrelada a posição do marido. O autor ainda ponderou que essa representação havia sido divulgada para a sociedade através de filmes e telenovelas, que subordinavam a figura da mulher, sempre se comportando de forma passiva e reforçando o ideal de fragilidade, estando apoiada no homem.

Dito isso o texto prossegue, evidenciando que na atualidade, a vida da mulher estava sofrendo uma alteração. Isso possibilitou que a mulher assumisse e tomasse maior consciência do seu papel de agente transformador da realidade histórica. As conquistas obtidas não seriam oriundas da concessão masculina, mas sim fruto da ação das próprias mulheres com a ação do movimento feministas, principalmente a partir da década de 70. Nessa oportunidade o feminismo não foi mencionado de uma maneira pejorativa, como já havia ocorrido em outros textos sobre o tema.

Para o jornalista, a mulher realmente conseguiu vislumbrar a sua emancipação quando foi necessário, a partir das constantes crises econômicas daquela década (80), que a mulher de classe média saiu para enfrentar o mercado de trabalho. De fato, naquele momento histórico, a mulher estava invadindo o setor público, dissolvendo as fronteiras simbólicas que separavam o público do privado (RAGO, 2004). Isso teria aberto seus olhos para os grandes problemas do mundo, tornando-a mais consciente para buscar os seus direitos. No entanto, a situação da mulher permaneceu em certo sentido muito desfavorável, pois além de trabalhar fora de casa, ela manteve as suas funções no âmbito doméstico, não as dividindo com o homem, que ainda não se identificava com essa modalidade de trabalho. A reportagem faz uma referência ao trabalho doméstico, defendendo que este nunca é devidamente valorizado pelos homens. Outro viés de trabalho feminino naquele período parecia ser a dificuldade de a

[263] ASSIS, F. A Hora da mulher. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 10 mar. 1985.

mulher ascender para postos de trabalho superiores, pois ainda era vitima de preconceito por parte dos homens que viria a comandar.

Assim, é apresentada uma nova perspectiva de vida para a mulher, que não tem mais como finalidade única o casamento, pois este vai acontecer de maneira natural, enquanto a mulher estiver buscando a sua independência. A partir da década de 80, portanto, com o fortalecimento da mulher no campo de trabalho, as representações sobre essas mulheres que decidiram não se restringir às suas características "naturais", adentrando em espaços masculinos, começaram a se tornar mais positivas. Na verdade, esse processo estava ganhando contornos mais específicos na década de 80, com uma maior percepção da mulher a respeito de suas necessidades individuais, profissionais, familiares e afetivo-sexuais. A conquista de determinadas autonomias contestou a pretensa natureza feminina, que foi estabelecida pelo clero como algo geral a todas as mulheres e que havia se constituído em uma arma para a manutenção de uma hierarquia de gêneros desfavorável para o sexo feminino.

6.2 A mulher na estrutura eclesiástica e na opinião dos papas

Desde muito tempo, as mulheres têm se constituído no maior público das associações leigas ligadas à Igreja Católica e também compõem a maior parte do laicato que configura o povo seguidor de tal instituição. Mesmo diante dessa importância tão evidente, pois as mulheres seriam os sujeitos ativos dentro da religião, estão excluídas do poder institucional, não ocupando posições de poder (SOUZA, 2007). Essa exclusão dos postos de comando dentro da estrutura eclesial talvez remonte aos primeiros tempos do cristianismo, no qual essa tensão que envolve a disputa de poder já estaria presente (ROHDEN, 1997).

A atuação da mulher dentro da hierarquia eclesiástica ocorre, em grande medida, através das ordens religiosas femininas. Assim, a sua participação na estrutura eclesiástica sempre ocorreu demarcando a submissão dessa mulher, que não desempenha funções de sacerdote, muito menos ocupa cargos importantes dentro da hierarquia clerical (BIDEGAIN, 1996). Assim, como afirma Bucker: "O problema da ordenação das mulheres e seus direitos igualitários atinge o medular do problema do poder eclesiástico. Se fazemos a distinção entre o poder pastoral e sacramental, o primeiro é delegado, por decreto, a leigos e mulheres; mas o segundo não." (BUCKER, 1995, p.175).

A questão de uma possível ordenação feminina foi discutida no *Lar Católico* quando do término do Concílio Vaticano II. Afirmou uma reportagem veiculada no jornal sobre esse tema que muitos teólogos não se sentem repugnados com a possibilidade de serem as mulheres sacerdotisas. Em seguida, apresentou um argumento segundo o qual não existe nenhuma objeção teológica para a exclusão das mulheres. Há o esclarecimento no texto de que essa exclusão se inseria em uma questão de tradição, que se pautou no fato de Jesus ter escolhido somente apóstolos do sexo masculino. Assim por ter fundamento na tradição, o jornal considerou que ainda não era provável que essa questão fosse revertida.[264]

Endossando o que a reportagem já havia afirmado, Enrique Dussel argumentou que não existia nenhum documento que restringia a admissão de mulheres no sacerdócio, o que o fez atentar para a presença de um machismo na Igreja (BUCKER, 1995). De fato, havia uma dominação simbólica em relação às mulheres, que se verificava tanto em âmbito social quando nos quadros da Igreja. O serviço que a mulher desempenha na Igreja tem sido sempre um serviço de ordem pessoal. Portanto, por dois milênios elas têm servido aos propósitos da Igreja sem, contudo, dispor de algum poder (exatamente como faziam em suas casas). Assim, elas se aproximam mais dos oprimidos, pois se identificam com seus problemas e sua exclusão. Assim, Leonardo Boff fez algumas ponderações acerca da relação da mulher com a Igreja Católica: "A mulher, ela mesma, que sempre foi marginalizada pela Igreja a nível jurídico e institucional, mas que, no entanto, no Brasil, foi a grande cadeia da transmissão da fé, de uma fé que é passada pela família e pela mãe" (ARY, 2000, p.64).

As mulheres sempre estiveram alijadas do poder eclesiástico, ao mesmo tempo em que sempre constituíram o seu público mais fiel. De certo modo então, como aponta Zaira Ary, o catolicismo promoveu uma desvalorização das mulheres (ARY, 2000). O cristianismo estabeleceu como fundadora do sexo feminino Eva, que foi criada, segundo a tradicional interpretação do Gênesis, a partir da costela de Adão. Isso faria com que todas as mulher fossem inseridas em uma concepção que as colocaria enquanto um sexo secundário e, portanto, sem condições de desfrutar dos cargos mais elevados dentro da instituição.

No entanto, a instituição não poderia ficar imune em meio às novas demandas femininas, que já começavam a se articular durante o papado de João XXIII, a qual colocou a questão em evidencia quando considerou que:

---

[264] OS DIREITOS da mulher dentro da igreja. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 28 jul. 1968.

> Já em 1963, o papa João XXIII nos advertia que os sinais mais eloqüentes do nosso tempo são três: as mulheres, os operários e a autonomia das nações novas. Embrava a encíclica "Pacem in terris" que a mulher não permite mais ser tratada como objeto ou instrumento, reivindica direitos e deveres consentâneos com a sua dignidade de pessoa tanto na vida familiar, como na vida social.[265]

Essa relativa promoção da mulher dentro da Igreja foi evidenciada em uma matéria do *Lar Católico*. Segundo o texto, estaria sendo deixado para trás o tempo em que as mulheres ficavam a orar nos templos. Naquele momento histórico, parecia estar ocorrendo uma inflexão sobre a posição da mulher dentro da Igreja, pois elas já estavam ocupando cargos na cúria metropolitana e participando do III Congresso Mundial do Apostolado dos leigos. Dentro desse congresso, elas haviam articulado reivindicações que versavam sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, a grande ruptura havia ocorrido com o convite que Paulo VI havia feito para 15 mulheres (leigas e religiosas). Assim, concluía o jornal que aos poucos o Vaticano iria se abrir para escutar as experiências e opiniões das mulheres[266].

Porém, sabe-se que permaneceu uma forte desigualdade entre os sexos na hierarquia eclesiástica e durante a realização do próprio Concílio Vaticano II. A Igreja seguia articulando o sentido do feminino ao papel de cuidado com o outro. A participação das religiosas nas questões conciliares ficou restrita aos assuntos referente à família (GUARIZA, 2009). Por outro lado, o Concílio trouxe algumas inovações ao condenar a discriminação contra as mulheres em todos os âmbitos da vida em sociedade.

De certa forma, essa nova postura da Igreja semeou a esperança entre as mulheres de serem reabilitadas no discurso clerical[267]. Anos depois, na década de 70, o papa Paulo VI realizou um feito inovador no que concerne à valorização das mulheres, concedendo à Santa Teresa de Ávila o título de "Doutora da Igreja" (CARVALHO, 2008).

Tanto em Medellín, quanto em Puebla, identifica-se a permanência de um discurso androcêntrico (GUARIZA, 2009). A missão das mulheres, desenhada por essas conferencias, as colocava como agente da Igreja dos pobres. Aos poucos, as novas ideias sobre a posição da mulher na sociedade, fez com que muitas contestassem a inferioridade da mulher, através de pequenas organizações (ROHDEN, 1997). Aos poucos, a mulher começou a se conscientizar

---

[265] ARNS, D. E. Missão da mulher, dos operários e das nações novas. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.2, 21 jul. 1986.

[266] OS DIREITOS da mulher dentro da igreja. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 28 jul. 1968.

[267] A questão da subordinação da mulher aparece bem clara na encíclica *Casti Connubii*, publicada em 1930, pelo Papa Pio XII. Nesse texto, enfatizou-se a "superioridade do marido sobre a mulher e os filhos", assim a mulher, representando a Igreja, era quem obedecia (PIO XI, 1930 apud CARVALHO**,** 2008, p.45-47).

sobre o papel que estava desempenhado dentro da própria instituição, o que culminou na emergência de uma teologia feminista (CARVALHO, 2008).

Esse discurso estaria atrelado tanto às CEBs e da Teologia da Libertação. A participação nesses movimentos conferiu à mulher um sentimento de pertencimento religioso, que foi articulado com a identidade feminina proposta pelo movimento feminista. Tudo isso irá contribuir para que a mulher se torne tanto sujeito quanto objeto de reflexão por parte da teologia (ROHDEN, 1997).

Na década de 80, o *Lar Católico* demarcou que a relação da mulher com a Igreja também estava em processo de transformação. Segundo a reportagem, já que as mulheres estão cada vez mais presentes nas iniciativas pastorais e na coordenação de movimentos "presidindo reuniões na Igreja, fazendo palestras até mesmo para sacerdotes"[268]. No entanto, como se sabe, a situação da mulher dentro da hierarquia não se alterou, não podendo ela ainda adotar a prática do sacerdócio.

Porém, para Maristela Moreira, permaneceu após o Vaticano II uma determinada visão sobre as mulheres nos documentos da Igreja:

> Diversos documentos da Igreja nos quais podem ser lidas algumas "imagens femininas". Refere-se, por exemplo, a *Pacem in Terris* (1963), de João XXIII, *Gaudium et Spes* (1965), de Paulo VI, e *Familiaris Consortio* (1981), de João Paulo II, como documentos a falar sobre a crescente participação das mulheres na vida pública, sua dignidade como pessoa e o seu estatuto de igualdade com relação aos homens. Todavia, tais documentos não deixavam de marcar o fato de que as mulheres deveriam estar prontas a aceitar o papel condizente com suas peculiaridades, em especial a sua função materna e familiar. (CARVALHO, 2008, p.205).

A encíclica *Familiris Consortios*, proferida por Paulo II, buscava determinar a existência dos direitos e funções da família na sociedade, esclarecendo a igualdade entre homem e mulher. Para definir o seu conceito de dignidade feminina, ele mobiliza novamente o conceito da Virgem Maria, como modelo de mulher redimida. Define que a mulher, assim como o homem, teria plenos direitos de exercer funções públicas, mas ainda enfatiza que a verdadeira promoção da mulher se encontraria atrelada á maternidade.

Percebe-se que a imagem da Virgem Maria constantemente foi mobilizada pela Igreja no sentido de fornecer as mulheres uma referência de conduta. No ano internacional da mulher, 1975, o Papa Paulo VI apoiou as iniciativas de promoção feminina, que visam a conscientizar a nova posição da mulher na sociedade atual. No entanto, diz o texto que a

[268] ASSIS, F. A Hora da mulher**. Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 10 mar. 1985.

participação da mulher deveria se dar de acordo com as suas competências próprias, cabendo a ela principalmente preservar a comunidade familiar. A defesa da função de guardiã do lar não somente permanece, como é reforçada, devido ao contexto de desestruturação familiar vivenciado por aquela sociedade, principalmente com o acirramento da discussão legislativa sobre o divórcio. Nesse momento, é cada vez mais necessário para a Igreja avigorar uma representação de mãe como resignação, sacrifício e alteridade; se apoiando na imagem da virgem Maria, "o santo padre apresentou a todos que colaboraram na preparação do ano internacional da mulher a imagem da Virgem Maria como ponto de referência"[269].

Nos anos 80, já ocorre um interesse maior em demarcar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, a figura do feminino ainda está fortemente associada à Maria, que segundo o jornal deve servir de modelo para a mulher cristã. Maria foi ao mesmo tempo a geradora de Deus e sua servidora. Mesmo diante da promoção feminina, o discurso católico ainda procura naturalizar determinados fenômenos e qualidades, enquanto eminentemente femininos. A imagem de Maria, ao ser constantemente retomada pelo discurso papal e, por consequência, pelo discurso proferido pelo *Lar Católico*, ao invés de estabelecer a igualdade entre os sexos, atrelava a mulher a uma de subordinação sexual e maternal.

6.3 A mulher e a maternidade

No contexto da família cristã, a figura da feminilidade atrelada à maternidade dispunha de uma determinada importância. Foi durante o século XIX que a Igreja, assim como outras instituições, começou a investir em um modelo de mãe como a conservadora da moral cristã (GIORGIO, 1991). Essa postura se coadunava com o padrão de domesticidade que se desenhava para enquadrar a mulher em atividades voltadas para o lar e os filhos. No inicio do século XX, a mulher ficou encarregada de zelar pelo bem-estar da família, atuando como dona de casa e controlando a higienização da infância. A mulher, então, tornava-se um baluarte da moral da sociedade (MATOS, 2003).

A causa ultramontana procurava se servir das mulheres para atingir ao marido e aos filhos, propagando pelas redes sociais a fé cristã. O cristianismo sempre acreditou que a mulher dispunha de uma fé comunicativa (GUARIZA, 2009), pois fazia parte de suas funções

[269] O ANO Internacional da Mulher. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.8, 12 jan. 1975.

educar os filhos para a fé, atuação que deveria sempre ser acompanhada pela hierarquia eclesiástica, que no princípio do século XX, se preocupava como a autonomia feminina.

Para realizar com eficiência essa função, mulher deveria ter essa autonomia regulada, revestindo-se de uma moralidade que a permitisse educar seus filhos. Nesse sentido, deveria ser primoroso o papel desempenhado pelas mães na educação dos seus filhos, pois somente elas poderiam garantir uma conduta exemplar para os mesmos (STUVEN, 2003).

Dessa forma, tornou-se necessário ao catolicismo elaborar representações sobre a condição de mãe, que foram inseridas no imaginário feminino, para que se desenvolvesse um ideal de mulher santificada, beneficiada pela virgindade em sua vida de solteira e pela honra e maternidade em sua vida de casada. Tais modelos ainda previam um papel de obediência e subserviência. Para disseminar esse modelo de mulher ideal, pia, cristã e mãe abnegada, a Igreja se utilizou de suas associações leigas, assim como de sua imprensa escrita.

A condição de mãe oferecia a mulher certos poderes (PERROT, 2005) sobre os quais a Igreja gostaria de ter alguma ingerência. No entanto, esse poder não poderia ser capaz de questionar a hierarquização de gênero no âmbito do Lar. Na verdade, o conceito de maternidade, tal como foi esboçado pela Igreja e outras instituições produtoras de valor, contribuía para fortalecer a assimetria de poderes entre o feminino e o masculino.

Sobre essa questão do poder materno, o *Lar Católico* veiculou suas opiniões:

> As mães que embalam o berço, governam o mundo [...] Eva deixou-se enganar pela serpente, Maria Santíssima esmagou a cabeça da serpente infernal. Pairando, embora, entre inúmeros paradoxos, é ainda a mulher quem representa o que de mais caro, de mais carinhoso, de mais delicado, de mais extremado se possa ter nesta terra: a Mãe!Nem Cristo furtou-se de ser embalado, alimentado, educado pela mais santa das mães, como lhe convinha. Cristo confiou a direção da sua Igreja a homens, é certo, mas igualmente entregou seus governadores aos cuidados maternais [...] Os governos do mundo representam os embalos dos berços, porque tem também as suas mães.[270]

Observa-se a difusão de uma representação de Maria redentora das mulheres, salvando-as do julgo que Eva tinha impingido ao sexo feminino. Além disso, transparece uma concepção segundo a qual o poder da mulher se restringia ao espaço privado, reafirmando aquilo que Michelle Perrot concluiu em relação ao poderes possíveis das mulheres, pensadas enquanto mães e esposas (PERROT, 1988). O acesso ao poder público não lhe era conferido diretamente, pois ela sempre interferiria no mesmo, através da ação de um homem. Assim,

[270] BENDITA MÃE. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.1, 8 maio 1966.

reforça-se a diferenciação entre os gêneros, delegando às mulheres um espaço específico de atuação.

Raquel Soihet considera que a imposição das representações positivas sobre a natureza maternal da mulher pode ser considerada uma das mais fortes violências simbólicas contra o gênero feminino (SOIHET, 1986). Assim, incide um poder simbólico sobre as mulheres, não existindo muitas possibilidades para as mulheres se defenderem desta modalidade de poder, pois ele é praticamente invisível, difícil de ser percebido (BOURDIEU, 2004).

Para ela, a maternidade se constituiu em um dos maiores mitos da nossa cultura, principalmente da cultura cristã, que influenciou as mulheres desde a infância, não oferecendo possibilidades de opção. A figura da mãe aparece como sagrada. Um dos passos para se reconstruir as relações de gênero em novas bases é dessacralizar a imagem da mãe e derrubar o mito do amor materno natural (LEMOS; SOUZA, 2009). Porém, subverter completamente as hierarquias de gênero, não parecia interessante para o discurso religioso, pois desorganizaria a estrutura familiar sobre a qual ele estava assentado.

As representações veiculadas pelo cristianismo acerca da maternidade buscavam incutir a ideia de que a mulher é um ser intrinsecamente maternal, sendo necessário para ela tornar-se mãe para realizar-se em plenitude. Assim, ocorre a tentativa de ocultar todo o processo histórico que levou a criação desse discurso, ao mesmo tempo, tende-se a desqualificar todas as práticas que o transgridem, como o aborto e o infanticídio. Se levarmos em consideração que essas, tanto o aborto quanto o infanticídio, sempre foram mobilizados por mulheres em situações evidentemente desfavoráveis, como recursos para se evitar o aparecimento de uma criança indesejada, deve-se considerar sim que o amor maternal não é necessariamente natural, mas apenas mais uma construção humana, fruto de toda uma prática discursiva.

Simone de Beauvoir foi uma das primeiras intelectuais a constatar que as atitudes e as identidades femininas foram se criando no curso dos acontecimentos, sendo as suas experiências as bases sob as quais suas identidades são desenvolvidas. Também nesse aspecto, o ser mãe consiste em uma identidade em construção, pois é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira com que a assume (BEAUVOIR, 1967). Portanto, para Beauvoir, a mulher só consegue assumir a conduta de mãe se tem condições financeiras e psicológicas para tal, do contrário, ela não poderá dar prosseguimento ao projeto de ser mãe.

O trabalho de Elizabeth Badinter (1985) aponta para a historicidade da identidade materna. Ela demonstrou, através do estudo realizado acerca das atitudes de mulheres

francesas para com seus filhos, que o amor materno não existe enquanto instinto, sendo construído ao longo do tempo. Para ela, dois fatores foram determinantes para o surgimento do amor materno, enquanto instância natural: necessidade de garantir sobrevivência aos descendentes e idealização da figura da mãe, para que a criança pudesse criar empatia com ela.

Dessa forma, pode-se concluir que

> [...] a maternidade tem se constituído num dos mitos da nossa cultura, exercendo-se em seu nome forte manipulação sobre a mulher que, desde muito cedo, é bombardeada com estímulos para o exercício de tal mister como alago para o qual não cabe qualquer modalidade de opção. (SOIHET, 1986, p.191).

Esconder a historicidade do fenômeno é explicável, pois o catolicismo desejava conferir ao fenômeno da maternidade, uma característica sacralizada. A tradição católica sempre fez uma analogia entre a maternidade de Maria e a maternidade humana, que consiste em uma presença demasiadamente forte em nossa cultura. Assim, é comum que se acredite que a mãe seja capaz de cultivar somente sentimentos nobres em relação às suas e às crianças dos outros. Para aquela mãe que desviasse dessa norma, haveria uma consequência desastrosa, já estaria evidente o seu fracasso enquanto ser humano e a sua debilidade de caráter.

> As mães que se esquecem da força do exemplo, deparam assustadas com filhos egoístas, frios e corruptos. As que consideram os filhos um fardo muito pesado e preferem o mundanismo ao aconchego do lar, terão na velhice a alma solitária e chegarão ao fim com as mãos vazias [...]. Amor e dedicação representam a verdadeira mãe, que se consome no lar, dando ao esposo e filhos o exemplo de uma vida simples, pois a mãe não se empenha em agir e em brilhar senão em seu filho. [271]

Desenhou-se um perfil de mãe ideal, aquela que se glorifica através dos filhos, que constrói a sua personalidade e a sua identidade de mulher, desempenhando a função de mãe. Segundo essa percepção, não a mulher não se constitui em um sujeito fora da maternidade. Torna-se comum entender a maternidade enquanto uma prática de doação e servidão, que certamente irá relegar para segundo plano os interesses pessoais da mulher: "capacidade de se doar para o bem dos filhos e sacrificar seus gostos pessoais em favor de uma dedicação mais completa aos filhos."[272].

---

[271] DIA das Mães. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 1, 8 de ago. 1966.
[272] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.7, 5 maio 1986.

A representação de que a mulher é naturalmente talhada para o desenvolvimento da maternidade, quando não encontra ressonância na prática, poderia provocar diversos sofrimentos que envolvem a mulher e os filhos. Veja o que uma jovem leitora fala a respeito da relação com a sua mãe: "eu a adoro, mas ela não corresponde ao meu afeto"[273]. Maria Madalena, rejeitando a possibilidade de que possa existir uma mãe que não desenvolva tal sentimento, pondera que a mãe da leitora a ama, mas provavelmente não sabe como dar visibilidade a esse sentimento. Aconselha a garota a ser paciente e a não exigir de sua uma demonstração de afeto que ela ainda não é capaz de dar.

A figura da mãe cristã ideal (abnegada e dessexualizada) foi desenhada a partir de Maria, mas tal representação também foi construída através dos modelos apresentados pelas santidades. Esse foi o caso, por exemplo, de Santa Mônica, mãe do antes indomável e rebelde Santo Agostinho, que padeceu até recolocar seu filho no caminho correto. A conduta Santa Mônica[274] foi evidenciada pelo *Lar Católico* como um exemplo de perseverança materna, centrada na conversão de um filho. Mais do que isso, a vida de Santa Mônica consistia na prova viva para as mulheres de que a o sacrifício materno era o caminho para a santidade.

Porém, dentre todas as mães santas, a única sagrada era Maria, definida por Santo Agostinho como:

> Única entre as mulheres, Maria é, ao mesmo tempo, mãe e Virgem, não só quanto ao espírito, mas também quanto ao corpo... Quanto ao espírito, ela é mãe de todos nós que somos membros de Cristo, porque ela cooperou pela caridade, para que na Igreja nascessem os fiéis [...].[275]

A maternidade divina de Maria foi reconhecida no Concílio de Éfeso, no século V e os dogmas que se referem a sua virgindade perpétua datam do século VI.[276] Em 1950, Pio XII aprovou o dogma da Assunção de Maria, que considerava a elevação aos céus de seu corpo e sua alma (CAMINHA; CAMPOS, 2009). Maria se tornou então mais uma figura espiritual que propriamente corpórea. Tendo sido concebida por Deus na eternidade, Maria apareceu no discurso cristão como uma figura imutável, não alterada pelas práticas discursivas humanas. Suas funções e atribuições eram consideradas como naturais e foram transmitidas para todo o sexo feminino (WARNER, 2009[277] apud GUARIZA, 2009).

---

[273] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 8 set. 1968.
[274] COMO ESPOSA e mãe, uma mulher forte. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.2, 25 ago. 1974.
[275] MENDES, R. A Virgem Maria e a Igreja. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 14 maio 1967.
[276] Sobre a maternidade de Maria ver: João Paulo II (1981a).
[277] WARNER, M. **Alone all her Sex:** the myth and cult the Virgin Mary. New York: Vintage Books, 1983.

O fato de Maria ter se tornado mãe e ao mesmo ter mantido o seu corpo sob o signo da integridade sexual fez dela, a priori, um modelo inalcançável para as mulheres. Todas as mulheres, exceto Maria, tiveram que passar pela experiência sexual para adquirirem aquilo que o catolicismo definiu como a missão feminina: a maternidade. Nessa acepção, a maternidade acaba por dignificar e justificar o sexo.

Porém esse sexo, na doutrina cristã, como já foi evidenciado, só é legitimado se for consumado dentro do sacramento matrimonial. Procurou-se difundir a representação de que a maternidade somente poderia ser executada a partir do casamento. Nesse quesito, para Maria Madalena, "se a mulher encontra o equilíbrio próprio de sua vida, se ela consegue transfigurar a estrutura virginal e maternal e conciliá-las, é que inconscientemente se aproximou do modelo eterno."[278]. Esse equilibro se daria dentro do casamento. Entre as mulheres católicas estudadas por Lúcia Ribeiro, verificou-se que a maior parte delas praticava a maternidade dentro de relações estáveis ou de um casamento oficial e define que a reprodução fora do casamento ainda era vista pelo grupo social como algo pouco aceitável (RIBEIRO, 1996). No caso das leitoras do *Lar Católico*, as que se manifestaram na coluna, percebe-se a existência de um grupo significativo de mulheres casadas ou em busca desse tipo de união para se efetivarem enquanto mães. Também verificou-se a presença de mulheres que tiveram alguma experiência fora do casamento sexual, que resultou na ocorrência de uma gravidez.

Aliado à emergência de um discurso religioso que designava a maternidade enquanto algo imanente ao feminino havia um discurso médico que se articulou no princípio do século XIX. O discurso médico tendia a representar:

> A maternidade como um "mandamento biológico", mas também como função que enaltece e glorifica a mulher, devendo esta desenvolvê-la em todo o seu potencial. Freqüentemente, a representação da maternidade transbordava seu caráter biológico para abarcar um significado social, segundo o qual deveriam ser desenvolvidos os sentimentos maternais, que justificariam a dedicação aos filhos e aos demais membros da família, bem como a filantropia feminina e a própria função educadora. (MATOS, 2003, p.112).

Como indica Soihet, a sociedade cuidou de regular a conduta das mulheres e de influenciá-las a praticar a maternidade. Porém, uma vez nascido o filho, a responsabilidade cabe sempre à mulher, principalmente se essa mulher for proveniente das classes mais subalternas (SOIHET, 1986). A mulher das camadas populares muitas vezes não dispunha de estrutura financeira e psicológica para criar e formar um filho. Ao contrário do que ocorria

[278] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 21 ago. 1966.

com frequência entre as classes médias, as mulheres dos grupos populares participavam do mercado de trabalho não por uma questão de opção pessoal, mas sim de necessidade econômica. Portanto, como conciliar o pleno exercício da maternidade exigido pela sociedade com a realização de atividades que garantiriam a subsistência? Deve-se lembrar que muitas dessas mulheres não podiam contar com o apoio dos pais de seus filhos, que não estavam dispostos a dividir a responsabilidade.

Deve-se notar que essa questão ainda se fez sentir décadas depois. Em uma carta no ano de 1975, uma leitora que decidiu pela maternidade e que foi abandonada pelo pai da criança, descreve suas dificuldades para criar o filho com dignidade, pedindo para D. Madalena indicar um educandário onde seu filho poderia ser criado. A mulher em questão, além de ter que lidar com o preconceito de sua família, pelo fato de ela ter se tornado uma mãe solteira, devia trabalhar para sustentar o filho, não podendo cuidar pessoalmente dele que, segundo ela, estava sendo vítima de maus tratos pela avó. Essa leitora estava sofrendo por conta de sua maternidade ilegítima, perante a sociedade. Segue-se um trecho do seu relato:

> Quem escreve aqui é uma mãe solteira, desorientada [...] cai com um rapaz solteiro e que vendo-me esperar um filho, fugiu de mim e há 3 anos casou-se com outra. Minha família, quando descobriu, quase me matou; até chute meus irmão me davam! Aconselharam-me que eu tomasse remédio para abortar, mas como me temo morrer e temia a Deus, não tive coragem [...] Sou empregada doméstica e como trabalharia quando ele nascesse? Uma freirinha aconselhou a minha mãe a ficar com ele [...] hoje esse garoto está com 5 anos! Acho-o maltratado.[279]

A esse apelo, dona Madalena responde:

> Seu filho pode ser ótimo cidadão e também excelente cristão, dependendo da educação e do ambiente que lhe for oferecido. Lute pela sua felicidade, sobretudo pelo bom exemplo, o que será um grande estímulo para perdoar-lhe o momento de fraqueza.[280]

Como se pode constatar, nem sempre a maternidade ocorria em um momento desejado pela mulher e em situações ideais. Muitas vezes, a situação cotidiana, principalmente entre as classes mais modestas, faz com que o ideal de maternidade se distancie muito da prática que é possível ser empreendida (LEMOS, 2009). Diante dessa realidade, parecia

[279] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 25 maio 1975.
[280] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 25 maio 1975.

impossível para algumas mulheres se enquadrarem no modelo traçado: uma mulher que poderia se dedicar em tempo integral à educação de uma criança, movida por um amor incondicional. Mas à parte disso, a questão da maternidade aparece ser algo fora de discussão (LEMOS, 2009), pois a religião, como sistema simbólico estruturante, que estabelece o que será ou não discutido (BOURDIEU, 2001). Nesse quesito, a Igreja tem conseguido um relativo sucesso no sentido de naturalizar esse fenômeno histórico, colocando--o como legítimo para boa parcela da população.

Na década de 80, o papa João Paulo II começa a esboçar o conceito de dignidade feminina e da equiparação dos seus direitos para com os homens. Porém, percebe-se que a promoção feminina se daria mais quanto à questão da defesa de sua dignidade que quanto à igualdade em relação aos homens. Para discorrer sobre a dignidade, ele retomou a figura de Maria, o que demonstra uma permanência em relação ao discurso das décadas anteriores, já que Maria reporta ao conceito de maternidade. Além disso, o marianismo reforça uma postura secundária da mulher, enquanto uma colaboradora e serva.

> A posição da mulher cristã na sociedade e na Igreja se reveste hoje de grande importância não por causa dos seus direitos de igualdade ao homem, mas por causa da sua dignidade de mulher, dignidade que se revela em Maria, grande modelo de mulher cristã [...] generosa cooperadora do projeto de salvação e ao mesmo tempo humilde serva do senhor.281

Percebe-se que na década de 80 já existe uma consolidação das transformações vivenciadas pela mulher. A presença feminina no espaço público se torna cada vez mais constante. A maior inserção no espaço público ajudou na conscientização das mulheres a respeito da sua própria identidade (COSTA, 2002), mas também fez com que elas visualizassem melhor que a sua atuação na sociedade não estaria naturalmente restrita ao espaço doméstico. No entanto, nessa tentativa de se dividir entre a esfera pública e a privada, novos conflitos surgiram dentro da família, envolvendo a mulher. As mulheres se perceberam imersas em dificuldades que concerniam à garantia de atendimento de suas tradicionais responsabilidades domésticas, independente das classes sociais, as quais elas pertencem (COSTA, 2002).

A mulher teria que redefinir o seu papel, principalmente enquanto mãe, delegando os cuidados com as crianças a outras mulheres, já que os homens, costumeiramente se esquivavam dessas funções. Essa transferência entre mulheres, de atribuições que

[281] INTENÇÃO geral: Maria e a dignidade da mulher cristã. **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.7, 16 MAIO 1982.

historicamente foram conferidas ao sexo feminino, através da formulação de representações como a mariana, por exemplo, ainda manteria certa desigualdade de acesso aos direitos sociais. Logo, tal transferência pouco contribuiria para a reformulação das relações de poder e dominação que envolvem os sexos (COSTA, 2002).

Assim, a questão da maternidade, anteriormente pouco questionada e aceita como natural para muitas mulheres, apresenta agora uma ambigüidade, principalmente entre as camadas mais favorecidas da população. O questionamento girava em torno da necessidade de se coordenar essa função com outras atividades oriundas da esfera pública. O conceito agora comportava uma perspectiva cada vez mais favorável à contracepção, uma vez que a mulher não reunia mais condições de cuidar de uma prole extensa. Tampouco dispunha de largo auxílio masculino e estatal no trato com os filhos.

Em artigo publicado pela jornalista Vânia Queiroz do *Lar Católico*, há uma tentativa de se estabelecer um panorama sobre essa transformação da realidade das relações familiares. Sobre isso, ela pondera que

> Durante muito tempo a mulher viveu exclusivamente para o lar e para os filhos. Hoje as coisas estão mudando. Há uma nova mulher que ocupa também espaço na política, nas ruas, no mercado de trabalho. O papel do homem também está mudando, alguns executam hoje tarefas até então reservadas à mulher como serviços domésticos e com cuidados com os filhos. Mesmo assim, existe ainda uma cultura machista que cobra apenas do sexo feminino a responsabilidade de cuidar da prole.[282]

Percebe-se, através da fala da jornalista, que existe uma revolução em andamento atrelada a uma tentativa de subversão de papéis, com os homens exercendo novas funções dentro da família. No entanto, a participação dos homens em atribuições antes tipicamente femininas não se deu no mesmo ritmo da inserção das mulheres em funções tipicamente masculinas. Assim, pode-se entender o que quis dizer a jornalista ao afirmar a permanência de uma cultura machista, que delega as funções relativas aos cuidados com a prole, quase que exclusivamente às mulheres. "Por isso, junto à nova mulher, surgiu também uma série de conflitos e questionamentos a respeito da maternidade. Não é fácil trabalhar fora, cuidar da casa e dos filhos."[283].

A jornalista adverte que em um mundo em constante mudança e repleto de novos problemas como a disseminação das drogas e as demandas ecológicas, a questão da

[282] QUEIROZ, V. Qual o sentido da maternidade hoje? **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.7, 30 jun. 1986.
[283] QUEIROZ, V. Qual o sentido da maternidade hoje? **Lar Católico,** Juiz de Fora, p.7, 30 jun. 1986.

maternidade, apesar de ser uma das mais importantes para o contexto social e manutenção da sociedade, não tem sido devidamente discutida. Sem dúvida, a prática da maternidade, como todos os fenômenos históricos, vivenciou na década de 80, um processo de transformação, com novos problemas sendo colocados para as mulheres que desejavam ser mães, porém se estabelecendo profissionalmente.

Uma das propostas para se discutir o ato de ser mãe e as suas implicações para as mulheres, foram as realizações de congressos e seminários, dos quais participam uma série de especialistas sobre o tema, desde médicos a psicólogos. O desenvolvimento do artigo se baseou nas opiniões de um psicólogo, Marcus Vinicius de Oliveira, diretor do Instituto Grávida. De acordo com esse profissional, a percepção da maternidade pode variar de acordo com as camadas sociais, nas quais as mulheres estariam imersas. Para ele, nas classes menos favorecidas as mulheres interpretam a maternidade como uma obrigação, um dever e muitas vezes até mesmo um fardo, em termos econômicos, uma vez que estas mulheres não se encontravam devidamente respaldas pelo Estado. Em contrapartida, nos grupos economicamente mais favorecidos, as mulheres tenderiam a perceber a maternidade enquanto um direito e um prazer[284].

A partir da opinião do psicólogo, pode-se vislumbrar uma maneira alternativa de se interpretar a maternidade, um tanto quanto diferente do posicionamento adotado pelo catolicismo nesse sentido. Como já foi mencionado, para a Igreja Católica a prática da maternidade é natural e intrínseca, fazendo parte, inexoravelmente, da natureza feminina, um elemento do qual a mulher não pode se desvencilhar. Nesse sentido, o amor maternal valeria para todas as mulheres, independente do contexto histórico e social, no qual essas mulheres estariam inseridas. Diferentemente, para o psicólogo, o sentimento e o exercício da maternidade teriam a sua historicidade, variando de acordo com as vivências dos sujeitos femininos.

Essa nova percepção, no entanto, parecia isolada no contexto do discurso do jornal, pois a Igreja ainda compartilhava de uma ideia naturalizada acerca do amor materno:

[284] MOREIRA, N. Seminário debate o direito à maternidade e o aborto. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.16, 16 jun. 1985.

> Sem desconhecer o substrato de instinto que existe no amor materno, fruto das próprias leis biológicas da maternidade, o amor materno é feito de inteligência e bondade, de serenidade e humildade, é feito de uma infinita capacidade de servir e ajudar [...]. Não é sem razão que o dia das mães está colocado dentro do mês de maio, que é o mês dedicado à Mãe de Deus e nossa Mãe, a Virgem Maria. Porque há um pouco de Maria no coração de cada mãe. Pela pureza, pela bondade, pela fé, pela coragem diante do sofrimento, pela fidelidade [...].[285]

A partir desse texto, percebe-se que há uma concepção a respeito da influência biológica na construção do sentimento materno, que é reforçado por sentimentos que seriam eminentemente femininos. A maternidade estaria relacionada ao ato de servir, que também é interpretado como parte da natureza da mulher. Maria consistia, e continua consistindo, em uma referência para as mães, ainda que a prática da maternidade promova sentimentos ambíguos nas mulheres.

[285] COSTA, J. R. Dia das Mães. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.7, 5 maio 1986.

7 O ESPAÇO DOS LEITORES NO JORNAL *LAR CATÓLICO*

A *Página Feminina* surgiu no *Lar Católico* em meados do ano de 1953 e em princípio, era publicada esporadicamente. No ano de 1954, ela passou a integrar todos os números do jornal, saindo semanalmente. Essa mudança ocorreu, segundo a redação do jornal, por conta dos insistentes pedidos que a mesma estava recebendo, com o intuito de aumentar a periodicidade da mencionada página[286].

Dentre todas as seções dispostas no *Lar Católico*, a *Página Feminina* foi sempre citada em outras colunas do referido jornal. Alguns leitores acreditavam ter sido esse um dos espaços dos mais admiráveis, pois era informativo e dispunha de grande penetração no imaginário do leitor, por realizar com este um diálogo, dando abertura para que ele emitisse seus posicionamentos. Assim, em outras seções, pode-se verificar o destaque que essa página foi adquirindo ao longo do tempo entre os leitores. Nesse sentido, Padre André Meireles demonstra sua admiração pelo trabalho desempenhado por Maria da Conceição e Maria Madalena Ribeiro de Oliveira, as principais responsáveis por esse espaço do semanário. Palavras do mencionado padre:

> Mas o que eu mais aprecio nesse jornal é a página de *Orientação familiar*, ali os pais encontram uma palavra esclarecida, abalizada e amiga, que os conforta nas lutas diárias dentro e fora do lar. Os filhos, nessa página luminosa encontram um guia seguro e fiel, nos caminhos nem sempre claros e serenos da sua juventude.[287]

Durante a década de 50, a página onde D. Madalena escrevia sua coluna recebia o nome de *Página Feminina*. Nessa época, o estilo desse espaço se assemelhava ao de qualquer periódico que compunha chamada Imprensa feminina, com dicas de moda, desenhos gráficos femininos e o próprio consultório sentimental. Consistia em um texto voltado para as mulheres, no sentido de doutrinar as suas atitudes e os seus corpos, educando-as para uma vida afetiva satisfatória.

Em 1959, a *Página Feminina* passou a ser chamada de *Orientação Familiar*, transmitindo assim a mensagem de que não se tratava de uma leitura apenas feminina, mas também válida para toda a família. A mudança de nome foi acompanhada por uma reformulação em termos de textos e imagens. Essa nova estrutura perdeu um pouco seu apelo

[286] PÁGINA FEMININA. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 3, 12 jun. 1954.
[287] CARTA DOS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.5, 11 out. 1968.

feminino, sendo suprimidas as dicas de moda, mas permanecendo as de culinária. Os aspectos gráficos e as imagens que valorizavam o feminino, principalmente aqueles que indicavam o título, desapareceram. Assim, foram sendo substituídos por uma grafia mais simples, que valeria para os dois sexos (Figura 10).

Figura 10. Alterações na *Página Feminina*
Fonte: Lar Católico[288]

A mudança ocorreu porque a *Página Feminina*, mas principalmente o *Intercâmbio com os Leitores*, estava angariando a atenção masculina. A presença de valores considerados eminentemente femininos, como o sentimentalismo, pode ter funcionado como um mecanismo identificativo (MORIN, 1975) para ambos os sexos. Esse fenômeno em parte explicaria a participação masculina, desde a época da *Página Feminina*. Mas o excesso de outras temáticas (moda e lar) poderia exercer um efeito contrário. A diminuição dos valores femininos provavelmente tenha estimulado a participação masculina na coluna, já que foi possível verificar um aumento gradativo da participação masculina.

Até mesmo o nome da coluna assinada por D. Madalena sofreu uma alteração mínima, porém significativa. Ainda existia a *Página Feminina*, a coluna em questão recebia o nome de *Intercâmbio com as Leitoras*, transformando-se em *Intercâmbio com os Leitores*. A mudança de gênero no artigo denota uma necessidade de levar os conselhos também para os homens, estimulá-los a participar cada vez mais e contemplando aqueles poucos que já

[288] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora: Lar Católico, 1954- 1986.

vinham deixando as suas contribuições desde a década de 50. Na década de 80, a *Orientação Familiar* deixou de existir, permanecendo apenas as colunas *Intercâmbio com os Leitores* (nome que a partir dessa década foi abreviado para *Intercâmbio*) e *Do Cotidiano*, com as crônicas de Maria da Conceição.

A própria palavra "Intercâmbio", escolhida por D. Madalena para classificar sua coluna, elucida o que seria a finalidade do espaço: estabelecer um contato entre o jornal (personificado por D. Madalena) e o seu público leitor. Porém, esse contato não seria aleatório, pois reforçaria a estratégia que foi encontrada em todo o restante do jornal que seria a de normatizar as condutas sexuais, afetivas e familiares. Através desse intercâmbio, havia a possibilidade de que a interiorização das representações construídas pelo jornal acontecesse com maior sucesso.

Um dos mecanismos através dos quais a Igreja procurou conhecer minuciosamente as transgressões sexuais e as condutas afetivas de seus fiéis, foi o da confissão. Foucault esclarece que pela confissão as coisas são reveladas, para depois serem controladas. Portanto, a fiscalização das condutas dos fiéis consistiria no método mais eficaz para coibir possíveis transgressões (FOUCAULT, 1998a). Confessar-se seria então um ato de produção de verdade, que proporcionaria um exame de si mesmo.

De certo modo, o jornal inaugurou um modelo de vigilância das condutas sexuais, amorosas e afetivas de suas fiéis através da coluna *Intercâmbio com os Leitores*. Nessa coluna, verifica-se o desenvolvimento de um mecanismo parecido a uma confissão, em alguns sentidos. Se o ato confessional envolve a presença de um sacerdote e é regido pelo poder do segredo, a coluna não possuía esses atributos, uma vez que quem ouvia não possuía poderes sacerdotais, tampouco o que era dito permanecia completamente na esfera do segredo. Porém, verifica-se naquele espaço uma produção da verdade e uma busca pela consciência de si por parte dos leitores. Vale ressaltar que tal coluna funcionaria como um mecanismo de conhecimento e controle das vivências dos leitores, já que a conselheira procura ter uma intervenção efetiva na prática de quem requisitava seus conselhos.

Assim, no ato de escrever as cartas e endereçá-las para o jornal por vontade própria, os leitores estariam produzindo alguma verdade (FOUCAULT, 1998a) sobre as suas condutas sexuais e afetivas, dando-as a conhecer pelo jornal. Através do conhecimento dessa verdade é que serão tomadas as providências para uma maior civilização das condutas. Assim, antes mesmo de verificar o conteúdo desse discurso, é preciso perceber em que bases se davam as relações entre conselheira e aconselhados.

7.1 O consultório sentimental: a conselheira e os leitores do jornal *Lar Católico*

A emergência de demandas oriundas do movimento feminista, bem como o contexto de transformação historiográfico, caracterizado pela quebra dos paradigmas tradicionais da escrita da história são elementos que propiciaram o desenvolvimento de uma história, cujo objetivo seria dar visibilidade à mulher, considerando-a como sujeito ativo. Esse campo específico de estudos, conhecido como História das Mulheres, consistiu em uma força desafiadora, que questionou pressupostos tradicionais da História, tais como a existência de um sujeito universal, representado pelo homem branco, que não atentava para as diferenças provenientes da raça e do sexo. Esse questionamento apontou para o fato da insustentabilidade de um conhecimento histórico que não esteja apoiado na multiplicidade de sujeitos históricos.

A História das Mulheres começou a se desenvolver durante a década de 60, principalmente nos Estados Unidos, quando as feministas estavam preocupadas em resgatar a história de suas ancestrais, para legitimar seus projetos futuros. Assim, ela nasce atrelada ao projeto político feminista, motivo pelo qual alguns historiadores questionaram o profissionalismo e os métodos de pesquisa utilizados por esse novo campo historiográfico[289].

A partir desse momento, é perceptível a proliferação crescente de estudos que enfatizam a participação das mulheres na história, em várias partes do mundo ocidental. Na França, nos Estados Unidos[290] e no Brasil (neste país, principalmente a partir dos anos 80), as mulheres conquistaram um maior espaço nos meios acadêmicos, o que acarretou em um relativo aumento no número de artigos, monografias, comunicações, teses, dentre outros trabalhos científicos, que envolviam a questão da participação feminina na história. Em suma, tratava-se de um novo campo que se abria para resgatar "as vidas e as expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos da história e objeto de estudo" (PERROT, 2005, p.107).

Nesse novo campo, destacou-se a preocupação de resgatar as mulheres em suas experiências cotidianas. Com essa finalidade, muitos historiadores se debruçaram no estudo

[289] Joan Scott contesta a alegada impossibilidade de conciliar profissionalismo e ideologia, através da atuação das historiadoras feministas norte-americanas (SCOTT, 1992).

[290] Michelle Perrot enfatiza que a história das mulheres se inscreve no campo mais vasto das ciências humanas e que ela não é produto exclusivo da França, mas sim do mundo Ocidental. No entanto, os Estados Unidos foram os pioneiros na discussão da inserção feminina na História. Na década de 1970, a história das mulheres na França estava preocupada em desvendar aspectos do patriarcalismo e da dominação, bem como as questões que envolvem a família e o casamento (PERROT, 2005).

da Imprensa feminina, na tentativa de recuperar os discursos elaborados para ou pelas mulheres (BUITONI, 1986). Assim, deve-se levar em consideração o que determinou Carla Bassanezi:

> As revistas femininas veiculam o que é considerado próprio como do mundo feminino pelos seus contemporâneos. Seu conteúdo é marcado pela história. Nunca surgem como ideias revolucionárias, não abrem caminhos, mas também não podem ficar muito distantes da transformação do seu tempo, pois correm o risco de perder o seu público leitor. Ao mesmo tempo, as revistas são capazes de produzir gostos, opiniões e padrões de consumo. Acabam servindo muitas vezes como guia de ação, conselheiras persuasivas e companheiras de lazer. (BASSANEZI, 1996a, p.15).

O *Lar Católico* não consistiu em um periódico que fazia parte desse conjunto que se denomina de Imprensa feminina. Na verdade, como já foi evidenciado, ele se inscreve dentro do periodismo católico ou da "boa imprensa". Porém, ele produziu, a exemplo das revistas femininas, um discurso histórico sobre as relações de gênero, enfatizando, principalmente, as experiências das mulheres. Essa função foi cumprida, principalmente pelo *Intercâmbio com os Leitores*, que informava e buscava educar aos leitores para que estes pudessem exercer suas práticas afetivas em consonância com a doutrina católica.

O *Intercâmbio com os Leitores* consistia naquilo que ficou conhecido no meio jornalístico como consultório sentimental. De acordo com Buitoni, o consultório sentimental seria um espaço no qual

> As leitoras expõem seus problemas amorosos, para os quais a revista aponta algum tipo de solução. Às vezes, as cartas são forjadas, mas na maioria não. Desse modo, representam um documento vivo do comportamento de gerações. Algumas responsáveis por essa seção tornaram-se famosas por terem acompanhado a até modificado o nível de consciência dos leitores. (BUITONI, 1986, p.90).

Sobre a mesma questão, Edgar Morin pondera que:

> Os conselhos práticos (principalmente o correio sentimental) são pequeno burgueses: o interesse do lar, das crianças ou dos pais sobrepuja o amor e os conselhos virtuosos e sábios fazem força para disciplinar os amores desorientados e desorientadores. (MORIN, 1975, p.120).

Essa prática que prevê o envio de cartas para seções de aconselhamento consiste em um fenômeno recorrente em periódicos de orientação feminina. O sucesso dessas seções residia no fato de que através delas, o leitor tinha a possibilidade de ter um atendimento mais

personalizado (PAIVA, 1997). Entre as décadas de 50 e 80, as revistas de maior circulação do país, cujo público era majoritariamente feminino (Cláudia, Querida e Capricho) dispunham desse mecanismo para estabelecer um contato com os seus leitores. No entanto, o consultório sentimental não parecia ser um espaço comum em periódicos católicos, o que evidencia a peculiaridade do *Lar Católico* nesse aspecto.

Em geral, os consultórios sentimentais são coordenados por conselheiros que possuem algum tipo específico de especialização e habilidade. As revistas leigas costumavam designar para essa função um psicólogo. No caso específico desse consultório sentimental, foi escolhida para responder e aconselhar a senhora Maria Madalena Ribeiro de Oliveira, poetiza, escritora e organizadora de biblioteca. Contava com uma cultura bastante proveitosa, dominando idiomas como o francês. A partir da análise dos conselhos emitidos, pode-se constatar que cultivava o hábito da leitura de livros religiosos, manuais de controle do matrimônio e literatura em geral.

Dona Madalena era uma representante legitima da mulher da elite de Juiz de Fora. Casada e com apenas uma filha, ela dedicava o seu tempo ao trabalho e ao aconselhamento feminino, passando horas mergulhada nas cartas de suas leitoras. Uma figura que exibia contradições, uma vez que praticava em sua própria vida aquilo especificava em seu discurso (o trabalho feminino somente quando necessário, pois ela mesma adotava uma conduta moderna nesse sentido).

Mas o que mais habilitava D. Madalena para desempenhar a função de conselheira em um periódico católico era o fato de ela ter se vinculado a movimentos religiosos de coordenação dos leigos. Maria Madalena, desde a juventude participou do movimento da Ação Católica. Esse movimento, em escala mundial, foi uma iniciativa por parte da Igreja Católica nas primeiras décadas do século XX, que contava com participação do laicato. De um modo geral, pode-se considerar que a Ação Católica desempenhava um papel moralizador, defendendo a permanência da mulher na esfera privada e colocando-se contra o divórcio (AZZI, 1993; URÁN, 1984). D. Madalena fazia ressalvas quanto ao primeiro ponto, mas se posicionava integralmente a favor do segundo. Por meio da Ação Católica, ela começou o seu trabalho com a juventude, ministrando os cursos e escrevendo os textos discutidos nos círculos de preparação do casamento.

Diante disso, D. Madalena representava aquilo que Foucault designou como um lugar de fala que o indivíduo ocupa, tornando-se sujeito do que diz. Ou seja, constitui-se em um sujeito que fala a partir de um lugar, que produza sentido para os interlocutores, fazendo com que estes reconheçam nela uma autoridade (FOUCAULT, 1996). Isso a conferiria

alguma aceitação perante as leitoras, o que poderia contribuir para que as mesmas buscassem seguir seus conselhos.

Logicamente, os conselhos ministrados por D. Madalena variavam de acordo com o tema abordado pelo leitor. Porém, podem-se abstrair algumas considerações gerais efetivadas por ela. Entre os anos 50 e 60 (com mais frequência nos anos 50). Nos anos 50, D. Madalena se deparou com uma infinidade de cartas de adolescentes, que estando com algum problema de ordem amorosa, recorriam à sua coluna para pedir auxílio. Para essas moças, que começavam a vida afetiva muito cedo, a conselheira costumava afirmar que:

> Fiquei bastante triste de saber que estando habituada a ler a Página Feminina tenha arranjado namorado com 15 anos. Na verdade você pode formar-se na medicina e ser ótima mãe de família, mas não será fácil, começando a namorar antes do tempo... Peça ao seu Vigário que lhe empreste bons livros de formação.[291]

Verifica-se que D. Madalena considerava inapropriado para uma jovem começar a sua vida sentimental cedo. Defendia que a leitora deveria dedicar melhor o seu tempo para se preparar tanto para assumir as funções por ela desejadas no âmbito público, quanto no privado. Outro elemento que se pode depreender de sua fala se referia ao fato de que nem todas as leitoras seguiam os seus conselhos, o que a deixava muito triste.

Por outro, lado verifica-se que algumas leitoras buscavam seguir o conselho de D. Madalena, ainda que estivessem com vontade de proceder de maneira contrária, buscando até mesmo estratégias para tal. Um depoimento relevou o conflito entre a representação criada no discurso da conselheira para a boa jovem e a prática desejada e adotada. Veja o que diz a leitora:

> [...] tenho quinze anos. Nunca namorei, mas tenho tanta vontade! Só não namorei por ter visto muitas vezes nessa página que o namoro fora de tempo é uma calamidade... Eis meu problema: Ele tem 18 anos e está atrasado nos estudos. [...] Poderia começar uma correspondência com ele sem quebrar o justo orgulho de moça reservada?[292]

Uma das estratégias adotadas por D. Madalena para que as leitoras incorporassem o seu posicionamento acerca da vida amorosa na adolescência, era reafirmar continuamente as sua posições para diversas leitoras. Assim, toda vez que as meninas lessem a coluna, tomariam contato com esse posicionamento, até fazer dele uma verdade absoluta.

---

[291] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 12 abr. 1959.
[292] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 12 abr. 1959.

De um modo geral, quando a relação afetiva de uma leitora atrapalhava o relacionamento em família, D. Madalena considerava necessário que a esta buscasse uma explicação efetiva para a proibição dos pais. D. Madalena partia da premissa de se a família não acreditava nas potencialidades do rapaz, a moça deveria refletir se realmente ele era o pretendente mais indicado. Com isso se diluía os conflitos familiares e a moça poderia buscar um par mais adequado. Assim ela afirma:

> Só o amor não justifica um casamento. Você pode amar, mas deve sublimar seu amor , colocando o rapaz em outro plano, E creia que se o consenso é de que você deve retirar o rapaz da lista de seus pretendentes, o mais prudente é que o faça, mesmo causando grande dor.[293]

Em outra oportunidade, D. Madalena fez sugestões à família da moça, para que esta pudesse ser afastada das más influências de um rapaz:

> Naturalmente os leitores vão rezar com muito fervor para que sua irmã reconsidere o namoro que como indica a fraca estrutura moral do rapaz não pode mesmo dar certo. É bom que seu pai recorra a Deus e tome algumas providencias. [...] e se a sua irmã fosse terminar a aperfeiçoar a carreira de magistério noutro local poderia se salvar desse amor que crucifica o seu pai. [...] Hoje todas as mulheres devem ter uma profissão: mesmo que se casem com um rapaz gabaritado em todo sentido, há sempre a ameaça de um transtorno que obrigue a mulher a arcar com a responsabilidade monetária de uma família. Sem profissão e competência a luta poderá ser muito inglória; não é mesmo?[294]

A conselheira sempre incentivou as suas leitoras a se prepararem para vida, não somente em um sentido cristão e espiritual. As mulheres deveriam ler e se instruir a respeito dos mistérios da vida e do amor conjugal, sempre buscando uma formação melhor para desempenhar as funções de mãe e de esposa. Costumava se preocupar com o comportamento das moças, sempre verificando se elas estavam devidamente preparadas para o casamento. Ponderava que a moça deveria pensar bem antes de se casar com qualquer um, pois o medo de ficar solteira não deveria levá-la a cometer desatinos, afinal de contas, o casamento não lhe parecia o único caminho possível para a mulher (somente se ela desejasse praticar atos sexuais). Assim, ela fez a seguinte afirmação: "torna-se o casamento uma preocupação

[293] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 24 abr. 1967.
[294] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 17 jul. 1983.

constante para a moça, que com medo de ficar titia, entusiasma-se pelo primeiro rapaz que aparece, sem considerar se é realmente um bom rapaz."[295].

Mas não era somente essa modalidade de preparação que preocupava D. Madalena. Para ela, as suas leitoras deveriam estudar até o nível que pudessem, para adquirir uma boa cultura. Também deveriam ser resguardar de um futuro inquietante, fazendo cursos e adotando profissões, através das quais elas poderiam se sustentar no futuro. No entanto, seu discurso ainda guardava uma vinculação ao homem provedor. Na presença deste, a profissão feminina não seria o caminho para garantir o sustento da família. Apesar disso, a mulher nunca poderia prescindir de uma profissão, já que em momentos de dificuldades financeiras, ela seria necessária.

Seu discurso, no entanto, pareceu ambíguo nesse tema, pois como ela mesma esclareceu em uma oportunidade, um dos maiores caminhos de promoção da feminina seria a escolha de uma profissão. A ela, lhe parecia errônea a percepção segundo a qual a mulher deveria ser confinada a sua condição sexual e maternal, sendo necessário para ela desempenhar outras funções que as evidenciassem enquanto sujeitos[296].

Para as mulheres casadas, D. Madalena também estabeleceu um discurso. Para ela era imprescindível que os cônjuges se conhecessem e se preparassem bem antes de contrair o sacramento do matrimônio. Era no momento de preparação que um possível rompimento poderia acontecer. Depois de efetivado o sacramento, a situação seria irreversível, tendo a mulher que aprender a contornar os seus problemas dentro do casamento.

> Trata-se da moça ser fiel ao sacramento, à palavra dada em face do altar. E, se puder, com a graça de Deus, continuar vivendo com o marido da melhor maneira possível, poderá ter a esperança que o próprio marido mude, pois, como diz São Paulo, o cônjuge fiel acaba revertendo o infiel.[297]

Em determinados casos, D. Madalena aconselhava suas leitoras casadas a resolverem sem problemas com os seus maridos, através da adoção de práticas afetivas e atenciosas para com o cônjuge: "A senhora já experimentou redobrar de atenções para com o seu marido? Provavelmente se o fizer, verá que ele também fará o mesmo."[298]. Assim, D. Madalena considerava que o primeiro passo para reconciliação sempre deveria ser dado pela mulher.

---

[295] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. O problema. Intercâmbio com os Leitores. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 10 jan. 1954.
[296] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 9 jun. 1974.
[297] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 30 jul. 1966.
[298] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 10 nov. 1974.

Para ela, uma mulher ou uma moça, para serem bem aceitas, deveriam ser atenciosas e prestativas para com a família, no sentido de que desse modo pudessem revolver todos os seus problemas familiares. Percebe-se que nesse sentido, D. Madalena desenvolveu uma diferenciação bem clássica entre os gêneros, colocando a mulher como sentimental e servidora.

Aqueles que escreviam para a coluna, o faziam em busca de determinados conselhos. Porém, no ato de escrita das missivas que eram encaminhadas para D. Madalena, o leitor produzia uma cultura e um conhecimento a respeito de si. Na análise das questões que envolvem a escrita de uma carta, há que se recuperarem as contribuições de Roger Chartier:

> Numa história cultural, redefinida como lugar onde se articulam práticas e representações, o gesto epistolar se tona um gesto privilegiado. Livre e codificada, íntima e pública, dividida entre o segredo e a sociabilidade, a carta, melhor que qualquer outra expressão, associa as relações sociais e a subjetividade. Cada grupo vive e formula a seu modo este equilíbrio problemático entre o eu intimo e os outros. Reconhecer estas diversas maneiras de administrar a aptidão para corresponder é sem dúvida compreender melhor o que faz com que uma sociedade exista, coesa na partilha dos mesmos usos, mesmas normas, mesmos sonhos. (CROCHET, 2000, p.40).

Assim, o uso da escrita é importante para entender como os indivíduos constroem as suas representações de mundo (CHARTIER , 1992), sendo essa modalidade de escrita epistolar excelente para compreender as relações de sociabilidade. No caso do jornal, muitas vezes, escrever significaria compartilhar problemas, tornar públicos os desafetos, as frustrações e os desejos, ou seja, desabafar: "esta carta é para mim um desabafo."[299]. Isso era feito, a partir de uma necessidade inconsciente de que alguém se identificasse com aquela situação relatada, para assim estabelecer com essas pessoas alguma relação de sociabilidade.

Porém, não há dúvidas de que ao escrever ou enunciar, o leitor refletia e ao mesmo tempo construía uma imagem de si mesmo. Nesse quesito, as leitoras se identificam como traídas, bonitas, feias, confusas, indecisas, apaixonadas, jovens, dentre outras características. Assim, a imagem que a leitora fazia de si em seu discurso revelaria sua identidade, através das marcas de sua subjetividade (FARIAS; PIRES, 2008).

As mulheres que escreveram para a coluna não constituíram um grupo homogêneo. Em busca das orientações da conselheira estiveram mulheres das mais variadas idades (adolescentes, jovens, adultas e idosas) e níveis sociais e profissionais (donas de casa, estudantes, costureiras, domésticas, filósofas, professoras, enfermeiras, psicólogas, biólogas,

[299] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 17 dez. 1966.

dentre outras). Seus interesses eram igualmente múltiplos: casamento, noivado, mercado de trabalho, relações familiares, passatempos, conflitos amorosos, curiosidades, necessidades religiosas e necessidades intelectuais. As questões que afligiram as mulheres serão mais bem explicitadas posteriormente.

A maior parte das missivas foi escrita por um punho feminino, retratando assim algumas das demandas e desejos das mulheres entre os anos 50 e 80. A forma como as leitoras organizaram as suas cartas, cientes de que elas poderiam ser publicadas no semanário, compõem aquilo que se pode designar como sendo a materialidade do texto. Nesse ponto, deve-se lembrar o que outrora foi mencionado a respeito das informações que a materialidade textual pode oferecer para a análise do historiador. Revisitando novamente as palavras proferidas por Chartier, pode-se encontrar o embasamento necessário para entender o poder do suporte textual: "é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor." (CHARTIER, 1991, p.182).

Assim, ao observar como se estruturava o texto produzido, foi possível deparar-se com uma prática bastante reveladora acerca do comportamento e da visão que as leitoras elaboraram de si mesmas. Nas primeiras décadas em que a coluna circulou (anos 50 e 60), a emancipação feminina não estava consolidada em todos os setores, tendo a mulher certa dificuldade de expor suas questões íntimas em foro público, principalmente se tivessem que arcar com as consequências de tal exposição. Esse fenômeno fez com que a maioria das leitoras que escreveram para a coluna no período acima citado adotassem uma espécie de pseudônimo.

Desde o século XIX, a escrita feminina literária, por exemplo, foi perpassada por interdições e preconceitos, não consistindo em uma atividade ideal para as mulheres, quando era realizada na esfera pública. A alternativa que as mulheres encontraram para legitimar seus escritos ou mesmo para escamotear a identidade pessoal existente por trás dos mesmos, foi adotar os chamados pseudônimos. De acordo com Caruso, a adoção de pseudônimos seguiu até o início do século XX, tendo como função proteger as escritoras e suas famílias de represália social (CARUSO, 2006). Porém essa prática foi deixando de ser necessária quando a condição social da mulher foi se alterando, o que a possibilitou dominar algumas instâncias da esfera pública, desempenhando funções intelectuais e trabalhistas.

As missivas enviadas ao *Lar Católico* também consistem em uma modalidade de escrita feminina que atinge a esfera pública. Porém, contrariamente à literatura, cujo conteúdo pode ser ficcional e não pessoal, o discurso que envolve a elaboração de uma carta tem por

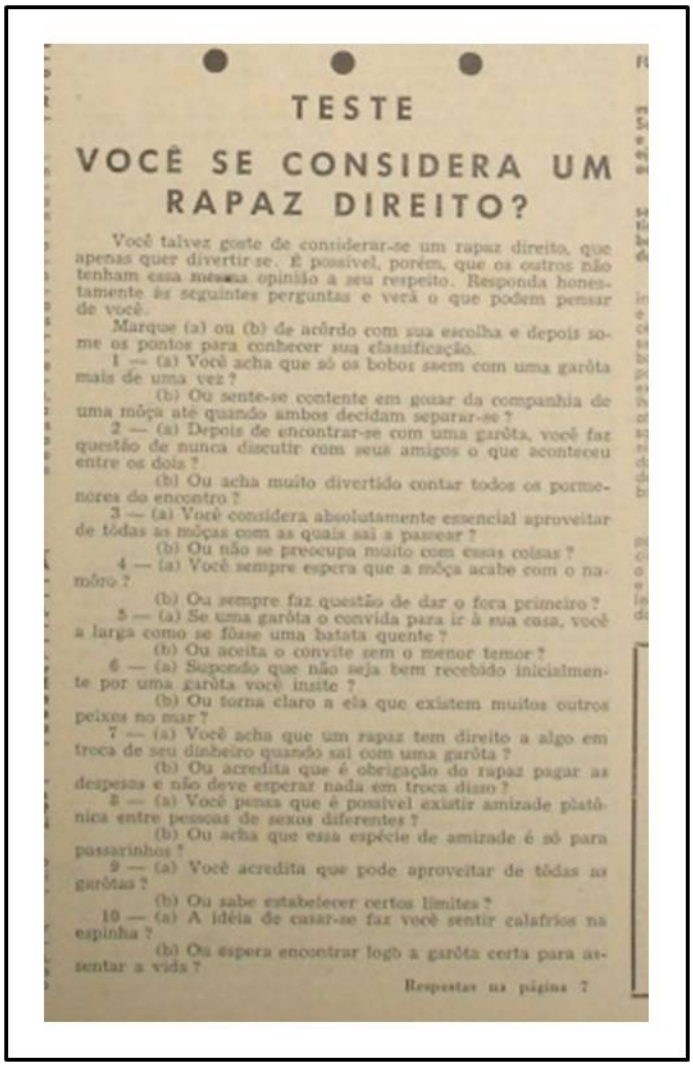
essência a fala de si. Portanto, essa forma de escrita revelaria segredos, sonhos, transgressões e desejos, cuja exposição demasiada poderia comprometer a reputação da moça. Principalmente quando os desvios e as vontades sexuais eram manifestados, em uma época na qual as práticas sexuais femininas eram alvo de regulação e restrição, até mesmo no âmbito discursivo, as leitoras observaram a necessidade de ocultar a sua identidade através da utilização de pseudônimos.

Com o desenvolver da década de 70, tornou-se comum que as leitoras utilizassem nomes próprios femininos na coluna. Existem duas possibilidades de explicação para este fato. A primeira delas apontaria para o desuso da prática dos pseudônimos (como por exemplo: desiludida, indecisa, flor do campo, mineirinha, etc.), com as leitoras assumindo a sua verdadeira identidade, demonstrando uma nova percepção da mulher sobre si mesma, enquanto um sujeito histórico, dotado de vontades e sentimentos. A revelação da identidade demonstraria também o quanto o contexto social que circundava as leitoras estava em transformação, com a preponderância de representações mais favoráveis à liberação sexual e a emancipação feminina nos planos familiar, sexual, afetivo e trabalhista.

No entanto, há outra alternativa para elucidar essa questão, pois mesmo considerando a possibilidade da ocorrência do fenômeno acima descrito, não se pode considerar que a maioria das mulheres fizesse uso de sua identidade verdadeira. É grande a probabilidade de que muitas leitoras utilizassem um nome próprio falso ou imaginário. Nesse caso, persistiria a tendência de ocultamento de identidade.

Porém, como já foi mencionado, o público de D. Madalena não se restringia às mulheres. Também os homens participaram desta coluna (em um número mais reduzido que o das mulheres, mas significativo) e o fizeram pelos mais variados motivos. Não há como negar que os homens também eram alvos do processo de normatização, tendo os seus atos comentados pelas mulheres com as quais se relacionaram. Portanto, a presença masculina foi uma constante no cotidiano da coluna.

O teste exposto abaixo (Figura 11) demonstra que as mulheres e a doutrina cristã também esperavam uma conduta correta por parte dos homens. Do contrário, haveria implicações muito sérias na estrutura familiar que este homem pretendia construir. Também ele era alvo de um discurso, que visa a fazê-lo refletir sobre as suas práticas.



TESTE

VOCÊ SE CONSIDERA UM RAPAZ DIREITO?

Você talvez goste de considerar-se um rapaz direito, que apenas quer divertir-se. É possível, porém, que os outros não tenham essa mesma opinião a seu respeito. Responda honestamente às seguintes perguntas e verá o que podem pensar de você.

Marque (a) ou (b) de acôrdo com sua escolha e depois some os pontos para conhecer sua classificação.

1 — (a) Você acha que só os bobos saem com uma garôta mais de uma vez?

(b) Ou sente-se contente em gozar da companhia de uma môça até quando ambos decidam separar-se?

2 — (a) Depois de encontrar-se com uma garôta, você faz questão de nunca discutir com seus amigos o que aconteceu entre os dois?

(b) Ou acha muito divertido contar todos os pormenores do encontro?

3 — (a) Você considera absolutamente essencial aproveitar de tôdas as môças com as quais sai a passear?

(b) Ou não se preocupa muito com essas coisas?

4 — (a) Você sempre espera que a môça acabe com o namôro?

(b) Ou sempre faz questão de dar o fora primeiro?

5 — (a) Se uma garôta o convida para ir à sua casa, você a larga como se fôsse uma batata quente?

(b) Ou aceita o convite sem o menor temor?

6 — (a) Supondo que não seja bem recebido inicialmente por uma garôta você insite?

(b) Ou torna claro a ela que existem muitos outros peixes no mar?

7 — (a) Você acha que um rapaz tem direito a algo em troca de seu dinheiro quando sai com uma garôta?

(b) Ou acredita que é obrigação do rapaz pagar as despesas e não deve esperar nada em troca disso?

8 — (a) Você pensa que é possível existir amizade platônica entre pessoas de sexos diferentes?

(b) Ou acha que essa espécie de amizade é só para passarinhos?

9 — (a) Você acredita que pode aproveitar de tôdas as garôtas?

(b) Ou sabe estabelecer certos limites?

10 — (a) A idéia de casar-se faz você sentir calafrios na espinha?

(b) Ou espera encontrar logo a garôta certa para assentar a vida?

Respostas na página 7

Figura 11. Teste para a discussão sobre o comportamento do rapaz cristão
Fonte: Lar Católico[300]

Mais propriamente interessa observar, ainda que com certa superficialidade, quais eram as questões mobilizadas pelo sexo masculino no âmbito da coluna. De um modo geral, as preocupações dos homens que escreveram para coluna estavam circunscritas em duas esferas: o mundo do trabalho e a busca por uma companheira ou por interpretar as atitudes da mesma.

Quanto ao mundo do trabalho, percebe-se a existência de relatos com a intenção de arrumar algum trabalho a partir da intervenção da coluna: “se algum leitor quiser orientar-me como posso fazer para arrumar um emprego.”[301]. Também foi possível encontrar jovens que

[300] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.3, 2 fev. 1964.
[301] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 7 fev. 1982.

recorreram a D. Madalena para que ela oferecesse uma orientação quanto a sua vida profissional: "Estou muito inseguro quanto a profissão a seguir!"[302].

Detectou-se a presença daqueles que se encontravam em meio a problemas de ordem afetiva, se sentido incapazes de compreender a personalidade da esposa[303]. E ainda, verificou-se o assombramento de alguns perante as atitudes de suas namoradas: "tenho uma namorada [...] Fico as vezes chocado por que ela não compreende minha discrição, achando que é falta de amor a atitude controlada."[304]. Outros buscaram em meio às leitoras do jornal, uma possível pretendente: "tenho 24 anos, sou cabo reformado da Aeronáutica [...] desejo por esposa uma jovem que tenha muito amor a Deus e que pretenda ter comigo um namoro puro"[305].

Dito isso, é necessário perceber que um dos motivos para o sucesso da coluna residia na relação de confiança que foi estabelecida entre conselheira e leitores. É possível verificar que alguns leitores demonstravam certo apreço pelo trabalho realizado por D. Madalena a frente da coluna:

> Eu e meu noivo somos leitores assíduos do *Lar Católico* e pretendemos em ocasião oportuna darmos uma passadinha ai em Juiz de Fora para conhecê-la pessoalmente [...] Verificamos que no *Intercâmbio* a senhora responde a questões muito variadas e não somente a dificuldades sentimentais e familiares... acreditamos que a maioria se beneficia muito desabafando suas mágoas, pois encontram, infalivelmente, na senhora, uma compreensão fora do comum e, ao mesmo tempo, a firmeza de um esclarecimento corajoso [...]. Realmente o que mais impressiona nas suas respostas é o carinho com que forra suas verdades ... temos a certeza que vai nos atender com a mesma benevolência.[306]

Por outro lado, a participação de determinadas leitoras era motivo de regozijo para a conselheira. Isso fica evidente quando ela esclarece que: "Fiquei na dúvida se a senhora gostaria ou não publicasse sua carta, acho que faria muito bem aos leitores. Ela chegou-me como uma brisa numa tarde de verão."[307].

A aproximação de D. Madalena para com os seus leitores ocorreu de maneira mais efetiva. De acordo com o desespero, com a gravidade do problema ou mesmo a partir do pedido da leitora, ela se dispunha a escrever uma resposta particular, sem o intermédio da coluna. Em determinadas ocasiões, para aquelas me viviam em Juiz de Fora, D. Madalena

---

[302] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 5 jan. 1964.
[303] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 31 mar. 1986.
[304] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 28 ago. 1966.
[305] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 2 fev. 1964.
[306] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 24 mar. 1986.
[307] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, fev. de 1986.

sugere conversas pessoais e as convidava para uma visita em sua casa: "O mais acertado é procurar-me em minha residência, telefonando antes para marcar um horário favorável, para você e para mim. Estou certa de que haverá uma boa solução para o seu caso."[308].

Em alguns casos, os leitores não se preocuparam em ter o poder sobre as suas cartas, não se importando se alguma interferência fosse feita na sua redação ou mesmo se tal carta não fosse publicada (MAINGUENEAU, 1997).

Assim, esses leitores deixam nas mãos de Maria Madalena a responsabilidade sobre os seus textos: "A senhora fará desta o que bem lhe parecer: publicá-la ou não publicá-la, ou publicá-la parcialmente"[309]; faça como quiser, ponha minha carta no jornal ou jogue fora."[310].

Logicamente, sempre coube a D. Madalena o poder de publicar ou não em sua coluna, as cartas que recebia: "Apesar do seu pedido, não posso em sã consciência publicar sua carta."[311]. De acordo com a resposta de D. Madalena, a leitora havia narrado para ela que estava mantendo um relacionamento ilícito com um homem casado. Como esse assunto não se reverteria em um bom exemplo para as demais leitoras, D. Madalena utilizava de seu poder para recortar e conjurar o discurso da leitora.

Assim dispondo do poder de seleção sobre as cartas, D. Madalena costumava publicar com certa frequência, missivas cujo conteúdo buscava valorizar e enaltecer todos os predicados favoráveis da coluna. Não foram poucos os relatos dos leitores que expressavam agradecimentos a D. Madalena por suas respostas sempre edificantes, seus conselhos que lançavam luz aos problemas vivenciados. Desse modo, ela legitimava a sua atuação para todos os leitores, demonstrando que as suas ponderações foram decisivas para o transcurso da vida de tantas pessoas.

Porém, a frequência com que ela dava espaço para esse tipo de relato pode ter causado descontentamento em alguns de seus leitores. Em um espaço reservado para os leitores apontarem suas críticas ao jornal, a Tribuna do Leitor, um deles que não se identificou, fez a seguinte declaração: "A forma de apresentação do *Intercâmbio com os Leitores* já está cansativa. Não vejo a necessidade de se apresentar na íntegra as cartas dos leitores. Aqueles cumprimentos efusivos a D. Madalena, os elogios ao jornal são massantes. [...] a objetividade é muito mais agradável."[312].

---

[308] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 21 ago. 1966.
[309] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 13 jan. 1986.
[310] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 22 jun.1975.
[311] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 27 out. 1974.
[312] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.15, 7 fev.1982.

Percebe-se que a coluna sofreu transformações ao longo das três décadas estudadas. Em princípio, consistia em um espaço dominado pelas moças casadoiras, com os seus problemas afetivos. Com o tempo, ela passou a ser mobilizada por homens e mulheres em idade mais adulta, que buscavam empregos, sociabilidades e conselhos para manter em harmonia as relações conjugais. Nos últimos anos, ela adquiriu mais uma característica: a prestação de serviços, com os leitores depondo sobre suas experiências com o álcool e no cárcere.

Assim, pode-se concluir que a coluna se constituiu em um espaço de encontro entre a conselheira e seus leitores. A partir das relações estabelecidas entre esses personagens foi possível vislumbrar a criação de representações, tanto das relações de gênero e familiares, quanto da identidade do próprio sujeito que escreve. Esse processo, somente pode ser efetivado através das práticas de escrita e das construções dos discursos. Porém, para se entender melhor como ocorreram as apropriações de tais representações, é preciso entender em que sentido se estruturam as práticas de leitura dos textos da coluna e daqueles indicados por ela.

7.2 Interiorizando hábitos de leitura: as práticas da leitura e a defesa de uma prática adequada para os leitores

Ao trabalhar com os leitores do jornal *Lar Católico*, depara-se com duas questões essenciais: as práticas de leitura, através das quais os leitores tomam conhecimento do conteúdo veiculado pelo jornal, assim como as práticas de leitura que o jornal visava a desenvolver em seus leitores.

É relevante notar a existência de relações de poder que permeiam as leituras realizadas a partir de qualquer forma de impresso. Nesse quesito, descrevendo a situação do livro, Bourdieu chega a uma conclusão que pode ser transposta para os periódicos: “O poder sobre o livro é o poder sobre o poder que o livro exerce.” (BOURDIEU; CHARTIER, 1996, p.243). Os redatores e idealizadores do *Lar Católico*, assim como todos os jornalistas que atenderam ao chamado dos pontífices desde fins do século XIX, estavam interessados em dispor desse tipo de poder, que como se sabe, possui uma força considerável sob as práticas dos leitores. Esse poder consiste na possibilidade de se transformar as visões de mundo, as representações do real, os ideais de vida, de modo que essa transformação tenha as suas

implicações nas práticas cotidianas do leitor. Assim, percebe-se que o objetivo do jornal em construir um lar católico e normatizar as ideias que os seus leitores poderiam desenvolver sobre gênero, sexualidade e família poderia ser viabilizado, já que existe sempre a possibilidade de o impresso exercer algum poder sobre seus leitores.

No entanto, como adverte Chartier, esse poder é sempre um poder desejado, o que não quer dizer que ele seja sempre efetivado, já que as possibilidades de leitura são plurais e diacrônicas, variando de acordo com fatores culturais e sociais. A leitura é assim identificada como uma prática criadora e inventiva (CHARTIER, 1996).

> Por um lado, a leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros: ela é uma caça furtiva, no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correcta, a uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la. (CHARTIER, 1990, p.123).

Mesmo com todas as tentativas por parte dos jornalistas e editores de tentar controlar a recepção e impor normas de percepção do texto, as apropriações nunca são completamente governadas, já que não existe um único leitor ideal. Assim, é fácil perceber que as apropriações podem escapar do controle e das previsões do texto. Essas ponderações de Chartier abrem espaço para que possamos entender as incongruências e as ambiguidades que surgiram entre o discurso do jornal e os discursos dos leitores. Os leitores do jornal sempre se apropriam de uma maneira particular do que é lido, e as práticas que advêm das representações que são construídas também através da leitura, são sempre práticas possíveis, ou seja, aquelas que o seu cotidiano e a sua realidade sociocultural permitem. Assim, mesmo enfatizando que seria ideal para a mulher se desenvolver no âmbito doméstico, principalmente nas primeiras décadas estudadas, verifica-se a existência de leitoras que necessitam trabalhar para sustentar os seus lares. Da mesma forma que nem sempre foi possível para essas mulheres seguir os conselhos de Maria Madalena, quando esta diz que é muito importante para a mulher terminar os estudos secundários.

É preciso ter em mente algo que seria de extrema importância para o entendimento a respeito do poder que os impressos detêm, a saber, a relação dos conteúdos veiculados e o contexto histórico de sua publicação. Nesse sentido, as análises tanto do *Lar Católico* quanto dos cadernos de preparação para o casamento, levando em consideração que este último funcionava como um verdadeiro manual de condutas sexuais desejáveis para cada idade e

situação amorosa, podem se apoiar no que Roger Chartier e Pierre Bourdieu defendem no debate no qual participaram e que deu origem ao livro "Práticas da Leitura". Nesse debate, há um momento em que os dois intelectuais advertem que todo livro de aprendizagem, como no caso do manual elaborado por Maria Madalena Ribeiro de Oliveira e editado pela editora Lar Católico possui uma veiculação ideológica. O objeto estudado também se apoia em uma ideologia cristã a respeito do sexo, um conjunto de ideias nas quais a sociedade deve se apoiar, ao descrever as práticas mais adequadas no decorrer do ato sexual e limitando os contatos dos indivíduos com os seus órgãos sexuais. Porém, deve-se concordar com esses intelectuais quando eles advertem que a potência das significações irão depender do contexto histórico.

Em outras palavras, aquele conteúdo ideológico terá ou não algum sentido de acordo como a realidade vivenciada pela sociedade no período. Os cadernos de preparação são datados do final da década de 50, momento em que o prestígio de Dona Madalena está em ascensão para com os leitores. É entre as décadas de 50 e 60 que a sua coluna recebe retorno de um razoável número de leitoras, que inclusive demonstraram-se interessadas em adquirir os cadernos. É também um momento histórico no qual a educação sexual leiga no Brasil se desenvolve, se tornando um projeto cada vez mais concreto. Em contrapartida, os intelectuais cristãos começam a publicar suas obras e ensaios sobre casamento, sexualidade e natalidade. Tais obras encontram um público leitor interessado, principalmente entre as mulheres, que ainda não desenvolveram tantos espaços de sociabilidade para discutir questões referentes ao sexo.

Nesse contexto histórico, os cadernos de Dona Madalena parecem fazer um relativo sucesso entre o público, a julgar pelos constantes pedidos que podem ser verificados na coluna. Os cadernos têm a intenção de realizar uma educação sexual desde a primeira infância até após o casamento. Seu conteúdo versa principalmente sobre as limitações, o que pode e o que não pode ser feito ou pensado em cada situação. É interessante notar que a sexualidade é tratada como uma coisa natural, intrínseca ao ser humano, mas que só pode ser vivenciada após o casamento. Só então ela cumpre o seu papel perante Deus e a sociedade, funcionando como um elo entre os cônjuges e o um meio pelo qual estes irão realizar a obra divina, que corresponde a dar vida a um novo ser humano. Nas palavras de Maria Madalena: "[...] A *cópula carnalis* de maneira digna, pois a graça do matrimônio, segundo Santo

Thomaz de Aquino, age de maneira especial no momento do congresso sexual para ajudar os cônjuges a realizá-la digna e santamente [...].”[313].

Em outra oportunidade, ela diz:

> São dois os fins essenciais do matrimônio: a prole e completação mútua. O primeiro fim é a prole; o segundo, a completação mútua, que se subordina ao primeiro, isto é, à prole. E o amor então, o amor que exige a completação mútua, o amor que é o maior bem que o homem julga possuir? O amor, no matrimônio, tem uma razão de ser, energia e exigência não no indivíduo, mas na espécie.[314]

Esse discurso foi apoiado pela *Humanae Vitae*, encíclica destinada a normatizar entre os católicos as condutas a respeito da natalidade, emitida pelo papa Paulo VI, no ano de 1968.

> O matrimônio não é, portanto, fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes: é uma instituição sapiente do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor. Mediante a doação pessoal recíproca, que lhes é própria e exclusiva, os esposos tendem para a comunhão dos seus seres, em vista de um aperfeiçoamento mútuo pessoal, para colaborarem com Deus na geração e educação de novas vidas. (PAULO VI, 1968).

Essas finalidades do casamento defendidas nos cadernos de preparação e na encíclica *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), assim como todo o controle que os dois discursos visam a ter sobre a sexualidade dos católicos, são datados historicamente. Eles fazem parte de um contexto histórico no qual já estavam em andamento alguns processos que visavam uma maior liberação sexual, processos esses que os seus discursos visavam a reverter.

Nesse sentido, é possível voltar a Bourdieu e Chartier, quando estes afirmam que as ideias veiculadas nos impressos devem encontrar um respaldo histórico, caso queriam ser incorporadas no pensamento dos leitores. O leitor reconheceria aqueles discursos enquanto próprios dos momentos vivenciados pela sociedade, dialogando com eles, no sentido de verificar se eram ou não pertinentes para engendrar as suas práticas. O mesmo se pode dizer do enfoque que o jornal oferece ao tema do divórcio, no momento em que a sua lei estava sendo discutida e a condenação veemente ao socialismo que o periódico oferece quando sentiu que o país estava ameaçado por essa ideologia.

---

[313]. RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.131.

[314] RIBEIRO DE OLIVEIRA, M. M. **Amor e Paz**: Primeira e segunda fase de preparação ao casamento ou iniciação dos filhos e das filhas menores e maiores de vinte anos nos mistérios da vida. 2. ed. Juiz de Fora: [s.n.], [19--]. Para uso particular. p.79.

No entanto, mesmo atentando para essas questões da pluralidade das leituras, é preciso concordar com Bourdieu quando este afirma que existe uma afinidade entre as disposições do autor e as disposições do leitor (BOURDIEU; CHARTIER, 1996). Dificilmente o leitor escolheria um impresso com o qual não se identificasse, mesmo que ele não venha a concordar com todas as ideias presentes no seu objeto de leitura. Assim, aquele que compra ou tem acesso indireto ao *Lar Católico* por meio de empréstimos, escolheu esse jornal porque de alguma forma consegue interagir com o seu conteúdo. Não necessariamente o leitor frequente, aquele que compra constantemente o jornal, deve ser um católico praticante, mas espera-se que possua alguma identificação com a postura cristã que é adotada no periódico. Até mesmo o leitor eventual precisa ter essa relação de identificação, caso contrário, o efeito que o periódico deseja provocar jamais será efetivado.

É preciso considerar que cada impresso, sempre se dirige a um público. Quando esse impresso é idealizado, indiretamente, também se idealiza o seu público-leitor. É comum os editores e jornalistas se perguntarem: "quem eu gostaria que lesse o que eu estou escrevendo ou editando, ou para quem se destina o produto do meu trabalho?" Nesse processo, surge um leitor ideal, aquele que se apropriaria da mensagem de uma maneira adequada. Na prática, como já elucidado anteriormente, esse leitor ideal somente existe no momento em que o texto está sendo produzido e editado. Após a publicação, ele é substituído pelos leitores reais, que carregam consigo experiências de vida e leituras anteriores, fatores que permitirão apropriações diversas entre o público leitor.

É com o público real que o impresso se depara. Além disso, o jornal deve aprender a lidar com uma questão prática que se refere a sua própria sobrevivência. Caso o número de leitores seja muito restrito, o periódico não resiste à concorrência do mercado. Não se deve esquecer jamais que todo jornal, apesar do seu apelo cultural e informativo, tem um caráter de mercadoria, tal como ressalta Edgar Morin (1975). Assim, o público real deve ser o mais amplo possível. Percebendo isso, o jornal *Lar Católico* irá traçar as suas estratégias de venda, variar os conteúdos e modernizar a edição ao longo das décadas estudadas.

A onipresença da Igreja agora poderia ser garantida por uma das maiores vantagens que a mídia impressa oferece, a saber, a ação à distância. A chegada do jornal às casas permite que a função sacerdotal seja exercida na ausência de um sacerdote, e por tal motivo, mais pessoas serão atingidas pela mensagem desejada em um espaço de tempo menor.

Nunca é demais relembrar que entre as décadas de 60 e 70 os meios de comunicação alcançaram um avanço e uma expansão até então inimagináveis, sendo cada vez mais incorporados no cotidiano dos brasileiros. Sabe-se que a mídia impressa, nesse período

histórico, já estava plenamente consolidada em território nacional, a despeito do grau elevado de analfabetismo que as políticas educacionais foram e ainda hoje continuam sendo incapazes de extirpar. Assim, fazer uso da prática da leitura para efetivar seu projeto de normatização da Igreja, seria uma estratégia importante.

No entanto, deve-se sempre levar em consideração o fator da oralidade, da circulação de opiniões entre os leitores e aqueles que não tiveram acesso à palavra escrita (MANGUEL, 1997). Além da circulação de ideias, há de se levar em conta a leitura em voz alta que ainda é praticada em vários casos. No próprio *Lar Católico* foi possível encontrar relatos que dessem visibilidade a essa forma de leitura, que contemplava não somente os analfabetos, mas também aos temporariamente incapazes de levar adiante uma forma de leitura individualizada e silenciosa.

Há outra prática de leitura que engendra a sociabilidade: a troca de textos. Os leitores poderiam adquirir as informações presentes no jornal, sem necessariamente ter que adquiri-lo para si. Ao longo de todos os anos estudados, pode-se perceber que muitos leitores e leitoras afirmaram não ter condições de comprar o jornal, mas como não desejavam deixar de consumi-lo, pegam-no emprestado de um vizinho ou de um patrão. O processo de leitura do jornal pode ser considerado como uma leitura socializada: "Sou leitora assídua do *Lar Católico*, apesar de não ser assinante. Uma boa amiga me oferece o número que já leu e eu passo adiante."[315].

Ainda fazendo considerações sobre a leitura, pode-se agora recorrer a Norbert Elias (1994). Em "O processo civilizador", Elias defende a tese de que na medida em que é submetido a processos de civilização, o homem tende a aumentar cada vez mais o controle sobre seus impulsos. Por meio de práticas de leitura é possível observar as estratégias que viabilizam toda essa contenção de impulsos que a civilidade oferece ao homem. Um projeto de civilização está por trás dos impressos religiosos, de catecismos e manuais de controle de condutas. Assim, os textos contidos no jornal analisado, que englobam as matérias e os conselhos de dona Madalena[316], contribuem para a civilização dos seus leitores, em especial, a das mulheres.

A leitura feminina sempre foi uma prática que sofreu interdições, sendo vista com desconfiança pelos maridos e pelos pais, preocupados com os efeitos provocados pela leitura. As leituras eram repartidas entre boas e más. A parte das proibições, o grupo de leitoras entre as famílias burguesas de final do século XIX só foi se ampliando. Havia uma inquietação

[315] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 24 jan. 1982.
[316] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 21 abr. 1986.

muito grande com relação às imagens e desejos que a leitura pode suscitar no comportamento feminino que poderiam possibilitar, no entendimento desses homens, uma distorção das condutas ideais (ARAÚJO, 2006).

As leituras lascivas não eram bem aceitas, ao contrário das leituras de biografias de santos, Bíblias e livros de piedade e devoção, que não sofriam interdições. Eram estimuladas e durante algum tempo, foram os únicos meios de intelectualização feminina. Além de Maria, a vida de algumas santidades serviu de modelo para as mulheres. Certeau identifica na hagiografia uma maneira de se transmitir condutas ideais para os fiéis. Desenhar a virtude do santo permitia ao receptor dos discursos, ao menos no desejo do emissor, entender o que a sociedade cristã esperava dele (CERTEAU, 2006).

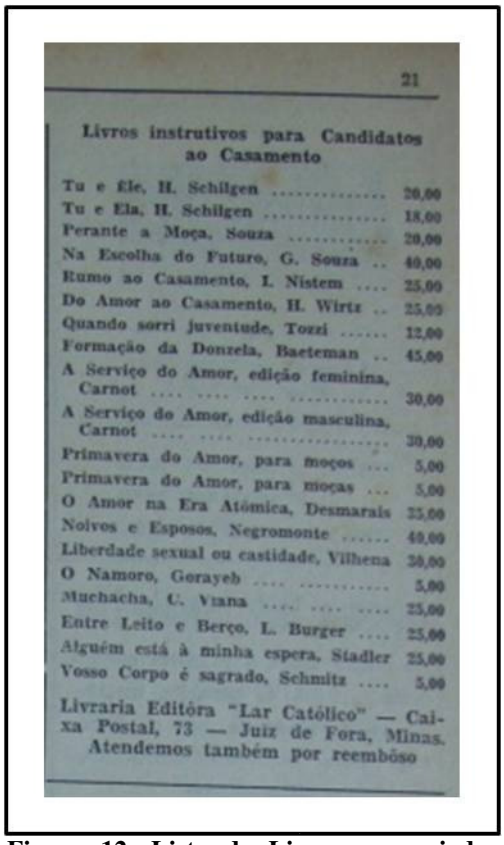
Percebe-se, assim que as leituras aceitas para as mulheres seriam aquelas que falavam à sua espiritualização, a sua humanização, nunca provocando efeitos negativos nos seus corpos. Logicamente, que as mulheres transgredindo as normas a elas imputadas, tomavam contato com outras publicações menos pias, mais laicas e não necessariamente sexualizadas.

Percebe-se que, ao buscar interferir nas leituras do seu público, elencando algumas obras e descartando outras, o corpo editorial do jornal, no qual se inclui Maria Madalena, trava uma luta para se apropriar daquilo que Bourdieu chama de monopólio da leitura legitima (BOURDIEU; CHARTIER, 1996). Por meio desse monopólio, os editores fizeram as suas interpretações dos textos bíblicos e as transmitiram para os leitores como legitimas e verdadeiras. Assim, a análise da leitura bíblica pode agora, através do jornal, deixar de ser somente individualizada, passando a ser intermediada pelo jornal, pelo menos em alguns momentos.

Um hábito muito difundido na coluna era a indicação de livros. As sugestões de leitura de Dona Madalena variavam de acordo com a situação narrada pelo leitor, mas em geral os livros sugeridos eram os que versavam sobre o significado cristão da família e do casamento. Por intermédio deles, o indivíduo poderia adquirir uma formação cristã adequada, sempre tão preconizada por D. Madalena. Em outras situações, ela indicava obras que tinham o intuito mais direto de preparar o leitor para o momento do casamento. Esses livros, em geral, eram propostos ou pedidos por leitoras que se sentiam falta de uma orientação mais particularizada sobre o assunto.

Na década de 60, a Igreja Católica reforçou um projeto de boa leitura, principalmente para os jovens (Figura 12). *O diário de Ana Maria*, editado pela Agir nesse período, estava vinculado a esse projeto, sendo muito indicado por D. Madalena para as suas leitoras jovens,

no sentido de que elas se identificassem com as experiências vivenciadas pela jovem. De um modo geral, essa modalidade de literatura tinha por objetivo aproximar a juventude da Igreja, dos seus preceitos e práticas. Não fazia parte do repertório desses textos estimular uma politização da juventude.



21

Livros instrutivos para Candidatos ao Casamento

Tu e Ele, H. Schilgen	20,00
Tu e Ela, H. Schilgen	18,00
Perante a Moça, Souza	20,00
Na Escolha do Futuro, G. Souza	40,00
Rumo ao Casamento, L. Nistem	25,00
Do Amor ao Casamento, H. Wirtz	25,00
Quando sorri juventude, Tozzi	12,00
Formação da Donzela, Baeteman	45,00
A Serviço do Amor, edição feminina, Carnot	30,00
A Serviço do Amor, edição masculina, Carnot	30,00
Primavera do Amor, para moços	5,00
Primavera do Amor, para moças	5,00
O Amor na Era Atômica, Desmarais	25,00
Noivos e Esposos, Negromonte	40,00
Liberdade sexual ou castidade, Vilhena	30,00
O Namoro, Gorayeb	5,00
Muchacha, C. Viana	25,00
Entre Leito e Berço, L. Burger	25,00
Alguém está à minha espera, Stadler	25,00
Vosso Corpo é sagrado, Schmitz	5,00

Livraria Editôra "Lar Católico" — Caixa Postal, 73 — Juiz de Fora, Minas. Atendemos também por reembôso

Figura 12. Lista de Livros apropriados para os jovens em vias de se casarem
Fonte: Lar Católico[317]

Nas indicações de D. Madalena predominavam obras de cunho religioso, como biografias de santos, que serviriam como modelo de conduta para os leitores. Uma obra muito comentada durante todos os anos pesquisados, tanto pelos leitores quanto por D. Madalena, foi a *Vida de amor de Santa Elisabeth de Hungria*. Recomendada principalmente para leitores que estavam vivenciando experiências desfavoráveis nas suas relações amores, a obra dava conta de narrar como Santa Elisabeth viveu em perfeita harmonia com seu marido. A seguir, podem-se verificar alguns relatos que dão conta das experiências que as leitoras viveram a

[317] LAR CATÓLICO. Juiz de Fora, p.21, 10 jan. 1954.

partir da leitura desta obra: "Vida de amor e Santa Elisabeth de Hungria me abriu novos horizontes, sobretudo sobre caridade e desprendimento [...] me animei a ser santa [...] esta leitura foi para mim como um batismo de fogo."[318].

Através da leitura do jornal, percebe-se uma quantidade considerável de cartas cujo conteúdo tende a valorizar a biografia de Santa Elisabeth de Hungria. Logicamente que D. Madalena pretendia dar publicidade ao livro devido à mensagem positiva que ele veiculava a respeito do papel da mulher no casamento. O incentivo da leitura da vida de Santa Elisabeth de Hungria na coluna *Intercâmbio com os Leitores* consistia, portanto, em um mecanismo para orientar e normatizar os comportamentos femininos. Esperava-se que as representações construídas a partir das vivências dessa e de outras santas tivessem algum efeito sobre as práticas (CHARTIER, 1991).

Contudo, não se pode esquecer que o livro era comercializado por ela, pois a tradução do mesmo havia sido realizada por sua irmã, Maria da Conceição. Assim, pode-se concluir que ela se utiliza do seu poder sobre a seleção de temas da coluna para divulgar o máximo de depoimentos favoráveis à leitura do livro. Algo semelhante é realizado por ela no caso da promoção do seu livro *Amor e Paz*, quando faz questão de publicar as encomendas dos leitores, levando-os a acreditar que muitas pessoas desejavam adquirir a obra, por conta do seu valor e grande utilidade na condução de um casamento cristão.

A necessidade de um mercado para o livro religioso foi surgindo com o advento de um campo educacional e religioso. De início, as congregações mantinham suas oficinas tipográficas. Com a chegada dos anos 50, a presença do livro religioso se torna cada vez mais marcante no plano educacional (MONTEIRO, 1991c). Inserida nesse mercado estava editora Lar Católico. A coluna também funcionava como um veículo de publicidade para os livros editados e vendidos pela livraria desta: "Peça à livraria do Lar Católico o livro de Haring sobre o casamento, leia e comente com o seu namorado todas as suas páginas. É a melhor coisa que já apareceu sobre casamento nos últimos tempos."[319].

Um livro que ganhava destaque na coluna era o de D. Madalena:

> Sofri uma transformação tão grande com a leitura de *Amor e Paz*, que me foi emprestado pelo meu Vigário [...] Meu marido ainda mudou mais [...] Reconheço humildemente que o meu marido é melhor do que eu [...] Não assinamos o *Lar Católico*, mas lemos agora que o nosso Vigário nos vem emprestando. Futuramente seremos assinantes.[320]

[318] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 9 out. 1966.
[319] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 18 set. 1966.
[320] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 4 ago. 1968.

Aparecida Paiva pondera que existiu um número significativo de mulheres escritoras cristãs, tal como Maria Madalena, que se empenharam em escrever livros que se destinavam ao consumo de jovens (PAIVA, 1997). Essas obras forneceriam a suas leitoras conselhos e recomendações que as ajudariam a compor o seu repertório enquanto futuras mãe e esposas.

Assim, pode-se concluir que o catolicismo demonstrava-se preocupado com a literatura a qual os cristãos teriam acesso, fazendo ponderações desfavoráveis a determinadas obras que eram publicadas e que na visão da Igreja não dispunham de padrões morais suficientes para serem consumidos pelo público. Havia uma preocupação grande, desde o princípio do século XX, em especial com a mulher leitora. Entendida como guardiã da moral da família, a mulher não poderia ser corrompida por uma leitura ruim. Essa preocupação se estende pelas décadas estudadas, já que tanto os leitores quando as leitoras deveriam fazer uso dos impressos para se prepararem melhor na vida familiar. Uma leitura saudável deveria ser priorizada em detrimento da má. Assim, a leitura se revestia de um caráter formativo, que teria por objetivo manter a tradição cristã.

7.3 Os discursos, as práticas e a sociabilidade dos leitores do *Lar Católico*: um universo dos afetos e conflitos

Diante de todas as representações que foram endossadas nas páginas católicas sobre o "ser mulher" e o "ser homem", que conduziram historicamente o funcionamento e a articulação dos indivíduos no âmbito sexual e familiar, resta agora tentar resgatar algumas das experiências vividas pelos atores que participaram da construção do jornal recorrendo ao *Intercâmbio com os Leitores*. Através dos relatos deixados por esses personagens, destacam-se as suas percepções a respeito das diferenciações de gênero e sobre a atuação de cada um no contexto familiar.

Não se deve ter a pretensão de acreditar que as práticas e os sentimentos desses sujeitos específicos sejam uma reprodução fiel do comportamento do amplo grupo de leitores desse jornal. Tampouco se pode afirmar que todos os católicos tivessem as mesmas apreensões e os mesmos posicionamentos defendidos pelos participantes da coluna. O que se percebe aqui é a singularidade de cada leitor, ainda que compartilhando de representações similares com tantos outros leitores.

Assim, comportamentos e hábitos se repetem. Por se tratar de um jornal de cunho religioso, espera-se de seus leitores um posicionamento mais tradicional a respeito dos valores morais e das práticas sexuais. Mas ainda há espaço para transgressões, desvios com relação à conduta esperada, práticas que reconhecem as representações hegemônicas sobre tal assunto, mas que não se deixaram engendrar por elas. Assim, encontramos aqui relatos de presidiários, alcoólatras, mães solteiras, esposas traídas, mulheres infiéis, todos em busca de sanar os prejuízos e preconceitos que os seus desvios proporcionaram. Uma redenção divina e também, por que não dizer, uma redenção social.

Porém, nem todos os personagens envolvidos se mostram arrependidos. Mães desesperadas escrevem em busca de amparo para os filhos, que no limiar dos novos tempos, se afastam da Igreja, provocando desequilíbrios na estrutura familiar. Esposas inocentes, sofrendo as consequências das infidelidades masculinas, tentando resgatar maridos imersos em aventuras amorosas, que possivelmente não queriam ser salvos. As mulheres, sempre elas querendo servir, se preocupando com o futuro e a paz de espírito dos outros, vivenciando os problemas alheios, enquanto os homens, sempre tão preocupados com o cuidado de si. Será que há traços do marianismo nessas ações femininas?

As jovens defloradas escondiam sua condição, permaneciam durante anos caladas. As mais católicas recorriam aos seus confessores, mas isso não aplacava a aflição de ter que enfrentar o momento de relevar a sua real condição para os futuros maridos e namorados. Viam-se imersas em uma encruzilhada: faltar com a sinceridade ou enfrentar o preconceito masculino. Diante dessas situações, D. Madalena recomendava o silêncio até que a situação entre o casal estivesse mais consolidada.

Para abarcar todas as questões que apareceram na coluna e que se referiram às relações de gênero (familiares, casamento e namoro) e as relações que as mulheres estabeleceram consigo mesmas, foram selecionados os seguintes itens: a sociabilidade, o trabalho, a aparência, o casamento e o namoro e a família.

7.3.1 O casamento e seus conflitos

Para se compreender a importância dos enlaces matrimoniais e como as leitoras dialogaram com o modelo familiar e marital, presente durante as décadas estudadas, é preciso passar pela discussão a respeito da emergência da família burguesa. Entendendo a família

como uma construção social e histórica, pode-se perceber que a partir do final do século XIX, esta ganhou uma nova configuração e isso acabou se refletindo na produção dos discursos que a envolvem. Essa nova família estava baseada na ideia de amor romântico, segundo a qual os indivíduos teriam a liberdade de escolher seus cônjuges, estabelecendo critérios românticos para exercer tal escolha. De acordo com Maria Lúcia Rocha Coutinho, foi durante a ascensão da burguesia que a mulher foi submetida a um confinamento doméstico que a colocava na posição de mãe e esposa (ROCHA-COUTINHO, 1994), ou seja, ela estaria no cerne da convivência familiar.

Segundo Pierre Bourdieu, a família é a principal "guardiã do capital simbólico", sendo o casamento uma peça essencial na economia dos bens simbólicos (BOURDIEU, 2007). O autor atenta para o fato de a família ser, ao lado da escola e da Igreja, a responsável "na reprodução da dominação e da visão masculinas, pois é nessa instituição que se impõe a experiência precoce de divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem." (BOURDIEU, 2007, p.103).

A estruturação da família burguesa permitiu a separação entre o espaço público e o privado. O governo, a cidade, o político, o público, eram instâncias que privilegiavam somente a ação masculina. Os homens eram os responsáveis sociais pelas famílias e dentro das casas a palavra deles se sobrepunha a das mulheres. Mas era na família, ou seja, no setor privado, que as mulheres poderiam desenvolver melhor seus poderes. Logo, o privado era a esfera de atuação feminina.

Diante de tantas restrições, as mulheres exerciam poderes possíveis, organizando o cotidiano da família e as experiências domésticas, que consistiam na base do domínio feminino. As mulheres estavam investidas de um grande poder social, realizando as funções de mãe e esposa (PERROT, 1988). Elas buscaram se apoderar de suas casas, que muitas vezes eram seus locais de trabalho, de desenvolvimento de sentimentos e prazeres (PERROT, 2005). Também estabeleciam redes de sociabilidades e solidariedades entre a vizinhança.

A demarcação da esfera privada fez surgir um modo peculiar de relacionamento familiar que antes não era tão difundido. Tal como assinala Ariès, "a família se tornou o lugar de afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes." (ARIÈS, 1986). Surgia então, o conceito de família moderna, formada por pai, mãe e filhos. Essa questão do fortalecimento dos afetos familiares, fez com que a mulher emergisse em uma teia de relacionamentos, buscando viver em função dos mesmos. De acordo com Rocha-Coutinho, o processo de sentimentalização do espaço privado familiar dará para a mulher uma nova forma de poder sobre os bens simbólicos dos filhos, norteando os atos e os sentimentos

deles (ROCHA-COUTINHO, 1994). A partir do surgimento desse poder, desenvolve-se uma nova concepção de maternidade, construindo o mito de rainha do lar para as mulheres.

A família moderna então irá se centralizar em torno da figura da mãe, de uma maneira jamais vista anteriormente. Sobre essa questão da maternidade, todo um aparato discursivo, jurídico e médico buscará correlacionar a questão da maternidade com o espírito feminino. Nascia assim uma percepção de que para ser aceita enquanto mulher, o indivíduo do sexo feminino deveria cumprir com os seus deveres próprios do seu sexo e isso incluía o exercício dedicado da maternidade. O modelo materno defendido exigia que a mulher fosse abnegada às necessidades dos filhos, colocando-as acima dos seus interesses pessoais. A atuação da mulher em relação aos filhos refletia na formação da sociedade, sendo sempre ela a responsável pelos erros e acertos dos filhos (MESTRE, 2004).

Ao menos no campo da idealização, começava-se a difundir por toda a sociedade burguesa a concepção de que homens e mulheres viveriam em mundos distintos, realizando funções complementares. A ideia de complementaridade entre os gêneros também se constituiu em um dos ideais do catolicismo. Enquanto o homem se realizava no mundo do trabalho (esfera pública), a mulher desempenharia seus poderes no contexto familiar, principalmente sobre os filhos (esfera privada). Essa diferenciação entre os dois setores (público e privado) fez com que os discursos sociais articulassem definições para os gêneros, que foram interpretadas como sendo naturalmente intrínsecas a cada um dos sexos. Essa ideia de naturalização, como foi evidenciado no capítulo anterior, também fez parte do discurso católico sobre os gêneros. Nesse sentido, foram forjadas algumas impressões sobre os gêneros, argumentando que "a masculinidade está associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força; já a feminilidade, ao fato de ser possuída, dócil, passiva, submissa e fiel." (MATOS, 1996, p.143).

Tais impressões foram sendo cada vez mais difundidas pelos aparatos discursivos, possuindo um respaldo científico naquele momento. A medicina da época atribuía às mulheres características que estavam relacionadas às razões biológicas. Dentre essas características, a autora cita o recato, a fragilidade, as propensões afetivas, a subordinação sexual e vocação maternal. Em contrapartida, o homem teria uma natureza mais autoritária, empreendedora e sua sexualidade seria mais acentuada. No entanto, existiam os sujeitos femininos cujas práticas que fugiam a essas definições, é o caso, por exemplo, da prostituta, que não constituía família e muitas vezes não exercia o papel de mãe. Nesse caso, o discurso médico considerava suas sexualidades enquanto uma perversão (ENGEL, 1986), uma anomalia, devendo essas mulheres ser banidas do convívio social.

É interessante notar, como bem disse Cláudia Maia (2007), que as elites brasileiras estavam preocupadas em difundir os modelos idealizados de família (isso abarcaria a transmissão das representações sexuais, mencionadas anteriormente), para que estes alcançassem também as camadas populares. Tais modelos seriam essenciais para se garantir a modernização da sociedade, que se efetivava a pleno vapor, com o crescimento das cidades e do desenvolvimento do mercado trabalhista urbano. As várias camadas populacionais estavam inseridas nesse contexto, o que determinava que os valores familiares deveriam ser ministrados para todos, com a finalidade de garantir a organização social.

Como parte do projeto de modernização e organização da sociedade brasileira, o casamento deveria ser entendido como uma instituição a partir da qual se desenvolveria a família (núcleo da organização social). Assim sendo, o discurso jurídico legisla sobre o casamento, estabelecendo no Código Civil de 1916 que as mulheres deveriam tomar o nome do marido e que este ficaria responsável pelo sustento da família (dever de honra do homem). Segundo Marlene de Faveri, essas determinações eram convenientes para aquela sociedade, que se pretendia moderna, já que elas regulamentavam sobre a família, entendendo-a como uma instituição mantenedora da ordem, da moral e dos bons costumes (FAVERI, 2007).

Nesse sentido, de acordo com Susan Besse, a conjugalidade e o casamento civil eram entendidos como instituições "biologicamente naturais, e necessárias para todas as classes", para que assim, houvesse um maior controle sobre os indivíduos (BESSE, 1999 apud MAIA, 2007)[321]. Como atesta Raquel Soihet (1986), a disseminação desses modelos para as classes populares era essencial para o regime capitalista que estava sendo implantado, no qual o custo de reprodução do trabalho consideraria o trabalho feminino como uma contribuição não remunerada. Também se deve levar em consideração que as práticas de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas para a preservação da moral pretendida pela sociedade (OLIVEIRA SILVA, 1989). Ainda que esses discursos tenham sido veiculados também para as classes menos abastadas, o próprio estudo de Soihet demonstra o quanto era complexa essa adequação ao ideal elitista de família mononuclear conjugal.

Nos anos 50, o Brasil se caracterizou pela ascensão de uma classe média urbana, que compartilhava de um otimismo em relação às potencialidades de desenvolvimento industrial do país. Ocorreu um significativo acréscimo das possibilidades de acesso à educação, trabalho, lazer, consumo e informação. O país vivenciava tempos de relativa tranquilidade política, sobretudo no final dos anos 50, quando o governo de Juscelino Kubitschek

[321] BESSE, S. K. **Modernizando a Desigualdade:** reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1999.

apregoava o modernismo e a defesa da democracia. Tudo isso possibilitou uma aproximação maior entre os sexos, proporcionando mais espaços de sociabilidades que viabilizavam esses encontros.

No entanto, percebe-se que alguns aspectos em relação à determinação dos papéis conferidos aos homens e mulheres ainda permaneciam. A questão da sexualidade é um dos pontos que demarcam essa divisão, pois é perceptível que as condutas sexuais aceitas para os homens são restringidas para as mulheres. Outro aspecto que fortalecia as diferenciações entre os gêneros era o valor diferenciado dado ao trabalho feminino. Enquanto que o trabalho masculino era visto como enobrecedor, fonte honra para o pai de família, o trabalho feminino era interpretado como secundário e cercado de preconceitos. Assim, mesmo com ares de modernidade, o período também dialoga com o tradicionalismo das relações (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Mesmo tendo sido influenciada por toda uma movimentação em prol da emancipação feminina, ocorrida tanto no âmbito internacional quanto no nacional, a classe média brasileira ainda convivia com as reminiscências das representações que foram construídas a respeito das diferenciações sexuais. Além disso, deve-se inserir o Brasil em um movimento internacional que, depois da Segunda Guerra Mundial, pregou a volta das mulheres aos seus lares, para que os postos de trabalho fossem devolvidos aos homens. Apesar de não ter vivenciado grandes transformações no mercado de trabalho por conta da guerra (já que o Brasil não teve perdas excessivas de mão-de-obra masculina, que teria que ser revertida para o conflito), ele foi influenciado pelas campanhas europeias e norte-americanas que defenderam a valorização do ideal da dona de casa.

Nos Estados Unidos e na Europa, iniciou-se a articulação de uma campanha, via imprensa, que vulgarizando as ideias freudianas, defendia a existência de uma natureza feminina (ROCHA-COUTINHO, 1994). Tal natureza estaria ancorada fortemente na questão da maternidade, que seria o destino de toda mulher (percebe-se novamente a noção da mulher enquanto reprodutora social). Assim, reforçou-se a veiculação de imagens da mulher se comportando como boa mãe e excelente dona de casa. Além disso, essas campanhas procuraram enfatizar os problemas vivenciados pelas crianças cujas mães se ausentam do lar, respaldando-se em discursos médicos e psicológicos. Como foi dito anteriormente, essas ideias, de certa forma, ganharam espaço no Brasil e aliadas às noções de família e sexualidade, que foram desenvolvidas nos anos anteriores, construíram um ideário a respeito da questão dos sexos nos anos 50.

O primeiro ponto que deve ser considerado está atrelado à questão de um ideal de família estruturada, socialmente desejável, composta pelo casal e pelos filhos. Dentro dessa família, seria estabelecida uma divisão clássica, baseada no critério sexual, caracterizada pela desigualdade. Enquanto o homem era compelido a desenvolver determinadas habilidades que o tornaria apto para exercer alguma atividade profissional que garantisse o sustento da família, a mulher deveria ter acesso a uma formação que a permitisse cuidar dos afazeres domésticos e das questões familiares. Nesse ponto, pode-se fazer uma relação direta com o processo de construção das representações sexuais, iniciado nas primeiras décadas do século XX.

No entanto, nem todas as famílias estavam enquadradas dentro desse ideal, no qual o marido aparecia como provedor maior da casa. Esse fato poderia causar certa frustração no homem, pois diminuía o seu poder simbólico sobre a mulher, reduzindo as possibilidades de dominação. Tal situação foi vivenciada por uma leitora, que se queixando do tratamento que seu marido lhe oferecia, afirmou que não poderia deixar o seu emprego, "pois trabalho fora e ganho o dobro do meu esposo"[322].

As situações evidenciadas na coluna demonstram que os homens não aceitavam muito bem o trabalho feminino, implicando com as esposas no momento em que retornam para casa. Isso fica claro a partir da declaração de uma leitora: "trabalho oito horas no escritório e quando chego em casa, meu marido não me trata com carinho. [...] Sou jovem, com muita alegria, como posso agüentar essa vida de tormentos"[323]. Nota-se que a moça se sente insatisfeita com o posicionamento do marido e para ela o problema não reside em seu trabalho, mas sim na incompreensão do homem, que não cumpria com as suas obrigações de marido, ao lhe negar um bom tratamento.

A distinção dos espaços conferidos a homens e mulheres estava baseada em um claro entendimento a respeito do que seria a feminilidade e a masculinidade. Atualmente, esses conceitos são interpretados como construções históricas, que são solidificadas ou descartadas de acordo com os pressupostos culturais que estão em voga em um determinado grupo social. Entretanto, nos anos 50, os conceitos de feminino e masculino eram entendidos como inerentes à natureza do homem e da mulher. Enquanto a mulher era definida por características como a pureza, a docilidade a delicadeza, fragilidade, resignação e maternidade (CUNHA, 2001), o homem era reconhecido por sua força, autoridade, ousadia e poder.

---

[322] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 8 nov. 1959.
[323] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 19 jul. 1959.

No entanto, na década de 60, já foi possível identificar mulheres reivindicando ter os mesmos direitos dos homens e valorizando o trabalho doméstico, sempre tão negligenciado. Como exemplo, pode-se citar a carta de uma moça que estava prestes a se casar, mas que parecia não estar disposta a assumir os mesmos encargos que a mãe assumia. Para ela, a mãe era por demais abnegada, uma mãe exemplar e por isso todos a exploravam davam pouco valor ao seu trabalho, enquanto o pai não era incomodado pelos problemas familiares. Ela não desejava ter o mesmo futuro da mãe, por isso acredita que "os direitos são iguais. Se o pai deu duro fora, a mulher também deu duro dentro de casa, o que é pior, pois é super monótono."[324].

O senso comum esperava da mulher vários tipos de atitudes, dentre elas a sua adesão ao casamento. Seria esse acontecimento que lhe conferiria um status social desejável, de mulher casada. Ainda nesse momento, a sociedade estava sob égide da importância da união conjugal, legalmente reconhecida e legitimada pelos discursos jurídicos e dos meios de comunicação. Nesse sentido, procurava-se acentuar os estereótipos acerca dos sujeitos que não aderiam a essa prática. O homem que não se casava era considerado solteirão, aquele indivíduo incapaz de ser envolvido por uma única mulher e que estava disposto a viver em meio à instabilidade social e emotiva. Mas os discursos mais severos recaíam sobre as mulheres que permaneciam solteiras. Estas eram tidas como seres quase anormais, que contrariavam a propensão inata feminina ao casamento. A elas, era vedada qualquer forma de sexualidade, sendo os seus corpos alvos de interdição e regulação.

Porém, nem todas as mulheres estavam predispostas a adotar a vida de casada. Veja o relato de uma leitora que escreveu para D. Madalena nos anos 50:

> Quando solteira, não desejava casar-me e meus pais me forçaram a casar, dizendo que não era bom a gente ficar solteira toda a vida. Pois bem, casei-me e sou casada [...] Não aprovo a vida de casada. Acho que quando temos um ofício como eu tinha, uma vida sem responsabilidade de família é muito mais agradável.[325]

Percebe-se o valor que a sociedade conferia à mulher casada, em detrimento da solteira. A fala da leitora demonstra que ela se sentiu compelida a contrair matrimônio, mas o fez apenas como uma convenção social. Em seu íntimo, não compactuava com a ideia de que o casamento seria o destino natural para as mulheres, pois desejava seguir outros caminhos que não envolviam a vida familiar.

---

[324] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 27 out. 1966.
[325] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 2 ago, 1959.

Como já foi mencionado anteriormente, os corpos e os comportamentos das mulheres casadas também sofriam algum tipo de controle. Tal controle exercido por uma dominação não necessariamente forçada, efetivada por meio da violência, mas no sentido de um controle simbólico, que se dá no plano da aceitação, consciente ou não, de algumas representações sobre o que significava ser uma mulher casada.

Segundo Rocha-Coutinho, as convenções sociais faziam com que as mulheres acreditassem que elas somente conseguiriam se sentir plenamente realizadas com o sucesso profissional do marido e com o desenvolvimento humano dos filhos. Por isso, muitas vezes, acreditavam ser dispensável a sua realização profissional (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Nos anos 50, a manutenção do casamento era imprescindível para que a boa imagem na mulher fosse preservada. O desquite era uma saída indesejável para a resolução dos problemas conjugais, uma vez que ele era socialmente condenável e acarretava em descrédito para os antigos cônjuges, principalmente para a mulher, que era alvo de um preconceito extremo, mesmo entre as outras mulheres. Por isso, as senhoras casadas eram aconselhadas a utilizarem de todas as estratégias possíveis para agradarem aos maridos e manterem a chamada harmonia familiar. Nesse sentido, toda a responsabilidade em relação ao sucesso do casamento recaía sobre as mulheres. Em geral, elas eram consideradas culpadas quando a relação entrava em um período de crise ou quando o marido arrumava uma amante.

As convenções sociais tinham por objetivo desequilibrar a relação, estabelecendo um jogo de poder, no qual a predominância masculina era evidente. Em geral, por mais que a opinião feminina possuísse alguma importância, a última palavra sobre determinado assunto cabia sempre ao homem. A mulher, para não desenvolver pontos de conflito, teoricamente tendia a concordar com o marido. O embate entre marido e mulher era desestimulado, de modo que se ela quisesse ter seus interesses contemplados, era mais aconselhável fazer usos de estratagemas amenos e discretos, imperceptíveis aos olhos masculinos.

Caso uma mulher evidenciasse desempenhar mais poder que o homem dentro do casamento, sua atitude poderia se tornar alvo de reprovação social. Nos anos 60, uma mulher recorreu a D. Madalena explicitando o seu descontentamento em relação à mudança de atitude do marido para com ela:

> Meu marido era esplêndido. Mas, algumas amigas, que não eram felizes e tinham inveja de mim, viviam dizendo para meu esposo que eu mandava nele e isso porque ele adivinhava tudo o que eu queria e eu queria só o que é certo... Foi até que meu marido quis mostrar que ele era capaz de viver sem meu apoio e sem os meus consentimentos. Rumou para a bebida, para a infidelidade. [...].[326]

De acordo com o discurso da leitora, a relação que antes lhe era favorável, pois ela era que representava a parte mais forte dentro do jogo de poder entre os cônjuges, foi revertida pela discordância social. Tomando consciência de que todos afirmavam ser ele controlado pela mulher, o marido, para dar uma satisfação à sociedade, se rebelou contra o domínio da mulher, adotando uma representação de masculinidade que se efetivava no uso excessivo da bebida e da sexualidade. Portanto, o que fica evidente é que se a mulher quiser exercer alguma forma de poder sobre o marido, teria que fazê-lo de maneira escamoteada, aceitando as representações de feminilidade e masculinidade.

A desigualdade entre homens e mulheres fica ainda mais visível quando se discute a sexualidade. Logicamente, havia uma moral que regia as atitudes masculinas, tentando enfatizar a necessidade de o homem casado ser trabalhador, honrado e preocupado com a subsistência familiar, mas em se tratando se uma moral sexual, esta era mais fluída para os homens. As mulheres, além de terem a sua atuação enquanto dona de casa vigiada, não contavam com uma maleabilidade em relação a sua conduta sexual. Assim, como Carla Bassanezi aponta, a década de 50 é marcada por uma dupla moral sexual que privilegia os homens (BASSANEZI, 1996b).

Quanto ao homem casado, a prática do adultério não era socialmente reprovável (embora o catolicismo pregasse a fidelidade para ambos), desde que ele não deixasse de cumprir o seu papel enquanto chefe de família. Era muito comum a mulher ser obrigada a lidar com os seus ciúmes, para relevar um "deslize masculino", em prol da manutenção do casamento[327]. Essa flexibilidade na moral sexual masculina é justificada pela concepção que conferia naturalidade ao comportamento poligâmico do homem. Discursos a respeito da propensão biológica masculina para sexo eram amplamente aceitos pela sociedade.

Na coluna, abundaram relatos desesperados de mulheres cujos maridos mantinham materialmente as famílias, mas não compartilhavam do valor cristão de fidelidade. Esse fato gerava nas mulheres muita angústia e muitas delas não teriam alternativa a não ser aceitar a

---

[326] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 7 jun. 1964.

[327] Sobre essa questão, veja o conselho que o *Jornal das Moças* oferece às mulheres traídas: "Mais do que orgulho, o seu dever é mais forte [...] passe uma esponja sobre o desvio, uma leviandade tão própria dos homens. Caso contrário, quando ele a abandonar, acha que seu ataque de nervos, a sua crise de orgulho, secará suas lágrimas?" (apud BASSANEZI, 1996b, p.137).

traição do marido, convivendo com essa situação desfavorável. Assim, podem ser citados alguns exemplos nesse sentido:

> Vivo a um quarto de século com meu marido e agora sinto-me fraquejar na luta [...]. Nunca me resignei de ver meu marido afrontando famílias e me insultando com suas infidelidades. [...] Toda a cidade sofre me vendo humilhada.[328]

> O início da minha vida conjugal foi duríssima. Meu marido não tinha formação e acha que poderia levar a vida fora do lar que lhe aprouvesse. [...] Lutei e hoje meu marido é um homem exemplar [...] D. Madalena o que vai ser dessa geração. Acham que estamos ultrapassados.[329]

> Pertenci a um lar numeroso, conceituado e pobre. Casei-me com um rapaz de família rica. Meu marido acha que, dando-me conforto material e aos filhos, sendo cortes com os empregados e os amigos- cumpre o seu dever e está dispensado de ser-me fiel e tratar-me com brandura e educação. Sofro demais e nem sei como tenho tido força para não abandonar meu marido aos seus ídolos.[330]

> Meu filho de 16 anos suicidou-se quando soube que meu marido levava uma vida errada. [...] D. Madalena, meu marido é trabalhador, inteligente e amoroso na casa. Deu-me um carro e nos dá todo o conforto material possível. [...] Dizem todos que eu sou bonita, simpática e sinto-me querida por todos na cidade. Meu marido arruma casos com criaturas feias incultas e sem higiene. É tão triste a gente ser mulher! Sofre pelos filhos, sofre pelo marido e não consegue deixar de amá-los.[331]

Em contrapartida, a situação da mulher, no que tange a esse tema da sexualidade, era bastante diferente. O grupo social parecia estar sempre mobilizado para vigiar as atitudes femininas, impedindo a mulher de cometer excessos sexuais. Desde menina, a mulher era estimulada a valorizar a sua virgindade, percebendo-a como um instrumento essencial para o estabelecimento de uma relação sólida e concreta. A chamada "moça de família" deveria permanecer virgem até o casamento. Depois de sacramentada a união, a mulher se tornava uma senhora, condição que previa uma atitude de recato e boa conduta.

Assim, a fidelidade feminina era uma exigência primordial, sem a qual o casamento fracassaria. As esposas infiéis não podiam contar com compreensão nenhuma e nem eram consideradas dignas de perdão. Sua atitude sexualmente dupla desestruturava a família, já que poucos homens estavam dispostos a conviver com uma mulher que não lhes fosse fiel. Geralmente, eram acusadas de serem péssimas mães, pois era entendido que a infidelidade feminina afetava o desempenho da mulher enquanto mãe.

---

[328] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 20 out. 1974.
[329] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 1 out. 1967.
[330] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 19 mar. 1967.
[331] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 20 out. 1974.

No entanto, essa condenação não impediu que algumas mulheres desejassem ser infiéis aos seus maridos. Foi possível encontrar relatos de mulheres que, insatisfeitas com os seus casamentos, idealizaram uniões extraconjugais, fugindo às representações acerca do que era o comportamento recomendável para a mulher. Nesse sentido, veja o que disse uma leitora, a respeito da situação vivenciada por uma amiga:

> No marido não encontrou capacidade de compreensão para sua alma sensível, sedenta de afeto também no plano espiritual. [...] Já no meio da existência, apareceu um rapaz na vida desta moça que a arrebatou, dando-lhe tudo ao que não recebia do marido.[332]

As relações amorosas relevaram conflitos e problemas que castigavam as mulheres. Dentre esses problemas, destacou-se o ciúme. Confundido como prova de amor, esse sentimento que evidenciou a insegurança masculina e, consequentemente, provocou insatisfação das mulheres. O ciúme consiste, portanto, em mais uma dimensão da dominação simbólica exercida pelos homens sobre as mulheres. Tal dominação incide sobre os seus corpos e movimentos. Não foi registrado nenhum relato das leitoras que evidenciasse uma violência motivada pelo ciúme.

No entanto, as leitoras demonstraram ter as suas ações limitadas pelo ciúme dos seus maridos. Em alguns casos, esse sentimento provocou dificuldades no cotidiano das mulheres, que se revelaram amedrontadas pela densidade do sentimento de posse. Assim, podem-se citar alguns exemplos: "Acontece que o que nos atrapalha e me assusta o seu ciúme Não me deixa atender a porta e nem ao telefone."[333]; "Apesar de eu adorar meu marido e de ele também me adorar, há o ciúme. [...] seria o paraíso se o meu marido não fosse tão ciumento."[334]; "Sou casada há 9 anos. Meu marido é muito trabalhador e nada nos falta, no ponto de vista material. No entanto não sou feliz, pois meu marido é ciumento ao extremo.[...] Se vou ao cinema ou ao circo com ele, não posso desviar o olhar."[335].

Porém, os conflitos matrimoniais não se restringiam somente ao ciúme feminino. Entre as décadas estudadas, a coluna evidenciou o casamento em seu lado positivo, mas também revelou sofrimentos, incompreensões e dilemas, nos quais as mulheres casadas estavam imersas. Dificuldades potencializadas pela dificuldade financeira, social, cultural e legislativa de romper vínculos que não proporcionariam mais a felicidade das mulheres.

---

[332] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 10 jul. 1966.
[333] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 28 ago. 1968.
[334] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 16 jan. 1983.
[335] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 7 jun. 1959.

O discurso das leitoras trouxe ao conhecimento o cotidiano dos matrimônios nos quais reinavam desamores, a incompreensão dos parceiros, a falta de gentileza dos mesmos, as desconfianças em relação ao comportamento da esposa. Todas essas questões martirizaram as leitoras da coluna, que a utilizaram como forma de desabafo ou com o intuito de que D. Madalena lhes fornecesse uma solução para reabilitar seus maridos. Veja alguns exemplos:

> Meu marido é o rei da arbitrariedade. Seu eu lhe pergunto a razão de uma ordem, diz que não admite perguntas, que a mulher que pretende ser boa esposa, deve obedecer cegamente. Ainda não temos filhos. Pelo visto serão todos vitimas desse machão. Olhe temos dinheiro, temos saúde, mas não temos paz. [...] O pai dele, dizem, foi um carrasco para a mulher e os filhos...como pude cair nesta esparrela?[336]

> Sou casada há seis anos com um homem de condição inferior a minha e sobretudo de pouca instrução e nenhuma educação. Não sei se é complexo, mas tudo que pode fazer para desprestigiar a minha família faz. Não tem controle algum, não respeita o horário das refeições [...] Trabalho fora, dou um duro que poucas pessoas agüentam, mas as vezes fico até desanimada, pois além de tudo meu marido bebe e fala horrores. Outro dia chegou a dizer para as crianças que eu não valia um tostão.[337]

Esses dois exemplos demonstram a insatisfação das mulheres em relação ao convívio com homens despreparados, que são incapazes de as reconhecerem enquanto mulheres de valor. Adotando posturas machistas, esses homens violentaram simbolicamente suas mulheres, colocando-as em uma situação inferiorizada dentro da relação, da qual elas teriam que buscar armas para se desvencilhar.

De acordo com Rocha- Coutinho, o descontentamento começou a se desenhar para algumas mulheres brasileiras em relação ao seu posicionamento na família, pois elas iniciaram um processo de conscientização a respeito das relações de poder que as submetiam. Tal consciência foi fomentada pelo incremento do movimento feminista nos anos 60, que fez a mulher o seu papel social (ROCHA-COUTINHO, 1994). O movimento se tornava mais organizado e contava com o apoio de mulheres da classe média e intelectualizadas. Esse feminismo buscou resgatar a individualidade da mulher e a sua luta pelo poder dentro de organizações e empresas. Havia nesse movimento uma percepção a favor da igualdade entre homens e mulheres e uma tentativa de desatar a dominação masculina.

O feminismo começa a fazer parte do cotidiano de algumas mulheres, o que levou a algumas leitoras da coluna a se questionarem e refletirem sobre o mesmo. No ano de 1967, uma moça interpelou D. Madalena sobre o tema: “Gostaria demais de saber o que a senhora

---

[336] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 6 set. 1981. .
[337] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 16 jun. 1974.

pensa de todo esse movimento a favor da emancipação da mulher. Será que aprova tudo que se faz hoje em dia para que a mulher se liberte de preconceitos?"

Nesse sentido, a conselheira respondeu:

> Não se pode senão aprovar todos os esforços que visam a melhorar, na sociedade contemporânea, a sorte material e moral da mulher, e que, aliás, se acha tão perfeitamente de acordo como respeito que se lhe deve e que o cristianismo tem feito prevalecer no mundo. Desse ponto de vista, há que reconhecer que, o feminismo trabalhou eficazmente para promover ou levar a efeito diversas medidas de uma urgência ou de uma utilidade incontestáveis, assim na ordem matrimonial, textos legislativos tendentes a garantir ou por a salvo, em certos casos, os direitos pessoais de esposa, e diversas medidas que favorecem o pleno desenvolvimento da mulher, sua igualdade moral com o homem, quer pelo acesso aos estudos superiores e as múltiplas carreiras em que triunfam as aptidões femininas, quer pela partilha dos encargos e responsabilidades ligadas aos empregos públicos, onde a mulher pode desempenhar um papel de primeira plana. Existe, no entanto, um mau feminismo, que reclama para a mulher o direito a uma pseudo-felicidade ou a um pseudo-amor errados, tanto para o homem como para a mulher. Tais reivindicações, que vão até a substituição do casamento legal pela união livre em lugar de emancipar a mulher, leva-a decadência e escravidão.[338]

D. Madalena fez considerações positivas em relação ao feminismo, acreditando que tal como o cristianismo, esse movimento elevou a condição da mulher. Como foi discutido no Capítulo 3, apesar de a mulher se constituir em uma figura importante no discurso cristão, os seus mecanismos possibilitaram a dominação simbólica da mulher, fenômeno que o feminismo desejou reverter. O movimento em prol das mulheres ganhou uma crítica de D. Madalena, quando este, com as suas inovações, poderia vir a estimular a separação entre o sexo e o casamento.

Na verdade, o universo vivenciado pelas mulheres entre as décadas de 60 e 70, se caracteriza por um conflito constante entre as transformações sociais vivenciadas (trazidas pelo feminismo e pela chamada revolução sexual) e a permanência de alguns ideais e representações forjados nos anos anteriores. Não se pode esquecer que o início desse período foi marcado por uma organização sociopolítica repressora (MESTRE, 2004), proporcionada pela ditadura militar, que procurou regular não só as atividades políticas alternativas, bem como as alusões ao sexo mais ousadas nos meios de comunicação. Nesse contexto, as mulheres teriam que aprender a lidar com a identidade feminina, ainda presente no imaginário de muitas delas, e com as transformações sociais, que estavam começando a colocá-las enquanto sujeito possuidor de interesses individuais.

---

[338] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 15 out. 1967.

Nesse ponto, pode-se fazer uma relação com a situação das mulheres que, nesse momento, também estavam em busca de rever suas identidades e entender como seu deu a formação do sujeito feminino. Havia, portanto, por trás dos movimentos feministas, uma tentativa de conscientizar as mulheres para os papéis que elas estavam desempenhando até então, demonstrando que era possível ir além desses papéis.

De fato, em meio a essa nova sociedade, encontram-se reminiscências das representações femininas, tão marcantes nas décadas anteriores. Essa questão pode ser verificada quando se observa, tal como fez Marlene Faveri, o debate em torno da lei de aprovação do divórcio no Brasil. Segundo essa historiadora, os políticos que pregavam a necessidade dessa lei o faziam ancorados em uma tentativa de enquadrar as mulheres desquitadas em um ideal de mulher casada. Defendiam que com a possibilidade de se divorciarem, essas mulheres teriam a oportunidade de refazerem os laços de matrimônio com outros homens, estabelecendo-se novamente enquanto mulheres de família.

Aprovado o divórcio em 1977, ampliavam-se as possibilidades para algumas mulheres aderirem à relações mais condizentes com as suas expectativas e os seus desejos pessoais. As mulheres divorciadas ainda eram alvos de preconceito, mas muitas delas preferiram pagar o preço social, em nome da liberdade de escolha.

Percebe-se que as referências ao divórcio se tornaram cada vez mais constantes na coluna, em fins da década de 70. Assim, mulheres separadas começaram a deixar a sua situação civil bem esclarecida na coluna. Algumas mulheres se sentiram culpadas por estarem na condição de divorciadas: "Há 4 anos eu e meu marido tivemos uma briga feia e chegamos ao desquite. [...] reconheço que tenho um gênio horrível e mereço tudo isso."[339].Por outro lado, algumas reconheceram ter sido o divórcio uma boa oportunidade para se livrarem de homens que não as valorizaram, porém ainda se sentiam reticentes em estabelecer um novo relacionamento.

> Escrevo à senhora em um momento cruciante, temendo não discernir bem o que devo fazer [...] Casei-me com dezoito anos e tenho dois filhos [...]. Há três anos, depois de muito sofrimento, pois me marido se demonstrara indiferente a mim, às crianças, e ao lar, ele me abandonou, e há poucos dias assinei o divórcio. Muitos me aconselham que procure refazer minha vida, outros até que eu viva simplesmente com outro. Não lhe direi que sou indiferente a uma outra união que refizesse o meu lar . Confesso-lhe é uma tentação, pois perdi meus pais, não tenho irmãos e me sinto terrivelmente sozinha. Mas graças a deus tenho fé e todo o meu ser recusa qualquer uma dessas soluções.[340]

[339] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 2 fev. 1982.
[340] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 25 jan. 1985.

No entanto, algumas mulheres, mesmo mantendo certa preocupação com a opinião da Igreja, se dispuseram a buscar uma união mais feliz após o divórcio:

> Chegou a minha vez de recorrer à senhora [...] Gostaria de saber com certeza se a Igreja pensa em considerar a situação de tantos cristãos divorciados e recasados. É o meu caso. Não agüentei a solidão e aquele com quem hoje vivo me ofereceu o que eu jamais tive: compreensão, amor, delicadeza. Mas o que mais nos faz falta é a comunhão.[341]

Assim, percebe-se que diante do fortalecimento do feminismo e o advento da lei que possibilitava ao divórcio, algumas mulheres tiveram as suas necessidades contempladas. As representações sobre o feminino e a indissolubilidade do matrimônio construídas pelo catolicismo ainda engendravam práticas e dificultavam a subversão da dominação masculina, mesmo diante dos conflitos vivenciados por essas mulheres. No entanto, a conscientização a respeito dessa dominação e do valor da mulher enquanto um sujeito histórico, semelhante ao homem, permitiu que essas mulheres construíssem as suas armas para se apropriarem e reconstruírem diferentes representações sobre o casamento, o amor e os gêneros.

7.3.2 Amores e desamores dos leitores

Quanto à questão do amor, Bourdieu evidenciou uma dúvida acerca de sua função: seria o amor uma fuga grandiosa das relações de poder entre os gêneros, ou apenas mais uma inteligente estratégia da violência simbólica perpetrada contra as mulheres? (BOURDIEU , 2007). Essa consistiria em uma questão de difícil resolução. Porém o amor, enquanto uma dimensão e um sentimento humano,dispõe de uma historicidade, pois é interpretado e vivenciado de maneiras diferenciadas ao longo doas tempos.

A sociedade atual compartilha de um ideal de amor romântico, forjado no século XIX, que privilegia a idealização e a escolha do parceiro. Tal noção alterou a maneira do catolicismo interpretar o casamento, que antes tinha como finalidade principal a prole, a partir da *Gaudium et Spes* (VATICANO, 1965) e da *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), o amor passou a ser um valor imprescindível para a manutenção do casamento. Apesar de nascer antes do matrimônio, era dentro dessa instituição que ele se consolidava.

---

[341] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 2 ago. 1981.

Mas para chegar até o altar, era necessário que o casal vivenciasse fases intermediárias, nas quais esse amor deveria ser regulado, não excedendo os devidos limites permitidos pela doutrina cristã. Porém, não somente a Igreja produzia representações acerca do relacionamento amoroso pré-conjugal, mas também o cinema e a televisão veicularam suas imagens sobre essa questão, que não necessariamente se coadunavam com a cristã.

Portanto, a partir dos anos 50, as moças dialogavam com representações mais ascéticas e censoras, oriundas do catolicismo e com outras um pouco mais permissivas, que já aceitavam algum grau de aproximação dos corpos, porém ligadas a vários traços da tradição familiar. Nesse sentido, é possível perceber os conflitos das jovens leitoras do *Lar Católico*, que desejavam por em prática o seu ideal de amor romântico.

Percebe-se que a coluna *Intercâmbio com os Leitores* recebeu um índice bastante significativo de missivas que tratavam das questões amorosas pré-maritais entre as décadas de 50 e 60. Esse fenômeno não se repetiu nas décadas seguintes, nas quais outras temáticas começaram a dividir espaço como os enlaces amorosos das jovens. Dentre essas temáticas poderiam ser citadas: discussões religiosas, divórcio, sociabilidades, problemas matrimoniais e familiares, busca de emprego, dentre outras. Portanto, a maior parte das referências utilizadas nas construções desse item se concentrou entre nos anos 50 e 60.

Nessa época, a maioria das famílias de classe média buscava educar suas filhas de modo a limitar as suas condutas e contatos com o sexo oposto. As possibilidades de encontro entre os sexos se expandiram em relação ao período anterior e agora os jovens dispunham de espaços específicos para traçarem os seus laços de sociabilidades como clubes, cinemas e escolas. As jovens mais pobres também teriam o espaço do trabalho para conhecer rapazes. Assim, a família teria que redobrar os seus cuidados para manter a reputação de suas filhas e para que estas mantivessem um capital simbólico (BOURDIEU, 2004) a oferecer: a virgindade.

Assim, percebe-se o nascer de um conflito entre as jovens, desejosas de manter contato com o parceiro desejado e os seus pais, detentores e preservadores da honra familiar. Sobre esse tema, muitos os relatos foram encontrados, consistindo nesse um dos principais problemas que as jovens encontraram para levar adiante as suas pretensões amorosas.

Em geral, o pai era apontado como o maior cerceador, aquele que duvidava das atitudes e intenções da filha: “Minha mãe é uma pérola. Meu pai é o contrário. [...] Ele me

detesta. Diz que eu só quero namorar."[342]. Sensação semelhante em relação ao poder paterno foi evidenciado no seguinte depoimento:

> Tenho 14 anos e não tenho ainda namoradinho. Sou órfã da mãe. Moro com meu pai num casarão de dar medo. Somos quatro irmãos, isto é, somos quatro irmãs. Duas se casaram por milagre e a terceira vai se casar também por milagre, pois meu pai tem um sistema só dele mesmo: na rua não se pode namorar e, em casa, muito menos! Minhas irmãs fugiam, namoravam e pintavam os canecos. Eu sou diferente: gosto de tudo claro: não tenciono lapear meu pai. Meu pai é rico, mas deixa todo o encargo da casa pesar sobre os ombros das filhas, [...] Não tenho nenhum conforto: não uso jóias, nem nada.[343]

Diante de um pai repressor, restou somente às irmãs da leitora fugirem para "pintar os canecos," longe dos olhos paterno, para que assim pudessem encontrar um parceiro e com ele chegar a compartilhar do sacramento matrimonial. Enquanto isso, a leitora, obediente ao pai, permanecia sem namorado e sem perspectivas de, em um futuro, próximo encontrar o parceiro ideal. Como ela optou por seguir os ditames estabelecidos por seu pai, restou-lhe recorrer a D. Madalena, para que esta a ajudasse no sentido de fazer o pai compreender as suas razões.

Porém, nem todas as moças seguiram o exemplo da leitora anteriormente citada. Sem o consentimento dos pais para seguirem os padrões "normais" de um relacionamento (a saber, namoro, noivado e casamento), muitas leitoras optaram por caminhos clandestinos para continuar vivenciando suas histórias de amor. Esse foi o caso de uma doméstica que escreveu para D. Madalena. Veja quais foram as suas palavras: "sou doméstica. [...] meu pai não deu ao rapaz o consentimento para ficarmos noivos e encontramo-nos às escondidas."[344].

Algumas garotas se regozijavam de suas experiências amorosas e justificavam o fato de manterem um trato as escondidas devido à intransigência de seus pais:

> A senhora diz sempre que com 15 anos não se deve namorar...mas como passar o tempo num lugar pequeno? Arranjei um namorado daqui mesmo e isto é uma sorte incrível! A senhora nem pode avaliar a inveja que faço em minhas companheiras. Namoro escondido e a culpa é de meus pais que não são compreensivos.[345]

Em algumas oportunidades, o pai não se opunha simplesmente ao fato de a filha namorar, mas o fazia a partir de um motivo específico: a falta de gabarito do pretendente

[342] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 17 maio 1959.
[343] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 8 nov. 1959.
[344] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 15 dez. 1957.
[345] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 2 ago. 1959.

escolhido, as suas condições financeiras, raciais e familiares. Veja o exemplo da situação vivenciada por uma leitora: "[...] Meus pais não querem o casamento por ele ser mulato e ter a mãe bastante falada. Houve que nos aconselhasse para agirmos desonestamente, para assim obrigarmos meus pais a aceitarem o casamento. Mas isso nunca; somos católicos!"[346]

Nesse caso, recaíam sobre o rapaz dois pontos que o desabonavam enquanto um bom partido: a sua cor e a sua família. A cor do rapaz se revestia em um problema, devido a alguma modalidade de preconceito vinculada à raça negra. O fato de a mãe do rapaz ser "falada", ou seja, ter uma conduta moral questionada e reconhecida enquanto inapropriada por todos, fazia com que os pais da moça se recusassem a ter a sua família atrelada a essa mulher. Portanto os pais da leitora basearam a sua opinião em certo sentimento de superioridade, que remetia à dominação de raça e de gênero.

Percebe-se que foi sugerido à leitora que esta mantivesse relações sexuais com o namorado, para que assim não restasse outra alternativa para sua família, a não ser aceitar o casamento, para que a sua honra fosse resgatada. A leitora entendeu que esse não seria o caminho mais adequado, pois se viu influenciada pelas representações católicas e virgindade e castidade antes do casamento. Assim, ela afirma a sua catolicidade para justificar a sua postura de manutenção da castidade.

Outros fatores relacionados a essa modalidade de relacionamento preocupavam a família da moça. Dentre esses fatores estaria o prolongamento do namoro. O costume recomendava que o tempo do namoro não fosse muito longo, pois poderia acarretar em um comprometimento da reputação da moça, que poderia se converter em alvo de fofocas (DEL PRIORE, 2005). Naquele momento, o namoro tinha um objetivo específico, que era o casamento. Qualquer relação amorosa que não tivesse essa finalidade seria prejudicial para a moça. É nesse sentido que uma mãe desesperada descreveu para D. Madalena a situação de sua filha. Em suas palavras: "minha filha arranjou um namorado que parece só querer fazer hora"[347]. Esse também era um problema que povoava a mente das próprias moças, que demonstravam receio de serem ludibriadas e terem o seu tempo perdido com uma relação que não tivesse um resultado prático. Assim, esta foi uma questão recorrente, a qual D. Madalena teve que responder: "nosso namoro já tem 6 meses e ainda não me falou sobre casamento."[348].

Ao vivenciarem os seus amores, nem todas as jovens seguiram adequadamente as representações relacionadas à virgindade, defendidas pelo jornal. Percebe-se que algumas

[346] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.160, 4 abr. 1954.
[347] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 17 nov. 1966.
[348] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.136, 21 mar. 1954.

delas realizaram práticas sexuais anteriores ao casamento. Em geral, utilizaram uma linguagem na qual se escamoteava a palavra sexo, como se houvesse um consenso a respeito da inviabilidade da utilização do termo na coluna. Nessa época, para os namorados, "era terminantemente proibido ter relações sexuais" (DEL PRIORE, 2005). As moças de família não agiam dessa forma, isso cabia somente às levianas (moças que os rapazes desconsideravam na hora de escolherem uma esposa).

Porém, muitas moças alegaram inocência e inexperiência para explicar a adoção dessas práticas: "quando tinha 15 anos namorei um rapaz e talvez pela minha ingenuidade não foi um namoro muito aprovado."[349]. Assim, tentaram se livrar do rótulo de levianas, escondendo o ocorrido de suas famílias e demonstrando algum tipo de arrependimento: "uma jovem que já deu um passo errado na vida, mas que alcançou o perdão e leva uma vida de pureza exemplar, pode se casar na Igreja de vestido branco, coroa e véu?"[350]. Percebe-se que essa leitora, apesar de ter transgredido as normas da doutrina católica, desejava se redimir e manter contato com o ritualismo do casamento cristão. Ao entrar de branco na Igreja, a leitora comprovaria a sua idoneidade junto à sociedade. Algo que não sucederia com aquelas cujas consequências dos atos seria evidente: "tivemos um namoro sem controle. Como consequência veio um filho."[351].

Além de terem que lidar com o julgamento social, essas garotas ainda teriam que lidar com o preconceito do rapaz com quem mantiveram o relacionamento. Em geral, os homens haviam estabelecido uma diferenciação básica entre aquelas moças que seriam apropriadas para o casamento e aquelas que não estavam aptas para desempenharem a função de esposa. A jovem adequada deveria ser recatada, capaz de frear os impulsos sexuais masculinos, já que a longa espera e a defesa da pureza consistiam em elementos que atraiam aos homens (SALERNO, 2009). Dessa forma, já na década de 70, há indícios de leitoras abandonadas após manterem práticas sexuais com os seus namorados. Sobre isso foi possível detectar exemplos entre as leitoras: "Fui muito leviana e ingênua acreditando no meu namorado. Ele me deixou dizendo que fui muito fraca e que não sirvo para casar com ele [...] há momentos em que não espero mais nada da vida."[352].

Percebe-se que essa situação fragilizou a leitora, que fez uma representação pejorativa de si, considerando-se a única culpa pelo ocorrido. Havia a concepção de que o

[349] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 29 dez. 1957.
[350] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 17 maio 1959.
[351] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 19 nov. 1967.
[352] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 10 nov. 1974.

homem teria os seus instintos sexuais incontroláveis. Assim, caberia à mulher colocar certos limites e caso não o fizesse, a responsabilidade seria unicamente dela.

No entanto, nem todas as leitoras alegaram inocência e demonstraram arrependimento ao adotarem relações afetivas inaceitáveis para o catolicismo. Assim, é possível notar que algumas leitoras não foram fiéis a um só namorado. Isso evidencia que não apropriaram, tal como o jornal desejava, as representações acerca de um comportamento adequado para as jovens. Algumas jovens afirmaram ter mais de seis namorados simultaneamente[353], outras esclareceram a impossibilidade de manterem relacionamentos com um único homem, pois estariam apaixonadas também por outros. Algumas ainda imputaram a responsabilidade de suas infidelidades às atitudes omissas do namorado, evidenciando uma ruptura para com o discurso da culpabilização feminina sobre o fracasso dos relacionamentos: "Comportei muito bem enquanto meu namorado me deu assistência, mas logo que ele se foi, continuei na mesma leviandade: não consigo controlar-me."[354].

Nas décadas de 70 e 80, as mulheres apareceram com uma atitude positiva em relação à paquera. Algumas delas ainda buscavam um ideal de casamento, mas já apresentaram um discurso de si mais favorável, evidenciando as suas qualidades no momento da conquista: "Sou uma jovem de 40 [...] Não sou feia, dizem que sou muito simpática, quando chego a um lugar sou logo notada e paquerada, mas não sei por que cargas d'água não dou certo no amor [...] Será que o meu destino é ficar para titia?"[355].

A autoconfiança de algumas pareceu se desenvolver a tal ponto, que demonstraram uma consciência diferenciada a respeito do que era ou não permitido às mulheres no momento da conquista. Suas atitudes passaram então a subverter a ordem sexual instituída no plano do amor. "Esse fenômeno possibilitou que algumas delas fossem consideradas verdadeiras hereges "[356] pelas mulheres da geração anterior, que não conseguiam compreender a inversão de poderes que estavam embutida em pensamentos como este: "tenho tanto medo de perdê-lo que acho que quem vai pedi-lo para namorar sou eu. Eu sei que quem deve procurar a moça é o rapaz, mas acho isso tão antiquado."[357].

[353] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 29 dez. 1957.
[354] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 24 maio 1959.
[355] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 23 jun. 1986.
[356] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 11 abr. 1982.
[357] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 22 jun. 1975.

7.3.3 A sociabilidade

Joana Pedro salienta que não somente os meios de comunicação, a Igreja e a escola participavam do processo de formação dos jovens, mas também suas mães, avós, tias, mulheres que faziam parte de gerações anteriores, cujos valores que valiam ainda aqueles que a contracultura queria subverter (PEDRO, 1994). Assim, é possível que as jovens encontrassem dificuldades em articular as práticas modernas com os valores tradicionais.

As mulheres, fossem jovens ou adultas, recorriam à coluna para encontrar um equilíbrio entre essas duas tendências. Buscavam se inserir na família de um modo mais proveitoso e útil, fugir da solidão e reestruturar suas relações amorosas. Algumas delas apenas pensavam em estabelecer laços de sociabilidade com outros leitores. Aliás, a coluna funcionou como um mecanismo de aproximação amorosa entre os leitores, que buscavam, através da mesma, encontrar um (a) parceiro (a). Percebe-se que viúvas e solteiros recorreram a esse expediente.

Dentre as mulheres que mereciam um cuidado especial por parte da sociedade e das autoridades, além das solteiras, estavam as viúvas. Era bastante recomendável, socialmente falando, que essas mulheres permanecessem castas após a morte dos seus maridos. Sabe-se que o estado de viuvez atinge proporcionalmente mais mulheres que homens. Segundo Perrot, com a morte dos maridos, as mulheres sem recursos são obrigadas a pedir abrigo para filhos e parentes, perdendo o poder sobre a casa. Outras, mais abastadas, reforçam ainda mais o seu poder sobre a família (PERROT, 2007.

Mariza Corrêa tenta observar a questão da viuvez sob uma perspectiva legal, analisando as discrepâncias que a legislação oferece para os gêneros nesse sentido. Segundo ela, era permitido ao homem, após a viuvez, contrair novas núpcias sem respeitar um prazo determinado. Ao passo que a mulher, nas mesmas condições, deveria "guardar um prazo de 10 meses para afastar a incerteza da paternidade de um filho que possa ter." (CORREA, 1983, p.89).

A lei nesse caso deveria refletir possíveis restrições de ordem social para as segundas núpcias de mulheres viúvas. Muitas pessoas, de ambos os gêneros, nessas condições, escreveram para o *Intercâmbio com os Leitores* em busca de novas amizades e até mesmo de uma correspondência que pudesse conduzir a um novo relacionamento. Esse foi o caso de Maristela, residente de Jacareí, estado de São Paulo, que envia sua missiva com endereço e nome completo para que pudessem entrar em contato com ela com mais rapidez. Em sua

carta, ela afirma que após a morte do marido se sente sozinha e que por isso sente o desejo de encontrar um novo companheiro, que tenha mais de 65 anos de idade.

Possivelmente, percebendo essa tendência cada vez mais forte, D. Madalena responde a essa leitora, enviando um recado que pudesse fazer efeito sob outras que teriam uma pretensão semelhante. Ela registra o pedido da leitora, porém aconselha que o estado de viuvez pode adquirir um valor semelhante ao estado virginal. Em outras palavras, a sexualidade de uma viúva deveria morrer junto com o seu marido, pelo menos seria mais aconselhável. Segundo ela, o casamento não acaba com a morte, ele prossegue na eternidade, devendo a mulher cultivar a fidelidade ao marido morto. "A viúva deve permanecer em uma espécie de noivado espiritual com o marido para que eles possam se encontrar no céu."[358].

Apesar do teor fortemente religioso desse posicionamento de D. Madalena, alguns dos aspectos que ela defende não são completamente indiferentes para ao mundo secularizado. Como demonstra Rita Rosa, a imprensa leiga também arbitrou sobre as atitudes das viúvas, tentando dimensioná-las dentro de um comportamento sexualmente ascético (ROSA, 2009). Isso é demonstrado quando os periódicos leigos, por ela estudados, abriam espaço para a palavra da Igreja, provavelmente consentindo com a sua postura.

A solidão dos viúvos e viúvas é um sentimento claramente perceptível em algumas das cartas enviadas. Os homens sentem falta principalmente do que as suas esposas faziam por eles, da dedicação com que cuidavam de tudo relacionado a família. Percebe-se na fala deles um enaltecimento daquele ideal de mulher resignada, benevolente, boa mãe e boa esposa. Dificilmente as mulheres relataram os motivos para a saudade e solidão, apenas ressentiam-se da ausência de uma companhia. É possível que algumas delas estivessem em busca de uma proteção masculina perdida. Essa falta para elas era ainda mais sentida quando se verificava prematuramente. Muitos desses viúvos e viúvas participavam da coluna na esperança de conquistarem um novo casamento.

Verifica-se que a coluna, desde a década de 60, funcionava como um espaço no qual os leitores poderiam divulgar anúncios em busca de um parceiro perfeito. Na verdade, esse tipo de texto se torna cada vez mais frequente na medida em que os anos avançam. Homens, mulheres, solteiros e viúvos, componentes de vários grupos sociais, recorrem a esse expediente, chegando a se identificar nominalmente. Portanto, não existia um grupo homogêneo de anunciantes que recorriam à coluna apresentando esse objetivo.

---

[358] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 17 fev. 1986.

Uma análise dos textos que eram publicados com essa finalidade conduz a determinada conclusão, que se refere à manutenção de certo padrão na escolha dos cônjuges. De acordo com Gérard Vincent (2009), ainda prevalecia um princípio endogâmico, pois as pessoas acabam se casando dentro do seu meio social. Pode-se ampliar sua tese, acrescentando que os casamentos, mesmo nas sociedades contemporâneas, tendem a se realizar entre pessoas que possuem objetivos, ideais, padrões morais, escolaridade e nível socioeconômico semelhantes. É justamente nesse sentido que Maria Madalena sempre advertiu aos seguidores de sua coluna, a respeito da necessidade de manterem relacionamentos amorosos com pessoas que tenham uma formação social e cultural equiparadas às suas. Para ela, as desigualdades nesses quesitos consistem em fatores que acarretam em conflitos que desagregam o casal, impedindo que a união se desenvolva de uma forma cristã. Assim, aqueles que se utilizam da coluna para encontrar um cônjuge, estavam em busca de um indivíduo que compartilhasse com eles de certa identidade: a defesa de uma vida nos moldes da tradição cristã.

Em geral, a linguagem empregada nesse tipo de anúncio é direta, seguindo um modelo pouco variável. Os leitores declaravam a sua idade, o seu estado civil (solteiro ou viúvo) e estipulavam a idade na qual o candidato(a) deveria se enquadrar. Em alguns casos, descreviam sua aparência física, mas era raro que fizessem exigências com relação a esse quesito aos seus candidatos. Assim, não é difícil encontrar anúncios nesse sentido, como o de Raquel : "tenho 24 anos, loira de olhos azuis. Não sou racista, e busco corresponder-me com rapazes sinceros."[359]. Dos vários textos analisados, poucos foram os encontrados que faziam referências a preferência de algum aspecto físico do pretendente. Os leitores se manifestavam, fazendo pequenas considerações a esse respeito: "Sou jornalista 29 anos, solteiro, [...] desejo conhecer mulher loira na faixa de 22 a 27 anos"[360], ou também "Desejava correspondência com algum rapaz católico, com certa instrução, educado e de preferência de cor negra[361].

Portanto, nota-se que ao contrário do que verifica Gérard para os classificados de casamentos que mencionou em seu texto, os participantes da coluna ainda não demonstravam uma valorização do corpo. Na verdade, enfatizavam sempre as características espirituais, enaltecendo os valores e virtudes e a conduta religiosa dos pretendentes, muitas vezes exigindo carta de recomendação do vigário. Assim, são mais comuns textos que seguem um modelo estrutural semelhante ao desenvolvido por Eliseu Lage, de Minas Gerais, que se

[359] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 31 mar. 1986.
[360] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 06 jun.1982.
[361] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 25 dez. 1964.

apresenta da seguinte forma: "Sou humilde, trabalhador e religioso. Tenho 36 anos. Desejo muito conseguir companheira honesta. Minas."[362].

Segundo Gérard, também o fator econômico pode representar um valor no processo de escolha de um cônjuge. Ele afirma que na França dos anos 30, os anunciantes em busca de casamento especificavam os bens que possuíam. A partir da década de 70, essa situação se alterou, pois agora homens e mulheres procuram esclarecer quais são as suas profissões e níveis de escolaridade (VINCENT, 2009). Essa tendência também é observada no *Lar Católico*, principalmente a partir dos anos 80, quando alguns leitores começam a sentir a necessidade de especificar suas profissões. Para citar alguns exemplos, deve-se apresentar o caso de Elisabeth, que declara cursar enfermagem, ser romântica e de cor escura. Seu objetivo ao enviar a carta para a coluna é encontrar amizades e talvez um compromisso sério[363]. Posicionamento semelhante é encontrado no texto de Luciana, que afirma ter 30 anos, ser professora de biologia e estar à procura de um marido[364].

7.3.4 O trabalho

As mulheres sempre trabalharam, mas nem sempre o fizeram balizadas por uma profissão (PERROT, 2005). Seu trabalho, no entanto, sempre foi pouco valorizado, somente sendo percebido quando não era realizado (NICHNIG, 2008). Mesmo assim, muitas mulheres se redobravam para dar conta de realizar com perfeição as suas funções de dona de casa, mesmo que tivesse que conjugá-las com funções desempenhadas fora do lar. Sabe-se que mesmo inserida no mercado de trabalho, as mulheres não obtiveram a vantagem de dividir as funções da casa com os homens, pois havia uma ideia, principalmente nos primeiros vinte anos estudados, que essas funções eram naturalmente femininas. Essa dupla jornada de trabalho, que recaía principalmente, sobre os ombros das mulheres mais pobres, pode ser evidenciada através do relato deixado por uma leitora:

[362] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 21 mar. 1982.
[363] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.6, 17 fev. 1986.
[364] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.6, Juiz de Fora, 7 abr. 1986.

> Namoro um rapaz que era do gosto da minha mãe e, no entanto, ela agora não quer mais que nos casemos. [...]. Eu trabalho na fábrica e, quando chego em casa ainda dou duro medonho - lavo, cozinho arrumo tudo, pois sou muito caprichosa. Ajudo a sustentar a casa juntamente com o meu irmão. Nada sobre para o meu enxoval.[365]

Isso era uma realidade bastante palpável para aquelas que dispunham de poucos recursos. Aquelas que necessitavam trabalhar fora do lar, e que não dispunham de uma qualificação específica ou gostariam de abrir seu leque de possibilidades, procuraram demonstrar os seus dotes no trabalho doméstico, utilizando-se da coluna, com o intuito de buscar uma posição no mercado de trabalho: "Desejo emprego em creche de crianças ou em casa de família. Sei cozinhar lavar e passar. Tenho prática com crianças e sei datilografia e código Morse. Costuro um pouco estando cortado. Desejo um salário além do mínimo."[366].

É necessário enfatizar que ambos os trabalhos realizados pelas mulheres eram desvalorizados. O trabalho doméstico, por não ser remunerado, não era reconhecido socialmente e, muitas vezes, nem mesmo chegava a ser interpretado enquanto uma modalidade de trabalho. O trabalho feminino no âmbito público também parecia sofrer semelhante discriminação. No Estatuto da Mulher Casada, do ano de 1962, ficou estabelecido que a mulher seria uma simples colaboradora dos encargos familiares (ALVES; BARSTED, 1987). Assim, o trabalho feminino foi durante muito tempo considerado secundário em relação ao masculino.

Segundo Michelle Perrot, com os poderes que os homens adquiriram no espaço público, eles buscaram limitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, estabelecendo concepções a respeito dos tipos que trabalho que seriam mais adequados para as mulheres. Profissões ligadas ao magistério, à enfermagem, ao atendimento em lojas e escritórios eram socialmente aceitas para as mulheres, pois evocavam a ideia de uma propensão feminina natural para essas atividades (PERROT, 2005). A concepção de que essas atividades consistiriam em uma extensão das funções naturalmente desempenhadas pelas mulheres, segundo Perrot, acarretaria na pouca remuneração recebida por essas trabalhadoras. Seguindo essa linha, percebe-se que algumas leitoras mais empobrecidas quase não conseguiam se sustentar com o fruto do seu trabalho: "o que eu ganho com minhas costuras mal dá para viver no aperto." 367 A falta de uma qualificação mais valorizada, fazia com que essas mulheres se sentissem desprestigiadas.

---

[365] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 9 abr. 1967.
[366] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 29 jun. 1975.
[367] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 01 de Outubro de 1967.

Essa noção de uma propensão natural a determinadas atividades foi desqualificada por Perrot, quando esta afirma essa naturalização se deveu a um processo histórico, no qual os homens desejaram limitar os poderes femininos no âmbito público. No entanto, ela foi vivenciada enquanto tal, por muitas das leitoras que escreveram entre as décadas de 50 e 60, declarando para D. Madalena as suas aspirações profissionais. Estas oscilavam com muita freqüência entre a enfermagem e o magistério: "tenho 20 anos e ainda faço o curso normal: não sinto vocação definida para o magistério, mas sinto certa inclinação para o curso de enfermagem[368]; "tenho 18 anos e desejava ser enfermeira, mas minha mãe não se conforma"[369].

Ambas as ocupações estavam vinculadas a uma noção de que a mulher estava sempre disposta a servir ao outro, se realizando nesse tipo de função. Algumas leitoras interiorizaram essa ideia, que como foi evidenciado no capítulo anterior, remontaria à construção da imagem de Maria, enquanto servidora e doadora de si para o próximo: "Fiz um curso para monitora do Mobral e há 10 meses que estou também trabalhando. Como é bom procurar ajudar os outros."[370].

Porém, nem todas as mulheres se encontraram felizes realizando essas modalidades de trabalho, que lhe eram imputadas enquanto naturais ao seu sexo. Principalmente as professoras recorreram à coluna para relatarem seus problemas e o desejo de abandonarem a profissão: "Sou Professora Municipal, mas fiquei muito cansada de lidar com as crianças e desejava um outro emprego."[371].

A análise de Bourdieu sobre a questão da divisão sexual do trabalho também parece de grande valia. Segundo ele, no âmbito do trabalho, é possível perceber a divisão dos poderes estabelecida entre homens e mulheres, que tenderia a privilegiar os primeiros. Assim, ele determinou que existe uma segregação simbólica entre homens e mulheres, que se constitui em algo negativo para as mulheres, o que afetaria as suas atitudes. Por outro lado, as mulheres não consistiriam em um grupo homogêneo, vitimado pela ação dos homens. Na verdade, no jogo da divisão dos poderes trabalhistas, as mulheres disputariam entre si, de acordo com as suas especificidades culturais, econômicas e intelectuais (BOURDIEU, 2007).

Sobre essa última ponderação, foi possível encontrar exemplos nas páginas do jornal *Lar Católico*. Algumas leitoras escreveram para D. Madalena com o intuito de que ela trouxesse soluções para as dificuldades que estavam encontrando em civilizar e colocar ritmo

[368] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 26 jun. 1966.
[369] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 24 nov. 1966.
[370] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 31 mar. 1974.
[371] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 7 jun. 1964.

de trabalho em adolescentes órfãs, que abrigavam em suas casas. Também, na medida em que a mulher de classe média começou a vivenciar mais tempo fora de casa, foi preciso que ela encontrasse outra mulher para desempenhar essas funções. Para tal, algumas leitoras se utilizaram da coluna: "Somos três irmãs que trabalhamos e precisamos de inteira confiança, que possa em nossa casa, dedicar-se aos serviços domésticos[372]; Sou casada e trabalho em uma repartição estadual. Se houver uma leitora interessada em se empregar em nossa casa"[373].

A partir do final da década de 60 e início da década de 70, o fortalecimento do feminismo no Brasil foi um dos fatores que redimensionaram a relação das mulheres com o trabalho. Para Margareth Rago, essa nova etapa do feminismo se caracterizou por uma ruptura em relação ao modelo de feminilidade forjado nas décadas anteriores (RAGO, 2003). Assim, o feminismo começou a questionar o que se considerava a identidade feminina: o ideal de que a mulher deveria se concentrar nos papéis de mãe e esposa, condicionando seus desejos pessoais e sua sexualidade ao casamento e à família. Nesse momento, tanto o feminismo brasileiro quanto o internacional se expandiram no meio acadêmico. O ingresso nas universidades se tornava um projeto mais palpável para algumas mulheres da classe média.

Nessas duas décadas, as mulheres conquistaram outros avanços. Como já foi dito, o número de mulheres que começaram a frequentar as universidades cresceu. Aos poucos elas foram conseguindo ganhar espaços em carreiras antes consideradas exclusivamente masculinas. Começam assim a conquistar cada vez mais espaço no setor público através da inserção no mercado de trabalho. Assim, conseguiram conquistar a liberdade financeira. Porém, tal inserção não se deu sem conflitos. As mulheres dos anos 70 ainda compartilhavam da ideia de que necessitavam manter o controle do espaço privado. Elas não romperam a relação com a casa nem conseguiram delegar poderes nesse espaço para os homens. Começaram a acumular funções, sendo mãe, esposa e profissional. Começaram assim a forjar outra identidade para a mulher: a mulher multifacetada (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Algumas leitoras do *Lar Católico*, na década de 80, demonstraram o interesse de entrar na universidade, para assim se inserirem melhor no mercado de trabalho. Ao optar por esse projeto de vida, elas questionaram qual seria o espaço que iriam reservar para a vida familiar, chegando mesmo a desejar adiar planos de casamento, para cursar a universidade: "Tenho 19 ano e dizem que sou bonita [...] Quero ter uma carreira, ser independente [...] tenho medo de perder a minha individualidade estando a sombra de marido e filhos" 374

[372] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 26 jan. 1964.
[373] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 15 set. 1968.
[374] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.8, 10 mar. 1985.

Percebe-se que essa leitora deseja desenvolver a sua individualidade realizando algum tipo de trabalho. Não parece ser do seu desejo desempenhar somente as funções de mãe e esposa, pois segundo a sua percepção, essas dimensões escamoteariam os seus interesses individuais, deixando-os em segundo plano, para servir aos interesses de outros.

Também foi possível encontrar leitoras subvertendo a concepção de que determinadas profissões são próprias para os homens e outras o são para as mulheres. O exemplo a seguir demonstra que as novas visões que as mulheres construíram a respeito de si mesmas lhes permitiram pensar que as suas capacidades iriam além de uma pretensa natureza feminina. Ao tomar essa atitude, a leitora em questão teve que se confrontar com o seu pai, que mantinha uma determinada concepção do ser mulher, que não se aliava à postura da filha.

> Como minhas irmãs se casaram cedo e todas são felizes, meu paizinho acha que eu deveria cuidar de seguir o exemplo de minhas manas. Surgiu um rapaz, com todas as qualidades exigidas por uma jovem de bom senso e eu o reconheço. Acontece que não quer me esperar, mas quer que eu aceite a sua mão imediatamente [...]. Mas D. Magdalena, eu tenho só dezoito anos, sonho em faze faculdade antes de me amarrar. Sempre acalentei a vocação de ser engenheira.[375]

Assim, o que se percebe é que, no período estudado, as mulheres da trabalharam e estudaram, sendo estimuladas, principalmente no âmbito do estudo pela conselheira. É fato que o trabalho, como toda dimensão da vida humana, estava perpassado pelas relações de gênero, envolvendo jogos de poder e dominação simbólica entre os sexos. O discurso da naturalização esteve presente, demarcando as posições das mulheres e lhes conferindo uma jornada dupla. Na década de 80, no entanto é possível identificar indícios a respeito da problematização da divisão sexual do trabalho.

7.3.5 A aparência física

Entre as décadas de 50 e 60, as mulheres estavam sendo cada vez mais estimuladas pelos meios de comunicação a cuidarem de si, construindo um ideal de corpo, aparência e beleza (OLIVEIRA, 2005). De fato, parecem ser as mulheres aquelas que mais se

[375] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 9 jun. 1974.

concentraram nas necessidades do corpo belo e sadio, gestando sobre o seu próprio corpo e pelos corpos dos seus familiares (RIBEIRO, 1998).

Portanto, perseguir a história e a importância da beleza para uma sociedade, significa também descortinar as relações de gênero, pois o belo se inscreve nas relações de poder (poder das mulheres bonitas sobre os homens e poder dos homens sobre as mulheres, servindo como parâmetro para que elas possam perseguir um padrão de beleza). A cultura ocidental tem se caracterizado por modelar o corpo feminino, incutindo valores e percepções, que tendem a exaltar um determinado padrão de beleza. Esta foi configurada enquanto um elemento importante para atrair os olhos do sexo oposto e conquistar a admiração de outras mulheres.

O feminismo das últimas décadas esteve interessado em desempenhar uma análise do mito da beleza que, de acordo com o movimento, tem mobilizado as mulheres, levando-as a odiarem a si mesmas quando não conseguem atingir o padrão de beleza definido. Desenvolvem uma crítica ao fato de que o valor que é atribuído às mulheres depende do seu estilo físico. Assim, a busca incessante por uma beleza socialmente aceita se constitui em mais uma modalidade de violência simbólica contra a mulher, da qual ela raramente se conscientiza.

Será que as leitoras do *Lar Católico* se mantiveram armadas contra essa violência, já estavam em contado com um texto espiritualista, que pouco se importava com a beleza e estabelecia um regime sexual sobre o corpo (principalmente sobre o corpo feminino, que quanto menos belo fosse, seria mais adequado)?

Mesmo tomando contato com um discurso pouco contemplativo a respeito do corpo, da beleza e do prazer gerado por ambos, as leitoras não estiveram imunes ao discurso da beleza. Para se posicionarem no jogo do amor, se definiam enquanto bonitas ou nada feias, construindo representações sobre si, que pudessem justificar ou questionar a sua falta de sucesso romântico.

Por outro lado, outras se definiram enquanto feias, mostrando-se mais sensíveis à ditadura da beleza, pois não se enquadravam nos padrões socialmente determinados a respeito do que poderia ser considerado belo. O mito da beleza se tornava ainda mais triste para a mulher na medida em que ela se comparava com as outras e percebia as suas desvantagens em relação às mesmas.

Nesse sentido, uma leitura perguntou a D. Madalena: “existe algum remédio para a feiúra?” Prosseguindo com o seu relato, a moça confessou que estava farta de se olhar no espelho e ver o seu rosto, comparando-o com o de suas amigas. Outra leitora afirmou que

enquanto ela se tornava mais feia a cada dia, a sua irmã sofria o processo contrário, arrebatando elogios de todos. Alegou também que a sua aparência que a complexava[376], fazia com que ela não tivesse confiança para manter conversações e paqueras com rapazes. Assim, percebe-se que a insegurança para com a aparência teria desencadeado uma série de frustrações nessas mulheres, que pareciam impedi-las de manter relações de sociabilidade e amorosas satisfatórias.

O império da beleza estimulou a apologia da juventude como o único caminho para uma imagem satisfatória, atrativa e admirável. O envelhecimento feminino, nas sociedades de consumo que conheceu o arrefecimento do estimulo à utilização dos cosméticos, se tornou um verdadeiro problema para as mulheres. Uma vez envelhecidas, elas adquirem o poder que a experiência pode alcançar, se tornando menos susceptíveis aos domínios sociais e masculinos. Assim, as mulheres, ao buscarem eliminar as suas rugas, também estariam tentando apagar o vivido (RIBEIRO, 19998). Essa pressão exercida sobre as mulheres em relação ao processo de envelhecimento pode ser constatada com o testemunho citado a seguir:

> [...] não estou resignada com mudanças que estão ocorrendo em mim com o passar dos anos. Em primeiro lugar incomoda-me o peso. Sempre fui muito magra (41 quilos) e agora estou com 46 e fico ansiosa por voltar ao que eu era. Em segundo lugar e quanto à aparência do meu rosto. Outro dia me olhei bem no espelho e descobri que estou com rugas ao redor dos olhos e nos cantos da boca, principalmente ao sorrir. Senti uma tristeza imensa, uma terrível insegurança pensando que os outros podem achar-me velha, inclusive meu marido, que é quem mais importa para mim. E eu que tenho motivos de sobra para viver sorrindo agora não quero mais correr o risco de me acharem velha com as rugas que acompanham o meu sorriso.[377]

Percebe-se que a leitora se ressente das mudanças ocorridas no seu corpo ao longo do tempo, que na sua concepção foram totalmente negativas. Se ela apresentava uma imagem quando jovem, esta se perdeu após o casamento e o nascimento dos filhos. Aquela juventude que talvez tenha encantado ao marido desapareceu e a sua principal preocupação incidia na possibilidade de seu marido se tornar insatisfeito. A aparência indesejada com a qual ela se deparava, neutralizava as suas ações e a impedia de vivenciar a sua felicidade.

O problema com a aparência física também se revestiu, na concepção de algumas, na condenação de sua própria cor. Não foram poucas as leitoras, que a exemplo da citada, relacionariam a cor negra a questões negativas, principalmente com relação ao aspecto físico. Assim o faziam possivelmente ancoradas em um padrão de beleza que tinha como ideal a pele

[376] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 3 dez. 1967.
[377] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 30 ago. 1981.

branca. A partir da fala de uma leitora é possível perceber o quanto ela se sente desconfortável perante a sociedade devido a esse motivo: "Sou mulatinha, mas gostaria de ser branca. [...] a gente ser preta, além de ser feia faz com que a gente fique mais retraída."[378].

7.3.6 Maternidade

No capítulo anterior foi possível perceber que o catolicismo construiu o mito da maternidade pautado na figura de Maria, a mãe exemplar (intercessora, servidora e abnegada às suas funções). Foi Maria, com sua atitude ascética em relação ao sexo, que se contrapôs a Eva, a insubordinada, jamais lembrada por sua maternidade. A maternidade e a insubordinação são conceitos excludentes. Portanto, a mãe humana, a exemplo de Maria, não poderia colocar os seus interesses acima de suas responsabilidades, com pena de gerar o caos.

Associada à figura de Maria, a maternidade humana se revestiu de sacralidade, sendo praticamente inquestionável. Dentre os papéis que foram estipulados socialmente para as mulheres, a saber, o de mãe e o de esposa, o primeiro foi sem dúvida que as mulheres melhor interiorizaram e mais se identificaram. Assim, não se pode deixar de notar que a nossa cultura se caracteriza pelo destaque concedido à maternidade, estando o status da maternidade ainda muito valorizado.

A ideia de maternidade pode ser incorporada de uma maneira tão forte, podendo inclusive escamotear os desejos pessoais da mulher. Mas para que essa incorporação tenha o sucesso esperado, é preciso que a mulher acredite na naturalidade do amor materno, pois assim ela não adquire meios para se desvencilhar do mesmo. Assim, tornar-se mãe passou a ser um evento primordial na vida da mulher. Nesse quesito, Raquel Soihet ponderou que:

> A maternidade se constituiu num dos mitos da nossa cultura, exercendo em seu nome forte manipulação sobre a mulher que desde muito cedo, é bombardeada com estímulos para o exercício de tal mister como algo para o qual não cabe qualquer modalidade de opção. Com efeito, repetem para a mulher, desde a infância, que ela é feita para conceber e cantam-lhe o esplendor da maternidade: os inconvenientes de sua condição - regras, doenças, o tédio das tarefas caseiras, tec., tudo é justificado por esse maravilhoso privilégio de por filhos no mundo. (SOIHET, 1986, p.191).

[378] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 16 jun. 1967.

O ato de ser mãe sempre aparece nos discursos do jornal *Lar Católico* como um dado biológico, escamoteando a historicidade que construiu o conceito de maternidade. Interessante é observar que esse conceito não traz encargos somente corpóreos para a mulher, mas é decisivo na definição do espaço que é reservado a ela dentro do contexto familiar. Ser mãe implicava ter uma responsabilidade moral, na condução e determinação dos atos dos filhos, construindo-os enquanto sujeito. Ser mãe é acima de tudo reproduzir as relações de gênero e poder, delegando diferentes funções e identidades a meninos e meninas. É nessa esperança de reprodução social e poderes familiares que o *Lar Católico* se esforçou para criar um conceito de mãe baseado em Maria (MORAES; SARTI, 1980).

O ideal de maternidade foi incorporado por muitas leitoras. Relatos de boas mães abundaram nas páginas da coluna *Intercâmbio com os Leitores*, em todos os tempos. Expressões como a "minha mãe é uma santa, a minha mãe é uma pérola "eram comumente encontradas nos textos das garotas que escreveram para Dona Madalena. Outro aspecto muito enfatizado pelas leitoras se referia à questão da necessidade de manter casamentos falidos em nome da felicidade dos filhos. Isso demonstra o quanto essas leitoras colocaram as suas funções de mãe acima dos seus desejos pessoais. Sobre isso, pode-se citar como exemplo o seguinte relato: "deparei-me com uma realidade cruel e que nunca pensei antes, pudesse doer-me na própria carne: a infidelidade de meu marido! [...] é que ele é o pai dos meus cinco filhos. Eu não quero separação que, creio, todos achariam mais do que justa."[379]

Porém, a questão da maternidade parece não ter sido bem formulada por algumas mulheres, devido aos problemas práticos que o exercício da mesma trazia. O modelo de mãe mariana consistia apenas em um ideal, que frustrava aquelas que conseguiram realizar apenas a maternidade possível às suas condições psicológicas, emocionais e financeiras. A condição financeira para a rejeição de novos filhos foi encontrada no depoimento de uma leitora, que afirma: "Sou muito pobre e, como o meu marido está doente, sou obrigada a morar na casa do meu sogro. [...] Temos uma filha e comecei a esperar um filho, para o qual não há lugar no mundo."[380].

Percebe-se que alguns depoimentos revelaram alguns elementos contrastaram claramente com o modelo de mãe mariano. Nos anos 80, por exemplo, foi possível deparar-se com o desabafo de uma mãe em nada resignada com a condição física do filho, revelando que nem todas as mulheres estariam necessariamente preparadas para as dificuldades provenientes

[379] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 2 jun. 1985.
[380] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 19 jan. 1964.

da prática maternal: "ter um filho débil mental está acima das minhas forças [...]. O que teremos feito para merecer semelhante desgraça?"[381].

A ideia segundo a qual o sentimento maternal é intrínseco à mulher poderia ser refutada pelo posicionamento de algumas jovens, que revelaram certa incompatibilidade para com esse sentimento. Nos anos 50, uma jovem escreveu para D. Magdalena narrando que estava em vias de se casar, porém um problema desestabilizava essa união, pois ela não sabia como confessara ele o seu problema: "tenho verdadeiro horror da maternidade e, quando vejo uma gestante ou uma criança que no momento é amamentada, tenho náuseas."[382]

É possível perceber que a leitora em questão (assim como as demais mencionadas nesse item) reconhecia a representação da boa mãe, interiorizando a concepção da naturalidade do sentimento maternal para as mulheres. No entanto, ela mesma representava a contradição a essa concepção, ao revelar a sua pouca disposição para as atividades maternais. Portanto, ela acredita ser essa sua situação um problema, uma anormalidade, uma transgressão à norma que deve ser extirpada. Foi nesse sentido que se articulou a resposta de D. Madalena, ao afirmar que esse estado de espírito da leitora era antinatural. Para solucionar o problema, D. Madalena recomendou a leitura de livros apropriados. A conselheira acreditava que era a maternidade que conferia sentido à vida da mulher, pois ainda influenciada pela *Casti Connubii* (PIO XI, 1930), D. Madalena estabeleceu que a finalidade principal do casamento era a prole. Como já foi mencionado anteriormente, essa finalidade deixou de existir nos próximos documentos emitidos pelo Vaticano e D. Madalena deixou de defendê-la enquanto uma verdade absoluta.

Outro problema que afetou a maternidade nos anos 60 se referia ao conflito de gerações. Na década de 60, o mundo estava de alguma um pouco diferente. No plano internacional, iniciou-se um processo de globalização que iria trazer novos valores, dentre eles o consumismo e o individualismo, que pregavam a realização pessoal através da aquisição dos bens de consumo. Nesse contexto, a noção de juventude passou por uma reformulação. A juventude procura se diferenciar do mundo adulto produzindo suas próprias manifestações culturais. As músicas-símbolo dessa geração foram importadas dos Estados Unidos e da Inglaterra, destacando-se as canções de Bob Dylan, Beatles e Rolling Stones. Zuenir Ventura definiu a juventude dos anos 60 da seguinte forma:

---

[381] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.4, Juiz de Fora, 06 de Junho de 1982.
[382] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, p.3, Juiz de Fora, 18 de Outubro de 1959.

> [...] de 1960 a 1969, em cada ano desta década, em cada um dos cinco continentes, em quase todos os 145 países de vários sistemas políticos, o mundo conheceu a rebelião dos jovens. Ao lado das guerras – mais do que o sexo -, as manchetes dos jornais falaram da odisséia de 519 milhões de inconformados. Mutantes da nova 'era oral e tribal em dimensões planetárias, produzida pelas comunicações de massa', segundo Marshall McLuhan, os jovens entre 15 e 24 anos – um sexto da população da Terra – são ao mesmo tempo mitos e desmistificadores da sociedade. Consumindo e consumidos, contestando e contestados, eles lutaram com todas as armas para destruir o velho e impor o novo. (VENTURA, 1970, p.13).

A nova postura combativa e contestadora das estruturas, adotada pela juventude, colocou um novo desafio para a maternidade. Como lidar com essa adolescência vivenciando demandas diferentes das gerações anteriores era uma questão que atormentava essas mães, não reconheciam mais as atitudes de seus filhos. Assim, não foram poucas as cartas recebidas por D. Madalena cujo conteúdo versava sobre as dificuldades em "pelegar com as filhas na idade ingrata."[383].

No capítulo anterior, evidenciou-se que a Igreja nutriu durante algum tempo uma simpatia em relação às famílias numerosas, alegando que esta era abençoada por Deus. Após a segunda metade do século XX, as restrições econômicas da vida urbanizada tornaram a criação de uma família numerosa inviável. Assim, os núcleos familiares foram se tornando cada vez mais reduzidos. É possível que este fator tenha levado muitas mulheres a regularem o número de filhos, alterando o significado do conceito de maternidade enquanto uma doação irrestrita, que aceita todos os males e problemas acarretados por uma família maior. As mães de muitos filhos teriam que se redobrar em cuidados e em trabalhos para dar conta da educação familiar, já que todos os afazeres domésticos estavam restritos às mulheres. Assim, é provável que essas mulheres tivessem dificuldades de colocar em prática o ideal de mãe pregado pelo catolicismo e isso ficou evidente na fala da mãe paraense, que escreveu para D. Madalena em busca de uma resolução para o seu problema. Nas palavras da referida mãe: "sou mãe de nove filhos e às vezes fico tão desorientada"[384].

Como as famílias numerosas se tornavam cada vez mais incompatíveis com o modo de vida urbanizado e as concepções da classe média, as leitoras buscaram estratégias para planejar qual seria o melhor momento para se planejar a maternidade. Assim, como foi discutido no capítulo anterior, ainda na década de 60, aconteceria algo que demarcaria profundamente a relação da mulher com a sua sexualidade. Em 1960, a pílula (método contraceptivo) chega ao mercado americano, não tardando a ser introduzida no Brasil (THERBORN, 2006). O aparecimento dos hormônios que inibem a concepção vão ajudar a

[383] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 12 jan. 1964.
[384] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 19 jan. 1964.

separar o sexo da ideia de reprodução. Até então, esses dois aspectos estavam unidos tanto para a Igreja Católica, quanto para outras instituições. Para Goran Therborn, o aparecimento da pílula anticoncepcional se consistiu em um evento decisivo para a eclosão da revolução sexual. Tal revolução, segundo ele, consistiu em uma secularização da sexualidade, que a libertou de regras religiosas que a considerassem pecaminosa, quando exercida fora do casamento. A partir de então, a prática sexual pré-marital ampliou-se em várias partes do mundo. As pílulas também redimensionaram o conceito de maternidade, possibilitando à mulher o controle de suas funções biológicas de modo que esta pudesse escolher qual o momento mais apropriado para se tornar uma mãe.

No princípio da década de 60, as pílulas ainda se constituíam em uma grande novidade e a Igreja ainda não havia formulado um discurso oficial sobre o seu uso, que apenas se consubstanciaria em 1968, com o advento da *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968). Nesse momento de indefinição, uma das leitoras recorreu à D. Madalena, para que esta sanasse as suas dúvidas a respeito: "Afinal queria saber em que pé estão as pílulas anticoncepcionais. A gente vai perguntar e o padre diz que fica na consciência do casal resolver essa questão..."[385]. D. Madalena, igualmente ao padre interpelado pela moça, não foi capaz de responder a essa questão, pois não havia nenhum discurso legítimo no qual ela pudesse se apoiar. No entanto, ela reconheceu que como válida a questão, uma vez que na sociedade moderna, existia algumas dificuldades econômicas extremas que poderiam justificar temporariamente a restrição aos nascimentos.

Poucos anos antes, uma moça escreveu para a coluna esclarecendo a sua situação econômica e questionando a eficácia dos métodos de controle de natalidade estipulados pela Igreja. Assim ela se pronunciou: "Como não estamos muito bem de finanças, resolvemos controlar a vinda dos filhos até que a situação melhore. Mas, seguindo o método que a Igreja aceita quando há uma razão justa, meu marido já me avisou que teremos uns dez filhos, no mínimo, pois somos jovens."[386].

O método sobre o qual se pronunciou a leitora foi estipulado por uma alocução papal, datada do ano de 1951, intitulada *Carta às Parteiras* e emitida pelo papa Pio XII. Tal documento manteve a hierarquia entre as finalidades do casamento (filhos, concupiscência e ajuda mútua), mas admitiu que os casais teriam direito a escolher o número de filhos, utilizando para isso a continência periódica nos períodos de fertilidade feminina (SILVA, 2001). Como esse método cientificamente ainda se mostrava bastante impreciso, os casais

[385] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 16 jun. 1967.
[386] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 19 jun. 1964.

tinham a consciência da inseguridade que ele proporcionava. Talvez por isso, a leitora tenha colocado em cheque o método proposto pela Igreja, demonstrando a sua ineficiência e buscando métodos mais seguros para impedir a concepção.

Outra questão vinculada à reprodução e ao corpo feminino se referia ao aborto. O aborto apareceu na coluna em raras situações, pois consiste em um dos temas mais silenciados pelas mulheres. A moral católica, segundo Pierruci, se fez incidir mais bravamente na questão do abortamento, que propriamente no que se referia à adoção dos métodos anticoncepcionais. A máxima do aborto como um grave pecado contra a vida humana, influenciou na opinião que a população emitia acerca dessa prática (PIERUCCI, 1978).

Assim, as representações negativas emitidas pelas páginas do jornal sobre o abortamento, tal como aquelas que foram construídas por outras agências produtoras de sentido, foram apropriadas por muitas leitoras de forma semelhante ao que seria desejado pelo catolicismo. Assim sendo, até mesmo uma leitora que se definiu como feminista, colocou objeções ao aborto. Sugere que ao invés de condenar as mulheres que praticam esse crime, seja feito um trabalho de conscientização a respeito das responsabilidades que se deve ter com a sexualidade. D. Madalena esclarece que em Juiz de Fora já existe uma instituição que visa a minimizar o número de abortos praticados, recebendo as mães e as crianças que não podem ser criadas por tais mães[387].

Reconhecido por uma leitora enquanto uma prática abominável, o aborto foi a saída encontrada por ela para não fazer a sua família passar por uma vergonha maior. Assim, muitas moças foram pressionadas pela família para aderirem à prática: "tenho dezoito anos, não segui os conselhos lidos na *Página Feminina* e por isso sou muito infeliz. Minha mãe e meu pai, para que a família não seja manchada, quer que eu faça um pecado maior do que o primeiro e eu não concordo."[388]. Percebe-se que essa leitora, apesar de conhecer o discurso de D. Madalena, procedeu de uma maneira diferente do que era aconselhado na coluna. Agora ela estava sofrendo as consequências de sua transgressão sexual.

Com outra leitora aconteceu algo semelhante e ela se viu obrigada a apelar para o abortamento para resolver os seus problemas familiares. Porém, em sua fala demonstrou um incrível arrependimento: "Que coisa horrível é um aborto! Com medo de enfrentar meus pais, de enfrentar a sociedade, cometi esse crime. [...] No fundo de mim mesma, eu não me perdoei, talvez por isso, duvido do perdão divino."[389].

---

[387] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 7 fev. 1982.
[388] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.3, 2 ago. 1959.
[389] INTERCÂMBIO COM OS LEITORES. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.4, 21 fev. 1982.

Percebe-se, portanto, que mesmo concordando com a representação negativa sobre o aborto, outras representações foram mais eficazes (a honra familiar e feminina, os valores sociais) para engendrar a prática da leitora. Assim, a sua ação pode ser considerada transgressora do ponto de vista da moral cristã. Entretanto, o seu arrependimento é capaz de redimi-la, retirando dela julgo de Eva.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que já foi exposto ao longo desta dissertação, resta reafirmar que este trabalho, inserido no contexto da História Cultural, buscou encontrar as interseções entre o discurso religioso e as representações que circundam os gêneros, afetando as relações sexuais e familiares. Logicamente, isso se tornou possível através do trabalho realizado com o periódico católico *Lar Católico*, veículo através do qual a Igreja pretendeu transmitir seus preceitos, com a intenção de construir uma sociedade organizada a partir de uma estrutura oferecida pelo cristianismo. Assim, esse jornal publicado na cidade de Juiz de Fora pode ser considerado um importante bem simbólico da Igreja local, que se prestava a exercer atividades e conceder benefícios à toda a sociedade brasileira.

A Igreja consiste em uma instituição milenar, reconhecida socialmente por suas tendências tradicionalistas. Porém, é preciso interpretá-la enquanto uma criação humana, afetada pela História. Logo, seus discursos e suas estratégias são variáveis históricas, que sofrem alterações a partir dos acontecimentos e pensamentos oriundos do mundo mundano. Percebe-se, portanto, a oscilação entre as permanências e as mudanças, ainda que no campo da sexualidade e da família, a Igreja tenha optado mais por mudanças amenas e graduais e por permanências significativas.

Outros aspectos também permitem reflexionar a respeito da historicidade da Igreja. Um exemplo disso seria o modo como essa instituição vislumbrou a necessidade de se trabalhar com os meios de comunicação e como essa visão se modificou ao longo do tempo, principalmente nos dois últimos séculos. O projeto da "boa imprensa" elaborado no final do século XIX, cujo *Lar Católico* é apenas mais um entre os seus vários produtos, demonstrou que a Igreja poderia reagir diante da proliferação dos escritos e dos leitores. Ao longo do século XX, o surgimento de uma sociedade midiática, influenciada pelo aparecimento dos meios audiovisuais, engendrou novas preocupações e discursos que visavam a alertar a sociedade sobre o mau uso dos mesmos, bem como reorientar o clero no sentido de aproveitar esses meios para a evangelização.

Assim sendo, este texto se propôs a analisar da forma mais completa possível as relações entre a Igreja e os meios de comunicação. No entanto, o principal objetivo se centrou na reflexão sobre as representações normativas que foram defendidas pelo catolicismo através do mencionado periódico. Tais representações deveriam incidir na vida pública e privada do

leitor de modo que este as adotasse enquanto uma forma legítima de conduzir seus comportamentos familiares e sexuais.

O interesse era perceber como o catolicismo articulou suas representações acerca da família e da sexualidade, em meio a uma sociedade que emanava sinais de uma secularização, principalmente no âmbito sexual. O recorte histórico estipulado (1954-1986) permitiu observar as estratégias discursivas elaboradas pelo periódico no sentido de reverter essa tendência, buscando reafirmar o valor da família para a estruturação social e a necessidade de manter um padrão de ascese sexual, que pudesse garantir a manutenção dessa família.

Nesse periódico, o aparecimento das tecnologias reprodutivas, o acirramento das pautas feministas e a discussão sobre o divórcio desafiaram os padrões católicos de sexualidade, família e gênero, que se coadunavam, em certa medida, com a prática de muitos indivíduos até os anos 50. Diante desse quadro de intensas transformações que poderiam afetar ou mesmo transfigurar o seu projeto social, que demandava por uma família bem organizada, o jornal mobilizou práticas discursivas, apoiando-se no discurso religioso oficial.

Assim, o jornal defendeu a Encíclica *Humanae Vitae* (PAULO VI, 1968), que revelava a condenação católica à utilização dos métodos artificiais e questionou a viabilidade dos mesmos para a saúde feminina, através da opinião de especialistas. Os métodos anticoncepcionais foram os responsáveis pela ruptura definitiva entre a sexualidade e a reprodução. Apesar de a Igreja já ter estabelecido essa separação nos seus discursos oficiais, ela se posicionou contrariamente à introdução desses métodos, pois eles facilitariam os contatos sexuais exteriores ao matrimônio.

No tocante ao divórcio, o jornal reafirmou a sacralidade do laço matrimonial, evidenciado a necessidade de sua indissolubilidade, reforçou o aspecto positivo do amor conjugal e assinalou para as dificuldades psíquicas e sociais enfrentadas pelas crianças oriundas de lares desfeitos. Na década de 50, o *Lar Católico* divulgou textos que tencionavam esclarecer sobre a marginalização da mulher desquitada, porém uma vez que a prática divorcista se encontrava disseminada o jornal decidiu defender a plena inserção dos divorciados na comunidade católica.

Quanto ao feminismo, as poucas referências encontradas buscaram desqualificar o movimento. Havia uma interpretação segundo a qual ele seria desnecessário, já que o catolicismo valorizava a mulher e defendia a sua dignidade. O discurso do jornal, por muito tempo, atribuiu características naturais ao sexo feminino e masculino. Assim, associou o feminino à figura de Maria, atrelando a mulher à maternidade, à vida familiar, escamoteando

os desejos sexuais da mesma. Foi somente na década de 80 que a mulher deixou de ser idealizada, para ter alguns de seus problemas discutidos pelo jornal.

O controle da sexualidade e a naturalização das diferenças sexuais faziam parte, portanto, do processo de normatização da família. Mas garantir a eficiência na interiorização das representações normativas consiste em uma tarefa problemática. Isso porque cada leitor realiza uma apropriação do discurso religioso proferido pelo jornal de acordo com suas vivências, sua cultura e seus interesses, para assim estruturar as suas práticas familiares e sexuais.

A pretensão desta dissertação foi apenas assinalar para esse fato, pois através do discurso dos leitores pela coluna *Intercâmbio com os Leitores* foi possível apenas fazer algumas inferências sobre as diferenciações dessas apropriações. Esse foi selecionado, recortado e ocultado pela conselheira, o que oferece a dimensão a respeito daquilo que o jornal pretendia divulgar e do modo como gostaria de alertar seus leitores sobre as conseqüências dos comportamentos desviantes.

O *Intercâmbio com os Leitores* consistiu em um fenômeno jornalístico, já que o consultório sentimental não foi adotado corriqueiramente pelo periodismo católico. Trata-se de uma prática comum na imprensa de cunho feminino. Na coluna desenvolvida pelo *Lar Católico* foi possível perceber uma participação efetiva do público feminino, mas ao longo das décadas, o índice de cartas enviadas pelos homens subiu consideravelmente. Logo, não se pode afirmar que escrever para esse jornal consistia em uma prática unicamente feminina. Além disso, o público leitor era social e economicamente heterogêneo, pois leitores de todas as idades, profissões e de diversas localidades do Brasil deram a sua contribuição para a construção da coluna.

As temáticas que foram desenvolvidas por essa coluna eram variadas. Nos primeiros anos, proliferam os discursos de moças que buscavam estabilidades em suas relações amorosas, ou mesmo se reerguer depois relacionamentos mal sucedidos. Algumas leitoras relataram suas práticas pré-maritais e as conseqüências vivenciadas. Porém, os problemas vivenciados pelos leitores não envolviam apenas questões afetivas e amorosas. Os leitores buscaram a opinião da conselheira para resolverem também seus conflitos familiares. Nesse sentido, foi possível deparar-se com os problemas oriundos das relações entre pais e filhos, marido e mulher e também com querelas que envolviam a parentela mais extensa. Em meio a todos esses conflitos, emergiu uma violência simbólica, que subjugava muitas leitoras a um contexto matrimonial e familiar desfavoráveis.

As leitoras mais jovens escreviam para narrar seus sonhos profissionais e afetivos e também para revelar seus conflitos pessoais com a própria aparência, o que muitas vezes as impedia de ter um pleno desenvolvimento social. A sociabilidade também foi um fator que impulsionou a escrita de missivas. Percebe-se que muitos leitores se utilizaram da coluna para encontrar parentes desaparecidos, estabelecer relacionamentos de amizade ou mesmo para buscar um novo amor entre os demais leitores da coluna. Outros estavam mais preocupados em divulgar as suas capacidades e encontrar uma colocação no mercado de trabalho. Por outro lado, houve quem também anunciasse a necessidade de contratar alguns serviços. Com a emergência dos anos 80, o divórcio e a busca por uma especialização profissional tornaram-se referências mais constantes, o que demarcava a mudança social já em andamento no tocante à realidade feminina e familiar. Logo, é possível vislumbrar uma variedade de experiências sociais emergindo através da coluna. Tais experiências seriam fruto das apropriações realizadas pelos leitores sobre as representações veiculadas pelo *Lar Católico* na segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS

ARDAILLON, D. Aborto no Judiciário: urna lei que justiça a vítima. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Org.). **Novos olhares:** mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998. p.199-230.

AFONSO, L.; VON SMIGAY, K. Enigma do feminino, estigma das mulheres. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (Org.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989. p. 177-194.

AGUIAR, A. G. **A pedagogia da formação dos leigos católicos**. 1996. 282f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. 2v.

ALVES, B. M.; BARSTED, L. L. Permanência ou mudança: a legislação sobre a família no Brasil. In: RIBEIRO, I. **Família e Valores**. São Paulo: Loyola, 1987. p.165-187.

ANUÁRIO DA IMPRENSA CATÓLICA. São Paulo: Associação dos jornalistas católicos, 1939.

ARAÚJO, M. C. P. **Leituras femininas**: armadilhas para a perdição, caminhos para a salvação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_da_Conceicao_Pinheiro_Araujo_13_C.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2009

ARCHANJO, L. R. Ser mulher na década de 50, representações sociais veiculadas em jornais. In*:* TRINDADE*,* E. M. C.; MARTINS, A. P. V. (Org.). **Mulheres na história**: Paraná - Séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

AREND, S. M. F. **Amasiar ou Casar?** A família Popular no final do Século XIX. Porto Alegre: UFRG, 2001.

ARIÈS, P. O casamento indissolúvel. In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Orgs.) **Sexualidades ocidentais:** contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Chiristina Ferreira Stummer. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p.178-179. p.163-182.

———. São Paulo e a carne. In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Orgs.) **Sexualidades ocidentais:** contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Chiristina Ferreira Stummer. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p.178-179. p.50-53.

ARY, Z. **Masculino e feminino no imaginário católico:** da ação católica à teologia da libertação. São Paulo: Annabluma, 2000. Coleção Diálogos.

AZPITARTE, E. L. **Amor, sexualidad y matrimonio:** para uma fundamentación de la ética cristiana. Buenos Aires: San Benito, 2001.

AZZI, R. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. **Revista eclesiástica brasileira**, Petrópolis, v.34, n.135, p. 646-662, set. 1974.

_____. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950): um enfoque histórico. In: RIBEIRO, I. **Sociedade brasileira contemporânea:** família e valores. São Paulo: Loyola, 1987. p.85-120.

_____. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCILIO, M. L. (Org.). **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Sob o báculo episcopal:** a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950). Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

AZZI, R.; PERREIRA, M. S. **Henrique José Hargreaves**: expressão do laicato juizforano. Juiz de Fora: Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, 2003.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARSTED, L. L. A movimentação feminista e a descriminalização do aborto. **Revista de estudos feministas**, Florianópolis, v.5, n.2, p.397-402, 1997.

BASSANEZI, C. **Virando as páginas, revendo as mulheres:** revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.

_____. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1960). **Cadernos Pagu**, Campinas, p.114-115,1996b Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu01.07.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2008.

BASSANEZI, C.; URSINI, L. B. O Cruzeiro e as garotas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.4, p. 243-260, 1995. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//Pagu/1995(4)/Bassanezi-Ursini.pdf.> Acesso em: 16 fev 2008.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. v.2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENEDETTI, L. R. Novos rumos do catolicismo. In: CARRANZA, B.; MARIZ, C.; CAMURÇA M. **Novas comunidades católicas**: em busca do espaço pós-moderno. Aparecida: Idéias e Letras, 2009. p.18-31.

BEOZZO, J. O. O Concílio Vaticano II vinte anos depois. In: _____. (Org.). **O Vaticano II e a Igreja Latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1985. p.5-16.

_____. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II:** participação e prosopografia (1959-1965). 2001. 408f. Tese (Doutorado em História Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BERGER, P. L. **O dossel sagrado:** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 9-23, abr. 2001.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIDEGAIN, A. M. (Org.). **Mulheres:** Autonomia e controle religioso na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996. p.22.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, R. (Org.) et al. **Práticas de leituras**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p.231-253.

BOSSY, J. **A cristandade no ocidente (1400-1700)**. Tradução de Maria Amélia Silva Melo. Lisboa: Edições 70, 1985.

BOZON, M. Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.20, p.131-156, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n20/n20a05.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2008.

BRASIL. Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1977. Seção 1, p. 017953.

BRION, I. M. P. **As filhas de Maria**: uma história social da União Pia. 2009. 168f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

BUARQUE, V. A. C. Práticas femininas no projeto de restauração católica (1922-1942). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 10., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2002. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Rqpo1usDuogJ:www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2002/Comunicacoes/Buarque%2520Virginia%2520A%2520C.doc+historiografia+religiosa+virginia&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 19 nov. 2009.

BUCKER, B. P. **O feminino da Igreja e o conflito**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BUITONI, D. H. S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALIMAN, C. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATTO, I. V. (Orgs.). **Concílio Vaticano II:** análise e prospectivas. São Paulo: Paulinas, 2004. p.229-248.

CAMINHA, C. P. R.; CAMPOS, R. B. C. A Obra de Maria: a redefinição da devoção Mariana. CAMURÇA, M.; CARRANZA, B.; MARIZ, C. **Novas Comunidades Católicas:** em busca do espaço pós-moderno. Aparecida: Ideias e Letras, 2009. p.267-288.

CAMURÇA, M. Da "boa" e da "má vontade" para com a religião nos cientistas sociais da religião brasileiros. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.67-86, abr. de 2001.

CARUSO, A. **Traço de união como vitrine:** educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHAL, J. P. **A serviço da vida:** a influência da Igreja Católica na formação do movimento nacional de defesa dos direitos humanos (1982-1986). 2007. 256f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

CARVALHO, M. M. **As vontades de saber e as relações de poder na pastoral da sexualidade da arquidiocese de Florianópolis:** continuidades e rupturas no discurso da oficialidade católica (1960 a 1980). 2003. 153f. Dissertação (Mestrado em História)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.p. 23-24.

_____. **Da "rebelião nas fronteiras" à conquista do campo:** a teologia feminista na Concilium, Revista Internacional de Teologia (1985-1996). 2008. 344f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa na história do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. p.23.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, jan./abr. 1991.

_____. Textos, Impressão, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.211-238.

_____. Diferenças entre sexos e a dominação simbólica. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.4, p. 37-47, 1995.

CHARTIER, R. **Práticas de leituras**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **Cultura escrita, literatura e história:** Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

_____. **À beira da falésia**: A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORREA, M. **Morte em família:** representações jurídicas dos papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, M. P. **Entre o sonho e o consumo**: as representações femininas na revista Claudia (1961-1985). 2009. 233f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Assis, 2009.

COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v.10, n.2, p.301-323, jul./dez. 2002.

_____. Gênero e História. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.187-208.

CROCHET, E. Comentário teórico e metodológico acerca das cartas íntimas da família Halfeld. In: MIRANDA, B. V. D.; PEREIRA, M. S. (Org.). **Memórias eclesiásticas**: documentos comentados. Juiz de Fora: UFJF, 2000. p.37-52.

CUNHA, M. F. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? **História: questões e debates**, Curitiba, n.34, p.201-222, 2001.

DALE, R.; LUSTOSA, O. **Para uma história da imprensa no brasil**. Boletim do Centro de Pesquisas e Estudos sobre a História da Igreja no Brasil, ano 1, n.2, jul. 1979.

DELLA CAVA, R.; MONTEIRO, P. **E o verbo se faz imagem:** Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil (1962-1989). Petrópolis:Vozes,1991.

DEL PRIORE, M. O corpo feminino e o amor: um olhar (século XVIII, São Paulo). In: D'INCAO, M. A. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p.31-55.

_____. As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colônia. In: MARCILIO, M. L. **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p.171-189.

_____. **Viagem pelo imaginário do interior feminino**. Revista brasileira de história, São Paulo, v.19, n.37, p 179-194. set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 nov. 2009.

_____. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005.

DIGIOVANNI, R. **Rasuras nos álbuns de família:** um estudo sobre separações conjugais em processos jurídicos. 2003. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

D'INCAO, M. A. O amor romântico e a família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.223-240.

DOMEZI, M. C. Uma leitura da *Gaudium et Spes* na perspectiva de mulheres latino-americanas. **Revista eclesiástica brasileira**, Petrópolis , v.23, p.589-606, 1963.

DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). **História das mulheres no ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990. v.1-2.

DUSSEL, E. **De Medellín a Puebla**: uma década de sangue e esperança. De Medellín à Sucre (1968-1972). São Paulo: Loyola, 1981.

ELIAS, N. **O Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

ELEUTÉRIO, M. L. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, A. L. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p.83-102.

ENGEL, M. G. O médico, a prostituta e os significados do corpo. In: VAINFAS, R. (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.169-190,

_____. História e sexualidade. IN: FLAMARION CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história***:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.297-311.

FARIAS, M. S. A.; PIRES, V. L. A construção da imagem de si: O discurso feminino nas cartas de aconselhamento. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO 8., 2008, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST8/Farias-Pires_08.pdf>. Acesso em: 30 de abril 2009.

FAVERI, M. **Desquite e divórcio:** a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno espaço feminino**, Florianópolis, v.17, n.1, p. 335-357, jan./jul. 2007, p.337.

FLANDRIN, J. L. A vida sexual dos casados na sociedade antiga: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Orgs.). **Sexualidades ocidentais:** contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.135-152.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III:** o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. O combate da castidade. In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Orgs.) **Sexualidades ocidentais:** contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Chiristina Ferreira Stummer. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.77-92.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998a. p. 9-17.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998b.

_____. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collége de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Sexualidade e Poder. In: _____. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.56-76. Coleção Ditos e Escritos, v.5.

GIORGIO, M. O modelo católico. In: PERROT, M. (Org.). **História das mulheres:** o século XIX. Porto: Afrontamentos, 1991. p.199-237.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 67-110, 1993.

GUARIZA, N. M. **Incorporação e (re)criação nas margens:** trajetórias femininas no catolicismo nas décadas de 1960 e 1970. 2009. 269f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GUTIÉRREZ, G. O Concílio Vaticano II na América Latina. In: BEOZZO, J. O. (Org.). **O Vaticano II e a Igreja Latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1985.

HAMBURGER, E. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p.444-454. v.4.

HOORNAERT, E. A igreja latina diante do casamento. **Revista eclesiástica brasileira**, Petrópolis, v.4, n. 27, p.43-54, 1967.

HURST, J. Uma história não contada: a história do aborto na Igreja Católica. **Cadernos CDD**, São Paulo, n.1, p.48, 2000.

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica A Concilio Constantinopolitano I**. 1981a. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_25031981_a-concilio-constantinopolitano-i_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. **Exortação Apostólica Familiaris Consortio**. Sobre a família. 1981b. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

JOÃO XXIII. **Encíclica Mater e Magistra**. Evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 1961. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

KLAUCK, S. **O apostolado da imprensa:** a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934). 2009. 274f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

KRETZER, A. A. **Domus dei et porta coeli –** educação, controle, construção do corpo e da alma: o Seminário de Azambuja entre as décadas de 1960 e 1980. 2005. 206f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LAR CATÓLICO. **Jubileu Áureo:** 50º Aniversário da chegada dos primeiros Missionários da Congregação do Verbo Divino ao Brasil. Tipografia do Lar Católico: Juiz de Fora, 1945.

_____. Juiz de Fora: Lar Católico, 1954- 1986.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.206-242.

LEÃO XIII. **Sobre a imprensa:** excertos. Petrópolis: Vozes, 1947.

LEERS, B. Filosofia, moral, ética, família e sociedade no Brasil (1964-1984). In: RIBEIRO, I. (Org.). **Família e valores**. São Paulo: Loyola, 1987. p.121-164.

LEMOS, C. T. Maternidade e religião: entre o ideal do altar-trono de Maria e o real da vida cotidiana das mulheres. In: LEMOS, C. T.; SOUZA, S. D. **A casa, as mulheres e a Igreja:** gênero e religião no contexto familiar. São Paulo: Fonte, 2009. p.83-180.

LEMOS, C. T.; SOUZA, S. D. **A casa, as mulheres e a igreja:** gênero e religião no contexto familiar. São Paulo: Fonte, 2009.

LIMA, L. L. G. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. In: VAINFAS, R. (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.67-88.

LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, O. F. **A presença da Igreja no Brasil:** história e problemas (1500-1968). São Paulo: Giro, 1977.

_____. **Os Bispos do Brasil e a Imprensa**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983. Cadernos de história da igreja no Brasil.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, v.11, p.107-12, 1998.

MAIA, C. J. **A invenção da solteirona**: conjugalidade moderna e terror moral - Minas Gerais (1890-1948). 2007. 301f. Tese (Doutorado em História)– Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes/ UNICAMP, 1997.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

MATOS, M. I. S. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.11, p.67-75, 1998.

_____. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. pp. 107-127.

MATOS, M. I. S.; FARIA, F. A. **Lupicínio Rodrigues:** o feminino, o masculino e suas relações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MESTRE, M. B. A. **Mulheres do século XX:** memórias de trajetórias de vida e suas representações (1936-2000). 2004. 258f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MILEN, M. I.; MIRANDA, B. D. O feminino na revelação do rosto amoroso de Deus. **RHEMA: Revista de teologia e filosofia do ITASA**, Juiz de Fora, n.1, p.27-32, 1995.

MISSIONÁRIOS DA CONGREGAÇÃO VERBO DIVINO. **Nossa História, nossa missão**. Belo Horizonte: Congregação do Verbo Divino, 2002.

MONTEIRO, P. Os meios de comunicação a serviço da Igreja. In: DELLA CAVA, R.; MONTEIRO, P. **E o verbo se faz imagem:** Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989. Petrópolis: Vozes, 1991a. p.201-245.

MONTEIRO, P. A comunicação nos documentos da Igreja. In DELLA CAVA, R.; MONTERO, P. **E o verbo se faz imagem:** Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989. Petrópolis: Vozes, 1991b. p.130 a 154.

_____. Letras católicas na sociedade de massas. In: DELLA CAVA, R.; MONTERO, P. **E o verbo se faz imagem**. Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989. Petrópolis: Vozes,1991c. p.161-200.

MORAES, M. Q.; SARTI, C. Aí a porca torce o rabo. In: BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. **Vivência:** história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Brasiliense,1980.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX:** o espírito do tempo. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

MOSER, A. **A paternidade responsável face a uma mentalidade contraceptiva**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. Cadernos de Teologia Pastoral, n.2.

NASCIMENTO, K. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna**: representações femininas na Imprensa Brasileira (1873-1932). 2006. 171f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. p.47.

NAVARRO-SWAIN, T. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, Corpo e Sexualidade. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p.138-158.

NEGROMONTE, A. **Noivos e esposos:** problemas do matrimônio. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

NICHNIG, C. R. **Entre igualdades e diferenças**: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985). 2008. 189f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

NUNES, M. J. F. R. Mulheres, sexo e Igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. In: COSTA, A. O.; AMADO, T. **Alternativas escassas:** saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. p.175-205.

_____. Autonomia das mulheres e o controle da Igreja e controle da Igreja: uma questão insolúvel? In: BIDEGAIN, A. M. (Org.). **Mulheres:** autonomia e controle religioso na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996. p.59-70.

OLIVEIRA, P. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. **Revista do IHG de JF**, Juiz de Fora, ano 2, n.2, p.24, 1966.

OLIVEIRA, S. G. A Igreja Católica e o século XX: impasses entre a tradição e os tempos modernos registrados no Primeiro Congresso Católico Mineiro. In: MIRANDA, B. V. D.; PEREIRA, M. S. (Orgs.). **Memórias eclesiásticas:** documentos comentados. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

OLIVEIRA, N. A. **Corpo, beleza e gênero:** rupturas e continuidades na instituição de diferenças entre homens e mulheres. Uma leitura a partir da imprensa (1950-1980). 2005. 247f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA SILVA, A. I. Abelhinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de 50. In: OLIVEIRA COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Rebeldia e submissão**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

_____. Igreja e controle da natalidade no BRASIL anos 50. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5, 2001, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: UFOP, 2001. p.109. v.1. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/SCS/cscs01.htm>. Acesso em: 30 jun. 2008.

ORLANDI, E. P. **Linguagem e o seu funcionamento:** as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1995.

PAIVA, A. **A voz do veto**: a censura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PAULO VI. **Decreto Inter Mirifica**. Sobre os meios de comunicação social. 1966. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. **Carta Encíclica Humanae Vitae**. Sobre a regulação da natalidade. 1968. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. **Instrução Pastoral Communio Progressio**. Sobre os meios de comunicação social. 1971. Disponível: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_23051971_communio_po.html>. Acesso em 28 maio 2009.

PEDRO, J. M. **Mulheres honestas, mulheres faladas:** uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

_____. **A experiência com contraceptivos no Brasil:** uma questão de geração. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 23, n.45, p. 239-260, 2003a.

_____. (Org.) **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no Século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003b.

_____. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio, século XX. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003c. p.157-176.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PEIXOTO, M. C. L. **Santos da porta ao lado:** os caminhos da santidade contemporânea católica. 2006. 255f. Tese (Doutorado em História)– Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PELA primeira vez, Papa aceita uso de camisinha. **Revista Época online**, 20 nov. 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI189104-15228,00.html>. Acesso em: 23 nov. 2010.

PEREIRA, M. S. **Romanização e reforma católica ultramontana da igreja de Juiz de Fora:** projeto e limites (1890-1924). 2002. 185f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PERROT, M. **Os excluídos da história:** operários, mulheres, prisioneiros. Tradução de Denise Batman. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p.13-27.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIERUCCI, A. F. O. **Contradições e acomodação:** ideologia do clero católico sobre reprodução humana no Brasil. São Paulo: CEBRAP, 1978. Cadernos CEBRAP, n.30. Disponível em: <www.cebrap.org.br/v1/template.php/area>. Acesso em: 25 jan. 2009.

PIERUCCI, A. F. O. et al. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. v. 4. p. 343-380.

PIO XI. **Encíclica Casti Connubii**. Sobre o Matrimonio Cristão. 1930. Disponível: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121930_casti-connubii_en.html>. Acesso em: 28 maio 2009

_____. **Encíclica Vigilanti Cura**. Sobre o Cinema. 1936. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

PIO XII. **Encíclica Miranda Prorsus**. Sobre a cinematografia, a rádio e a televisão. 1957. Disponível em:< http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091957_miranda-prorsus_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

POSSAS, L. M. V. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado. In: GOMES, A. C. (Org.). **Escrita de si e escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

POTER, R. História do corpo. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: USP, 1992. p.291-326.

PRANDI, R. **Catolicismo e família:** transformação de uma ideologia. São Paulo: CEBRAP, 1975. Cadernos CEBRAP. n.21. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?area=7&pagina=31&item_biblio=216&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2009.

PROST, A. Transições e interferências. In: PROST, A. P.; VINCENT, G. (Org.).**História da vida privada**: da primeira guerra aos nossos dias. Tradução de Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PUGA, V. L.; BONATI, D. B. Repensando as relações de gênero nos processos-crimes em Uberlândia – 1970-1980. **Interações: cultura e comunidade**, Uberlândia, v.1, n.1, p.124-140, 2006.

PUNTEL, J. T. **A Igreja e a democratização da comunicação**. Tradução de Floriano Tescarolo. São Paulo: Paulinas, 1994.

RAGO, L. M. O feminismo no Brasil: dos anos de chumbo à era global. **Estudos Feministas** (Online), Brasília, v.1/2, p.1-12, 2003.

_____. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.31-42.

RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo reino de Deus:** mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996.

RIBAS, A. C. **A boa imprensa e a sagrada família:** sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianopolis.(1929-1959). 2009. 2006f. Dissertação (Mestrado em História)– Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RIBEIRO, I. O amor dos cônjuges: uma análise do discurso católico (século XX). In: D'INCAO, M. A. (Org.). **Amor e família no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1989. p.129-150.

RIBEIRO, L. Anticoncepção e comunidades eclesiais de Base. In: OLIVEIRA COSTA, A.; AMADO, T. (Orgs.). **Alternativas escassas**: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. / São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. p.143-174.

_____. Práticas reprodutivas entre mulheres católicas de setores populares. In: BIDEGAIN, A. M.(Org.). **Mulheres:** Autonomia e controle religioso na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996. p.175-194.

RIBEIRO, Z. **A mulher e seu corpo:** magistério eclesiástico e renovação ética. Aparecida: Santuário, 1998.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos:** a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROHDEN, F. Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.8/9, p.51-97, 1997.

ROSA, R. C. V. **As mulheres de Paraiburgo:** representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/ MG (1964-1975). 2009. 293f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. **Declaração sobre o aborto provocado**. Roma: Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, 1974. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19741118_declaration-abortion_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

SALERNO, L. P. **Querida ensina:** preceitos de comportamentos femininos em páginas da revista querida (1958-1968). 2008. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SANTOS, A. L. **Educação na imprensa católica:** as representações do jornal "A Defesa" sobre a formação da juventude (1961-1969). 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SANTOS. I. M. F. **O pensamento católico no Brasil:** da Ação Católica à Teologia da Libertação. São Paulo: Editora Duetto, 2006. Texto produzido para a Revista Biblioteca

Entrelivros. Disponível em: <https://sites.google.com/site/neacpusp/artigos>. Acesso: 23 fev. 2009.

SCAVONE, L. Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.10, p.83-112, 1998.

SCHMITT-PANTEL, P. A criação da mulher: um ardil para a história das mulheres. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p.129-156.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p.63-95.

_____. A gender and politics of history. Prefácio. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.3, p.11-27, 1994.

SILVA, A. I. O. Igreja e controle da natalidade no Brasil anos 50. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5., 2001, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: UFOP, 2001. v.1. p. 109. Disponível em:< www.ichs.ufop.br/conifes/anais/scs/cscs>. Acesso em: 30 jun. 2008.

SOIHET, R. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, R. (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.191-212.

_____. Sensualidade em festas: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p.177-198.

SNOEK, J. Aspectos biológicos, éticos e jurídicos do aborto. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v.31, n.124, p. 878, dez. 1971. Separata.

_____. **Ética sexual e matrimonial**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SOARES, I. **Do santo ofício à libertação.** São Paulo: Paulinas, 1989.

SOUZA JÚNIOR, A. **A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960-1980)**. 2006. 158f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: BOMBONATTO, V. I.; LOPES, P. S. (Orgs.). **Concílio Vaticano II:** análise e prospectivas. São Paulo, Paulinas, 2004. p.17-33.

SOUZA, S. D. Entrecruzamento gênero e religião: um desafio para os estudos feministas. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v.7/8, p.6-8, 2003.

_____. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, p.122-130, set./dez. 2004. Número especial.

_____. Religião e secularização: o gênero dos discursos e das práticas das mulheres protestantes. In: _____. (Org.). **Gênero e religião no Brasil:** ensaios feministas. São Bernardo do Campo: UMESP, 2006. p.29-43.

_____. Trânsito religioso e reinvenções femininas do sagrado na modernidade. **Theologando**. Revista Teológica v.1. Teologia Feminista: Gênero e Estudos Feministas. 1 ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2007, v. 1. p.9.

_____. A casa, as mulheres e a Igreja: violência doméstica e cristianismo. In: LEMOS, C. T.; SOUZA, S. D. **A casa, as mulheres e a Igreja:** gênero e religião no contexto familiar. São Paulo: Fonte Editorial, 2009. p.17-78.

STUVEN, A. M. Ser e deber ser femenino: La Revista Católica, 1843-1874. In: ALONSO, P. (Comp.) **Construcciones Impressas**: Panfletos, diários y revistas em la formación de los Estados nacionales em América Latina 1820-1920. México: Fondo de Cultura Econômica, 2003. p.250- 271.

TALIB, R. A. **Um (im)possível diálogo entre a moral da igreja católica apostólica romana e a posição ética dos profissionais que atuam nos serviços de aborto legal**. 2008. Disponível em: <http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=127>. Acesso em: 20 dez. 2008.

TAMIÃO, J. S. **Escritas feministas:** os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). 2009. 142f. Dissertação (Mestrado em História)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, M. Imprensa Católica. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p.9, 17 abr. 1983.

THERBORN,G. **Sexo e Poder:** A famílias no mundo 1900-2000.Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

TOSTA, S. F. P. Jornal de Opinião: história e identidade da imprensa católica em Minas Gerais. **Cadernos de história**, Ouro Preto, v.9 n.12, p.1-224, 2007.

TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **Amor e família no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1989. p. 88-94.

URÁN, A. M. B. Sexualidade, vida religiosa e situação da mulher na América Latina. In: MARCÍLIO, M. L.(Org.). **A mulher pobre na história da Igreja latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1984.

VATICANO. Concílio Vaticano II. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes***. A Igreja no mundo de hoje. 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em: 28 maio 2009.

VENTURA, M. **Direitos reprodutivos no Brasil**. São Paulo: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, 2001.

VENTURA, Z. (Org.). **Os anos 60:** a década que mudou tudo. São Paulo: Abril, 1970.

VINCENT, G. Segredos de família. In: PROST, A. P.; VINCENT, G. **História da vida privada**: da primeira Guerra aos nossos dias. Tradução de Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.223-281.

XAVIER, F. A. **O Carnaval de Rio Novo:** uma festividade e seus significados plurais (1907-1979). 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Imagens do *Lar Católico*: a transformação da coluna *Intercâmbio com os Leitores*, constatada através das imagens

Orientação Familiar

A VOLTA

Intercâmbio com os Leitores

ACOLHA COM CORTESIA OS NOSSOS REPRESENTANTES

Figura 13. A *Orientação Familiar* e *Intercâmbio com os Leitores* – Ano 1968 –

Figura 14. **A *Página Feminina* e o *Intercâmbio com as Leitoras* – Ano 1954 –**

Figura 15. ***Página Feminina* e *Intercâmbio com as Leitoras* – Década de 50 –**

Figura 16. ***Página Feminina*: referências sobre a denominação das bodas – Década de 50 –**

Figura 17. ***Orientação Familiar* e *Intercâmbio com as Leitoras* – 1958 –**

ORIENTAÇÃO FAMILIAR • ORIENTAÇÃO • ORIENTAÇÃO FAMILIAR

O Filho Pródigo

INTERCÂMBIO COM OS LEITORES

TESTE

Figura 18. ***Orientação Familiar*** **e** ***Intercâmbio com os Leitores*** **– Década de 60 –**

ORIENTAÇÃO FAMILIAR

Sobre a Mulher

INTERCÂMBIO COM OS LEITORES

Do Cotidiano

NOS EVANGELHOS

Figura 19. ***Orientação Familiar*** **e** ***Intercâmbio com os Leitores*** **– Ano 1974 –**

INTERCÂMBIO COM OS LEITORES

Diversos

EXPEDIENTE

Figura 20. *Intercâmbio com os Leitores*
– Ano 1982 –

Intercâmbio

Ala de Amor

Nave Gaucha

Do Cotidiano

Alvo

Figura 21. *Intercâmbio*
– Ano 1986 –

ANEXO B – Imagens do *Lar Católico*: a historicidade do jornal demonstrada através das capas e as temáticas desenvolvidas.

Ano XLII — 3 de Janeiro de 1954 — Número 1

Lar Católico

O santíssimo nome de JESUS

(Luc. II, 21)

Oito dias, depois de haverem circuncidá-lo, o menino é deram-lhe o nome de Jesus, nome que o Anjo já lhe tinha dado antes de ele ser feito.

Figura 22. Primeira página do *Lar Católico*
– 1954 –

Lar Católico

A MULHER DIVORCIADA

3º Domingo de Agôsto
Dia Nacional do Catecismo

Catecismo é o que Falta

MULHER

Figura 23. **Primeira página do *Lar Católico***
– Ano 1958 –

Figura 24. **Oficinas da Editora Lar Católico, onde o jornal era editado**
–Década de 50 –

ma Realidade da Juventude Brasileira

LAR CATÓLICO

OS DIREITOS DA MULHER DENTRO DA IGREJA

BILHETE DE UM PADRE

COMPANHIAS DO LAR

Figura 25. Primeira página do *Lar Católico*: A mulher na Igreja – 1968 –

Lar Católico

PORTE PAGO DR/IPA 1SR-83-005-82

SÃO FRANCISCO DE SALES, PADROEIRO DOS JORNALISTAS CATÓLICOS

A "ÚLTIMA CEIA"

NESTA EDIÇÃO

ALÔ, ASSINANTES!

Figura 26. Primeira página do *Lar Católico*: Referências à Imprensa Católica – 1982 –

Lar Católico

Lar Católico . . . 70 anos anunciando Jesus Cristo

Parabéns, Lar Católico!

Pingos e Respingos

Figura 27. ***Lar Católico*: Edição comemorativa dos 70 anos do jornal**

Uma congregação missionária celebra 100 anos

Assinatura do Lar Católico com novo preço

Leve para casa o jornal que toda a sua família pode ler.

Lar Católico

SUA FAMÍLIA, SEU AMIGO, SEU VIZINHO, NAMORADO OU NAMORADA... TODOS QUE VOCÊ AMA MERECEM UM PRESENTE DE CORAÇÃO! DE UMA ASSINATURA DO LAR CATÓLICO!

USE O CUPOM!

Figura 28. **Alteração dos preços da assinatura**
– 1985 –

Lar Católico

PORTE PAGO
BH/MG
ISR-63 002 82

Direito à maternidade e
aborto foram debatidos em seminário

Liturgia será tema da Assembléia do Leste II

AINDA NESTA EDIÇÃO

Figura 29. **Primeira página do *Lar Católico*: Seminário sobre o aborto**
–1985 –

Lar Católico

PORTE PAGO
DIRIJFA
ISR-63 002 82

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

QUANDO ELE BATER À NOSSA PORTA

Figura 30. **Primeira página do *Lar Católico*: Referência à CNBB**
– Ano de 1983 –

Figura 31. **Publicidade veiculada no *Lar Católico***
– 1985 –

Figura 32. **Publicidade**
– 6 de julho de 1986 –

Lar Católico

PORTE PAGO
DR/PA
(DR-61 002 82

Tóxicos:
Um problema que atinge a família

Um dos graves problemas que atingem as famílias está relacionado com o uso de tóxicos.

A maconha é usada principalmente por adolescentes, sendo uma das drogas mais comuns e mais presentes nos lares brasileiros. Especialistas indicam as maneiras corretas de se relacionar com um parente toxicômano, para ajudá-lo e não piorar a situação.

A família é elemento fundamental para a recuperação de um toxicômano. Para orientá-la existem grupos, movimentos e entidades, muito deles ligados à Igreja. É importante o envolvimento de pais e irmãos, em um clima de serenidade e união. (página 12)

Mensagem de João Paulo II para Campanha da fraternidade (pág. 3)

Evangelho une Pastoral da Saúde e anúncio da Boa Nova (Pag. 5)

Maior divulgação para o Planejamento Familiar Natural (Pag. 3)

LEIA NESTA EDIÇÃO

Figura 33. **Primeira página do *Lar Católico*: A questão das drogas – 1986 –**

Lar Católico

PORTE PAGO
DR/PA
(DR-61 002 82

Na luta pelos Direitos Humanos

Amamentar: um saudável gesto de amor

Encontro latino-americano de comunicadores

Paternidade responsável: planejando filhos e felicidade

Leia nesta Edição

Figura 34. **Primeira página do *Lar Católico*: A paternidade responsável e o planejamento familiar – 1986 –**

Figura 35. **Primeira página do *Lar Católico*: As eleições para a Constituinte**
– 1986 –

Figura 36. **Primeira página do *Lar Católico*: A família nos dias atuais**
– 1986 –

Figura 37. **Primeira página do *Lar Católico*: A inserção da Igreja na sociedade**
– 1986 –

Figura 38. **Primeira página do *Lar Católico*: edição dedicada à questão dos jovens na Igreja**
– 1986 –

Figura 39. **Primeira página do *Lar Católico*: comemorando o Dia Internacional da Mulher – 1985 –**

ANEXO C – Logotipos e campanhas para angariar assinantes

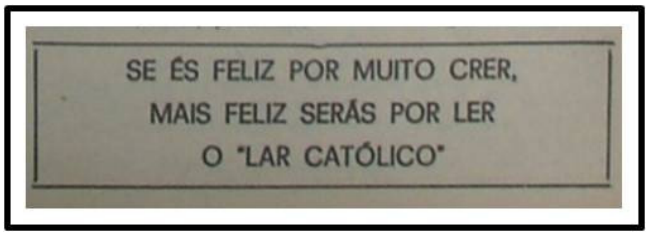


Figura 40. Campanha para atrair assinaturas
– 04 out. 1981 –

Figura 41. Logotipo do jornal
– 11 ago. 1986 –

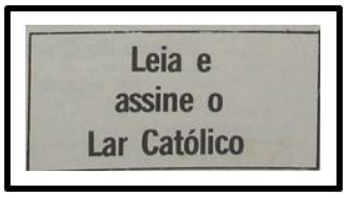


Figura 42. Campanha para assinantes
– 17 ago.1986 –

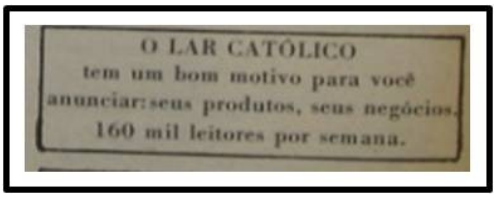


Figura 43. Campanha para angariar assinantes
– 1982 –

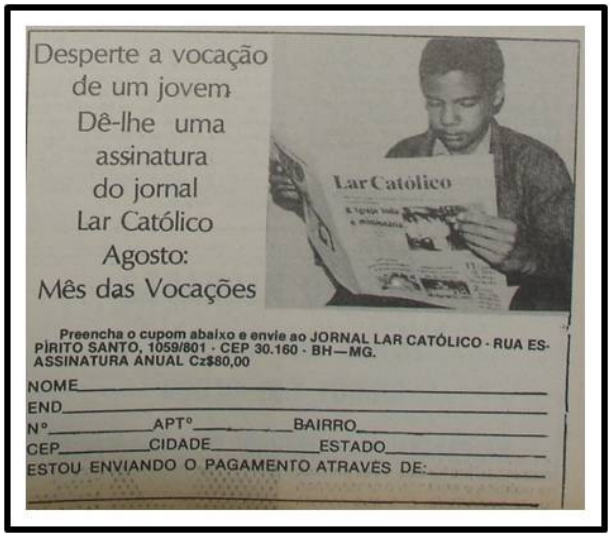


Figura 44. Campanha em favor de assinaturas
– 21 jul. 1986 –

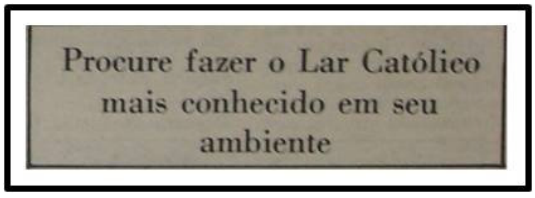


Figura 45. Campanha para angariar novos assinantes
– 9 maio 1982 –

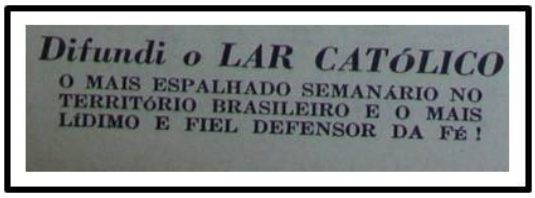


Figura 46. **Campanha para atrair assinantes**
– 25 fev. 1968 –

Figura 47. **Campanha para angariar assinantes**
– 7 jan.1968 –

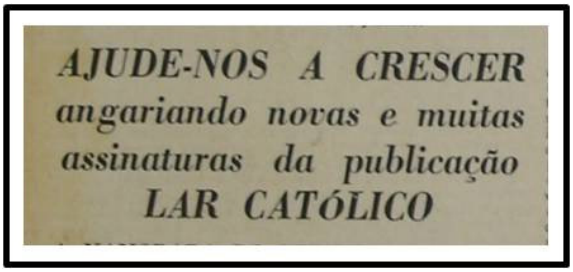


Figura 48. **Campanha para angariar assinantes**
– julho de 1966 –

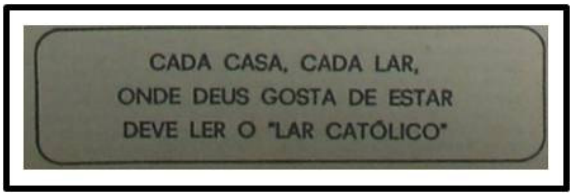


Figura 49. **Campanha de promoção do *Lar Católico***
– 10 maio 1981 –